

# MOSTRA DE EXTENSÃO

# 2024

## E-BOOK

Organizadores:

Renata Dumont Flecha

Robson Figueiredo Brito



# **Mostra de Extensão 2024**

Coletânea de trabalhos submetidos à Mostra de Extensão da PUC Minas 2024

## **Organizadores:**

Renata Dumont Flecha  
Robson Figueiredo Brito

Belo Horizonte  
PUC Minas  
2024

## ADMINISTRAÇÃO DA PUC MINAS

### ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

#### **Grão-Chanceler**

Dom Walmor Oliveira de Azevedo

#### **Reitor**

Prof. Dr. Pe. Luís Henrique Eloy e Silva

#### **Chefe de gabinete do reitor**

Prof. Dr. Guilherme Coelho Colen

### PRÓ - REITORES

**Extensão:** Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Carolina Costa Resende

**Gestão Financeira:** Prof. Me. Paulo Sérgio Gontijo do Carmo

**Graduação:** Prof. Me. Eugênio Batista Leite

**Logística e Infraestrutura:** Prof. Me. Rômulo Albertini Rigueira

**Pesquisa e de Pós - graduação:** Prof. Dr. Sérgio de Moraes Hanriot

**Recursos Humanos:** Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Liza Fensterseifer

### SECRETARIAS

**Secretaria de Comunicação:** Prof. Dr. Mozahir Salomão Bruck

**Secretaria de Cultura e Assuntos Comunitários:** Prof. Dr. Jorge Sündermann

**Secretaria Geral:** Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Anne Shirley de Oliveira Rezende Martins

**Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional:** Prof. Dr. Marcos André Silveira  
Kutova

### PRÓ - REITORES ADJUNTOS

**Barreiro:** Prof. Dr. Luis Renato Junqueira

**Betim:** Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Cláudia Venturini

**Contagem:** Prof. Dr. Martinho Campolina Rebello Horta

**Poços de Caldas:** Prof. Dr. Iran Calixto Abrão

**Lourdes:** Prof. Me. Lúcio Mauro Pereira

**PUC Virtual:** Prof. Me. Carlos Barreto Ribas

**São Gabriel:** Prof. Me. Tarcísio José de Almeida

### COORDENADORES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVOS DE CAMPUS

**Arcos:** Prof. Me. Eugênio Batista Leite

**Serro:** Prof<sup>ª</sup>. Dra. Wilba Lúcia Maia Bernardes

## **PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

Profª. Drª. Carolina Costa Resende

## **PRODUÇÃO ACADÊMICA E PUBLICAÇÕES**

Prof. Dr. Robson Figueiredo Brito

Profª. Drª. Renata Dumont Flecha

Januza Caroline Gonçalves Correia

## **REVISÃO E FORMATAÇÃO**

Profª. Drª. Renata Dumont Flecha

Januza Caroline Gonçalves Correia

Aissa Ivy Nunes Gonçalves Neto (Extensionista e graduanda em Letras pela PUC Minas)

David Rodrigues Camargos (Extensionista e graduando em Filosofia pela PUC Minas)

Eliane Patrícia do Prado Gomes (Estagiária e graduanda em Letras pela PUC Minas)

Rafaela Lopes dos Santos (Extensionista e graduanda em Letras pela PUC Minas)

Victor Thomaz Marques Fonsceca (Extensionista e graduando em Teologia pela PUC Minas)

Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

#### FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

M915      Mostra de extensão [recurso eletrônico] : 2024 / organizadores: Renata Dumont Flecha, Robson Figueiredo Brito. Belo Horizonte: PUC Minas, 2024.  
*E-book* (xxx p.: il.)  
  
ISBN: 978-65-88331-97-2  
  
1. Extensão universitária - Congressos. 2. Ensino Superior - Congressos. 3. Universidades e faculdades - Pesquisa. 4. Projetos científicos. I. Flecha, Renata Dumont. II. Brito, Robson Figueiredo. III. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Pró-reitoria de Extensão. IV. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 001.8

Ficha catalográfica elaborada por Fabiana Marques de Souza e Silva - CRB 6/2086

## SUMÁRIO

### ARTIGOS ACADÊMICOS CIENTÍFICOS

<b>Notas sobre a atuação com familiares de pessoas presas e sobreviventes do cárcere: extensão universitária no contexto prisional.....</b>	<b>17</b>
Bárbara Assenção da Silva Faria, Carolyne Reis Barros, Guilherme dos Santos Azevedo Cardoso, Larissa Viana de Carvalho Diniz	
<b>Projeto Casa da Paz e a utilização das TICS no atendimento jurídico e nas práticas de mediação .....</b>	<b>37</b>
Simone de Lara Pinto Reissinger, Wilma Dantas Pereira, Thiago Alves da Silva Costa	
<b>25 anos de MINIONU: Um reflexo do mundo .....</b>	<b>57</b>
Pedro Lucas e Silva; Beatrice Ássimos Taveira; Matheus Henrique dos Santos Mapa; Marianny Emilia Candida Santos; Raquel de Bessa Gontijo de Oliveira	
<b>Direitos Quilombolas e Violência Social: A omissão do Estado brasileiro em proteger o Quilombo de Queimadas da Ku Klux Klan do Serro.....</b>	<b>74</b>
Matheus de Mendonça Gonçalves Leite; Isabela Buters Godinho; Isabela Vicentino Silva; Rafaella Magalhães de Carvalho	
<b>Entre ficção e realidade: recepções literárias dos participantes no Projeto ALEGRIA .....</b>	<b>94</b>
Arabie Bezri Hermont, Geovani Frois Bento de Oliveira, Maria Letícia Alvarenga Corrêa	
<b>Desenvolvimento da responsabilidade pessoal e social em alunos de iniciação ao futebol do projeto de extensão da PUC-Minas .....</b>	<b>106</b>
Davi Siqueira Rodrigues; Cleiton Pereira Reis; Mauro Vinicius de Sa; Nick Heverson Trindade; Fernando Bevilaqua Fernandes Hosken	
<b>Rastreamento de retinopatia diabética nos pacientes previamente diabéticos na cidade de Guaraciaba-MG com auxílio de retinógrafo portátil .....</b>	<b>113</b>
Júlia Pinheiro Amantéa Vilela, Lívia Hastenreiter e Melo Batalha, Luisa Santana Santos, Emilio Rintaro Suzuki Junior, Bernardo Fontoura Castro Carvalho	

<b>Resgate histórico da primeira associação de catadores de materiais reciclados de Brumadinho/MG .....</b>	<b>123</b>
---	------------

Andressa Carolina do Nascimento Nunes, Lúcia Karine de Almeida

### **RESUMOS EXPANDIDOS**

<b>Novembro Azul no Parque Fernão Dias: Relato de experiência extensionista transdisciplinar .....</b>	<b>128</b>
--	------------

Armando Jorge Junior, Mariana dos Santos Freitas, Júnia Moraes Figueiredo, Helen Cerbino, Allysson Thiago Cramer Soares

<b>Promoção de educação em saúde coletiva em escolas municipais de Betim-MG</b>	<b>131</b>
---	------------

Maria Andreza Santos de Moraes, Diogo Joffily, Isabella Ferreira da Silva, Vitória Carolina Pinto Amaral, Samilla Vieira dos Santos

<b>Atividades extensionistas na promoção da saúde do homem: Implicações na formação dos acadêmicos de enfermagem da PUC/ Minas</b>	<b>136</b>
--	------------

Julio Cesar Batista Santana; Maria Eduarda Barbosa Dias; Juliana Magalhães Siqueira Virgínio

<b>Diagnóstico de políticas de segurança alimentar e nutricional em campos dos Goytacazes (RJ): décimo segundo ano .....</b>	<b>155</b>
--	------------

Amanda Durães de Jesus; Thaís Silva Lisbôa; Samara Souza da Cruz; Mauro Macedo Campos

### **RELATOS DE EXPERIÊNCIA REFLEXIVOS**

<b>Protagonismo social em Brumadinho-mg: o Paraopeba resiste e não estamos à margem!.....</b>	<b>166</b>
---	------------

Lúcia Karine de Almeida, Thais Freitas Carvalho Santos

<b>Projeto cidade na escola: Uma experiência com alunos do Ensino Médio na cidade de Poços de Caldas/MG .....</b>	<b>182</b>
---	------------

Juliana de Nardin, Carolina dos Santos Maciel, Guilherme de Souza Mendes, Luiz Felipe Félix Gonçalves

**Projeto de extensão “explica odonto PUC”: disseminação do cuidado em saúde oral ..... 187**

Jôice Dias Corrêa, Gabriel Felyp de Moraes Santos, Victória Cassia Ferreira Ribeiro, Mateus Campos Amaral, Evelyn Santos Oliveira

**Entrepósito Agroecológico e Cultural: nos caminhos de Francisco e Clara na construção da economia e ecologia Integral ..... 196**

David Ferreira Duarte, Tania Cristina Teixeira, Flavius Marcus Lana de Vasconcelos, Marcos Vinicius Santana dos Santos

**O lúdico na assistência em saúde ao paciente pediátrico: relato de experiência em atividades de palhaçaria do Projeto PUC dá alegria ..... 209**

Caroline Rodrigues Milhomem Souto, Jacqueline do Carmo Reis, Camila Bueno Armaneli, Marco Aurelio da Silva Junior

**Oficina de brincar: uma proposta de intervenção ao uso excessivo de telas e seus prejuízos na infância e na adolescência ..... 219**

Karen Gabrielle Ramos dos Santos, Carolina Bortoletto Guimarães, Marina Moreira dos Santos, Isabella Rocha Saar Vila, Patricia Regina Guimarães

**Pós-Graduação e Extensão: a experiência de uma aluna da pós-graduação stricto sensu como extensionista no Lepppai - Laboratório de Extensão, Práticas, Pesquisas, Publicações Acadêmicas e Internacionalização ..... 227**

Izabela Silva Moreira, Robson Figueiredo Brito

**Palhaçaria: transformando estudantes de medicina em médicos humanizados 232**

Isabella Rocha Saar Vila, Bianca Yasmin Lessi Carvalho, Maria Eduarda Utsch Gonçalves

**A construção do conhecimento filosófico no momento pós-pandêmico: a experiência de Monitoria na graduação ..... 244**

Daniel Ribeiro Vieira; Márcio Antônio de Paiva

**A experiência da equipe de extensionistas da Psicologia com os recuperandos da APAC Santa Luzia nas rodas de conversa ..... 252**



Ana Clara Vasconcelos Menezes; Vitória Vasconcellos Alves de Azevedo; Letícia Guimarães de Oliveira; Hélio Cardoso de Miranda Júnior;

**Alimentação saudável, saúde incomparável: um projeto de intervenção.....** 259

Livia de Lucena Song; Gabriela Araujo Costa; Fernando Ferreira Pena Lopes Junior; Luisa Moreira Bevilaqua; Leandro Mendes Ferreira Filho; Mayra Maia Tolentino

**Associação Mineira de Proteção de Crianças e Adolescentes: relato de experiência extensionista em uma oficina de conscientização postural em crianças.....** 265

Giovanna Souza Diniz; Bianca Karoline Santos da Silva; Lyvia Vitória Gomes Riodouro; Patricia Dayrell Neiva; Luiza Morais Raimundo

**Castração de cães e gatos para controle populacional e conscientização social em extensão interdisciplinar "programa chicão" .....** 277

Kauana Nunes Fonseca; Brenda Emily de Assis Tavares; Danielle Lara de Oliveira Coelho; Diogo Joffily; Vitor Márcio Ribeiro

**CEC: Uma Jornada de Transformação e Liberdade .....** 289

Isabella Brasileiro de Menezes; Yasmim Maria Fernandes Contes; Jhullie Almeida Castro; Micaella Stéphaní França Matias; Allana Nikelli de Souza Magalhães; Thaís Pereira Araújo

**Escravidão contemporânea e tráfico de pessoas: um estudo sobre a experiência entre teoria e a prática extensionista .....** 294

Heloísa Rodrigues Carvalho, Carolina de Souza Novaes Gomes Teixeira, Maria Eduarda Pedrosa Moreira, Izabela Letícia Assereuy da Silva

**Experiência extensionista no projeto PUC da alegria: o impacto da palhaçaria na vida de indivíduos fragilizados .....** 314

Ana Clara Lelles Rodrigues Pereira, Izabella Costa Freitas, Larissa Ellen Ferreira de Brites, Isabela Figueiredo, Jacqueline do Carmo Reis

**Experiência, Relato e Capacitação: Clínica de Combate ao Trabalho Escravo Contemporâneo .....** 322

Adryan Papp, Marilene Gomes Durães, Natália Pereira Nonato

**Inferências das práticas de pesquisa e extensão multidisciplinar na formação acadêmica .....** 329

Maria Leticia Alvarenga Correa, Armindo dos Santos de Sousa Teodósio, Melina Alves Gomes	
<b>IST - Conhecimento que previne .....</b>	<b>335</b>
Maria Clara Batista Guedes, Juliana Campos de Pinho Resende, Emanuelle Fossali de Abreu, Leticia Schaefer Debarry Santana, Clara Schulze Borin Campos	
<b>No Waste-D: Uma solução tecnológica para o descarte consciente de lixo eletrônico .....</b>	<b>339</b>
Cleia Marcia Gomes Amaral, Bianca Larisse Cordeiro de Moura, Jardel Dias Morais, Jefferson Luiz Paulinelli Alves, Weyler Jorge dos Santos Silva	
<b>O desenvolvimento do ciberpopulismo no Brasil e sua interferência no processo eleitoral de 2022 .....</b>	<b>344</b>
Heloísa Rodrigues Carvalho, André Bragança Brant Vilanova, Anna Carolina Ornelas e Silva, Gabriela Neide Aguiar Pereira, Leticia Vieira Silva, Verônica Aracelle Tomaz Batista	
<b>O projeto universidade sustentável na perspectiva da (in)justiça ambiental ...</b>	<b>362</b>
Richard Afonso Batista de Freitas Moreira, Virginia Simao Abuhid	
<b>Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS no cotidiano: impacto de uma oficina sobre o tema na percepção dos idosos .....</b>	<b>377</b>
Vitoria Regina Assis Reis, Layla Caroline de Carvalho, Gabriela Barbalho Braga, Evanirso da Silva Aquino	
<b>Palhaçaria hospitalar pela visão dos alunos do Curso de Medicina da PUC Minas Betim: um relato de experiência reflexivo</b>	<b>387</b>
Lucas Oliveira Reis, Maria Eduarda Gonçalves Melo, Marina de Almeida Coelho, Saemi Maria Dias do Carmo Arizono	
<b>Percepções dos estudantes sobre a importância da extensão universitária para a formação profissional .....</b>	<b>396</b>
Maria Imaculada Ferreira Moreira Silva, Lidiani da Silva Mendonça, Vitória Vieira Choi, João Vitor Fonseca e Castro, Ludimila Lemes Moura, Teresa Cristina Alvisi	
<b>Teatro como forma de ensino sobre guarda responsável para crianças das escolas públicas de Betim .....</b>	<b>407</b>
Vitória Carolina Pinto Amaral, Kalled Nasser Hachem, Diogo Joffily	
<b>Universidade Aberta: Não é o Projeto de Extensão que Deve Escolher o Beneficiário. É o Beneficiário que Deve Escolher o Projeto de Extensão .....</b>	<b>417</b>

Patrick Lacerda Rodrigues, Aurora Costa Silva, Julia Pires Antonieto, Pedro Pires Peixoto, Rafael Chiari Cáspar

**Universidade do sentido: HUB PROEX como Espaço de Inovação ..... 436**

Sara Cristina de Souza, Januza Caroline Gonçalves Correia, Tulio Nogueira de Sa, Osvaldo Maurício de Oliveira

**Experiências dos extensionistas do curso de Medicina no projeto promoção da saúde na APAC de Santa Luzia ..... 443**

Julio Cesar Batista Santana, Amanda Saori Fukushima, Gilmar Pascoal Ribeiro Filho, Lara Ramos Faria, Vitória Mourão Araújo Pena

**Georreferenciamento dos Quilombos Escadinha De Cima, Rancho Novo E Rocinha: Instrumentalização de tecnologias da ciência de dados na luta pelo reconhecimento dos direitos fundamentais das comunidades remanescentes de quilombo no Serro - Minas Gerais ..... 453**

André Luiz Santos Moreira da Silva, Carla Luiza de Oliveira, Daniel Rocha Franca, Ligia Ferreira de Carvalho Gonçalves, Viviane Cristina Dias

**Gestão Contábil para a sustentabilidade de condomínios residenciais ..... 458**

Josmária Lima Ribeiro de Oliveira, Sergio Ribeiro da Silva, Carlos Alberto Gama, Camila Achilles Alves Pereira, Gabriella Sherine Rahmat Bucek

**Conhecimento sobre a esporotricose em escola estadual de Belo Horizonte, 2024 ..... 479**

Julia Gobbo de Oliveira; Carolina Borges Pinto; Thays Evelyn de Souza Silva

**Prática de Escalda Pé na APAC Feminina de Belo Horizonte ..... 483**

Yasmin Silva, Yara Mendes Sundermann, Esther Oliveira Correa, Maria Clara Machado Carvalho, Giovanna Aquino Diamantino

**A ESCRAVIDÃO MODERNA: atuação da Clínica de Combate ao Trabalho Escravo Contemporâneo da PUC Minas ante à agenda 2030 ..... 490**

Carolina de Souza Novaes Gomes Teixeira; Marilene Gomes Durães; Adryan Papp; Heloisa Rodrigues Carvalho; Natália Pereira Nonato

## RESUMOS

**A importância da inserção dos acadêmicos de medicina como extensionistas nos serviços de saúde terciário: um relato de experiência sobre o “projeto backaus: acadêmicos em campo”** ..... 506

Danyelle Maria Silva, Mariana Ribeiro Silva, Soleane Franciele Da Silva, Eduardo Frois Temponi

**A integração entre prática e teoria: como a liga acadêmica de ortopedia e medicina do esporte transforma a formação acadêmica e promove a saúde coletiva** ..... 508

Rodrigo Safe Fiuza, Vitor Hugo Carvalho Soares, Eduardo Frois Temponi

**A Terapia Comunitária Integrativa como caminho para a promoção da saúde de pessoas privadas de liberdade** ..... 510

Sara Cristina Zam, Carla Wernecke Padovani Gonzaga

**Ações de saúde na comunidade: aferição e conscientização sobre hipertensão arterial**..... 512

Ana Luisa de Paulo Caldeira, Diêgo Rodrigues Almeida, Leonora Alvarenga Sanábio, Nicole Campos de Souza, Victor Elias Torres da Cruz, Nadia David Peres

**Alimentação Saudável Infantil: projeto de extensão elaborado na UBS Vila Universal** ..... 514

Camila Maria Oliveira De Melo; Elisangele Maria Froes Boncompagni; Fernanda Cristina De Souza Santos; Isabela Ferreira Santos Nicolly Medeiros Pongeluppi; Stela Cristina De Lima Nogueira; Simone Sandra de Araújo

**Alimentação saudável infantojuvenil: Projeto de intervenção elaborado na UBS Vila Universal** ..... 516

Bruno Andrade Mendes Coelho; César Rodrigues de Melo; Gabriella Peixoto Lourenço; Geronimo Maia da Silva; Glaucio Alves dos Santos; João Gabriel de Araújo Savini; Simone Sandra de Araújo Silva

**Complementação da carga horária para o estudo de ortopedia e medicina do esporte através da participação na “liga acadêmica de ortopedia e medicina do esporte – LAOMESP**..... 519

Augusto Roscoe de Assumpção, Rafael Stephan Faion, Igor Sinclair Taveira Rodríguez, Eduardo Frois Temponi

<b>Conhecimento sobre esporotricose em escola estadual de Belo Horizonte.....</b>	<b>521</b>
Carolina Borges Pinto, Júlia Gobbo de Oliveira, Thays Evelyn de Souza Silva, Maria Consolação Magalhães Cunha	
<b>Cuidando do cuidador .....</b>	<b>525</b>
Ciro Santos Soares Geovana Fernanda de Oliveira, Guilherme Teixeira Nunes Luis Antonio Gomes Santos, Melyna Elisa Soares de Faria Vitor Emanuel Souto Flaviane Araujo Pinheiro Gonçalves	
<b>Desenvolvimento de habilidades atitudinais em estudantes extensionistas na PAC Betim.....</b>	<b>527</b>
Bruna Taynara Alves da Silva, Gabrielle Silva Gondim, Carla Wernecke Padovane Gonzaga	
<b>Divulgação sobre Dengue e Descentralização de Tratamento da Sífilis .....</b>	<b>529</b>
Túlio Zulato; José Ventura	
<b>Educação em saúde na UBS: potencializando a autonomia e fortalecendo vínculos no contexto do SUS.....</b>	<b>531</b>
Ana Luisa de Paulo Caldeira; Diêgo Rodrigues Almeida; Leonora Alvarenga Sanábio; Nicole Campos de Souza; Victor Elias Torres da Cruz; Nadia David Peres	
<b>Empoderamento e educação em saúde para gestantes: promovendo cuidados e direitos na atenção primária .....</b>	<b>533</b>
Ana Luisa de Paulo Caldeira, Davi Alves Costa, Elisângela Maria Froes Boncompagni, Estela Pereira Diniz, Fernanda Cristina De Souza Santos, Gláucio Alves do Santos, Matheus Pereira da Silva, Natália Tudeschini	
<b>Estimulando a cognição no paciente institucionalizado .....</b>	<b>535</b>
Bruna Reis Dornas Ferreira, Carolina Abreu Neiva, Diego Caldeira Marques, Gabriela Pacheco de Alcântara, Giovana Nahass Querubino Guimarães Fonseca, Juliana Campos Pena, Luana Lagares Stahlberg, Luísa Carolina de Freitas Lara Isaac, Maria Luísa Araújo dos Santos, Paula Nascimento Martins Torres, Sofia Barbosa Leal, Flaviane Araujo Pinheiro Gonçalves	

**Higiene e Saúde: Projeto de extensão elaborado na UBS Vila Diniz e Escola Municipal Professora Ligia Magalhães ..... 537**

Danila Duarte Moura; Everton Costa Souza; Joana de Carvalho Souza; Helena Iochpe; Laura de Carvalho Girardi; Luis Henrique de Castro Santos; Lilian da Silva Ramos; Ricardo dos Santos Soares; Rosangela Luci Brandão de Barros; Valéria Pereira dos Santos; Simone Sandra de Araújo Silva

**Incentivo à atividade física no desenvolvimento neuropsicomotor juvenil e prevenção da obesidade infantil: intervenção na vila universal ..... 539**

Davi Alves Costa; Isabelly Lima Braga; Laila Miguel Said Carvalho; Malu Viana da Silva; Matheus Pereira da Silva; Mayssa Emanuely de Jesus Silva; Simone Sandra de Araújo Silva

**Leptospirose e saúde única: percepção da população sobre o tema e atribuição do médico veterinário no controle de zoonoses 541**

Aline Motta Paculdino, Gabriela Diniz, Gil de Freitas, Joana Gontijo, Maria Fernanda Salim, Stéphanie de Paula, Maria da Consolação Magalhães Cunha

**Integração ensino-serviço-comunidade: a experiência PET-Saúde da PUC MG Betim na elaboração do protocolo: pré-natal e puerpério do município de Betim, MG ..... 543**

Eduardo Siqueira Fernandes, Yara Mendes Sündermann, Marco Aurélio Santos Pereira, Elisa de Moura Dias, Jesiane de Fátima Aguiar Medeiros, Felipe Leite Neto, Lívia Hastenreiter e Melo Batalha, Wilson Marcus Alves Aleixo, Elizângela Gonçalves de Souza

**Promoção da autonomia da higiene pessoal de crianças com práticas educativas realizadas em uma instituição pública de assistência infantil: um relato de experiência ..... 545**

Rafaela Duarte Coelho Bessas, Leonardo Massao Clareth de Melo, Sandra Aparecida Cipriano Gabolli, Sophia Silva Coxir, Thamiris Francielle Henriques de Oliveira, Márcia Borges Machado

**Orientação Nutricional para Diabéticos e Obesos ..... 547**

Túlio Zulato; Felipe Menezes Andrade

**Orientação para hipertenso ..... 549**

Túlio Zulato; Diuly Ane Faria Rezende

**Percepções acerca do direito à saúde das pessoas privadas de liberdade na APAC de Betim ..... 552**

Letícia Paulino Pereira Moreira; Fernando Ferreira Pena Lopes Junior, Carla Wernecke Padovani Gonzaga

**Trabalho interdisciplinar: prática de exercícios físicos para melhorar a capacidade funcional em adolescente ..... 554**

Arielle Santos Teixeira, Bárbara Marcela Cândido Amaral, Cléia Luiza Jesus dos Santos, Dayanne Fernandes Silva Martins, Gabriel Jose Lopes de Lima, Karen Larissa Junca Ferreira, Lorena de Paula Santana, Tatiana Teixeira Barral de Lacerda

**Proposta de intervenção individual: avaliação do risco de vulnerabilidade clínico funcional da pessoa idosa ..... 556**

Anna Luiza Ribeiro Flores, Adriana Diniz de Deus

**Prováveis causas de quedas e o estabelecimento de um plano de cuidados para o paciente idoso: um relato de caso ..... 558**

Fernanda Cristina de Souza Ferreira, Fernando Andrade Donzeli, Flaviane Araújo

**Qualificação de pessoas privadas de liberdade em suporte básico de vida na APAC Betim..... 559**

Maria Clara Lobato Freitas, Sofia Vilas Boas Marinho, Carla Wernecke Padovani Gonzaga

**Risco de queda ..... 561**

Layssa A. Prates Caldeira, Lucas Oliveira Reis, Maria Eduarda Gonçalves Melo, Marina de Almeida Coelho, Saemi M. Dias do Carmo Arizono, Sarah Helena Pio Morais, Flaviane Araújo Pinheiro Gonçalves

**Saúde bucal e pediculose: Projeto de Intervenção de Práticas na Comunidade II: Infância e Adolescência ..... 563**

Ana Luísa De Paulo Caldeira, Diego Rodrigues Almeida, Eric Fiorini Prado, Luis a Vital Pozzobon, Vitor Teodoro Resende, Simone Sandra de Araújo Silva

**Saúde do trabalhador ..... 565**

Túlio Zulato

**Saúde do trabalhador: coleta de dados, sinais vitais e promoção à saúde ..... 567**

Fabiano Rodrigues de Castro, Ian Gualberto Fernandes, João Gabriel Correa Faria, João Pedro Fernandes Costa, Renan de Castro Gonçalves, Thiago Andrade Panasiewicz, Nadia David Peres

**Síntese e Análise de Experiências e Intervenção na UBS pela disciplina de Práticas da comunidade II ..... 569**

Alice Brito da Silva, Ana Carolina Queiroz Aguiar Mourão, Cynara Gomes Viggiano, Daniel Veloso Soares, Luana Carelli Reis, Raquel Motta de Oliveira



# **NOTAS SOBRE A ATUAÇÃO COM FAMILIARES DE PESSOAS PRESAS E SOBREVIVENTES DO CÁRCERE: extensão universitária no contexto prisional<sup>12</sup>**

**Carolynne Reis Barros<sup>3</sup>**

**Bárbara Assenção da Silva Faria<sup>4</sup>**

**Guilherme dos Santos Azevedo Cardoso<sup>5</sup>**

**Larissa Viana de Carvalho Diniz<sup>6</sup>**

## **RESUMO**

O Culthis é um programa de extensão vinculado ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais e consiste em um espaço de acolhimento psicossocial destinado a pessoas presas, sobreviventes do cárcere e seus familiares. O objetivo deste artigo é refletir sobre as atividades realizadas no Programa e as implicações éticas necessárias para atuação com um público atravessado pelo sistema prisional. Para tal, fazemos um breve resgate histórico acerca do surgimento do programa, bem como dos referenciais teórico-metodológicos que balizam nossa atuação: a Criminologia Crítica e o Abolicionismo Penal, a Clínica Política, a Ergologia e a Psicossociologia do Trabalho. Essas referências são articuladas para orientação ética dos nossos eixos de atuação, organizados em acolhimento psicossocial, articulação política e formação. Realizamos, entre 2020 e 2023, 158 acolhimentos psicossociais, dos quais a maioria foram com mulheres negras e familiares de pessoas presas, e recebemos na Plataforma Desencarcera 3116 denúncias de violações de direitos. Refletimos que o acolhimento a esses grupos deve ser feito a partir de imperativos éticos que promovam a transformação radical da realidade, não apenas uma reforma dela.

**Palavras-chave:** impacto psicossocial; discriminação social; ética em pesquisa.

## **UNIVERSITY EXTENSION PROGRAM IN CONTEXT WITH PRISON: notes on working with prison survivors and their families**

## **ABSTRACT**

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

<sup>2</sup> Instituição financiadora: Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais (PROEX/UFMG).

<sup>3</sup> Professora adjunta do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail:reis-barros@ufmg.br

<sup>4</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: barbaraassencao@gmail.com

<sup>5</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: briguisac@gmail.com

<sup>6</sup> Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: larissavianaufmg@gmail.com

Culthis is an university extension program linked to the Department of Psychology at the Federal University of Minas Gerais that offers psychosocial support for prisoners, prison survivors and their families. This article aims to reflect on the activities carried out in the program and the ethical implications of working with a public that is impacted by the prison system. For this purpose, we provide a brief historical overview of the program's emergence, as well as the theoretical and methodological references that guide our work: Critical Criminology and Prison Abolitionism, Political Clinic, Ergology and Work Psychosociology. These references are articulated for the ethical orientation of our work fronts, organized into psychosocial care, political articulation and qualification. Between 2020 and 2023, we carried out 158 psychosocial calls, the majority of which were with black women and prisoners family members, and we received 3116 complaints about human rights violations on Plataforma Desencarcera. We reflect that the caring for these groups must be based on ethical imperatives that promote the radical transformation of their reality, not just its reform.

**Key words:** psychosocial impacts; social discrimination; ethics research.

## INTRODUÇÃO

A prisão é o método de punição por excelência dos contextos de modo de produção capitalista e, apesar de nunca ter alcançado seus objetivos declarados, tem exercido papéis importantes na manutenção de explorações e de opressões (Rusche, Kirchheimer, 2004; MEdrado, 2021). O Brasil tem a terceira maior população carcerária do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos e da China (Fair; Walmsley, 2021): de acordo com o Relatório de Informações Penais (RELIPEN) do segundo semestre de 2023, são 845.504 pessoas presas no Brasil, em celas físicas ou em prisões domiciliares; dessas, 64.490 estão presas em Minas Gerais, atrás apenas do estado de São Paulo<sup>7</sup>.

A realidade do sistema prisional brasileira é permeada por condições estruturais insalubres e degradantes, encarceramento em massa, superlotação, torturas, acesso escasso à saúde e à educação, dentre outras características que indicam constantes violações de direitos (Barros, Barros, 2020). Nesse sentido, a prisão se apresenta como produtora de impactos psicossociais<sup>8</sup> para seus trabalhadores, convocados a uma lógica da brutalidade e da objetificação das pessoas presas e da vida (Silva, 2012; Silva, 2019; Monteiro, 2022). Também, produz impactos psicossociais na vida de pessoas que não estão diretamente submetidas ao espaço físico das prisões, como é o caso dos familiares<sup>9</sup> de pessoas presas (pádua, 2021) e dos sobreviventes do cárcere (Barros, 2011; Barbalho, 2012; Lhuilier, Máximo, Barros, 2023).

---

<sup>7</sup> O Relatório de Informações Penais (RELIPEN) é disponibilizado pela Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN). Das 845.504 pessoas presas, são 644.316 presas em celas físicas, 100.755 em prisão domiciliar com monitoração eletrônica e 100.433 em prisão domiciliar sem monitoramento eletrônico.

<sup>8</sup> Em revisão de literatura sobre o uso do termo “psicossocial”, Paiva (2013) aponta que não há uma definição predominante, uma vez que cada grupo vai articular sua noção do que é psicossocial. Nós entendemos impactos psicossociais a partir das contribuições da luta antimanicomial (Amarante, 2011) enquanto as reverberações e afetações que o encarceramento provoca nos diversos âmbitos da vida de uma pessoa, em sua saúde mental, no trabalho, no financeiro, etc.

<sup>9</sup> Sempre que nos referirmos ao público que visita, envia itens de necessidade básica e mantém contato com as pessoas presas, utilizaremos, ao longo do texto, o termo “familiares” e o gênero feminino, pois corresponde à

Assim, este trabalho possui o objetivo de refletir sobre as atividades realizadas no Programa Culthis: Espaço de Atenção Psicossocial às Pessoas Presas, Sobreviventes<sup>10</sup> do Cárcere, seus Familiares e Amigos, programa de extensão vinculado ao Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Cárcere e Direitos Humanos (LabTrab) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), bem como refletir acerca das questões éticas que perpassam o fazer extensionista. Para tal, faremos um breve resgate do surgimento do Culthis, apresentaremos nossos referenciais teórico-metodológicos, nossos eixos de atuação, e, por fim, as reflexões sobre os desafios de se desenvolver uma extensão no contexto do sistema prisional.

## **O SURGIMENTO DO CULTHIS E AS CONVOCAÇÕES DA REALIDADE**

As atividades no Culthis são decorrentes de diversas pesquisas, projetos de ensino e extensão realizados pelo LabTrab, desde 2007, no contexto do sistema prisional de Minas Gerais. Elas surgem a partir das dificuldades relatadas pelos sobreviventes do cárcere no momento posterior à passagem pela prisão, especialmente em relação à (re)inserção no mundo do trabalho e na reconstrução de vínculos sociais e afetivos. Também, das dificuldades enfrentadas pelos familiares nas idas às unidades prisionais, seja nas visitas, seja na entrega de itens de necessidades básicas que deveriam ser fornecidos pelo Estado (os “kits”)<sup>11</sup>.

O início do Culthis se dá em 2008 a partir de estágio curricular<sup>12</sup> realizado na Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), localizada na cidade de Santa Luzia, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Foi construído um vínculo entre a equipe universitária, professora e estudantes, e as pessoas presas durante o estágio, que posteriormente foi retomado pelos próprios sobreviventes quando deixaram a prisão, pois buscavam suporte social para o cotidiano pós-prisão. À época, as principais demandas apresentadas pelos sobreviventes diziam respeito à solicitação e regularização de documentos, acesso a políticas públicas de educação, saúde, assistência social e, principalmente, a busca por trabalho e renda.

---

realidade encontrada pela atividade de extensão desde sua origem, que é a prevalência majoritária de mulheres nesses espaços e funções.

<sup>10</sup> O uso do termo “sobrevivente do cárcere” em detrimento de “egresso do sistema prisional” é uma escolha ético-política de sensibilização a partir do entendimento, argumentado por Mbembe, de que “o sobrevivente é aquele que, tendo percorrido o caminho da morte, sabendo dos extermínios e permanecendo entre os que caíram, ainda está vivo”. (2016, p.142).

<sup>11</sup> Ao longo do texto, esses itens de necessidades básicas e higiene pessoal, que deveriam ser fornecidos pelo Estado e muitas vezes não são, ou são entregues em quantias insuficientes às pessoas presas, serão referenciados somente enquanto “kits”, como é o nome utilizado pelas familiares atendidas pelo Culthis. Em outros estados ou mesmo outras regiões de Minas Gerais podem ser utilizados termos como “jumbo”, “cobal” ou “sacolas” (BARROS, BARROS, 2020).

<sup>12</sup> O estágio sobre o método de História de Vida era coordenado pela profa. Vanessa Andrade de Barros e consistia no recolhimento de História de Vida de pessoas presas.

Convocado por essas demandas, o Culthis foi estruturado a partir da vivência e pelo compromisso ético com os sobreviventes de lhes oferecer acolhimento fora da APAC. Eventualmente foi sugerido pelos atendidos a ida da equipe até as filas das unidades prisionais nos dias de visita e de entrega de *kits*, para conhecer os familiares e lhes ofertar as mesmas atividades de acolhimento psicossocial, o que tem sido feito desde então. Desde 2019, nos organizamos em três eixos de atuação, que articulam a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: o eixo de atenção psicossocial, o eixo de articulações políticas e o eixo de formação. Antes de adentrarmos na descrição das atividades da extensão e nas reflexões sobre o público atingido, explicitaremos a seguir nossos referenciais teórico-metodológicos.

## **REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS**

Inicialmente, destacamos que os referenciais teórico-metodológicos que abordaremos a seguir são as principais referências pelas quais pautamos nossas atividades de extensão no Culthis. Ao mesmo tempo, essas referências são constantemente construídas e redefinidas a partir da atuação cotidiana, ao confrontá-las com a realidade, e das discussões propostas no núcleo de pesquisa do qual o programa faz parte, o LabTrab. Assim, organizamos neste trabalho os referenciais a partir dos conceitos para fins de sintetização, mas elucidamos que, na prática, eles são indissociados e pensados a partir do entrelaçamento de uns com os outros.

### **Criminologia Crítica e Abolicionismo Penal**

Enquanto referenciais para basear nossas discussões sobre o sistema prisional e punitivo, partimos das contribuições da Criminologia Crítica e do Abolicionismo Penal. Na história dos pensamentos criminológicos, diversas foram as teorias que se debruçaram no estudo da pena e das suas funções. A criminologia é a ciência que se preocupa com o estudo da pena e, ao longo da história, têm sido hegemônicas as teorias criminológicas que a situam enquanto um dado natural (Anitua, 2007; Silva Júnior, 2017).

Nesse sentido, a Criminologia Crítica desempenhou um papel transformador nas ciências criminológicas – especialmente a partir da década de 1960 –, ao propor, utilizando-se das contribuições metodológicas do materialismo histórico, o questionamento da própria existência das prisões. Foi reconhecido que o surgimento das prisões está situado historicamente, pois elas nem sempre existiram, mas foram criadas de acordo com as necessidades econômico-sociais da época. A partir desses pressupostos, tem-se que o sistema

de justiça criminal ao mesmo tempo em que falha nas suas funções declaradas (prevenção da criminalidade e ressocialização das pessoas presas), tem obtido sucesso nas suas verdadeiras funções, quais sejam a exclusão de grupos socialmente marginalizados e a manutenção das relações de produção nos contextos capitalistas (Baratta, 2016; MedradO, 2021).

O Abolicionismo Penal vai além, ao propor “o abolicionismo radical do sistema penal, ou seja, sua radical substituição por outras instâncias de soluções de conflito” (Zaffaroni, 2001, p. 97). Em sua crítica radical ao sistema de justiça criminal, propõe a abolição do sistema penal ou de qualquer forma de punição. Assim, contrapõe-se a qualquer projeto reformista que, apesar de reconhecer as falhas inerentes ao sistema prisional, promova sua reforma ou adaptação a fim de legitimá-lo (Passetti, 2004; Hulsman, Celis, 2019).

Louk Hulsman, autor holandês crítico ao sistema de justiça criminal, argumenta que o sistema sequestra a possibilidade de as pessoas envolvidas em um processo criminal lidarem com o conflito e direciona o seu foco para a punição de quem é acusado da ação danosa, ignorando a vontade da vítima. Nesse raciocínio, a punição, além de não resolver o conflito inicial, cria outros por meio do sistema penal, em especial a prisão, processo descrito pelo autor como um *sofrimento estéril*. Dessa maneira, o autor propõe uma transformação da realidade a começar pela não utilização do termo “crime” nas situações em que é comumente utilizado, pois traz consigo estigmas sobre aqueles atravessados pelo sistema. Além disso, explica que não existem crimes ontológicos, mas construções legislativas e jurídicas sobre quando utilizamos esse termo (Hulsman; Celis, 2019).

Nesse sentido, o *processo de criminalização*, que filtra o que é ou não considerado crime (Zaffaroni; Batista, 2003), pode ser identificado no Brasil em três fases: i) a criminalização *primária*, que é a definição legislativa de quais condutas serão consideradas criminosas; ii) a criminalização *secundária*, que seleciona, dentre as inúmeras condutas praticadas tidas como criminosas, aquelas que serão processadas pelo sistema de justiça criminal, por meio da atuação policial, do Ministério Público e do Judiciário; e iii) a criminalização *terciária*, que é a escolha das pessoas que serão condenadas ao fim do processo criminal. Percebemos, então, que não há ontologicamente o crime – e, por consequência, não há o criminoso, o sobrevivente do cárcere, nem o familiar de pessoa presa –, mas sim escolhas políticas que definem o público-alvo do sistema criminal e das prisões.

Hulsman propõe, então, que as múltiplas situações que podem ser consideradas adversas e indesejadas sejam tratadas enquanto “situações-problemas”, e que cada situação seja abordada em sua especificidade, sem propostas universalizantes definidas *a priori* (Hulsman; Celis, 2019). Passetti (2004), também, propõe a utilização do termo “respostas-percurso” em vez de

“penas”, pois as resoluções seriam construídas a partir do caminho dado pelas pessoas envolvidas, quando e se necessárias.

Portanto, o Abolicionismo Penal pauta não apenas o fim das prisões e/ou do sistema de justiça criminal, mas uma transformação radical da sociedade, para que ela não seja investida na punição e que seus recursos sejam voltados para outras esferas da vida, na qual lidaremos com as situações-problema por meio de respostas-percurso (Passetti, 2004). Para tanto, devemos pensar em um enquadramento social “com mais opções do que simplesmente tentar encontrar um único substituto para o sistema prisional”, a partir de uma “constelação de estratégias” (Davis, 2020, p. 115-116).

Por meio dessas referências, buscamos articular as teorias e práticas abolicionistas com a realidade apresentada em um paradigma ético para lidar com pessoas atingidas pelo cárcere. Assim, nossa atuação é pautada pela desestigmatização das noções de “crime” e, conseqüentemente, de pessoas presas, sobreviventes e de seus familiares, entendendo que esses são os grupos escolhidos politicamente para serem atingidos pelo sistema de justiça criminal. Também, utilizamos do abolicionismo penal ao não propor, nem fomentar, qualquer tentativa de relegitimação do sistema penal, seja por meio de propostas reformistas do sistema ou por práticas relacionadas a “alternativas penais”. Consideramos, por fim, a importância de uma análise das teorias da pena que seja pautada na materialidade histórica, ou seja, considerando o sistema punitivo em sua totalidade, historicidade e nas suas contradições. Assim, não é possível desarticular uma crítica ao sistema penal de uma crítica à própria sociabilidade que proporciona o surgimento e manutenção desse sistema (Medrado, 2018).

## **Clínica Política**

A construção histórica da elaboração das políticas de segurança pública no Brasil está ligada à instauração de instituições penais e à implementação de estratégias de controle social de grupos marginalizados pelo Estado em uma proposta de “defesa da sociedade”. Nessa política, o aparelho judiciário é a instância que assegura as condições de exploração de um grupo de indivíduos sobre o outro na sociedade (Rauter, 2003). A população negra e pobre brasileira é um dos principais grupos subjugados nesse processo: o racismo estrutura a sociedade brasileira de tal modo que a dor das pessoas negras, advinda da exploração, tortura e morte de seu povo, foi “naturalizada” por um imaginário social em que a figura de pessoas negras é associada à reprodução da violência, com a conseqüente indiferença ao sofrimento negro nos planos social e institucional (Almeida, 2019; Flauzina, Freitas, 2017).

Nesse contexto, adotamos as reflexões propostas por Tânia Kolker (2018) sobre o desenvolvimento de uma Clínica Política, que reconhece que sobreviventes do cárcere, seus familiares e amigos atingidos pelo sistema prisional, são vítimas da violência de Estado, com diversas consequências práticas nas suas vidas cotidianas. Os sobreviventes são vítimas ao cumprirem pena e serem capturados por um direito penal violento e violador de direitos, e as familiares, por vivenciarem, cotidianamente, violências nas filas das unidades prisionais e em outros espaços públicos ao se identificarem enquanto familiares de pessoas presas (Flauzina; Freitas, 2017). Amparamo-nos na autora, também, ao ampliar a noção de violação de direitos humanos, nos referindo às práticas de violência física – tortura, encarceramento em massa, execuções sumárias e desaparecimentos forçados –, e às outras formas de violência moral e psicológica impostas a esses grupos, como a exposição ao risco constante de ser morto ou de perder familiares, as frequentes abordagens corporais e as ameaças de retaliação (Kolker, 2018). Assim, compreendemos que esse sofrimento é ético-político, pois se trata da manifestação de um contexto sócio-histórico de exclusões e violências sociais que escapam à esfera individual, embora seja sentido por cada pessoa de forma singular (Sawaia, 1999).

A partir dessas reflexões teóricas, entendemos que nosso acolhimento psicossocial será feito num contexto de violações de direitos humanos, de modo que um dos nossos imperativos éticos é, justamente, a não reprodução e desnaturalização dessas violências. Ao reconhecer que os familiares podem ter sido vítimas de violência estatal, no contato com o sistema prisional ou mesmo com políticas públicas variadas, pensamos em ações a serem desenvolvidas em conjunto com outras familiares e baseadas em estratégias coletivas de reparação psicossocial. Ou seja, as formas de lidar com as violências relatadas passam sempre por vias coletivas, relacionando as atendidas a grupos formados por outras que também são vítimas do Estado e que buscam ações reparadoras coletivas. Dessa forma, além de uma estratégia para o próprio acolhimento psicossocial, é promovida a autonomia das atingidas e o fortalecimento de uma rede de familiares de pessoas presas.

### **Ergologia e Psicossociologia do Trabalho**

A Ergologia é uma disciplina que se propõe a pensar a realidade e o mundo a partir da atividade humana, especialmente em questões relacionadas à atividade de trabalho (Trinquet, 2010). Suas contribuições para o projeto partem da ideia de que é preciso mudar radicalmente o regime de produção de saberes para construir práticas que transformem a realidade. Ancorando-se nas propostas do Movimento Operário Italiano (MOI), sintetizadas por Ivar

Oddone (2021), Yves Schwartz (2006) propõe uma horizontalidade entre os saberes *constituídos*, ou saberes acadêmicos, e *saberes investidos*, ou saberes da experiência. Esses saberes sobre a atividade humana terão o diálogo promovido por meio do Dispositivo Dinâmico a Três Pólos (DD3P), que propõe um terceiro pólo, correspondente ao imperativo ético que dará as condições de circulação de mão dupla entre os dois saberes (schwartz, 2006; Trinquet, 2010).

Assim, na proposição de uma horizontalidade entre os participantes da extensão, vinculados à academia, e os sobreviventes do sistema prisional e seus familiares, é possível construir conhecimentos que de fato contribuam com a transformação radical da realidade. Essa postura é posta em prática em diversos âmbitos da atuação, desde o acolhimento psicossocial, em que são construídas ações em conjunto com os familiares e reconhecendo suas experiências enquanto importante forma de conhecimento sobre o sistema prisional; até a promoção de atividades de formação, em parceria com associações de familiares de pessoas presas e com a participação de sobreviventes.

A Psicossociologia do Trabalho, por sua vez, nos oferece referenciais especificamente nas discussões sobre a análise de implicação do extensionista. A implicação consiste no engajamento subjetivo, intersubjetivo e nas afetações que a temática a ser estudada provoca nos estudantes (Carreteiro, Barros, 2014; Lhuillier, 2014). Analisar a relação do extensionista com a realidade apresentada é essencial no desenvolvimento das atividades de extensão, e deve ser realizada ao longo de todo processo científico. Assim, não só admitimos a impossibilidade de um fazer fora do engajamento, mas a implicação como elemento estruturante de uma pesquisa, extensão ou qualquer atividade científica.

Portanto, esses são nossos principais referenciais, que partem de distintas áreas de produção do conhecimento: direito, psicologia social e psicologia do trabalho. Revela-se, assim, a complexidade e os desafios de um programa de extensão no universo prisional.

## **EIXOS DE ATUAÇÃO DO CULTHIS**

A partir do contexto dos impactos psicossociais do cárcere na vida de pessoas presas, sobreviventes e seus familiares, bem como dos referenciais apresentados acima, explicitaremos as atividades realizadas pelo Culthis a partir de seus três eixos: o eixo de atenção psicossocial, o eixo de articulações políticas e o eixo de formação. Ressaltamos que os eixos servem apenas para organizar as atividades cotidianas e articular os pilares de ensino, pesquisa e extensão; mas que as atividades são indissociáveis e dialogam entre si.



## Atenção Psicossocial

O Culthis conta com a realização de diversas atividades que articulam os pilares de ensino, pesquisa e extensão, como será discutido nas seguintes páginas. Não obstante, a atividade central do Programa diz respeito ao eixo de atenção psicossocial, pois é a partir dela que pensamos nas outras atividades e foi a partir dela que o projeto teve início em 2008. O acolhimento psicossocial foi construído, ao longo dos anos, por meio de uma metodologia voltada para pessoas afetadas pelo cárcere, em especial familiares e sobreviventes. O foco deste artigo será em como tem sido feito esse acolhimento psicossocial nos últimos anos.

O acolhimento ocorre a partir de um acompanhamento a longo prazo, por um ou mais extensionistas, de forma que demandas pontuais, ainda que sejam atendidas, não encerram esses atendimentos. Os casos do Culthis chegam por diversos meios: pelo aplicativo de comunicação *WhatsApp* do Programa, pelo telefone fixo na sala do LabTrab – localizada no prédio da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich) da UFMG –, por rede social (*Instagram*), pelo endereço eletrônico (*e-mail*), por cartas de pessoas presas<sup>13</sup>, pelas idas às filas nas unidades prisionais em dia de visitas ou entrega de *kits*, ou ainda pelo encaminhamento de instituições parceiras.

O atendimento inicial é feito por um extensionista, responsável por registrar informações que podem ser essenciais para o acompanhamento, como nome completo, unidade prisional em que o ente preso se encontra, o Infopen<sup>14</sup>, informações sobre acesso prévio a políticas públicas, etc. Essas informações são registradas de forma sigilosa, e apenas os extensionistas atuais e a coordenadora do Programa têm acesso a esses dados. Após o atendimento inicial, o caso é repassado para um ou mais extensionistas, que se tornarão os responsáveis pelo seu acompanhamento. As conversas com as familiares e sobreviventes poderão ser feitas por telefone ou, a depender da viabilidade e demanda das pessoas atendidas, de forma presencial na sala do LabTrab. Ainda, também a depender do caso, é possível que os extensionistas acompanhem as pessoas atendidas nas diversas políticas públicas ou que façam esse atendimento em outros espaços.

---

<sup>13</sup> Neste artigo, não nos deteremos na discussão sobre o acolhimento psicossocial por cartas, pois ele ocorre de forma muito diferente dos outros casos, uma vez que não há o contato direto entre extensionista e a pessoa presa, mas um contato mediado pelo sistema prisional, que realiza a censura tanto das cartas enviadas quanto das recebidas.

<sup>14</sup> O Infopen é o número de identificação da pessoa presa e pode ser usado para auxiliar a localizá-la no sistema.

Os casos são discutidos nas reuniões semanais nas quais a equipe<sup>15</sup> participa em conjunto com a coordenadora do Programa. Consideramos, então, alguns elementos norteadores do nosso acolhimento psicossocial, sem ignorar que cada caso será único e demandará determinadas posturas e métodos. Os elementos referidos são: a escuta engajada, as orientações jurídicas, a articulação com as políticas públicas e o encaminhamento para a rede de psicólogas voluntárias do Programa.

A escuta engajada diz respeito a uma forma de escutar familiares e sobreviventes que esteja qualificada pelos nossos referenciais teórico-metodológicos, de modo que o acolhimento será feito a partir da escuta atenta aos impactos psicossociais do cárcere na vida das pessoas. Como mencionado anteriormente na explicação sobre o uso do abolicionismo penal nas nossas práticas, buscamos não reproduzir estigmas relacionados ao “crime”; assim, não perguntamos, durante o acolhimento, sobre o crime do qual a pessoa é acusada, a não ser que seja demonstrado no acolhimento que essa é uma informação relevante. Assim, o “crime” não se torna o protagonista da conversa, o que poderia ocorrer em interações das pessoas atingidas pelo cárcere com outras pessoas.

Além disso, como estamos lidando com pessoas envolvidas em processos judiciais, entendemos a importância de orientações jurídicas, apesar de não oferecermos o serviço de acompanhamento processual com advogados. Assim, auxiliamos as pessoas atendidas a, por exemplo, entender em que fase o processo está, o que significam os termos jurídicos e quais são os caminhos jurídicos possíveis. Nesse sentido, a partir de uma abordagem ergológica de diálogo interdisciplinar, todos os extensionistas, mesmo aqueles não formados em direito, devem estar aptos a dar orientações jurídicas; para auxiliá-los nesse processo, fazemos formações internas com toda a equipe.

A articulação com as políticas públicas também é fundamental, pois o Programa não tem o objetivo de substituí-las, mas de tensionar as existentes ou de pautar pela elaboração das inexistentes. Por exemplo, uma vez que não fazemos acompanhamento processual como advogados, estabelecemos articulações e parcerias com a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPE-MG), a política pública responsável por acompanhar os processos criminais e de execução penal de forma gratuita. Assim, damos orientações jurídicas sobre informações

---

<sup>15</sup> A equipe é composta por estudantes de graduação, bolsistas e voluntários; estudantes de pós-graduação, que realizam a função de orientadores do programa de extensão; uma psicóloga voluntária, também orientadora de extensão; uma advogada voluntária; e as professoras coordenadora e co-coordenadora. Há, ainda, psicólogas(os) vinculadas(os) à Rede Psi, que atuam somente nos atendimentos psicoterapêuticos.

simples relacionadas aos casos, e quando há necessidade de uma intervenção processual, entramos em contato ou o facilitamos para o familiar com a DPE-MG.

Por fim, nos casos em que há demanda, também fazemos o encaminhamento para a Rede de Psicólogas voluntárias do Culthis – a Rede Psi<sup>16</sup> –, composta por profissionais da Psicologia que fazem atendimento psicoterapêutico de forma gratuita para familiares e sobreviventes. As psicólogas passam por supervisões mensais, feitas com a co-coordenadora do Programa, com o embasamento dos nossos referenciais teórico-metodológicos.

Mais uma vez, ressaltamos que esses elementos são guias do nosso acolhimento psicossocial, mas não se tratam de caminhos estanques que ocorrerão em todos os casos. É possível que um caso exija apenas algum desses elementos, como apenas a escuta engajada, ou como uma articulação entre eles.

### ***Os casos acompanhados pelo Culthis: quem são as pessoas atendidas?***

Como descrevemos, os casos acompanhados pelo Culthis são registrados em uma planilha, da qual apenas os extensionistas e a coordenadora têm acesso. Nem todas as pessoas com quem conversamos são registradas enquanto casos, pois, principalmente nas filas, temos contato com muitos familiares que não demonstram interesse no acompanhamento contínuo pelo Programa, mas que buscam apenas uma conversa pontual no espaço da fila.

Assim, neste subtópico, apresentaremos considerações acerca dos casos acompanhados<sup>17</sup>, especialmente das informações quanto ao gênero e ao parentesco com as pessoas presas por parte das pessoas acompanhadas pelo programa. Traremos os casos que chegaram no Culthis entre os anos de 2020 e 2023<sup>18</sup>; esse período foi escolhido devido às mudanças promovidas no recebimento de casos a partir da pandemia de Covid-19, que impôs a criação dos atendimentos iniciais via aplicativo *Whatsapp*, e que essa modificação resultou, até os dias atuais, na prevalência de casos que chegam por essa via.

Ao longo do referido período, registramos 158 casos. Em relação ao gênero das pessoas atendidas, 81,8% das pessoas atendidas são mulheres cis, 17% são homens cis e dois são de mulheres trans/travestis. Ao perguntarmos como a pessoa se identifica em relação à raça ou

---

<sup>16</sup> A Rede Psi surge em 2019 e é formada por psicólogas voluntárias que recebem supervisão mensalmente. Surge a partir da denúncia de desconforto de sobreviventes do cárcere e familiares diante da patologização e julgamento do sofrimento advindo do cárcere por profissionais clínicos de psicologia.

<sup>17</sup> Neste artigo, estamos considerando todos os casos menos aqueles acompanhados por meio de troca de cartas com pessoas presas.

<sup>18</sup> Para fins de análise das informações, consideramos apenas os casos nos quais foram respondidas todas as perguntas. Por exemplo, não levamos em conta os casos que a pessoa atendida não respondeu a idade, o gênero, como se vê em relação à raça e o parentesco com a pessoa presa.

etnia, 124 pessoas responderam ser negras – dentre respostas como parda, negra, preta ou morena –, 27 responderam ser brancas, 2 disseram ser amarelas e 5 pessoas não responderam.

Sobre a relação com o cárcere, 10 dos casos são de sobreviventes do cárcere e 24 são de pessoas que ainda possuem algum vínculo com o sistema prisional – por exemplo, pessoas que entraram em contato com o Culthis durante a saída temporária, o trabalho externo, que estejam em liberdade condicional ou que tenham sido presas em flagrante, mas estão respondendo ao processo criminal em liberdade. E a maior parte das pessoas acompanhadas pelo Culthis são familiares de pessoas presas, totalizando 123 casos<sup>19</sup>. Das familiares, 48 são mães, 25 são esposas ou companheiras cuja união estável foi formalmente reconhecida, 14 são namoradas e as outras 36 pessoas são filhas, irmãs e tias. Dessa forma, destacamos que a maioria dos casos acompanhados pelo Culthis são familiares, em sua maioria mulheres negras. Em relação às mães, a média de idade é de 50 anos, enquanto a média em relação às esposas, companheiras e namoradas é de 33 anos.

Ressaltamos, então, mais uma vez, que o cárcere é perpassado por questões de gênero (Lago, 2017; Lago, 2019), uma vez que, não obstante a maior parte das pessoas presas ser homens cis, as pessoas responsáveis por acompanhar esses homens ao longo do cumprimento da pena são, em sua maioria, mulheres, em especial mães e esposas/companheiras/namoradas. Ainda, em conformidade com o que tem sido apontado em algumas pesquisas (Silva, 2015; Queiroz, 2015), as mulheres, apesar de serem as pessoas que mais visitam, quando estão na posição de presas, não recebem a mesma quantidade de visitas. Nas prisões femininas, as filas de visita são pequenas se comparadas com as masculinas, e são compostas em sua maioria por mulheres (Guilherme, 2017). Ressaltamos que, ao longo desse período, acompanhamos apenas 1 esposo e nenhum companheiro ou namorado.

Essas informações são importantes para os atendimentos, pois guiam nossa atuação: por exemplo, se uma familiar é esposa ou companheira com registro em cartório ou por reconhecimento judicial de união estável, sabemos que ela terá direito à visita íntima; sem esses registros oficiais, sabemos que namoradas ou companheiras, apesar do vínculo afetivo, não poderão fazer essa modalidade de visita, por restrição da administração prisional mineira. Ainda, quando as familiares nos contam que são esposas/companheiras ou filhas, sabemos que há maiores chances de terem acesso ao auxílio-reclusão<sup>20</sup>, o benefício da Previdência Social

---

<sup>19</sup> Além desses, há um caso de uma pessoa que respondeu ser amiga da pessoa presa.

<sup>20</sup> De acordo com monografia de Trabalho de Conclusão de Curso de Cardoso, intitulada “A Medida Provisória nº 871/2019 e o auxílio-reclusão: restrição de direitos de familiares de pessoas presas em Minas Gerais”, o auxílio-reclusão sempre teve seu acesso, por parte das familiares, restrito, mas, desde 2019, a partir de alterações

destinado para familiares de pessoas presas que, antes do encarceramento, estavam trabalhando e contribuindo para a previdência. Isso porque esses grupos de parentescos possuem presunção de dependência das pessoas presas e, dessa forma, devem comprovar ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) apenas que a pessoa presa estava trabalhando antes de ser encarcerada. Por outro lado, mães/pais ou outros grupos de parentescos, além dos critérios anteriores, também têm que comprovar a dependência financeira com a pessoa presa.

A partir do perfil geracional dos nossos atendidos, também podemos buscar políticas públicas correspondentes aos grupos de idade. Para uma familiar com idade superior a 65 anos, por exemplo, poderemos indicar a busca pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC), benefício da Assistência Social destinado para pessoas idosas ou com alguma deficiência que estejam em situação de vulnerabilidade econômica, e com renda que não ultrapasse 1,5 salário mínimo *per capita*. Conforme nos mostra Pádua (2021), no Brasil, as familiares de pessoas presas são, em sua maioria, pessoas pobres e que, dessa forma, se tiverem mais de 65 anos poderão ter direito ao BPC.

Além dessas informações, no primeiro atendimento observamos também a natureza da demanda, que dividimos didaticamente, para fins de análise, em seis grupos: assistência jurídica, acompanhamento psicoterapêutico, acesso a trabalho, encaminhamento para políticas públicas, denúncia de violações de direitos, ou outras demandas. Apesar dessa divisão, percebemos que as demandas, na maioria dos casos, são múltiplas e se estendem para além da primeira, o que é também resultado do acompanhamento a longo prazo. Em muitos casos, as familiares buscam o Culthis para tirar uma dúvida jurídica, mas, ao longo das conversas com os extensionistas, entendem que o acompanhamento psicossocial é mais amplo e demonstram outras necessidades ao Programa. Nesses casos, além da própria orientação jurídica, apresentamos ou esclarecemos sobre o trabalho da Defensoria Pública, em uma promoção da autonomia das atendidas no acesso à justiça. Além disso, frisar às familiares a gratuidade dos serviços da Defensoria pode implicar numa redução de gastos com a defesa jurídica da pessoa presa, pois as famílias já são impactadas financeiramente pelo cárcere de outras formas.

Nesse sentido, em relação aos 10 sobreviventes do cárcere que acompanhamos ao longo desse período, seis são homens cis, três são mulheres cis e uma é uma mulher trans, e a principal demanda nesses casos era o acesso ao mercado de trabalho. Esse contexto demonstra como a realidade laboral de pessoas sobreviventes do sistema prisional é marcada por diversos

---

legislativas nos critérios, restringiu ainda mais. Por consequência, são raros os casos em que familiares possam contar com essa política pública para amenizar os impactos financeiros do encarceramento de um ente.

obstáculos que se somam ao contexto já precário do mundo do trabalho, em contradição ao discurso de ressocialização pelo trabalho (Lhuilier, Máximo, Barros, 2023).

### **Eixo de articulações políticas**

Compreendemos que é importante estarmos articulados com as entidades públicas relacionadas ao cárcere, para levarmos questionamentos pautados no abolicionismo para os espaços de debate, bem como para encaminhar os relatos de violações de direitos que recebemos cotidianamente. No eixo de articulações políticas temos, assim, a *Plataforma Desencarcera!*, os espaços de representação e as parcerias com outras instituições.

Ao longo da existência do Culthis e do LabTrab, recebemos frequentemente denúncias de violações de direitos de pessoas presas ocorridas dentro das unidades prisionais e fora delas, contra familiares. Sobreviventes do cárcere, familiares de pessoas presas e organizações da sociedade civil demandavam por um espaço em que as denúncias pudessem ser concentradas e, ao mesmo tempo, publicizadas, sem o risco de exposição dos denunciadores ou de retaliação às pessoas presas. Nesse contexto, foi criada, em 2018, a Plataforma Desencarcera! um *site* para as pessoas denunciarem de forma anônima as violações de direitos ocorridas no sistema prisional e socioeducativo de Minas Gerais ou nas filiais. A Plataforma nasce a partir de uma parceria entre o LabTrab, o Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade/MG e o Instituto DH: Pesquisa, Promoção e Intervenção em Direitos Humanos e Cidadania.

As denúncias recebidas no *site* são filtradas e analisadas antes da publicação na própria Plataforma, de modo a ocultarmos informações que possam identificar a pessoa presa ou de seu familiar. No *site*, é possível descrever a denúncia em até 500 caracteres, selecionando o tipo de violação dentre 4 pré-classificações: 1) tortura contra o preso, 2) violação de direitos do preso, 3) violação de direitos de familiares ou 4) outras denúncias. Após a classificação, o familiar seleciona a unidade prisional ou socioeducativa a qual se refere a denúncia, dentre as 274 listadas.

Disponibilizamos na Plataforma informações como endereços, telefones, capacidades e taxas de lotação das unidades prisionais e socioeducativas listadas. Além disso, disponibilizamos cartilhas, como a “*Cartilha da Mulher Presa*” e a “*Cartilha da Pessoa Presa e Seus Familiares: Direitos e deveres das pessoas privadas de liberdade*”. Há, ainda, o *blog* da Plataforma, onde são postados materiais informativos elaborados pelo Culthis ou entidades parceiras, como a cartilha “*O SUAS é seu: Informações para familiares de pessoas presas e*

*para egressos(as) prisionais*”. Para ampliar as discussões sobre o sistema e as denúncias que recebemos, criamos projetos como o Grades Abertas, em que trazemos relatos de pessoas sobre suas experiências com a prisão, e o Retratos do Inaceitável, em que selecionamos algumas denúncias e descrevemos as normas violadas em cada caso.

A Plataforma, apesar de ter sido criada em 2018, foi utilizada majoritariamente a partir de 2020, por consequência das restrições impostas durante o período pandêmico. Isso porque, a partir das recomendações de distanciamento social, o sistema prisional fechou suas portas para visitas de familiares, reduzindo-as a zero, ainda que esta não tenha sido a medida recomendada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em relação aos estabelecimentos prisionais. Uma vez que a sociedade civil não podia mais acessar o sistema prisional, houve um recrudescimento nas violações de direitos, violências e práticas de torturas nas unidades de todo o estado. Além dessas violências, havia também os riscos inerentes à contaminação por coronavírus às pessoas presas, devido às condições insalubres características do sistema prisional e aos altos índices de tuberculose nas unidades. Assim, as familiares, desesperadas pela ausência de contato com seus entes queridos e diante das notícias que recebiam sobre as práticas de torturas nas unidades, relatadas pelos sobreviventes quando saíam do cárcere, utilizaram amplamente a Plataforma a partir de 2020. Recebemos, naquele ano, 2012 denúncias ao todo.

Entre os anos de 2020 e 2023, o período selecionado para a análise dos dados neste artigo, recebemos, no total, 3116 denúncias, de um total atual de 3460 denúncias aprovadas no *site*. Para consultar as medidas tomadas pelo poder público em relação ao sistema prisional, os riscos de infecção de Covid-19 nas unidades prisionais, bem como as principais violações de direitos cometidas pelo sistema prisional mineiro no período pandêmico, pode-se consultar o *“Relatório técnico [livro eletrônico]: Covid-19 nas prisões de Minas Gerais: O que nos dizem as famílias”* (Barros; Medrado; Costa, 2020).

Além da Plataforma enquanto ferramenta sócio-política de reivindicação de direitos, temos parcerias com órgãos públicos e entidades da sociedade civil a fim de nos articularmos com os demais grupos e políticas públicas que atuam no contexto prisional, citando-se alguns: a Associação de Amigos e Familiares de Pessoas Privadas de Liberdade de Minas Gerais (Grupo de Amigos e Familiares), a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPE-MG) e o Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrESP). Ainda, participamos de alguns espaços de discussão da pauta prisional, como no Conselho da Comunidade da Comarca de Ribeirão das Neves, no Comitê de Monitoramento da Política Antimanicomial de

Minas Gerais (Ceimpa-MG), na Frente Mineira de Drogas e de Direitos Humanos (FMDDH) e no movimento Desativa PJMA<sup>21</sup>.

### **Eixo de formação**

Por fim, no eixo de formação, fomentamos ações educacionais sobre o sistema prisional e direitos humanos. Essas ações são promovidas por meio formações para a equipe, grupos de estudo e eventos ofertados à comunidade acadêmica (citamos aqui o “Diálogos Sobre Cárcere”, evento mensal promovido para discussão do sistema penal a partir de alguma obra artística), e disciplinas ofertadas no curso de Psicologia e na Formação Transversal em Direitos Humanos da UFMG. Ainda, ofertamos, em duas edições, em 2018 e 2021, o “DesPop: Curso de Desencarceradoras Populares”, com o objetivo de fornecer às cursistas ferramentas visando ao desencarceramento, além de fomentar espaços de compartilhamento de experiências e grupos de apoio.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante dos desafios impostos pela realidade das pessoas atravessadas pelo cárcere, principalmente as sucessivas violações de direitos humanos, a extensão universitária se vê convocada a construir práticas e reflexões críticas em relação ao sistema prisional. Para tal, precisamos de um esforço teórico-metodológico semelhante à produção de um mosaico: o diálogo entre os referenciais teórico-metodológicos de distintas áreas de conhecimento, com concepções de sujeito e sociedade diferentes, revela-se um desafio. Assim, é necessário cuidado ao lidar com as diversas demandas apresentadas por nosso público-alvo, para não incorreremos na fragmentação da complexidade, tão comum na produção científica. Essa aparente fragmentação pode ser costurada por uma convocação ética, da qual refletimos sobre seus elementos, decorrentes dessa tessitura, para a prática extensionista:

O primeiro elemento ético é o movimento de produção do conhecimento a partir da realidade: partimos das convocações e questões apresentadas pelos atendidos para pensarmos a produção científica. O Culthis surgiu a partir do compromisso estabelecido pelo vínculo criado com os atendidos no estágio na APAC, em que professora e estudantes assumiram a responsabilidade de construir um espaço de acolhimento para esses sujeitos, e assim foi criando

---

<sup>21</sup> Movimento organizado por moradores de Ribeirão das Neves, em sua maioria familiares de pessoas presas, pela desativação da Penitenciária José Maria Alckmin e implementação de uma universidade pública no espaço da unidade. Para conhecer mais sobre o Desativa PJMA, ver página no *instagram*: @desativapjma.



outras frentes de trabalho. O segundo elemento ético possui como inspiração o regime ergológico de produção de saberes, especialmente quando estabelece a horizontalidade entre os saberes acadêmicos e os saberes da experiência como central na produção de conhecimento que transforme a realidade. Assim, familiares e sobreviventes, conjuntamente com estudantes, produzem estratégias de enfrentamento ao sistema prisional. O terceiro elemento ético consiste na implicação do (a) extensionista e seu compromisso com a transformação radical da realidade: sem a análise de implicação, não é possível refletir sobre as condições concretas dos sujeitos envolvidos nas ações: extensionistas, familiares e sobreviventes do cárcere. É a partir dela que também refletimos sobre a aderência à humildade epistêmica e ao compromisso com uma verdadeira luta antiprisional. Por fim, o quarto elemento ético é a busca por um mundo sem prisões. Empreendemos um esforço de apreensão teórica e metodológica de propostas que considerem a transformação radical da realidade e, de alguma maneira, propomos ações e atividades que possuem tal elemento não somente como ponto de chegada, mas como ponto de partida, buscando estratégias que ultrapassem a mera crítica ao sistema penal, que já é feita há tempos (Kropotkin, 1897).

Assim, tais elementos perpassam toda a nossa atuação e, partindo da construção de um mundo sem cárcere, entendemos que esse mundo não será possível sem a superação do capitalismo e superação da opressão da classe trabalhadora. Como já apontado por Marx (2012), todo direito construído no capitalismo é um direito burguês (Marx, 2012). Citando, por fim, o poema “Insumo da Miséria Penal”, de Samuel Lourenço: *“Único jeito de jeito de erradicar essa aberração/Não é medicamento ou cadeia humanizada/ O caminho é o fim da prisão/ e que as pessoas sejam liberadas”* (p. 104).

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Editora Pólen, 2019.

AMARANTE, Paulo. **Saúde mental e atenção psicossocial**. 3ª ed Revista e Ampliada. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.

ANITUA, Gabriel. **Histórias dos pensamentos criminológicos**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007.

BARBALHO, Lidiane de Almeida. **Entre a cruz e a espada: a reintegração de egressos do sistema prisional a partir da política pública do Estado**. (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do Direito Penal**: introdução à sociologia do Direito Penal. Trad. Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2016.

BARROS, Carolyne Reis. **O real do egresso do sistema prisional**: circulação de normas, valores e vulnerabilidades. (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

BARROS, Carolyne Reis; MEDRADO, Nayara Rodrigues; SANTOS, Thays C. da Costa. **Relatório técnico [livro eletrônico] : covid-19 nas prisões de Minas Gerais : o que nos dizem as famílias**. Belo Horizonte: Instituto DH, 2020.

BARROS, Vanessa Andrade; BARROS, Carolyne Reis. **Reflexões sobre a casa dos mortos em tempos de pandemia**: as prisões brasileiras. In: Caderno de Administração, v. 28, p. 95-99, 2020.

BARROS, Vanessa Andrade. **Para que servem as prisões?** Estudos de execução criminal, direito e psicologia, v. 1, 2009, p. 95-105.

BATISTA, Vera Malaguti. **Adeus às ilusões "re"**. In: COIMBRA, Cecília Maria Bouças; AYRES, Lygia Santa Maria; NASCIMENTO, Maria Lúvia (Org.). Pivetes: Encontros entre a psicologia e o judiciário. 1ed. Curitiba: Juruá, 2008, p. 195-199.

CARDOSO, Guilherme dos Santos Azevedo. **A Medida Provisória nº 871/2019 e o auxílio-reclusão**: restrição de direitos de familiares de pessoas presas em Minas Gerais. (Monografia de Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

CARRETEIRO, Teresa Cristina Othenio Cordeiro; BARROS, Vanessa Andrade. **Intervenção psicossociológica**. In: BENDASSOLLI, Pedro Fernando; SOBOLL, Lis Andrea Pereira (Orgs.). Métodos de pesquisa e intervenção em psicologia do trabalho: clínicas do trabalho. São Paulo: Atlas. 2014, p. 101-128.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Tradução de Marina Vargas. 5 ed. Rio de Janeiro: Difel, 2020.

FAIR, Helen; WALMSLEY, Roy. World Prison Population List: thirteenth edition. London: World Prison Brief, Institute for Crime & Justice Policy Research, 2021. Disponível em: <[https://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world\\_prison\\_population\\_list\\_13th\\_edition.pdf](https://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world_prison_population_list_13th_edition.pdf)>.

FILHO, Samuel Lourenço. **Gangrena**. Rio de Janeiro: Birrumba, 2020.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro de; FREITAS, Felipe da Silva. Do paradoxal privilégio de ser vítima: terror de Estado e a negação do sofrimento negro no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, vol. 135, ano 25. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

GUILHERME, Vera Maria. Para além da criminologia de gabinete: os visitantes do Presídio Central de Porto Alegre e seus saberes. 1ª reimp. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2017.

HULSMAN, Louk; CELIS, Jacqueline Bernat de. **Penas perdidas**: O sistema penal em questão. Tradução de Maria Lúcia Karam. 3 ed. Belo Horizonte: D'Plácido, 2019.

KOLKER, Tania. **Atenção psicossocial a afetados pela violência de estado** – subsídios e contribuições para a construção de uma política pública. In: FRANÇOZO, Olívia (org.). *Clínica Política: lá em Acari*. 1 ed. Rio de Janeiro: Iser, 2018 p. 155-209.

KROPOTKIN, Piotr. **As prisões**. 1897. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/kropotkin/1897/mes/91.pdf>>. Acesso em: 15 de abril de 2024.

LAGO, Natália Bouças do. **Mulher de preso nunca está sozinha**: gênero e violência nas visitas à prisão. *ARACÊ – Direitos Humanos em Revista*, v. 4, 2017, p. 35-53.

LAGO, Natália Bouças do. **Dias e noites em Tamara**: *prisões e tensões de gênero em conversas com mulheres de preso*. *CADERNOS PAGU*, v. 1, 2019, p. 1-26.

LHUILIER, Dominique. **Introdução à psicossociologia do trabalho**. Caderno de Psicologia Social do Trabalho, São Paulo, v. 17, 2014, p. 5-20.

LHUILIER, Dominique; MÁXIMO, Thaís Augusta Oliveira da Cunha; Barros, Vanessa Andrade. **Trabalho, desemprego e condições de saúde**: experiências de pessoas egressas do sistema prisional. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 26, 2023, p. 1-26.

MARX, Karl. **Crítica ao Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MEDRADO, Nayara Rodrigues. **A retomada de uma teoria materialista do crime e da pena**: aportes a partir de Marx e Pachukanis. In: SILVA, Carlos Augusto Canêdo Gonçalves; MEDRADO, Nayara Rodrigues; VALENTE, Júlia Leite; ALBUQUERQUE, Lucas Augusto Reis. (Org.). *Criminologia Crítica e crítica Criminológica: estudos em homenagem aos dez anos do Grupo Casa Verde* [ebook]. 1ed. Belo Horizonte: Initia Via, 2018, p. 51-72.

MEDRADO, Nayara. Rodrigues. Marx e Engels como inauguradores de uma Economia Política da Pena. In: MARTINS, Carla Benitez; TEIXEIRA, Leonardo Evaristo; SERRA, Marco Alexandre Souza; MEDRADO, Nayara Rodrigues. (Org.). *Economia política da pena e capitalismo dependente brasileiro*. 1ed.: , 2021, p. 21-42.

MINAS GERAIS. **Resolução nº 1.618**, de 07 de julho de 2016, que aprova o Regulamento e Normas de Procedimentos do Sistema Prisional de Minas Gerais (ReNP).

MONTEIRO, Rodrigo Padrini. **Um trabalho impossível?** Análise da atividade de psicólogos nas prisões. (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

PÁDUA, Tiago. Antônio de. **“Somos todos réus primários”**: o impacto da prisão no cotidiano de familiares pobres de pessoas presas. (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

PAIVA, Vera Silvia Facciolla. **Psicologia na saúde**: sociopsicológica ou psicossocial? Inovações do campo no contexto da resposta brasileira à AIDS. *Temas em Psicologia* (Ribeirão Preto), v. 21, 2013, p. 531-549.

PASSETTI, Edson (org.). **Curso livre de abolicionismo penal**. 1 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

QUEIROZ, Nana. **Presos que menstruam**: a brutal vida das mulheres – tratadas como homens – nas prisões brasileiras. Rio de Janeiro: Record, 2015.

RAUTER, Cristina. **Criminologia e subjetividade no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.

RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e estrutura social**. Trad. Gizlene Neder. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004

SAWAIA, Bader Burihan. **O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética inclusão/exclusão**. In: SAWAIA, Bader Burihan (Org.). *As artimanhas da exclusão: uma análise ético-psicossocial da desigualdade*. Petrópolis: Vozes. 1999, p. 97-118.

SCHWARTZ, Yves. Entrevista: Yves Schwartz. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 4, n. 2, p. 457–466, set. 2006.

SILVA, Aline Pacheco. **Do outro lado das grades**: o trabalho dos agentes penitenciários em um complexo penitenciário de Minas Gerais. (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

SILVA, Marcela Sobreira. **Do corpo disciplinar ao corpo real**: o trabalho dos agentes de segurança penitenciária. (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

SILVA, Naiara Cristiane. **O tráfico também é feminino!**: Aproximações ao trabalho das mulheres no comércio varejista de drogas. (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

SILVA JÚNIOR, Nelson Gomes Santana. **Política Criminal, Saberes Criminológicos e Justiça Penal**: que lugar para a Psicologia? (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

TRINQUET, Pierre. Trabalho e educação: o método ergológico. *Revista HISTEDBR On-line*. Campinas, SP, v. 10, n. 38e, 2012. p. 93–113. DOI: 10.20396/rho.v10i38e.8639753.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**: a perda de legitimidade do sistema penal. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2001.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo. **Direito penal brasileiro I**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.

# **PROJETO CASA DA PAZ E A UTILIZAÇÃO DAS TICS NO ATENDIMENTO JURÍDICO E NAS PRÁTICAS DE MEDIAÇÃO<sup>12</sup>**

**Simone de Lara Pinto Reissinger**

**Wilma Dantas Pereira**

**Thiago Alves da Silva Costa**

## **RESUMO**

O baixo alcance da população em situação de vulnerabilidade social quanto ao acesso à justiça, considerando a ausência de recursos para contratação de um advogado e a pouca estrutura concedida às Defensorias Públicas é um problema constante no Brasil. Por este motivo, muitos cidadãos ficam excluídos do acesso à justiça e não têm seus direitos mínimos de cidadania garantidos. Diante desse cenário, desde 2015, o “Projeto Casa da Paz” realiza a orientação jurídica às pessoas economicamente hipossuficientes, bem como sessões de conciliação e mediação, por alunos extensionistas e professores do curso de Direito da XXX Universidade campus XXXX. O projeto é desenvolvido na Cúria Metropolitana de Contagem, onde funciona o PAPRE – Posto de Atendimento Pré-Processual do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC da comarca de Contagem/MG. São alcançadas pessoas do município de Contagem e de outros municípios da região da RENSA – Região Episcopal Nossa Senhora Aparecida, que buscam a orientação jurídica e a mediação. A Cúria Metropolitana de Contagem passou a ser conhecida pela população como um espaço de acolhida, fortalecendo a relação institucional e prestando relevante função, principalmente na efetivação dos métodos consensuais de solução de conflitos (conciliação e mediação), disseminando a cultura da paz e fomentando a diminuição de processos judiciais litigiosos. Além dos atendimentos presenciais, o Projeto consolidou os atendimentos jurídicos remotos, iniciados em 2021, o que facilita o acesso das pessoas de diversas regiões do Estado assim como de pessoas com dificuldade de locomoção, seja por questões de mobilidade ou de carência econômica.

**Palavras-chave:** extensão; pandemia; tecnologia de informação e comunicação.

## **CASA DA PAZ PROJECT AND THE USE OF ICT IN LEGAL SERVICE AND MEDIATION PRACTICES**

### **ABSTRACT**

The low reach of the socially vulnerable population in terms of access to justice, considering the lack of resources to hire a lawyer and the little structure granted to Public Defenders' Offices, is a constant problem in Brazil. For this reason, many citizens are excluded from access to justice and do not have their minimum citizenship rights guaranteed. Given this scenario, since 2015, the “Casa da Paz Project” has provided legal guidance to economically disadvantaged people, as well as conciliation and mediation sessions, by extension students and professors from the Law course at XXX University campus XXXX. The project is developed in the Metropolitan Curia of Contagem, where the PAPRE – Pre-Procedural Service Post of the Judicial Center for Conflict Resolution and Citizenship – CEJUSC in the district of Contagem/MG operates. People from the municipality of Contagem and other municipalities in the RENSA region – Nossa Senhora Aparecida Episcopal Region are reached, who seek legal guidance and mediation. The Metropolitan Curia of Contagem became known by the population as a welcoming space, strengthening the institutional relationship and providing an important function, mainly in implementing consensual methods of conflict resolution (conciliation and mediation), disseminating the culture of peace and fostering reduction in litigious legal proceedings. In addition to in-person services, the Project

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

<sup>2</sup> Projeto recebe fomento da Pró-reitoria de Extensão (PROEX) da XXXXX Universidade, Edital nº 075/2023.

consolidated remote legal services, which began in 2021, which facilitates access for people from different regions of the State as well as people with mobility difficulties, whether due to mobility issues or economic needs.

**Palavras-chave em língua estrangeira:** extension; pandemic; information and communication technologies.

## **INTRODUÇÃO**

O “Projeto Casa da Paz: dignidade e acesso à justiça”, vinculado ao curso de Direito da Universidade XXXXX *campus* XXXX, possui como principal objetivo orientar os cidadãos sobre os seus direitos. Além das orientações jurídicas, busca-se oferecer a mediação como método consensual de solução de conflitos, evitando-se processos judiciais litigiosos e, ao mesmo tempo, reestabelecendo vínculos familiares e sociais. Os atendimentos e as mediações são realizados por alunos do curso de Direito, com a supervisão de professores, que se propõem ao atendimento jurídico humanizado, com a escuta ativa e a solução consensual de conflitos. O público-alvo do Projeto são pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e social, que não possuem condições de arcar com os custos de advogado.

Assim, em 2015, quando o Projeto Casa da Paz iniciou suas atividades em parceria com a Cúria Metropolitana de Contagem, os beneficiários eram atendidos, exclusivamente, de forma presencial. Contudo, em 2020, em virtude da pandemia do novo coronavírus e a impossibilidade de realização de atividades coletivas e do estímulo ao afastamento social, as atividades do Projeto foram suspensas.

No entanto, o público-alvo do projeto continuava necessitando dos atendimentos, ainda mais considerando que várias instituições públicas ligadas à proteção de direitos estavam com suas atividades limitadas. Assim, foi elaborada uma nova metodologia para as atividades de extensão desenvolvidas no Projeto, com a utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC’s). A nova proposta, aprovada em edital da Pró-reitoria de Extensão - PROEX, iniciou sua aplicação em fevereiro de 2021.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

O município de Contagem compõe a Região Metropolitana de Belo Horizonte em Minas Gerais, com população de 621.863 habitantes, sendo a 3<sup>a</sup> e a 33<sup>a</sup> maior população respectivamente em Minas e no Brasil, segundo o censo do IBGE de 2022. Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano, apresenta IDH considerado alto (0.756) mas que figurava, segundo dados do censo de 2010, como 31<sup>o</sup> município no estado. Talvez seja possível compreender esses quando se compara os dados de educação, em que o município cai para as

493<sup>a</sup> e 3079<sup>a</sup> posições em relação à taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade. O mesmo ocorre em relação aos dados sobre saúde, em que Contagem figura nas 385<sup>a</sup> e 2920<sup>a</sup> posições em relação ao número de óbitos por mil nascidos vivos. Já em relação à geração de riquezas, o município cai apenas para as 80<sup>a</sup> e 801<sup>a</sup> posições em relação ao PIB per capita e registra salário médio mensal dos trabalhadores formais de 2,4 salários-mínimos, o que correspondem às 59<sup>a</sup> e 729<sup>a</sup> posições.

Em uma breve análise, o município é de porte significativo e apresenta uma desigualdade social no acesso às políticas públicas expressiva, mas com divisão das riquezas ligeiramente melhor que a média brasileira, que não é notória por ser justa. O valor do IDH de 2022 por município ainda não foi disponibilizado, mas considerando que o índice de Minas Gerais se elevou nesse período e as posições ocupadas por contagem, é de se esperar que o IDH de Contagem tenha melhorado nestes 12 anos.

Em relação ao acesso à justiça, de acordo com o Painel de Estatísticas do Poder Judiciário<sup>3</sup> e a Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (DATAJUD) do CNJ, em 2023 foram distribuídos 54.026 novos processos na comarca de Contagem, com uma média de 4.502 processos por mês, o que representa aproximadamente 12% mais que em 2022. Quando analisados os dados desde 2020 o aumento correspondeu a 48%, ou seja, representa quase uma vez e meia a quantidade total de processos quando comparado o período dos últimos 4 anos. Ao correlacionar IDH e acesso à justiça, Fernanda Tartuce e Diego Faleck afirmam que: “[...] estudos revelaram ainda haver uma clara correlação entre o grau de desenvolvimento socioeconômico e a quantidade de demandas, de forma que, quanto maior o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), maior o número de processos. (Tartuce; Faleck, 2008)”.

Portanto, é possível deduzir que as demandas jurídicas tendem a crescer no município de Contagem e a população hipossuficiente necessita de instrumentos para promover o seu acesso à justiça. Diante deste cenário, a situação problema está associada à garantia do acesso à justiça como requisito fundamental dos direitos humanos. Neste sentido, a primeira noção desta garantia está associada a uma justiça eficaz, célere e acessível a todas as pessoas que dela necessitem, tornando-se, assim, um mecanismo de igualdade jurídica.

Todavia, a realidade de muitas pessoas que procuram exercer esta garantia constitucional é bastante diferente, pois o acesso à justiça não é fácil. Na visão de Mauro Cappelletti e Bryan Garth (Cappelletti; Garth, 1988), podem constituir obstáculos ao acesso à justiça: a) o valor das custas judiciais, a existência de causas de valor pequeno e o tempo de

---

<sup>3</sup> Disponível em <https://painel-estatistica.stg.cloud.cnj.jus.br/estatisticas.html>

duração do processo; b) os recursos financeiros das partes, a ausência de aptidão para reconhecer um direito de forma a propor uma ação ou apresentar sua defesa, a existência de litigantes habituais e eventuais; c) os problemas especiais relacionados aos interesses difusos, de natureza transindividual.

Em geral, o sistema adversarial (baseado em um processo judicial) tende a confrontar ainda mais as partes em litígio, prolongando os conflitos e as insatisfações. Por isso, atualmente, outras formas de resolução de conflitos vêm sendo buscadas, inclusive pelo próprio Poder Judiciário, para a pacificação social, o que é chamado de “tribunal multiportas”. Marco Antônio Garcia Lopes Lorencini (2020), afirma que um conflito não solucionado por pessoas pode ser resolvido por diferentes vias para além daquela oferecida pelo Estado-Juiz, para o autor:

[...] o Sistema Multiportas é o nome que se dá ao complexo de opções, envolvendo diferentes métodos, que cada pessoa tem à sua disposição para tentar solucionar um conflito. Este sistema pode ser articulado ou não pelo Estado, envolver métodos heterocompositivos ou autocompositivos, adjudicatórios ou consensuais, com ou sem a participação do Estado. (Lorencini in Salles; Lorencini; Silva, 2020, p. 72)

A abordagem multiportas reconhece a viabilidade da convergência entre esforços jurisdicionais e não jurisdicionais, partindo do pressuposto de que:

[...] os mecanismos não jurisdicionais de solução de conflitos não são uma criação do século XX, longe disso. Sempre houve, em cada sociedade e em cada época, maior ou menor propensão a mecanismos de justiça formais e centralizados no Estado ou, por outro lado, a mecanismos menos formais e com menor ou nenhuma presença estatal. (Roberts & Palmer, 2005, p.34, apud Silva in Salles; Lorencini; Silva, 2020, p. 41).

Neste cenário, as diferentes técnicas e métodos do sistema multiportas: negociação, mediação, conciliação, arbitragem, avaliação neutra, facilitação de diálogos apreciativos e os comitês de resolução de disputas, entre outros, são tradicionalmente designados como Alternative Dispute Resolutions – ADRs, Meios Alternativos de Resolução de Controvérsias – MASCs, ou ainda Meios Extrajudiciais de Resolução de Controvérsias – MESC. Estas nomenclaturas focam ora no lugar de aplicação dos meios (judicial ou extrajudicial) ora na diferenciação com a resolução jurisdicional tratada como regulares em contraposição ao que seriam as formas alternativas. (Vasconcelos, 2023, p. 180).

Apesar do disposto, tende-se, hoje, para o uso de meios ou métodos de Resolução Adequada de Disputas – RAD. Meios estes que não dispensam a opção pelo judiciário, considerada adequada para diversos casos, ou ainda funcionam em conjunto com ela uma vez

---

<sup>4</sup> Apesar de citar obra de 2005, o autor apenas apresenta nos referenciais bibliográficos a obra: ROBERTS, S.; PALMER, MD. **Dispute processes – ADR and the Primary Forms of Decision-Making**. London: Cambridge, 2009.



que são incorporados ou atuam de maneira complementar ao processo jurisdicional. Sobre o papel da Justiça, e por conseguinte, do Estado, na resolução dos conflitos e na vida das pessoas, Bauman resgata a formação dos estados modernos e reflete que apoiado no tripé econômico-cultural-militar, cada nação-estado teve de assumir, catalogar, supervisionar e administrar os recursos morais da população e o potencial contraestrutural da socialidade (Bauman, 2006). Nesse âmbito, para Paulo Eduardo Alves da Silva (2020):

Desde a consolidação dos Estados modernos, generalizou-se a crença de que o método mais adequado para a solução justa desses conflitos seria aquele oferecido pelo próprio Estado, por meio da jurisdição e do processo judicial. O mecanismo estatal possui princípios próprios e um conjunto farto de regras, o que constitui o próprio “direito processual”. (Silva in Salles; Lorencini; Silva, 2020, p.37)<sup>5</sup>

Dessa forma, a partir da defesa da liberdade e da emancipação, a racionalidade moral-prática vinculou-se diretamente ao princípio do Estado com a submissão necessária da primeira ao segundo. Em uma perspectiva histórica, as forças emancipatórias convergiram, paradoxalmente, em forças regulatórias. Essa dicotomia explícita o questionamento do rigor da aplicação legal frente à figura do indivíduo e a preservação de seus interesses e de sua autonomia. Nas palavras de Paulo Silva:

a hegemonia do método estatal tradicional tem sido questionada: o processo judicial é sempre o método mais adequado para se produzir justiça? A jurisdição estatal é a única competente para tanto? Poderia a própria sociedade promover, de forma autônoma e difusa, soluções para as disputas de interesse mais justas do que a provinda do Estado? Determinadas disputas seriam resolvidas com mais justiça mediante outros tipos de mecanismos? Deve a sociedade ter seus próprios mecanismos de solução de disputas? (Silva in Salles; Lorencini; Silva, 2020, p.37).

Nesse contexto, a lógica democrática e liberal de pluralização das opiniões e de valorização do indivíduo permeia a configuração e a reconfiguração dos estados democráticos, em certa medida, de maneira excessiva. “No fundo, todos esses imperativos transformaram-se em opiniões livres, em direitos individuais, tendo sido, no passado, pensados ao contrário, como deveres absolutos do homem para consigo (Lipovetsky, 2004, p. 27)”.

Em contrapartida, sobre o papel do Estado neste cenário: “[...] é uma das mais originais características da idade pós-moderna que o estado não mais tem capacidade, necessidade nem vontade de liderança espiritual (incluindo isso a moral). (Bauman, 2006, p. 159)”.

A cultura dos deveres foi, então, substituída pela cultura dos direitos e escolhas individuais. A gestão funcional de si, com base no bem-estar, tem primazia nos dias de hoje. Mesmo quando se opta pelos ideais religiosos ou sociais, essa escolha já não é mais feita, em

---

<sup>5</sup> Texto Resolução de disputas: métodos adequados para resultados possíveis e métodos possíveis para resultados adequados

grande medida, por atendimento a um dever, antes ela é pessoal, emocional e vinculada à autonomia individual livre. Apesar do disposto, a dissolução dos deveres coloca as pessoas na difícil tarefa de escolher seus fundamentos morais. Na era do individualismo, de cada um por si, o indivíduo clama para si a avaliação da efetividade e do caráter de justiça da solução de conflitos.

Por tudo exposto, para a boa realização dos métodos consensuais na resolução adequada de conflitos, exige, mais do que conhecimento teórico obtido com o tempo, necessita de habilidades e competências práticas. Segundo o Manual de Mediação do Conselho Nacional de Justiça (2015b) o conhecimento dos fundamentos da negociação, da teoria do conflito e da teoria dos jogos é necessário, contudo é preciso ir além, pois “neste contexto, um mediador competente pode ser definido como aquele que consegue desenvolver uma habilidade de aplicação de uma teoria autocompositiva com postura e atitudes adequadas”. Segundo o Manual de Mediação do CNJ (2015b), uma vez que a formação busca o desenvolvimento de habilidades e de posturas e atitudes adequadas, é importante o estabelecimento de formas de treinamento baseadas em competências. Que podem ser divididas em a) autocompositivas; b) cognitivas quanto ao conflito; c) perceptivas; d) emocionais; e) comunicativas (e de formulação do pedido); f) do pensamento criativo; g) de negociação; e h) de pensamento crítico.

Nesse contexto, as atividades de extensão ampliam o espaço da sala de aula, permitindo que a construção do saber se faça dentro e fora da academia, o que contribui no processo pedagógico e a participação e intercâmbio entre as comunidades interna e externa da Universidade, de acordo com a definição na Política de Extensão (2006) e no Plano de Desenvolvimento Institucional da PUC Minas (PDI, 2022-2026). “[...] a extensão universitária é uma das formas por meio da qual a PUC Minas responde, dada sua natureza filantrópica, confessional e comunitária, aos desafios da contemporaneidade.” (PDI, 2022-2026, p. 14).

Por esse motivo, o Projeto apresenta acentuada relevância acadêmica, haja vista proporcionar a inserção do docente e do discente no chamado “mundo da vida” (Habermas, 2012), isto é, na compreensão de um mundo estruturado na dimensão socioeconômica e política. Neste sentido, a práxis extensionista promove a compreensão de um mundo do direito inserido numa comunidade de vulnerabilidade, contribuindo para a formulação, e até mesmo a avaliação crítica de políticas públicas locais e regionais, além de promover uma formação humanista e técnico-acadêmica dos discentes envolvidos, propiciando-lhes a obtenção de competências e habilidades necessárias ao enfrentamento dos problemas da sociedade contemporânea. Ademais, a prática extensionista possui uma dialética de processos históricos, de saberes, envolvendo os partícipes do projeto (beneficiários) e, sobretudo, discentes e docentes.

A experiência extensionista do docente acarreta a reflexão de práticas pedagógicas desenvolvidas em salas de aula (art. 4º, VII do Regulamento da PROEX). A realidade da comunidade, do indivíduo, ao adentrar na vida acadêmica universitária, a partir da dialeticidade da prática extensionista, desvelará o véu falacioso da autossuficiência do Direito ante uma realidade social cada vez mais complexa.

O contato com a realidade social proporciona um importante momento de reflexão e, por consequência, o questionamento, a indagação constante do saber. Esse é elemento fundamental para a pesquisa. Assim, o projeto visa aliar o ensino, a extensão e a pesquisa, pois a partir da capacidade questionadora e investigativa o discente pode ser levado à produção de conhecimento, com a criação de novas práticas de transformação para a realidade social que passa a lidar.

## **METODOLOGIA**

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por meio da Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010, que “dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências”. Segundo o texto do CNJ (2010), a referida Política baseia-se na consideração de que “o direito de acesso à Justiça, previsto no art. 5º, XXXV, da Constituição Federal além da vertente formal perante os órgãos judiciários, implica acesso à ordem jurídica justa”. Interpretando conjuntamente com o preâmbulo da Constituição Federal de 1988 – CF/88 (Brasil, 1988), que prevê, entre seus valores e fundamentos, “a solução pacífica das controvérsias”, percebe-se que o texto constitucional optou por não restringir a forma de solução de conflitos à forma judicial, sendo assim, formas extrajudiciais ou mesmo pré-jurispcionais, desde que pacíficas, são não apenas bem-vindas, mas necessárias e devem ser incentivadas. (Almeida Filho, 2018)

Neste tema de acesso à justiça, o CPC (Brasil, 2015a) atribui aos tribunais a obrigação de criação dos Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos o que, modo geral, se traduz nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC, já previstos na Portaria nº 125/2010 do CNJ. Estes centros são responsáveis pela realização ou gestão das sessões e audiências de conciliação e mediação, bem como pelo atendimento e orientação ao cidadão e deverão contar com setores de solução de conflitos processual, de solução de conflitos pré-processual e de cidadania. Sendo que estes dois últimos setores podem desenvolver parcerias com universidades para atendimento por meios dos Postos de Atendimento Pré-Processual (PAPRE) e dos Postos de Cidadania.

A possibilidade da instituição de postos de atendimento de mediação pré-processual se converte em execução de atividades práticas para os alunos do curso de Direito, seja no âmbito dos projetos de extensão ou de disciplinas de estágio prático. Essas experiências no currículo do estudante de direito são essenciais para o desenvolvimento do conhecimento e de habilidades específicas essencial para o alcance de resultados satisfatórios na mediação. Em contrapartida, sua falta pode representar um óbice ao avanço e difusão da mediação no Brasil. (Lima; Viana, 2019)

Nesse contexto, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, a Sociedade Mineira de Cultura (SMC) e a Mitra Arquidiocesana de Belo Horizonte (RENSA – Região Episcopal Nossa Senhora Aparecida) firmaram, em 06/11/2014, o Termo de Cooperação Técnica com o objetivo de implantar o primeiro PAPRE e Posto de Cidadania na comarca de Contagem. O que foi viabilizado em julho de 2015 pelo curso de Direito da Universidade XXXXX *campus* XXXX, por intermédio do Projeto de Extensão Casa da Paz, com acordos subsequentes sendo celebrados para manutenção da oferta.

O referido convênio faz parte das ações da Coordenação de Extensão do curso de Direito, como se vê no seu Projeto Pedagógico: “Dentre essas ações destaca-se a parceria com entidades privadas para conjugação de esforços que viabilizem o desenvolvimento de atividades jurídicas pelos alunos, sob a orientação do professor Coordenador de Extensão e outros professores envolvidos no programa, junto a parcelas determinadas da sociedade, para esclarecimento de seus direitos e propiciar o efetivo exercício da cidadania”. (Faculdade Mineira de Direito, p. 139)

Ainda, o Projeto “Casa da Paz” está articulado com a disciplina de Estágio Supervisionado – Prática Real – SAJ, por meio de parceria interna com o Serviço de Assistência Judiciária (SAJ) da Universidade XXXXX *campus* XXXX. Os acordos realizados nas sessões de mediação do Projeto são encaminhados para o SAJ, para o pedido de homologação judicial. Desta feita, a partir do envio do termo de acordo e documentos para o SAJ, um aluno vinculado ao SAJ (estagiário) ficará responsável por acompanhar, junto aos advogados que atuam no SAJ e junto aos professores, os futuros atendimentos necessários aos beneficiários do Projeto em relação ao processo judicial até a homologação do acordo por sentença.

As atividades de atendimento do projeto são desenvolvidas na Cúria Metropolitana de Contagem, que está localizada em área de grande circulação e de fácil acesso à população. A Cúria também é um espaço de promoção do desenvolvimento humano, contando com a integração de diversas pastorais. Esta parceria concretiza o art. 3º, V do Regulamento da PROEX – PUC Minas, que aponta como diretriz da extensão universitária a “contribuição para

o desenvolvimento da sociedade, priorizando ações voltadas para o desenvolvimento do processo de inclusão social, para a efetividade dos direitos humanos, da democracia, da cidadania, da sustentabilidade, da justiça, da equidade, e dos demais valores que norteiam a missão da Universidade, como instituição de caráter confessional e comunitário, vinculada à Igreja Católica” (PUC Minas, 2022).

Inicialmente, para fins da mediação pré-processual, a população atendida consiste em pessoas que vivem em Contagem, sendo que, em relação as orientações jurídicas, este público é ampliado para toda a Região Episcopal Nossa Senhora Aparecida – RENSA, composta por 69 paróquias, em comunidades localizadas em Belo Horizonte, Betim, Contagem, Esmeraldas, Ibirité e Sarzedo. Normalmente são pessoas em situação de vulnerabilidade social, que precisam de assistência e esclarecimentos para demandas jurídicas relacionadas ao Direito de Família (pensão alimentícia, guarda e regulamentação de visita de filho menor, divórcio, violência doméstica, entre outros); Direito do Consumidor e Direito Civil (dívidas, contratos bancários, direitos de vizinhança, entre outros).

No entanto, o atendimento remoto possibilitou realizar a orientação de pessoas em outras localidades sobre os seus direitos, não somente no aspecto jurídico, mas também relacionado à dimensão social e da comunidade na qual está inserido, conforme a diretriz de “interação dialógica entre a Universidade e outros setores da sociedade” (PUC Minas, 2022). Dessa forma, o Projeto casa da Paz tem se consolidado como importante instrumento de acesso à justiça e inclusão social com o encaminhamento para as redes socioassistencial, de saúde e de garantia de direitos, etc. Muitas pessoas passaram a ter um espaço para serem acolhidas, com a aplicação da escuta qualificada, nos atendimentos realizados pelos docentes e pelos extensionistas e se sentiram, assim, predispostas a solucionar os conflitos por intermédio da conciliação e mediação junto ao Posto de Atendimento Pré-Processual (PAPRE).

Em síntese, o Projeto se desenvolve a partir da seleção dos extensionistas por meio da Chamada Unificada da PROEX, buscando-se um perfil voltado para ações sociais, o que é analisado pela carta de intenção apresentada na inscrição, bem como pela entrevista, se necessário. Antes de iniciarem os atendimentos, no início de cada semestre, os alunos selecionados passam por uma capacitação para os atendimentos, bem como para o desenvolvimento de competência e habilidades necessárias para atuarem como conciliadores e mediadores. A partir do calendário letivo, o atendimento individual para esclarecimentos de dúvidas e orientação jurídica é realizado pelos alunos e professores do curso de Direito em um dia fixo da semana, no período da tarde, na Cúria Metropolitana de Contagem. Assim, as

pessoas se dirigem à Cúria, sem necessidade de agendamento prévio, sendo atendidas por ordem de chegada, mediante controle dos funcionários da Cúria.

No atendimento jurídico individual, o vínculo com o beneficiário inicia-se com uma entrevista, por equipes formadas por dois extensionistas que preenchem um formulário eletrônico com informações socioeconômicas. Este contato permite que os discentes conheçam a realidade do beneficiário e se está inserido no perfil de público-alvo do projeto. Somente após essa análise e conversa inicial é que é abordada a questão propriamente jurídica apresentada pelo beneficiário. Após identificada a demanda jurídica, explicita-se as orientações jurídicas e os encaminhamentos pertinentes para outras instituições, mapeadas pelos próprios extensionistas, para a resolução da demanda. Pode-se citar, por exemplo, a informação de como requerer/obter documentos públicos.

Os extensionistas buscam estabelecer um vínculo com o beneficiário em atendimento, com o objetivo de ouvi-lo de forma humana e atenciosa, para ajudá-lo a se apropriar dos processos de decisão que afetam sua vida, produzindo um saber a partir das suas necessidades, suas demandas, que orientarão na busca pela melhor solução do conflito e, dessa forma, são feitas as triagens para Mediação e Conciliação no PAPRE. Esse atendimento também ocorre na Cúria, mas em uma sala estruturada pelo TJM G para a realização das sessões. No dia marcado, comparecendo os interessados, a equipe composta por dois alunos, acompanhados de um(a) professor(a), iniciará a sessão de mediação, que poderá:

- ser reagendada, quando os envolvidos ainda não estiverem preparados para estabelecer o acordo ou um deles não comparecer;
- finalizada sem acordo por desistência de um ou de ambos os envolvidos em relação ao procedimento da mediação. Neste caso, eles poderão voltar à sala de orientação jurídica para receber informações de como resolver o conflito na forma litigiosa;
- finalizada com acordo. Com isso, os alunos, sob a supervisão do(a) professor(a) responsável, redigirão o acordo para assinatura dos envolvidos, que será encaminhado junto com os documentos necessários para o Serviço de Assistência Judiciária (SAJ) da Universidade XXXXX campus XXXX, para o pedido de homologação judicial.

Deste momento em diante os contatos com os beneficiários do Projeto sobre a homologação judicial do acordo eram realizados pelos estagiários e advogados do SAJ.

O PAPRE/CEJUSC oferece uma alternativa fundada no diálogo e na cooperação entre as pessoas envolvidas no conflito para a superação das suas divergências. Busca-se que o acordo seja firmado pelas próprias partes, com autonomia, pautadas no entendimento das causas e consequências conflituosas, a fim de delimitar as possibilidades e capacidades dos envolvidos,

pretendendo, assim, o efetivo cumprimento do que foi pactuado. Devido à esta natureza de diálogo, sua metodologia prevê a realização de encontros presenciais, contudo, diante da emergência de saúde pública em âmbito internacional e o alto grau de transmissibilidade do novo coronavírus, as autoridades governamentais tomaram medidas para restrição de sua propagação e suspenderam várias atividades presenciais, entre elas, as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Assim, as aulas passaram a ser realizadas no formato remoto, com o auxílio das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC's), que consistem em um conjunto de ferramentas integradas entre si, a fim de favorecer o aumento da interatividade, por meio de máquinas e programas geradores de acesso ao conhecimento. A travessia das aulas presenciais para as aulas remotas, apesar da complexidade, foi realizada em curtíssimo período. Por outro lado, a pesquisa e a extensão universitárias demoraram um pouco mais nesta adaptação diante das incertezas sobre a duração da pandemia.

O Projeto de extensão “Casa da Paz: dignidade e acesso à justiça” desafiado a se organizar a fim de manter o atendimento das pessoas, especialmente as mais vulneráveis foi, então, adaptado e iniciou seu novo formato, totalmente virtual, no ano de 2021. Primeiramente, adotou-se um número de telefone para mensagens instantâneas por aplicativo (*Whatsapp*). No novo fluxo, os interessados enviavam mensagens solicitando o atendimento jurídico remoto, que era agendado em planilha própria, compartilhada a fim de que todos os participantes do Projeto tivessem acesso.

No dia agendado, os beneficiários recebiam pelo aplicativo *Whatsapp* as orientações e o link para acesso à plataforma da videoconferência. O *Microsoft Teams*, enquanto aplicativo oficial utilizado pela Universidade XXXXX para atividades remotas, foi utilizado nas atividades do Projeto. Desta forma, foi criada uma equipe no *Teams* com o nome do Projeto, incluindo os alunos extensionistas e professores responsáveis. Quando os beneficiários encontravam dificuldades no acesso, as orientações continuavam pelo aplicativo *Whatsapp*, até que fosse possível a realização da atividade por meio do *Teams*.

Os atendimentos sempre eram realizados com câmeras ativadas, a fim de que o beneficiário, os alunos e os professores se visualizassem mutuamente. Somente em situações de instabilidade técnica é que o atendimento era realizado com a câmera desativada. Portanto, ainda que em ambientes presenciais diferentes, tentou-se manter o mínimo de contato necessário para o acolhimento humanizado, característica essencial do Projeto Casa da Paz.

As mediações também foram realizadas no formato remoto pela plataforma *Teams*. Assim, após o atendimento jurídico inicial ao beneficiário e, conforme avaliação do caso, era

oferecida a mediação como forma de resolução adequada para o conflito narrado. Na hipótese de aceite, o Projeto contacta, por ligação telefônica ou mensagem pelo aplicativo *Whatsapp*, a outra pessoa convidando-a para a mediação. No dia agendado para a sessão de mediação, ambos recebiam o link de acesso para a reunião. Quando todos estivessem na sala virtual de mediação, com suas câmeras ativadas, os alunos e professores iniciavam a sessão, buscando estabelecer todas as fases da mediação. Alcançado o acordo, agendava-se nova sessão de mediação para a sua leitura e aprovação. Após, o termo de acordo era enviado para assinatura das partes, normalmente pelo aplicativo *Whatsapp*, sendo devolvido da mesma forma, juntamente com os documentos necessários para envio à homologação judicial, por meio do Serviço de Assistência Judiciária da Universidade XXXXX *campus* XXXX.

A utilização das TIC's na atividade extensionista possibilitou o contato com diversas dificuldades sociais e econômicas relatadas pelos beneficiários, principalmente durante o período atípico vivenciado, aproximando-os da realidade social do seu entorno e levando-os à percepção de que é necessário o acesso à justiça mais humanizado, adequando-se às novas diretrizes para a extensão na educação superior, de acordo com a Resolução CNE/CES n. 7/2018 de curricularização da extensão nos cursos de graduação. Conforme explicam Stangherlin e Spengler (2021):

[...] nesse sentido, as novas implementações carreadas pela Resolução CNE/CES nº 7/2018 são passos primorosos rumo à reformulação da função exercida por juristas diante de um tecido social tão desigual e desarmonioso. Inserir o profissional jurídico em formação, e todos os elementos advindos de um processo de ensino e aprendizagem integrativo, na vivência comunitária é dar condições para o desenvolvimento de uma justiça estatal mais próxima do cidadão e mais humanizada. (Stangherlin; Spengler, 2021, p. 7)

Em que pesem os resultados positivos do atendimento remoto, em 2022, o projeto retomou as atividades presenciais, mas passou a contar com o aprendizado da experiência do formato remoto. O atendimento presencial continua sendo extremamente importante uma vez que permite a vivência da riqueza interpessoal que o atendimento remoto não consegue alcançar. Assim, tentou-se a retomada em formato exclusivamente presencial, porém logo percebeu-se o impacto no público do Projeto e optou-se pelo formato híbrido, mantendo-se a possibilidade do atendimento remoto para as orientações do Posto de Cidadania e ficando a exclusividade do atendimento presencial para as sessões de mediação no PRAPE.

De toda forma, tanto no contexto presencial como no remoto, os alunos adquirem no bojo do Projeto, uma nova forma de diálogo com a comunidade. Desta relação espera-se uma reelaboração no conhecimento e nas práticas/técnicas aprendidas na Universidade por parte dos estudantes e uma conscientização do público-alvo sobre seus direitos e maior equidade.



## DISCUSSÃO E RESULTADOS

A partir do registro dos atendimentos no formulário on-line implementado desde 2019, têm-se os seguintes dados de atendimento:

**Tabela 1 – Crescimento dos Atendimentos no Posto de Cidadania do Projeto Casa da Paz / 2019 a 2023**

Ano	Atendimentos	Crescimento	Crescimento ref. 2019
2019	51	#	#
2020	#	#	#
2021	61	19,61%	19,61%
2022	90	47,54%	76,47%
2023	143	58,89%	180,39%

**Fonte: Elaboração própria**

Percebe-se um nítido aumento dos atendimentos realizados pelo Posto de Cidadania, em especial a partir de 2022, quando da implantação do modelo híbrido. Entre os formatos totalmente presencial (51 atendimentos) e totalmente virtual (61) atendimentos, a diferença é de significativos 20%, contudo não se comparam com os números alcançados pelo formato híbrido. Entre 2021 e 2022, a quantidade de atendimentos cresceu mais de 47% e quando comparados 2022 e 2023, o crescimento obtido foi de quase 59%. Ao observar o período inicial e final, percebe-se que os atendimentos evoluíram de 51 em 2019 para 143 em 2023, o que significa um crescimento total de mais de 180%.

Podemos aferir, segundo a Tabela 2, que no decorrer de existência do projeto, diante dos relatórios de análise dos atendimentos, oriundos do questionário aplicado em todos os atendimentos pelos extensionistas que, em sua maioria (66,38%), os atendidos se declaram pardos e negros.

**Tabela 2 – Distribuição por raça/cor do público atendido pelo Posto de Cidadania do Projeto Casa da Paz entre 2019 e 2023**

Raça/cor	Total	Porcentagem
Amarelo	11	3,19%
Branco	103	29,85%
Indígena	01	0,29%
Pardo	162	46,96%
Preto	67	19,42%
Não declarado	01	0,29%
<b>TOTAL</b>	<b>345</b>	<b>100%</b>

**Fonte: Elaboração própria**

Ainda, conforme a Tabela 3, podemos chegar à conclusão de que 69,86% do público atendido é do sexo feminino. Normalmente são mulheres responsáveis pelo seu núcleo familiar e que, muitas vezes, sofrem com diversas formas de agressão e discriminação e buscam o amparo da tutela jurisdicional para si ou para seus filhos.

**Tabela 3 - Distribuição por sexo/gênero do público atendido pelo Posto de Cidadania do Projeto Casa da Paz entre 2019 e 2023**

Sexo/Gênero	Total	Porcentagem
Feminino	241	69,86%
Masculino	103	29,86%
Não Declarado	01	0,28%
<b>TOTAL</b>	<b>345</b>	<b>100%</b>

**Fonte: Elaboração própria**

É possível, verificar, ainda, segundo Tabela 4, que as modalidades de atendimento impactaram no alcance do atendimento de pessoas de diferentes cidades. Enquanto em 2019, no primeiro ano de registro, foram alcançadas quatro diferentes cidades, todas da Região Metropolitana de Belo Horizonte, em 2023 o Projeto alcançou 15 cidades, incluindo algumas delas de fora da região metropolitana e inclusive duas delas de fora do estado de Minas Gerais. Interessante notar que, mesmo com a mudança do atendimento de integralmente presencial para integralmente virtual, entre 2019 e 2021, a quantidade de atendimentos de pessoas de Contagem permaneceu inalterado entre os anos de 2019 e 2021, sendo que o crescimento do atendimento

de 51 para 61 foi distribuído nas outras cidades atendidas. Analisando a Tabela 4 é possível afirmar ainda que, mesmo com o aumento de cidades alcançadas, o crescimento foi mais acentuado em Contagem, sendo que quase 80% dos atendimentos de 2023 se mantiveram na cidade sede do Projeto.

Em relação aos tipos de casos atendidos, pode-se aferir que mais de 70% envolvem o Direito das Famílias, no tocante aos pedidos de alimentos, guarda, divórcio, alienação parental, reconhecimento e dissolução de união estável, envolvendo, ainda, vulnerabilidade de pessoas idosas e com deficiência. De todos os atendimentos realizados dentro do período compreendido, quase a metade são encaminhados para as sessões de mediação, com significativo êxito na pacificação do conflito por intermédio dos acordos realizados.

**Tabela 4 - Distribuição por cidade de moradia do público atendido pelo Posto de Cidadania do Projeto Casa da Paz entre 2019 e 2023**

<b>Cidade</b>	<b>2019</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>Total</b>
Contagem	33	33	77	114	257
Belo Horizonte	2	17	8	12	39
Betim	7	4	2	4	17
Ibirité	1	2	2	2	7
Ribeirão das Neves		2		1	3
Vespasiano			1	1	2
Esmeraldas				2	2
Santa Luzia		1			1
Mário Campos		1			1
Santa Rita do Sapucai				1	1
Caeté				1	1
Para de Minas				1	1
Ibiá				1	1
São Paulo				2	2
Rio de Janeiro				1	1
Não declarado	8	1			9
<b>Total Geral</b>	<b>51</b>	<b>61</b>	<b>90</b>	<b>143</b>	<b>345</b>

**Fonte: Elaboração própria**

Em relação a outro aspecto de resultado importante, sobre as oportunidades de formação, o Projeto também é um *locus* privilegiado para que o discente aprimore a sua qualificação na formação de competências e habilidades requeridas aos profissionais do Direito, tais como:

[...] sólida formação geral, humanística capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, além do domínio das formas consensuais de composição de conflitos, aliada a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem, autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício da Ciência do Direito, à prestação da justiça e ao desenvolvimento da cidadania. (Conselho Nacional de Educação, 2018)

De maneira consonante, o Projeto desenvolve nos discentes as competências previstas no Guia de Mediação CNJ (2015b), como competências perceptivas, emocionais, comunicativas, de pensamento criativo e de negociação que afetam diretamente as etapas de acolhida, declaração inicial das partes, planejamento, esclarecimentos dos interesses ocultos e negociação do acordo. Além disso, para a condução da mediação, diversas técnicas e ferramentas de mediação são apreendidos e aplicados, como: co-mediação, recontextualização, identificação das propostas implícitas, formas de perguntas, escuta ativa, produção de opção, acondicionamento das questões e interesses das partes, teste de realidade ou reflexão. Por fim, contribui-se, também, para o Judiciário em Contagem, a fim de buscar soluções extrajudiciais, evitando mais processos litigiosos e demorados que obstruem a capacidade judicial.

Os resultados ora apresentados consistem na comparação entre o atendimento presencial e o remoto. Neste sentido, observou-se maior facilidade dos beneficiários em participar dos atendimentos jurídicos remotos, haja vista não precisar se deslocarem para o atendimento presencial, e algumas pessoas conseguiam pequenos intervalos no horário de trabalho para serem atendidas, o que poderia ser inviável considerando o trajeto caso fosse necessário o deslocamento sendo necessário assim um período maior para ser atendido presencialmente.

Foram realizadas sessões de mediação com pessoas em outras cidades e Estados brasileiros, o que antes da pandemia era inimaginável, devido à dificuldade de locomoção física. Este fator abrange, ainda, pessoas idosas e com alguma deficiência física. Observou-se, também, que as dificuldades técnicas, tais como ausência de sinal de internet ou aparelho celular inadequado, bem como a falta de conhecimento dos recursos tecnológicos não foram, em geral, empecilhos para o atendimento. Algumas pessoas confessaram que era a primeira vez que participavam de uma videoconferência, mas se sentiam extremamente satisfeitas em terem

conseguido vencer o obstáculo tecnológico, bem como por terem recebido a orientação jurídica ou participado da mediação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A execução do Projeto Casa da Paz gerou uma série de impactos significativos em diversas áreas. Primeiramente, houve um fortalecimento da atuação interinstitucional, estabelecendo laços sólidos entre diferentes entidades. Além disso, contribuiu para a consolidação do ensino humanitário e de matriz confessional, promovendo valores fundamentais na comunidade. A implementação do projeto também resultou na criação de uma nova forma de atuação e novas instâncias de formação, expandindo os horizontes acadêmicos e profissionais dos envolvidos.

Para a população envolvida, o projeto promoveu o desenvolvimento de laços solidários e fortaleceu vínculos comunitários. Além disso, contribuiu para a formação consciente dos direitos e garantias fundamentais, e incentivou a mudança de valores e atitudes. Os resultados específicos incluem o apoio ao exercício da cidadania e garantia de direitos por meio de orientações jurídicas, a resolução de conflitos através de acordos no CEJUSC, e a participação em eventos na Cúria Metropolitana de Contagem.

No que diz respeito à formação dos alunos envolvidos, o projeto proporcionou o desenvolvimento da capacidade para formular problemas e projetos, além de uma postura ética e crítica. Também estimulou a reflexão entre teoria e prática, preparando os alunos para enfrentar desafios reais e contribuir de forma significativa para a sociedade. Para os professores, o projeto ofereceu oportunidades de pesquisa e reflexão, incentivando a busca por novas abordagens e metodologias para a continuidade das atividades. Em suma, o Projeto Casa da Paz demonstrou ser uma iniciativa multifacetada e impactante, com resultados tangíveis e duradouros para todos os envolvidos.

## **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA FILHO, Roberto Nobrega de. **O instituto da mediação no contexto jurídico luso-brasileiro**. São Paulo: LTr, 2018

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm). Acesso em: 25 abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm). Acesso em: 25 abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2015a. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/L13105compilada.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13105compilada.htm). Acesso em: 25 abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015**. Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997. Brasília, DF: Presidência da República, 2015b. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113140.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113140.htm). Acesso em: 25 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Superior. Câmara de Educação Superior. Resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 49-50, 19 dez. 2018. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE\\_RES\\_CNECESN72018.pdf](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf). Acesso em: 22 jun. 2022.

CAPPELLETI, Mauro; GARTH, Bryan. **Acesso à Justiça**. Trad. Ellen Gracie North Fleet. Porto Alegre: Fabris, 1988, p. 15-29.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 5**, de 17 de dezembro de 2018. Institui as novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências. Brasília, DF: CNE, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2018-pdf/104111-rces005-18/file>>. Acesso em 10 abr. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). **Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Brasília, DF: CNJ, 2010. Disponível em [https://atos.cnj.jus.br/files/compilado1855382021\\_0820611ffaaa2655.pdf](https://atos.cnj.jus.br/files/compilado1855382021_0820611ffaaa2655.pdf). Acessado em 04 de abr. de 2024

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). **Guia de Conciliação e Mediação Judicial**: orientação para instalação de CEJUSC. Brasília, DF: CNJ, 2015a. *E-book*. Disponível em <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2015/06/1818cc2847ca50273fd110eafdb8ed05.pdf>. Acessado em 04 de abr. de 2024

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Azevedo, André Gomma de (Org.).

**Manual de Mediação Judicial.** 5ª Ed. Brasília, DF: CNJ, 2015b *E-book*. Disponível em <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2015/06/f247f5ce60df2774c59d6e2dddbfec54.pdf>. Acessado em 04 de abr. de 2024

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

HABERMAS, Jürgen. **Between Facts and Norms.** Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy. Trad. Willian Rehg. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology Press, 1996.

HABERMAS, Jürgen. Sobre a legitimação pelos direitos humanos. In: MERLE, Jean - Christophe; MOREIRA, Luiz. Direito e Legitimidade. São Paulo: Landy, 2003.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Trad. Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2007.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

MINAS GERAIS. Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. **Resolução 873**, de 19 de março de 2018. Dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Núcleo Permanente de Métodos de Solução de Conflitos, da Superintendência da Gestão de Inovação e do órgão jurisdicional da Secretaria do Tribunal de Justiça diretamente vinculado à Terceira Vice- Presidência, e estabelece normas para a instalação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania. Disponível em: <http://www8.tjmg.jus.br/institucional/at/pdf/re08732018.pdf>. Acesso em: 02 out. 2023.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. SEPLAG-CEINFO. Movimentação Processual. SIJUD - Sistema de In formações Estratégicas do Judiciário. Relatórios. 2020-2021. Disponível em: <http://sijud.tjmg.jus.br/tjmsjdint/>. Acesso em: 02 out. 2023.

OLIVEIRA, Marcos Alcyr Brito de. **Cidadania plena:** a cidadania modelando o Estado. São Paulo: Alfa-Omega, 2005.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2022-2026.** Belo Horizonte, 2022. Disponível em: [http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/D\\_OC\\_D\\_SC\\_NOME\\_ARQUI20140811180151.pdf](http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/D_OC_D_SC_NOME_ARQUI20140811180151.pdf). Acesso em: 02 out. 2023.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Extensão. **Política de Extensão Universitária da PUC Minas.** [online]. Belo Horizonte: documento oficial, 2006. Disponível em: [http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/D\\_OC\\_D\\_SC\\_NOME\\_ARQUI20131203153859.pdf](http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/D_OC_D_SC_NOME_ARQUI20131203153859.pdf). Acesso em: 02 out. 2023.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Extensão. **Cartilha A Extensão na Faculdade Mineira de Direito.** Belo Horizonte: documento oficial, 2014.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Portaria nº 02/2015.** Aprova o Regulamento da Pró-Reitoria de Extensão da Pontifícia Universidade Católica de

Minas Gerais (Processo CONSUNI n. 02/2015). Belo Horizonte, MG. PUC Minas, 2015.

Disponível em:

[https://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC\\_DSC\\_NOME\\_ARQUI20151009142046.pdf](https://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20151009142046.pdf). Acesso em: 02 mar. 2024.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Reitoria. **Portaria R/N 212/022**. Aprova alteração do Regulamento da Pró-Reitoria de Extensão da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Resolução CONSUNI n. 02/2015). PROEX. Belo Horizonte: PUC Minas, 2022. Disponível em: <[http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC\\_DSC\\_NOME\\_ARQUI20220905173910.pdf](http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20220905173910.pdf)>. Acesso em: 02 out. 2023.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Reitoria. *Portaria R/N 057/2022*. Aprova a Regulamentação Institucional da Curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. PROEX. Belo Horizonte: PUC Minas, 2022. Disponível em: [https://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC\\_DSC\\_NOME\\_ARQUI20220504164509.pdf](https://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20220504164509.pdf). Acesso em: 02 out. 2023.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Sistema Integrado de Bibliotecas. **Orientações para elaboração de trabalhos acadêmicos, relatórios técnicos e/ou científicos**: conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) / elaboração Fabiana Marques de Souza e Silva. 4 ed. reform. e atual. Belo Horizonte: PUC Minas, 2022. *E-book*. Disponível em: [www.pucminas.br/biblioteca](http://www.pucminas.br/biblioteca). Acesso em: 08 abr. 2024.

SOARES, Fábio Costa. **Acesso do Hipossuficiente à Justiça**: A Defensoria Pública e a Tutela dos Interesses Coletivos Lato Sensu dos Necessitados. In: Acesso à Justiça. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002, p. 74.

STANGHERLIN, C.S.; SPENGLER, F. M. OS PROJETOS DE EXTENSÃO NO ENSINO JURÍDICO: Percepções para um acesso à justiça humanizante. **Revista Espaço do Currículo**, v. 14, n. 2, p. 1-12, 2021. ISSN 1983-1579. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rec/article/view/56328>. Acesso em: 21 jun. 2022.

TARTUCE, Fernanda; FALECK, Diego. Introdução histórica e modelos de mediação. In: Prado de Toledo, Armando Sérgio; Tosta, Jorge; Alves, José Carlos Ferreira. (Org.). **Estudos Avançados de Mediação e Arbitragem**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014, v. 1, p. 171-189.



# **25 anos de MINIONU: Um reflexo do mundo<sup>1</sup>**

**Pedro Lucas e Silva**

**Beatrice Ássimos Taveira**

**Matheus Henrique dos Santos Mapa**

**Marianny Emilia Candida Santos**

**Raquel de Bessa Gontijo de Oliveira**

## **RESUMO**

O MINIONU - Modelo Intercolegial das Nações Unidas é um projeto de extensão realizado pelo Departamento de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). No ano de 2024, esse projeto comemora os seus 25 anos de atividade extensionista. Assim, este artigo busca mapear como os eventos e processos internacionais que marcaram os últimos 25 anos se refletiram nas temáticas tratadas nas simulações realizadas no âmbito do projeto.

**Palavras-chave:** MINIONU; modelo de simulação das Nações Unidas; organizações internacionais.

## **MINIONU: A Reflection of the World**

### **ABSTRACT**

MINIONU - Model of Simulation of the United Nations Organization is a social outreach project carried out by the Department of International Relations of the Pontifical Catholic University of Minas Gerais (PUC Minas). In 2024, this project celebrates its 25 years. Thus, this article seeks to demonstrate how the international events and processes that marked the last 25 years were reflected in the subjects discussed at MINIONU simulations.

**Keywords:** MINIONU; Model United Nations; international organizations.

## **INTRODUÇÃO**

As Relações Internacionais são moldadas por uma ampla gama de acontecimentos históricos, que vão desde conflitos armados e negociações diplomáticas até crises econômicas e tratados de paz. Esses eventos não apenas influenciam as interações entre os Estados, mas também reverberam significativamente em organizações multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), que visam promover a paz, a segurança e o desenvolvimento global,

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

nas vidas cotidianas de bilhões de pessoas ao redor do planeta.

Neste contexto, o MINIONU - Modelo Intercolegial das Nações Unidas representa uma ferramenta para compreender e analisar as complexas dinâmicas do sistema internacional. Desenvolvido por estudantes, professores e funcionários vinculados ao Departamento de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). O MINIONU ao completar seus 25 anos, simula os ambientes de negociação da ONU e de outros fóruns internacionais, oferecendo aos estudantes um espaço para debater questões globais. Além disso, o MINIONU desempenha um papel fundamental na formação acadêmica e na conscientização sobre pautas atuais ao promover a elaboração de comitês que abordam temas presentes na agenda internacional.

Assim, este artigo propõe-se a investigar como a história das relações internacionais, e os principais eventos e processos políticos, sociais e econômicos que ocorreram desde 2000 foram abordados nos comitês simulados no MINIONU desde a origem do projeto. Ao examinar eventos como guerras, conflitos, crises econômicas e tratados diplomáticos, buscamos identificar padrões e correlações entre os acontecimentos mundiais e as simulações realizadas. Essa análise, não apenas enriquecerá nosso entendimento das relações internacionais, mas também contribuirá para aprimorar as práticas de ensino e aprendizagem dentro do modelo de simulação.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Em *A Arqueologia do Saber* original de 1969, Michel, Foucault (2008), expressa suas ideias acerca da construção e análise dos discursos. Nesta pesquisa, o autor reflete sobre como a teoria do discurso se articula ao longo do tempo, e sobre como diferentes momentos na história impulsionam ou desestimulam práticas discursivas. De acordo com Foucault (2008), discursos: *i)* são práticas provindas de formações de conhecimentos que se articulam com outras práticas; *ii)* são carregados de “formações discursivas”, que são influenciadas por normas de formação; *iii)* possuem uma dinâmica estratégica e se constituem de conhecimentos estabelecidos por um determinado momento histórico; *iv)* são espaços onde conhecimento e poder se misturam, pois o locutor fala a partir de um ponto de vista; *v)* a produção do discurso está diretamente conectada aos procedimentos que visam determinar o que deve ser dito em determinado momento histórico. Sejam os discursos alterados pela dinâmica de conhecimento estabelecida por determinados momentos históricos, é possível entender que suas reverberações podem se fortalecerem de acordo com a conjuntura presente em determinado ponto histórico. E, ainda,

esta conjuntura pode impulsionar ou silenciar diferentes narrativas propostas por meio dos canais que possibilitam os dizeres.

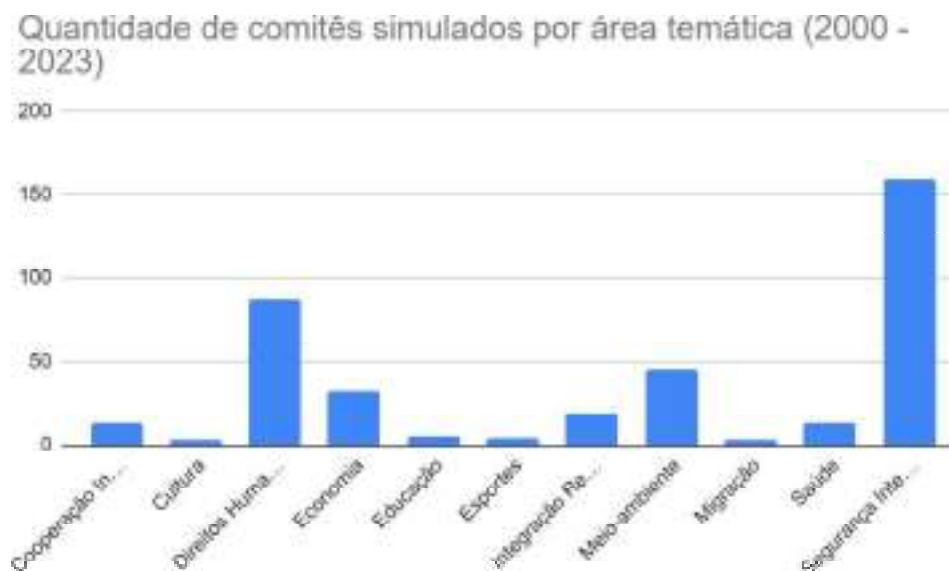
Neste sentido, enquanto espaço de produção, compartilhamento e reverberação de discursos, o Modelo Intercolegial das Nações Unidas se caracterizaria enquanto ambiente capaz de refletir a conjuntura de um determinado momento histórico. Por meio da produção de materiais para ampliação de conhecimento, os estudantes de Relações Internacionais pautam agendas de discussões para o evento que podem estar diretamente relacionadas aos eventos da conjuntura internacional. Assim, este artigo é um estudo exploratório que tem por objetivo investigar como os temas da agenda internacional são representados nos comitês simulados no MINIONU.

## **METODOLOGIA**

Esse artigo foi pensado a partir dos temas que pautam os debates dentro do MINIONU. Cada comitê abarca uma grande área temática dentro das Relações Internacionais, sendo eles: Cultura, Cooperação Internacional, Direitos Humanos, Economia, Educação, Esportes, Integração Regional, Meio Ambiente, Migração, Saúde e Segurança Internacional. Assim, pensando na conexão entre esses temas que norteiam o Sistema Internacional, reunimos as informações dos comitês desde o início do MINIONU e iniciamos um método de classificação em que, dado o tema do comitê e as discussões que vão ser desenvolvidas nos dias de debates, classificamos cada comitê em uma dessas áreas, embora compreendamos que um determinado tema tenha uma interseccionalidade com outras áreas. Limitamo-nos a classificar cada comitê em apenas um tema, sendo este o principal nas discussões.

Assim, classificamos os 383 comitês realizados dentro do projeto desde 2000 até 2023, conforme sintetizado no Gráfico 1:

**Gráfico 1 - Quantidade de comitês simulados por área temática (2000-2023)**



Fonte: (Elaborado pelo autor, 2024)

Com isso, visando clarificar e evidenciar como os acontecimentos do ambiente internacional influenciam nos temas debatidos nas simulações, a seguir, apresentamos uma discussão mais detalhada, organizada cronologicamente e dividida em períodos: de 2000 a 2005, 2006 a 2010, 2011 a 2015, 2016 a 2020 e os últimos três anos 2021, 2022 e 2023. E assim, após destrinchar nesses períodos menores, reunimos eventos de maiores relevâncias em cada um desses anos, para elucidar como as áreas temáticas dentro dos comitês são um reflexo do ambiente internacional.

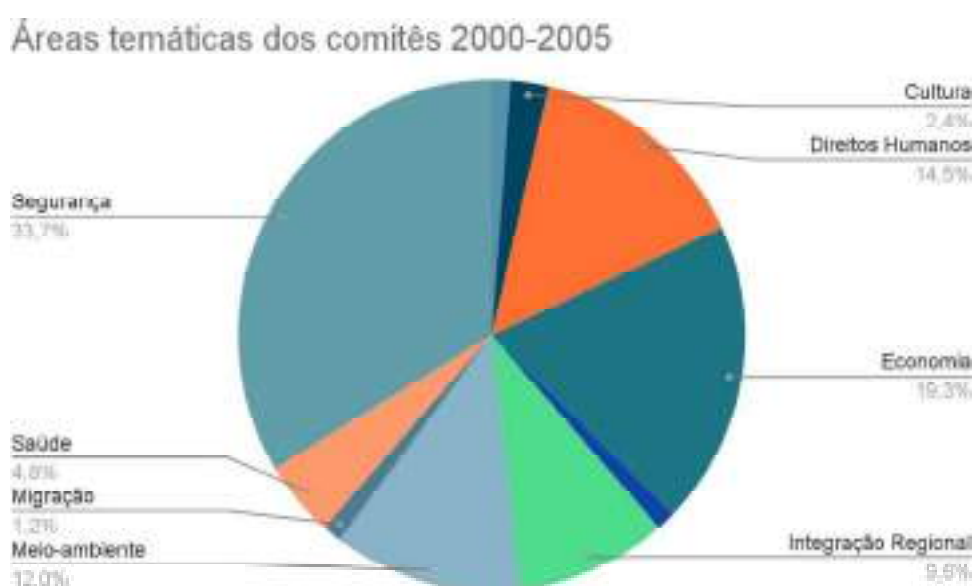
#### **4 DISCUSSÃO DO DESENVOLVIMENTO DO MINIONU**

Nas seções a seguir, nos aprofundamos nas temáticas tratadas pelos comitês do MINIONU, organizadas cronologicamente. Para cada quinquênio, destacamos alguns dos principais eventos e processos internacionais, e como eles se refletiram nas simulações realizadas.

##### **4.1 2000 - 2005**

O MINIONU, em sua primeira edição no ano 2000, surgiu visando abordar temas atuais e promover debates entre a juventude. A princípio, o projeto ainda não era tão conhecido, e modelos de simulação no Brasil não eram tão comuns quanto em outros países. Nessa perspectiva, o MINIONU tornou-se palco de debates sobre Segurança Internacional, Direitos Humanos, Economia, dentre outros (veja gráfico abaixo).

Gráfico 2 - Áreas temáticas dos comitês do MINIONU (2000-2005)



Fonte: (Elaborado pelo autor, 2024)

Nessa ótica, o cenário internacional no início do século XXI foi marcado por conflitos internacionais, mudanças significativas na economia global e catástrofes naturais que refletiram na elaboração dos comitês do MINIONU.

Quando pensamos no campo da Segurança Internacional, em 2001, o mundo testemunhou o ataque às Torres Gêmeas do World Trade Center em Nova York, nos Estados Unidos da América (EUA). Como resposta ao atentado terrorista, os EUA assumiram mudanças importantes em relação à segurança internacional do país que resultaram no alocamento de forças armadas no Oriente Médio, resultando na Guerra ao Terror (Atentados [...], 2021). Esse período foi crucial para a discussão e simulação de questões relacionadas à segurança internacional e outros temas relevantes durante as edições do MINIONU.

Além disso, em 2002, nos deparamos com a introdução do Euro como moeda oficial em 12 países da União Europeia (História [...], [2024?]). Isso teve um grande impacto na integração econômica, além de demonstrar um grande apoio por parte dos países membros a essa

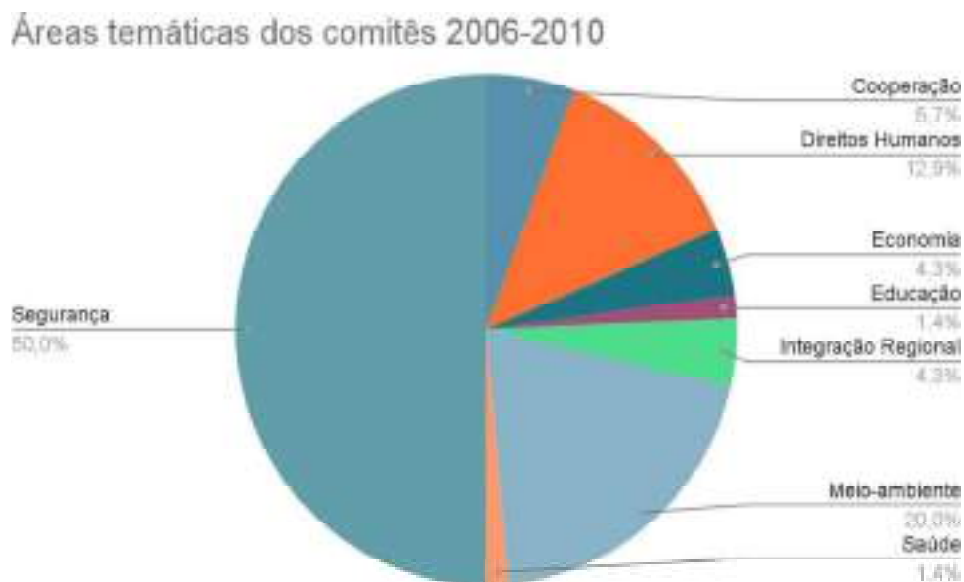
organização internacional, visto que, os países concordaram em renunciar parte de sua autonomia com o propósito de integrar-se internacionalmente. Esse fato pode ter demonstrado interesse em alunos do curso de Relações Internacionais da Universidade XXXXXX, já que houve um aumento em pesquisas no âmbito econômico.

No entanto, em 2003, com a invasão dos EUA ao Iraque, novamente nos encontramos em pautas centradas em Segurança Internacional e em Direitos Humanos. Após os EUA liderarem uma missão para remover o regime de Saddam Hussein, os militares estadunidenses ocuparam o país e dizimaram populações sob a justificativa de que o país estaria fazendo armas de destruição em massa (Por que [...], 2023). Dessa forma, observa-se novamente um evento voltado à segurança internacional, retomando as discussões ao redor do mundo, permitindo, assim, compreender o motivo pelo qual temos essa área temática como sendo a mais pautada entre os temas dos comitês nesse período de 2000 a 2005.

Em contrapartida, em 2004, a costa da Indonésia sofreu um terremoto submarino que resultou em um tsunami no Oceano Índico, causando enormes perdas humanas e ambientais (Nações Unidas, 2019). Frente a essa situação, as pautas ambientais ganharam força nas simulações, discutindo-se que, caso houvesse situações como essa, as organizações internacionais e os países membros, precisariam ter alternativas funcionais de apoio à população prejudicada, além de, também, proporem resoluções acerca dos impactos ambientais. Além disso, pensando nos eventos de 2005, na Alemanha, Angela Merkel foi eleita Chanceler pela Câmara de Deputados, se consagrando como a primeira mulher chefe de governo na Alemanha pós-Segunda Guerra (Camilla, 2021). Esse evento é muito significativo na questão de Direitos Humanos e, de maneira mais específica, nos direitos das mulheres, refletindo nos temas dos comitês com a temática de direitos humanos e, também, na evolução e construção de temas que levantam a representatividade feminina e a legitimidade dessa pauta no cenário internacional.

No período entre 2006 e 2010, em um momento já de maior consolidação do MINIONU, percebe-se que algumas das tendências observadas em seus primeiros anos ainda se mantiveram: o enfoque recebido pelos temas de Segurança e a estabilização de temas relacionados aos Direitos Humanos e ao Meio Ambiente marcaram os eventos realizados na segunda metade da década de 2000. Não obstante, os temas de caráter econômico receberam uma significativa queda no que se refere à sua incidência nos comitês do MINIONU, bem como aqueles da área temática da Saúde, conforme o Gráfico 3.

**Gráfico 3 - Áreas temáticas dos comitês do MINIONU (2006-2010)**



Fonte: (Elaborado pelo autor, 2024).

O crescimento da Segurança como área temática, neste sentido, fomentou-se ainda com o destaque recebido pelos conflitos no Oriente Médio, desencadeados pelo supracitado ataque às Torres Gêmeas. Comitês a respeito da ocupação do território iraquiano pelos Estados Unidos da América, do terrorismo e da própria proliferação nuclear na região fizeram-se presentes nos eventos de 2006, 2007, 2009 e 2010. Mesmo com a relevância dada à questão do Oriente Médio, ainda foi possível que outras temáticas menos midiáticas dentro da área de Segurança fossem tratadas.

Além disso, o crescimento do Meio-ambiente como área temática foi, dentre outros fatores, resultado da importância que tópicos relacionados às mudanças climáticas alcançavam, repercutindo em pautas políticas domésticas. Em 2006, já se discutia no MINIONU uma possível flexibilização do Protocolo de Kyoto. Adotado, inicialmente, no ano de 1997 (porém, posto em vigor apenas em 2005), o documento trata da necessidade de países desenvolvidos reduzirem a sua emissão de gases de efeito estufa nos mais variados setores de suas indústrias (United Nations Climate Change, 2024). Ademais, houve também uma assídua presença de temas relacionados ao desenvolvimento sustentável durante a maior parte dos anos de 2006 a 2010, haja vista a própria ênfase que as Nações Unidas crescentemente colocavam no tema: este foi o caso do relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

(PNUMA) de 2008, em que já se buscava uma transformação dos objetivos sustentáveis em uma agenda coerente de Economia Verde (United Nations Environnet Programme, 2009).

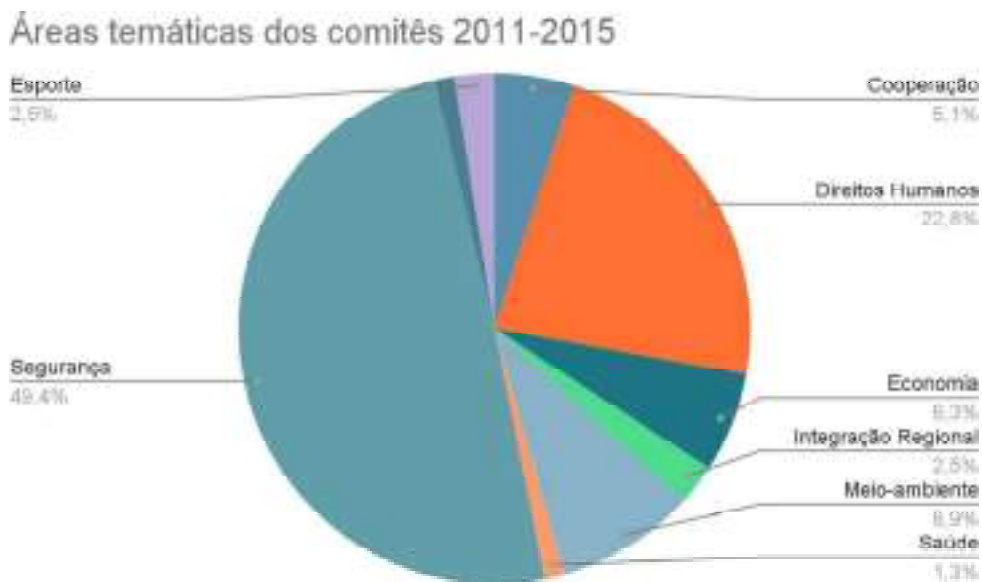
No âmbito das temáticas relacionadas aos Direitos Humanos, notou-se uma proeminência de temas relacionados às questões de discriminações de caráter racial, de gênero e de orientação sexual. Este foi o caso de 2006 e 2007, anos que o MINIONU contou com comitês que tratavam da problemática racial, e também da violência contra a mulher, utilizando-se da Comissão para o Status da Mulher. A tendência de comitês tratando da situação de discriminação contra minorias sociais se veria, diante disso, como recorrente nos comitês das edições posteriores do evento.

No “ciclo” de 2011-2015 do projeto, a estruturação do MINIONU contou com alguns pontos marcantes: a edição de 2011 foi a primeira a contar com comitês em três idiomas estrangeiros, com simulações em inglês, francês e espanhol; além disso, em 2014, foram comemorados os 15 anos do projeto (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, [2015?]). Esses pontos marcaram a expansão do MINIONU, e também o aumento do número de comitês simulados.

Em relação aos temas tratados, é possível notar que, de acordo com o Gráfico 4, houve uma constância em relação aos comitês de temática de Segurança, em 49,4%. Esse é um dado esperado, não só pela quantidade de questões relacionadas à Segurança eclodindo no cenário global - como demonstrado adiante -, mas também pela notável predileção da disciplina entre os estudantes da área. Outro ponto notável é o aumento dos comitês de Direitos Humanos, de 12,9% em 2006-2010, para 22,8% em 2011-2015, tratando de questões de Direito Humanitário e dos refugiados, Direito das Crianças e direitos de minorias marginalizadas. Além disso, a diminuição dos comitês de Meio-Ambiente (de 20% para 8,9%) sugere uma guinada em direção às pautas de Segurança e Direitos Humanos. Por fim, a constância dos assuntos de Cooperação Internacional (na casa dos 5%) e o surgimento dos comitês de Esporte também são dados interessantes de se observar.



**Gráfico 4 - Áreas temáticas dos comitês do MINIONU (2011-2015)**



Fonte: (Elaborado pelo autor, 2024).

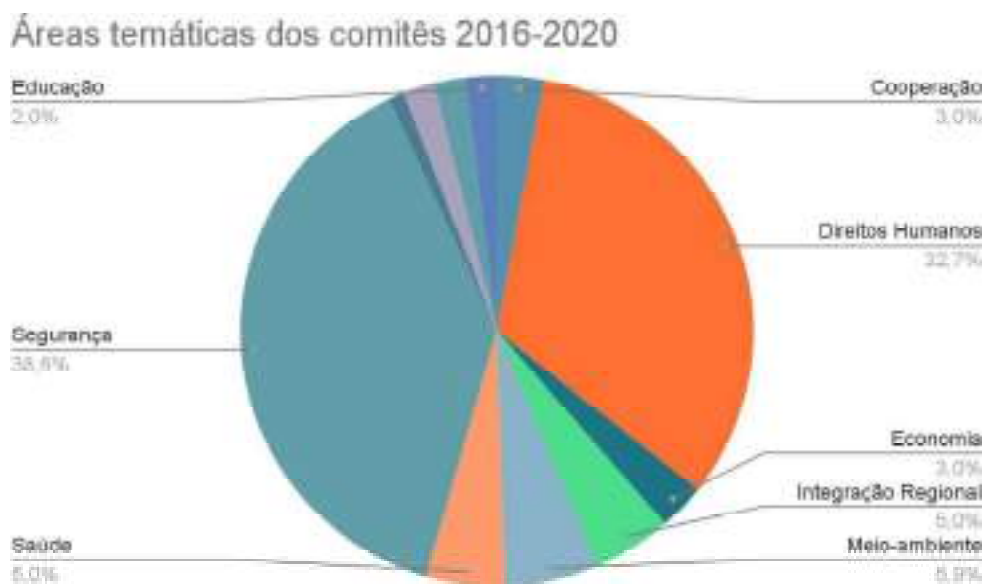
Em 2011, houve a eclosão da Primavera Árabe no Oriente Médio. Esse movimento foi uma onda de protestos, que tiveram início em 2010, quando um homem da Tunísia ateou fogo em si próprio em protesto à violência policial no país. O ato motivou ondas de manifestações em diversos países da região, como Egito, Síria, Líbia, Iêmen e Bahrein, que geraram a deposição de vários líderes, e também vários conflitos e atos de violência na região (What is the arab [...],2020), aflorando discussões de Segurança e Direitos Humanos. A crise humanitária na Síria, decorrente da guerra civil e intensificada no ano de 2012, a qual “[...] mais de 14 milhões de sírios foram forçados a fugir em busca de segurança.”<sup>6</sup> (The un Refugee Agency , 2024, ), influenciou ao menos três comitês da área de Migração e Segurança, tratando desde a crise migratória até a resolução dos conflitos.

Nos comitês relacionados a Esporte, vale a pena destacar que a revisão dos Objetivos do Milênio em 2015 (Laurindo, 2016), e a Copa do Mundo FIFA de 2014, que ocorreu no Brasil, influenciaram comitês como “Implementação das metas do milênio através do esporte” e “Copa do mundo do Qatar de 2022”. Além disso, a restituição das relações diplomáticas entre Cuba e os Estados Unidos em 2015 (Brief [...], []), sugere um movimento de influência para as questões de Cooperação Internacional.

Durante os anos de 2016 a 2020, os tópicos relacionados à Segurança Internacional e aos Direitos Humanos continuaram a ocupar um papel central nos debates do MINIONU, refletindo as complexidades e desafios do cenário global, no entanto, não foram os únicos. Isso ocorre devido à persistência de diversas questões relevantes no cenário internacional, como a possibilidade de uma Terceira Guerra Mundial associada a conflitos em andamento, a ascensão de governos de extrema-direita em alguns países, crises econômicas e o desalinhamento entre organizações internacionais, entre outros fatores.

Além disso, questões emergentes, como integração regional e mudanças climáticas, também foram abordadas, destacando a importância do MINIONU como um ambiente que reforça a relevância dessas questões, suas discussões e debates sobre essas temáticas. O Gráfico 5 evidencia a permanência dos temas de Segurança e Direitos Humanos como os principais nos tópicos do MINIONU, mas também demonstra a emergência das pautas ambientais e integração regional, seguindo uma redução de áreas como a de economia e o surgimento de áreas como a de educação.

**Gráfico 5 - Áreas temáticas dos comitês do MINIONU (2016-2020)**



Fonte: (Autoria Própria, 2024).

Para entendermos essa leve mudança, devemos compreender a influência de eventos internacionais nas áreas abarcadas pelos comitês. Em questões relacionadas a imigração e cooperação internacional, temos por exemplo o Brexit. Em junho de 2016, o Reino Unido

decidiu se retirar da União Europeia (UE), impulsionado por questões relacionadas à soberania, ao controle da imigração e a autonomia econômica (Pettifor, 2016). Como resultado dessa decisão, o Brexit teve um impacto significativo na migração, especialmente no livre movimento de pessoas entre o Reino Unido e os países da UE, além do impacto em Cooperação Internacional. Desse modo, novas políticas de imigração foram implementadas no país, visando controlar a entrada de estrangeiros, o que acabou desencadeando debates sobre imigração, xenofobia, soberania e identidade nacional. Além disso, quando abordada a Segurança Internacional, em 2016, alguns países europeus, como França, Bélgica e Turquia, foram palcos de atentados terroristas, destacando a persistência da ameaça terrorista global (Chauvel, 2016). Por outro lado, sob a mesma perspectiva, encontra-se uma continuidade em conflitos presentes no Oriente Médio.

Em 2017, aconteceu a Crise dos Rohingya de Mianmar, com relatos de violência generalizada e perseguição étnica contra a minoria muçulmana Rohingya a qual milhares de pessoas foram forçadas a fugir para Bangladesh em busca de segurança (Nações Unidas para Refugiados, 2024a). A crise destacou a grave situação dos Direitos Humanos em Mianmar, internacionalmente. No ano seguinte, em 2018, houve uma continuidade na Guerra da Síria marcada por confrontos persistentes entre o governo sírio, rebeldes e grupos extremistas, juntamente com relatos de inúmeras mortes infantis (Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2019). Esses eventos agravaram ainda mais a crise humanitária na região, destacando os desafios e a necessidade de soluções diplomáticas e humanitárias para promover a paz e a estabilidade.

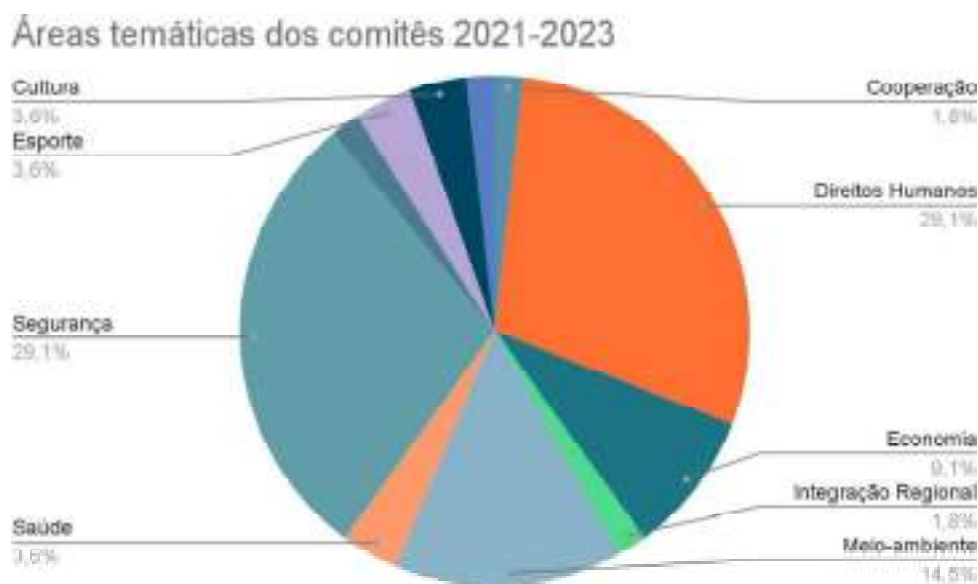
Em 2019, houve uma escalada de tensão durante a crise na Venezuela. O país enfrentou hiperinflação, escassez de alimentos e medicamentos, além de um êxodo massivo de venezuelanos em busca de melhores condições de vida em países vizinhos (What is happenig [...], 2019). Com efeito, pautas econômicas foram tratadas neste ano visando analisar quais foram os impactos no sistema internacional e como as organizações internacionais, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Departamento das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais (ECOSOC), poderiam atuar com medidas recomendatórias.

Analisa-se, também, o impacto climático que o mundo tem presenciado. No último século, aumentaram-se as pautas sustentáveis, a busca por energias renováveis diante do grande aumento de desmatamento e impactos ambientais. Em 2020, presenciamos a maior queimada na Floresta Amazônica. Infelizmente, devido a decisões negacionistas a respeito das práticas ambientais, cerca de 45% da floresta foi foco de queimadas durante o ano (Brazil [...], 2020). Diante disso, os participantes do MINIONU propuseram temas que envolvessem os impactos

dos desastres naturais, além das soluções para os desafios ambientais.

Nos últimos anos do MINIONU (2021 a 2023), nota-se uma mudança com relação aos períodos de edições anteriores, embora ainda tenhamos uma grande continuidade das áreas de Segurança e Direitos Humanos, as quais tiveram uma redução bastante expressiva. Além dessa redução, houve um grande aumento nas áreas de Meio Ambiente e Integração Regional, e um maior avanço nos debates referentes à Saúde, à Educação e ao Esporte, sendo essas pautas antes pouco discutidas.

**Gráfico 6 - Áreas temáticas dos comitês do MINIONU (2021-2023)**



Fonte: (Autoria Própria, 2024).

Pensando nessas mudanças e novas organizações, observamos que em 2021, as temáticas contemporâneas se impuseram de forma indissociável: em meio à pandemia global da COVID-19, discutiu-se, por meio de um Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), as implicações da questão sanitária no cumprimento na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. A problemática da segurança de dados no âmbito digital também mostrou-se relevante, não só pelo formato remoto imposto às relações de trabalho decorrente da pandemia, mas também pelo debate acerca das políticas de privacidade que as denominadas big tech, isto é, grandes empresas de tecnologia, aplicavam em uma série de países.

Diante disso, o tema foi discutido no âmbito de um comitê que simulava uma reunião de Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), em um cenário o qual empresas como a Facebook, de Mark Zuckerberg, já enfrentavam investigações judiciais acerca da forma com

que armazenava e processava os dados dos usuários. Na União Europeia, neste sentido, a questão também tornou-se imperativa desde a aprovação do Regulamento Geral de Proteção de Dados no ano de 2018 e as subsequentes investigações que os países-membros do bloco realizaram em empresas do ramo (Veronica, 2018; Wall [...], 2019).

Nessa perspectiva de transição de temas que vão além da questão da Segurança Internacional, no ano de 2022 tivemos a Copa do Mundo sediada no Catar. Tal evento trouxe luz a diversas temáticas no internacional, não só a questão do esporte, mas também a economia, o meio ambiente, as questões culturais e principalmente as dos direitos humanos.

O Catar, país do Oriente Médio, necessitou de diversas adaptações para aceitar pessoas e jogadores de muitos lugares do mundo. O país, caracterizado por sua segregação de gênero, abriu as portas de seus estádios para que as mulheres pudessem acompanhar os jogos (Eoin; Mohammed, 2022). Em consequência, muitas mulheres, de países também segregados que não permitem a participação de mulheres em eventos esportivos, se sentiram acolhidas e satisfeitas por tal mudança. Desse modo, tais eventos resultaram em comitês que alinharam o Esporte e os Direitos Humanos em pautas relevantes para a juventude.

A 24ª edição, realizada no ano de 2023, foi marcada, mais uma vez, por uma grande variedade de temáticas nos comitês. Em especial, os comitês de tecnologia tomaram grande espaço, sendo exemplificado pelos comitês “As condições de trabalho nos e-sports” e “As práticas de concentração de mercado na indústria de jogos eletrônicos”. Além disso, outro ponto notável é a crescente interdisciplinaridade dos temas dos comitês, como nos comitês: “Desafios enfrentados por países africanos durante a pandemia de COVID-19”, tratando de temáticas de saúde, pós-colonialidade e direitos humanos; “Violações contra os direitos humanos das crianças em zonas de conflito na África Subsaariana”, com temas de Direitos Humanos e Segurança; e “As problemáticas do acesso à educação por meninas muçulmanas”, tratando de Educação e Direitos Humanos.

Ao analisar os temas discutidos durante a edição, é possível notar uma correlação com os Objetivos de Desenvolvimento Responsável (ODS). Sobre os ODS:

os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são uma agenda mundial adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável em setembro de 2015 composta por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030. Nesta agenda estão previstas ações mundiais nas áreas de erradicação da pobreza, segurança alimentar, agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura, industrialização, entre outros.

Nesse sentido, ao longo do tempo, as temáticas dos comitês simulados tendem a abranger diversos conteúdos interdisciplinares - como mostrado anteriormente -, podendo haver influências com a abordagem holística e interdisciplinar existente na Agenda 2030.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A trajetória de 25 anos do MINIONU não apenas acompanha a evolução das relações internacionais, mas também reflete a crescente complexidade dos temas e desafios enfrentados pelo sistema global. Desde sua implementação em 2000 até os dias atuais, o MINIONU tem servido como um importante palco para o debate e a análise de questões que moldam o mundo contemporâneo.

A análise histórica apresentada revela como os eventos internacionais têm deixado sua marca na agenda e nos debates dentro do MINIONU. Desde os impactantes ataques terroristas de 2001, que provocaram discussões sobre segurança internacional, até crises econômicas e ambientais que têm destacado a necessidade de desenvolvimento sustentável e cooperação internacional, cada período tem refletido as principais preocupações e desafios de sua época.

Considerando as conclusões apresentadas neste estudo, ao revisitar a hipótese de que os eventos de alcance internacional impactam os comitês do MINIONU, é evidente que os temas abordados nos comitês não são necessariamente uma réplica direta dos acontecimentos globais. No entanto, é perceptível que há, de fato, uma influência desses eventos na formulação dos comitês. Ao analisar os padrões e correlações entre os eventos mundiais e os temas discutidos nas simulações, esta pesquisa não apenas enriquece nossa compreensão das dinâmicas globais, mas também oferece insights valiosos para melhorar as práticas de ensino e aprendizagem dentro do modelo de simulação.

À medida que o MINIONU continua a evoluir e se adaptar às mudanças globais, é crucial reconhecer seu papel não apenas como um exercício acadêmico, mas como um espaço vital para engajar jovens na compreensão e na busca por soluções para os desafios do mundo contemporâneo. Este projeto de pesquisa proporciona novas percepções sobre a interseção entre história, política e educação, destacando a relevância contínua do MINIONU como uma ferramenta essencial para formar as próximas gerações de líderes e pensadores globais.

## REFERÊNCIAS

ATENTADOS de 11 de setembro: a tragédia que mudou os rumos do século 21. **BBC News Brasil**, Londres, 10 set. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55351015#:~:text=Ao%20todo%2C%202.977%20pessoas%20foram,aspectos%2C%20os%20rumos%20do%20mundo>. Acesso em: 13 set. 2024.

BRIEF diplomatic history. **U.S. Embassy in Cuba**, Havana, [2024?] Disponível em: <https://cu.usembassy.gov/embassy/policy-history/#:~:text=The%20United%20States%20established%20diplomatic,severed%20diplomatic%20relations%20with%20Cuba>. Acesso em: 16 set. 2024.

BRAZIL amazon deforestation hits 12-year high under Bolsonaro. **The New York Times**. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/11/30/world/americas/brazil-amazon-rainforest-deforestation.html>. Acesso em 16 set, 2024.

CAMILLA, Vera Mota. De 'mãezinha' a maior líder da Europa: o legado de Angela Merkel, que deixa o poder na Alemanha após 4 mandatos. **BBC News Brasil**, Londres, 16 jan. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55580610>. Acesso em: 12 de abr de 2024.

CHAUVEL Antoine. Truck attack in Nice, France: what we know, and what we don't. **The New York Times**, Nova York, 14 jun. 2016. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2016/07/15/world/europe/nice-france-truck-attack-what-we-know.html>. Acesso em: 16 set. 2024.

EOIN Mcsweeney; MOHAMMED Abdelbary. Copa do mundo trouxe algumas mudanças para o Catar; entenda. **CNN Brasil**, São Paulo, 29 nov. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/copa-do-mundo-trouxe-algumas-mudancas-para-o-catar-entenda/>. Acesso 14 set. 2024.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. 2018 foi o ano mais mortífero para as crianças na Síria, enquanto a guerra entra no nono ano no país **UNICEF Brasil**, Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/2018-foi-o-ano-mais-mortifero-para-criancas-na-siria>. Acesso em 13 set. 2024.

HISTÓRIA e finalidade do euro. **UNIÃO EUROPÉIA**, Bruxelas, [2024?]. Disponível em: [https://european-union.europa.eu/institutions-law-budget/euro/history-and-purpose\\_pt#:~:text=A%20entrada%20em%20circula%C3%A7%C3%A3o%20das,mudan%C3%A7a%20de%20moeda%20de%20sempre](https://european-union.europa.eu/institutions-law-budget/euro/history-and-purpose_pt#:~:text=A%20entrada%20em%20circula%C3%A7%C3%A3o%20das,mudan%C3%A7a%20de%20moeda%20de%20sempre). Acesso em: 16 set. 2024.

LAURINDO, Renata. **Ipea Os resultados dos objetivos do desenvolvimento do milênio**. Brasília, n. 87, p. 1-6, 17 jun 2016. Disponível em:

tid=28&Itemid=39#:~:text=Os%20oito%20objetivos%20s%C3%A3o%3A%20reduzir,uma%20parceria%20mundial%20para%20o. Acesso em 13 set. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. Sobrevivente brasileira relembra 15 anos de tsunami que afetou 14 países na Ásia. **ONU News**, 26 dez. Brasília, 2019. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/12/1698961>. Acesso em 9 de abr de 2024.

NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS UNHCR ACNUR. **Rohingya** Brasília, [2024?]. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/rohingya/>. Acesso em 16 set. 2024.

O QUE são os objetivos de desenvolvimento sustentável. **Estratégia ODS, Brasília, [2015?]**. Disponível em: <https://www.estrategiaods.org.br/conheca-os-ods/>. Acesso em: 14 set. 2024.

PETTIFOR, Ann. Brexit and its consequences. **Globalizations**, London, v.14, n. 1, p. 127–132, 25 oct. 2016. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14747731.2016.1229953>. Acesso em 16 set. 2024. OK

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **MINIONU PUC Minas: Nossa história**, Belo Horizonte, [2015?]. Disponível em: <https://www.pucminas.br/minionu/Paginas/historia.aspx#historia>. Acesso em 13 set. 2024.

**POR QUE** EUA e aliados invadiram o Iraque há 20 anos. **BBC News Brasil**, Londres, 20 mar. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c84m8d4xdzgo#:~:text=Em%2020%20de%20mar%C3%A7o%20de,a%C3%A7%C3%A3o%20militar%20contra%20o%20Iraque>. Acesso em 13 set 2024.

UNITED NATIONS CLIMATE CHANGE, . **What is the kyoto protocol**. [2024?]. Disponível em: [https://unfccc.int/kyoto\\_protocol](https://unfccc.int/kyoto_protocol). Acesso em 16 set.2024.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. . **UNEP 2008 annual report**. Nairobi: UNEP, 2009. Disponível em: <https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/7742/-UNEP%202008%20Annual%20Report-2009837.pdf?sequence=3&amp%3BisAllowed=>. Acesso em 13 set. 2024.

THE UN REFUGEE AGENCY. USA UNHCR. **Syria refugee crisis explained**. USA, [2024?b]. Disponível em: <https://www.unrefugees.org/news/syria-refugee-crisis-explained/>. Acesso em 16 set. 2024.

VERONICA Rocha; RIES Brian; WILLS Amanda. Mark Zuckerberg testifies before congress. **CNN**, EUA, 11 apr. 2018. Disponível em: <https://edition.cnn.com/politics/live-news/mark-zuckerberg-testifies-congress/index.html>. Acesso 14 abr. 2024.

WALL Matthew.. Facebook, Google and Twitter in data regulators' sights. **BBC**, Londres, 27 may. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/business-48357772>. Acesso em 13 set. 2024.



WHAT is happening in Venezuela and why it matters. **The New York Times**, Nova York, 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/04/30/world/americas/venezuela-crisis.html>. Acesso em 16 de set, 2024.

WHAT is the arab spring, and how did it start? **AL Jazeera**, Cidade, 17 dec. 2020. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2020/12/17/what-is-the-arab-spring-and-how-did-it-start>. Acesso em: 13 set. 2024.

**DIREITOS QUILOMBOLAS E VIOLÊNCIA SOCIAL:  
A omissão do Estado brasileiro em proteger o Quilombo de Queimadas da Ku Klux  
Klan do Serro<sup>12</sup>**

**Matheus de Mendonça Gonçalves Leite**

**Isabela Buters Godinho**

**Isabela Vicentino Silva**

**Rafaella Magalhães de Carvalho**

**RESUMO**

O presente artigo expõe as ações extensionistas relacionadas à construção de estratégias jurídicas para o enfrentamento da omissão do Estado brasileiro em proteger a vida, a integridade física e moral e a segurança pessoal das lideranças quilombolas, envolvidas na luta social pelo respeito aos direitos humanos e fundamentais da comunidade quilombola de Queimadas nos licenciamentos ambientais dos empreendimentos minerários “Projeto Serro” e “Projeto Ônix Céu Aberto”. Após as decisões judiciais, proferidas no ano de 2023 pelo Tribunal Regional Federal da 6ª Região, que reconheceram a obrigatoriedade da elaboração do Estudo do Componente Quilombola – ECQ e do Plano Básico Ambiental Quilombola – PBAQ, da participação da Fundação Cultural Palmares e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA nos licenciamentos ambientais e da realização da consulta livre, prévia, informada e de boa-fé da comunidade quilombola de Queimadas, a Ku Klux Klan do Serro passou a promover atos de ameaça, agressões físicas e morais e outras formas de intimidações/constrangimentos contra as lideranças quilombolas, com o propósito de fazer com que os quilombolas abdicuem do exercício de seus direitos humanos e fundamentais. Apesar de cientes de todos os atos de violência perpetrados contra as lideranças quilombolas, os órgãos do Sistema de Justiça no Brasil não adotaram qualquer medida de proteção das lideranças quilombolas. Por isso, o movimento quilombola e o Projeto de Extensão “A luta pelo reconhecimento dos direitos fundamentais das comunidades remanescentes de quilombo” decidiram construir denúncia contra o Estado brasileiro a ser apresentada à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

**Palavras-chave:** conflitos socioambientais; comunidades quilombolas; direito à consulta; violência contra lideranças quilombolas; sistema interamericano de direitos humanos.

**QUILOMBOLA RIGHTS AND SOCIAL VIOLENCE:  
The failure of the Brazilian State to protect the quilombola community of Queimadas  
from the Ku Klux Klan do Serro**

**ABSTRACT**

This article exposes extension actions related to the construction of legal strategies to confront the Brazilian State's failure to protect the life, physical and moral integrity and personal safety of quilombola leaders, involved in the

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

<sup>2</sup> O artigo científico expõe as ações extensionistas do Projeto de Extensão "A luta pelo reconhecimento dos direitos fundamentais das comunidades remanescentes de quilombo", vinculado e financiado pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade XXXXX e pelo Curso de Direito da Universidade XXXXX, unidade XXXXX, na assessoria jurídica da comunidade quilombola de Queimadas no enfrentamento do conflito socioambiental instaurado no município do Serro em virtude da tentativa de implantação de grandes empreendimentos de extração e beneficiamento de minério de ferro.

social struggle for respect for human and fundamental rights. of the quilombola community of Queimadas in the environmental licensing of the mining projects “Projeto Serro” and “Projeto Ônix Céu Aberto”. After the court decisions, handed down in 2023 by the Federal Regional Court of the 6th Region, which recognized the obligation to prepare the Quilombola Component Study – ECQ and the Quilombola Basic Environmental Plan – PBAQ, with the participation of the Palmares Cultural Foundation and the National Institute of Colonization and Agrarian Reform – INCRA in environmental licensing and carrying out free, prior, informed and good-faith consultation with the quilombola community of Queimadas, the Ku Klux Klan do Serro began to promote acts of threat, physical and moral aggression and others forms of subpoenas/constraints against quilombola leaders, with the purpose of making quilombolas abdicate the exercise of their human and fundamental rights. Despite being aware of all acts of violence perpetrated against quilombola leaders, the bodies of the Justice System in Brazil did not adopt any measure to protect quilombola leaders and, therefore, the quilombola movement and the Extension Project “The fight for recognition of the fundamental rights of the remaining quilombo communities” decided to prepare a complaint against the Brazilian State to be presented to the Inter-American Commission on Human Rights.

**Keywords:** socio-environmental conflicts; quilombola communities; right to consultation; violence against quilombola leaders; inter-american human rights system.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo científico apresenta uma reflexão crítica sobre a omissão do Estado brasileiro em proteger a vida, a integridade física e moral e a segurança pessoal das lideranças quilombolas, envolvidas na luta social pelo respeito aos direitos quilombolas nos licenciamentos ambientais de grandes empreendimentos minerários que afetam diretamente o território da comunidade quilombola de Queimadas, localizado na divisa dos municípios do Serro e de Santo Antônio do Itambé, no centro-nordeste do Estado de Minas Gerais, região conhecida como Alto Jequitinhonha.

As reflexões críticas se baseiam na experiência proporcionada pelas ações extensionistas de assessoramento jurídico da Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais - N'Golo<sup>3</sup> no âmbito dos licenciamentos ambientais nº 01979/2022 e nº 02198/2022, em trâmite perante a Unidade Regional Jequitinhonha da Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM/Jequitinhonha).

A assessoria jurídica é prestada pelo Projeto de Extensão "A luta pelo reconhecimento dos direitos fundamentais das comunidades remanescentes de quilombo", vinculado e

---

<sup>3</sup> A Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais - N'Golo é associação civil, sem finalidade lucrativa, criada no ano de 2005, com a finalidade de organizar e apoiar a luta das 1.046 comunidades quilombolas existentes em Minas Gerais pela reparação dos quase 400 anos de escravidão e das políticas de discriminação racial promovidas pelo Estado brasileiro, por meio da efetivação do direito à titulação coletiva dos territórios quilombolas; do direito à consulta livre, prévia, informada e de boa-fé em relação a toda e qualquer medida legislativa e/ou administrativa que afetem diretamente comunidades quilombolas; do direito à educação escolar quilombola; do direito ao acesso às políticas públicas e serviços públicos indispensáveis à promoção da vida digna aos quilombolas, dentre outros direitos humanos e fundamentais.

financiado pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade XXXXX e pelo Curso de Direito da Universidade XXXXX, unidade Praça da Liberdade, para defesa dos direitos humanos e fundamentais da comunidade quilombola de Queimadas no âmbito dos licenciamentos ambientais dos empreendimentos minerários "Projeto Serro" (Licenciamento ambiental nº 01979/2022) e "Projeto Ônix Céu Aberto" (Licenciamento ambiental nº 02198/2022).

Após a N'Golo ter obtido decisões judiciais que asseguraram a obrigatoriedade da elaboração de estudos sobre o impacto dos empreendimentos minerários no modo de ser e viver da comunidade quilombola de Queimadas e a obrigatoriedade da realização da consulta livre, prévia informada e de boa-fé da comunidade quilombola de Queimadas, a classe dominante no Serro e as mineradoras formaram uma verdadeira organização criminosa, com inspiração no movimento de extrema-direita norte-americano Ku Klux Klan<sup>4</sup>, para a prática de atos de violência (ameaças, agressões físicas e verbais, invasões a reuniões comunitárias, dentre outros crimes) contra os quilombolas de Queimadas.

A Ku Klux Klan do Serro é formada por políticos, servidores públicos, fazendeiros e funcionários de mineradoras e atua por meio da propagação de notícias falsas sobre os direitos quilombolas, do insuflamento dos moradores da região contra a comunidade quilombola de Queimadas e da prática das formas mais brutais de violência contra as lideranças quilombolas.

O propósito da Ku Klux Klan do Serro é constranger a comunidade quilombola de Queimadas a abdicar do exercício de seus direitos humanos e fundamentais formalmente reconhecidos na legislação estatal em vigor, especialmente o direito de exigir a elaboração de estudos sobre os impactos dos empreendimentos minerários ao modo de ser e viver do quilombo de Queimadas e o direito à realização da consulta livre, prévia, informada e de boa-fé da comunidade quilombola de Queimadas.

As lideranças quilombolas estão sendo ameaçadas, agredidas física e moralmente, intimidadas e constrangidas pelos membros da Ku Klux Klan do Serro. A comunidade quilombola de Queimadas está sendo impedida de realizar reuniões comunitárias sem a presença de fazendeiros, de funcionários das mineradoras, de apoiadores da instalação da

---

<sup>4</sup> A Ku Klux Kan é um cívico-militar, fundado pelo general Nathan Bedford Forrest na cidade de Pulaski, Tennessee, em 1865 após o final da Guerra Civil Americana. Esse movimento se espalhou por diversos estados no sul dos Estados Unidos da América, com o propósito de fazer uso da violência (assassinatos, ameaças, linchamentos, dentre outras violências) contra a população negra norte-americana como reação política à abolição da escravidão e à reivindicação de direitos pela população negra norte-americana para a superação da discriminação racial e marginalização ocasionados por séculos de escravidão. No final do século XIX, a Ku Klux Klan objetivava impedir a integração social dos negros recém-libertados da escravidão, proibindo-os de adquirir terras e ter direitos concedidos a outros cidadãos, como votar. No século XX, a Ku Klux Klan promoveu o assassinato dos princípios líderes negros do movimento de direitos civis, que reivindicavam o reconhecimento de direitos à população negra e a adoção de políticas públicas para a superação de séculos de regime escravocrata.

mineração na região e de policiais militares, criando-se, assim, um ambiente de ameaça e intimidação contra quilombolas.

A violência contra os quilombolas de Queimadas é amplamente conhecida pelos órgãos integrantes do Sistema de Justiça do Estado brasileiro, que naturalizam a violência perpetrada contra os quilombolas de Queimadas e, por isso, são negligentes em adotar quaisquer medidas efetivas de proteção da vida, da integridade física e moral e de segurança pessoal das lideranças quilombolas de Queimadas.

O problema, que originou a pesquisa realizada e apresentada no presente artigo científico, pode ser definido da seguinte forma: quais são as alternativas jurídicas para o enfrentamento da omissão do Estado brasileiro em adotar medidas efetivas de proteção da vida, da integridade física e moral e da segurança pessoal das lideranças quilombolas em luta pela efetivação dos direitos quilombolas nos licenciamentos ambientais de empreendimentos minerários que afetam diretamente o território da comunidade quilombola de Queimadas?

A resposta à questão problema acima formulada é imprescindível para a continuidade da luta quilombola pelo respeito aos direitos humanos e fundamentais da comunidade quilombola de Queimadas em face dos projetos minerários que se pretendem implantar na região para a satisfação dos interesses materiais da classe dominante no Serro, do Estado de Minas Gerais e do capital minerário, ainda que violadores dos direitos quilombolas.

A luta quilombola deve acionar os mecanismos jurídicos existentes para exigir que o Estado brasileiro adote medidas efetivas de proteção da vida, da integridade física e moral e da segurança pessoal das lideranças quilombolas em luta contra a instalação de empreendimentos minerários predatórios vizinhos ao território da comunidade quilombola de Queimadas. A exposição desses mecanismos jurídicos é o objeto de estudo do presente artigo científico.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

As comunidades quilombolas são grupos étnico-raciais, que se formam em contraposição a outros grupos sociais componentes da sociedade brasileira, por meio da afirmação de uma ancestralidade negra, de práticas culturais de origem africana, de uma organização social própria e de relações territoriais específicas, relacionadas à resistência a opressão histórica sofrida pela escravidão e pelas políticas discriminatórias adotadas pelo Estado brasileiro durante o período pós-abolição da escravidão.

Apesar de existirem desde o período colonial, as comunidades quilombolas jamais foram reconhecidas e respeitadas como sujeitos coletivos de direito pelo Estado brasileiro. Ao

contrário, os quilombolas apareciam na legislação estatal como objeto da intervenção repressiva do Estado, que atuava para destruir a sua organização social e inviabilizar a continuidade de suas práticas sociais.

Nesse contexto, as ordens jurídicas colonial e pós-colonial brasileiras jamais se preocuparam em proteger as formas de vida quilombolas, não havendo qualquer menção às comunidades quilombolas na legislação estatal, exceto para declarar ilícitas tanto a formação de quilombos, quanto algumas das práticas sociais características dos membros destas comunidades tradicionais. Em outras palavras, as comunidades quilombolas eram definidas como grupos a serem reprimidos pelo Estado brasileiro, por meio do uso da violência mais brutal.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 representa, então, uma ruptura com o passado de violência e opressão legal a que foram submetidos os quilombolas. O texto constitucional reconhece as comunidades quilombolas como sujeitos coletivos de direito, cujos modos de ser e viver devem ser protegidos (e não reprimidos) por integrarem o patrimônio cultural brasileiro<sup>5</sup>.

E, considerando que os modos de ser e viver quilombolas pressupõem a existência de um território coletivo que lhes proporcione as condições apropriadas para as suas reproduções materiais e simbólicas, o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) reconhece às comunidades quilombolas o direito à propriedade coletiva de seus territórios, nos seguintes termos:

Art. 68. Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando as suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos.

É oportuno esclarecer que o dispositivo constitucional acima transcrito institui verdadeiro direito fundamental, que, por isso, se irradia em relação a todo ordenamento jurídico, para orientar a interpretação de todos os demais atos normativos estatais<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> O artigo 216 da Constituição da República de 1988 dispõe que: "Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; [...] § 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos".

<sup>6</sup> Nesse sentido, o constitucionalista alemão Robert Alexy (2008, pág. 520) explica a característica da irradiação dos direitos fundamentais, nos seguintes termos: "O significado das normas de direitos fundamentais para o sistema jurídico é o resultado da soma de dois fatores: da sua fundamentalidade formal e da sua fundamentalidade substancial. A fundamentalidade formal das normas de direitos fundamentais decorre de sua posição no ápice da estrutura escalonada do ordenamento jurídico, como direitos que vinculam diretamente o legislador, o Poder Executivo e o Judiciário. [...] A fundamentalidade formal soma-se a fundamentalidade substancial. Direitos fundamentais e normas de direitos fundamentais são fundamentalmente substanciais porque, com eles, são

Nesse sentido, o constitucionalista Daniel Sarmento (2010, p. 279/281) explica que:

[...] o art. 68 do ADCT encerra um verdadeiro direito fundamental e desta sua natureza resultam consequências hermenêuticas extremamente relevantes, como será exposto mais adiante.

[...]

Para comunidades tradicionais, a terra possui um significado completamente diferente da que ela apresenta para a cultura ocidental de massas. Não se trata apenas da moradia, que pode ser trocada pelo indivíduo sem maiores traumas, mas sim do elo que mantém a união do grupo, e que permite a sua continuidade no tempo através de sucessivas gerações, possibilitando a preservação da cultural, dos valores e do modo peculiar de vida da comunidade étnica.

Privado da terra, o grupo tende a se dispersar e a desaparecer, pois a identidade coletiva também periga sucumbir. Dessa forma, não é exagero afirmar que quando se retira a terra de uma comunidade quilombola, não se está apenas violando o direito à moradia dos seus membros. Muito mais que isso, se atenta contra a própria identidade étnica destas pessoas. Daí porque, o direito à terra dos remanescentes de quilombo é também um direito fundamental cultural (art. 215, CF).

Neste ponto, não é preciso enfatizar que o ser humano não é um ente abstrato e desenraizado, mas uma pessoa concreta, cuja identidade é também constituída por laços culturais, tradições e valores socialmente compartilhados. E nos grupos tradicionais, caracterizados por uma maior homogeneidade cultural e por uma ligação mais orgânica entre os seus membros, estes aspectos comunitários da identidade pessoal tendem a assumir uma importância ainda maior.

Por isso, a perda da identidade coletiva para os integrantes destes grupos costuma gerar crises profundas, intenso sofrimento e uma sensação de desamparo e de desorientação, que dificilmente encontram paralelo entre os integrantes da cultura capitalista de massa.

Assim, é possível traçar com facilidade uma ligação entre o princípio da dignidade da pessoa humana – epicentro axiológico da Constituição de 88 – com o art. 68 do ADCT, que almeja preservar a identidade étnica e cultural dos remanescentes de quilombos. Isto porque, a garantia da terra para o quilombola é pressuposto necessário para a garantia de sua própria identidade.

Neste contexto, os direitos fundamentais da comunidade quilombola de Queimadas à preservação de seu modo de ser e viver e à propriedade coletiva de seu território impedem que seja autorizada a implantação de empreendimentos minerários destrutivos de seu modo de ser e viver, que, repita-se, é integrante do patrimônio cultural brasileiro, tendo o Estado brasileiro o dever protegê-lo.

É oportuno esclarecer que os empreendimentos minerários, que afetem diretamente o território das comunidades quilombolas, somente podem ser implantados depois de satisfeitas duas condições jurídicas, quais sejam: 1) a realização de consulta livre, prévia e informada das comunidades quilombolas diretamente afetadas pelos empreendimentos minerários; e, 2) a

---

tomadas decisões sobre a estrutura normativa básica do Estado e da sociedade. [...] O fato de as decisões sobre o conteúdo das normas de direitos fundamentais incluírem decisões sobre a estrutura básica do Estado e da sociedade é algo que decorre dos objetos regulados. Questões relativas à liberdade e à igualdade não são questões apenas de um ramo do direito, elas permeiam todos os ramos. A forma como elas são solucionadas em cada um desses ramos do direito não é, para esses ramos do direito, uma questão específica, mas uma questão fundamental” (Teoria dos Direitos Fundamentais. São Paulo: Malheiros, 2008, pág. 520).

obtenção do consentimento das comunidades quilombolas, por meio de procedimentos de consulta equitativos nos quais a decisão sobre a autorização, a forma de exploração e a repartição das vantagens econômicas se baseie na satisfação equitativa dos interesses dos grupos econômicos da comunidade nacional e dos interesses das comunidades quilombolas.

O direito à consulta livre, prévia, informada e de boa-fé está previsto no artigo 6º da Convenção nº 169 da OIT, ratificada pelo Estado brasileiro e promulgada pelo Decreto nº 5.051/2004, posteriormente substituído pelo Decreto nº 10.088/2019.

O artigo 6º da Convenção nº 169 da OIT dispõe que:

#### Artigo 6º.

1. Ao aplicar as disposições da presente Convenção, os governos deverão:
  - a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;
  - b) estabelecer os meios através dos quais os povos interessados possam participar livremente, pelo menos na mesma medida que outros setores da população e em todos os níveis, na adoção de decisões em instituições efetivas ou organismos administrativos e de outra natureza responsáveis pelas políticas e programas que lhes sejam concernentes;
  - c) estabelecer os meios para o pleno desenvolvimento das instituições e iniciativas dos povos e, nos casos apropriados, fornecer os recursos necessários para esse fim.
2. As consultas realizadas na aplicação desta Convenção deverão ser efetuadas com boa fé e de maneira apropriada às circunstâncias, com o objetivo de se chegar a um acordo e conseguir o consentimento acerca das medidas propostas.

A comunidade quilombola de Queimadas não pode ser impedida de exercer o seu direito humano à consulta livre, prévia, informada e de boa-fé, previsto no artigo 6º da Convenção nº 169 da OIT, por meio da atuação violenta da Ku Klux Klan do Serro.

Em outras palavras, a Ku Klux Klan do Serro, formada por políticos, servidores públicos, fazendeiros e funcionários mineradoras, não pode impedir que a comunidade quilombola de Queimadas exerça o seu direito à consulta por meio de ameaças de morte às lideranças quilombolas, de agressões físicas e morais às lideranças quilombolas, de invasões às reuniões comunitárias ou outras formas de intimidações e constrangimentos dirigidos às lideranças quilombolas.

O Estado brasileiro tem o dever constitucional de proteger a vida, a integridade física e moral e a segurança pessoal das lideranças quilombolas, assegurando as condições sociais para o exercício dos direitos humanos e fundamentais reconhecidos formalmente às comunidades quilombolas no Brasil.

O Estado brasileiro tem o dever de coibir a violência perpetrada pela Ku Klux Klan do Serro contra as lideranças quilombolas, criando mecanismo de proteção das lideranças



quilombolas e responsabilizando, no âmbito civil e criminal, todos os integrantes da referida organização criminosa que atua para inviabilizar o exercício dos direitos humanos e fundamentais quilombolas por meio do exercício da violência contra as lideranças quilombolas.

Apesar de terem conhecimento de todos os crimes e violências cometidos contra as lideranças quilombolas, os órgãos integrantes do Sistema de Justiça brasileiro assistem passivamente a atuação da Ku Klux Klan do Serro sem tomar qualquer medida efetiva de proteção às lideranças quilombolas e de responsabilização dos membros da Ku Klux Klan do Serro. Nota-se uma espécie de naturalização da violência exercida contra os corpos negros e quilombolas. O Estado brasileiro trata como natural e aceitável a submissão dos quilombolas às formas de violência mais brutais por não aceitarem se submeter e sujeitar aos interesses da classe política e dos grupos econômicos dominantes na sociedade serrana e brasileira.

O Estado brasileiro se mostra, então, negligente em proteger a vida, a integridade física e moral e a segurança pessoal das lideranças quilombolas. Ora, o que fazer no momento em que o Estado, por ação ou omissão, se torna o principal responsável pela violação dos direitos humanos de grupos étnico-raciais subalternizados e que se formaram em virtude das relações de opressão e exploração engendradas pelo colonialismo, que continuam em funcionamento até hoje?

Uma das respostas possíveis é o acionamento dos Sistemas Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos contra a omissão do Estado brasileiro em assegurar o respeito aos direitos humanos das lideranças quilombolas que atuam para exigir a elaboração dos Estudos do Componente Quilombola - ECQ e a realização da consulta livre, prévia, informada e de boa-fé em relação aos empreendimentos minerários "Projeto Serro" e "Projeto Ônix Céu Aberto", que afetam diretamente o território da comunidade quilombola de Queimadas.

A Profa. Flávia Piovesan (pp. 117/118) explica que:

[...] a verdadeira consolidação do Direito Internacional dos Direitos Humanos surge em meados do século XX, em decorrência da Segunda Guerra Mundial. Nas palavras de Thomas Buergenthal: "O moderno Direito Internacional dos Direitos Humanos é um fenômeno do pós-guerra. Seu desenvolvimento pode ser atribuído às monstruosas violações de direitos humanos da era Hitler e à crença de que parte destas violações poderiam ser prevenidas se um efetivo sistema de proteção internacional de direitos humanos existisse.

A internacionalização dos direitos humanos constitui, assim, um movimento extremamente recente na história, que surgiu a partir do pós-guerra, como resposta às atrocidades e aos horrores cometidos durante o nazismo. Apresentando o Estado como o grande violador de direitos humanos, a Era Hitler foi marcada pela lógica da destruição e da descartabilidade da pessoa humana, o que resultou no extermínio de onze milhões de pessoas. O legado do nazismo foi condicionar a titularidade de direitos, ou seja, a condição de sujeito de direitos, à pertinência a determinada raça - a raça pura ariana. No dizer de Ignacy Sachs, o século XX foi marcado por duas

guerras mundiais e pelo horror absoluto do genocídio concebido como projeto político e industrial.

No momento em que os seres humanos se tornam supérfluos e descartáveis, no momento em que vige a lógica da destruição, em que cruelmente se abole o valor da pessoa humana, torna-se necessária a reconstrução dos direitos humanos, como paradigma ético capaz de restaurar a lógica do razoável. A barbárie do totalitarismo significou a ruptura do paradigma dos direitos humanos, por meio da negação do valor da pessoa humana como valor fonte do direito. Diante dessa ruptura, emerge a necessidade de reconstruir os direitos humanos, como referencial e paradigma ético que aproxime o direito da moral. Nesse cenário, o maior direito passa a ser, adotando a terminologia de Hannah Arendt, o direito a ter direitos, ou seja, o direito a ser sujeito de direitos.

Nesse contexto, como resposta às atrocidades e horrores perpetrados pela Ku Klux Klan do Serro e à omissão do Estado brasileiro em adotar medidas efetivas de proteção da vida, da integridade física e moral e da segurança pessoal das lideranças quilombolas no contexto do conflito socioambiental no Serro, há a possibilidade de acionamento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos para se exigir que o Estado brasileiro cumpra seu dever constitucional de assegurar a proteção dos direitos humanos das lideranças quilombolas que lutam pela efetivação do direito à consulta livre, prévia, informada e de boa-fé.

O Sistema Interamericano de Direitos Humanos é fundado pela Carta da Organização dos Estados Americanos (1948), a Declaração Americana de Direitos Humanos (1948), a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (1969), e o Protocolo de San Salvador (1988). Com a Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA), surge uma organização internacional intergovernamental, com o objetivo de promover direitos humanos aos Estados Americanos. Existem dois órgãos da OEA, que compõem o Sistema Interamericano de Direitos Humanos: a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos tem como função garantir o respeito e a defesa dos direitos humanos, além de servir como órgão consultivo da OEA. Essa comissão monitora a situação dos direitos humanos nos Estados membros, por meio de visitas *in loco* e relatórios sobre o contexto dos direitos humanos por temas ou países. Além disso, exerce função quase judicial ao analisar e investigar petições individuais que alegam a violação de direitos humanos por Estados- Membros da OEA. A comissão também recomenda a adoção de medidas aos membros para cooperarem com a proteção dos direitos humanos.

A Corte Interamericana de Direitos Humanos é uma instituição judiciária autônoma, que aplica e interpreta a Convenção Americana de Direitos Humanos. Nesse sentido, ela exerce a função consultiva, emitindo interpretações sobre a Convenção e outros tratados, abordando ainda sobre a compatibilidade das normas internas do país com a Convenção, a função

contenciosa, avaliando se o Estado violou direitos estabelecidos em tratados aplicáveis ao Sistema Interamericano. Constatada a violação dos direitos humanos por parte de um Estado, este é responsabilizado internacionalmente, e a Corte supervisiona o cumprimento das sentenças proferidas. Por fim, a função de proferir medidas provisórias, em casos de extrema gravidade e urgência, e quando seja necessário evitar danos irreparáveis às pessoas.

É importante esclarecer que apenas Estados Partes e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos podem submeter um caso à Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Contudo, indivíduos, grupos de pessoas e entidades não-governamentais legalmente reconhecidas podem apresentar denúncias de violação dos direitos humanos, perpetrados por um Estado que ratificou a Convenção Americana de Direitos Humanos, à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que, se reconhecer a ocorrência da violação aos direitos humanos, submeterá o caso à apreciação da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

A denúncia internacional deve ser baseada na violação das normas de direitos humanos reconhecidas na Convenção Americana, isto é, a Corte Interamericana de Direitos Humanos irá julgar o Estado por não cumprir as normas de direitos humanos que se comprometeu a cumprir, após o esgotamento de todos os recursos internos existentes. Portanto, a Corte não constitui uma nova instância para examinar os erros de direito ou de fato que possam ter ocorrido nos tribunais nacionais. As sentenças proferidas pela corte são definitivas e inapeláveis, além de vinculantes.

O Estado brasileiro ratificou a Carta da Organização dos Estados Americanos, constituindo-se estado membro da OEA. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos foi promulgada em 1969, contudo, o Brasil ratificou a Convenção Americana somente em 1992, reconhecendo a competência contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

O Estado brasileiro se submete, então, à jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos e, por isso, pode ser denunciado por sua omissão em adotar medidas efetivas de proteção à vida, à integridade física e moral e à segurança pessoal das lideranças quilombolas que são vítimas da violência perpetrada pela Ku Klux Klan do Serro.

## **METODOLOGIA**

A violência perpetrada pela Ku Klux Klan do Serro contra as lideranças quilombolas é objeto de ampla discussão entre a equipe do Projeto de Extensão "A luta pelo reconhecimento dos direitos fundamentais das comunidades remanescentes de quilombo", as lideranças quilombolas e movimentos sociais apoiadores da luta quilombola, desde a invasão violenta,

promovida pela Ku Klux Klan do Serro, da reunião comunitária do quilombo de Queimadas que seria realizada no dia 16/04/2024, às 14 horas, no centro comunitário do quilombo de Queimadas.

A reunião tinha o objetivo de apresentar, à comunidade quilombola de Queimadas, o Relatório Técnico Preliminar, elaborado pelos antropólogos da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais do Ministério Público do Estado de Minas Gerais - MPMG/CIMOS, com o intuito de verificar os possíveis impactos do "Projeto Serro" e do "Projeto Ônix Céu Aberto" sobre o território da comunidade quilombola de Queimadas, fornecendo, assim, informações técnico-científicas para o exercício do direito à consulta livre, prévia, informada e de boa-fé da comunidade quilombola de Queimadas.

A exposição do relatório técnico acima indicado e o diálogo sobre os direitos étnicos e territoriais quilombolas seriam realizados pelo antropólogo do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Sr. Marcelo de Andrade Vilarino.

A Ku Klux Klan do Serro promoveu, então, a invasão da reunião comunitária e ameaçou, agrediu física e moralmente e intimidou/constrangeu as lideranças quilombolas que participavam da reunião com o intuito de conhecer o Relatório Técnico Preliminar elaborado pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais. O propósito da Ku Klux Klan era gerar pânico e medo entre os quilombolas para que eles renunciassem ao exercício de seus direitos humanos e fundamentais, especialmente ao direito de consulta livre, prévia, informada e de boa-fé, previsto no artigo 6º da Convenção nº 169 da OIT.

A equipe do projeto de extensão redigiu diversas petições, encaminhando-as para diversos órgãos integrantes do Sistema de Justiça; participou de diversas audiências públicas, promovidas por comissões parlamentares que atuam na promoção dos direitos humanos e no controle da administração pública. Em todas essas ocasiões, a violência da Ku Klux Klan do Serro contra as lideranças quilombolas foi apresentada e comprovada, por meio de vídeos e áudios, requerendo-se a adoção de medidas para a proteção das lideranças quilombolas e a responsabilização civil e penal dos membros da Ku Klux Klan.

O Estado brasileiro não adotou, até a presente data, qualquer medida efetiva de proteção à vida, à integridade física e moral e à segurança pessoal das lideranças quilombolas. A necessidade de adoção de medidas de proteção das lideranças quilombolas, bem como a negligência dos órgãos integrantes do Sistema de Justiça em proteger a vida, a integridade física e moral e a segurança pessoal das lideranças quilombolas envolvidas no conflito socioambiental no Serro, motivaram, então, a proposta de apresentação de denúncia à Comissão Interamericana

de Direitos Humanos contra a omissão do Estado brasileiro em proteger as lideranças quilombolas e responsabilizar civil e penalmente os membros da Ku Klux Klan do Serro.

As lideranças quilombolas e os movimentos sociais de apoio da luta quilombola aprovaram, então, a proposta de apresentação de denúncia contra o Estado brasileiro perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, com a formulação de pedidos de medidas cautelares para a proteção das lideranças quilombolas.

Foi formado, então, um grupo de trabalho, integrado por lideranças quilombolas, por extensionistas do Projeto de Extensão "A luta pelo reconhecimento dos direitos fundamentais das comunidades remanescentes de quilombo", por advogados populares e por representantes de mandatos parlamentares apoiadores da causa quilombola, para a construção da denúncia a ser apresentada à Comissão Interamericana de Direitos Humanos até o final de julho de 2024.

Concluída a redação da denúncia, ela será apresentada às lideranças quilombolas para aprovação e encaminhamento por meio do sistema de petições individuais à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

## **DISCUSSÃO E/OU RESULTADOS**

O "Projeto Serro" e o "Projeto Ônix Céu Aberto" são empreendimentos minerários de extração e de beneficiamento de minério de ferro, com a previsão de realização de lavra a céu aberto, na região em que se encontra o território da comunidade quilombola de Queimadas, na divisa dos municípios de Serro e de Santo Antônio do Itambé, no centro nordeste de Minas Gerais.

Os empreendimentos minerários "Projeto Serro" e "Projeto Ônix Céu Aberto" afetam diretamente o território da comunidade quilombola de Queimadas. Pois, considerando que a Portaria Interministerial nº 60/2015 estatui a presunção legal de impacto direto ao território quilombola localizado dentro do raio de 8 Km da Área Diretamente Afetada (ADA) de empreendimentos minerários, os projetos minerários acima identificados ficam localizados a aproximadamente 3 Km de algumas localidades que integram o território da comunidade quilombola de Queimadas, havendo, assim, presunção legal de afetação do modo de vida quilombola.

A comunidade quilombola de Queimadas é formada por 16 localidades, com ampla autonomia entre si e sem qualquer relação de subordinação entre as localidades, cuja história está relacionada à resistência de pessoas negras escravizadas e utilizadas nas fazendas para a

produção de alimentos e do abastecimento da população que vivia e trabalhava nas áreas de mineração da região do Serro.

O Relatório Técnico, elaborado pela Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais do Ministério Público do Estado de Minas Gerais - MPMG/CIMOS, descreve a organização da comunidade quilombola de Queimadas nos seguintes termos:

A comunidade Quilombola de Queimadas foi certificada pela Fundação Cultural Palmares e, portanto, reconhecida pelo Estado brasileiro como comunidade remanescente de quilombo desde 10 de abril de 2012, sob a Portaria de número 177/2012. A Comunidade está localizada em uma extensa área que compreende trechos contíguos dos territórios municipais do Serro e de Santo Antônio do Itambé, estando o território da comunidade localizado na porção nordeste do estado de Minas Gerais, região comumente denominada Alto-Jequitinhonha. O

A comunidade quilombola de Queimadas se estrutura como a junção de aproximadamente 16 núcleos comunitários em seu pertencimento à coletividade constituída em torno da identidade quilombola, elemento central de estruturação de suas relações sociais. Na análise realizada pelo estudioso dos quilombos do Serro, Tiago Geisler, "a comunidade quilombola de Queimadas está localizada na região entre a divisa dos municípios de Serro e Santo Antônio do Itambé, sendo que parte da comunidade encontra-se no município de Serro e parte em Santo Antônio do Itambé, está situada na região onde as águas vertem para o Rio Doce. A comunidade encontra-se subdividida entre pequenos locais (lugarejos), como Criminoso, Bota-fogo, Quilombo, Baú, Córrego das Posses, dentre outros" (Geisler, 2017, p. 71).

[...]

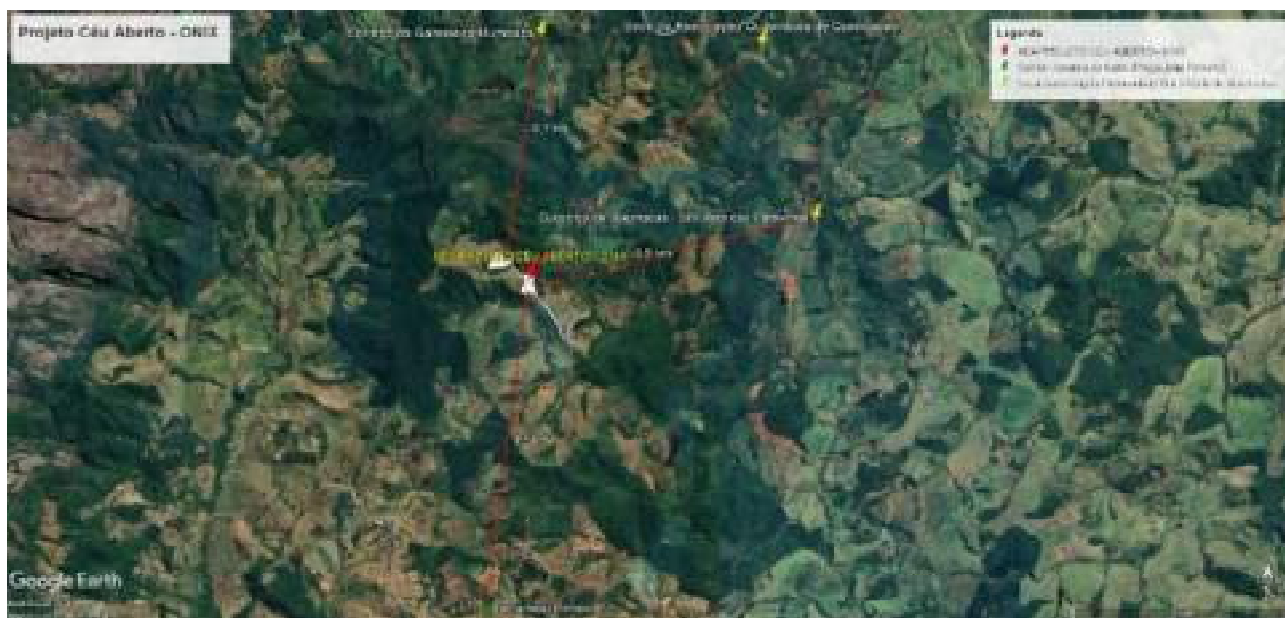
Desse modo, os núcleos identificados como integrantes da Comunidade Quilombola de Queimadas que se localizam no município do Serro são:

- Córrego do Criminoso;
- São José das Maravilhas (englobando as localidades de Córrego do Cedro, Martinez e Dâmaso);
- Córrego Cavalcante;
- Córrego do Retirinho;
- Cabeceira de Mumbuca;
- Mombaça;
- Córrego do Baú;
- Córrego das Poças;
- Córrego da Gameleira;
- Floriano.

Os núcleos comunitários que compõem o Quilombo de Queimadas localizados no município de Santo Antônio do Itambé são:

- Botafogo;
- Queimadas do Itambé;
- Perobas;
- Canavial;
- Tabornas. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2021, pp. 3/4).

O mapa abaixo reproduzido permite visualizar a distância de algumas localidades, integrantes do Quilombo de Queimadas, em relação à ADA do empreendimento minerário "Projeto Ônix Céu Aberto".



Os licenciamentos ambientais do "Projeto Serro" e do "Projeto Ônix Céu Aberto" devem ser instruídos com o Estudo do Componente Quilombola – ECQ<sup>7</sup> e com o Projeto Básico Ambiental Quilombola – PBAQ<sup>8</sup>, com manifestação da Fundação Cultural Palmares e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA sobre os impactos que a implantação do empreendimento ocasionará à comunidade quilombola de Queimadas, em cumprimento ao disposto no artigo 27 da Lei nº 21.972/2016<sup>9</sup>.

<sup>7</sup> O artigo 4º, inciso V, da Instrução Normativa INCRA nº 111, de 22 de dezembro de 2021, define o Estudo do Componente Quilombola – ECQ como: “estudo elaborado pelo empreendedor após a aprovação do Plano de Trabalho, e que, como requisito para a obtenção de Licença Prévia, indica os impactos socioambientais sobre terras quilombolas relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de obra, atividade ou empreendimento. O ECQ analisa os impactos ambientais do empreendimento e de suas alternativas, por meio de identificação, previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes, os quais devem estar classificados de acordo com os atributos dispostos na Resolução Conama nº 01, de 23 de janeiro de 1986, e suas alterações”.

<sup>8</sup> O artigo 4º, inciso VI, da Instrução Normativa INCRA nº 111, de 22 de dezembro de 2021, define o Projeto Básico Ambiental Quilombola - PBAQ como um plano “elaborado pelo empreendedor após a aprovação do ECQ, com objetivo de obtenção da Licença Instalação, é o conjunto de planos e programas identificados a partir da elaboração do Estudo do Componente Quilombola, contendo definição das ações, cronograma de execução físico, plano de trabalho operacional e, ainda, indicação dos meios e procedimentos de controle e monitoramento de indicadores ambientais que serão desenvolvidos nas etapas de implantação e operação da obra, atividade ou empreendimento junto às comunidades quilombolas atingidas”.

<sup>9</sup> O artigo 27 da Lei nº 21.972/2016 dispõe que: "Art. 27. Caso o empreendimento represente impacto social em terra indígena, em terra quilombola, em bem cultural acautelado, em zona de proteção de aeródromo, em área de proteção ambiental municipal e em área onde ocorra a necessidade de remoção de população atingida, dentre

Os licenciamentos ambientais do "Projeto Serro" e do "Projeto Ônix Céu Aberto" devem ser precedidos de consulta livre, prévia, informada e de boa-fé da comunidade quilombola de Queimadas, com o objetivo de se instituir um procedimento equitativo destinado a assegurar o diálogo e a compatibilização dos interesses econômicos do capital minerário com o modo de ser e viver da comunidade quilombola diretamente afetada, em estrito cumprimento ao disposto no artigo 6º da Convenção nº 169 da OIT.

O órgão licenciador não exigiu a realização do ECQ e do PBAQ, não exigiu a participação da Fundação Cultural Palmares e do INCRA no licenciamento ambiental dos empreendimentos minerários "Projeto Serro" e "Projeto Ônix Céu Aberto" e não exigiu a realização de consulta livre, prévia, informada e de boa-fé da comunidade quilombola de Queimadas, em evidente afronta aos direitos formalmente reconhecidos às comunidades quilombolas em face de empreendimentos minerários que afetam diretamente os seus territórios tradicionais.

A N'Golo ajuizou, então, ações civis públicas para se exigir a elaboração do Estudo do Componente Quilombola – ECQ, a elaboração do Projeto Básico Ambiental Quilombola – PBAQ, a participação da Fundação Cultural Palmares e do INCRA no licenciamento ambiental e a realização de consulta livre, prévia, informada e de boa-fé da comunidade quilombola de Queimadas, antes de qualquer deliberação sobre a concessão ou não da licença ambiental de empreendimentos minerários que afetam diretamente a comunidade quilombola de Queimadas.

Em 2023, a N'Golo obteve importantes vitórias judiciais, por meio da concessão de tutelas de urgência recursais, concedidas nos Agravos de Instrumento nº 1003965-57.2023.4.06.0000 ("Projeto Serro") e nº 1000149-67.2023.4.06.0000 ("Projeto Ônix Céu Aberto"), em trâmite, respectivamente, perante a 3ª e 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 6ª Região.

Posteriormente, no julgamento do mérito, o Tribunal Regional Federal da 6ª Região reconheceu a obrigatoriedade da elaboração do Estudo do Componente Quilombola – ECQ e do Projeto Básico Ambiental Quilombola – PBAQ, da participação do Fundação Cultural Palmares e do INCRA nos licenciamentos ambientais do "Projeto Serro" e do "Projeto Ônix Céu Aberto" e da realização da consulta livre, prévia, informada e de boa-fé da comunidade quilombola de Queimadas, proibindo a deliberação das licenças ambientais até a finalização do ECQ e do PBAQ, com a apresentação de manifestação pela Fundação Cultural Palmares e pelo

---

outros, o empreendedor deverá instruir o processo de licenciamento com as informações e documentos necessários à avaliação das intervenções pelos órgãos ou entidades públicas federais, estaduais e municipais detentores das respectivas atribuições e competências para análise".



INCRA e a realização da consulta da comunidade quilombola de Queimadas, em conformidade com os acórdãos prolatados nos Agravos de Instrumento nº 1003965-57.2023.4.06.0000 ("Projeto Serro") e nº 1000149-67.2023.4.06.0000 ("Projeto Ônix Céu Aberto").

Contudo, essa conquista está ameaçada pela violência promovida pela Ku Klux Klan do Serro, que atua para intimidar e constranger as lideranças quilombolas a não exercerem seus direitos humanos e fundamentais previstos na Constituição da República de 1988, em Convenção Internacional de Direitos Humanos (Convenção nº 169 da OIT), na legislação ambiental brasileira e já reconhecido em decisões judiciais proferidas pelo Tribunal Regional Federal da 6ª Região.

Até as decisões judiciais que reconheceram a obrigatoriedade da elaboração do ECQ e do PBAQ, da participação da Fundação Cultural Palmares e do INCRA nos licenciamentos ambientais e da realização da consulta livre, prévia, informada e de boa-fé da comunidade quilombola de Queimadas, as mineradoras sustentavam que a comunidade quilombola de Queimadas não teria direito a consulta por não possuir Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID aprovado pelo INCRA. Essa tese foi rejeitada judicialmente. O Tribunal Regional Federal da 6ª Região reconheceu que a comunidade quilombola de Queimadas tem direito à consulta independentemente de ter RTID aprovado pelo INCRA.

Após as decisões proferidas pelo Tribunal Regional Federal da 6ª Região, as mineradoras construíram uma nova estratégia para a obtenção das licenças ambientais dos empreendimentos minerários sem a elaboração do ECQ e do PBAQ e sem a realização da consulta livre, prévia, informada e de boa-fé da comunidade quilombola. A estratégia das mineradoras é estimular a violência perpetrada pela Ku Klux Klan do Serro para que os quilombolas de Queimadas abdicuem do exercício de seus direitos humanos e fundamentais em virtude do medo de serem mortos ou agredidos por aqueles que defendem a implantação dos empreendimentos minerários.

O quilombola VALDERES QUITINHO SILVA, morador da comunidade quilombola de Queimadas e membro da Diretoria da Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais – N'Golo, foi uma das vítimas das ameaças e agressões promovidas por fazendeiros e funcionários das mineradoras.

O quilombola VALDERES QUITINHO SILVA prestou depoimento em audiência pública realizada no dia 25/04/2023, na Comissão de Administração Pública da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A gravação integral da audiência pública está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=J9nQIYubXwA>.

Em seu depoimento, o quilombola VALDERES QUITINHO SILVA narrou o ocorrido na invasão da reunião da comunidade quilombola de Queimadas, especialmente a partir das 2:21:30 da gravação da audiência pública. É oportuno transcrever o depoimento da liderança quilombola acima identificada:

[...] Destacar o ocorrido no domingo, dia 16/04/2023, o qual eu me senti muito ameaçado; eu fui ameaçado de morte; fui ameaçado de morte, onde pessoas que não tem relação com a comunidade; pessoas que nunca foi na associação, onde eu ajudei construir; eu ajudei a construir aquele espaço, aquele centro social; corri atrás de projeto, junto com os companheiros da comunidade; corri atrás de firmar e manter as relações sociais dentro do território de Queimadas, o qual eu faço e faço com muito orgulho, mesmo sendo ameaçado várias das vezes; essas pessoas chegaram a me ameaçar; me ameaçar de morte; me ameaçar de tomar e roubar os meus direitos ali, que eu sei que tenho muitos direitos; e também na forma de fazer eu me sentir acuado; de me fazer baixar a cabeça, coisa que não vão ver tão fácil; eles não vão ver eu abaixando a cabeça, porque eu sei que estou fazendo a coisa certa; e sei que tem muitos companheiros ali que estão lutando pela mesma causa que eu; então, assim, eu gostaria de apresentar ali o vídeo, o qual eu me senti agredido ali, de forma verbal, mas também muita brutalidade de pessoas que descerem deste ônibus para Queimadas para poder participar, diz eles para poder participar, mas o que eu vi ali foi um momento de agressão; foram ali para poder brigar, isso não é participação; [...] tem um áudio aí em que me chamam de bosta; [...] esse aí é o senhor Hamilton, funcionário da mineradora Herculano, que não tem relação com a comunidade, nem com a associação, e ele foi lá realmente para poder agredir a gente; é desesperador quando você vê isso, porque não é normal você sair para uma reunião, achando que você vai achar paz e fraternidade, igual a gente foi para poder escutar a reunião mensal da associação né, igual todo 2º domingo tem e também o convite que eu, enquanto comunidade, enquanto membro da comunidade, minha mãe, minhas tias, fizemos ao companheiro Marcelo aqui, da CIMOS, para poder explicar um pouco sobre demarcação territorial e titularização das terras quilombolas; não era somente sobre as terras de Queimadas; é pra gente entender do processo primeiro, para a gente poder discutir em pé de igualdade, para poder ter informação para poder debater tudo isso, o qual não foi respeitado; chegaram lá com a tentativa de agredir a gente; e falando o tempo todo e foram pra cima da secretária da diretoria da associação; ameaçando outras pessoas da comunidade; isso não é coisa de pessoas que estão ali com boas intenções, infelizmente não é; porque uma coisa é você ir para poder escutar e depois você conseguir dialogar sobre; outra coisa é você ir para tentar agredir, ameaçar, fragilizar as pessoas e intimidar; isso aí não são ações que se deve ver no centro social, que foi criado para manter as relações de Queimadas vivas e bem construídas ali; então, assim, é de muita revolta que eu trago isso; enquanto jovem da comunidade, enquanto participante mesmo de todas essas construções que a gente vem travando em Queimadas; [...] o fato de os proprietários de terra, os fazendeiros, estarem lá tentando fazer essa intimidação dos moradores; de funcionários das mineradoras pegar, chegar, falar e me ameaçar de morte; isso aí infelizmente não é coisa de a gente estar recebendo dentro da comunidade [...].

O depoimento acima transcrito é contundente em evidenciar que o exercício dos direitos humanos e fundamentais da comunidade quilombola de Queimadas depende da atuação do Estado brasileiro para proteger a vida, a integridade física e moral e a segurança das lideranças quilombolas e para responsabilizar, civil e criminalmente, os membros da Ku Klux Klan do Serro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A omissão do Estado brasileiro em proteger o Quilombo de Queimadas da Ku Klux Klan do Serro é uma grave violação da garantia dos direitos humanos e fundamentais das comunidades quilombolas em luta contra a implantação de empreendimentos minerários destrutivos dos modos de ser e viver das comunidades quilombolas. O Estado brasileiro tem o dever constitucional de assegurar a proteção à vida, à integridade física e moral e à segurança pessoal de todos os seus cidadãos, especialmente daqueles historicamente foram submetidos às formas mais brutais de discriminação, perseguição ou violência motivada por questões raciais ou étnicas.

Ora, de nada adiantaria o Estado brasileira ratificar a Convenção nº 169 da OIT e reconhecer direitos fundamentais às comunidades quilombolas nos licenciamentos ambientais de empreendimentos minerários que afetam diretamente os territórios quilombolas, se o mesmo Estado não assegurar a proteção à vida, à integridade física e moral e à segurança pessoal das lideranças quilombolas ameaçadas, agredidas, intimidadas e constrangidas pelas classes dominantes em consequência do exercício dos direitos quilombolas que são formalmente reconhecidos pelo Estado brasileiro.

Em face da negligência do Estado brasileiro em promover ações efetividade para proteção da vida, da integridade física e moral e da segurança pessoal das lideranças quilombolas, envolvidas na luta pelo respeito aos direitos quilombolas nos licenciamentos ambientais dos empreendimentos minerários “Projeto Serro” e “Projeto Ônix Céu Aberto”, que afetam diretamente o território da comunidade quilombola de Queimadas, torna-se necessária o acionamento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos para a condenação do Estado brasileiro a tomar medidas efetivas de proteção da vida, da integridade física e moral e da segurança pessoal das lideranças quilombolas e de responsabilização civil e criminal de todos os membros da Ku Klux Klan do Serro.

## REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. São Paulo: Editora Malheiros, 2008.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Audiência pública 25/04/2023 - Comissão de Administração Pública. Debater a motivação administrativa e a legalidade da obra pública de construção de uma estrada, pela Prefeitura Municipal de Serro, em território tradicional quilombola em conflito com atividade minerária, bem como sobre

possível desvio de finalidade. Belo Horizonte: ALMG, 26 fev. 2021. 1 vídeo (3:38:03). Publicado por ALMG. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=J9nQIYubXwA>. Acesso em: 14 abr. 2024.

BRASIL. Ministérios do Meio Ambiente, da Justiça e da Saúde. **Portaria Interministerial nº 60, de 24 de março de 2015**. Estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de licenciamento ambiental de competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Diário Oficial da União, Brasília, 25 mar. 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/m/malaria/publicacoes/licenciamento-ambiental/portaria-interministerial-no-60-de-marco-de-2015/view>. Acesso em: 14 abr. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019**. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenção e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10088.htm#art5](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10088.htm#art5). Acesso em: 14 abr. 2024.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Convenção americana sobre os direitos humanos: assinada na Conferência especializada interamericana sobre direitos humanos, San José, Costa Rica, em 22 de novembro de 1969. Disponível em: [https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao\\_americana.htm](https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm). Acesso em: 12 de abril de 2024.

COSTA, Tiago Geisler Moreira. **A comunidade de Queimadas frente a expansão minerária no Alto Jequitinhonha**: a defesa de um território. Dissertação (Mestrado Profissional em Sustentabilidade Junto a Povos e Terras Tradicionais) - Universidade de Brasília - UnB, Brasília, 2017. Link de acesso: [http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/31323/1/2017\\_TiagoGeislerMoreiraCosta.pdf](http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/31323/1/2017_TiagoGeislerMoreiraCosta.pdf).

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Instrução Normativa INCRA nº 111, de 22 de dezembro de 2021**. Dispõe sobre os procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária nos processos de licenciamento ambiental de obras, atividades ou empreendimentos que impactem terras quilombolas. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-incra-n-111-de-22-de-dezembro-de-2021-369753970>. Acesso em: 14 abr. 2024.

MINAS GERAIS. **Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016**. Dispõe sobre o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Sisema - e dá outras providências. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2016. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/21972/2016/?cons=1>. Acesso em: 14 abr. 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Coordenadoria de Inclusão e Mobilizações Sociais - CIMOS. **Relatório Técnico**: Apoio técnico à Promotoria de Justiça da Comarca do Serro, em estudo de identificação territorial preliminar da comunidade

quilombola de Queimadas, no bojo do Procedimento IC 0671-13.000093-3. Belo Horizonte e Diamantina: CIMOS, 2021.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Carta da organização dos estados americanos reformada pelo “Protocolo de Buenos Aires”: assinado na Terceira Conferência Interamericana Extraordinária, em 27 de fevereiro de 1967. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/q.carta.oea.htm>. Acesso em: 12 de abril de 2024.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. São Paulo: Saraiva, 2008.

SARMENTO, Daniel. **Por um Constitucionalismo Inclusivo: História Constitucional Brasileira, Teoria da Constituição e Direitos Fundamentais**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

# **ENTRE FICÇÃO E REALIDADE: recepções literárias dos participantes no Projeto ALEGRIA<sup>1</sup>**

**Arabie Bezri Hermont**  
**Geovani Frois Bento de Oliveira**  
**Maria Letícia Alvarenga Corrêa**

## **RESUMO**

O seguinte relato de experiência apresenta o trabalho desenvolvido no Projeto de Extensão ALEGRIA (Aprendizagem de Leitura e Escrita gerando respeito, inclusão e autonomia), da Universidade XXXXX. O projeto visa promover a leitura e escrita para pessoas portadoras de deficiência intelectual. Utilizando obras poéticas de diversos autores, como Cecília Meireles e Pedro Bandeira, nosso objetivo é o de expandir as discussões sobre as potencialidades da literatura para o desenvolvimento da autonomia desse público, abordando processos que envolvem a compreensão do gênero literário e ampliando a capacidade analítica e imagética dos participantes. A metodologia adotada incluiu atividades adaptadas e discussões sobre os textos, com o intuito de conectar a ficção com a realidade dos participantes. O embasamento teórico segue a luz de autores como Antonio Candido (2011), Regina Zilberman (2008), Tzvetan Todorov (2009), Paulo Freire (1996) e Eni Puccineli Orlandi (2012). A análise dos resultados obtidos nas atividades realizadas revela o impacto positivo na autonomia e reflexão dos participantes, evidenciando a importância da literatura na construção de novas perspectivas sobre o mundo.

**Palavras-chave:** autonomia; imaginação; letramento; poesia; recepção literária.

## **BETWEEN FICTION AND REALITY: Literary receptions of participants in the ALEGRIA project**

### **ABSTRACT**

The following experience report presents the work carried out in the ALEGRIA (Aprendizagem de Leitura e Escrita gerando respeito, inclusão e autonomia), Extension Project at the University XXXXXX. The project aims to promote reading and writing for people with intellectual disabilities. Using poetic works by various authors, such as Cecília Meireles and Pedro Bandeira, our aim is to expand discussions on the potential of literature for developing the autonomy of this audience, addressing processes that involve understanding the literary genre and expanding the analytical and imagistic capacity of the participants. The methodology adopted included adapted activities and discussions about the texts, with the aim of connecting fiction with the participants' reality. The theoretical basis is based on authors such as Antonio Candido (2011), Regina Zilberman (2008), Tzvetan Todorov (2009), Paulo Freire (1996) and Eni Puccineli Orlandi (2012). The analysis of the results obtained from the activities carried out reveals the positive impact on the autonomy and reflection of the participants, highlighting the importance of literature in building new perspectives on the world.

**Keywords:** autonomy; imagination; literacy; poetry; literary reception.

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

## INTRODUÇÃO

O presente relato de experiência tem como objetivo apresentar as diversas recepções de leitura de poemas com os participantes do Projeto de Extensão ALEGRIA - Aprendizagem de Leitura e Escrita gerando respeito, inclusão e autonomia - da Universidade XXXXX. Durante os meses de fevereiro e abril de 2024, trabalhamos com obras poéticas de diferentes autores, incluindo nomes conhecidos como Cecília Meireles, Chico Buarque e Vinicius de Moraes.

Nosso propósito neste trabalho é relatar nossa experiência ao oferecer aos participantes oportunidades de compreender melhor o funcionamento desse gênero literário tão relevante, ao mesmo tempo que apresentamos novas palavras e exploramos seus diversos usos. Além disso, buscamos estimular neles a capacidade imagética, sem deixar de lado a promoção de sua capacidade analítica e ampliação de novas perspectivas para refletirem sobre o mundo que os cerca e seu próprio mundo interior. Acreditamos que, ao estabelecer esses objetivos, contribuímos para um maior desenvolvimento de sua autonomia.

As obras literárias como um todo possibilitam ao público geral confrontar-se constantemente com novas perspectivas e enxergar a vida e/ou situações cotidianas sob novos prismas. No caso dos poemas, a recepção pode ser ainda mais ampliada, dada a diversidade de temas que podem abordar, indo dos mais comuns e terrenos até os mais subjetivos, como os sentimentos. Porém, essa discussão é ainda pouco explorada no caso das pessoas portadoras de deficiência intelectual. Sendo assim, buscamos ampliar essa discussão considerando esse enfoque mais específico.

Como fio condutor para as nossas aulas, seguimos as competências gerais presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com uma ênfase nas habilidades um e dois, que preveem, entre outros aspectos, instigar a capacidade crítica e criativa dos alunos de ensino básico em relação à sociedade e ao mundo que os cerca, visando contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva. Durante as oficinas, tentamos tornar o ato da leitura um momento sempre significativo para os participantes.

Para desenvolver as atividades adaptadas ao contexto, utilizamos bases teóricas de autores renomados de diversas áreas do conhecimento que acreditamos contribuir significativamente com nossos objetivos. Para refletir sobre o contexto educacional e o papel da literatura nele, optamos por obras como as de Paulo Freire (1996), e as de Antonio Candido (2011), consagrado por suas críticas literárias. Além disso, consideramos o lugar do texto, da literatura e seus impactos nos sujeitos que a leem, recorrendo a autores como Eni Puccinelli

Orlandi (2012), Regina Zilberman (2008) e Tzvetan Todorov (2009) para nos fornecerem perspectivas valiosas nesse sentido.

Com este estudo, embora tenhamos trabalhado especificamente com poemas, acreditamos, mesmo que minimamente, conseguir ampliar a discussão sobre a recepção literária por parte das pessoas portadoras de deficiência intelectual, a fim de ajudá-las a expandir seus horizontes e perspectivas sobre o contexto em que estão inseridas.

## **O PROJETO ALEGRIA**

Todas as atividades a serem relatadas foram desenvolvidas no âmbito do projeto de extensão ALEGRIA. O projeto é uma iniciativa do Departamento de Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, sob a coordenação da professora doutora Arabie Bezri Hermont. Os encontros com os participantes são realizados tanto de forma presencial quanto remota, buscando desenvolver diversos letramentos dentro do projeto, de modo a promover a autonomia, o respeito, a cidadania e a inclusão para adultos portadores de deficiência intelectual, seguindo os princípios de Paulo Freire.

As oficinas presenciais do projeto ocorrem às terças e quintas-feiras, das 09h às 12h nas salas da Universidade XXXXX, e abordam os mais variados temas ligados à alfabetização, ao letramento, à educação matemática e ao numeramento. Além disso, às sextas-feiras, geralmente das 15h às 16h, são realizadas oficinas assíncronas para oferecer conhecimentos básicos aos participantes sobre a língua inglesa. Atualmente, o projeto possui três turmas que abrangem diferentes níveis de alfabetização. Neste relato de experiência, vamos focalizar apenas a turma 3, composta por cerca de 11 participantes diagnosticados com autismo, Síndrome de Down e atraso mental (entre alguns outros casos particulares que ainda não há diagnóstico fechado), todos eles na fase alfabética nos moldes de Ferreiro (2000). Durante o desenvolvimento das atividades presenciais em sala nas oficinas, a monitoria é realizada por um aluno do Curso de Letras e uma aluna do Curso de Pedagogia.

## **EMBASAMENTO TEÓRICO**

Ao discorrer sobre educação, torna-se imprescindível mencionar o patrono da educação brasileira, Paulo Freire, um renomado educador e filósofo cuja influência nas questões educacionais do final do século XX é inegável. Em sua obra *Pedagogia da Autonomia* (1996), Freire enfatiza o papel ético do educador em sala de aula, destacando o respeito à autonomia



dos alunos em seu contínuo processo de aprendizagem, construção e reconstrução, livre de quaisquer tipos de preconceitos nesse processo.

Seguindo essa mesma linha de pensamento, ao trabalharmos com literatura, também não poderíamos deixar de mencionar como um dos pilares para o desenvolvimento dessas oficinas a serem relatadas dentro do projeto, o renomado crítico literário Antonio Candido e seu ensaio *O Direito à Literatura* (2011). Candido questiona por que a arte e a literatura também não poderiam ser consideradas direitos humanos fundamentais, tanto quanto aqueles já conhecidos como moradia, vestuário e saúde. Ele argumenta que, dado que todos os seres humanos têm uma propensão natural para a criação e a ficção, a literatura, nessa perspectiva, desempenha um papel essencial em humanizar as pessoas, oferecendo uma fonte interna para a “superação do caos”, ao mesmo tempo em que “[...] confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas.” (Candido, 2011, p. 177)

Nesse contexto, buscamos capacitar os participantes do projeto a alcançarem autonomamente essa “superação do caos”, promovendo constantes conexões entre o ficcional e o real. Para isso, no que se refere à concepção de texto, seguimos à luz de Eni Orlandi em *Texto e Discurso* (2012), texto no qual a autora tece reflexões sobre a historicidade textual, colocando-o não como uma unidade fechada, mas, sim, integrado em uma teia interdiscursiva contínua, em que valores são criados e recriados conforme as condições sócio-históricas dos leitores, portanto, “[...] o texto é um objeto histórico. Histórico aqui não tem o sentido de ser o texto um documento, mas discurso. Assim, melhor seria dizer: o texto é um objeto linguístico-histórico.” (Orlandi, 2012, p. 112)

Desse modo, como consideramos o texto um “objeto linguístico-histórico”, também reconhecemos nosso público leitor como sujeitos ativos, sociais e históricos em suas interpretações ao enxergar e interagir com o mundo ao seu redor, cada um contextualizado à sua própria maneira. Dessa forma, neste relato de experiência, buscamos destacar as diversas percepções literárias de um público tão diversificado sobre um mesmo texto. Para tanto, nos atentamos às reflexões trazidas pela pesquisadora, escritora e professora Regina Zilberman (2008), que debatem não apenas sobre o texto literário, mas também sobre o papel ativo do leitor durante a leitura.

Além disso, durante a elaboração do projeto, utilizamos outras obras teóricas pertinentes e complementares, entre elas *A Literatura em Perigo* (2009), de Tzvetan Todorov, que enfatiza a perspectiva de que o texto literário tem muito a dizer sobre o ser humano, podendo, no processo de leitura, revelar perspectivas particulares de cada um de nós.

Acreditamos que a análise dessas experiências literárias com os participantes, que possuem deficiência intelectual, são enriquecedoras, não apenas em termos de aprendizado gramatical, mas também por ajudá-los na organização de seu “mundo interior”, contribuindo assim para uma reflexão mais ampla sobre o mundo exterior em diversas perspectivas, tudo isso calcado em um aprendizado que seja significativo e contextualizado.

## **METODOLOGIA**

A literatura pode muito. Ela pode nos estender a mão quando estamos profundamente deprimidos, nos tornar ainda mais próximos dos outros seres humanos que nos cercam, nos fazer compreender melhor o mundo e nos ajudar a viver. Não que ela seja, antes de tudo, uma técnica de cuidados para com a alma; porém, revelação do mundo, ela pode também, em seu percurso, nos transformar a cada um de nós a partir de dentro. (Todorov, 2009, p. 76)

Para construir as atividades propostas aos participantes, evitamos manter uma abordagem estanque, buscando sempre ampliar suas perspectivas e estimular sua capacidade criativa, assim como Candido (2011) propõe que a literatura intrinsecamente seja. Nesse contexto, essa perspectiva parece ressoar com as ideias do reconhecido neurologista e escritor Oliver Sacks (2017), que pensando no processo das pessoas durante a aprendizagem afirma:

As crianças são atraídas pela narrativa; não apenas solicitam e apreciam histórias contadas por outros, mas também criam as delas. Contar histórias e criar mitos são atividades humanas primordiais, um modo fundamental de tentar compreender nosso mundo. [...] Contudo, uma educação demasiado rígida, formulada, carente de narrativa pode matar a mente inquisitiva de uma criança. A educação precisa alcançar um equilíbrio entre estrutura e liberdade, e as necessidades de cada criança podem ser extremamente variáveis.” (Sacks, 2017, p. 98)

Inicialmente, no começo das atividades, fazíamos “perguntas padronizadas” para avaliar a compreensão dos participantes e incentivar a associação entre título, autor e obra. Essas eram perguntas básicas, como “Qual é o título do texto?” e “Quem é o autor(a) do texto?”, mas serviram como ponto de partida para um segundo momento de interações mais importantes e profundas após a leitura de cada poema com os participantes. Seguindo os princípios freirianos, promovemos discussões sobre as impressões dos participantes em relação aos textos, incentivando a reflexão sobre possíveis conexões com suas vidas cotidianas, além de permitir que expressassem suas interpretações por meio de ilustrações autorais.

Sabemos que, dada as características do nosso público leitor, eles poderiam enfrentar mais dificuldade ao compreender poemas muito metafóricos. Por isso, optamos por selecionar aqueles que fossem mais “literais”, mas que, mesmo assim, não perdessem de vista nosso

objetivo de incentivá-los a conhecer novas obras, estilos de escrita e, principalmente, integrá-los ainda mais como sujeitos ativos na sociedade. As obras colocadas nas atividades e escolhidas para serem debatidas nesse relato de experiência são *Leilão de Jardim*, de Cecília Meireles, e *Meu aniversário*, de Pedro Bandeira. Em *Leilão de Jardim*, exploramos questões sobre o significado de um leilão e as implicações sociais e financeiras envolvidas nesse tipo de transação. Já em *Meu aniversário*, buscamos desbloquear memórias afetivas dos participantes, incentivando-os a refletir sobre os significados subjetivos dessa data comemorativa para suas vidas.

**Leilão de Jardim**  
(Cecília Meireles)

Quem me compra um jardim com flores?  
borboletas de muitas cores,  
lavadeiras e passarinhos,  
ovos verdes e azuis nos ninhos?

Quem me compra este caracol?  
Quem me compra um raio de sol?  
Um lagarto entre o muro e a hera,  
uma estátua da Primavera?

Quem me compra este formigueiro?  
E este sapo, que é jardineiro?  
E a cigarra e a sua canção?  
E o grilinho dentro do chão?

(Este é meu leilão)

**Meu Aniversário**  
(Pedro Bandeira)

Hoje é meu aniversário,  
é um dia sem igual!  
Eu queria que hoje fosse  
feriado nacional!

Além dessas obras, outras respostas de atividades semelhantes serão mencionadas neste relato, visando a abranger a diversidade de perspectivas dos participantes, incluindo aqueles com autismo, síndrome de Down, microcefalia e um caso sem diagnóstico definido. Isso reflete nossa preocupação em valorizar e relatar as contribuições reflexivas de todos os participantes do projeto nos limites deste relato de experiência.

## RESULTADOS OBTIDOS

Regina Zilberman (2008), ao resgatar os valores clássicos sobre literatura em seu texto fazendo um paralelo com a “contemporaneidade”, nos lembra de uma característica fundamental: o efeito da catarse, atribuído como “sentimentos [que] não são sofridos pelas figuras que se encontram no palco, mas pelos espectadores que ocupam o anfiteatro. [Tornando-se] [...] critério para avaliação dos produtos expostos ao público.” (Zilberman, 2008, p. 85-86)

A seguir, apresentamos alguns registros de nossas aulas com os participantes. Além de explorarmos a estrutura de um poema, também promovemos momentos de debate e discussão sobre suas impressões:

**FIGURA 1 - Leitura dos poemas com os participantes**



**Fonte: Acervo dos autores, 2024.**

**FIGURA 2 - Momento de discussão com os participantes sobre os poemas lidos**

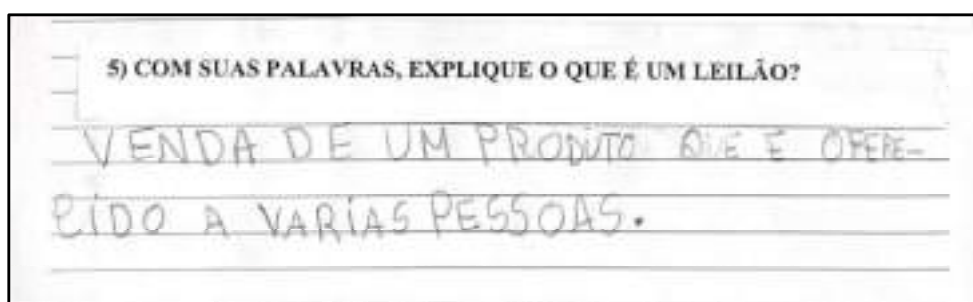


**Fonte: Acervo dos autores, 2024.**

Ainda segundo Zilberman (2008, p. 92), “A Estética da recepção, assume a perspectiva do leitor, portanto, conforme sua denominação sugere, ao considerar que é ele quem garante a historicidade das obras literárias.” Sendo, por sua vez, essa uma relação completamente dialógica já que “[...] independentemente de sua formação ou profissão, carrega também sua história de leituras, construída a partir de sua relação com a literatura e com outras formas de textos transmitidos pela escrita.”

Durante as leituras com os participantes do projeto, frequentemente surgiam questionamentos sobre palavras desconhecidas, os quais eram esclarecidos pelos monitores, ampliando assim o repertório gramatical necessário a todos nós para vivermos em um mundo feito de linguagem. Entretanto, apesar desse momento que consideramos enriquecedor, somente poderíamos avaliar factualmente o aprendizado dos participantes quando lhes entregássemos atividades e questões para serem resolvidas. Abaixo, apresentamos algumas dessas respostas de diferentes participantes do projeto portadores de algum tipo de deficiência intelectual de nossa turma. Acreditamos que elas sintetizam o resultado do nosso trabalho em busca de ajudar os participantes a se tornarem mais autônomos nesse mundo construído através de linguagens.

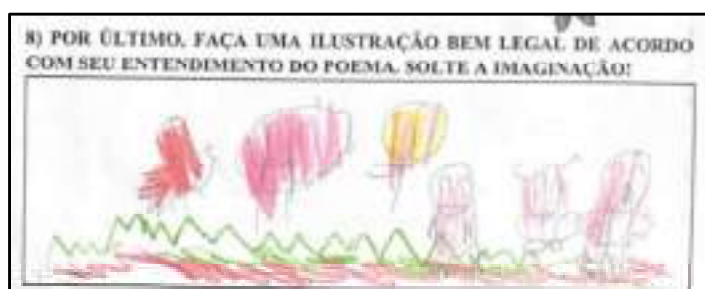
**FIGURA 3** - Resposta de um dos participantes sobre o poema *Leilão de Jardim*



Fonte: Acervo dos autores, 2024

A resposta do participante sobre o que seria um leilão traz uma perspectiva interessante que revela sua interpretação do conceito. Essa resposta sugere uma compreensão básica do processo de leiloar, enfatizando a ideia de que várias pessoas disputam a aquisição de um item por meio de lances sucessivos. Importante notar aqui como a aluna utiliza suas próprias referências e experiências para formular sua resposta, demonstrando a relevância de se conectar os conceitos abstratos com situações do cotidiano para facilitar a compreensão e a aprendizagem.

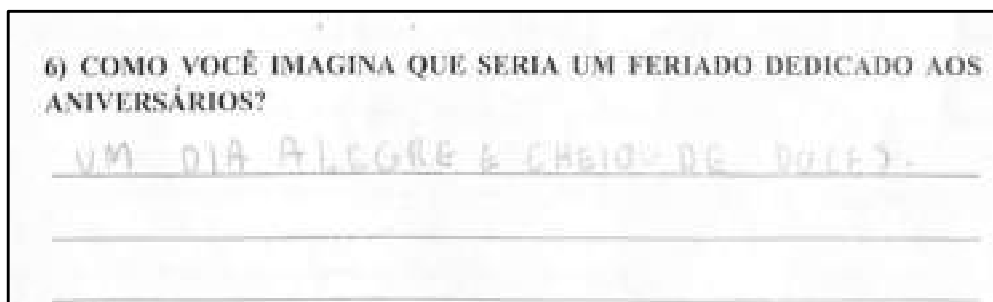
**FIGURA 4** - Resposta de um dos participantes sobre o poema *Leilão de Jardim*



Fonte: Acervo dos autores, 2024

Neste outro exemplo feito por outro participante em resposta ao poema *Leilão de Jardim* revela sua interpretação pessoal e criativa do texto. Ao retratar três pessoas em um ambiente arborizado, que ele identifica como um jardim e, além disso, segundo o participante, incluir a figura dele e de sua mãe entre as flores, demonstrando assim uma associação direta entre os elementos do desenho, o tema do poema junto com sua própria realidade.

**FIGURA 5** - Resposta de um dos participantes sobre o poema *Meu Aniversário*



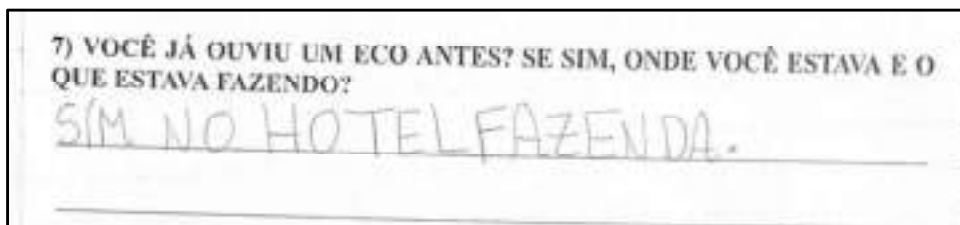
6) COMO VOCÊ IMAGINA QUE SERIA UM FERIADO DEDICADO AOS ANIVERSÁRIOS?

UM DIA ALEGRE E CHEIO DE DOCES.

Fonte: Acervo dos autores, 2024

Nesta resposta de outro participante a uma pergunta que questiona como seria um feriado dedicado aos aniversários, ele mostra uma conexão pessoal e emotiva com a questão. Ao descrever o feriado como um dia alegre e cheio de doces, transmite sua própria experiência imaginativa do seria esse dia voltado aos aniversários. Essa resposta evidencia não apenas a compreensão da pergunta, mas também a capacidade do participante de fazer conexões de conceitos “abstratos” presentes nos textos com suas experiências pessoais.

**FIGURA 6** - Resposta de um dos participantes sobre o poema *O Eco*, de Cecília Meireles.



7) VOCÊ JÁ OUVIU UM ECO ANTES? SE SIM, ONDE VOCÊ ESTAVA E O QUE ESTAVA FAZENDO?

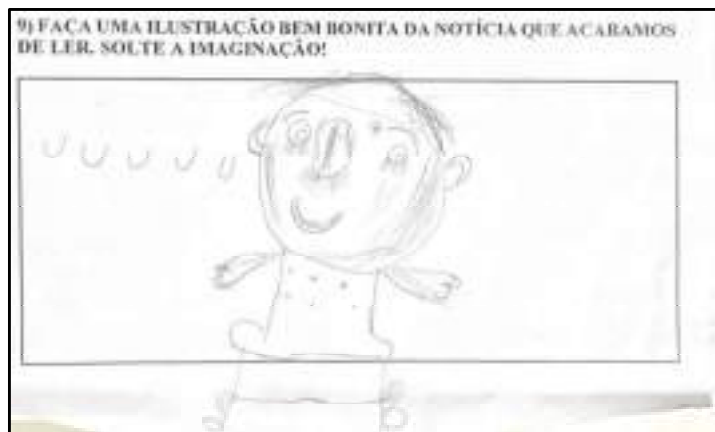
SIM NO HOTEL FAZENDA.

Fonte: Acervo dos autores, 2024

Já nesta resposta sobre o poema *O Eco*, temos o relacionando-o com um hotel fazenda, mostrando uma interessante associação entre o fenômeno natural e um ambiente concreto e mais específico. Ao mencionar que sim, no hotel fazenda, ele sugere que já experimentou ou imaginou a presença de eco nesse contexto. Essa resposta indica uma capacidade do aluno de

contextualizar o eco em um cenário familiar e palpável, estimulando sua imaginação e criatividade em seus próprios contextos de vivências.

**FIGURA 7** - Resposta de um dos participantes nas atividades sobre notícias



Fonte: Acervo dos autores, 2024.

**FIGURA 8** - Resposta de um dos participantes nas atividades sobre notícias



Fonte: Acervo dos autores, 2024.

Já nestas duas respostas de dois participantes que correspondem a texto sobre o vírus da gripe, revelam uma interessante observação da realidade mais próxima de cada um deles. No primeiro caso, segundo o próprio participante, ao retratar seu pai, ele identificou uma conexão pessoal com o tema, relacionando-o diretamente à sua experiência cotidiana mais próxima. Essa abordagem demonstra uma compreensão consciente e contextualizada do assunto, indicando que o aluno foi capaz de sintetizar e aplicar “conceitos abstratos” à sua própria vida. Já no segundo caso, temos um caso parecido, com a adição do participante conseguir, além de vincular a sua realidade, articular, de certa forma, outros campos, inclusive, do saber científico.

Vale ressaltar que essas duas atividades foram desenvolvidas em um contexto de estudo sobre notícias, no entanto, é interessante observar como a criatividade e a imaginação dos alunos foram fundamentais na expressão de suas percepções e entendimentos. Isso demonstra que a abordagem imaginativa e pessoal é uma parte intrínseca do processo de aprendizado, mesmo quando trabalhamos em contextos mais factuais.

Por fim, as respostas obtidas dos participantes do projeto revelam o conhecimento adquirido durante as atividades e revelam fases de autonomia individual de cada aluno. Cada resposta reflete não apenas a compreensão do conteúdo abordado, mas também a percepção e recepção única que cada participante teve da obra em questão. Nota-se, assim, a diversidade de interpretações e abordagens, demonstrando o impacto positivo de oferecer espaço para que cada indivíduo expresse suas próprias ideias e experiências.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O trabalho desenvolvido com os participantes do projeto portadores de deficiência intelectual foi permeado por uma abordagem que vai além da mera transmissão de conhecimento, buscando, em consonância com os princípios expostos tanto por Freire (1996) quanto Zilberman (2008), proporcionar experiências que provocassem o efeito da catarse nos envolvidos. Ao explorar a estrutura de poemas e promover momentos de debate e discussão sobre sua interpretação, procuramos não apenas transmitir informações, mas também estimular reflexões e conexões pessoais com os textos.

Durante as leituras, não somente esclarecemos dúvidas sobre vocabulário, como também incentivamos a expressão e o diálogo, ampliando o repertório gramatical e promovendo um ambiente inclusivo e colaborativo. As respostas apresentadas pelos participantes às atividades propostas refletem o conhecimento adquirido, bem como o desenvolvimento de habilidades cognitivas e a capacidade de expressar suas percepções de forma um pouco mais autônoma.

Assim, ao sintetizar os resultados do nosso trabalho, percebemos uma ampliação do conhecimento sobre literatura e linguagem e um fortalecimento da independência e da autonomia dos participantes. Embora o projeto literário aqui relatado até o momento ainda esteja em continuidade, já podemos observar, na prática através das respostas dos participantes, as palavras de Paulo Freire, que afirmou: “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.” Acreditamos que essa citação ressoa fortemente com o



compromisso do projeto ALEGRIA em promover a transformação social através da educação inclusiva, democrática e humanizadora.

## REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Pedro. **Meu aniversário**. Peregrinacultural's Weblog, 2009. Disponível em: <https://peregrinacultural.com/2009/06/03/quadrinha-para-criancas-aniversario-pedro-brandeira/>. Acesso em: 12 abr. 2024

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 10 abr. 2024.

CANDIDO, Antonio. **O Direito à Literatura**. In: Vários escritos. reorg. pelo autor. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011, p. 171-193. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3327587/mod\\_resource/content/1/Candido%20O%20Direito%20C3%A0%20Literatura.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3327587/mod_resource/content/1/Candido%20O%20Direito%20C3%A0%20Literatura.pdf). Acesso em: 11 abr. 2024.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 165 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. Apresentação de Ana Maria Araújo Freire. Carta-prefácio de Balduino A. Andreola. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MEIRELES, Cecília. **Leilão de Jardim**. Escritas.org, [20--]. Disponível em: <https://www.escritas.org/pt/t/5295/leilao-de-jardim>. Acesso em: 12 abr. 2024.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **TEXTO E DISCURSO**. Organon, Porto Alegre, v. 9, n. 23, 2012, p. 111-118. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/organon/article/viewFile/29365/18055>. Acesso em: 11 abr. 2024.

SACKS, Oliver. **O eu criativo**. In: O rio da consciência. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, p. 98-110, 2017.

TODOROV, Tzvetan. **A literatura em perigo**. Rio de Janeiro: Difel, 2009. 96p.

ZILBERMAN, Regina. **Recepção e leitura no horizonte da literatura**. Alea: estudos neolatinos, Rio de Janeiro, v. 10, p. 85-97, 2008.

# **DESENVOLVIMENTO DA RESPONSABILIDADE PESSOAL E SOCIAL EM ALUNOS DE INICIAÇÃO AO FUTEBOL DO PROJETO DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE**

**XXXXX<sup>1</sup>**

## **DEVELOPMENT OF PERSONAL AND SOCIAL RESPONSIBILITY IN STUDENTS INITIATING FOOTBALL IN THE UNIVERSIDADE XXXXX EXTENSION PROJECT**

**Davi Siqueira Rodrigues**

**Cleiton Pereira Reis**

**Mauro Vinicius de Sa**

**Nick Heverson Trindade**

**Fernando Bevilaqua Fernandes Hosken**

### **INTRODUÇÃO**

O papel do esporte na formação dos jovens vai muito além do desenvolvimento físico e técnico. O Desenvolvimento Positivo dos Jovens (DPJ) se concentra em promover a saúde e o bem-estar dos adolescentes, buscando maximizar suas habilidades e destacar as características positivas dessa fase da vida (Gould; Carson, 2008; Pierce; Gould; Camiré, 2017). Isso inclui a interação com o ambiente e com pessoas importantes. Um aspecto crucial desse desenvolvimento é a presença de crenças positivas sobre a própria capacidade, que são fundamentais para alcançar uma vida saudável e adaptar-se de forma positiva à vida adulta (Franco; Rodrigues, 2018).

É essencial, portanto, fornecer aos alunos ferramentas adequadas para enfrentar e superar esses desafios, capacitando-os a lidar de forma eficaz com as pressões e demandas da vida moderna. As aulas de iniciação esportiva podem ser um ambiente ideal para cultivar valores como responsabilidade pessoal e social (RPS), que são essenciais para o sucesso não apenas nos campos e quadras, mas também na vida. Integrar a RPS no planejamento e no conteúdo das aulas de esportes não só fortalece as habilidades esportivas dos jovens, mas também os prepara para

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

enfrentar os desafios do mundo real. Sendo assim, o objetivo deste estudo é analisar o Desenvolvimento da Responsabilidade Pessoal e Social em alunos de iniciação do projeto de Extensão da Universidade XXXXX.

## **METODOLOGIA**

### **Participantes**

Participaram do estudo 10 alunos, todos do sexo masculino, com idades entre 14 a 16 anos, de uma turma de iniciação ao futebol em um projeto de extensão na Universidade XXXXX. Os alunos frequentaram as aulas 2 vezes por semana, com duração de 90 min/aula.

### **Instrumentos e Procedimentos**

As 16 aulas foram validadas por meio 3 peritos com formação na área de pedagogia do esporte ou com mais de 10 anos como treinadores de futebol (Modelo de avaliação por meio de critérios e pontuação de 1 a 5). Posta a avaliação e validação pelos peritos, iniciou-se um protocolo de ação, considerando em um primeiro momento a aplicação de testes, seguida pela intervenção das aulas validadas e por fim outro período de testes para comparar com os dados obtidos inicialmente.

Foi construído um caderno de atividades de acordo com os modelos contemporâneos de ensino-aprendizagem-treinamento na iniciação esportiva (Araújo *et al.*, 2024; Galatti *et al.*, 2017). Propõem-se o desenvolvimento das capacidades motoras e cognitivas, no qual o jogo é o aspecto pedagógico central. Além disso, foram propostas situações pedagógicas para o desenvolvimento da responsabilidade social e pessoal, conforme o protocolo de Hellison (2010). O caderno foi validado no seu conteúdo por peritos, especialistas em pedagogia do esporte e professores universitários (Hernandez-Nieto, 2002).

## **PROTOCOLO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E PESSOAL**

Foi realizada uma intervenção durante as aulas por meio do protocolo de responsabilidade social e pessoal de Hellison (2010). Abaixo, seguem as etapas por níveis e características respectivamente:

- 1 e 2 - RESPEITO PELOS OUTROS E ESFORÇO: O respeito pelos outros envolve reconhecer a dignidade e os direitos das outras pessoas, bem como valorizar suas opiniões, culturas e experiências. O respeito pelos outros é essencial, pois ajuda os indivíduos a reconhecerem a importância de considerar o impacto de suas ações sobre os outros. O respeito pelos outros também está relacionado à empatia e à capacidade de se colocar no lugar do outro, o que é fundamental para o desenvolvimento de relacionamentos saudáveis e colaborativos. O esforço, por sua vez, refere-se à disposição e empenho em realizar as tarefas e responsabilidades atribuídas, mesmo diante de desafios e obstáculos.
- 3 - AUTONOMIA: A autonomia permite que os indivíduos assumam a responsabilidade por suas ações e decisões, pois estão agindo de acordo com sua própria vontade e escolha. Quando se trata de responsabilidade pessoal, a autonomia permite que as pessoas reconheçam e assumam a responsabilidade por suas próprias ações, em vez de atribuir a culpa a outros ou a circunstâncias externas.
- 4 - LIDERANÇA: Nesse nível, a liderança modela comportamentos responsáveis, servindo como exemplos a serem seguidos. Eles podem encorajar os membros do grupo a assumir responsabilidade por suas próprias ações, promovendo um ambiente de prestação de contas mútua.
- 5 - TRANSFERÊNCIA: A transferência envolve a aplicação de princípios éticos e valores em diferentes situações e contextos. Por exemplo, um jovem que aprende sobre a importância da honestidade no esporte pode transferir esse valor para sua vida pessoal e acadêmica, assumindo responsabilidade por suas ações em todas as áreas de sua vida.

O protocolo foi implementado por etapas, ou seja, a cada fase o aluno foi exposto a “situações problema” que gerem a vivência, reflexão através de discussão e assimilação de conceitos relacionados à responsabilidade social e pessoal.

**Diário Reflexivo** Um professor graduando em Educação Física sob a orientação de um professor docente, acompanhou 16 aulas em 8 semanas de alunos de um projeto extensionista da Universidade XXXXX, após cada aula o professor realizava uma reflexão sobre a aula (Diário reflexivo). O Diário Reflexivo (DR) desenvolvido incluía todas as reflexões em áudio associadas à aplicação do modelo de Desenvolvimento da Responsabilidade Pessoal e Social (DRPS). Um diário reflexivo é um registro pessoal no qual se documenta suas experiências, pensamentos,

reflexões, observações, estratégias, desafios enfrentados, ideias para melhorias futuras e *insights* sobre sua própria prática servindo como um *feedback* (Campana, 2023).

### **Cuidados Éticos**

O estudo foi aprovado pelo comitê de Ética e Pesquisa da Universidade XXXXX, CAAE:63456522.2.0000.5137. Os alunos assinaram um termo de assentimento livre e esclarecido, e os pais ou responsáveis, um termo de consentimento livre e esclarecido, antes do início da coleta de dados.

### **Análise dos dados**

Após a transcrição do diário reflexivo, separou-se o conteúdo transcrito em pequenos, ou miniunidades, denominados também como unidades de significado (MUs). Elas são consideradas as menores partes compreensíveis de um texto que expressam uma ideia ou informação (Engel e Schutt, 2011; Tesch, 1990).

O estudo de Santos *et al.* (2017), com professores de educação que também utilizaram o diário como base para percepção das aulas, utilizaram também os níveis de responsabilidade social e pessoal para classificar as unidades de significado

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Apresenta-se abaixo um quadro com os trechos (miniunidades) referentes ao diário reflexivo.

**Quadro 1- Trechos (miniunidades) referentes ao diário reflexivo**

Nível	Estágio	Miniunidades
Nível 1	Respeito pelos outros e esforço	<i>Ao meu ver, os alunos têm muito o que melhorar nesse quesito. Especificamente nessa aula, não houveram palavrões e destempero em excesso, porém é uma questão muito recorrente durante as aulas, principalmente nos coletivos, onde os ânimos estão mais à flor da pele</i>
Nível 2	Respeito pelos outros e	<i>Durante o microciclo 13 e, acredito que na maioria das aulas, essa responsabilidade foi uma das mais</i>

	esforço	<i>efetivas. Os alunos sempre respeitaram o direito de todos serem incluídos durante todos os exercícios.</i>
Nível 3	Autonomia	<i>A automotivação e persistência dos alunos melhorou durante esse microciclo. Como não tiveram tanta dificuldade de entendimento nos exercícios, acabaram por persistir mais no rendimento deles, para cumprirem os objetivos da atividade.</i>
Nível 4	Liderança	<i>A cooperação foi bem trabalhada nas aulas, sempre com os alunos conversando entre si, tentando ajudar os colegas nas atividades iniciais, principalmente. Porém em algumas partes faltou um pouco mais de paciência e conversa para que pudessem se ajudar mais.</i>
Nível 5	Transferência	<i>Acho que essa responsabilidade deve ser mais trabalhada durante as aulas. São poucos os alunos que realmente são modelo de conduta fora da área de treino e que se dedicam e tentam repassar isso aos outros.</i>

**Fonte: Elaborado pelos autores**

De acordo com os resultados podemos observar que houve uma significativa melhora da responsabilidade social e pessoal dos alunos do Projeto de Extensão da Universidade XXXXX. Santos *et al* (2017) estudaram também o desenvolvimento da responsabilidade social e pessoal de jovens de classe social mais favorecidas e de excelente desempenho escolar pelo método de diário reflexivo. Verificou-se a necessidade de articular objetivos e estratégias com os pais e outros professores, aumentando as possibilidades de êxito em transferir a responsabilidade para outros domínios da vida.

Como limitação do estudo entendemos que são necessários estudos longitudinais que acompanhem o aluno por mais de uma temporada ou período do ano, a fim de verificar sua

evolução nos aspectos de responsabilidade pessoal e social para obtenção de dados mais substanciais e que permitam avaliar o indivíduo ao longo das fases de desenvolvimento esportivo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Verifica-se que o modelo TPSR se apresenta como uma ferramenta eficaz para promover mudanças positivas na vida de jovens desfavorecidos, ajudando a modificar seus valores, pensamentos e atitudes. Sua implementação na educação física oferece uma oportunidade para os alunos escaparem de ambientes desfavoráveis e encontrarem novas perspectivas. É fundamental que esse modelo seja mais discutido no meio acadêmico para capacitar os professores a impactarem mais alunos. Ensinar responsabilidades desde cedo pode provocar mudanças culturais importantes. Embora os estudos revisados demonstrem sua eficácia em contextos desfavorecidos, mais pesquisas são necessárias em contextos privilegiados para entender melhor seu impacto.

Dessa forma, o presente estudo reporta uma das maneiras para se viabilizar os estudos dessa temática, em especial no contexto da iniciação esportiva visando programar e periodizar as ações e atitudes a serem trabalhadas no treinamento, e não somente as capacidades técnico-táticas e motoras que já são dimensionadas no esporte.

**Palavras-chave:** iniciação esportiva; extensão; habilidades para vida; responsabilidade pessoal e social.

**Keywords:** sports initiation; extension; life skills; personal and social; responsibility.

## **FINANCIAMENTO**

O projeto foi financiado pelo Fundo de Incentivo à Pesquisa da Universidade XXXXX, no 2º semestre de 2023.

## **REFERÊNCIAS**

ARAÚJO, Nyanne Dias *et al.* Iniciação esportiva universal+ escola da bola: impactos no conhecimento tático processual de escolares. **Journal of Physical Education**, v. 34, 2024.

CAMIRÉ et al. Positive youth development as a guiding framework in sport research: Is it time to plan for a transition?. **Psychology of Sport and Exercise**, v.69, nov. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.psychsport.2023.102505>. Acesso em: 13 abr. 2024.

CAMPANA, Carla. Diários reflexivos como aliados da aprendizagem e da avaliação. **Revista Brasileira de Casos de Ensino em Administração**, v. 13, n. especial, 2023.

FRANCO, Gisele de Rezende; RODRIGUES, Marisa Cosenza. Autoeficácia e desenvolvimento positivo dos jovens: uma revisão narrativa da literatura. **Trends in Psychology**, v. 26, p. 2267-2282, 2018. Disponível em: [https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/2161/pdf\\_7](https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/2161/pdf_7). Acesso em: 10 jul. 2024.

GALATTI, Larissa *et al.* O ensino dos jogos esportivos coletivos: avanços metodológicos dos aspectos estratégico-tático-técnicos. **Pensar a Prática**, v. 20, n. 3, p. 639-654, 2017.

GOULD, Daniel; CARSON, Sarah. Life skills development through sport: current status and future directions. **International review of sport and exercise psychology**, v. 1, n. 1, p. 58-78, 2008. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/233282472\\_Life\\_skills\\_development\\_through\\_sport\\_Current\\_status\\_and\\_future\\_directions](https://www.researchgate.net/publication/233282472_Life_skills_development_through_sport_Current_status_and_future_directions). Acesso em: 10 jul. 2024.

HOLT et al. A grounded theory of positive youth development through sport based on results from a qualitative meta-study. *International Review of and Sport Exercise Psychology*. 2017 Jan 1; 10(1): 1–49. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1750984X.2016.1180704>. Acesso em: 12 de abril de 2024

PIERCE, Scott; GOULD, Daniel; CAMIRÉ, Martin. Definition and model of life skills transfer. **International review of sport and exercise psychology**, v. 10, n. 1, p.186-211, 2017. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/307626243\\_Definition\\_and\\_model\\_of\\_life\\_skills\\_transfer](https://www.researchgate.net/publication/307626243_Definition_and_model_of_life_skills_transfer). Acesso em: 10 de jul. de 2024.

SANTOS *et al.* A perspectiva do professor de educação física na implementação do modelo de desenvolvimento da responsabilidade pessoal e social. *Sociedade Portuguesa de Boletim de Educação Física*. **Congresso Nacional de Educação Física**, v. 40, nov. 2017. Disponível em: <https://boletim.spef.pt/index.php/spef/article/view/288>. Acesso em: 12 abr. 2024.

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 2017. **A perspectiva do professor de educação física na implementação da responsabilidade pessoal e social**. Sociedade Portuguesa de Boletim de Educação Física, v 40, nov.2017. Disponível em: <https://boletim.spef.pt/index.php/spef/article/view/288>. Acesso em: 12 abr. 2024.



# **RASTREAMENTO DE RETINOPATIA DIABÉTICA NOS PACIENTES PREVIAMENTE DIABÉTICOS NA CIDADE DE GUARACIABA-MG COM AUXÍLIO DE RETINÓGRAFO PORTÁTIL<sup>1</sup>**

**Júlia Pinheiro Amantéa Vilela**

**Livia Hastenreiter e Melo Batalha**

**Luisa Santana Santos**

**Emilio Rintaro Suzuki Junior**

**Bernardo Fontoura Castro Carvalho**

## **RESUMO**

Este projeto aborda a retinopatia diabética (RD) como uma complicação grave do Diabetes Mellitus (DM) que pode levar à cegueira irreversível, destacando a importância da detecção precoce para preservar a acuidade visual. No município de Guaraciaba, a falta de oftalmologistas contratados pelo SUS resulta em encaminhamentos para municípios vizinhos, criando uma fila de espera significativa e limitando o acesso ao rastreamento. Diante disso, propõe-se o uso de retinógrafos portáteis como uma alternativa viável, demonstrando sua eficácia equivalente aos exames presenciais. A implementação desse equipamento durante mutirões organizados pela Liga Acadêmica de Oftalmologia da Universidade XXXXX revelou uma prevalência de 26% de RD entre os pacientes diabéticos avaliados, com associação significativa entre a duração do DM superior a 10 anos e o desenvolvimento da RD. Esses resultados ressaltam a importância de intervenções para conscientização, detecção precoce e tratamento da RD visando preservar a visão dos pacientes diabéticos.

**Palavras-chave:** retinopatia diabética; rastreamento; retinógrafo portátil.

## **DIABETIC RETINOPATHY SCREENING IN PREVIOUSLY DIABETIC PATIENTS IN THE CITY OF GUARACIABA-MG WITH THE AID OF A PORTABLE RETINAL CAMERA**

### **ABSTRACT**

This project addresses diabetic retinopathy (DR) as a serious complication of Diabetes Mellitus (DM) that can lead to irreversible blindness, highlighting the importance of early detection to preserve visual acuity. In the municipality of Guaraciaba, the lack of ophthalmologists contracted by the SUS results in referrals to neighboring municipalities, creating a significant waiting list and limiting access to screening. Therefore, the use of portable retinal cameras is proposed as a viable alternative, demonstrating their effectiveness equivalent to in-person exams. The implementation of this equipment during campaigns organized by the Academic League of Ophthalmology of University XXXXX revealed a prevalence of 26% of DR among the evaluated diabetic patients,

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

with a significant association between DM duration exceeding 10 years and the development of DR. These results emphasize the importance of interventions for awareness, early detection, and treatment of DR to preserve the vision of diabetic patients.

**Keywords:** diabetic retinopathy; screening; portable retinal camera.

## INTRODUÇÃO

A retinopatia diabética (RD) é uma complicação microvascular do Diabetes Mellitus (DM) que afeta a acuidade visual, sendo uma das principais causas de cegueira irreversível no mundo. A duração do DM é o fator de risco mais significativo para o desenvolvimento e progressão de RD. Dito isso, se faz importante detecção precoce com objetivo de preservar a acuidade visual em diabéticos, sendo este, feito através do rastreamento oftalmológico.

No Brasil, o Ministério da Saúde preconiza o rastreio dos pacientes com diabetes mellitus do tipo 1 (DM1), em até 5 anos após a instalação da doença, e nos pacientes com diabetes mellitus do tipo 2 (DM2), imediatamente após o diagnóstico do quadro clínico (BRASIL, 2021).

No município de Guaraciaba não há profissionais oftalmológicos contratados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para a realização do acompanhamento e rastreamento da RD. Nesse caso, os pacientes da cidade são encaminhados para um oftalmologista no município de Ponte Nova - MG, contratado por um serviço terceirizado. O médico em questão é sobrecarregado pela fila de espera de mais de uma cidade, não conseguindo atender toda a demanda e, ainda, caso o paciente necessite de um acompanhamento, é necessário que ele volte ao final da fila.

Diante desta circunstância, faz-se importante o uso do equipamento portátil para triagem, uma vez que este mostra-se equivalente ao exame presencial com oftalmologista na classificação e rastreamento da RD. Assim, esse exame pode ser uma alternativa para centros que não dispõem da figura presencial do oftalmologista, já que possui elevado padrão de qualidade e reprodutibilidade no processo de estratificação dos pacientes diabéticos (BORTOLI *et al.*, 2022).

Sendo assim, a fim de utilizar-se do retinógrafo portátil como estratégia de redução significativa da fila de espera por um atendimento oftalmológico, a melhora na assistência e a orientação tanto aos pacientes quanto às suas famílias acerca dos riscos do desenvolvimento de uma RD, foi pensado o atual projeto de extensão.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O diabetes mellitus (DM) é uma doença com alta prevalência no Brasil e é considerada o maior problema de saúde do país (BRASIL, 2021). É uma doença que se instala silenciosamente e provoca complicações ao organismo, estando entre elas a retinopatia diabética (RD) (Bosco *et al.*, 2005). A retinopatia diabética é uma complicação microvascular que acomete uma parcela significativa das pessoas com DM, estando entre as principais causas de perda de visão entre 20 e 75 anos de idade. É um quadro frequente em países em desenvolvimento, como pode ser observado no Brasil, onde a incidência da RD é de 24 a 39% da população diabética, estimando-se uma prevalência de 2 milhões de casos (Brasil, 2021).

A RD é dividida clinicamente em dois estágios principais: não proliferativa (RDNP) e proliferativa (RDP). A RDNP se desenvolve primeiro, sendo a forma menos grave e que pode acarretar uma perda discreta de visão. É possível identificar essa forma da doença quando os vasos retinianos estão danificados, o que muitas vezes acarreta o aumento da permeabilidade capilar, microaneurismas, hemorragias, exsudatos, isquemia macular e edema macular (Bosco *et al.*, 2005). Já a RDP, é a fase mais avançada da doença e com alta probabilidade de perda de visão, sendo caracterizada pela neovascularização na superfície da retina, que ocorre devido a oclusão dos vasos sanguíneos da retina, isquemia. Como resultado, esses vasos costumam ser acompanhados de tecido cicatricial, que quando contraído, pode ocasionar em descolamento de retina.

Um bom controle glicêmico associado a mudanças de hábitos de vida, bem como o controle de outras comorbidades são de longe o fator mais importante no manejo clínico da RD, associado a um diagnóstico precoce. Entretanto, a maioria dos pacientes que desenvolvem RD são assintomáticos até os estágios tardios, ou seja, quando a RDP já está presente (Bortoli *et al.*, 2022).

O problema é que, em estágios tardios, o tratamento pode não ser tão eficaz, e, por isso, os diabéticos necessitam de avaliação contínua. Para isso, é essencial que portadores de diabetes façam o controle anual com o oftalmologista para que as possíveis alterações retinianas sejam detectadas oportunamente.

Nesse contexto, diante da relevância do rastreamento oftalmológico de pessoas com diabetes, como meio para o diagnóstico e a intervenção precoce da RD, no Brasil vigora o “Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Retinopatia Diabética” elaborado pelo

Ministério da Saúde em 2021. Tal documento preconiza o rastreio, por meio do encaminhamento ao oftalmologista, nos pacientes com diabetes mellitus do tipo 1 (DM1), em até 5 anos após a instalação da doença, e nos pacientes com diabetes mellitus do tipo 2 (DM2), imediatamente após o diagnóstico do quadro clínico (BRASIL, 2021).

Nesse exame é recomendado o uso dos métodos de oftalmoscopia e no Brasil, não existe um programa de triagem definido para a RD. Além disso, sabe-se que há uma dificuldade de acesso ao exame de fundo de olho realizado pelo médico oftalmologista no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) (Bortoli *et al.*, 2022).

Dessa forma, como caminho alternativo, a retinografia é possibilitadora do uso da telessaúde em locais de baixo ou nenhum acesso ao médico oftalmologista (Brasil, 2021). Quando usado, o Retinógrafo Portátil exibe facilitadores como a possibilidade do compartilhamento e acesso de dados dos exames realizados; à não necessidade de usar colírios midriáticos para a realização do exame; a fácil operação do aparelho pelo profissional de saúde previamente treinado; a presença de funções inteligentes para auxílio do diagnóstico técnico e captura dos exames de retina e a possibilidade de captura e geração de imagens panorâmicas.

## **METODOLOGIA**

### **Contexto**

A Liga Acadêmica de Oftalmologia da Universidade XXXXXX participou do concurso denominado “De Olhos Para o Futuro”, idealizado pela Associação Brasileira das Ligas Acadêmicas de Oftalmologia (ABLAO) e Phelcom Technologies, com apoio do Conselho Brasileiro de Oftalmologia.

Dessa forma, após a aprovação na primeira etapa do processo seletivo - composta pelo envio de proposta de projeto de extensão - foram disponibilizados 2 (dois) Retinógrafos Portáteis *Eyer Phelcom* por tempo determinado de 2 meses com o objetivo de colocar em prática o projeto construído durante o processo seletivo do concurso.

### **Local de execução**

A ação foi realizada no município de Guaraciaba, Minas Gerais, cuja população, segundo o Censo 2022, é de 9.753 habitantes. O município possui 04 Unidades Básicas de Saúde (UBS) e 01 Unidade de Pronto Atendimento, sendo que a Atenção Secundária é

terceirizada e os pacientes encaminhados para cidades vizinhas, tais como Ponte Nova e Ouro Preto.

### **Execução da ação**

Em parceria com a prefeitura de Guaraciaba, durante os finais de semana dos dias 16 de setembro de 2023 e 07 de outubro de 2023, os integrantes do projeto, juntamente com médicos oftalmologistas e residentes em Oftalmologia, executaram mutirões de atendimentos voltados para a realização de retinografias. Tais mutirões foram organizados pelas acadêmicas da Diretoria da Liga Acadêmica de Oftalmologia da Universidade XXXXXX, com auxílio da Prefeitura de Guaraciaba, nas UBS alvo (UBS Penha e UBS Café), onde cabia ao município a divulgação dos eventos.

**Figura 1 – Voluntários do mutirão em Guaraciaba-MG na ação do dia 16 de setembro de 2023**



**Fonte: Fornecida pelos autores.**

Os exames eram precedidos de uma breve anamnese contendo: nome completo, sexo, idade, comorbidades, história social (tabagismo e profissão), quando foi o último atendimento oftalmológico, se já realizou cirurgia oftalmológica, se possui doença ocular e faz acompanhamento dela, se possui história familiar de doença ocular. Em seguida, era realizada a medição da acuidade visual por meio de escalas optométricas. Por fim, o paciente seguia para a retinografia por meio do uso do Retinógrafo Portátil *Eyer Phelcom*, cedido pela Phelcom

Technologies®, manuseado por médicos oftalmologistas e discentes ligantes da Universidade XXXXXX.

Durante 6 (seis) meses, os acadêmicos da LAOF Universidade XXXXX, juntamente com seus orientadores, trabalharam em um grande projeto, que demandou uma combinação de habilidades e recursos. Foi necessário estabelecer parcerias com profissionais de saúde, e empresas para fornecer recursos, suporte logístico e acesso a equipamentos médicos necessários; recursos humanos formados pela equipe de profissionais de saúde qualificados, como oftalmologistas e voluntários treinados, para realizar os exames de rastreamento; identificação dos locais adequados para realizar os exames; divulgação por meio de campanhas de conscientização em mídias sociais e com auxílio das Agentes Comunitárias de Saúde; organização do sistema de agendamento dos pacientes; realização do treinamento adequado sobre como conduzir os exames; elaboração e preenchimento de documentos com dados e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e por fim, a avaliação dos resultados pós evento.

Liderar um mutirão de rastreamento de Retinopatia Diabética requer planejamento cuidadoso, coordenação eficaz e colaboração entre várias partes interessadas para alcançar o máximo impacto na prevenção e tratamento desta condição.

## **DISCUSSÃO E RESULTADOS**

Ao todo, rastreamos a retinopatia diabética em aproximadamente 250 pacientes diabéticos, sendo 80 pacientes diagnosticados e encaminhados e 2 urgências oftalmológicas devidamente atendidas.

**Figura 2 – Cicatriz de Toxoplasmose Ocular detectada pelo Retinógrafo Portátil *Eyer* *Phelcom***



**Fonte: Fornecida pelos autores.**

Ao final da ação, foi realizado um estudo transversal com pacientes atendidos, conforme representado na Tabela 1, onde dos 233 pacientes com diagnóstico de DM, 29 foram excluídos devido aos prontuários incompletos, totalizando 204 pacientes para a avaliação.

Entre os 204 pacientes avaliados, 53 (26,0%) receberam o diagnóstico de RD, sendo que 3 (5,7%) tinham menos de 50 anos e 50 (94,3%) tinham 50 anos ou mais. Quanto ao uso de insulina, 13 (24,5%) pacientes utilizavam, enquanto 40 (75,5%) não. Em relação ao tempo desde o diagnóstico de DM, 5 (9,4%) tinham menos de 1 ano de doença, 9 (17,0%) de 1 a 5 anos, 11 (20,8%) de 5 a 10 anos, e 28 (52,8%) mais de 10 anos. No que diz respeito à realização do exame oftalmológico, 41 (77,4%) afirmaram que sim, enquanto 12 (22,6%) afirmaram nunca ter realizado. Em relação ao intervalo desde o último exame oftalmológico, 12 (29,3%) relataram ter menos de 1 ano, 18 (43,9%) de 1 a 5 anos, 4 (9,8%) de 5 a 10 anos, e 7 (17,1%) mais de 10 anos. Quanto ao hábito de fumar, 8 (15,1%) relataram fazê-lo, enquanto 45 (84,9%) afirmaram não fumar.

A análise estatística do estudo revelou associação significativa entre a prevalência de RD e o tempo de diagnóstico de DM ( $> 10$  anos), com  $p$  de 0,0451. No entanto, idade ( $\geq 50$  anos), PA sistólica ( $\geq 140$ ), PA diastólica ( $\geq 90$ ), último exame oftalmológico após 5 anos, uso de insulina e tabagismo não foram significância estatística ( $p > 0,05$ ).

**Tabela 1 - Distribuição dos pacientes de acordo com as quantidades observadas para variáveis estudadas, com ou sem retinopatia diabética, Guaraciaba - 2023**

Variável	Retinopatia Diabética		
	Presente	Ausente	Variável de p
Número de pacientes	53	151	-
Idade > 50 anos	50	137	0,4132
PAS > 140	17	47	0,8980
PAD > 90	9	32	0,5104
Diagnóstico do diabetes > 10 anos	28	56	0,0451*
Último exame oftalmológico > 5 anos	23	76	0,3848
Uso de insulina	13	21	0,0743
Tabagista	8	19	0,6425

PAS=pressão arterial sistólica (em mmHg); PAD=pressão arterial diastólica (em mmHg)

Dados analisados através do teste qui-quadrado de Pearson

\*=diferença estatisticamente significativa:  $p < 0,05$

Fonte: Elaborada pelos autores.

Com o estudo, foi possível concluir que a prevalência de RD na população estudada foi de 26%, com associação estatística entre DM superior a 10 anos e o desenvolvimento de RD. Destaca-se a necessidade de intervenções para conscientização, detecção precoce e tratamento visando preservar a acuidade visual em diabéticos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresenta uma discussão detalhada sobre a retinopatia diabética (RD), uma complicação séria do diabetes mellitus (DM) que pode levar à perda irreversível da visão. Destaca-se a importância da detecção precoce da RD para preservar a acuidade visual em pacientes diabéticos, especialmente considerando que a duração do DM é um fator de risco significativo para o desenvolvimento da doença.

No contexto brasileiro, o Ministério da Saúde preconiza o rastreamento oftalmológico em pacientes com DM, mas em muitas áreas há uma falta de acesso a esses serviços especializados. O texto descreve um projeto de extensão que buscou abordar essa lacuna, utilizando retinógrafos portáteis para realizar triagem de RD em uma comunidade onde não havia profissionais oftalmológicos disponíveis.



A metodologia empregada envolveu a realização de mutirões de atendimento em parceria com a prefeitura local, com a participação de médicos oftalmologistas e estudantes de medicina. Durante esses mutirões, foram realizadas retinografias e exames oftalmológicos em pacientes diabéticos, permitindo o diagnóstico precoce de RD em alguns casos.

Os resultados do estudo mostraram uma prevalência de RD de 26% na população estudada, com uma associação estatisticamente significativa entre o DM com mais de 10 anos de duração e o desenvolvimento de RD. Isso ressalta a importância do diagnóstico precoce e do controle do DM para prevenir complicações oculares graves.

Em resumo, o projeto de extensão descrito no texto demonstra uma abordagem inovadora e eficaz para o rastreamento de RD em comunidades onde o acesso a serviços oftalmológicos é limitado. Essa iniciativa não apenas proporcionou atendimento oftalmológico a uma população em situação de vulnerabilidade, mas também contribuiu para a conscientização e prevenção de complicações graves do DM.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Especializada à Saúde. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Retinopatia Diabética**. Brasília –DF, 2021.

Disponível em: [http://antigoconitec.saude.gov.br/images/Relatorios/2021/20211217\\_Relatorio\\_PCDT\\_Retinopatia-Diabetica\\_618\\_Final.pdf](http://antigoconitec.saude.gov.br/images/Relatorios/2021/20211217_Relatorio_PCDT_Retinopatia-Diabetica_618_Final.pdf). Acesso em: 10 abr. 2024.

BORTOLI JQ, et al. **Retinografia como forma de rastreamento de retinopatia diabética em hospital terciário do Sistema Único de Saúde**. Rev Bras Oftalmol. 2022;

81:e0057. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/rbof/a/HzGZsFMPD\\_zmgstSTpcHxdHj/?format=pdf&lang=pt](https://www.scielo.br/j/rbof/a/HzGZsFMPD_zmgstSTpcHxdHj/?format=pdf&lang=pt). Acesso em: 11 abr. 2024.

BOSCO A, et al. **Retinopatia diabética**. Arq Bras Endocrinol Metab. Abril 2005; n.

49, p. 217–27. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0004-27302005000200007>. Acesso em: 10 abr. 2024.

# **RESGATE HISTÓRICO DA PRIMEIRA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLADOS DE BRUMADINHO/MG<sup>1</sup>**

## **HISTORICAL RECOLLECTION OF THE FIRST RECYCLED WASTE PICKER ASSOCIATION OF BRUMADINHO/MG**

**Lúcia Karine de Almeida**

**Andressa Carolina do Nascimento Nunes**

### **RESUMO**

A Associação de Catadores de Materiais Recicláveis do Vale do Paraopeba – ASCAVAP – se constitui como a mais antiga instituição de coleta solidária de resíduos urbanos da cidade de Brumadinho, Minas Gerais, município que se encontra próximo à região metropolitana de Belo Horizonte. No entanto, pouco se tem sistematizado a respeito do histórico de desenvolvimento e da atuação da Associação na região. Por isso, as ações extensionistas vinculadas ao programa SABIÁS – Saberes pela Inovação e Sustentabilidade – objetivaram realizar um levantamento preliminar do histórico da Associação, justificando a incursão a campo em um segundo momento.

**Palavras-chave:** coleta seletiva popular e solidária; associação de catadores de materiais recicláveis; sustentabilidade; pesquisa histórica.

### **ABSTRACT**

The Association of Recyclable Material Collectors of Vale do Paraopeba – ASCAVAP – is the oldest institution for the solidarity picking of urban waste in the city of Brumadinho, Minas Gerais, a municipality located close to the metropolitan region of Belo Horizonte. However, little has been systematized regarding the Association's development history and activities in the region. Therefore, the extension actions linked to the SABIÁS program – Knowledge for Innovation and Sustainability – aimed to carry out a preliminary recollection of the Association's history, justifying the incursion into the field at a second stage.

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

## **INTRODUÇÃO**

A Associação de Catadores de Materiais Recicláveis do Vale do Paraopeba – ASCAVAP – se constitui como a mais antiga instituição de coleta solidária de resíduos urbanos da cidade de Brumadinho, Minas Gerais, município que se encontra próximo à região metropolitana de Belo Horizonte. Sua história se confunde, em grande parte, com a implantação do programa de coleta seletiva de resíduos urbanos da cidade, o que faz com que o acesso ao registro da sua história de atuação seja restrito aos materiais sistematizados e produzidos para fim de auxiliar o trabalho dos agentes municipais vinculados ao programa. Com base nessa premissa, e na atuação do projeto de extensão vinculado ao Programa SABIÁS – Saberes e Inovação para a Sustentabilidade – esse manuscrito, em forma de resumo expandido, tem por objetivo demonstrar o processo de resgate histórico que está sendo feito junto à ASCAVAP.

## **METODOLOGIA**

No intuito de direcionar o resgate histórico em construção, os autores se utilizaram, inicialmente, de um levantamento bibliográfico a respeito da Associação, de modo a pautar a investida histórica e os contatos posteriores que serão realizados com os agentes ligados à ASCAVAP. Segundo Kripka, Scheller e Bonnoto (2015), a pesquisa bibliográfica tem por objetivo acessar materiais que são considerados fontes secundárias, uma vez que já passaram por algum crivo ou sistematização científica sobre um determinado tópico ou tema. De acordo com os autores, a pesquisa bibliográfica tem por característica a análise de documentos de domínio científico, de modo a possibilitar um contato direto com documentos que tratam do assunto de interesse da pesquisa. Desse modo, o levantamento bibliográfico visa embasar os pesquisadores e extensionistas no contexto preliminar de atuação da Associação, a fim de facilitar o contato a ser realizado, em sequência, com os atores no campo.

## **DESENVOLVIMENTO**

Nesse caso, os dados levantados com a pesquisa bibliográfica se encontram resumidos nesta seção. Atuante no município de Brumadinho, Minas Gerais, a história da ASCAVAP –

Associação de Catadores de Materiais Recicláveis do Vale do Paraopeba – se entrelaça fortemente com o histórico de implantação da coleta seletiva solidária na cidade, tendo início no mesmo ano (Costa e Barros, 2013). De acordo com Abreu (2008), a Associação foi formada com o intuito de atender as necessidades do programa de gestão de resíduos sólidos urbanos a ser implantado por parte do poder público municipal, resultante do projeto-piloto intitulado “Programa Nacional de Lixo e Cidadania”, apoiado pela FEAM (Fundação Estadual do Meio Ambiente), ASMARE (Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis de Belo Horizonte) e UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Criança e Adolescente). Dessa forma, a Associação foi organizada como um dos braços operacionais do programa de gestão de resíduos sólidos, sendo responsável pela realização da coleta seletiva solidária vinculada ao programa, cujo marco oficial de operação se deu no ano de 1999 (Abreu, 2008).

No entanto, o desenvolvimento de tal programa somente foi possível devido ao trabalho previamente realizado envolvendo três pacientes do Sistema de Saúde Mental julgados aptos ao trabalho e que, na forma de terapia para geração de renda, recebiam doações de resíduos provenientes de uma empresa de água mineral e auxiliavam na triagem para a reciclagem dos mesmos, em uma área cedida pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos (Costa e Barros, 2013). Desde então, a ASCAVAP realiza a coleta seletiva solidária no município de Brumadinho, atendendo, pelo menos, 16 bairros, por meio dos afiliados que se utilizam de carroças para o transporte dos materiais reciclados, que são levados para um galpão, triados e posteriormente comercializados, gerando renda para os catadores (Costa e Barros, 2013). Por parte da prefeitura são disponibilizados: o galpão para triagem, funcionário administrativo em tempo integral, combustível, água, energia elétrica, telefone, motorista e manutenção do caminhão que auxilia na coleta (Costa e Barros, 2013).

Ao longo do tempo, a ASCAVAP ampliou seu quadro de associados, contando com a assessoria da Pastoral de Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte no processo de consolidação da organização (Abreu, 2008). Em 2004, contava com 20 associados, selecionados, primeiramente, entre os usuários considerados aptos para o trabalho por parte da equipe do Serviço de Saúde Mental, “que identificou aqueles que não necessitavam mais de um acompanhamento frequente”, além de “pessoas em situação de risco pessoal e social indicadas pela Secretaria de Ação Social, e que também apresentavam dificuldades em ser incluídas no mercado de trabalho” (Abreu, 2008, p. 37). Em 2019, a Associação contava com a presença de 26 profissionais em seu local, entre homens e mulheres trabalhadores (Movimento Nacional de

Catadores de Materiais Recicláveis, 2019). Atualmente, estima-se que o número de associados tenha sido drasticamente reduzido, não somente em decorrência das dificuldades encontradas pela Associação durante o período de combate à pandemia do COVID-19, mas em grande parte, por esse motivo e toda a falta de assistência advinda da Prefeitura de Brumadinho/MG.

## CONCLUSÃO

Após a identificação de uma lacuna histórica, de documentos que relatassem a criação e atuação, ou que sistematizassem o papel da ASCAVAP na coleta seletiva de resíduos urbanos do município de Brumadinho/MG, os pesquisadores e extensionistas ligados ao Eixo de atuação da Reciclagem Popular e Solidária do programa SABIÁS – Saberes para Inovação e Sustentabilidade – se viram impelidos a iniciar o movimento de resgate histórico da Associação. Dessa forma, um exercício preliminar de levantamento de dados se fez necessário, resultando em poucas fontes de informação encontradas relativas à ASCAVAP, o seu histórico, a sua atuação e os seu papel atualmente junto à Prefeitura de Brumadinho/MG. O encontro de tal cenário justifica, em um segundo momento, a maior inserção dos pesquisadores e extensionistas a campo, a fim de realizar um levantamento de dados juntamente aos agentes que estão em atuação na Associação. Por isso, as atividades da extensão têm se voltado para o estabelecimento de relações com a Associação para a eventual realização de entrevistas com os seus agentes.

**Key-words:** waste pickers organization; urban waste management; solidary economy in waste management; sustainability; historical research.

## FINANCIAMENTO

Ações de pesquisa e extensão parcialmente financiadas por bolsa BDCTI-IV, concedida por CNPq/FAPEMIG via edital 17/222 – Fixação de Jovens Doutores no Brasil. Processo FAPEMIG: BPD 01011-22.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Maria de Fátima. **Coleta Seletiva com Inclusão Social:** em municípios, empresas, instituições, condomínios, escolas. Belo Horizonte: CREA-MG, 2008.

COSTA, Alexandra Andrade Gonçalves; BARROS, Raphael Tobias de Vasconcelos. **Análise da Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos do Município de Brumadinho (MG).** IV Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental, Salvador-BA, 25 a 28 de nov, 2013.

KRIPKA, Rosana Maria Luvetuze; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa de Lara. **Pesquisa documental na pesquisa qualitativa:** conceitos e caracterização. Revista de Investigaciones UNAD, vol. 14, n. 2, 2015.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **Mutirão de Apoio aos Catadores de Brumadinho, Minas Gerais.** MNCR Notícias: Blog Sudeste, São Paulo, 29 fev. 2019. Disponível em: <https://www.mncr.org.br/noticias/blog-sudeste/mutirao-de-apoio-aos-catadores-de-brumadinho-minas-gerais>. Acesso em: 11 out. 2023.

**NOVEMBRO AZUL NO PARQUE FERNÃO DIAS:  
relato de experiência extensionista transdisciplinar<sup>1</sup>**

**BLUE NOVEMBER IN PARQUE FERNÃO DIAS:  
report of transdisciplinary extension experience**

**Armando Jorge Junior**  
**Mariana dos Santos Freitas**  
**Helen Cerbino**  
**Allysson Thiago Cramer Soares**

## **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho trata-se de um relato de experiência de ação de extensão universitária realizada no dia 12 de novembro de 2023 no Parque Fernão Dias com o tema “Novembro Azul” e tendo como principal enfoque a saúde do homem e a prevenção ao câncer de próstata. A ação foi realizada por alunos dos cursos de biomedicina e medicina da Universidade XXXXX (campus XXXX).

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A campanha “Novembro azul” iniciou-se em 2011 por meio do Instituto Lado a Lado pela Vida, cujo objetivo era informar sobre a importância do diagnóstico precoce do câncer de próstata. A partir disso, o Ministério da Saúde, em ação conjunta com o Instituto Nacional de Câncer (INCA), começou a divulgar informações a respeito da doença e isso corroborou para o surgimento desse movimento de cuidado à saúde masculina (Biblioteca virtual de saúde).

Segundo dados do INCA, no Brasil, o câncer de próstata é o segundo mais comum entre os homens e 75% dos casos ocorrem a partir dos 65 anos. Alguns tumores apresentam um crescimento rápido, no entanto, a maioria cresce de forma lenta (em torno de 15 anos), sem

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.



ameaças à saúde do homem (INCA, 2022). Porém, isso não costuma ser uma vantagem, uma vez que, por fatores culturais ou por falta de informação, muitos homens optam por não dialogar sobre os assuntos inerentes na prevenção do câncer de próstata e não cuidam de sua saúde. Por conseguinte, há um significativo atraso na realização de exames e um prejuízo na integralidade do cuidado, resultando em um retardo no diagnóstico e uma piora do prognóstico do paciente (SESA, 2023).

Logo, a conscientização por meio do “Novembro azul” possibilita que essa enfermidade, apesar de ser mais prevalente na terceira idade e ser silenciosa, seja precocemente detectada, favorecendo a eficiência do cuidado e a chance de sucesso no tratamento de cada paciente (Hospital são lucas – Universidade XXXXX, 2024).

## **METODOLOGIA**

Trata-se de um relato de experiência reflexivo dos extensionistas frente a atuação junto à comunidade. Para realização da ação, foram realizadas reuniões de planejamento (online), com a idealização de atividades e distribuição de funções/responsabilidades entre os alunos, e uma reunião de alinhamento no dia anterior à ação.

## **DISCUSSÃO**

Os resultados obtidos durante a ação de extensão “Novembro Azul” no Parque Fernão Dias revelam a importância da interação multiprofissional e da colaboração entre diferentes áreas na promoção da saúde masculina e na prevenção ao câncer de próstata. Ao longo da atividade, foi evidente que a abordagem abrangente e integrada adotada pelos alunos dos cursos de biomedicina e medicina da Universidade XXXXX contribuiu significativamente para o sucesso da iniciativa.

A interação multiprofissional permitiu uma visão holística do problema, abrangendo não apenas os aspectos médicos, mas também psicossociais e educacionais relacionados à saúde masculina. Essa abordagem integral se refletiu no planejamento cuidadoso das atividades, na produção de materiais instrucionais precisos e na oferta de orientações aos visitantes do estande. Além disso, a troca de experiências durante a ação evidenciou a importância do diálogo e da sensibilização como ferramentas essenciais na conscientização sobre a saúde masculina e na quebra de tabus relacionados ao rastreamento do câncer de próstata.

Os relatos pessoais e familiares compartilhados pelos participantes ressaltaram a relevância do evento como espaço de apoio e educação, onde as pessoas puderam se sentir confortáveis para buscar informações sobre prevenção e cuidados com a saúde.

## CONSIDERAÇÕES

A experiência reforçou a importância das atividades de extensão universitária na formação acadêmica, proporcionando não apenas conhecimento teórico, mas também habilidades práticas e sensibilidade social. A colaboração multiprofissional demonstrou claramente a necessidade da união de esforços e da complementaridade de expertises para o sucesso de projetos de extensão, promovendo uma experiência de aprendizado interdisciplinar enriquecedora para todos os envolvidos.

Dessa forma, a ação "Novembro Azul" não apenas cumpriu seu objetivo de conscientização e prevenção do câncer de próstata, mas também destacou o potencial das atividades de extensão universitária na promoção da saúde e na construção de uma sociedade mais informada e engajada.

**Palavras-chave:** extensão universitária; saúde masculina; prevenção do câncer de próstata.

## REFERÊNCIAS

HOSPITAL SÃO LUCAS, PUCRS. **Novembro azul aborda a importância dos cuidados com a saúde dos homens.** Disponível em: <https://www.hospitalsaolucas.pucrs.br/br/post/noticias/novembro-azul-aborda-a-importancia-dos-cuidados-com-a-saude-dos-homens> Acesso em: 11 abr. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER. **Câncer de próstata.** 2022. Disponível em < <https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/cancer/tipos/prostata>. Acesso em: 11 abr. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Novembro azul - Mês de conscientização sobre a saúde do homem.** Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/novembro-azul-mes-de-conscientizacao-sobre-a-saude-do-homem/> Acesso em: 11 abr. 2024.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO ESPÍRITO SANTO. **Novembro azul: SESA reforça cuidados com a saúde do homem.** 2023. Disponível em: <https://saude.es.gov.br/Not%C3%A1cia/novembro-azul-sesa-reforca-cuidados-com-a-saude-do-homem>. Acesso em: 11 abr. 2024.

# **PROMOÇÃO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE BETIM-MG<sup>1</sup>**

## **PROMOTION OF COLLECTIVE HEALTH EDUCATION IN MUNICIPAL SCHOOLS IN BETIM-MG**

**Maria Andreza Santos de Moraes**

**Diogo Joffily**

**Isabella Ferreira da Silva**

**Vitória Carolina Pinto Amaral**

**Samilla Vieira dos Santos**

### **INTRODUÇÃO**

As zoonoses são enfermidades que podem ser transmitidas dos animais para os seres humanos. A implementação de programas educacionais em saúde, promovidos pela articulação entre instituições acadêmicas, a comunidade e as autoridades governamentais, se mostra como uma eficaz estratégia para prevenir essas doenças. Essas iniciativas visam estabelecer práticas profiláticas, promovendo uma convivência saudável entre humanos e animais. A população de animais domésticos tem crescido no Brasil e com a falta de informações sobre os comportamentos, necessidades essenciais e cuidados apropriados, altos índices de abandono e maus-tratos aos animais são vistos na atualidade. O presente trabalho tem o objetivo de descrever as atividades de promoção de educação em saúde coletiva realizada por alunos do projeto de pesquisa intitulado Rastreamento epidemiológico da esporotricose no município de Betim – MG, a partir de gatos positivos com entrada na SEPA – Betim - MG em parceria com o órgão da Prefeitura Municipal de Betim - MG, Superintendência de Proteção Animal. As atividades realizadas visam mitigar os casos de abandono, transmissão de zoonoses e também, fomentam a guarda responsável.

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Atualmente, define-se zoonoses como doenças que são transmitidas de animais para seres humanos, ou destes para os animais (Hubálek, 2003; Messenger *et al.*, 2014). Como um fator principal de ocorrência de zoonoses em humanos por animais de companhia, destaca-se o grande aumento no número de animais de estimação, principalmente nos grandes centros, favorecem a exposição do homem aos agentes zoonóticos (Santos; Castro, 2006). Entende-se que a educação em Saúde, como estabelecido pela Política Nacional de Educação em Saúde, pelo Ministério da Saúde na Portaria n. 198, de fevereiro de 2004, é um processo educativo de difusão de informações em saúde, resultando em um conjunto de práticas e saberes orientados para a prevenção de doenças e promoção de saúde (Ribeiro *et al.*, 2018; Silva *et al.*, 2019) Uma das formas de expandir e fortalecer a saúde da população é desenvolver atividades em diversos espaços, como escolas, promovendo trabalhos coletivos e participativos com toda a comunidade escolar (Flores, 2003)

## **METODOLOGIA**

A atividade foi realizada em escolas municipais do município de Betim – MG nas turmas de sexto e sétimo ano do ensino fundamental no mês de março de 2024 (figura1) por alunos do projeto de pesquisa intitulado Rastreamento epidemiológico da esporotricose no município de Betim – MG, a partir de gatos positivos com entrada na SEPA – Betim - MG em parceria com o órgão da Prefeitura Municipal de Betim MG, Superintendência de Proteção Animal (figura 2). Foram abordados temas como Guarda Responsável, Maus Tratos, formas de contágio, prevenção e transmissão de doenças zoonóticas como Esporotricose, Leishmaniose e Raiva com o intuito de promover a educação em saúde coletiva.

**Figura 1- Alunos do sétimo ano**



Fonte: Arquivo pessoal

**Figura 2-Equipe**



Fonte: Arquivo pessoal

## **DISCUSSÃO E RESULTADOS**

Carvalho e Mayorga (2016) destacam que sensibilizar os alunos quanto à guarda responsável é uma ferramenta crucial na redução dos riscos de transmissão de zoonoses. O estímulo à responsabilidade na guarda ou cuidado de animais é fundamental para o êxito no controle das populações de cães e gatos (Vieira *et al.*, 2008). Conforme Farias (2012) descreve, guarda responsável engloba um conjunto de medidas voltadas à prevenção de riscos, como agressão, transmissão de doenças, ao mesmo tempo em que reconhece a completa dependência desses animais pelos seres humanos e a necessidade de satisfazer suas exigências físicas,

psicológicas e ambientais. Dessa forma, a atividade realizada nas escolas municipais do município de Betim - MG favorece a difusão de informações acerca da guarda responsável, zoonoses e maus tratos aos animais com o intuito de promover a redução da transmissão de doenças zoonóticas e o abandono de animais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Dessa forma, a abordagem teórica sobre os temas relatados não só contribuiu para informar os alunos do sexto e sétimo ano do ensino fundamental, mas também para formar multiplicadores do conhecimento, disseminando práticas, valores e saberes que promovem transformações na comunidade. A integração entre universidade, sociedade e informação é uma ferramenta crucial na construção de entendimentos abrangentes sobre guarda responsável, controle populacional de animais, zoonoses contribuindo para mitigar a transmissão de doenças e abandono de animais.

**Palavras-chave:** zoonoses; guarda responsável; educação em saúde.

**Keywords:** zoonoses; responsible guard; health education.

**Financiamento:** Projeto com financiamento FIP.

## **REFERÊNCIAS**

CARVALHO, G. F.; MAYORGA, G. R. S. Zoonoses e posse responsável de animais domésticos: percepção do conhecimento dos alunos em escolas no município de Teresópolis RJ. **Revista Jornada de Pesquisa e Iniciação Científica**, v. 1, n. 1, p. 84-90, 2016.

FARIAS, L. A. **Gestão e educação ambiental para guarda responsável e bem-estar de cães e gatos**. In: Portal Educação, 2012. Disponível em: <https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/farmacia/gestao-e-educacao-ambiental-para-guarda-responsavel-e-bem-estar-de-caes-e-gatos/14293> Acesso em: 12 de abril.2024.

FLORES, E.M.T. Conhecimentos, percepções, comportamentos e representações de saúde e doença bucal dos adolescentes de escolas públicas de dois bairros de Porto Alegre **CienSaudeColet** 2003; 8(3):743-752

HUBÁLEK, Z. Emerging human infectious diseases: anthroponoses, zoonoses, and sapronoses. **Emerging Infectious Diseases**, v. 9, n. 3, p. 403-404, 2003. 10.3201/eid0903.020208

MESSENGER, A. M. et al. Reverse zoonotic disease transmission (zooanthroponosis): a systematic review of seldom documented human biological threats to animals. **PLoS ONE**, v.9, n. 2, e89055, 2014. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0089055>.

RIBEIRO, K. G. et al. Educação e saúde em uma região em situação de vulnerabilidade social: avanços e desafios para as políticas públicas. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, 2018.

SANTOS, S, V; CASTRO, J.M. Ocorrência de Agentes Parasitários com Potencial Zoonótico de Transmissão em Fezes de Cães Domiciliados do Município de Guarulhos. SP. **ArqInstBiol** 73: 255-257,2006

SILVA, Marcello José Ferreira et al. A extensão universitária como mecanismo de execução do programa saúde na escola em comunidade ribeirinha na amazônia. Cidadania em Ação: **Revista de Extensão e Cultura**, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 139-150, dez. 2019. ISSN 2594-6412. Disponível em: <http://revistas.udesc.br/index.php/cidadaniaemacao/article/view/15234> . Acesso em: 12 abr.2024.

VIEIRA, A. M. ET. AL. Programa de controle de populações de cães e gatos do estado de São Paulo, São Paulo. **Boletim epidemiológico Paulista**, 2008, p.103.

# **ATIVIDADES EXTENSIONISTAS NA PROMOÇÃO DA SAÚDE DO HOMEM: Implicações na formação dos acadêmicos de enfermagem da Universidade XXXXX<sup>1</sup>**

**Julio Cesar Batista Santana**  
**Maria Eduarda Barbosa Dias**  
**Juliana Magalhães Siqueira Virgínio**

## **RESUMO**

Objetivo: compreender as implicações das atividades de extensão acerca da promoção da saúde do homem e suas implicações na formação profissional. Metodologia: Trata-se de uma pesquisa qualitativa realizada no período de fevereiro a março de 2024 com 06 (seis) acadêmicos de enfermagem que participaram ou estão participando do projeto de extensão Promoção da Saúde na APAC de Santa Luzia. A coleta dos dados foi pautada pela técnica de Snowball e sua interpretada pela Análise de Conteúdo proposta por Laurence Bardin. Esta pesquisa foi referenciada pelo projeto guarda-chuva, aprovado pelo CEP da Universidade XXXXXX pelo parecer CAAE: 63149316.5.0000.5137. Resultados: Três categorias foram identificadas e divididos para uma melhor organização da discussão dos resultados. Eles foram a interdisciplinaridade nas atividades extensionistas no processo da formação profissional; as diversas formas de troca de saberes nas ações extensionistas voltadas a saúde dos homens privados de liberdade e a relevância da extensão na formação profissional e na sua contribuição social Conclusão: O projeto de extensão desempenha um papel crucial na formação dos futuros profissionais de enfermagem, proporcionando uma experiência enriquecedora que vai além das salas de aula. Através da interdisciplinaridade, da imersão em contextos sociais diversos e da troca de saberes, os alunos são capacitados a desenvolver uma visão mais ampla e holística da prática da enfermagem, preparando-se para enfrentar os desafios complexos do mundo real.

**Palavras-chave:** extensão universitária; sistema prisional; pessoas privadas de liberdade; saúde do homem.

## **EXTENSIONIST ACTIVITIES IN PROMOTING MEN'S HEALTH: Implications for the training of nursing students at University XXXXX**

### **RESUMO**

Objective: to understand the implications of extension activities regarding the promotion of men's health and their implications for professional training. Methodology: This is a qualitative research carried out from February to March 2024 with 06 (six) nursing students who participated or are participating in the Health Promotion extension

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.



project in APAC in Santa Luzia. Data collection was guided by the Snowball technique and interpreted by Content Analysis proposed by Laurence Bardin. This research was referenced by the umbrella project, approved by the CEP of University XXXXXX by CAAE opinion: 63149316.5.0000.5137. Results: Three categories were identified and divided into and. better organization of the discussion of results. They were interdisciplinarity in extension activities in the professional training process; the different forms of exchanging knowledge in extension actions aimed at the health of men deprived of liberty and the relevance of extension in professional training and its social contribution Conclusion: The extension project plays a crucial role in the training of future nursing professionals, providing an enriching experience that goes beyond the classroom. Through interdisciplinarity, immersion in diverse social contexts and the exchange of knowledge, students are enabled to develop a broader and more holistic view of nursing practice, preparing themselves to face the complex challenges of the real world.

**Keywords:** university extension; prison system; persons deprived of liberty; men's health.

## INTRODUÇÃO

As instituições de ensino superior (IES), em especial nos cursos da área da saúde, têm procurado adotar em suas propostas curriculares, a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a contextualização, a unicidade da relação teoria-prática e o respeito aos valores éticos, estéticos e políticos (Scheres, 2012)

Aprender a viver em conjunto, saindo do seu lugar confortável e seguro para o encontro com o outro, em um local indiferente, aprendendo a conviver com a comunidade, ou seja, a transferência dos conhecimentos teóricos para a vida prática. (Pivetta; Backes; Carpes *et al.* 2010)

Para Scheres (2012) é imprescindível, que tanto o estudante quanto o docente, tenham o juízo de que a formação vai além da capacidade técnica. Que o aprender na expectativa do edificar, restaurar, verificar, para poder intervir e mudar, permitirá ao aluno atuar em situações difíceis e desafiantes.

Acreditando que nesta forma, por meio de atividades de ensino proporciona e a extensão universitária junto à comunidade, o que faz uma formação mais contextual, crítica e reflexiva, pautada nos conceitos o sistema de saúde de nosso país. (Pivetta; Backes; Carpes *et al.* 2010).

Segundo Scheres, (2012) o desafio para a formação é incorporar propostas de ensino que estejam inseridas no paradigma da complexidade, que discute a realidade da globalização e absorva a construção da subjetividade do futuro profissional. Portanto, faz-se necessária a definição de táticas pedagógicas que profiram o saber, com visão ao desenvolvimento dos quatro pilares da educação: aprender a conhecer ou a aprender, contrair as ferramentas ou competências para a concepção; aprender a fazer para poder atuar a propósito do meio envolvente; aprender a conviver ou a viver juntos, a fim de compartilhar e colaborar com os

outros em todas as atividades humanas; e aprender a ser, abrangendo uma visão holística do homem, isto é, alma e corpo, inteligência, sensibilidade, responsabilidade pessoal e espiritualismo.

Todavia, as ações de extensão, articuladas ao ensino e à pesquisa, orientam-se para a defesa da justiça, do respeito às diferenças, da autonomia e da liberdade entre os homens. (Puc minas, 2006)

Para (Pivetta *et al.* 2010) enquanto a universidade leva a ciência e subsídio à comunidade por meio das atividades de ensino e de extensão, estas se estabelecem como fontes de pesquisas que, por sua vez, retroalimentam o ensino. Portanto, o ensino e a extensão são causadores de novas pesquisas, na medida em que identificam necessidades, aspirações, pretensões e sabedoria que lhes é cabível. Refletir as funções da universidade hoje, reguladas em princípios democráticos e transformadores, provoca submergir novos paradigmas que permitem olhares ampliados, além do diálogo entre os diferentes saberes indisciplinares e a integração entre ensino, pesquisa e extensão.

Nesse contexto, a APAC (Associação de Proteção e Assistência ao Condenado) surge como uma relevante possibilidade de fazer da extensão um instrumento de formação de profissionais tecnicamente competentes e eticamente comprometidos com uma sociedade mais justa e fraterna, recomendada pela Política de Extensão Universitária da PUC-Minas. (Puc minas, 2006)

O método alternativo de execução penal denominado APAC foi fundado em 1972 em uma cidade do interior de São Paulo, tornando-se pessoa jurídica em 1974. Um grupo de integrantes do Cursilho de Cristandade e Pastoral Carcerária da Igreja Católica de São José dos Campos/SP. (Miranda, 2015)

O modelo APAC se inspira no princípio da dignidade da pessoa humana e na convicção de que ninguém é irrecuperável, pois todo homem é maior que a sua culpa. (Misionschnik *et al.* 2014).

A dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil explicitada por meio de nossa Constituição Federal de 1998. Trabalhos que possibilitem a remição da pena, meios menos degradantes de revistas aos familiares que visitam os reclusos, tratamento humanitário. (Paiva, 2015)

Assim, a dignidade humana se relaciona com um mínimo existencial, que deveria ser garantido aos presos para uma vida com mínima dignidade, sendo asseguradas a alimentação, o vestuário, a saúde preventiva e curativa, e condições a um meio ambiente sadio e equilibrado. (Capitani, 2012)

O tratamento digno no Sistema Penal é uma possível solução para reduzir a situação alarmante de insegurança que vivemos hoje, pois tratar o próximo com respeito é uma maneira e fazer com que a privação de liberdade seja algo útil, tanto para a sociedade, como para o apenado, trazendo, assim, resultados positivos. (Souza *et al.* 2013)

Nesse contexto para garantir o acesso dos apenados ao Sistema Único de Saúde foi criado o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP), proporcionando atenção à saúde integral e universal para todos aqueles que pertence à população carcerária, atentando para suas especificidades reinseri-los na sociedade. (Barbosa *et al.* 2014).

A política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH) foi criada pela portaria nº1.944 do Ministério da Saúde em 27 de agosto de 2009. Com o objetivo de ampliar o acesso dos homens aos serviços de saúde. Destarte que os fatores de morbimortalidade estão explicados claramente que nas causas sociais, está na vulnerabilidade população masculina aos problemas de saúde. A elaboração das diretrizes rege pela integralidade, factibilidade, coerência e viabilidade para a direção humanizada e de qualidade na assistência. O objetivo da Política nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem tem desde organizar e qualificar o território brasileiro, a implementar e formar profissionais para um correto atendimento para a saúde do Homem. (Brasil, 2009).

Com a análise do processo Saúde doença, observou a grande precisão da população masculina na promoção da saúde e prevenção de doenças, em consideração ao olhar direcionado dos profissionais de saúde para Integralidade. Em relação a saúde dos homens ainda e pouca estruturadas onde pode resultar nas dificuldades da aplicação das ações a este público. (Souza *et al.* 2021)

Considerando as pessoas privadas de liberdade, a pena com o objetivo de ressocialização do delinquente suscita uma mudança de escopo em relação à execução penal brasileira. As prisões, antes apenas unidades de privação da liberdade, passaram a ser norteadas por novos princípios, de cunho humanizadores, prescritos na legislação (Falcao; cruz, 2015).

O Brasil é o quinto país mais populoso do planeta e apresenta a quarta maior população carcerária do mundo, com a sexta maior taxa de presos para cada 100 mil habitantes. (Carvalho, *et al.*, 2020). A população carcerária masculina no Brasil equivale a 93,53%, ou seja, 450.664 (quatrocentos e cinquenta mil seiscentos e sessenta e quatro) são homens, em detrimento de 6,47%, isto é, 31.171 (trinta e um mil cento e setenta e um) mulheres. A faixa etária predominante é de 35 a 45 (trinta e cinco a 45 anos de idade), o que equivale a 24,84% da população prisional (SENAPPEN, 2023).

No caso dos detentos e egressos, o Estado deve intervir por meio do uso de políticas

públicas, na aceitação dos mesmos no convívio social, garantindo a continuidade de suas vidas, a dignidade humana. (Brandão; Farias, 2013)

Souza e Passos (2008) ressaltam que para que o acesso da população carcerária a ações e serviços de saúde seja legalmente garantida, foi criada pela Constituição Federal de 1988; pela Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal; pela Lei nº 8.080 de 1990, que regulamenta o SUS e pela Lei nº 8.142 de 1990, a disposição sobre a participação da comunidade na gestão do SUS. Isto é, que os apenados, independentemente da natureza de sua transgressão, mantêm o direito de uso da assistência de enfermagem, pelo fato de se encontrarem privados de liberdade e preservando os demais direitos humanos inerentes à sua cidadania. (Souza; Passos, 2008).

A consolidação do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário representa um avanço para o País, na medida em que, pela primeira vez, a população confinada nas unidades prisionais é objeto de uma política de saúde específica, que possibilita o acesso a ações e serviços de saúde que visam a reduzir os agravos e danos provocados pelas atuais condições de confinamento em que se encontram, além de representar sua inclusão no SUS. (Brasil, 2004)

Contudo, vale salientar que, desde 1984, foi instituída a Lei de Execução Penal nº 7.210, de 11 de julho –Art. 14, a qual garante a assistência à saúde do preso e do internado, de caráter preventivo e curativo compreendendo o atendimento médico, farmacêutico e odontológico (Sousa, *et al.* 2013).

A partir de 1997, os regimes fechados e semiabertos adotaram o método APAC. Outras prisões no Brasil e no estrangeiro também adotaram o método APAC, tornando-se modelo e atraindo visitantes de todos os lugares (Missionschnik, *et al.* 2014).

A utilização do método das APACs tem se relevado uma extraordinária alternativa para aliviar o problema das prisões de nosso país, visto que propicia aos presos um meio ambiente prisional saudável, ou seja, uma execução penal que respeita a dignidade humana - que mata o criminoso e resgata o ser humano (Capitani, 2012).

A Metodologia APAC, a primazia do voluntariado e o convênio com o Estado permite à administração prover aos presos sob sua égide o amparo material, à saúde, jurídico, educacional, social e religioso, quando não custodiados pelo convênio são providos pelos voluntários. (Falcao; Cruz, 2015)

Portanto, as implicações do projeto de extensão APAC, orientar uma concepção acadêmica de colaboração, inserção e responsabilidade, estimulando nos integrantes um olhar cooperativo no exercício da enfermagem, mas realizando um dos principais objetivos da política de extensão Universitária da PUC-Minas.

Insta salientar, que a Política de Extensão Universitária estabelece que as atividades busquem “a construção de um projeto societário, que permita, de forma efetiva, concretizar uma pauta de inclusão social, a formação cidadã e humanista, na perspectiva de desenvolvimento integral do ser humano”. (Puc minas, 2006)

Nesse contexto os acadêmicos tem um papel mister em otimizar as ações das atividades extensionistas na promoção da saúde do homem e sua reinserção social. Surge o questionamento: Quais as implicações que as atividades de extensão universitária de promoção da saúde do homem têm na formação dos acadêmicos de enfermagem?

Este estudo tem como objetivo de compreender as implicações das atividades de extensão acerca da promoção da saúde do homem e suas implicações na formação profissional.

## **METODOLOGIA**

Em estudos qualitativos, procuramos entender os participantes da pesquisa como elementos integrantes e moldados por determinado contexto social. Assim, os envolvidos na pesquisa estão inseridos em teias de relações históricas, simbólicas, culturais e subjetivas. Destacamos a investigação qualitativa como uma atividade social, onde pesquisadores e participantes da pesquisa, em suas análises da realidade, contribuem para a formação do conhecimento científico. Desse modo, enfatizamos a responsabilidade ética do pesquisador, que passa a fazer parte do conjunto de valores, história e tradições de um determinado grupo social ao qual pertence. Ambos se envolvem de maneira ética e emocional em um projeto coletivo que tem como base a preocupação com o bem-estar social, acreditando no potencial de mudança da realidade (Anhas *et al.* 2018).

O estudo foi realizado com a participação de 6 (seis) Extensionistas de Enfermagem da Universidade XXXXX do Projeto de Extensão Promoção da Saúde na Associação de Proteção e Amparo ao Condenado (APAC) de Santa Luzia. Como critérios de inclusão foram os Acadêmicos de Enfermagem do projeto de extensão da Universidade XXXXX/APAC que participam ou participaram do projeto por no mínimo um ano que aceitem participar da pesquisa de forma voluntária.

Para a coleta de dados foi realizada a técnica do método Snowball “bola de neve”. É uma coleta baseada em critérios, onde o primeiro participante, indica outro participante e assim se repete de forma continuada. Até que se obtenha o objetivo máximo de conteúdo, que é quando novos entrevistados começam a repetir informações colhidas em entrevistas anteriores, e não obteve nenhuma adição de conteúdo na pesquisa (Balndim; Munhoz 2011).

A coleta de dados foi realizada no período de fevereiro à março de 2024, através de entrevista gravada contemplando questões norteadoras que perpassam a temática central do estudo, e para manter o anonimato dos participantes do estudo, foram identificados com pseudônimos: extensionista 01, extensionista 02, assim por diante. As gravações serão arquivadas durante cinco anos em local sigiloso e após este período serão destruídas pelos pesquisadores.

Insta salientar, que na análise das falas dos participantes, foi referenciado a análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin, que discorre sobre as três etapas:

1º Pré-Análise: Que perpassa pelas fases da leitura flutuante, escolha dos documentos, Constituição do corpus - registros escritos, registros orais, registro oral das aulas presenciais, registro reflexivo e atos – e preparação de Material.

2º Elaboração do material: Que subdivide em: Unidades de Registro e Unidades de Contexto (eixos temáticos);

3º Tratamento de resultados, interferência e interpretação: Categorização, Descrição dos dados, análise dos dados – Inferências e interpretação.

Para o trabalho, foi escolhido o tema, feito o registro escrito dos depoimentos concedidos através das entrevistas coletadas dos extensionistas, com conseqüente interpretação e categorização dos mesmos, seguindo dessa forma a proposta de Laurence Bardin.

O projeto guarda-chuva foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade XXXXX sob o parecer CAAE: 63149316.5.0000.5137, foi apresentado o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) e o Termo de Confidencialidade da Utilização dos Dados (TCU)

Todas as etapas da pesquisa foram respaldadas pela resolução 466 de /2012, que aprova as normas e diretrizes na realização de pesquisas que envolvem seres humanos. O embasamento respaldado nesta resolução serve como garantia da idoneidade de todos os envolvidos na pesquisa, já que o descumprimento do regulamento cabe ações legais, e demonstram a importância da ética em todas as ações (Brasil, 2012).

## **DISCUSSÃO E/OU RESULTADOS**

Foram entrevistados 06 (Seis) acadêmicos de enfermagem, no período de fevereiro a março de 2024. Os entrevistados têm como faixa etária de 21 a 41 anos e participaram do Projeto de Extensão Promoção da Saúde na Associação de Proteção e Amparo ao Condenado

(APAC) de Santa Luzia, durante o período de 1 (um) ano.

## **A INTERDISCIPLINARIDADE NAS ATIVIDADES EXTENSIONISTAS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

Percebe-se que o projeto de extensão é de extrema importância para o processo de formação profissional, destaca-se a oportunidade de observar os benefícios da interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, estreitar o vínculo com o outro e expandir o olhar sobre cada indivíduos e suas particularidades, conforme os relatos:

*“A participação no projeto foi enriquecedora, por buscar e compartilhar informações para as atividades do projeto e aprender mais sobre as outras áreas de conhecimento que os outros cursos proporcionam, provando que é possível estabelecer ligações com os mais diversos temas, fortalecendo o pensamento crítico e possibilitando boas atividades.”* Extensionista 01.

*“Participar do projeto com os outros cursos me proporcionou a oportunidade de aprender a trabalhar de forma mais eficaz, reconhecendo a importância da abordagem interprofissional no cuidado da saúde.”* Extensionista 02.

*“A minha participação no projeto de extensão da APAC foi muito importante pois me deu uma nova percepção a respeito da saúde do homem, na forma de ver os recuperando e me fez refletir e buscar entender melhor as pessoas. Pois essa vivência na APAC me fez olhar com amor para pessoas que anteriormente, até mesmo inconsciente, eu olhava com indiferença ou descaso. Esse projeto de extensão provocou em mim um choque de realidade, e fez entender o quão grandioso é o poder da enfermagem e o quão longe podemos melhorar a vida do outro”* Extensionista 05.

Como cita RIOS, et al. (2019), a extensão pode ser um importante instrumento de transformação social e cidadã. A possibilidade de se construir espaços nos quais os futuros profissionais possam interagir de forma dialógica entre si e com uma comunidade mostra-se como um caminho para o desenvolvimento de sujeitos comprometidos com a melhoria das condições de vida e que atuem efetivamente na garantia dos direitos de todos.

Essa informação pode ser corroborada de acordo com Moron et al. (2018): retrata em seu estudo a oportunidade de vivenciar o trabalho em equipe, de forma interdisciplinar e multiprofissional, possibilita aos graduandos refletir sobre o modelo atual que ainda predomina na área da saúde e buscar alternativas que viabilizem pensar/agir na realidade em movimento,

com toda sua complexidade. Diante do resultado das percepções dos acadêmicos, evidencia-se a necessidade e a importância dos projetos de extensão. É desejável que as universidades oportunizem cada vez mais tais espaços, no sentido de contribuir para a formação profissional, alicerçada na interdisciplinaridade e no tripé ensino-pesquisa-extensão. Assim, podemos ressignificar o processo de formação, contribuindo para que os novos profissionais atuem de forma integrada, beneficiando ainda mais os usuários atendidos com este novo modelo de práxis.

Neste sentido, as atividades extensionistas possibilitam desenvolver ações que perpassam os diversos cursos nas mais variadas áreas, promovendo a construção do conhecimento em diversos olhares e aproximando o saber coletivo, conforme os relatos:

*“Em relação a integração com os outros cursos, também foi um ponto forte porque nós tivemos a oportunidade de fazer uma intervenção em conjunta com os cursos de filosofia, letras, teologia, fisioterapia que as vezes traziam uma informação que as vezes não sabíamos, o que agregava no nosso aprendizado. E no final das contas, quem mais ganhava com tudo isso era o nosso público alvo. Foi uma oportunidade de sair daquela caixinha da sala de aula. Pudemos conhecer novas pessoas, aumentar o network.”* Extensionista 4.

*“A participação no projeto foi muito boa, aprendemos sempre coisas novas com os outros cursos e ainda vemos as equipes multiprofissionais na prática. Muitos conhecimentos são levados e trazidos desta experiência.”* Extensionista 5.

Conforme afirmado pelo os extensionistas, algumas das lições aprendidas durante o projeto foram a interdisciplinaridade; a melhoria do comportamento interprofissional; a interação com outras áreas do conhecimento; a educação geral; Cardoso *et al.* (2015).

Como afirma CARPENTER, 2017, destaca-se que os trabalhos em equipe têm a capacidade de melhorar o desempenho de indivíduos, quando a tarefa necessita de múltiplas habilidades.

Insta salientar que não existe um conceito único de compreensão da interdisciplinaridade. Abrange uma grande variedade de configurações quando se consideram os seus diferentes propósitos: como troca de conhecimentos entre diferentes campos disciplinares, como campo teórico que questiona a fragmentação disciplinar do conhecimento institucional, como forma alternativa de desenvolver investigação e tecnologia, ou como ferramenta para desenvolver profissionais com ampla perspectiva para desenvolver o trabalho em equipe (Rios *et al.* 2019).

Nesse contexto, após a análise dos relatos, conclui-se o quanto os projetos de extensão



são importantes na formação profissional do acadêmico. Através da extensão se tem a comunicação entre a teoria e a prática, além de se ter trocas de experiências que enriquecem a trajetória dos extensionistas.

## **AS DIVERSAS FORMAS DE TROCA DE SABERES NAS AÇÕES EXTENSIONISTAS VOLTADAS À SAÚDE DOS HOMENS PRIVADOS DE LIBERDADE**

As atividades extensionistas na APAC de Santa Luiza favorecem a reintegração das pessoas privadas de liberdade, proporcionando conhecimentos de saúde através do compartilhamento de saberes e experiências. Além de promover programas de promoção de saúde, que incentivam os homens a adotarem um estilo de vida mais saudável. Conforme os relatos:

*“Este projeto colabora com a reintegração de pessoas privadas de liberdade na sociedade, não apenas levando conhecimento sobre saúde, pois esta vai além do fisiológico, mas também envolvendo relações entre pessoas e entre as áreas do conhecimento, compartilhamento dos saberes e experiências, construção de ideias e novas perspectivas do que nos cerca.”* Extensionista 1.

Como cita Lana, *et al.* (2023): Torna-se evidente, portanto, que o desenvolvimento das atividades propostas pelo projeto de extensão vai além de propiciar o diálogo construtivo, mas abrangendo também a promoção do conhecimento para construção de um ambiente saudável, visando à identificação e à redução das vulnerabilidades e à valorização do intercâmbio de saberes.

*“O projeto pode facilitar o acesso dos homens em situação de encarceramento aos serviços de saúde, garantindo que recebam atendimento médico adequado, monitoramento de condições crônicas, vacinação e tratamento de doenças físicas e mentais. Através de programas educacionais e de conscientização, o projeto pode ajudar a prevenir doenças comuns entre os homens encarcerados, como doenças sexualmente transmissíveis.”* Extensionista 2.

Neste contexto, têm-se que a Extensão traz como proposta a difusão do conhecimento acerca de saúde, além de informações e orientações relevantes para melhor condição de saúde, e prevenção de doenças, conforme os seguintes relatos:

*“A proposta é levar a saúde para dentro da instituição, através das oficinas e das dinâmicas que realizamos, conseguimos sanar dúvidas simples dos recuperandos o que já configura uma melhoria no requisito saúde. Além disso, aferíamos sinais vitais e passávamos orientações a respeito dentro das condições que eles tinham. Então, através das informações, das condutas, conseguimos levar melhoria na saúde, além da questão biológica, como também social.”* Extensionista 3.

*“No projeto as ações desenvolvidas nos levam a conhecimento e também a refletir que nem sempre a informação chega como imaginamos nas pessoas, encontramos muitas vezes homens com informações incompletas ou sem informações sobre a sua própria saúde e sem conhecimento sobre doenças e exames que devem ser feitos depois de uma certa idade e estávamos lá para orientar.”* Extensionista 4.

Conforme Costa e colaboradores, (2023): A inclusão da saúde prisional no contexto de formação do enfermeiro é elemento imprescindível para a melhoria dos cuidados em saúde nas prisões, e, se faz necessário com brevidade.

Nesse sentido, destarte a importância do projeto de extensão para os alunos, tanto no nível individual quanto no nível profissional, a imersão vivenciada na transdisciplinaridade e a descoberta de sua eficácia, além da oportunidade dos mesmos na contribuição social para uma vida mais digna e saudável aos recuperandos com vista à sua reinserção social, conforme os relatos:

*“Esse projeto colabora com a reintegração de pessoas privadas de liberdade na sociedade, não apenas levando conhecimento sobre saúde, pois está vai além do fisiológico, mas também envolvendo relações entre as pessoas e entre as áreas de conhecimento.”.* Extensionista 4.

*“O projeto pode desempenhar um papel importante na reabilitação e reinserção social, ajudando os indivíduos a lidar com problemas de saúde que podem ser obstáculos para uma reintegração bem sucedida na sociedade após o cumprimento da pena.”* Extensionista 2.

De acordo com as respostas dos entrevistados, pode-se afirmar que o projeto fez com que os extensionistas tivessem uma visão mais humana. Essa posição pode ser reafirmada de acordo com Biondi, *et al.* (2021): Se a prisão tem como efeito nos afastar do engajamento nos problemas de nossa sociedade, especialmente os produzidos pelo racismo e, cada vez mais, pelo

capitalismo global, o que buscamos é ir para a prisão para, junto com os condenados, termos “outra visão” acerca da sociedade.

*“Destaca-se que o processo de recuperação, de uma maneira positiva, tentando melhorar aquele contexto, produzir conhecimento e uma transformação social em uma determinada comunidade”* Extensionista 3.

Percebe-se, através do relato, que as ações eram feitas sempre com alegria, dinâmicas e interações que buscavam a recuperação e reinserção social dos detentos, conforme cita a fala abaixo:

*“Fazíamos as interações sempre de forma respeitosa, sempre com alegria, trocando contato... A sociedade estava ali desenvolvendo um papel importante na recuperação deles. Então através das dinâmicas, das atividades, da interação, nós conseguimos provocar modificações positivas na saúde, tanto física quanto mental dos recuperandos e na sua reinserção social.”* Extensionista 2.

*“As implicações na saúde do homem são diversas, pois permite que ele seja atendido na sua integralidade. O projeto na APAC a meu ver procura entender as necessidades desses homens, criar soluções para as mesmas e aproximar possíveis resoluções para o problema. Permite também que eles se abram sobre assuntos que às vezes não teriam abertura para falar em outro local. Quando eles participam das atividades e expressam suas dificuldades é um momento muito rico em que além das necessidades de saúde, podem expressar suas necessidades de serem compreendidos e entenderem se como cidadãos”*. Extensionista 5

Conforme Epifania, *et al.* (2021), discutem que além das questões técnicas, o profissional enfermeiro tem um papel de educador no fornecimento de informações sobre prevenção de doenças e autocuidado, atentando para a utilização de uma linguagem adequada ao público receptor das informações. Deve também se movimentar em direção aos princípios e diretrizes do SUS, com políticas voltadas para garantir equidade no acesso às ações de saúde e à integralidade da atenção.

Percebe-se a importância do projeto, não apenas como forma de prevenções de patologias, difusão de conhecimento, atitudes de autocuidado, mas ainda com a reintegração das pessoas privadas de liberdade em sociedade. As interações realizadas no Projeto tiveram como objetivo trazer resultados e novos paradigmas na vida dos reabilitados.

## **RELEVÂNCIA DA EXTENSÃO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E NA SUA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.**

O projeto foi de extrema relevância para a formação profissional e contribuição social dos extensionistas. Através das vivências os alunos ressaltaram a importância de olhar para o outro com empatia, sem julgamentos, principalmente para os que se encontram em situações de vulnerabilidade, conforme os relatos:

*“O tempo que passei na APAC com certeza contribuiu muito para minha profissão e para a minha vida, não tem como participar desse projeto e permanecer o mesmo, não tem como continuar ser indiferente a esse grupo que é tão marginalizado pela sociedade. Porque é sempre necessário a reflexão de que todos merecem uma segunda chance, todos são passíveis de recuperação, porque se não acreditarmos nisso é inútil pensar em um mundo melhor e mais justo. O projeto de extensão na APAC é um momento que permite que possamos colocar em prática o que aprendemos em sala de aula”.* Extensionista 5.

*“Participar desse projeto mostra a necessidade e a transformação que o conhecimento possui, principalmente para os profissionais de saúde, a necessidade de olhar para o outro em busca da resolução do problema antes de qualquer preconceito, principalmente para pessoas mais vulneráveis, desta forma, há o incentivo de colocar em prática o compartilhamento de informações, o cuidado e a humanidade com o outro que a enfermagem tem como papel.”* Extensionista 06.

Segundo Santana (2021), a ação de extensão universitária é uma ferramenta factível que tange a integralidade da assistência à saúde, nos diversos níveis de atenção, e ganha maior expressão na promoção da saúde por meio das práticas educativas e da reformulação de saberes na junção do conhecimento técnico-científico e popular.

*“É uma oportunidade para os acadêmicos estarem ali em uma situação de lidar diretamente com a realidade de como as coisas são no mundo, como é de fato. Um pouco fora daquele mundo ideal que as vezes muita gente tem uma ideia, então é uma oportunidade de fazer um enfrentamento de uma realidade”.* Extensionista 02.

Como enfatiza Flores e colaboradores, (2020), o impacto e a transformação social podem ocorrer direta ou indiretamente. Algumas ações de extensão são desenvolvidas e

fornece imediatamente contribuições adequadas para a conversão das comunidades atendidas, certificando e treinando o pessoal relevante.

Os alunos, reforçaram o caráter humanitário do projeto, assim como o preconceito existente acerca dos privados de liberdade, conforme o relato:

*“Um dos pontos também bem fortes do projeto na APAC é a proposta de humanização do cuidado e humanização do profissional, por exemplo, da enfermagem, de estar lidando com uma população privada de liberdade e o tratamento também da questão do preconceito que a gente sabe que infelizmente é a realidade, no contexto da APAC conseguimos fazer esse contato de uma forma segura.”* Extensionista 3.

De acordo com Lima *et al.* (2023), ao integrar a humanização como um princípio fundamental no ensino de graduação em enfermagem, as instituições de ensino contribuem para a formação de profissionais mais conscientes, éticos e capazes de promover uma assistência de saúde verdadeiramente holística e eficiente. O cuidado humanizado não é apenas uma técnica, mas sim um valor que deve permear toda a jornada educacional e profissional dos enfermeiros, resultando em benefícios tangíveis para os pacientes e para a própria qualidade da saúde como um todo.

Insta salientar, que o projeto trouxe para os alunos uma visão humana e respeitosa, com o objetivo prestar atendimento e levar conhecimento, essa posição pode ser conferida no seguinte relato:

*“Com certeza no projeto aprendemos humanidade e respeito, onde devemos não julgar e fazer o nosso trabalho e vermos o ser humano com um olhar mais humano e naquele momento prestar atendimento e levar conhecimento acima de tudo.”* Extensionista 4.

Neste contexto, a relação entre ensino e extensão traz uma experiência próxima da realidade social, pois envolve os estudantes e faz recomendações educacionais à população. Destarte a relação entre ensino e extensão acarreta mudanças no processo de ensino, uma vez que ambos constituem o sujeito de um mesmo ato: aprender (Santos *et al.*, 2016).

Insta salientar que as vivências das atividades de extensão na APAC de Santa Luzia, despertou uma visão ampla do processo de formação, destacando a importância da responsabilidade profissional, do trabalho interdisciplinar e social dos futuros protagonistas da

Enfermagem, conforme os relatos:

*“Aprendemos a trabalhar em equipe para levar o melhor trabalho possível.”*  
Extensionista, 4.

*“Participar do projeto de extensão da APAC me proporcionou uma maneira de pensar diferente e ter empatia e respeito pelas pessoas”.* Extensionista 2.

*“... que no fim se tratam de pessoas, e eu a gente está ali para fazer o nosso trabalho. É uma oportunidade de praticar a responsabilidade profissional e social.”* Extensionista 6.

*“Com certeza no projeto aprendemos humanidade e respeito, onde devemos não julgar e fazer o nosso trabalho e vermos o ser humano com um olhar mais humano e naquele momento prestar atendimento e levar conhecimento acima de tudo. Além disso aprendemos a trabalhar em equipe para levar o melhor trabalho possível.”* Extensionista 3.

Percebe-se que os extensionistas são capazes de compreender a relação entre teoria e prática. Um aluno que frequenta um programa de extensão provavelmente será uma pessoa diferente porque, na maioria dos casos, por meio da extensão, são desenvolvidas competências que antes poderiam ter passado despercebidas e essas competências permanecerão com ele por toda a vida, tanto profissional quanto pessoalmente (Martins *et al.*, 2015).

Nesse cenário, pode-se reafirmar a importância da Extensão na trajetória dos alunos, através dela se tem a junção da teoria e da prática, o que leva a melhor desenvoltura, ganho de competências e maior aprendizado para os alunos. Além disso, o projeto contribuiu com o caráter social, visão humanitária e holística.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os projetos de extensão são de suma importância na vivência do acadêmico de enfermagem, ora por trazer em voga a importância do trabalho interdisciplinar e consequente interação entre as áreas profissionais - o que amplia o estudante em uma formação integral - ora por integrar o estudante em um ambiente com experiências em que fica ainda mais evidenciado a importância do aspecto humanizado, além de trazer a contribuição no aspecto social.

Destaca-se que as atividades de extensão são de grande valia e enriquecimento na

trajetória do acadêmico. Os alunos saem dos projetos com uma visão holística, humanizada e interdisciplinar - o que gera profissionais mais qualificados e prontos para assumirem as suas trajetórias de forma mais capacitada.

Foram construídas três categorias, destacando o respeito a interdisciplinaridade nas atividades extensionistas no processo de formação profissional. Através dessa categoria pode-se certificar a riqueza advinda da interdisciplinaridade e conseqüente reunião de saberes na trajetória dos extensionistas. Depois foi analisado a categoria que ressalta as diversas formas de troca de saberes nas ações extensionistas voltadas à saúde dos homens privados de liberdade, por meio desse ponto pode-se observar o quanto a vivência na APAC gera uma imersão social, pessoal e profissional, o que impacta na formação profissional do aluno. Por fim, foi verificado a categoria que diz respeito a relevância da extensão na formação profissional e na sua contribuição social, através desse ponto pode-se ressaltar o quanto a convivência na APAC, a troca de experiências, trouxe um caráter humanitário e social para os alunos que por ali passaram.

Em pesquisas futuras, aponta-se 1 (uma) possibilidade de desenvolvimento do tema: um retorno do público alvo sobre o trabalho realizado pelos alunos no âmbito da APAC. Entende-se que a possibilidade sugerida é importante para que se tenha uma visão mais aprofundada do trabalho desempenhado no Projeto de Extensão, e o seu resultado final.

## REFERENCIAS

ANHAS, D. DE M.; ROSA, K. R. M.; SILVA, C. R. DE C. E .. AFETIVIDADE E PRÁXIS TRANSFORMADORA NA PESQUISA QUALITATIVA. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, p. e173315, 2018.

BARBOSA, Mayara Lima *et al.* **Atenção básica à saúde de apenados no sistema penitenciário**: subsídios para a atuação da enfermagem. Escola Anna Nery [online].

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 466**, de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentada

Brasil. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à saúde do homem**. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário**. 1ª ed. Brasília- DF: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha\\_pnssp.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha_pnssp.pdf)>

BRANDÃO; Jammilly Mikaela Fagundes; FARIAS; Angélica Carina de Andrade.

CAPITANI, Rodrigo. **O Meio Ambiente Prisional Brasileiro e a Saúde do Preso: um estudo no presídio estadual de Bento Gonçalves.** Repositório da UCS. Caxias do Sul.

CARDOSO, A. C.; CORRALO, D. J.; KRAHL, M.; ALVES, L. P. O estímulo à prática da interdisciplinaridade e do multiprofissionalismo: a Extensão Universitária como uma estratégia para a educação interprofissional. *Revista da ABENO*, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 12–19, 2015. DOI: 10.30979/rev.abeno.v15i2.93. Disponível em: <https://revabeno.emnuvens.com.br/revabeno/article/view/93>. Acesso em: 2 abr. 2024. DOI: <https://doi.org/10.5935/1414-8145.20140083>. 14 de março de 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/1414-8145.20140083>. Acesso em: 12 de março de 2024.

FALCAO, Ana Luísa Silva; CRUZ, Vinicius Gonçalves da. **O Método APAC Associação de Proteção e Assistência aos Condenados: análise sob a perspectiva de alternativa penal.** viii Congresso CONSAD de Gestão Pública. Brasília/DF: Centro de Convenções Ulysses Guimarães, 2015. Disponível em: <<http://banco.consad.org.br/handle/123456789/1294>>. Acesso em: 22 de nov de 2023.

FERNANDES, Livia Maciel. PROJETO DE EXTENSÃO COMO MEIO DE EDUCAÇÃO INTERPROFISSIONAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA. *Serex*.12, Goiás, v. 1, n. 5, p. 708-713, 01 out. 2021.

FLORES, Laiane Frescura, and Débora Teixeira de Mello. "O impacto da extensão na formação discente, a experiência como prática formativa: um estudo no contexto de um Instituto Federal no Rio Grande do Sul." *Revista Conexão UEPG* 16.1 (2020): 2014465. Freitas, T., Paula, C., Zanon, B., Meirelles, F., Welleir, T., & Padoin, S. (2016).

MARTINS, Silvana Neumann et al. A contribuição da extensão na formação de universitários: um estudo de caso. *Revista NUPEM*, v. 7, n. 12, p. 193-207, 2015.

MENDES, R. M.; MISKULIN, R. G. S.. A análise de conteúdo como uma metodologia. *Cadernos de Pesquisa*, v. 47, n. 165, p. 1044–1066, jul. 2017.

MIRANDA, Sirlene Lopes de. **A Construção de Sentidos no Método de Execução Penal APAC. São Paulo:** Revista Psicologia e Sociedade. vol. 27 nº3 Belo Horizonte set. /dez. 2015.

MISIONSCHNIK, Débora Araújo de Oliveira, et al. **O Impacto das Práticas em Saúde Promovidas Por Acadêmicas de Enfermagem Em Uma Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (APAC).** Revista enfermagem revista Editora, V. 17. Nº 02. Maio/Jun. 2014. Disponível em: <[http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=9296](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9296)>. Acesso em: 23 de março de 2024.

PAIVA, Bruno Felipe Barboza de. **A Humanização no Sistema Penitenciário e a Aplicação de Tais Princípios no Espaço Carcerário.** Revista transgressões penitenciário: revisão de literatura. Revista Interdisciplinar. V.6, n.2, p.144-151, abr/mai/jun.2013.

PIVETTA, H. M. F.; BACKES, D. S.; CARPES, A. **Ensino, pesquisa e extensão universitária: em busca de uma integração efetiva.** Linhas Críticas, [S. l.], v. 16, n. 31, p. 377–390, 2017. DOI: 10.26512/lc.v16i31.3634. Disponível



em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3634>. Acesso em: 23 fevereiro de 2024.

PIVETTA, Hedioneia Maria Foletto, et al. **Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária: em busca de uma integração efetiva**. Linhas Críticas, Brasília, DF, v. 16, n. 31, p. 377-390, jul./dez. 2010. ISSN 1516-4896. Disponível em: <[www.periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/download/.../262...](http://www.periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/download/.../262...)>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2024.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Política de Extensão PUC MINAS**. Belo Horizonte: (s.n.), 2006. Disponível em: [http://www.pucminas.br/documentos/politica\\_de\\_extensao.pdf](http://www.pucminas.br/documentos/politica_de_extensao.pdf). Acesso em: 18 de março de 2023.  
Revista de Enfermagem da UFSM, 6(3), 307 - 316.

REVISTA DE DIREITO PENAL. v. 18, n. 4, 2014, pp. 586-592. Disponível em: <http://www.pensamientopenal.com.ar/system/files/2015/11/doctrina42367.pdf>. Acesso em: 22 de março de 2024.

REVISTA ESPAÇO GEOGRÁFICO. v. 12, n. 31, 2012. Disponível em: [http://scielo.isciii.es/pdf/eg/v12n31/pt\\_revision2.pdf](http://scielo.isciii.es/pdf/eg/v12n31/pt_revision2.pdf). Acesso em: 18 de março de 2024.

REVISTA FISIOTERAPIA BRASIL. v. 17, n. 3, 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010271822015000300660](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822015000300660). Acesso em: 18 de março de 2024.

REVISTA INTERDISCIPLINAR. v. 59, 2006. Disponível em: [http://revistainterdisciplinar.uninovafapi.edu.br/index.php/revinter/article/viewFile/59/pdf\\_32](http://revistainterdisciplinar.uninovafapi.edu.br/index.php/revinter/article/viewFile/59/pdf_32). Acesso em: 18 de março de 2024.

RIOS, D. R. DA S.; SOUSA, D. A. B. DE.; CAPUTO, M. C.. Diálogos interprofissionais e interdisciplinares na prática extensionista: o caminho para a inserção do conceito ampliado de saúde na formação acadêmica. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 23, p. e180080, 2019.

RIOS, Davi. “Diálogos interprofissionais e interdisciplinares na prática extensionista: o caminho para a inserção do conceito ampliado de saúde na formação acadêmica”. **SCIELO BRASIL**, 2019.

SANTOS, J.; ROCHA, B.; PASSAGLIO, K. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E FORMAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 7, n. 1, p. 23-28, 28 maio 2016.

SANTOS, M. C. V. DOS; MOREIRA, J. R. Extensão universitária: análise comparativa das políticas de extensão do Grupo Projeção com as novas diretrizes do MEC. **Projeção e docência**, v. 10, n. 1, p. 113–129, 18 ago. 2019.

Sousa, Anderson Reis de et al. Implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: desafios vivenciados por enfermeiras. **Revista da Escola de Enfermagem da USP** [online]. 2021, v. 55 [Acessado 21 Outubro 2021], e03759. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1980-220X2020023603759>>. Epub 16 Jul 2021. ISSN 1980-220X. <https://doi.org/10.1590/S1980-220X2020023603759>

SOUZA, Mônica Oliveira da Silva; PASSOS, Joanir Pereira. A prática de Enfermagem no Sistema Penal: limites e possibilidades. Escola Anna Nery – **Revista de Enfermagem**, v.12 , n.3 , p. 417-23, set, 2008.

VALADÃO, *et al.* Ações educativas e inclusivas a indivíduos privados de liberdade. **Atena**, Ipatinga, v. 5, n. 3, p. 57-67, 8 mar. 2023

**DIAGNÓSTICO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL  
EM CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ): décimo segundo ano<sup>1</sup>**

**DIAGNOSIS OF FOOD AND NUTRITIONAL SECURITY POLICIES IN CAMPOS  
DOS GOYTACAZES (RJ): twelfth year**

**Amanda Durães de Jesus**

**Thaís Silva Lisbôa**

**Samara Souza da Cruz**

**Mauro Macedo Campos**

## **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho tem como objetivo principal investigar o contexto de implementação das políticas públicas em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em nível local, com foco na iniciativa do projeto de extensão universitária “Diagnóstico da Política Pública em Segurança Alimentar e Nutricional para o município de Campos dos Goytacazes” promovido pela Universidade XXXXXX no município de Campos dos Goytacazes. A partir dessa iniciativa, busca-se propor um arcabouço para a incorporação da política de SAN no referido município, com ênfase na identificação dos atores envolvidos no processo e na avaliação das oportunidades e dos conflitos inerentes a esse cenário.

A justificativa para este estudo reside na relevância da SAN como um direito humano fundamental e na necessidade de sua efetivação em nível local, onde as políticas públicas têm um impacto direto na vida das pessoas. Além disso, a articulação entre universidade, setor público e sociedade civil, através do Conselho Municipal de SAN (COMSEA-Campos), evidencia uma oportunidade única para a construção de políticas mais eficazes e participativas.

Para o ano de 2024, em Campos dos Goytacazes, uma das principais metas estabelecidas em colaboração com o COMSEA-Campos é a elaboração do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN), previsto para agosto, o plano visa identificar e categorizar ações nos quatro eixos da SAN - produção, distribuição, acesso e consumo - envolvendo instituições públicas, privadas e do terceiro setor. Com o intuito de reduzir a

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

insegurança alimentar e nutricional (IAN) na cidade, o Plano busca oferecer dados e indicadores para um diagnóstico da situação, embasando metas e ações coordenadas entre governo, sociedade civil e universidade. Essa iniciativa busca fortalecer a política de SAN em Campos dos Goytacazes, promovendo uma abordagem transversal que envolve diversos setores do governo e da sociedade.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

O conceito de segurança alimentar, conforme delineado por José Graziano da Silva, abarca quatro dimensões essenciais: quantidade, qualidade, regularidade e dignidade, destacando a necessidade de acesso adequado a alimentos nutritivos, em quantidade suficiente e com regularidade, assegurando uma alimentação digna para todos os indivíduos. A IAN é categorizada em três níveis, leve, moderada e grave, refletindo a incerteza ou ausência de acesso aos alimentos (JesuS *et al.*, 2023).

A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) identifica três níveis de insegurança alimentar: leve, moderada e grave. A IAN leve está relacionada à preocupação com a quantidade e qualidade dos alimentos disponíveis, a moderada envolve a redução da quantidade de alimentos e a grave indica a falta de alimentos em quantidade suficiente para todos os membros do domicílio, podendo levar à fome (Brasil, 2014).

A fome se tornou uma questão política no Brasil desde 1946, quando Josué de Castro publicou o clássico "Geografia da Fome", destacando que a subnutrição de milhões de pessoas não é uma fatalidade climática ou religiosa. No entanto, a partir de 1991, o candidato Lula, derrotado na eleição presidencial anterior, encarregou o Instituto Cidadania de elaborar um programa de SAN para o Brasil, destacando a importância da segurança alimentar para a soberania nacional. Essa iniciativa marcou o início de um movimento mais amplo para abordar a fome como uma questão política no país, culminando no lançamento do Programa Fome Zero durante o governo de Lula (Betto, 2003).

O conceito de soberania alimentar foi discutido como um projeto político de mudança na forma de acesso aos alimentos, destacando-se o controle dos sistemas alimentares pelos povos. Autores como Bernstein (2015) ressaltaram a importância da agricultura familiar como uma alternativa à agricultura industrial, especialmente diante das desigualdades alimentares globais. A expansão dos estudos de sistemas agroalimentares locais foi sugerida como uma forma de valorizar o espaço e reduzir a distância entre produção e consumo, contribuindo para o desenvolvimento territorial e a implementação de sistemas públicos de alimentação.

## **METODOLOGIA**

A metodologia adotada neste trabalho envolveu uma abordagem participativa, com a colaboração ativa dos diferentes atores envolvidos no processo de implementação das políticas de SAN em Campos dos Goytacazes. Foram realizadas visitas de campo às diversas instâncias governamentais e organizações da sociedade civil, além de entrevistas e reuniões de trabalho com representantes desses grupos.

A coleta de dados incluiu tanto informações quantitativas, como indicadores sociais e econômicos, quanto dados qualitativos, obtidos por meio de entrevistas semi-estruturadas e grupos focais. A análise dos resultados seguiu o modelo de política local de SAN elaborado por Cunha e Lemos (1997), com embasamento teórico em políticas públicas, descentralização e literatura sobre SAN.

O presente estudo apresenta uma extensa revisão da literatura acadêmica considerada de enorme relevância para o tema. O embasamento teórico foi enriquecido pela análise de conceitos e perspectivas apresentadas por acadêmicos, incluindo contribuições de Josué de Castro (1946) e José Graziano (2004), autores que fundamentam a compreensão do conhecimento investigado, apresentando base conceitual sólida.

## **DISCUSSÃO E/OU RESULTADOS**

Desse modo, o projeto de extensão tem desempenhado um papel fundamental na estruturação e organização do COMSEA, a participação frequente das bolsistas no projeto permitiu que o conselho se mantivesse ativo e atuante na formulação e implementação de propostas que visam promover políticas públicas eficazes no combate à IAN e à soberania alimentar.

A articulação com o COMSEA tem possibilitado a mobilização da sociedade civil, organização de conferências estaduais e municipais, elaboração de diagnósticos sobre SAN no município. Essas ações têm contribuído significativamente para fortalecer o diálogo entre a sociedade civil e o poder público, resultando em ações mais efetivas no combate à IAN.

Ao longo de doze anos, o projeto foi reconhecido com o título de melhor Projeto de Extensão em quatro ocasiões, incluindo dois anos consecutivos (2022 e 2023), além de receber reconhecimento em um congresso promovido pelo Instituto Federal Fluminense em 2024. Outro marco significativo em 2024 foi a publicação do artigo 'Impasses das Ações de Segurança

Alimentar e Nutricional em Campos dos Goytacazes', o qual aborda a política de SAN no município e os progressos alcançados pelo projeto extensionista.

**Quadro 1 - Resultados**

<b>Pontos</b>	<b>Descrição</b>
Diagnóstico da Situação de SAN	- Identificação das áreas com maior incidência de insegurança alimentar e nutricional. - Análise dos principais fatores contribuintes para a IAN, como renda per capita, acesso à água e saneamento, entre outros.
Mapeamento de Ações e Informações de SAN	- Levantamento das políticas e programas existentes relacionados à segurança alimentar e nutricional. - Categorização das ações nos três eixos da SAN: produção, distribuição e consumo.
Articulação Interinstitucional e Intersetorial	- Estabelecimento de parcerias entre governo, sociedade civil e universidade para o desenvolvimento e implementação do plano, - Coordenação de esforços entre diferentes setores da administração pública para promover a SAN.
Formulação de Metas e Estratégias	- Definição de objetivos específicos para melhorar a segurança alimentar e nutricional no município. - Elaboração de estratégias para alcançar essas metas, incluindo ações de curto, médio e longo prazo.
Monitoramento e Avaliação	- Estabelecimento de indicadores para acompanhar o progresso das ações propostas no plano.

**Fonte: Elaborado pelo autor**

As articulações realizadas pelos pesquisadores resultaram em respaldo e reconhecimento obtidos junto à sociedade civil e representantes institucionais, indicando a relevância e impactos das ações realizadas, além disso, tem promovido a inserção das comunidades no diagnóstico e na formulação de políticas públicas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho se fundamenta na perspectiva delineada pelo projeto de extensão que possui como propósito primordial deste projeto consiste em acompanhar e contribuir para a elaboração e fortalecimento de políticas públicas em SAN para o município de Campos dos Goytacazes. As ações para implementação destas têm sido construídas conjuntamente com o COMSEA-Campos e com a prefeitura municipal através da Secretaria Municipal de Educação, de Saúde, a de Desenvolvimento Humano e da Secretaria Municipal de Agricultura.

A própria concepção de extensão universitária implica em uma interação dinâmica com o contexto externo à academia, conferindo, por conseguinte, uma dimensão colaborativa à relação estabelecida com o COMSEA. Além disso, no âmbito dessa parceria colaborativa com o conselho, o projeto tem desempenhado um papel essencial na facilitação do diálogo entre a sociedade civil e as autoridades públicas, promovendo estudos e diagnósticos que subsidiem ações para mitigar os índices de IAN na região. Nesse sentido, busca-se oferecer suporte à agricultura familiar e à pesca artesanal local, incentivando a participação dessas comunidades em programas e editais específicos para a aquisição de alimentos. O projeto mantém uma presença constante nas reuniões do COMSEA-Campos, comprometendo-se a manter a dinâmica do conselho ativo e propositivo, abordando a resolução de questões tangíveis e pertinentes ao contexto local.

**Palavras - chave:** políticas públicas; combate à fome; extensão; conselho municipal; segurança alimentar e nutricional.

**Keywords:** public policies; combatting hunger; extension; municipal council; food and nutrition security.

**Financiamento:** Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) / Universidade XXXXXX.

## REFERÊNCIAS

BERNSTEIN, H. Soberania Alimentar: **Uma perspectiva cética**. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 17, n. 39, p. 276-336, maio/ago. 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO. **Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA**: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional, 2014. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/328.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2024.

BETTO, F. **A fome como questão política**. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 48, p. 53–61, 2003.

CUNHA, A.; LEMOS, M. Segurança alimentar e políticas locais de abastecimento. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza/CE, v. 28, 1997

DE JESUS, A.; LISBOA, T.; CRUZ, S.; BARCELLOS, L. Impedimentos às ações de Segurança Alimentar e Nutricional em Campos dos Goytacazes. Masquedós - **Revista de Extensão Universitária**, v. 8, não. 10, pág. 1-14, 30 de novembro 2023.

ROCHA, Marlene. **Segurança Alimentar**: um desafio para acabar com a fome no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. IN: Segurança alimentar: um desafio para acabar com a fome no Brasil. 2004. p. 190-190.



## **Trabalho Integrado Extensionistas: vulnerabilidade da pessoa idosa<sup>1</sup>**

### **Integrated Work Extensionists: vulnerability of the elderly**

**Kyssila Gabriela Alves Resende**

**Laura Felix Diniz**

**Natália Luize Aquino Sanches**

**Nayane Angelo de Moraes**

**Yara Mendes Sundermann**

## **INTRODUÇÃO**

A família é constituída por um grupo de pessoas que relacionam entre si e são unidas por laços de consanguinidade, interesse ou apenas afetivos e que convivem em um contexto histórico, cultural, físico e político, permitindo uma identidade própria (Figueiredo, 2010).

O Modelo Calgary de Avaliação na Família (MCAF) permite ao enfermeiro conhecer a família em seu contexto e identificar suas necessidades, bem como alternativas de cuidado específicas a sua condição. Os alunos do curso de Enfermagem do campus Betim, da Universidade XXXXXX, por meio do trabalho integrado extensionista (TIE), realizaram atividades extensionistas na comunidade situada no município de Betim, Minas Gerais. A atividade foi norteadada pela visita domiciliar, a família indicada pela liderança da comunidade. Usando o Modelo Calgary e o Processo de Enfermagem (PE) foi possível elaborar a intervenção, objetivando identificar e atuar nas fragilidades para promover a autonomia de cuidado.

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A Visita Domiciliar é um instrumento de intervenção da Estratégia de Saúde da Família, utilizado pelas equipes de saúde para conhecer as condições de vida e saúde das famílias sob sua responsabilidade. A mesma é considerada um importante recurso para prevenção de doenças, promoção da saúde, tratamento e reabilitação de enfermidades e agravos. Trata-se de um instrumento de saúde, pois permite ao profissional um conhecimento da realidade do indivíduo e sua família, além de fortalecer o vínculo entre eles.

De acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa, a pessoa idosa é aquela com idade igual ou superior a 60 anos. Com o avanço da idade, surgem limitações físicas, mentais e sociais, que podem comprometer a qualidade de vida e a autonomia. É uma realidade complexa que afeta também a família, pois pode exigir cuidados especiais e suporte contínuo. Os filhos geralmente precisam assumir o papel de cuidadores, o que pode gerar conflitos e encargos, precisando de cuidados específicos as circunstâncias.

Levando em conta os efeitos gerados pela doença, o MCAF foi empregado, que oferece uma perspectiva abrangente do sistema familiar, suas dinâmicas internas e externas, bem como suas vulnerabilidades.

Para estruturar a execução da prática, foi aplicado o Processo de Enfermagem (PE), método para coordenar um atendimento seguro e resolutivo, sistematizado de assistência da enfermagem, composto de etapas interdependentes que resultam em intervenções de enfermagem satisfatórias para os indivíduos ou comunidades.

## **METODOLOGIA**

Para a realização da atividade extensionista, foi usado o MCAF, base teórica para avaliação estrutural e dinâmica da família, que norteou a construção do genograma, um diagrama representativo da família, da estrutura interna, e ecomapa, representação gráfica do apoio social do membro. Permitindo ao grupo compreender a funcionalidade da família e vínculos afetivos.

O Modelo juntamente com o PE, que consiste em Avaliação, Diagnóstico de Enfermagem, Planejamento, Implementação e Evolução. Permitiu ao grupo elaborar o plano de cuidados e uma cartilha em linguagem adequada abordando os cuidados com medicação, alimentação, mobilidade e alternativas para reverter o afastamento a comunidade da Igreja.

As intervenções foram feitas nas visitas domiciliares realizadas no segundo semestre de 2023, onde coletamos as informações fundamentado em uma anamnese geral e a atividade extensionista com a implementação do plano de cuidados, usando também as Prática Integrativa Complementar (PICS).

## **DISCUSSÃO E RESULTADOS**

A primeira visita aconteceu 17 de outubro de 2023 com o objetivo de coletar as informações para a construção do genograma e ecomapa. A família betinense era composta pela N. P. 87 anos e seu filho. Ela recebe uma pensão do marido, falecido há 5 anos. Juntos, tiveram 3 filhos biológicos e 8 filhos adotivos. A senhora divide sua residência com um de seus filhos adotivos, o qual tem uma relação conflitante, pois o mesmo é desempregado e usuário de drogas ilícitas. Os outros filhos, dificilmente vão visitá-la ou fazem contato. Suas finanças e plano de saúde são organizadas pelo filho biológico primogênito.

A Sra. N.P, é portadora de hipertensão arterial, mobilidade prejudicada e depressão. Realizou cirurgia nos joelhos, que resultou em uma complicação levando ao encurtamento do membro inferior direito. Diante disso, começou a forçar mais o membro inferior esquerdo, afetando sua coluna, levando ao uso de muleta e maior dificuldade de mobilidade. Realiza acompanhamento médico regularmente e fisioterapia, mas esquece de manter o uso adequado das medicações e possui um hábito alimentar prejudicado pulando refeições ou as faz incompletas, por falta de apetite.

A idosa é cristã, relatou que sempre gostou de participar das missas, e interações sociais na comunidade. Essa convivência, ajudava emocionalmente esquecendo as dificuldades, porém após a cirurgia que prejudicou sua mobilidade, não participa mais. Com isso, passa a maior parte do tempo sozinha e cuidando da sua casa.

A segunda visita ocorreu 27 de outubro, com o objetivo de fortalecer o vínculo e agregar informações para a construção do plano de cuidados. Foi proposto o uso da arteterapia e a confecção de uma cartilha. A técnica da arteterapia, uma das PICS, consolidada no Sistema Único de Saúde (SUS), consiste ao uso de expressões artísticas, no caso a pintura, com uma finalidade terapêutica. A cartilha abordava os cuidados com a pessoa idosa como: uso correto da medicação, alimentação, cuidados para evitar quedas e ajudar na mobilidade, importância da espiritualidade e alternativas para possibilitar a reaproximação da igreja.

Ampliando a discussão em relação aos diagnósticos de enfermagem, foram encontrados: Processos familiares disfuncionais relacionado por vulnerabilidade percebida; Religiosidade prejudicada relacionada por apoio social inadequado, estado de saúde prejudicado caracterizado por sofrimento devido a separação de uma comunidade religiosa.

No decorrer da terceira visita, em dezembro, foi relatado pelos vizinhos a ocorrência de discussão e de episódio de agressão do filho, que a coagiu a se isolar naquelas semanas. Neste dia, o grupo percebeu que ela estava mais calada e reprimida. Após alguns minutos de uma certa apatia, começamos a explicar a cartilha com uma linguagem simples de maneira que a idosa entendesse e pudesse tirar as dúvidas. O filho mais novo estava presente, mas em nenhum momento demonstrou interesse ou participação. Deixamos o material para uma leitura posterior, tanto para ele que estava em casa, quanto para os outros filhos em uma possível visita a idosa. Em seguida passamos a atividade da pintura, com tintas e desenhos.

Ao final da atividade, a senhora, aparentava estar mais feliz, relatando que as informações passadas e a pintura fizeram a diferença no dia dela, expressou também que iria tentar realizar todas as propostas apresentadas. Posteriormente, visitamos a Unidade Básica de Saúde da região que a N.R frequenta e comunicamos a suspeita de violência. A enfermeira, atenciosa, marcou uma consulta para manter contato com a senhora e também notificou o Centro de Referência de Assistência Social.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Podemos concluir que o ato de cuidar, escutar o outro, traz excelência a prática da enfermagem. A interação com o indivíduo, ouvir o que o outro tem a falar, pode mudar a relação com o autocuidado. A Sra. N.P participou de recreações que a meses não participava, o que ocasionou o relato de suas angústias e identificar ações simples que poderia ajudar no dia a dia. Além disso, considera-se que as práticas extensionistas proporcionam aos universitários o desenvolvimento da capacidade crítica e reflexiva nas questões que atingem as populações mais vulneráveis e contribuem na formação de profissionais competentes tecnicamente e comprometidos com as questões humanísticas no cuidado.

A prática da visita desencadeou experiências de sentido para a atuação do Enfermeiro enquanto Agente de Saúde, promovendo o pensar comunitário e a possibilidade de integrar saberes de várias disciplinas. Essa experiência comoveu os acadêmicos envolvidos quanto a solidão e vulnerabilidades da terceira idade, que precisam de um sistema de apoio social.

**Palavras-chave:** enfermagem; visita domiciliar; processo de Enfermagem.

## REFERÊNCIAS

FIGUEIREDO MHJS, Martins MMFS. Avaliação familiar: do Modelo Calgary de Avaliação da Família aos focos da prática de enfermagem. **Cienc. cuid. Saúde**, [S.l.], v. 9, n. 3, p. 552-559, 2010.

FLECK, M. P. DE A. *et al.* Diretrizes da Associação Médica Brasileira para o tratamento da depressão (versão integral). **Revista brasileira de psiquiatria** (São Paulo, Brasil: 1999), v. 25, n. 2, p. 114–122, 2003.

GARCIA, T. R.; NÓBREGA, M. M. L. DA. Processo de enfermagem: da teoria à prática assistencial e de pesquisa. **Escola Anna Nery**, v. 13, n. 1, p. 188–193, 2009.

HERDMAN, Heather T. **Diagnósticos de enfermagem da NANDA-I: definições e classificação 2021-2023**. Porto Alegre: Artmed. Acesso em: 10 abr.2024.

**Hipertensão** (pressão alta). Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saudea-a-z/h/hipertensao>>. Acesso em: 5 dec.2023.

**Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS)**. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/p/pics>>. Acesso em: 5 dec.2023.

REIS, A. C. DOS. **Arteterapia: a arte como instrumento no trabalho do Psicólogo**. *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 34, n. 1, p. 142–157, 2014.

TEIXEIRA, E. Reconstrução de ruptura crônica do tendão patelar com enxerto patelar contralateral associado a reforço com tendões flexores. Relato de caso. **Revista Brasileira de Ortopedia**, v. 51, n. 3, p. 378–382, 2016.

# **PROTAGONISMO SOCIAL EM BRUMADINHO-MG: o Paraopeba resiste e não estamos à margem!<sup>1</sup>**

**Lúcia Karine de Almeida  
Thais Freitas Carvalho Santos**

## **RESUMO**

Este relato apresenta algumas reflexões referentes aos primeiros registros da pesquisa extensionista, fruto do processo de elaboração de uma tese de doutorado em Administração. Trata-se de pesquisa qualitativa e em parceria com a comunidade da área central da cidade de Brumadinho-MG. Inserida no “Programa Sabiás: Saberes e Inovação para a Sustentabilidade”, a pesquisa investiga o papel do rio Paraopeba como elemento não humano, a partir do conceito de ator-rede, capaz de promover articulações sociais na luta por reconhecimento dos impactos reverberados a partir da tragédia-crime da Vale, ocorrida em 2019. As enchentes urbanas, nos anos de 2021 e 2022, ampliaram os impactos da contaminação pela lama tóxica da barragem de minério que poluíram o rio Paraopeba e causaram danos físicos, ambientais e sociais em territórios ocupados na área central da cidade.

**Palavras-chave:** tragédia-crime; cidade de Brumadinho; rio Paraopeba; ator-rede; protagonismo social.

## **SOCIAL PROTAGONISM IN BRUMADINHO-MG: Paraopeba river resists and we are not on the margin!**

### **ABSTRACT**

This article presents some reflections regarding the initial records of extensionist research, resulting from the process of elaborating a doctoral thesis in Administration. It is a qualitative research in partnership with the community of the central area of the city of Brumadinho, MG. Integrated into the "Sabiás Program: Knowledge and Innovation for Sustainability," the research investigates the role of the Paraopeba River as a non-human element, based on the concept of actor-network, capable of promoting social articulations in the struggle for recognition of the impacts reverberated from the Vale tragedy-crime, which occurred in 2019. Urban floods in the years 2021 and 2022 amplified the impacts of contamination by toxic mud from the ore dam that polluted the Paraopeba River and caused physical, environmental, and social damages in territories occupied in the central area of the city.

**Keywords:** tragedy-crime; city of Brumadinho; Paraopeba River; actor-network; social protagonism.

### **INTRODUÇÃO**

O Programa de Extensão Universitária Sabiás “Saberes e Inovação pela Sustentabilidade”, faz parte das ações do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade XXXXX. Uma de suas diversas frentes de atuação está no acompanhamento do processo de regeneração territorial no Pós-Tragédia do município de Brumadinho, para a

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

promoção de direitos, cooperativismo, inclusão social e produtiva e defesa da sustentabilidade. O Programa possui diversas frentes de ação e a presente pesquisa está inserida no Eixo Sede, que concentra seus esforços na cidade de Brumadinho, para oferecer suporte intelectual, técnico e social às populações englobadas em seu escopo de atuação. Desse modo, com intuito de promover apoio colaborativo e em parceria com as comunidades, a equipe atual do Programa engloba extensionistas de diversos cursos de graduação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como Medicina, Administração, Pedagogia, Psicologia, Geografia, Arquitetura e Urbanismo, dentre outros.

A pesquisa do Eixo Sede está alinhada aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS, principalmente o ODS 11 que valorizam as Cidades e comunidades sustentáveis, também inspirado pela abordagem da "Economia de Francisco e Clara", que visa implementar iniciativas que aspiram à promoção da dignidade, ao desenvolvimento profissional e à inclusão social dessas comunidades. As ações extensionistas realizadas buscam resgatar e fortalecer as identidades sociais que se entrelaçam com as ambientais, ao longo do percurso do rio Paraopeba na área central da cidade de Brumadinho, em áreas impactadas pelas enchentes no contexto pós tragédia-crime ocorrida na mina do Córrego do Feijão, em 2019.

O relato apresenta análises e reflexões sobre o contexto pós-tragédia crime, referente ao rompimento da barragem de rejeitos de mineração de Brumadinho, em 25 de janeiro de 2019, que deixou 272 mortos e extensos impactos extra municipais, no âmbito da bacia hidrográfica do Paraopeba. Com foco na importância do rio Paraopeba no território municipal e seu papel no protagonismo social na luta por direitos e reparações dos impactos, a área objeto da análise corresponde a um trecho do centro da cidade de Brumadinho, mais precisamente, três comunidades urbanas atingidas pela lama da barragem e posteriores enchentes do rio Paraopeba, este que, paralelo à linha férrea, divide o extenso município em dois lados, como eixos estruturantes da evolução da rede urbana e rural, distribuídas em cinco distritos, com a população concentrada na cidade.

O contexto da análise, além de abarcar as dimensões do rio como elemento físico natural norteador da ocupação e base da subsistência, eixo simbólico e cultural, evoca a necessidade de rediscussão do conceito de território para a necessária redefinição de políticas públicas com foco na relação entre os universos social e ambiental. Destaca-se também a importância da valorização de discussões participativas para a promoção da visão integrada de urbanismo sustentável, seguro, socialmente justo e amigo do rio. Acredita-se que elementos como o relevo natural do território, a presença do rio e a conformação da morfologia da ocupação urbana, predominantemente residencial unifamiliar, interferem no grau de sociabilidade das

comunidades analisadas. As relações sociais, por sua vez, foram drasticamente alteradas no contexto da tragédia crime. As comunidades analisadas ressignificam o rio como elemento ambiental, simbólico e social num processo de resgate de antigas identidades, laços de vizinhança e pertencimento territorial, após as enchentes de 2021 e 2022. A defesa das águas como elemento vital, mesmo com a ameaça da repetição de impactos em rede, não o destituiu da bandeira de luta. E como anunciado por Latour (2004), o novo sentido da ecologia política na busca por territórios socialmente mais justos e sustentáveis, precisa não valorizar somente as Ciências, mas também à socialização entre elementos humanos e não-humanos, como um rio que norteia a organização dos espaços de vida urbana em comunidade.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

O município de Brumadinho sempre foi palco de disputas territoriais, econômicas, políticas e resistências sociais (Dias, Quintão, Teodósio, 2021). Sua localização metropolitana privilegiada tem na geografia do relevo constituído por serras, a conformação dos limites ambientais e oficiais de grande parte do território que abriga um trecho do vale do rio Paraopeba, na porção média da sua bacia hidrográfica. A abundância mineral e hídrica, o solo fértil e áreas propícias à ocupação produzem riqueza e diversidade sociocultural, mas com acessos desiguais. Mesmo com tantos potenciais, o planejamento e gestão das políticas públicas municipais são descontínuos e com reduzida participação social institucionalizada. O histórico de legislações desatualizadas também promove impactos e, mesmo após o ocorrido em 2019, a revisão do Plano Diretor municipal, iniciada neste mesmo ano por cobrança do Ministério Público Estadual e aprovada em 2023, manteve o modelo tecnocrático e autoritário, distante da discussão participativa do direito à cidade, garantidos pela Constituição Federal (1988) e Estatuto da Cidade (2001). O reflexo desse histórico processo pode ser observado na segregação socioespacial da ocupação e uso do solo, ampliada pela minero-dependência econômica que isola comunidades tradicionais rurais dos bens e serviços públicos concentrados na cidade e demais centralidades urbanas (Dias, Quintão, Teodósio, 2021).

Pode-se afirmar que Brumadinho repete as facetas da minero-dependência destacadas por Andrade (2020), que envolvem agentes dos empreendimentos minerários, Estado e comunidade atingida, a interrelação entre os impactos e a falsa ideia de desenvolvimento que envolve o cenário de territórios explorados. A minero-dependência escraviza a economia local e impede o avanço de novas economias sustentáveis e solidárias, como a agricultura familiar. Áreas com grandes territórios rurais são exploradas e passam por contextos de avanços de áreas



urbanizadas não planejadas e com promessas de emprego relacionadas ao empreendimento minerário e sua rede de comércios e serviços interdependentes. Além disso, os governos locais são também “capturados” pelas promessas e ganhos da mineração e passam a ser coadjuvantes na lógica perversa de falsas melhorias urbanas em projetos de mitigação e compensação de impactos, sem planos de planejamento territorial ou legislações eficientes.

A infraestrutura dos espaços públicos de Brumadinho é considerada de má qualidade e pode ser constatada na lógica não planejada do funcionamento do sistema viário urbano e de ligação entre os povoados sede de distrito, ou mesmo na cidade. Como o rio corta sua área central, onde o relevo é plano e favorável ao caminhar de pedestres, mesmo com a grande potencialidade para a promoção de espaços de convívio social próximos ao rio e às atividades comerciais, a inversão da prioridade dá ênfase aos espaços segregados, distantes do rio e interligados pela lógica rodoviarista e sem planejamento de áreas livres de uso público.

A cidade de Brumadinho concentra problemas sobrepostos e cresce escondendo o rio poluído pela mineração, pela disposição irregular de esgoto e pelo desmatamento e ocupação desregrada de suas margens. O rio não poderia ser esquecido pelas políticas públicas e faz parte da paisagem dos territórios sociais rurais e urbanos. Por atravessar o centro da cidade, o Paraopeba constitui um marco físico e simbólico, emoldura paisagens, constitui o caminho das águas e o eixo ambiental estruturante com potencial de travessias urbanas. E mesmo com tantos conflitos, o rio se impõe na imagem da cidade, como parte dos espaços sociais, até mesmo ao inundar áreas habitáveis e de uso comercial.

Ao destacar a importância de como as cidades e os elementos naturais e construídos que a conformam são percebidas pelas pessoas que nela vivem, Lynch (1960) promove uma reflexão sobre os elementos estruturais fundamentais como os eixos, os marcos, os limites, os caminhos e os nós urbanos. A reflexão sobre o papel desses elementos, seja por análise física, funcional ou pelo reconhecimento da própria comunidade, pode promover discussões sobre o real sentido de pertencimento ao território e das relações sociais nele estabelecidas. Neste caso, as necessárias transformações sociais defendidas por Lefebvre (1999, p.110) poderiam também ser reverberadas na defesa da centralidade como ponto focal do encontro, como “o essencial do fenômeno urbano”. O rio aqui, é defendido de forma dual, tanto como elemento de importância na dimensão física do espaço, como no cumprimento de seus papéis como centralidade ambiental e conectora de fluxos de passagem e permanência de pessoas, promoção de lugares de referência simbólica e de vivências socioambientais e urbanas. O rio também pode ser entendido como elemento potencial para uma nova pedagogia a partir do território e das experiências de vida das pessoas. As novas práticas sociais que ressignificam o valor do rio

como espaço de convívio e manutenção de laços de vizinhança, de subsistência, promotor de saúde, lazer e cultura, têm potencial para a inovação social na discussão do direito à cidade.

Somados a antigos problemas, o avanço da atividade minerária e dos canteiros de obras de reparação, geram mais impactos sonoros, poeira e intenso tráfego de caminhões na área central da cidade. A saúde mental da população foi afetada pela sobreposição de períodos de luto das perdas humanas da tragédia crime, seguido das perdas durante a Pandemia da Covid-19, além do medo constante de novas vítimas da mineração e enchentes do Paraopeba. Paralelamente ao modelo institucionalizado e considerado participativo pelo poder público, novas demandas emergenciais de articulação social surgiram para acompanhar o corrente cumprimento de compensações, contrapartidas e indenizações das ações reparadoras. O objetivo de tais ações demandariam planejamento prévio participativo, mas ocorrem de forma complexa, concentrada em áreas valorizadas da cidade, principalmente por interesses imobiliários. Ainda prevalecem os processos impostos, ágeis e desiguais na aplicação de recursos que também provocam danos ambientais por parte do poder público. Na contramão das novas e contemporâneas agendas ambientais e urbanas, as obras impermeabilizam mais o solo, canalizam córregos afluentes do Paraopeba, asfaltam ruas de forma indiscriminada e ampliam perímetros urbanos que não conversam com os cursos d'água. Todo esse contexto de intervenções aceleram o assoreamento do rio Paraopeba, o que eleva o risco de inundações urbanas, principalmente nas áreas centrais para onde escoam toda a drenagem pluvial da cidade.

As novas visibilidades do rio Paraopeba promovem debates sobre a importância da articulação de gente com o rio pela defesa do território, confirmado na defesa de Latour (2012), ao questionar a dicotomia entre natureza e cultura, e criticar a ideia de que a ciência e a tecnologia são separadas da sociedade. Ao desenvolver a teoria dos "atores em rede", este autor defende a ideia de que humanos e não humanos (como objetos, instituições, tecnologias) devem ser considerados igualmente importantes na análise das redes de relações sociais. O rio Paraopeba, como elemento natural, aqui é defendido como "ator-rede" não humano e agente na interface das defesas socioambientais de Brumadinho. O rio pode ser considerado caminho e base para construção de discussões mais coletivas e democráticas sobre as relações sociais e justiça ambiental. E em cenários de crises democráticas (Andion, Magalhães, 2021), a investigação sobre o papel do rio Paraopeba em Brumadinho, acredita-se na sua contribuição como ator-rede para a reestruturação do conceito de território, bem como na articulação socioespacial entre suas margens. Esse poderia ser considerado o legado de Brumadinho no processo pós-tragédia crime, na defesa de uma nova abordagem de planejamento territorial e das políticas públicas com foco na defesa das águas.

A lógica de compartilhamento de códigos e interações sociais também contribui para o entendimento do aprendizado entre gente e rio como processo, conforme defendido por (Hall, 2016). Para ele, o sentido não está no objeto, na pessoa ou na coisa, e muito menos na palavra. Somos nós que fixamos o sentido tão firmemente que, depois de um tempo, ele parece natural e inevitável (HALL, 2016, p.41). A ressignificação do Paraopeba, após a sobreposição de impactos negativos, passa a potencializar arranjos sociais em sua defesa. O rio esquecido no desenho urbano e contaminado pela lama, passou a ser valorizado pelas comunidades mais impactadas e ao mesmo tempo, suas margens se tornaram lugar de tristeza e repulsa para a memória coletiva da população que revive o “mar de lama” da tragédia-crime. E se o sentido do rio é construído pelo sistema de representação, ele também pode ser fixado pelo código social da luta por direitos, que estabelece a correlação entre o sistema conceitual e o de linguagem. Representar algo é descrevê-lo ou retratá-lo, trazê-lo à tona na mente por meio da descrição, modelo ou imaginação; produzir uma semelhança de algo na nossa mente ou em nossos sentidos ou mesmo simbolizar algo (HALL, 2016, p. 32). A representação construtivista apresentada por Hall (2016) como potência social, pode contribuir para que o Paraopeba ressignifique a vida em todas as suas dimensões ambientais, culturais e sociais.

Dessa forma, passa-se a ser reconhecido o seu caráter público e social: rio como elemento também de linguagem e aprendizado. O rio e as pessoas, por si mesmos, não fixam significados, pois os sentidos serão construídos a partir de sistemas representacionais de conceitos e signos. Entende-se que a valorização de experiências e reconhecimento de conflitos individuais e coletivos se complementam nos movimentos de resistência e os valores comuns e símbolos de lutas dão identidade à causa coletiva e criam lemas da representatividade. O fato de reconhecer e ser reconhecido como atingido e atingidos já constitui um caminho para a construção de políticas contra a violação de direitos comuns. Por isso, o poder da comunicação e troca de experiências construtivas de resistência ampliam redes e promovem legados sociais.

A abordagem da sociologia pragmática também contribui para o entendimento dos desafios atuais de antigas lideranças sociais que se destacam pelo fortalecimento da atuação na reparação dos danos, em Brumadinho. A sociedade civil, composta por organizações não governamentais, associações, movimentos sociais e cidadãos engajados, desempenha papel fundamental na identificação de problemas e na busca de soluções para as necessidades comunitárias junto ao poder público. A perspectiva pragmática da sociologia francesa baseia-se na valorização da sinergia entre sociedade civil e inovação social na esfera pública (Andion, Magalhães, 2021). A partir da visão pragmática, a esperança concentra-se em novas soluções atentas às demandas reais, evidências práticas e abordagens capazes de promover mudanças

positivas na sociedade (Andion, Gonçalves, Moraes, Ranconi, Serafim; 2017), com foco na “ação pública”, não apegadas a ideologias rígidas e institucionalizadas.

No contexto do pragmatismo social, uma forte ênfase é colocada na ação e na experiência ativa sobre a teoria abstrata, onde soluções e políticas são consideradas bem-sucedidas se puderem demonstrar resultados concretos e benefícios tangíveis para a comunidade. Relacionada à noção de que teorias e crenças devem estar em constante evolução e adaptação com base nas necessidades mutáveis da sociedade, o pragmatismo social também pode valorizar a utilidade prática, a ação efetiva e as soluções concretas na esfera social e política, ao promover uma nova lógica de validação de impactos positivos e mensuráveis na vida das pessoas como sugerido por Fung (2007). A continuidade do aprendizado social desafia modelos de políticas, planos e projetos lentos e pouco práticos (Latour, 2012 e Andion, 2017) por valorizar ações-piloto, flexíveis e em constante adaptação. Portanto, a atual abordagem baseada em evidências qualitativas de casos reais, permite a reflexão conceitual e pode reverberar práticas sociais positivas para a sociedade. No caso da defesa do rio Paraopeba e seu papel nas comunidades da área central de Brumadinho, é notória a sua nova representatividade espacial como elemento integrante das defesas sociopolíticas de luta do direito à cidade. E para esperar e inovar, destaca-se a possível e potente contribuição complementar do pragmatismo sugerida por Drysek (2004) e Mendonça (2016), como ponte para a compreensão e aprimoramento da democracia deliberativa local, com foco na comunicação e intercâmbio de experiências plurais.

A presente reflexão também parte da noção de biopolítica de Foucault (1999) para o entendimento do conceito aplicado de necropolítica de Mbembe (2011), que destaca o poder ilimitado do segmento minerador e sua produção seriada de “desastres” que submetem diferentes formas de vida e, mais especificamente o corpo-território, “ao poder da morte”. No âmbito dessa bio(necro)política da mineração como enfatizado por Penido (2018), a partir das vivências em campo, pôde-se constatar a piora de todos os problemas urbanos e impactos diretos na saúde das pessoas como transtornos mentais, doenças respiratórias, alérgicas e contaminações, bem como ampliação do risco de enchentes urbanas. Dessa forma, a tragédia-crime é apreendida como processo contínuo, não limitado ao evento do rompimento, uma vez que as relações de poder e as respostas dadas, em termos de gestão dos danos, contribuem para prolongá-lo e reproduzi-lo no espaço-tempo e na vida dos atingidos. A perpetuação histórica dos discursos políticos que validam a manutenção de problemas econômicos, ambientais e sociais também é observada. O poder político ao manter o controle da administração territorial, administra a vida da população, já que faz a gestão direta nas políticas públicas que interferem

na vida cotidiana do indivíduo, sem a devida participação social. Nesta lógica, zoneamentos de uso e ocupação do solo do PD também interferem na definição de quem deve viver e quem deve morrer. O processo de planejamento da cidade obedece a essas estruturas de poder e de controle dos corpos, negando a uma parcela de indivíduos, categoricamente selecionados, ao acesso a um meio ambiente seguro. O déficit habitacional, a implantação de grandes obras e projetos “desenvolvimentistas”, sem considerar o impacto sobre as populações, a facilitação de implementação de atividades para a acumulação de riquezas, a falta de saneamento básico e esgoto tratado, e a conseqüente exposição ao risco ambiental como o das enchentes urbanas, podem ser consideradas ações que permitem a perpetuação da necropolítica.

## **METODOLOGIA**

O trabalho é fundamentado na chamada Pesquisa Engajada, que pode ser compreendida como um tipo específico de estratégia metodológica dentro do campo da Pesquisa-Ação. Na presente investigação, a participação da comunidade é entendida como fundamental para a discussão de novos conceitos de território a partir das experiências nele vividas. As visitas técnicas, entrevistas qualitativas e discussões foram realizadas de forma colaborativa com a comunidade e prevê contínuo retorno para apresentação dos resultados.

A inspiração do tema da pesquisa tem origem na vivência dos autores no território, trajetória de pesquisa da autora e seu orientador de tese e do Programa de Pesquisa, a partir de suas experiências na coordenação de projetos de extensão universitária desde 2019 em Brumadinho.

A área urbana correspondente à cidade de Brumadinho foi selecionada para a pesquisa devido a sua relação direta com o rio Paraopeba e com os impactos da lama tóxica da barragem, transportadas por suas águas. A cidade também concentra a maioria da população municipal. As comunidades analisadas na pesquisa correspondem ao bairro São Conrado, comunidade da rua Amianto e do Canto do Rio e foram selecionadas por vários critérios: localização ao longo das margens do rio ou em seu entorno imediato, presença de territórios inundáveis e segregados na área central da cidade, manutenção dos laços de vizinhança e compartilhamento de problemas decorrentes das enchentes do Paraopeba.

A pesquisa possui registro de dados analisados entre os anos de 2019 e 2023. No primeiro momento foram apresentados a contextualização do tema e os aportes conceituais da sociologia pragmática, da sociomaterialidade e imagem da cidade que embasaram a pesquisa e a análise dos resultados. A apresentação do território revisita os espaços ambientais e urbanos,

tendo o rio como elemento chave na configuração das relações sociais entre a margem direita e esquerda do rio. Para o entendimento das potencialidades e desafios sociais, bem como o reconhecimento das especificidades de cada comunidade e interfaces entre elas, foram apresentados os resultados alcançados na primeira etapa da pesquisa qualitativa.

## **DISCUSSÃO E PRIMEIROS RESULTADOS**

A pesquisa constatou o inovador e recente processo de ações sociais nas comunidades analisadas, na busca por direitos no contexto dos impactos pós-tragédia crime. Para além da participação na perspectiva de governança institucionalizada, há muito aprendizado contido nas práticas sociais que promovem impactos positivos e que precisam ser reverberados. As resistências e enfrentamentos de problemas urbanos, ampliam o engajamento social a partir da ação e promovem reflexões posteriores. Merecem destaque as ações emergenciais por parte de movimentos sociais e lideranças comunitárias femininas da área central da cidade fundamentadas na busca por soluções de problemas decorrentes das enchentes do rio Paraopeba. A organização dos resultados alcançados é apresentada em duas etapas que sintetizam aspectos das visibilidades e invisibilidades do Paraopeba, na cidade de Brumadinho, com destaques gerais e específicos das comunidades envolvidas.

### **NO MEIO DA CIDADE PASSA UM RIO**

O modo de vida das comunidades da rua Amianto, Canto do Rio e Bairro São Conrado está intimamente relacionado ao histórico da ocupação e sua interface com o rio Paraopeba. O bairro São Conrado e a comunidade da rua Amianto estão localizados na margem esquerda do rio e possuem maior identidade com a área central da cidade. A comunidade do Canto do Rio faz parte do bairro oficial denominado Santo Antônio e corresponde à área ocupada na porção da margem direita próxima ao Estádio de Futebol Canto do Rio – Figura 01. As comunidades da rua Amianto e bairro São Conrado possuem ligação direta pela via paralela à linha férrea, conformada pelas ruas Amianto e Irineu Lamunié, respectivamente. A paisagem ambiental da Área de Preservação Ambiental - APP, conforme legislação ambiental pertinente, e do rio, com suas curvas que emolduram o desenho urbano da cidade são facilmente visualizadas na imagem de satélite – Figura 01.

A ocupação urbana das três comunidades não foi planejada e as da rua Amianto e Canto do Rio são as mais antigas, da época da ocupação original do entorno da área da Estação

Ferrovária, por volta dos anos 1930. O Canto do Rio cresceu no entorno da principal via de entrada da cidade, a MG-040. A comunidade da Rua Amianto possui ocupação peculiar por abrigar famílias antigas e já na terceira geração. Os territórios da rua Amianto e Canto do Rio já eram considerados passíveis de inundação, mas esse risco foi amplamente aumentado após o ocorrido em 2019. Já o bairro São Conrado, teve origem no parcelamento de uma fazenda, na década de 1980 e em território de relevo de destaque na cidade pela conformação em topo de morro circundado pelo vale do rio, numa espécie de península fluvial, contornada pelo Paraopeba – Figura 02. As três comunidades, mesmo no entorno da área central, possuem ocupação predominantemente residencial unifamiliar, concentradas em edificações de até dois pavimentos.

**Figura 01 – Mapa dos elementos simbólicos e localização das comunidades analisadas na cidade de Brumadinho.**



Fonte: Mapa esquemático, elaborado pela autora sobre imagem de satélite, Google Earth, 2023

A maioria das casas possuem a Área de Preservação Permanente - APP<sup>3</sup> do Paraopeba como quintal, exceto parte da comunidade do Canto do Rio, onde a rua República do Chile margeia a APP do Paraopeba sem a composição de lotes junto à margem direita do rio – Figura 01. A APP do rio Paraopeba possui cinquenta metros de distância em relação à cada margem e, na cidade de Brumadinho, ainda preserva significativa mata ciliar ou a área verde, mesmo com a constatação de ocupação irregular ao longo de suas margens – Figura 01. A relação das áreas ocupadas com o rio, nas três comunidades, conforme relatos dos moradores, sempre esteve relacionada à “legibilidade ambiental”, como elemento importante na vida cotidiana (Lynch, 1970), seja para o cultivo de hortas, pomares e criação de animais domésticos nos quintais, ao acesso ao rio para a pesca de lazer e o uso de espaços planos da APP para o convívio social. A

travessia da ponte no eixo da rua Presidente Vargas além de ser a única comunicação entre os dois lados da cidade, também serve de marco visual, paisagístico e de referência urbana para os moradores. Os pilares da ponte constituem referências para marcação do nível das águas do rio nos períodos chuvosos. Antes da tragédia crime, suas águas estavam mais límpidas, e mesmo com a atividade minerária, a pesca podia ser realizada, o que foi proibido em 2019.

Outros elementos marcantes no desenho da cidade, na paisagem e que segregam os espaços de moradia e convívio social, paralelos ao eixo do rio, no sentido leste / oeste, são a linha férrea e os muros que delimitam seu acesso, nos dois lados. A linha e Estação Ferroviária Central possuem referência simbólica e cultural e mantêm relação direta com as comunidades da rua Amianto e bairro São Conrado. Os muros laterais originais, serviam de suporte à base da linha, mas foram ampliados em altura, na década de 1990, após um acidente ferroviário com várias vítimas no centro da cidade. O muro mais alto amplia a segregação espacial e a visibilidade da linha férrea na escala do pedestre. Após a tragédia-crime, a linha férrea escondida, passou a ser local de outras tragédias relacionadas à furtos, violência contra a mulher e suicídios.

Durante as pesquisas não foram encontrados registros históricos escritos sobre as comunidades, mas fotografias antigas e relatos dos moradores, contribuíram para o entendimento da evolução da ocupação e histórico de lutas por direitos. O bairro São Conrado possui uma unidade de vizinhança isolada do resto da cidade tanto pelo relevo como pelo rio e abriga a sede da Câmara Municipal, o único equipamento público de Saúde Mental do Município e a principal área de eventos públicos da cidade, denominada Estacionamento. Mesmo ao lado do centro, o bairro não possui atividades comerciais e depende exclusivamente do acesso segmentado ao centro, por via veicular e por uma passarela de pedestres sobre linha férrea. A comunidade da rua Amianto pertence ao bairro Centro e possui desenho urbano linear, composto por edificações residenciais, na maioria, inseridas na APP do Paraopeba, onde os fundos de lote têm acesso direto à margem esquerda do rio. Já o desenho da comunidade Canto do Rio, é mais definido pela planície do relevo e constitui a primeira área a ser inundada na cidade. As três comunidades possuem problemas urbanos relacionados à regularização fundiária, ao saneamento básico deficiente, coleta de lixo e insuficiente manutenção de infraestrutura urbana de mobilidade e espaços públicos.

Sobre a segunda onda de marginalização dos territórios analisados, destacam-se aspectos relevantes em relação ao histórico esquecimento destas áreas, principalmente em relação à reparação por danos materiais após períodos de enchente do rio Paraopeba. São comunidades urbanas que mantêm laços diretos com o rio e perdem bens materiais ano após



ano. A administração pública municipal é conivente ao não demandar projetos estratégicos nestas áreas, antes, durante e após os períodos das enchentes. O fato é que, após a tragédia-crime, estas áreas se tornaram ainda mais esquecidas e em situação de vulnerabilidade ambiental e social, mesmo não sendo habitadas, predominantemente por população considerada de baixa renda. Pelo contrário, a comunidade do Canto do Rio possui rede comercial ativa e valorizada, em relação às demais áreas. Ocorre a negligência generalizada por parte do poder público e das instituições que cuidam da reparação dos danos da tragédia-crime, pois a retirada de bens e limpeza dos imóveis fica sempre à cargo dos respectivos proprietários. Esta é uma clara evidência da marginalização territorial principalmente quando se trata de graves impactos ambientais que incidem diretamente na saúde das pessoas.

### **MUROS QUE GRITAM: O RIO RESISTE E NÃO ESTAMOS À MARGEM!**

Os impactos negativos da tragédia crime nas comunidades da rua Amianto, bairro São Conrado e Canto do Rio foram graves e ainda seguem sem soluções definidas, mesmo porque o rio está assoreado e a iminência de enchentes e inundações agravadas pelos eventos climáticos se impõe como regra. Durante as visitas a campo e conversas com lideranças locais vários foram os relatos de queixas e pedidos de ajuda junto ao poder público municipal e à empresa Vale S.A, ambos sem muito sucesso até o momento. As enchentes de janeiro de 2021 e 2022 foram as causadoras de maior destruição, pois a lama pesada de 2019, que não havia atingido as margens ocupadas da cidade e que permaneciam solidificadas no fundo do rio e em suas margens, foi levada pelas águas até cobrir as áreas mais baixas da rua Amianto, bairro São Conrado e Canto do Rio. Partes da estrada que dá acesso à entrada da cidade e ao centro também ficaram submersas e grande parte da população ficou ilhada. O nível das águas cobriu grande parte das casas de um pavimento até o telhado, o que danificou as estruturas construtivas, os bens materiais móveis, infraestrutura de saneamento, viária e de bens e serviços. Os danos ambientais também são incalculáveis, pois as áreas de APP perderam espécimes da vegetação nativa e fauna, e também a alteração do relevo das encostas naturais das margens do rio. Além das perdas de benfeitorias dos usos tradicionais dos quintais, os acessos a estas áreas seguem impróprios devido ao risco de contaminação por metais pesados presentes no solo. Em dias secos, as partículas de poeira contaminam o ar, e junto com a água e o solo, conformam um ambiente urbano insalubre.

Os danos mais relevantes observados ao longo das visitas a campo, realizadas em 2023, são sociais e mentais. As conversas com moradores e lideranças são marcadas por depoimentos

tristes e de ênfase no cansaço social da luta isolada, por parte de cada comunidade, que foi tratada de forma diferenciada no montante das comunidades atingidas diretamente ou não pela tragédia-crime. Talvez essa seja a maior sensação de insegurança social individual e coletiva pois contribui para divergências na busca por mensuração dos direitos e compensações socioambientais. Outra reclamação destacada pelas lideranças foi a da limpeza urbana das áreas inundadas em 2022, realizada inicialmente pelos próprios moradores e, até dezembro de 2023, pouco havia sido realizado pela prefeitura e pela empresa Vale. Muitas edificações da rua Amianto encontram-se fechadas, abandonadas e cobertas por lama solidificada e a APP do rio não pode ser utilizada por seus moradores.

No protagonismo social observado nas três comunidades, a arte urbana na pintura de muros foi evidenciada como bandeira de luta e divulgação das ações sociais para as próprias comunidades envolvidas e população em geral. Várias ações sociais nas três áreas são registradas em reuniões públicas e espaços virtuais de discussão local, mas a mais pragmática corresponde à arte urbana do lindeiro à linha férrea e junto à entrada da cidade. O mural serve de espécie de painel didático para educação ambiental, ressignificação do Paraopeba como lugar de memórias socioambientais e novo sentido para a luta por direitos.

A participação comunitária serviu de exemplo para a confirmação da importância do entendimento do pertencimento social no território das áreas analisadas e principalmente para a defesa do rio nos murais, que registram também a potência feminina no cuidado com as águas e endossa as antigas defesas das comunidades circundadas pelo rio. Não há registros de murais urbanos no Canto do Rio, como os murais ao longo da linha férrea, nas comunidades da Rua Amianto e bairro São Conrado. No entanto, foi constatado também os danos psicossociais decorrentes das inúmeras tentativas de lutas desta comunidade sem muito sucesso junto ao poder público. São destaques nas proximidades do Canto do Rio, as obras públicas realizadas pela prefeitura, em 2022 e 2023, sem a participação social, para a construção de uma praça em memória às vítimas da tragédia crime, na entrada da cidade e ao lado do letreiro “Brumadinho” que constitui um símbolo das lutas das famílias enlutadas e das associações comunitárias. As obras impermeabilizaram um córrego afluente direto da margem direita do Paraopeba, desmatou a mata ciliar e o novo espaço segue pouco utilizado pela comunidade. Neste local, havia um antigo muro para exposições artísticas de pintores locais, retirado para a elaboração desta obra. Neste caso, a ausência do mural falou por si.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao analisar o caso de Brumadinho, outro fator de destaque no protagonismo social foi a relevância da ação feminina de lideranças ativas e focadas no cuidado tanto da população residente como dos espaços públicos e privados que se relacionam com as margens do rio. As transformações pessoais e coletivas nos movimentos de resistência são valiosos por registrar momentos diversos de conquistas e desgastes, avanços e rearranjos sociais constantes. Na resistência das áreas inundáveis, a participação predominante de mulheres adultas, em processo de desgaste emocional é destaque em relação à pequena participação de jovens, o que pode ser desafiador para o movimento. As histórias de mulheres atingidas e de seus movimentos de resistência precisam ser registradas e divulgadas. E mesmo apesar de tanta dor e adoecimento elas não pararam. Da necessidade de viver e cuidar dos seus espaços da casa, do quintal para a rua, as mulheres ganharam espaço de luta dos direitos coletivos e individuais, principalmente com a ampliação da reflexão sobre a noção da exploração do trabalho e diferenças de gênero, para atuar também na luta pela saúde, pela família, pela vida em comunidade, pelas águas, árvores, lazer, cultura, acessos a bens e serviços, renda e vida digna.

Durante esta fase da pesquisa observou-se que há pouca articulação integrada entre as lideranças na busca por direitos e mitigação dos impactos causados pelas tragédia crime e consecutivas enchentes do rio. A reverberação das demandas comunitárias permanece fragmentada e mais intensa nas divulgações em redes sociais virtuais do que nas redes sociais presenciais institucionalizadas ou não. Os murais urbanos são registros válidos e permanentes de ressignificação do papel do rio Paraopeba na luta das comunidades, mas estão localizados em locais acessados mais pelos próprios moradores ou em locais de passagem, o que registra o valor simbólico do lugar pelas comunidades e não por parte de toda a população da cidade. A divulgação dos murais é restrita e possui potencial educativo e para continuidade de uso dos muros de forma ativa como elemento de luta e paisagismo urbano.

A real relevância da troca de saberes e interação ativa entre a comunidade e a academia, constatada ao longo da pesquisa, segue sendo desenvolvida, no formato de extensão universitária invertida para a valorização dos saberes locais. Faz-se necessário também o agradecimento das vivências, parceria e aprendizado de vida e luta junto às lideranças das comunidades analisadas nos percursos ao longo das margens do Paraopeba. Na crença de que os momentos de crise promovem revoluções individuais e sociais, a pesquisa busca esperar, a partir dos casos analisados, novidades nas redes de atores sociais e experiências práticas de resistência, como inspiração local e para outras comunidades que enfrentam problemas similares.

## REFERÊNCIAS

ANDION, C.; Gonçalves, A. K; Moraes, R. L.; Ranconi, L.; Serafim, L. B. (2017, Junho) Sociedade civil e inovação social na esfera pública: uma perspectiva pragmatista. Rio de Janeiro, **Revista de Administração Pública**, v. 51(3):369-387.,

ANDRADE, J. As muitas resistências das mulheres em conflito com o empreendimento Minas-Rio. In: ALVES, Murilo et. All. (orgs.). **Mineração: realidades e resistências. 1.ed. São Paulo: Exemplar Popular**, 2020. cap 7. p. 225-258. Disponível em: <https://mamnacional.org.br/files/2021/02/BAIXE-O-LIVRO-EM-PDF-AQUI.pdf>. Acesso em: 01 set.2023.

ANDREI, S. et al. **A Economia De Francisco E Clara Denuncia As Violências Financeiras E Anúncio De Economias Para O Bem Viver**. [s.l: s.n.]. Disponível em: [https://economiefranciscoeclara.com.br/wp-content/uploads/2023/04/CARTILHA\\_ABEFC2023\\_PORT\\_DIGITAL.pdf](https://economiefranciscoeclara.com.br/wp-content/uploads/2023/04/CARTILHA_ABEFC2023_PORT_DIGITAL.pdf)>. Acesso em: 16 abr. 2024.

BRASIL, Código Florestal, **Lei n 12651/2012**. Brasília, 2012.

BRASIL, **Constituição Federal /1988**. Brasília, 1988.

BRASIL, **Lei federal nº 10.257/2001**, Estatuto da Cidade. Brasília: 2001.

Democracia pragmática: pressupostos de uma teoria normativa empiricamente orientada. **Dados** [online]., v. 53, n. 3, 2010, pp. 657-693.

DIAS, A.L.; Quintão, F. D.; Teodósio, A.S. (2021) **Brumadinho são muitas: existências e resistências em um contexto marcado pela Minero-Dependência**. Porto Alegre. In: Anais do Sétimo Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais.

DRYZEK, J. Pragmatism and democracy: in search of deliberative publics. **Journal of Speculative Philosophy**, v. 18, n. 1, p. 72-79, 2004.

FOUCAULT, M. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FUNG, A. Democratic theory and political science: A pragmatic method of constructive engagement. **The American Political Science Review**, v.101, n. 3), 443-458, 2007.

GAULEJAC, V. **Las fuentes de la vergüenza**. Buenos Aires. Mármol-Izquiero, 2009.

HALL, S. **Cultura e representação social**. Rio de Janeiro: Apicure/Puc Rio, 2016.

LATOURETTE, B. Políticas da Natureza: como fazer ciência na democracia. Bauru, **EDUSC**, 2004, 412p.

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 1999. p.178. 1999

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. Lisboa. Ed. 70, 1970. p. 193.

MAGALHÃES, T. (2021, Junho). (Re)aproximando os pragmatismos da análise das políticas públicas. Experimentação e investigação pública em um cenário de crise democrática. **Revista Sociedade e Estado**, v. 36, n. 2.

MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Editorial Melusina, S.L., 2011.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Antes de Habermas, para além de Habermas: uma abordagem pragmatista da democracia deliberativa. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 31 Número 3 Setembro/Dezembro 2016.

PENIDO, M. O. Bio(necro)política da mineração: quando o desastre atinge o corpo-território. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro. V. 63, nº 2, pág. 38-51, jul/dez 2018.

POGREBINSCHI, T. A Democracia do Homem Comum: Resgatando a teoria política de John Dewey. **Revista de Sociologia e Política**, [S.l.], n. 23, nov. 2004.

Reagregando o social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede. Salvador, **EDUFBA**; Bauru, EDUSC, 2005-2012c.

SILVA, T.A.; Corrêa, V.S.; Vale, G.M.; Giglio, E.M. (2020, Setembro). Influence of social capital offline and online on early-stage entrepreneurs. **Revista de Gestão**, v. 27, n. 4, pp.393-408.

# **PROJETO CIDADE NA ESCOLA: uma experiência com alunos do ensino médio na cidade de Poços de Caldas/MG<sup>12</sup>**

**Juliana de Nardin**

**Carolina dos Santos Maciel**

**Guilherme de Souza Mendes**

**Luiz Felipe Félix Gonçalves**

## **RESUMO**

O projeto de extensão Cidade na Escola buscou a integração dos alunos de graduação em Engenharia Civil da Universidade XXXXX, campus XXXXX, com as demandas locais, destacando a temática cidade, sua organização social, política e características territoriais. O projeto propôs a realização de debates sobre a estrutura urbana e sua concepção, organização territorial com ênfase na participação cidadã, especialmente entre os jovens do Ensino Médio de escola pública. A metodologia adotada incluiu atividades como palestras e dinâmicas, envolvendo alunos do 1º ano do Ensino Médio, com o objetivo de promover um maior entendimento e conhecimento sobre a cidade e incentivar os jovens a uma maior participação popular nos processos decisórios sobre o ambiente urbano.

**Palavras-chave:** cidade; educação; comunidade.

## **CITY AT SCHOOL PROJECT: an experience with high school students in the city of poços de caldas/mg**

**Keywords:** city; education; community.

## **INTRODUÇÃO**

O projeto Cidade na Escola foi desenvolvido em parceria com escola pública de Ensino Médio na cidade de Poços de Caldas/MG, buscando instigar discussões sobre a estrutura urbana, sua configuração, sistemas e os agentes envolvidos no processo de planejamento urbano, reconhecendo que toda a população compartilha a responsabilidade pelo espaço urbano.

As ações do projeto se voltaram para palestras e dinâmicas de grupo onde os alunos universitários de Engenharia Civil, da Universidade XXXXX, campus XXXXX, e alunos do Ensino Médio da Escola Estadual Professor Arlindo Pereira - Centro de Educação Politécnica, debateram temas relacionados à cidade, tendo como objetivos ampliar o impacto da

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

<sup>2</sup> Proex Universidade XXXXX

Universidade para além da sala de aula, aplicar conhecimentos obtidos no meio acadêmico em prol da comunidade e trazer a discussão de temas relevantes para os alunos e comunidade como um todo, destacando a participação dos jovens na gestão do território e fornecendo ferramentas para incentivar uma maior participação da população no pensar a cidade.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Ao longo de sua história, o Brasil foi um país com população predominantemente no meio rural. Contrapondo-se a isso, o processo de êxodo rural fez com que as cidades crescessem vertiginosamente a partir da década de 50, aumentando a demanda por emprego, serviços e infraestrutura básica e moradia. Essa inversão populacional revela transformações socioeconômicas e espaciais, como crescimento urbano desordenado, ocupação de áreas periféricas, alta demanda por moradia, problemas de mobilidade urbana, entre outros.

As cidades cresceram segundo um modelo de expansão horizontal que inviabilizou a construção de cidades sustentáveis. Esse não é um padrão apenas das metrópoles, mas todas as cidades brasileiras enfrentam processo semelhante, em maior ou menor escala.

Assim, é fundamental expandir a discussão sobre os problemas que afetam as cidades contemporâneas, pois não se trata de falta de planejamento, mas sim, um planejamento que é feito, muitas vezes, em favorecimento de alguns setores da sociedade, refletindo as desigualdades existentes. Como destaca Villaça (2012, p. 74-75), “nosso maior problema é a enorme desigualdade de poder político que há em nossa sociedade. Claro que essa desigualdade está profundamente atrelada à desigualdade econômica”.

Atender essas demandas e diminuir a segregação socioespacial é um desafio para gestores públicos na construção de uma cidade igualitária e mais sustentável. Um caminho a se tomar é inserir a população em processos decisórios e propositivos para a cidade, ou seja, uma participação popular mais efetiva. Nessa esfera, discutir essa participação popular passa por um processo de proporcionar conhecimento para que isso aconteça, chegando ao pleno exercício da cidadania, entendendo que a população também é agente do planejamento urbano e deve estar inserida em processos decisórios. Como destaca Ribeiro (2004).

O sentido moderno da palavra cidadania expressa, portanto, três focos: o democrático, o liberal e o social. O primeiro é o polis, o segundo o civitas e o terceiro societatis. Este último foco tem a ver com a descoberta de que o civitas e o polis somente poderiam existir com o mínimo de justiça social. Podemos, então, imaginar uma sequência: cidadania cívica, cidadania política e cidadania social (Ribeiro, 2004, s.p.)

## **METODOLOGIA**

O projeto, executado ao longo do ano de 2023, financiado pela Proex Universidade XXXXX, contou com a participação de uma professora coordenadora do projeto, dois alunos bolsistas e uma aluna voluntária, ambos do curso de Engenharia Civil, da Universidade XXXXX, campus XXXXX. Além disso, a equipe de trabalho contou com a participação e apoio de duas professoras da escola parceira do projeto, Escola Estadual Professor Arlindo Pereira - Centro de Educação Politécnica. Assim, em um primeiro momento, as ações se voltaram para a integração da equipe de trabalho por meio reuniões e encontros semanais.

Posteriormente, foram definidas as ações e temáticas a serem trabalhadas com os alunos do 1º ano do Ensino Médio, valendo-se destacar que no primeiro semestre, o projeto trabalhou com duas turmas, e no segundo semestre, outras duas turmas da escola parceira. Além disso, para a execução do projeto contou-se com a participação e realização de algumas palestras por outros cursos do *campus* Poços de Caldas, como o curso de Direito, Engenharia Elétrica e Relações Internacionais, e outros professores do curso de Engenharia Civil. Alguns temas abordados ao longo do projeto foram: Instituições e democracia, Legislação urbanística, Saneamento, Cidades sustentáveis, entre outros.

As atividades como dinâmicas, palestras e debates aconteceram semanalmente, de forma presencial, na escola parceira do projeto. Como metodologia de acompanhamento da execução do projeto foram desenvolvidos dois modelos de questionário, um aplicado com as professoras da escola parceira que acompanhavam o projeto, e outro, aplicado com os alunos beneficiários do projeto.

## **DISCUSSÃO E/OU RESULTADOS**

Na execução do projeto, dotado de dinâmicas, palestras e debates com os alunos do Ensino Médio, um dos principais desafios foi a dificuldade em manter o engajamento desses alunos durante as atividades propostas. Alguns alunos demonstraram uma atitude desinteressada, o que prejudicou o desenvolvimento de algumas discussões e a troca de ideias tão essenciais para o propósito do projeto. Porém, este desafio também se mostrou como potencial para a busca de novas metodologias a serem trabalhadas em sala de aula, ressaltando-se que estas se mostraram mais eficientes quando o aluno se envolvia em atividades práticas.



**Figura 1– Atividade sobre a configuração da cidade**



**Fonte: Equipe do projeto Cidade na Escola**

Assim, houve um esforço constante em adaptar as atividades e torná-las mais atrativas a fim de atingir progresso significativo na execução do projeto. Dessa forma, pode-se dizer que o projeto cumpriu seu papel como ferramenta produtora e disseminadora de conhecimentos oriundos da comunidade acadêmica em um processo teórico e prático e se articulou à Política de Extensão Universitária da Universidade XXXXX na medida em que propiciou aos acadêmicos envolvidos, uma formação humanística e comprometida com uma sociedade mais justa e também profissionais mais conscientes das demandas da população, principalmente no que se refere à situação do ensino em escolas públicas. A troca de saberes sob o viés da interdisciplinaridade, principalmente fruto da interação com professores de outros cursos, é também um resultado positivo que deve ser destacado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O desenvolvimento do projeto se deu pautado na interação entre Universidade e comunidade local resultando em trocas de conhecimento, promovendo discussões que pudessem fomentar um pensamento crítico para os alunos do Ensino Médio, a partir da temática cidade. A troca de experiências entre os alunos da escola parceira do projeto e os universitários mostrou-se enriquecedora, pois permitiu a abordagem de diferentes perspectivas e vivências, enriquecendo o debate e a compreensão dos desafios enfrentados pela comunidade em relação ao ambiente urbano.

Além disso, a presença dos estudantes do curso de Engenharia Civil como facilitadores das atividades não apenas reforçou a importância da responsabilidade social e do

compartilhamento do conhecimento acadêmico, mas também incentivou os jovens do Ensino Médio a considerarem futuras carreiras nas áreas relacionadas aos temas abordados.

Ao final do projeto, é notável o impacto positivo que essa interação universidade-comunidade teve não apenas no aprendizado dos alunos envolvidos, mas também na promoção de uma maior consciência cidadã e na formação de cidadãos mais engajados na construção de uma cidade mais inclusiva e sustentável. Este projeto reitera a importância de projetos de extensão para uma formação humanizadora, e pode ser um exemplo de como a colaboração entre instituições de ensino superior e escolas públicas pode gerar benefícios significativos para toda a comunidade.

## REFERÊNCIAS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Política de Extensão Universitária da PUC Minas**, Pró-reitoria de Extensão. Belo Horizonte: junho de 2006.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Cidade e cidadania: inclusão urbana e justiça social. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 56, n. 2, p. 43-45, Apr. 2004. Disponível em: [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252004000200020&lng=en&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252004000200020&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 12 abril 2024.

VILLAÇA, Flávio. **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

# **PROJETO DE EXTENSÃO “EXPLICA ODONTO XXX”: disseminação do cuidado em saúde oral<sup>1</sup>**

**Gabriel Felyp de Moraes Santos**

**Victória Cassia Ferreira Ribeiro**

**Joice Dias Correa**

**Mateus Campos Amaral**

**Evelyn Santos Oliveira**

## **RESUMO**

A educação em saúde bucal é essencial devido à prevalência de problemas bucais e seu impacto na saúde e qualidade de vida. O uso crescente das tecnologias da informação, especialmente das mídias digitais, permite que a população participe ativamente da construção do conhecimento em saúde. O projeto "Educação e Disseminação do Cuidado em Saúde" visa disponibilizar informações sobre saúde oral por meio de tecnologias, tornando-as acessíveis a profissionais de saúde e ao público em geral. Os extensionistas desempenham um papel crucial na criação de materiais instrucionais compartilhados nas redes sociais, como o Instagram, alcançando uma audiência significativa. Essa iniciativa contribui para disseminar conhecimento científico de forma simples, gratuita e universal, enquanto também forma profissionais de saúde mais conscientes de seu papel como educadores em saúde. Ao desenvolver ferramentas e estratégias de comunicação, o projeto ajuda a formar profissionais completos, capazes de oferecer à sociedade mais do que apenas conhecimento técnico em odontologia. A participação ativa dos extensionistas promove uma educação em saúde oral mais eficaz, incentivando a promoção da saúde e a atualização profissional constante.

**Palavras-chave:** saúde; odontologia; educação; tecnologia da informação.

## **EXTENSION PROJECT "EXPLICA ODONTO XXX": dissemination of oral health care.**

## **ABSTRACT**

Dental health education is essential due to the prevalence of oral problems and their impact on health and quality of life. The increasing use of information technologies, especially digital media, allows the population to actively participate in the construction of health knowledge. The "Education and Dissemination of Health Care" project aims to provide information on oral health through technology, making it accessible to healthcare professionals and the general public. Extensionists play a crucial role in creating instructional materials shared on social media platforms like Instagram, reaching a significant audience. This initiative contributes to disseminating scientific knowledge in a simple, free, and universal manner, while also shaping healthcare professionals who are more aware of their role as health educators. By developing communication tools and strategies, the project helps to shape well-rounded professionals capable of offering society more than just technical knowledge in dentistry. The active involvement of extensionists promotes more effective oral health education, encouraging health promotion and continuous professional development.

**Keywords:** health; dentistry; education; information technology.

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

## **INTRODUÇÃO**

No âmbito da saúde pública, intervenções educativas desempenham um papel crucial ao influenciar a consciência das pessoas sobre sua saúde bucal, facilitando tanto o autoexame quanto o autocuidado visando a prevenção e tratamento precoce de doenças bucais (Mialhe et al., 2008). A promoção da saúde oral é de extrema importância, dada a prevalência significativa de problemas bucais na população em geral e seu impacto na saúde e bem-estar (Santos et al., 2016). No entanto, o acesso à assistência odontológica e informações sobre promoção de saúde enfrenta diversas barreiras no Brasil, desde escassez de recursos humanos no sistema de saúde até restrições geográficas e de mobilidade (Carreiro et al., 2019).

Para tentar ultrapassar as barreiras de acesso aqui mencionadas, o uso das tecnologias da informação tem ganhado cada vez mais adesão e crédito na proliferação de conhecimento acadêmico de qualidade, tendo em vista a disponibilidade desse conteúdo on-line e gratuito (Ferreira et al., 2021). Nesse sentido, o Instagram é uma rede social com mais de 2,4 bilhões de usuários ativos e que segue crescendo. O Brasil é o 3º país em número de usuários de Instagram sendo que 47% da população brasileira possui um perfil no Instagram. O público do Instagram é gigantesco e abrange todas as idades. O Instagram pode ser uma ferramenta extremamente útil na disseminação de conteúdo de saúde oral devido à sua ampla popularidade e recursos específicos que facilitam a comunicação visual e a interação com o público-alvo. Tendo em vista a extensão como produtora e disseminadora de conhecimentos advindos da comunidade acadêmica, o projeto “Explica OdontoXXX- Educação e Disseminação do Cuidado em Saúde” tem como objetivo gerar produtos tecnológicos sobre saúde oral para população em geral, assim como para alunos e profissionais da área, utilizando o conhecimento acadêmico produzido nas linhas de pesquisa do programa de Pós-Graduação em Odontologia, promovendo a Educação em Saúde Bucal e tornando-o acessível a um número maior de profissionais de saúde e para a população em geral.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

As diretrizes de promoção da educação em saúde delineiam-na como um processo sistemático e contínuo, visando aprimorar a consciência crítica dos cidadãos e fomentar a busca

por soluções coletivas para os desafios enfrentados pela comunidade. Destaca-se a relevância particular da educação em saúde bucal, dada a falta generalizada de compreensão sobre a eficácia da prevenção primária na gestão e redução de doenças bucais. Assim, é crucial disseminar informações sobre as causas e consequências dessas condições para alcançar o maior número possível de pessoas, promovendo um maior engajamento da população no controle social da saúde bucal (Mialhe *et al.*, 2008).

Embora os cirurgiões-dentistas sejam apontados como a principal fonte de orientação sobre saúde bucal pela população (Santos *et al.*, 2016), a implementação efetiva dos serviços de saúde bucal no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) tem enfrentado desafios significativos. Barreiras como escassez de recursos, oferta limitada de serviços e influências socioeconômicas e demográficas têm dificultado a ampliação desses serviços, comprometendo o acesso da população aos cuidados dentários adequados. Essas limitações resultam em muitos brasileiros não tendo acesso completo aos serviços de saúde bucal, o que, por sua vez, reduz a disponibilidade de informações confiáveis sobre promoção de saúde bucal (Carreiro *et al.*, 2019).

Essas barreiras podem abrir brechas para que as pessoas acreditem em “*fake news*” disseminadas nas redes sociais sobre saúde oral, como notícias de que o uso do flúor seria prejudicial, quando na verdade é um grande aliado para a redução da prevalência de cárie nos países com água fluoretada. Se as *fake news* promoverem métodos de prevenção ineficazes ou até mesmo prejudiciais para doenças bucais, como o uso de remédios caseiros não comprovados ou técnicas de higiene oral inadequadas, isso pode comprometer a saúde bucal das pessoas e aumentar o risco de desenvolver problemas dentários. Portanto, é crucial combater a disseminação de *fake news* sobre saúde oral, promovendo a educação pública baseada em evidências e incentivando as pessoas a procurarem informações de fontes confiáveis. Para vencer essas ameaças devemos ocupar também os mesmos espaços nas redes sociais. O uso das tecnologias da informação tem ganhado cada vez mais adesão e crédito na proliferação de conteúdo de qualidade, tendo em vista a disponibilidade desse conteúdo on-line e gratuito. A disponibilidade generalizada de acesso à informação abre caminho para uma democratização do conhecimento, permitindo que a população se envolva ativamente na construção de sua compreensão sobre saúde (Imolesi Cruz *et al.*, 2011). Isso não apenas atende aos objetivos da educação em saúde, que incluem a orientação sobre práticas saudáveis e responsabilidade pela própria saúde (Mialhe *et al.*, 2008), mas também reflete a interconexão das mídias e plataformas virtuais com as atividades cotidianas das pessoas. De fato, estudos indicam que essas

ferramentas não são apenas espaços isolados, mas sim canais de comunicação essenciais que desempenham um papel ativo na vida diária das pessoas (Ferreira *et al.*, 2021).

Dessa forma, tendo em vista a extensão como produtora e disseminadora de conhecimentos advindos da comunidade acadêmica, o projeto Educação e Disseminação do Cuidado em Saúde tem como objetivo gerar produtos tecnológicos sobre saúde oral para população em geral, assim como para alunos e profissionais da área, utilizando o conhecimento acadêmico produzido nas linhas de pesquisa do programa de Pós-Graduação em Odontologia, promovendo a Educação em Saúde Bucal e tornando-o acessível a um número maior de profissionais de saúde e para a população em geral. Desta forma, a proposta é levar informações de cunho científico de maneira simples, lúdica e participativa, com o intuito de romper com crenças infundadas e que prejudicam a adoção de medidas preventivas em saúde bucal.

## **METODOLOGIA**

Todo semestre dois estudantes de Odontologia da Universidade XXXXX são selecionados para participarem do projeto. Podem participar desde o segundo período do curso, oportunizando que se insiram no contexto das práticas extensionistas o quanto antes. No primeiro momento acontecem oficinas abordando confecção de vídeos, divulgação científica, código de ética odontológico e uso das redes sociais como plataformas de disseminação de conhecimento. As oficinas são com a professora orientadora e com profissionais de comunicação, marketing e jornalismo convidados.

Após a preparação são feitas reuniões quinzenais com os extensionistas para seleção dos temas que serão abordados naquele período e discussão dos resultados passados. Os extensionistas participam de toda construção dos materiais instrucionais na forma de posts e vídeos/*reels* compartilhados pelo perfil do projeto (ExplicaOdontoXXX) na rede social Instagram. A divulgação dos materiais confeccionados é feita por meio das mídias sociais: página do Departamento de Odontologia no Facebook e no Instagram, página específica do projeto “ExplicaOdontoXXX” no Instagram. Para interação com o público também realizamos enquetes para a interação com os beneficiários sobre o conhecimento em saúde bucal publicado.

Os extensionistas também fazem o levantamento dos dados relativos ao alcance das publicações do Instagram, para analisar as métricas e discutir estratégias de melhoria do impacto do projeto.

## **DISCUSSÃO E RESULTADOS**

As mídias sociais são sistemas projetados para possibilitar a interação por meio do compartilhamento e da criação colaborativa de informação nos mais diversos formatos. São consideradas fenômenos sociais e culturais que constituem um ambiente comunicativo, formativo, informativo e flexível (Ferreira *et al.*, 2021). A página do projeto no Instagram conta atualmente com 560 seguidores e um total de 48 publicações foram feitas entre maio de 2021 e abril de 2024. Dentre os temas abordados estavam técnicas de higienização em aparelhos ortodônticos, em próteses e dentes naturais, cuidados na saúde oral em pacientes com diabetes e mulheres gestantes, saúde bucal de crianças e idosos, fatores de risco do câncer de boca, explicações sobre a cárie dentária, entre outros. Somando todas as publicações o alcance da página ultrapassa 7.235 acessos.

**Figura 1 – Página inicial do projeto no Instagram**



Fonte: Página do ExplicaOdontoXXX no Instagram<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Disponível em <https://www.instagram.com/explicaodontoxxx/>. Acesso em 11 de abril de 2024



Figura 2 – Exemplos de publicações da página do Instagram



Fonte: Página do ExplicaOdontoXXX no Instagram<sup>3</sup>

Abordamos temas de extrema relevância no contexto epidemiológico brasileiro como por exemplo a diabetes. A prevalência da diabetes no Brasil é uma preocupação crescente de saúde pública. De acordo com dados do Ministério da Saúde, o país enfrenta um aumento significativo nos casos de diabetes nos últimos anos. Estima-se que cerca de 10% da população

<sup>3</sup> Disponível em <https://www.instagram.com/explicaodontoXXX/>. Acesso em 11 de abril de 2024

brasileira seja afetada por essa condição, o que representa milhões de pessoas (BRASIL, 2023). A diabetes é uma doença crônica que afeta a capacidade do organismo de controlar os níveis de glicose no sangue. Se não for tratada adequadamente, pode levar a complicações graves, como doenças cardiovasculares, problemas renais, danos nos nervos e até mesmo cegueira. Alterações na saúde oral de pessoas com diabetes são constantes e a presença de inflamação nas gengivas de pessoas com diabetes pode piorar o controle da doença (Lindhe, 2010). As publicações relacionadas à diabetes e saúde bucal do projeto atingiram aproximadamente 560 perfis no Instagram, destacando a eficácia dessa plataforma como meio de compartilhar conhecimento. Esse alcance demonstra a capacidade do Instagram de alcançar uma audiência significativa sem exigir os recursos humanos e financeiros geralmente necessários para atingir um público tão amplo por meios tradicionais. Reunir uma população tão grande para ouvir um profissional de saúde seria bem mais difícil.

Para as extensionistas foi um período de grande aprendizado, com contribuição na formação de um aluno mais ativo na sua formação, com elaboração de formas de divulgação do conhecimento e análise crítica dos resultados. Desenvolvimento de uma postura ética com o aprendizado sobre como pode ser feita a divulgação de imagens, tratamentos e doenças nas redes sociais. Os extensionistas trabalharam comunicação em equipe, estudaram diversos assuntos na odontologia para confeccionarem as publicações e ao promover a saúde da população em geral com informação baseada em evidências científicas o aluno se compromete com seu papel social e humano.

Para o público-alvo, os estudantes e profissionais de odontologia tiveram acesso a diversos novos conhecimentos entre métodos de diagnóstico e protocolos de tratamento. Já a população recebeu conteúdos de promoção de saúde bucal, priorizando temas mais relevantes dentro do contexto epidemiológico brasileiro, como cárie, doença periodontal e câncer de boca.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os desafios para promover saúde oral são diversos, dentre os que podemos destacar está o baixo acesso da população aos profissionais de saúde. As redes sociais são as ferramentas de comunicação mais importantes do século e tem um enorme potencial no cenário educacional por oferecer ao público meios para interagir e ter acesso ao conteúdo científico de qualidade, possibilitando a inserção da população na construção do seu próprio conhecimento em saúde.

O projeto contribui na disseminação da educação em saúde oral, usando as redes sociais como aliadas para ampliar o acesso da população ao conhecimento científico embasado de

forma simples, gratuita e universal. Além disso, a participação dos extensionistas contribui na formação de um aluno e futuro profissional mais consciente de seu papel como educador em saúde, entendendo a importância da promoção de saúde e da atualização profissional constante. Trabalhando ferramentas e estratégias de comunicação colaboramos com a construção de um profissional completo, apto para entregar para sociedade mais que o seu conhecimento técnico dos tratamentos odontológicos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. VIGITEL 2023: **Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas em Inquérito Telefônico**. Brasília: Ministério da Saúde; 2023.

CARREIRO, D. L., SOUZA, J. G. S., COUTINHO, W. L. M., HAIKAL, D. S., & MARTINS, A. M. E. DE B. L. (2019). Access to dental services and related factors: A home-based population study. **Ciencia e Saude Coletiva**, 24(3), 1021–1032. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018243.04272017>

FERREIRA, P. H. G., CALDAS, P. V. N. DE S., OLIVEIRA DE PAULA, M., ALVAREZ-LEITE, M. E., & LANA, M. A. (2021). Educação em Saúde e E-learning: o uso da rede social aliada ao processo de ensino-aprendizagem da Biossegurança em Odontologia. **Conecte-Se! Revista Interdisciplinar de Extensão**, 5(9).

IMOLESI CRUZ, D., RODRIGUES DAHER PAULO, R., DA SILVA DIAS, W., FERNANDES MARTINS, V., & ELIZANDRO GANDOLFI, P. (2011). o uso das mídias digitais na educação em saúde (Vol. 13).

LINDHE J. **Tratado de Periodontia Clínica e Implantologia Oral**. 5ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

MIALHE, F. L., BERTI, M., MELHO, M. M. B., SILVA, D. D., & MENOLI, A. P. V. (2008). Conhecimentos em saúde bucal da população e a importância da equipe de saúde em práticas educativas. **Revista Uningá**, 18(out/dez), p.xx-xx.

SANTOS, K. S. A., GOMES, R. C. B., RIBEIRO, A. I. A. M., DANTAS, D. C. R. E., SAMPAIO, C. S., & AUGUSTO, S. M. (2016). Conhecimento e percepção dos pacientes sobre saúde bucal. **Revista Da Faculdade de Odontologia - UPF**, 20(3). <https://doi.org/10.5335/rfo.v20i3.4443>

Qual é o perfil atual do público digital no Brasil? **Negócios SC**. 2019. Disponível em: <https://negociossc.com.br/blog/qual-e-o-perfil-atual-do-publico-digital-no-brasil>. Acesso em: 3 de junho 2022.

**ENTREPOSTO AGROECOLÓGICO E CULTURAL: um relato de experiência referente à estruturação de canais de comercialização para pequenos agricultores agroecológicos da Região Metropolitana de Belo Horizonte que conformam o Colar e Entorno - RMBHCE<sup>1</sup>**

**David Ferreira Duarte**

**Tania Cristina Teixeira**

**Flavius Marcus Lana de Vasconcelos**

**Marcos Vinicius Santana dos Santos**

**RESUMO**

O presente relato de experiência se refere à pesquisa de cunho extensionista no campo da produção agroecológica de base familiar e assessoramento na constituição de estruturas de comercialização de arranjos sólidos, capazes de apoiar a superação dos desafios enfrentados pelos agricultores no âmbito do escoamento de seus produtos. Este assessoramento compreende o suporte na esfera econômica, contábil, financeira e logística; capaz de consolidar canais de vendas compartilhados que promovam maior sustentabilidade financeira a essas famílias, bem como a geração de emprego e renda sob este mesmo aspecto. O presente artigo versa sobre a produção dos agricultores familiares e diz respeito ao trabalho desenvolvido a partir do projeto de pesquisa extensionista realizado com o apoio do Programa ECONOMIA PARA TODOS, instituído e implantado pelo CORECON-MG, denominado “Entreposto Agroecológico e Cultural: Nos Caminhos de Francisco e Clara na Construção da Ecologia Integral”, financiado pela PROEX Universidade XXXXX. O objetivo geral é assessorar o público – alvo conformado por produtores e associações na esfera econômica, contábil e financeira. Visando contribuir com os pequenos agricultores de base familiar e de produtos alimentícios processados envolvidos na estruturação de um canal de vendas único, de modo a propiciar o protagonismo e a autonomia destes atores sociais na produção e distribuição de alimentos agroecológicos em uma cadeia produtiva, que almeja a sustentabilidade tanto na esfera da produção, quanto na distribuição e consumo responsável. Entende-se, portanto, que a comercialização integrada, sendo realizada em conjunto, pelos pequenos agricultores, permite uma estrutura econômica, logística e financeira mais sustentável do ponto de vista organizacional e ambiental, especialmente pelo fato de se referir aos agricultores de base familiar e de produção agroecológica e/ou em transição agroecológica.

**Palavras - chave:** empreendedorismo social; comercialização; cooperativismo; desenvolvimento sustentável; consumo e produção.

**ALMACÉN AGROECOLÓGICO Y CULTURAL: relato de experiencia sobre la estructuración de canales de comercialización para pequeños agricultores agroecológicos de la Región Metropolitana de Belo Horizonte Collar y Alrededores - RMBHCH**

**RESUMEN**

Este relato de experiencia se refiere a investigaciones de extensión en el campo de la producción agroecológica familiar y asesoramiento en la creación de estructuras de comercialización para arreglos sólidos, capaces de apoyar

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

la superación de los desafíos que enfrentan los agricultores en términos del flujo de sus productos. Este asesoramiento incluye apoyo en los ámbitos económico, contable, financiero y logístico; capaz de consolidar canales de venta compartidos que promuevan una mayor sostenibilidad financiera de estas familias, así como la generación de empleo e ingresos en este mismo aspecto. Este artículo trata sobre la producción de los agricultores familiares y aborda el trabajo desarrollado a partir del proyecto de investigación de extensión realizado con el apoyo del Programa ECONOMÍA PARA TODOS, establecido e implementado por CORECON-MG, denominado “Entrepuesto Agroecológico el Cultural: en los Caminos de Francisco y Clara en la Construcción de Ecología Integral”, financiado por PROEX - Universidade XXXXX. El objetivo general es asesorar al público – target formado por productores y asociaciones del ámbito económico, contable y financiero. Con el objetivo de contribuir a los pequeños agricultores familiares y de productos alimenticios procesados involucrados en la estructuración de un canal de venta único, con el fin de brindar el protagonismo y la autonomía de estos actores sociales en la producción y distribución de alimentos agroecológicos en una cadena productiva, que tiene como objetivo sostenibilidad tanto en el ámbito de la producción como en el de la distribución y el consumo responsable. Se entiende, por tanto, que la comercialización integrada, realizada de forma conjunta por los pequeños agricultores, permite una estructura económica, logística y financiera más sostenible desde el punto de vista organizativo y ambiental, sobre todo por el hecho de que se trata de actividades de base familiar. Agricultores y de producción agroecológica y/o en transición agroecológica.

**Palabras - clave:** Emprendimiento social; Comercialización; Cooperativismo; Desarrollo sustentable; Consumo y Producción.

## INTRODUÇÃO

O presente relato retrata os resultados obtidos na implementação do projeto extensionista de assessoramento a partir da conformação de uma rede de produtores agroecológicos no âmbito do projeto de extensão intitulado “Entrepuesto Agroecológico e Cultural: nos Caminhos de Francisco e Clara na Construção da Ecologia Integral” em que objetivou por meio do acompanhamento das atividades dos produtores associados à Associação Horizontes Agroecológicos - AHA, a estruturação de canais de comercialização compartilhados que pudessem oferecer melhores condições de escoamento da produção a esses agricultores, bem como as demais associações parceiras envolvidas. É neste cenário que o projeto de extensão desenvolvido em 2024 tem mantido a relação em rede de cooperação, desencadeada inicialmente com a Associação Horizontes Agroecológicos e que no exercício permitiu a inclusão de outros parceiros, associações e coletivos informais que gravitam em torno da rede na atualidade. O grupo beneficiário do projeto extensionista, conforme já mencionado, possui um sistema organizacional já consolidado.

Em 2019 foi criada a Associação Horizontes Agroecológicos - AHA, personalidade jurídica que representa o Sistema Participativo de Garantia - SPG RMBHCE e que vem promovendo a construção social de mercados e a construção formal do conhecimento para a comercialização de seus produtos e para a consolidação dos princípios que regem os SPGs a partir da metodologia das visitas de pares e ciclos de formação. Atualmente, a AHA conta com um quadro de associados composto por 104 agricultores.

O Sistema Participativo de Garantias - SPG constitui ferramenta legal, perante o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, para a certificação orgânica. Em 23 de dezembro de 2003, foi decretada e sancionada a Lei Federal nº 10.831, marco legal sobre a agricultura orgânica no país, regulamentando três modalidades de certificação: a certificação por Auditoria, os SPGs e o Organismo de Controle Social (OCS). O SPG foi criado como um modelo alternativo à certificação por auditoria para promover o acesso à certificação para aqueles não podem pagar pela auditoria e também para ampliar o acesso a alimentos saudáveis, os SPGs são regidos pelos princípios da confiança, participação, horizontalidade, transparência, rastreabilidade, diálogo de saberes e responsabilidade solidária.

Cabe ainda destacar que a AHA é a personalidade jurídica que representa o SPG RMBCHE perante o MAPA. É composta por produtoras (res) e colaboradoras (es) da produção orgânica e agroecológica de Belo Horizonte, região metropolitana e seu entorno, podendo abranger 54 municípios, que buscam a certificação orgânica participativa, apresentando os desafios de um contexto urbano/ periurbano/metropolitano de produção de alimentos. Desde sua criação, a AHA vem implementando diferentes estratégias de comercialização dos excedentes de seus produtores. Dentre essas, destaca-se a participação na Rede Sisal, composta por mais de 100 entidades e mais de 1.000 famílias do estado de Minas Gerais. A A.H. A tem assento no Conselho Deliberativo da Rede Sisal desde sua criação. Mobilizada em 2019 pela coordenação estadual do MST - Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, por meio da sua cooperativa central - CONCENTRA - a Rede Sisal venceu o edital de permissão de uso da Central de Abastecimento da Agricultura Familiar e Urbana - CAFA. Trata-se de um equipamento da prefeitura de Belo Horizonte, no bairro Padre Eustáquio, onde funciona o Banco de Alimentos e que conta com espaço de armazenamento e montagem de cestas, câmara fria, um caminhão baú isotérmico com capacidade de 7,5 toneladas e pátio para manobras de veículos de carga.

Neste contexto no qual se insere a atuação da Associação Horizontes Agroecológicos - AHA, a Construção Social de Mercados - CSM e sua consolidação prática na estrutura produtiva e de comercialização dos produtores associados enfrenta uma série de desafios estruturais.

Dentre eles, é possível destacar a dificuldade de acesso a mercados ampliados, a concorrência imperfeita e o baixo poder de negociação, a emissão de notas fiscais para a comercialização em moldes adequados às exigências fiscais e tributárias, bem como o acesso a tecnologia e inovação. Assim, o trabalho desenvolvido buscou amparar os produtores

beneficiários nestes aspectos, provendo informações e apoiando a construção de arranjos capazes de criar condições de superação desses desafios. Por fim, cabe destacar que os modos de produção agroecológicos valorizam e se constituem na diversificação da produção, na preservação da biodiversidade, na redução da dependência de insumos externos, no aumento da resiliência relativa às mudanças climáticas, ao fortalecimento das comunidades locais, a promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, dentre outras.

A metodologia empregada é de cunho quali e quanti e será descrita a seguir, destacando as técnicas e processos. A estrutura do relato foi subdividida na apresentação da fundamentação teórica, seguida da metodologia adotada, da discussão de resultados e considerações finais.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A importância da Agroecologia e da construção de sistemas organizacionais consolidados para pequenos agricultores pode ser fundamentada em diversas teorias e conceitos relevantes. Altieri (2002) destaca a importância dos sistemas de produção agroecológica na promoção da sustentabilidade ambiental, da saúde dos solos, da conservação da biodiversidade e da promoção da autonomia dos agricultores na produção de alimentos saudáveis.

No que se refere à temática da soberania alimentar, conceito que versa sobre o direito dos povos em definir suas próprias políticas alimentares e a redução da dependência de insumos externos, a Agroecologia e a consolidação de sistemas organizacionais sólidos para pequenos agricultores são fundamentais, pois capacitam os agricultores a produzirem alimentos de forma autônoma, diversificada e sustentável, independentes dos modelos tradicionais da agricultura industrializada.

Dessa forma, os modos de produção agroecológicos se apresentam como alternativas viáveis para iniciativas de recuperação de áreas ambientalmente degradadas, de educação socioambiental, alimentar e de consumo consciente. Eles podem reduzir os impactos ambientais da agricultura convencional porque apresentam uma abordagem integrada de promoção de sistemas agrícolas sustentáveis, que incorpora práticas ecológicas para o melhoramento da fertilidade do solo, do equilíbrio biológico, e na conservação da sociobiodiversidade (Altieri; Nicholls, 2004; Gliessman, 2000; iannotti *et al.*, 2016). Além disso, elas ainda contribuem com a construção social de mercados ilustrada por Vogt, Cassol Patrícia Silmara (2009,p. 60):

Bourdieu (2005 apud Raud-Mattedi, 2007 p 207) define o mercado como uma “construção social” (2005, p. 40): é o lugar de encontro entre a demanda e a oferta, ambas socialmente

construídas. O autor define o campo econômico como um "campo de lutas", isto é, um campo de ação socialmente construído onde se enfrentam agentes dotados de recursos diferentes.

Segundo relatório FAO, as condições de biodiversidade no que diz respeito à produção alimentar se encontram severamente críticas: das cerca de 6.000 espécies de plantas cultivadas para alimentação, menos de 200 contribuem substancialmente para a produção global de alimentos, e apenas nove respondem por 66,0% da produção agrícola total, enquanto que, muitas das demais 191 (34,0%) perdem suas importâncias e utilizações tradicionais. (FAO Brasil, 2019, p. 1).

Leff (2015) ressalta que:

[...] a característica mais importante desses movimentos emergentes não é tanto servir de correia de transmissão dos custos ecológicos invisíveis ao mercado para o interior da racionalidade econômica, mas sua contribuição para a construção de outra racionalidade produtiva, sobre bases de sustentabilidade ecológica, equidade social e diversidade cultural. (Leff, 2015, p. 54)

Verifica-se que a abordagem feita pelo autor assinala ser possível ampliar o entendimento do papel da mobilização e participação dos atores sociais, com vistas a propiciar o desenvolvimento de meios de produção mais condizentes com as necessidades tanto daqueles que produzem como daqueles que consomem seguindo uma agenda conforme ao que prevê nos ODS's, assinalados pela ONU como instrumentos de mudanças efetivas rumo ao desenvolvimento sustentável e garantidor da vida em âmbito local ao global.

Para além, a construção de sistemas organizacionais como as redes de comercialização e as estruturas de comercialização conjunta para agricultores de base familiar, por exemplo, produzem efeitos de fortalecimento e empoderamento desses grupos, funcionando de forma a abarcar os preceitos da economia popular e solidária. Nesses modelos de comercialização os produtores são envolvidos nas decisões relacionadas à produção, comercialização e organização coletiva; promovendo o empoderamento e estimulando a construção de redes rizomáticas de solidariedade e cooperação.

Esses conceitos oferecem uma base teórica sólida para compreender a importância de promover a transformação dos sistemas agrícolas em direção a práticas mais sustentáveis e justas, beneficiando tanto os agricultores como a sociedade como um todo. Criando alternativas socioeconômicas para setores em condições de vulnerabilidade inclusive climática e/ou geradas por tragédias similares às vivenciadas pelas populações e municípios atingidos de forma atroz como ocorreu em Macacos, Mariana e Brumadinho.



Essa fundamentação teórica destaca, assim, a importância da Agroecologia e da consolidação de sistemas organizacionais sólidos para pequenos agricultores, considerando os princípios da sustentabilidade, soberania alimentar, economia solidária, desenvolvimento sustentável e participação. Esses conceitos oferecem uma base teórica adequada para compreender a importância de promover a transformação dos sistemas agrícolas em direção a práticas mais sustentáveis e justas, beneficiando tanto os agricultores familiares, bem como os consumidores e a sociedade como um todo.

## **METODOLOGIA**

A metodologia adotada no presente relato é caracterizada por ser quantitativa e qualitativa. Primeiramente, há de se considerar que é de cunho quantitativo, pois se utiliza métricas econômica, contábil e financeira, por meio dos instrumentos de coleta de preços, custos, rentabilidade e de controle de mercados associados a dados coletados no processo de produção, comercialização e distribuição de rendimentos atribuídos aos conhecimentos microeconômico dos empreendimentos sociais e cooperados. E de cunho qualitativo há de se considerar a técnica de observação participante, bem como, a pesquisa oral e a história de vida associada à pesquisa-ação.

Conexa as outras técnicas empregadas, usa-se a técnica de consolidação de redes rizomáticas também é essencial na configuração de um sistema de rede conformado por diversos atores sociais que conformam a tessitura do projeto. Entendida por todos os participantes que

[...] uma rede rizomática, portanto, implica em uma concepção de rede aberta, flexível, que se dê por meio da partilha. Pensamos num processo interativo-relacional que se dê por meio de redes rizomáticas sociais, plásticas, partilhadas, colaborativas e que focalizem o que nossos estudos têm denominado de coaprendizagem integradora. (Bruno, 2012, p.4)

Além disso, há de se destacar que criação de redes rizomáticas

[...] demanda que os espaços para a coaprendizagem do adulto se apresentem em construção, em desconstrução e em reconstrução o tempo todo. Deve ser um espaço para a invenção do pensamento, individual e coletivo; um espaço em que seja possível fomentar a formação de redes com hastes e rotas de fuga, a ampliação de redes e o questionamento das redes. (Bruno, 2010, p.186)

No que concerne aos métodos e técnicas usados no processo de sensibilização, no assessoramento e elaboração de plano de criação da rede de comercialização conjunta de produtos agroecológicos, estes se conformam na pesquisa e observação participante, acompanhada da pesquisa-ação. Ao contrário de abordagens mais tradicionais de pesquisa, que geralmente são observadoras e distantes, a pesquisa-ação busca criar um espaço de aprendizado mútuo e capacitação, onde os participantes se tornam agentes ativos na busca de soluções para os problemas identificados. Considera-se que essa abordagem valoriza o conhecimento local e o envolvimento das partes interessadas, reconhecendo que as pessoas que vivenciam os desafios são as mais adequadas para propor e programar e criar mecanismos para gerar propostas de soluções em uma ambiência participativa e mais coesa.

Dessa forma, foram realizados encontros e visitas técnicas periódicas com os agricultores participantes, bem como, uma aproximação da diretoria da Associação Horizontes Agroecológicos, acompanhando com grande proximidade os processos internos vividos pelos atores sociais e, na medida do que cabia a atuação dos membros envolvidos no projeto, a realização de intervenções pontuais, participando de assembléias, registrando as histórias de vida.

Outra técnica empregada foi à realização de registros em tempo real, afeitos à produção, formação de custos, lucro solidário e preços e dentre outras atuações possíveis no contexto, utilizando um sistema de registro em planilhas, divulgadas para os produtores, resguardadas a autonomia dos beneficiários. Além disso, é importante destacar que o monitoramento das ações e do site já em uso está sendo realizado também por meio de pesquisas “survey” e já se encontram em fase de teste.

Outra ação de acompanhamento a ser relevada se refere à realização de reuniões virtuais com os membros da Diretoria da Associação Horizontes Agroecológicos - AHA, com os agricultores associados participantes dos Grupos de Trabalho da AHA e com os representantes do Núcleo Executivo da Construção Social de Mercados da AHA; da participação nas Assembléias da AHA e nas reuniões presenciais envolvendo a temática da Construção Social de Mercados e membros do projeto. Estas reuniões periódicas consistem em um forte instrumento de fortalecimento da rede cooperada e espaço para levantamento de problemas e busca de soluções conjuntas e solidárias.

O contato permanente com os atores mencionados acima se dá desde o ano de 2020 até o presente momento, quando se iniciou, a partir da realização também de projeto de extensão, as

ações no âmbito da efetivação dos canais de comercialização compartilhados. Durante o ano de 2024, as ações extensionista deste projeto utilizaram-se dos encontros (virtuais e presenciais) supramencionados para discussão sobre as estratégias e procedimentos a serem realizados, como também para a elaboração de materiais, documentos, plataformas, e demais produtos atinentes aos objetivos do projeto.

## **DISCUSSÕES DE RESULTADOS**

É importante esclarecer que o projeto ainda encontra-se em curso e obteve pleno apoio institucional das associações envolvidas e da universidade. No que concerne aos resultados parciais alcançados há de se destacar que a experiência do piloto de comercialização das cestas agroecológicas culminou na produção de um site próprio de uma das associações associadas a AHA, localizada em Jaboticatubas, para a comercialização das cestas. Esta ação, fruto do desenvolvimento de um canal de vendas intitulado Núcleo de Consumo Consciente, possibilitou um melhoramento logístico e comercial que possuem como característica comum a aceleração e automatização de processos, otimizando as ações afeitas à comercialização, permitindo sua expansão.

A linha norteadora da ação era de que, a partir da experimentação de uma venda conjunta em um canal de vendas único, pudesse oferecer um modelo de comercialização que contribuísse para a expansão das vendas e o incremento de renda dos agricultores participantes. A venda conjunta, apesar de também possuir suas especificidades e demandar um arranjo logístico mais complexo, possibilita que os agricultores obtenham ganhos de escala no que diz respeito ao volume comercializado e no rateio dos custos de transporte.

Concomitantemente a criação do canal de vendas online e sua estruturação, foram realizadas propostas de controle, apuração e monitoramento dos processos de comercialização e logística, envolvendo um plano de negócios, processos de planejamento de estoque e plano de trabalho para a consecução das novas atividades originárias da reformulação da estrutura comercial.

Destacamos, aqui, o reconhecimento dos agricultores sobre a efetividade das ações implementadas com relação aos objetivos e resultados esperados. Em alguns casos foram eliminados dias de trabalho para funções que eram realizadas manualmente e sem estratégia operacional bem definida e estruturada.

Em relação a efetivação da CSM observa-se que uma série de desafios a serem superados no contexto de pequenos agricultores e beneficiadores no âmbito da comercialização encontra-se em curso. Esses desafios, conseqüentemente, acabam por complexificar e obstaculizar de certa

forma, que o SPG e a produção agroecológica não tenham alcançado o mercado esperado. Todavia, os produtores têm conseguido ampliar o volume de produção e de circulação/distribuição com a adoção de novas estratégias de venda via e-commerce.

Nesse sentido, dentre os desafios já apresentados, faz-se importante a elucidação pormenorizada destes, que foram possíveis de serem observados e dimensionados enquanto resultado da experiência relatada:

i) Dificuldade de acesso a mercados ampliados: Devido à produção em escala reduzida, esses agricultores enfrentam dificuldades de escoamento de seus produtos em mercados ampliados e mais distantes pelo alto custo de transporte, armazenamento e distribuição; o que inviabiliza a comercialização em diversos mercados, produzindo um círculo vicioso com relação a incapacidade de aumento da produção. Adicionalmente, muitos agricultores, sobretudo os periurbanos, não conseguem a emissão de nota fiscal para a comercialização de seus produtos, o que também representa outra restrição de acesso a mercados;

ii) Concorrência Imperfeita e Poder de Negociação: É notório o cenário profundamente concentrado em que se encontra o acesso a terra no Brasil e, conseqüentemente, a produção e comercialização de produtos agrícolas. Dados do Censo Agropecuário, mostram que cerca de 51 mil propriedades rurais, aproximadamente 1% do total de propriedades no país, detém 47,6% das terras usadas para a produção agropecuária. Em contrapartida, as propriedades de até 10 hectares, ocupadas por pequenas/os produtoras/es, ocupam somente 2,3% do total (IBGE, 2017). Tal concentração, que se desdobra no restante da cadeia produtiva até a comercialização, produz uma série de desvantagens concorrenciais para pequenos agricultores, que não acessam os ganhos de escala - capazes de reduzir despesas -, recursos financeiros para investimentos nas unidades produtivas, margens de negociação mais elásticas, dentre outros; construindo uma conjuntura mercadológica de desvantagens comparativas. Cabe destacar que tal estrutura também contribui com a diminuição da sociobiodiversidade e da variedade de culturas alimentares, acarretando na indução de externalidades econômicas negativas no âmbito da saúde pública e do meio ambiente;

iii) Tecnologia e Inovação: Em decorrência dos pontos supracitados, as/os pequenas/os agricultoras/es encontram dificuldades estruturais de acesso a ferramentas que permitam o melhoramento técnico da produção, inviabilizando ganhos de eficiência e produtividade. Tal

ponto corrobora com a consolidação de um cenário de dificuldades de competição em mercados ampliados.

Diante deste contexto, a comercialização conjunta se apresentou como possibilidade de romper com os entraves e restrições comerciais e, conseqüentemente, da consolidação do SPG, dos produtores agroecológicos e em transição agroecológica, representando a alternativa econômico-financeira e contábil que viabiliza a divisão de custos fixos e variáveis. Outro fator a ser mencionado se refere ao compartilhamento de estruturas logísticas mais complexas e utilização de personalidade jurídica adequada para a comercialização em mercados formais.

De forma complementar, a indução à complexidade de mercados ampliados de forma coletiva, pelos motivos já mencionados, é capaz de produzir melhores condições de competição neste espaço marcado pelo oligopólio e os ganhos de escala de altos volumes de produção. Viabilizando o retorno econômico e financeiro da produção familiar em áreas atingidas pela tragédia e pela destruição ambiental e de empregos.

No que se refere aos resultados alcançados pelo trabalho extensionista, podemos destacar:

- i) Elaboração de Minuta de Estatuto Social, Regimento Interno e realização de discussões com os agricultores a respeito da criação de uma cooperativa metropolitana: Entendeu-se que a constituição de uma cooperativa era essencial para que apoiar a comercialização dos produtores por diferentes canais de distribuição (Venda online, lojas físicas e compras institucionais - PNAE e PAA). Na realização da comercialização de forma conjunta e centralizada obtém-se a superação dos desafios de emissão de notas fiscais, acesso a arranjos logísticos mais complexos e comercialização em escala ampliada, aumentando a competitividade dos produtos envolvidos nas operações. O ato constitutivo dessa cooperativa será realizado ainda no ano de 2024, a partir da finalização das questões surgidas das discussões em torno dos documentos produzidos;
- ii) Realização de projeto de comercialização online de cestas abertas: Efetivar a publicação de site de comercialização de cestas agroecológicas representou a construção do conhecimento técnico e operacional para funcionar como um piloto de comercialização online para a Cooperativa Metropolitana. Junto à efetivação do site, produziram-se ferramentas para controle de estoque, realização de pagamentos, controle de vendas, e demais controles comerciais, que auxiliem a operacionalização logística e comercial; bem como a capacitação em Excel dos agricultores envolvidos na gestão da comercialização compartilhada. Recomenda-se a consulta ao site pode ser acessado em: [www.raizesdocampojabo.com.br](http://www.raizesdocampojabo.com.br) para maiores informações.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por meio da experiência relatada, a equipe envolvida avaliou que a consecução das ações e sua consolidação são fundamentais para a efetivação de uma organicidade melhor estruturada no que se refere à cadeia de produção, comercialização de produtos agroecológicos, especialmente, aos produtores de base familiar, sem maiores vinculações ao espaço de comercialização na área urbana.

Ressaltamos que com o aprimoramento das estratégias e a superação dos desafios identificados, almejando que a rede de comercialização agroecológica se fortaleça e amplie seu impacto positivo tanto para os produtores/agricultores e seus familiares, quanto para os consumidores de produtos agroecológicos e para as regiões limítrofes atendidas pela proposta que contempla a região da RMBH e colar metropolitano.

A discussão e os resultados obtidos demonstram que a experiência do piloto referente à produção e comercialização da produção por meio das cestas agroecológicas foi positiva em termos de expansão das vendas e incremento de renda para os agricultores agroecológicos participantes. Apesar disso, desafios estruturais vivenciados pelos agricultores familiares como a dificuldade em acessar ganhos financeiros e comerciais de escalas de modo a poderem ofertar com maior competitividade de mercado, a falta de formalização para emissão de nota fiscal, dentre outros desafios similares, persistem. Nesse sentido, acredita-se que a viabilização de uma cooperativa possa apoiar na superação desses desafios, sendo a forma jurídica adequada para tal.

Assim, a consecução dessas medidas será fundamental para a efetivação de uma organicidade melhor estruturada no que se refere à cadeia de produção e comercialização de produtos agroecológicos, especialmente aos produtores de base familiar que trabalham na área rural, sem maiores vinculações ao espaço de comercialização na área urbana. Com o aprimoramento das estratégias e a superação dos desafios identificados, espera-se que a rede de comercialização agroecológica se fortaleça e amplie seu impacto positivo tanto para os produtores /agricultores e seus familiares, quanto para os consumidores de produtos agroecológicos e para a região limítrofe atendida pela proposta. Reafirmando a importância da economia e do desenvolvimento sustentável estruturada em moldes coletivo e solidário de empreendimentos sociais em rede.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo (Org.) (2004). **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. São Paulo: Annablume. 2004.

ALTIERI, M. A. **Agroecology: the science of sustainable agriculture**. CRC Press.2002.

BRUNO, Adriana Rocha. **Aprendizagem do adulto educador**: plasticidade em redes rizomáticas de formação, via ambientes on-line. In. ARANHA, G., SHOW-FRANCO, A. (Orgs). Caminhos da neuroeducação. Rio de Janeiro: Ciência e Cognição, 2010. p.49- 62

\_\_\_\_\_, Redes rizomáticas de coaprendizagem: espaços de pesquisa e de formação  
Rhizomatic learning networks: spaces of research and formation. **Revista Educação On-line PUC-Rio nº 11**, p. 138-160, 2012. Disponível em [http://www.maxwell.lambda.ele.pucRio.br/rev\\_edu\\_online.php?strSecao=input0](http://www.maxwell.lambda.ele.pucRio.br/rev_edu_online.php?strSecao=input0)

CARDOSO, Adalberto. **A Construção da Sociedade de Trabalho no Brasil**: Uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. 2. ed. Rio de Janeiro: Amazon. 2019.

CATTANI, Antonio; GAIGER, Luiz; HESPANHA, Pedro; LAVILLE, Jean-Louis (Orgs.) (2009). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina.

CHAMBERS, R.; CONWAY, G. Sustainable rural livelihoods: practical concepts for the 21st century. Brighton, England: Institute of Development Studies, 1991 (Discussion Paper no 296).Disponível em: Acessado em: 19 jul. 2010

CORAGGIO, José. **Política social y economía del trabajo**. Madrid: Miño y Dávila Editores. 1999.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS (DESER). **O Programa de Aquisição de Alimentos e sua relação com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a Política de Comercialização Agrícola no Brasil, entre 2003-07**: uma Avaliação. Curitiba: Deser, 2008.

FAO Brasil. **Estudo inédito da FAO aponta que a biodiversidade do planeta está desaparecendo**. 2019. Disponível em:<http://www.fao.org/brasil/noticias/detailevents/pt/c/1181587/>. Acesso em: 2 maio 2023.

FONTENEAU, Bénédicte et al. (2011). **Economía Social y Solidaria**: nuestro camino común hacia el trabajo decente. Turin: Centro Internacional de Formação da OIT. 2011.

FONSECA, Maria F. A. C... [et al.]. **Agroecologia, produção orgânica e circuitos curtos de comercialização** - Guia prático para o uso das tecnologias de informação e comunicação no apoio a rastreabilidade, por meio de mapas temáticos. PESAGRO- RIO, Seropédica-RJ. 2022.

FRANÇA, Bárbara *et al.* **Guia de economia solidária ou porque não organizar cooperativas para populações carentes**. Niterói: Universidade Federal Fluminense. 2008

GAIGER, Luiz *et al.* **A economia solidária no Brasil**. Análise de dados nacionais. São Leopoldo: Oikos. 2014

GLIESSMAN, S. **Agroecology: ecological processes in sustainable agriculture**. Chelsea: Ann Arbor Press, 1997.

GUZMÁN, E. S. El marco teórico de la agroecología. In: GUZMÁN, E. S. Desde el pensamiento social agrario. **Córdoba**: Servicio de Publicaciones Instituto de Sociología y Estudios Campesinos, Universidade de Córdoba, p. 221-248, 2006.

LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Vozes. 2015.

LOURENÇO. Andréia Vigolo.[et al.] **Do flagelo da fome ao futuro agroecológico**: uma análise do desmonte das políticas públicas federais e a agroecologia como alternativa. Rio de Janeiro, RJ : AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, 2022.

LUZZI, N. **O debate agroecológico no Brasil**: uma construção a partir de diferentes atores. Rio de Janeiro: Tese (Doutorado), p. 182, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 2007.

MCMICHAEL, P. **A food regime analysis of the “world food crisis”**. Agriculture and Human Values, Routledge, n. 4, December 2009. p. 281-295.

SANTOS, B. S. (Org.). (2003). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Civilização Brasileira

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. **Produção orgânica agropecuária**: legislação e certificação. – Brasília: Senar, 2022. XX p; il. 21 cm (Coleção Senar, 274) ISBN: 978-65-86344-48-6

SINGER, P. (2002). Introdução à economia solidária. Editora Fundação Perseu Abramo.2002  
WEZEL, A., Bellon, S., Doré, T., & Francis, C. (Eds.). **Agroecology in action**: Extending alternative agriculture through social networks. Food Products Press.2009



# **O LÚDICO NA ASSISTÊNCIA EM SAÚDE AO PACIENTE PEDIÁTRICO: relato de experiência em atividades de palhaçaria do Projeto dá alegria<sup>1</sup>**

**Caroline Rodrigues Milhomem Souto**

**Jacqueline do Carmo Reis**

**Camila Bueno Armaneli**

**Marco Aurelio da Silva Junior**

## **RESUMO**

A palhaçaria é uma ferramenta milenar lúdica que tem por finalidade a risada. Na esfera da saúde, os palhaços médicos vêm ganhando força nas últimas décadas, com a missão de tornar o período de internação hospitalar mais agradável. Objetiva-se, com o presente artigo, portanto, apresentar um relato reflexivo e os aprendizados construídos em um projeto de extensão acadêmico, enquanto doutores da alegria em ala pediátrica. Tudo começa com os estudantes, que são capacitados e caracterizados como palhaços da alegria, com roupas coloridas, adereços, nariz vermelho e mala de palhaço; e visitam semanalmente uma enfermaria pediátrica em uma das instituições do município, promovendo interações que objetivam o riso dos pacientes e de seus acompanhantes. Essas visitas tornam um ambiente relacionado com estresse, negatividade e incômodo em algo lúdico, a partir da figura cômica do nariz vermelho, capaz de influenciar no processo de cura e recuperação em crianças. Tal atuação produz efeitos positivos sobre as faculdades mentais, influenciando no bem-estar, adesão aos tratamentos propostos e até mesmo sobre resultados de exames. Assim, essa forma complementar de intervenção no adoecimento torna a experiência de hospitalização mais positiva, marcado por momentos em que se possa espalhar a mente em prol de risos, não apenas das crianças, mas de seus acompanhantes e equipe de saúde. Portanto, ser um palhaço da alegria é levar um cuidado humanizado, mas também é aprender sobre humanização, aprender que o conceito de saúde é mais amplo que aquele estritamente biológico.

**Palavras-chave:** terapia do riso; pediatria integrativa; humanização da assistência.

## **LUDIC IN HEALTH CARE FOR PEDIATRIC PATIENTS: experience report on clowning activities of the Project dá alegria Project**

### **ABSTRACT**

Clowning is an ancient playful tool that aims to laugh. In the healthcare sphere, medical clowns have been gaining strength in recent decades, with the mission of making hospital stays more pleasant. Therefore, The aim of this article is to present a reflective report and the lessons learned in an academic extension project, as doctors of joy in a pediatric ward. The students are trained and characterized as happy clowns, with colorful clothes, props, red noses and clown suitcases; and they visit a pediatric ward weekly in one of the city's institutions, promoting interactions that aim to make patients and their companions laugh. These visits transform an environment related to stress, negativity and discomfort into something playful, based on the comical figure of the red nose, capable of influencing the healing and recovery process in children. Such action produces positive effects on mental faculties, influencing well-being, adherence to proposed treatments and even exam results. Thus, this complementary form of intervention in illness makes the hospitalization experience more positive, marked by moments in which one

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os vares e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

can clear the mind for the sake of laughter, not only for the children, but for their companions and healthcare team. Therefore, being a happy clown means providing humanized care, but it also means learning about humanization, learning that the concept of health is broader than that which is strictly biological.

**Keywords:** laughter therapy; integrative pediatrics; humanization of assistance.

## INTRODUÇÃO

A palhaçaria consiste numa arte milenar, que promove a interação entre as pessoas, através das mais diversas brincadeiras, sendo uma ferramenta lúdica que garante muitas risadas. No contexto da saúde, destaca-se que a atividade dos palhaços médicos vem ganhando cada vez mais força nas últimas décadas, apesar de não ser exatamente um fenômeno novo, uma vez que há evidências da atividade dos palhaços nas enfermarias já no início do século XX. O Doutor Patch Adams é uma figura clássica no contexto da palhaçaria médica, tendo usado na década de 1970 tais habilidades como parte do tratamento hospitalar de crianças internadas no Estado da Virgínia. Posteriormente tornou-se mundialmente conhecido, chegando inclusive a ser abordado em produções cinematográficas, por idealizar a palhaçaria médica e estabelecer novos princípios, tornando-a um padrão no atendimento médico pediátrico. Acredita-se que o primeiro programa de treinamento para palhaços médicos foi fundado por volta de 1980, e programas semelhantes foram posteriormente estabelecidos em todo o mundo (Lopes Júnior *et al.*, 2020).

Sabe-se que o período de internação hospitalar carrega uma grande carga de estressores, que podem afetar negativamente a recuperação mesmo de pacientes adultos. Desse modo, diversos estudos demonstram os resultados positivos da palhaçaria para os pacientes das mais diversas faixas etárias, incluindo os profissionais em serviço. Contudo, a ludicidade é um pressuposto ainda mais impactante no contexto pediátrico e, com isso, a capacidade do palhaço médico de influenciar o curso da cura e recuperação em crianças hospitalizadas em diferentes aspectos tem sido amplamente investigada. Estudos demonstraram os efeitos positivos dos palhaços médicos sobre o estado emocional pré-procedimento antes das intervenções médicas ou durante a indução anestésica, sobre o bem-estar geral durante a hospitalização, adesão ao exame físico, adesão à terapia e até mesmo sobre os resultados do tratamento (Arriaga; Melo; Caires, 2020).

Assim, a palhaçaria reflete o quanto as estratégias de humanização do cuidado, além de serem ferramentas para amparar o indivíduo em seu sofrimento, se tornam potenciais colaboradoras da otimização do tratamento e de melhores resultados propedêuticos. Pensando nisso, o Projeto de extensão Projeto dá Alegria visa promover a humanização através da palhaçaria médica, levando aos pacientes diversão e cor para o processo de tratamento. Assim,

este trabalho objetiva apresentar um relato reflexivo das impressões e aprendizados obtidos através das atividades de palhaçaria realizadas no âmbito do Projeto dá Alegria, frente aos pacientes pediátricos internados em um Hospital Público de Minas Gerais.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A origem da palhaçaria hospitalar remete ao Estados Unidos, no ano de 1986, através de Michael Christensen, que era um dos fundadores do Big Apple Circus em Nova York. Logo a ideia de se utilizar a palhaçaria no âmbito da saúde se espalhou pela Europa e a primeira associação alemã de médicos palhaços em 1994, por uma aluna de Christensen. Contudo, alguns autores mencionam que por ser uma técnica teatral do *palhaço*, se trata de uma herança da *Commedia dell'Arte italiana*, sendo desenvolvida da forma que conhecemos hoje em Paris, ainda no início do século XI .(Barkmann *et al.*, 2013; Farlane, 2021). Nesse sentido, entende-se por palhaços médicos:

[...]os artistas interdisciplinares e/ou profissionais especialmente capacitados para atuar em ambientes de saúde, sendo uma combinação de artistas e trabalhadores da saúde. Trabalham com base em diferentes técnicas, como brincar, fazer rondas nos ambientes de saúde, estabelecer vínculo com pacientes, familiares e equipes de saúde. O principal objetivo de seu trabalho é promover o bem-estar e melhorar a qualidade de vida de pacientes e cuidadores, validando todas as emoções (Farlane, 2021, p. 202).

Apesar dos primeiros palhaços hospitalares se tratarem de palhaços de circo profissionais, atualmente os ambientes clínicos reúnem uma grande variedade de profissionais que exercem a atividade: desde voluntários bem-intencionados, com pouca formação e compreensão do papel e do seu potencial, estudantes das áreas da saúde, até palhaços profissionais que adaptam seu comportamento e conhecimento para a área da saúde. De forma geral, os palhaços de hospital colocam em prática as competências socioemocionais, um atributo da inteligência emocional, trabalhado sozinhos ou em duplas, usando brincadeiras suaves e humor para possibilitar uma via diferente para a expressão emocional durante a hospitalização. Coloquialmente podem ser chamados de "doutores palhaços", vestindo um jaleco médico colorido, ou até branco contrastando com uma caracterização excêntrica (Dionigi, 2017; Farlane, 2021).

Nesse âmbito, é inegável o pioneirismo do Doutor Patch Adams: um personagem mundialmente conhecido do campo da palhaçaria terapêutica, que já em meados de 1970 aplicava as habilidades de palhaçaria no manejo das crianças internadas. Sua abordagem inspirou diversos movimentos e este se tornou uma figura amplamente conhecida, pela sua

visão humana e disruptiva do cuidado médico, chegando a ter sua história abordada no filme “Patch Adams - o amor é contagioso” (Figura 1.) e resumida com sua mais célebre frase sobre a palhaçaria pronunciada em 1978: “As pessoas têm fome de amor, e a palhaçada é um truque para aproximar o amor.”

**Figura 1 - Cena do filme "Patch Adams:o amor é contagioso" (1998)**



**Fonte: Filme Patch Adams - O amor é contagioso, 1998**

Corroborando com isso, diversos estudos têm demonstrado bons resultados associados à palhaçaria no ambiente hospitalar, enaltecendo uma boa aceitação dos familiares e funcionários, além dos pacientes, e tem colaborado para a visibilidade dos palhaços médicos dentro do sistema de saúde. No âmbito da pediatria, os benefícios da intervenção por palhaços médicos se tornam ainda mais evidentes. Os estudos demonstram que crianças hospitalizadas sentem ansiedade em maior grau quando comparadas com crianças não hospitalizadas e, algumas abordagens como a cirurgia podem ser emocionalmente angustiantes, sendo perceptível o quanto esse sofrimento pode causar impactos adversos profundos nesta população (Mathias *et al.*, 2022; Dionigi, 2017). Assim, de acordo com Dionigi:

Os médicos palhaços oferecem ao paciente pediátrico um relacionamento positivo e de apoio por meio de interações lúdicas, distração e oportunidades de empoderamento. Especificamente, quatro efeitos positivos podem ser identificados no trabalho da palhaçaria hospitalar: (1) o efeito cognitivo (distração do procedimento médico); (2) o efeito fisiológico (liberação de endorfinas que estimulam o sistema imunológico, diminuem a frequência cardíaca e a pressão arterial e reduzem a dor); (3) o efeito social (melhorando a interação social entre o palhaço e a criança); e (4) o efeito emocional (induzindo emoções positivas ou reduzindo a ansiedade) (Diogini, 2017, p. 778).

Desse modo, os palhaços médicos oferecem ao paciente pediátrico uma relação positiva, que se utiliza de interações lúdicas, distração e oportunidades de empoderamento, desempenhando então um papel complementar importante nos cuidados e recuperação pediátrica. Contudo, ainda assim, não existe nenhum tipo de certificação direcionada a estes profissionais, ou às atividades realizadas, o que ocasionou a criação de diversas entidades ao redor do mundo, buscando orientar as capacitações e responsabilidades, e norteando uma espécie de código de ética. São exemplos de organizações criadas com esse intuito a Federazione Nazionale Clown Dottori (FNC) na Itália, a Associação Canadense de Palhaços Terapêuticos (CATC) no Canadá, e a Federação Europeia de Organizações de Palhaços Hospitalares (EFHCO) na Europa, que carregam em comum algumas orientações de conduta, incluindo o tratamento imparcial e que respeitem os princípios de higiene, segurança e confidencialidade (Barkmann *et al.*, 2013; Dionigi, 2017; Lopes Júnior *et al.*, 2019;).

## **METODOLOGIA**

Trata-se de um relato reflexivo da experiência de participação no Projeto *odá Alegria*, que promove a realização de visitas aos pacientes pediátricos internados no Hospital Regional de Betim (HRPB). As visitas ocorrem semanalmente, de acordo com escalas pré-estabelecidas de grupos contendo quatro (4) estudantes, sendo um monitor e 3 extensionistas, dos cursos de medicina, fisioterapia e enfermagem da Universidade XXXXX. Nos dias estabelecidos para as visitas, os extensionistas se preparam, chegando ao local caracterizados de palhaços, sendo que as visitas possuem duração variada, e a abordagem dos pacientes nas enfermarias depende da autorização da equipe e também da aceitação dos pacientes. Vale lembrar que, ao serem admitidos no projeto, os estudantes participam de uma Oficina de Capacitação realizada por uma professora com experiência em palhaçaria, onde são repassadas orientações sobre a palhaçaria hospitalar, dicas de caracterização e maquiagem, tipos de dinâmica, sendo também construído o nome de Palhaço: que deve ser precedido de Doutor(a), por exemplo “Doutora Tulipa”.

Assim, neste relato serão apresentadas as experiências, rotinas e impressões sobre o impacto da palhaçaria na internação dos pacientes pediátricos, evidenciando também a percepção dos autores sobre o “ser palhaço” e de que forma a experiência pode ser construtiva na vida acadêmica. Buscou-se também estabelecer um paralelo das vivências com a literatura científica, através de artigos obtidos na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Todas as imagens utilizadas no trabalho foram incluídas mediante autorização dos pacientes, bem como de seus

familiares, através de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Além disso, tendo em vista que a presente pesquisa evoca uma reflexão teórica das situações que emergiram espontaneamente no âmbito das atividades de palhaçaria desempenhadas, de modo restrito à experiência dos autores, conforme a Resolução CNS nº 510/2016 dispensou-se o procedimento de submissão ao Comitê de Ética.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O processo de internação pode ser muito estressante para as crianças devido a diversos fatores, como as mudanças em seu ambiente natural, os encontros próximos com estranhos, além da dor e da preocupação relacionada à doença e às numerosas abordagens médicas (Barash *et al.*, 2024). Por isso, estar em um ambiente repleto de dor, tristeza, angústia, incertezas e monotonia, levando alegria, cor, descontração, e um aspecto de esquisito, inevitavelmente afeta, em grande parte das vezes, positivamente àqueles que estão enfermos, aos seus familiares, e também aos colaboradores dos setores de serviço, o que configura uma experiência extremamente rica. Nesse âmbito, Barkman *et al.* (2013, p. 2) referem que “[...]uma intervenção de palhaço aumenta a moral e reduz o estresse nos pacientes. Além disso, praticamente não há efeitos colaterais. Tanto os pais quanto a equipe do hospital afirmaram que os pacientes, assim como eles mesmos, se beneficiaram da intervenção”.

Corroborando com essa percepção de que o diferente é atrativo e curativo, e de que além das crianças os pais e trabalhadores hospitalares são impactados positivamente pelas visitas, percebe-se já no vestuário o quanto as pessoas das mais diversas faixas etárias são tocadas pela figura do “palhaço”. Ao chegar na instituição, os extensionistas já marcam presença desde a entrada, interagindo com os colaboradores, pacientes da sala de espera e todos que ali estiverem, seguindo para o setor de pediatria, sendo que o elevador já se torna um palco para espalhar alegria.

Nesse sentido, a caracterização consiste num recurso fundamental, o uso do nariz é o marco central (Figura 2), sendo considerado uma cerimônia: afinal de contas a extensão de palhaçaria em ambientes de saúde é assunto muito sério! Após colocar esse importante instrumento, o aluno já não é mais um acadêmico, detentor de conhecimento, tão pouco entende algo de fisiologia e/ou anatomia, ele passa a ser um exemplar de conforto para todos quanto cruzarem o caminho. Com isso, as atividades já começam desde a chegada na recepção da instituição, sendo deixada uma impressão de alegria e leveza nas pessoas. Aliás, muitas vezes a intervenção já começa antes mesmo de chegar ao hospital, porque o processo de construção do personagem já é uma conduta terapêutica para nós mesmos e até para nossos familiares.

**Figura 2 - Caracterização dos extensionistas**



**Fonte: Acervo dos autores, 2024.**

Essencialmente, as interações breves são almejadas, e as visitas são realizadas nos quartos de enfermaria em que há permissão de entrada. Além disso, muitas vezes são realizadas interações especiais com as crianças na brinquedoteca do hospital, que dispõe de uma área externa. Destaca-se que ser palhaço assistencial não exige rigidez, mas sim flexibilidade; lançar mão de objetos, brinquedos e músicas é fundamental, entretanto, as falas ensaiadas não costumam ter êxito, saber ser maleável, criativo, ter sincronia com os demais extensionistas e fazer da imaginação os instrumentos a serem utilizados é o que mais impacta, arrancando sorrisos de onde não se esperava pelo fluir natural das situações vivenciadas no determinado ambiente. Usualmente as brincadeiras são realizadas por duplas, conforme pode ser visualizado na Figura 3 (autorizada pelos familiares), que se revezam nas representações e diálogos, e são propostos tipos diferentes de números, incluindo os truques de mágica (que tem como marca registrada darem errado), diálogos com humor e atos pastelões, e a realização de cantorias com instrumentos de brinquedo e desafinação total.

**Figura 3- Dupla realizando a brincadeira do nariz**



**Fonte: Acervo dos autores, 2024.**

Mas e quando as crianças não gostam de palhaço? Ser palhaço requer um feeling aguçado inclusive para perceber quando a aproximação pode ser prejudicial e indesejada, por isso, sempre que é perceptível sinais de alerta de que o paciente não se sente confortável, vamos titulando o grau de abordagem, chegando muitas vezes a recuar por completo. Inclusive, um fato interessante é a frequência muito baixa com que os pacientes rejeitam as visitas, porque diferentemente do palhaço de circo, o palhaço hospitalar precisa ser uma figura lúdica totalmente leve e menos invasiva. Nós próprios compartilhamos um histórico de medo de palhaço vencido através da experiência como palhaços terapêuticos.



Ressalta-se que no âmbito da pediatria, o impacto da palhaçaria na otimização dos resultados dos pacientes é abordado na literatura de forma ampla e, conforme um estudo de caso - controle realizado por Barash *et al.* (2024) sabe-se que a visita pode impactar numa melhora do sono e uma redução do tempo de hospitalização das crianças, além de melhor tolerância à dor e redução do estresse. Percebemos isso rotineiramente, através de feedbacks positivos de pais, e transeuntes do hospital, que sempre elogiam o trabalho e agradecem: o que por si só já é uma prova viva de que a palhaçaria hospitalar faz diferença na experiência da internação, o que é extremamente gratificante.

Mas nem tudo é fácil na vida do palhaço, o pensamento de Dionigi reflete os desafios da arte da palhaçaria:

“[...]trabalhar como palhaço em ambientes clínicos requer a capacidade de provocar emoções positivas, ser capaz de se concentrar na atividade e possuir alta inteligência emocional para lidar com pacientes, muitos dos quais enfrentam doenças graves”. Houveram encontros em que precisamos deixar as ansiedades de lado, e que não nos encontrávamos no auge da criatividade, mas a certeza de que a experiência seria incrível para os pacientes nos motivou (2017, p.779).

Afinal, “[...]os palhaços são responsáveis pela manutenção do seu próprio bem-estar físico e mental”(Dionigi, 2017, p. 780).

Por fim, como estudantes de medicina, a experiência de intervir frente aos pacientes de uma forma lúdica e desprovida das cobranças orgânicas, permitem refinar nossa essência humana e cuidadora inata. Por isso, todas as visitas deixam um sentimento de gratidão e de propósito que nos energizam e nos motivam a seguir o caminho da medicina, mesmo com todas as responsabilidades e a longa carga horária. Afinal, esse é o propósito da extensão, contribuir com a comunidade, e simultaneamente ser enriquecido por ela.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A história da palhaçaria no ambiente hospitalar mostra-se como um movimento atuante em prol da saúde, sendo contemplado neste relato dentro do universo acadêmico do projeto de extensão “Projeto dá Alegria”. A partir das reflexões e aprendizados enquanto palhaços, demonstra-se que a interpretação do conceito de saúde não se restringe aos aspectos biológicos, mas alcança dimensões subjetivas que o nariz vermelho de um palhaço pode chegar com facilidade.

É nesse quesito, nessa figura estranha que provoca o riso, que temos uma âncora responsável por proporcionar um momento de relaxamento a criança e seus familiares,

possibilitando o usufruto do cômico e do lúdico, ainda que em uma situação de enfermidade. Enquanto os pacientes podem distrair-se do ambiente monótono hospitalar marcado pela técnica, os voluntários, os palhaços, complementam sua formação acadêmica e pessoal ao explorar a dimensão das humanidades, ao ter de lidar com as expectativas e sentimentos.

Portanto, o lúdico levado ao universo infantil, mesmo em situações improváveis como na internação, torna os projetos de palhaçaria uma peça complementar ao tratamento clínico, compreendendo como um recurso de humanização, principalmente em uma situação de vulnerabilidade, capaz de conferir dignidade e, talvez, mais leveza ao processo de adoecimento.

## REFERÊNCIAS

ARRIAGA, P; MELO; A.S; CAIRES, B. The effects of hospital clowning on physical and emotional states of pediatric patients during chemotherapy treatment. **Child Youth Care Forum**. v. 49, p. 365–381, 2020. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10566-019-09532-6>. Acesso em: 10 abr. 2024.

BARKMANN, C; SIEM, AK; WESSOLOWSKI, N; SCHULTE-MARKWORT, M. Clowning como medida de apoio em pediatria: uma pesquisa com palhaços, pais e equipe de enfermagem. **BMC Pediatr**. p. 166, 2013. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3851858/>. Acesso em: 10 abr. 2024.

BARASH, M.S *et al.* Medical clowns improve sleep and shorten hospitalization duration in hospitalized children. **Sci Rep**. v.14, n.1, p. 2357, 2024. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC10824776/#CR23>. Acesso em: 13 abr. 2024.

DIONIGI, A. Clowning as a Complementary Approach for Reducing Iatrogenic Effects in Pediatrics. **AMA J of Ethics**. v.19, n.8, p. 775-782, 2017. Disponível em: <https://journalofethics.ama-assn.org/article/clowning-complementary-approach-reducing-iatrogenic-effects-pediatrics/2017-08>. Acesso em: 11 abr. 2024

LOPES-JÚNIOR L.C, *et al.* Effectiveness of hospital clowns for symptom management in paediatrics: Systematic review of randomised and non-randomised controlled trials. **BMJ**. 2020;371:m4290. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7737653/> Acesso em: 11 abr. 2024.

MATHIAS, E.G, PAI, M.S, GUDDATTU, V; BRAMHAGEN, A.C. Intervenções não farmacológicas para reduzir a ansiedade em crianças submetidas a cirurgia: uma revisão sistemática. **Jornal de Cuidados de Saúde Infantil**. 2023; v. 27, n.3, p. 466-487. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/13674935211062336>. Acesso em: 13 abr. 2024.

VALDEBENITO MAC FARLANE, V. Pediatric palliative care team perceptions about hospital clowns. **Acta bioeth.**, Santiago, v. 27, n. 2, p. 201-210, Oct. 2021. Disponível em: [http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1726569X2021000200201&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1726569X2021000200201&lng=en&nrm=iso). Acesso em 13 abr. 2024.

# **OFICINA DE BRINCAR: uma proposta de intervenção ao uso excessivo de telas e seus prejuízos na infância e na adolescência<sup>1</sup>**

**Karen Gabrielle Ramos dos Santos**

**Carolina Bortoletto Guimarães**

**Marina Moreira dos Santos**

**Isabella Rocha Saar Vila**

**Patricia Regina Guimarães**

## **RESUMO**

O desenvolvimento neuropsicomotor das crianças é essencial para sua independência funcional. A exposição precoce e excessiva a telas eletrônicas tem impactos negativos, conforme constatado em pesquisas. Para abordar essa questão, discentes de medicina realizaram a "Oficina de Brincar", promovendo conscientização sobre os malefícios do uso excessivo de telas e incentivando atividades lúdicas. A intervenção resultou em aprendizado e habilidades adquiridas pelas discentes, mostrando a importância de estratégias de promoção da saúde na comunidade. Assim, os resultados foram favoráveis, indicando um processo de aprendizado efetivo, uma vez que as crianças entenderam os problemas causados pelo uso excessivo de telas. Portanto, é fundamental promover a conscientização sobre os efeitos negativos do uso prolongado de telas, especialmente entre as crianças. Isso implica em educar as crianças sobre os impactos prejudiciais, enquanto se incentiva a participação em atividades recreativas e saudáveis. Além disso, é essencial que professores e responsáveis também compreendam os danos causados pelo excesso de telas na infância, destacando a importância de estimular o desenvolvimento neuropsicomotor das crianças.

**Palavras-chave:** telas; crianças; malefícios; educação.

## **SUMMARY**

Children's neuropsychomotor development is essential for their functional independence. Early and excessive exposure to electronic screens has negative impacts, as evidenced by researches. To address this issue, medical students conducted a "Play Workshop", raising awareness about the harmful effects of excessive screen time and promoting playful activities. The intervention resulted in learning and skills acquisition by the students, underscoring the importance of health promotion strategies in the community. Therefore, it is crucial to raise awareness about the detrimental effects of prolonged screen use, especially among children. This entails educating children about the harmful impacts while encouraging their participation in recreational and healthy activities. Moreover, it is essential for teachers and caregivers to understand the damages caused by excessive screen time in childhood, emphasizing the importance of stimulating children's neuropsychomotor development.

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

**Keywords:** screens; children; harms; education;

## INTRODUÇÃO

É necessário que o desenvolvimento neuropsicomotor de uma criança ocorra de forma plena para que ela aprenda a ser um indivíduo funcional e independente. Em contrapartida, vive-se uma era digital contemporânea permeada pelo uso de equipamentos eletrônicos em diversos ambientes sociais e com múltiplas finalidades. Dito isso, a exposição a telas eletrônicas desde o nascimento, como recurso de distração e entretenimento, acarreta consequências negativas, especialmente no que tange ao progresso esperado para cada faixa etária. Nesse contexto, as discentes de medicina da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, campus Betim, promoveram a "Oficina de Brincar", que foi um projeto de intervenção realizado no dia 25 de outubro de 2023, no período vespertino, na Escola Municipal Geferson de Souza, localizada em Betim, para os alunos do ensino fundamental I (1º ano, com crianças de 6 a 8 anos), por meio do projeto de intervenção proposto pela docente da disciplina de Práticas na Comunidade II: Infância e Adolescência. Portanto, as acadêmicas promoveram uma roda de conversa e conduziram brincadeiras lúdicas com o objetivo de educar a comunidade escolar sobre a importância de reduzir o tempo de telas na infância, elucidando alguns dos diversos prejuízos dessa prática. De maneira diferente do que é comumente feito com o público infantojuvenil, a oficina envolveu a participação dos alunos, permitindo que eles exercessem a autonomia com intuito de estimular a reflexão e crítica nas suas tomadas de decisões, para além da compreensão do assunto abordado. Além disso, foi executada uma roda de conversa com os docentes, como também, a fixação de cartazes na sala dos professores e distribuição de panfletos para as crianças entregarem aos seus responsáveis, informando os malefícios do uso excessivo de telas. "A Universidade tem como missão o desenvolvimento humano e social da comunidade acadêmica a partir da formação ética e solidária, da produção e disseminação de conhecimento, arte e cultura." (A PUC Minas[...], [2023]). Haja vista o tripé da Universidade o Ensino, a Extensão e a Pesquisa, as discentes aplicaram os conhecimentos teóricos adquiridos nas disciplinas da grade curricular do curso de Medicina, na elaboração das dinâmicas que nortearam a realização da oficina para o público infantil da escola mencionada e consequente instigação para confecção do referido resumo. Segundo a I Conferência Internacional sobre a Promoção de Saúde, realizada no Canadá em 1986, a promoção da saúde, proporciona um empoderamento social das pessoas e coletividades para intervirem nas suas condições de saúde. No contexto da oficina, objetivou-se a autonomia das crianças na escolha da forma de brincar,

já que o uso de telas na infância prejudica o desenvolvimento biopsicossocial, cujos impactos repercutem ao longo da vida.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Para a fundamentação teórica, foram pesquisados os termos *screen time*, *screens*, *children*, *health*, *psychological health*.

O aumento em células caracteriza o crescimento, enquanto o desenvolvimento envolve habilidades complexas, autonomia e competências aprimoradas, influenciado pelo amadurecimento dos sistemas nervoso, musculoesquelético e sensorial. No entanto, a velocidade e variação das aquisições são determinadas por fatores genéticos e ambientais (Leão, 2022).

O desenvolvimento neuropsicomotor de uma criança é dinâmico e consiste na construção de habilidades cognitivas e sociais. É necessário que esse desenvolvimento ocorra de forma plena para que a criança aprenda a ser um indivíduo funcional e independente. Em contrapartida, a era digital contemporânea é permeada pelo uso de equipamentos eletrônicos em diversos ambientes sociais e com múltiplas finalidades. Os primeiros anos de vida, a idade escolar e a adolescência são extremamente cruciais para o desenvolvimento biopsicossocial da criança e do adolescente, formando uma personalidade e caráter de um adulto inserido em um contexto social num futuro. Esse desenvolvimento é perpassado por diversos aspectos sociais, culturais, familiares, do meio externo, e sofre consequências positivas e negativas; sendo um exemplo de efeito negativo, o uso exacerbado de telas e seus prejuízos ao desenvolvimento. O primeiro ano é crucial para a formação de sinapses, apesar da criança nascer com todos os neurônios, os quais não se multiplicam como as demais células presentes no organismo. Para que haja um aumento de conexões neuronais é fundamental estimular as crianças, sobretudo, nessa faixa etária, afastando-os dos detratores (Machado; Haertel, 2014). Dito isso, a exposição a telas eletrônicas desde o nascimento, como recurso de distração e entretenimento, acarreta consequências negativas, especialmente no que tange ao progresso esperado para cada faixa etária. Isso é ilustrado em uma pesquisa realizada no ano de 2022, na unidade de pediatria de um Hospital Regional do Distrito Federal, em que 83% das crianças, em uma amostra de 102, iniciaram o uso de telas antes de 1 ano de idade.

De acordo com um estudo de coorte realizado na China, o tempo excessivo de telas nos primeiros anos de vida está associado a um pobre desenvolvimento cognitivo e social-

emocional. Além disso, “transtornos do sono são cada vez mais frequentes e associados aos transtornos mentais precoces em crianças e adolescentes (Eisenstein, *et.al.*, 2019). Neste contexto, A Sociedade Brasileira de Pediatria alerta, no documento #Menos Telas #Mais Saúde, sobre problemas visuais e auditivos que a problemática produz, mostrando que os danos também incluem redução da função sensorial. Por fim, medidas educativas sobre o uso saudável de telas e o incentivo às brincadeiras são de suma importância na atualidade.

Para que haja uma avaliação constante do desenvolvimento da criança é necessário a realização das consultas de puericultura regulares, com uma abordagem interdisciplinar, em conjunto com o núcleo pedagógico e familiar. Com enfoque nos pilares do desenvolvimento infantil, a seguir:

- **Desenvolvimento motor:** Refere-se à aquisição de habilidades motoras, como o controle da cabeça, sentar-se, engatinhar, andar, correr e manipular objetos. Esse processo ocorre de forma gradual, desde o nascimento até a idade adulta, sendo essencial para a independência e autonomia da criança.
- **Desenvolvimento cognitivo:** Envolve a capacidade de perceber, compreender, aprender e raciocinar. Durante a infância, ocorrem avanços significativos nessa área, como a formação de conceitos, aquisição de linguagem e habilidades de resolução de problemas.
- **Desenvolvimento emocional e social:** Compreende a capacidade da criança de expressar emoções, estabelecer vínculos afetivos, interagir com os outros e desenvolver habilidades sociais. Esse aspecto é fundamental para o bem-estar psicológico e o ajustamento social da criança.
- **Desenvolvimento da linguagem e comunicação:** Refere-se à aquisição e desenvolvimento da linguagem oral e escrita, bem como da capacidade de se comunicar de forma eficaz com os outros. Esse processo é essencial para a expressão de pensamentos, sentimentos e necessidades.

Dessa forma, deve identificar possíveis dificuldades precocemente e intervir quando necessário, visando promover um desenvolvimento saudável e integral da criança.

## **METODOLOGIA**

A partir da disciplina Práticas na Comunidade II: Infância e Adolescência, matéria extensionista ofertada no segundo período do curso de medicina da Universidade XXXX, unidade XXXX, foi realizada uma Oficina de Brincar, no segundo semestre de 2023, na Escola

Municipal Geferson de Souza, localizada em Betim, com alunos do 1º ano do ensino fundamental I, entre 6 e 8 anos de idade.

A ação constituiu-se em uma roda de conversa e oferta de brincadeiras lúdicas com o objetivo de educar a comunidade escolar sobre a importância de reduzir o tempo de telas na infância, esclarecendo sobre os diversos prejuízos dessa prática. De maneira diferente do usual envolvendo o público infantil, a oficina incluiu a participação dos alunos, permitindo o exercício da autonomia das crianças na escolha da forma de brincar, a reflexão e crítica na tomada de decisões, considerando as limitações da idade das crianças, ultrapassando a transmissão de informação sobre o assunto abordado. Além disso, foram realizadas roda de conversa com os docentes, fixação de cartazes na sala dos professores e distribuição de panfletos para as crianças entregarem aos seus responsáveis, informando os malefícios do uso excessivo de telas.

A intervenção começou com uma breve palestra em forma de roda de conversa, com os alunos. Durante esse momento, as acadêmicas fizeram perguntas como: “Quantas horas vocês ficam na televisão/computador/celular?”, “Como vocês se sentem quando mexem muito no telefone ou veem muita televisão?”, “Você se sente melhor brincando com os amigos ou mexendo em eletrônicos?”, e, posteriormente, abordaram de maneira teórica e didática, os malefícios do uso excessivo de telas e a importância brincar na infância. Em seguida, para o desenvolvimento da intervenção e como diagnóstico de aprendizagem da roda de conversa, foram utilizados dois cartazes interativos, sendo o primeiro representativo de um cenário em que crianças se apresentam tristes, isoladas e solitárias e o segundo representativo de crianças felizes brincando em grupo, ao ar livre. Além disso, foram confeccionados adesivos com imagens de brinquedos, bola de futebol, cubo mágico, quebra-cabeça, celular, computador e videogame. Para possibilitar a interação, as interventoras realizavam perguntas como “em que cenário esse objeto - ilustrado no adesivo- melhor se encaixa?”, a partir do questionamento feito pelas discentes, somado ao conteúdo aprendido em palestra sobre os prejuízos do uso excessivo de telas e a importância de brincar, as crianças pegavam o adesivo e cola no cenário em que melhor se encaixavam. Ademais, foram realizadas brincadeiras lúdicas com as crianças, como "pega-bandeira" e "corre-cotia", para estimular o exercício físico e as diferentes formas de aproveitar o tempo livre sem o uso de telas, desta forma, por meio da vivência em grupo. Ainda nesse cenário, foram distribuídas cartilhas informativas, voltadas para os pais, responsáveis e funcionários da escola com temáticas como os malefícios da exposição exagerada ao digital, tempo de tela recomendado por idade e tempo de atividade física recomendado por idade. Por fim, foi realizada apresentação de material informativo, produzido pelo grupo de acadêmicas,

sobre o uso adequado de telas ao corpo docente da escola. Foi feita uma roda de discussão sobre o tema com este público, visando capacitá-los a orientar os pais e responsáveis dos alunos sobre o tema, além direcioná-los a perceber abusos do uso de telas e indicar ajuda adequada com profissionais de saúde.

## **DISCUSSÃO E/OU RESULTADOS**

Observou-se um aumento no uso de telas por crianças em idade escolar, especialmente após a pandemia, bem como um tempo de exposição às telas, como televisão, celulares e videogames, maior do que o recomendado para a idade. O entretenimento passivo proporcionado pelas telas cria uma falsa sensação de diversão, tornando-se a opção preferencial para "brincar", pois oferece uma maneira rápida de combater o tédio. O relatado da professora da turma foi de que o rendimento das crianças no processo de aprendizagem estava sendo prejudicado pelo uso excessivo de telas. Ao final da intervenção, as crianças puderam compreender os prejuízos causados pelo uso excessivo e inadequado das telas, além de serem estimuladas a brincar e socializar. Assim, as dinâmicas de forma ilustrativa usadas proporcionaram um ensino didático elucidando os malefícios do uso de telas e os benefícios de brincadeiras, como pintar, jogar bola, ler e o aprimoramento das crianças na sua autonomia de escolha, já que a informação capacita para tomadas de decisões mais conscientes. Com intuito da disseminação dos prejuízos do uso de telas foram entregues os panfletos para os responsáveis serem instruídos e reforçarem para as crianças em casa os bons hábitos diários. Além disso, os docentes da instituição foram conscientizados e instruídos para que pudessem orientar os alunos de outras turmas, assim como os alunos de anos seguintes. Entretanto, a facilidade de ter o acesso a telas e o vício que elas ocasionam, podem ser um empecilho para ser implementado no cotidiano os hábitos saudáveis de lazer. Nessa perspectiva, é necessário que sejam adotadas brincadeiras lúdicas diárias em detrimento do uso de telas, que causam prejuízos ao desenvolvimento biopsicossocial, cujos impactos repercutem ao longo da vida.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho teve como objetivo educar a comunidade escolar sobre a importância de se reduzir o tempo de telas entre escolares. Considerando este propósito, com a finalidade de confirmar a aprendizagem do conhecimento ofertado durante a intervenção, ao final das atividades, foram levantadas questões como: “Qual brincadeira é mais legal de fazer?”,



“Que tipo de brincadeira te aproxima dos pais e amigos?”, “As telas fazem bem para saúde da criança? Sim/não, por quê?”. Tal abordagem teve como objetivo tentar entender o nível de proveito, coletivo e individual, do projeto voltado para o estímulo às brincadeiras e ao uso equilibrado de telas. Dessa forma, mais do que focalizar em conceitos específicos, possibilita-se que os meios subjetivos - questionamentos e suas respostas diversas- sejam meios de compreender e interpretar as experiências da ação interventiva. Os resultados foram positivos, logo, ocorreu aprendizado, visto que as crianças assimilaram o conteúdo, o que pode ser observado ao vê-las aplicando os conhecimentos dando exemplos vividos por elas ou por seus familiares e analisando as informações previamente narradas de forma organizada, mas também particularizada. Vale ressaltar ainda que a oficina permitiu que as discentes de medicina adquirissem habilidades para a elaboração de estratégias para promoção de saúde na comunidade.

## REFERÊNCIAS

A PUC Minas: compromisso com a sociedade. Pucminas.br [site]. [Belo Horizonte]: PUC Minas, [2023]. Disponível em: <https://www.pucminas.br/institucional/Paginas/a-puc-minas.aspx#:~:text=A%20Universidade%20tem%20como%20miss%C3%A3o,para%20a%20transforma%C3%A7%C3%A3o%20da%20sociedade> . Acesso em: 15 abr. 2024.

ARANTES, Maria do Carmo *et al.* Exposure and use of media device in early childhood. **Residência Pediátrica**, Distrito Federal, v. 12, n. 4, p. 1-6, abr. 2022. Disponível em: <https://residenciapediatrica.com.br/detalhes/1211/exposicao%20e%20uso%20de%20dispositivo%20de%20midia%20na%20primeira%20infancia>. Acesso em: 12 dez. 2023.

COUTO, Edvaldo Souza. A infância e o brincar na cultura digital. **Perspectiva: Revista do Centro de Ciências da Educação**, Florianópolis, v. 31, n. 3, p. 897-916, 9 mar. 2013. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-795x.2013v31n3p897>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2013v31n3p897>. Acesso em: 8 dez. 2023.

EISENSTEIN, Evelyn *et al.* #MENOS TELAS #MAIS SAÚDE. **Sociedade Brasileira de Pediatria**: [s. n.], dezembro 2019. p.11. Disponível em: [https://www.sbp.com.br/fileadmin/user\\_upload/22246c-ManOrient\\_-\\_MenosTelas\\_MaisSaude.pdf](https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/22246c-ManOrient_-_MenosTelas_MaisSaude.pdf). Acesso em: 13 abr. 2024.

LEÃO, E. *et al.* **Pediatria Ambulatorial**, 5. ed. Belo Horizonte: Coopmed, 2022.

MACHADO, Angelo; HAERTEL, Lucia Machado. **Neuroanatomia Funcional**, 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2014.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Pesquisa-ação sobre a prática docente**, [s. l.], 13 out. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/3DkbXnqBQgyq5bV4TCL9NSH#>. Acesso em: 26 nov. 202300.



# **PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO: A EXPERIÊNCIA DE UMA ALUNA DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* COMO EXTENSIONISTA NO LEPPAI - LABORATÓRIO DE EXTENSÃO, PRÁTICAS, PESQUISAS, PUBLICAÇÕES ACADÊMICAS E INTERNACIONALIZAÇÃO<sup>1</sup>**

**Izabela Silva Moreira**

**Robson Figueiredo Brito**

## **RESUMO**

O presente relato de experiência tem o objetivo de relatar a experiência de uma aluna da pós-graduação *stricto sensu* do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade XXXX como extensionista no Laboratório de Extensão, Práticas, Pesquisas, Publicações Acadêmicas e Internacionalização - Leppai. O LEPPAI é um espaço vinculado ao Programa de Produções Acadêmicas para o desenvolvimento de práticas, pesquisas com temáticas ligadas aos letramentos acadêmico-científicos que envolvam a extensão universitária nos cursos de graduação e pós-graduação.

**Palavras-Chave:** extensão; pós-graduação; laboratório.

## **POSTGRADUATE AND OUTREACH: EXPERIENCE OF A POSTGRADUATE STUDENT AS AN OUTREACH PARTICIPANT IN LEPPAI – EXTENSIONION, PRACTICE, ACADEMIC PUBLICATION AND INTERNALIZATION LABORATORY**

## **ABSTRACT**

This experience report aims to report the experience of a *stricto sensu* postgraduate student from the Postgraduate Program in Education at XXXX University as an outreach worker at the Extension, Practices, Research, Academic Publications and Internationalization Laboratory – Leppai. LEPPAI is a space linked to the Academic Productions Program for the development of practices and research with themes linked to academic-scientific literacy that involve university extension in undergraduate and postgraduate courses.

**Key Words:** outreach program; postgraduate; laboratory.

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

O LEPPPAI - Laboratório de Extensão, Práticas, Pesquisas, Publicações Acadêmicas e Internacionalização possibilita a geração de práticas investigativas de extensão por meio de ateliês que engloba oficinas relacionadas às metodologias ativas de ensino, pesquisa e extensão sob o enquadre teórico-metodológico de Bakhtin (2011); Volóchinov (2017) e Foucault (1996). Tem-se aí, nesse enquadre, uma noção de que o sujeito não é homogêneo, ele fala para um tu e, ao falar, o faz sempre em diálogo, por isso devem-se considerar as interações discursivas entre os interlocutores, princípio essencial da língua(gem), o que é a marca fundante desse sujeito: falar em direção ao Outro.

Ancoramo-nos também no pensamento de Foucault (1996) especialmente quando marca que o sujeito pode assumir diversas posições, em suas práticas discursivas, o que caracteriza sua dispersão, negando a unicidade do sujeito e o inscreve no âmbito da linguagem, opondo-se à ideia de uma subjetividade produtora de verdades universais, uma vez que, no entendimento desse autor, a contradição é inerente ao discurso

Sendo assim, a participação de uma aluna, mestranda, do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, representa a troca dialógica entre pesquisa e extensão. Uma vez que esse sujeito pesquisador vira também sujeito extensionista, e vice e versa. Esses papéis não se confundem ou se sobrepõe, mas se somam ao pensarmos em uma universidade em que extensão, pesquisa e ensino são parte integral e vinculada de sua estruturação.

É importante também na introdução deste trabalho ressaltar que a aluna já tinha experiência como extensionista em seu percurso na graduação, e até mesmo anteriormente na pós-graduação, onde participou por dois anos em um projeto ligado a seu objeto de pesquisa enquanto mestranda, mostrando assim que a conexão do aluno com a extensão, uma vez que feita, pode se prorrogar durante toda sua trajetória acadêmica.

## **METODOLOGIA**

A principal função da aluna deste relato de experiência foi de mentora no Ateliê de Mentoria do Lepppai. Esse Ateliê de Mentoria foi concebido como uma ferramenta estratégica para oferecer um ambiente propício ao desenvolvimento acadêmico, pessoal e profissional dos extensionistas vinculados ao LEPPPAI a fim de possibilitar a troca de saberes entre os mentores

e os estudantes (todos extensionistas) para registrar o modo como foram compreendidas e experienciadas as práticas de extensão durante o segundo semestre de 2023 na Proex.

Em concordância com o Programa Círculos de Leitura do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial entendemos que o termo mentor tem o significado que está amparado na Odisseia de Homero: “Na história, Telêmaco recebe ajuda de um personagem chamado Mentor e da deusa Atenas, que se disfarça de Mentor para orientar o jovem na viagem. Foi inspirado nesse personagem que surgiu o termo “Mentoring”, em português “Mentoria”, prática que permite o desenvolvimento de conhecimentos e potencialidades do jovem com a orientação de um mentor, uma pessoa mais experiente que guia, inspira e impulsiona o mentorado a construir seus próprios caminhos.” (Instituto Fernand Braudel, 2022 p.01) E por essa razão empregamos este mesmo significado para a atividade de mentoria neste Ateliê do LEPPPAI.

Por meio da mentoria, a aluna/mestranda em questão pode oferecer suporte, motivação e direção em relação ao trabalho dos setores por meio da metodologia dialógica-discursiva para seus colegas, também extensionistas, não em uma perspectiva de hierarquia, mas de parceria e diálogo.

A metodologia dialógico-discursiva adotada no Ateliê de Mentoria valoriza a horizontalidade nas relações, incentivando a autonomia, o engajamento nas práticas do Laboratório e a participação ativa dos extensionistas na construção do seu conhecimento que está desenhada da seguinte forma: i) suporte aos extensionistas (da localização no espaço da Proex à vinculação aos projetos, eventos e atividades de extensão); ii) motivação para o trabalho na Extensão (da conversa individualizada com os extensionistas ao engajamento nas atividades do LEPPPAI) e iii) direcionalidade ( da produção de estímulos para a efetivação dos trabalhos extensionistas à execução dos objetivos do Ateliê).

## **DISCUSSÃO E RESULTADOS**

As experiências vivenciadas no âmbito do projeto LEPPPAI têm se revelado incrivelmente enriquecedoras para o desenvolvimento acadêmico dos estudantes extensionistas. Cada atividade realizada proporciona uma oportunidade singular de aprofundar o entendimento deles sobre a prática extensionista, descortinando a importância de um posicionamento discursivo de "fazer com o outro". Nesse contexto, o engajamento ativo dos estudantes no projeto não apenas amplia o conhecimento teórico, mas também aviva habilidades de aplicar esses aprendizados na interação significativa com a comunidade. As atividades produzidas

neste Laboratório são fonte de conhecimento constante e, também, um meio eficaz de cultivar uma mentalidade de cooperação e entendimento mútuo, elementos essenciais no cenário da prática extensionista e na construção de uma conexão genuína com a comunidade atendida flagrado nos três posicionamentos discursivos e identitários apresentados em nossa análise.

A experiência da aluna mostra que o vínculo entre pós-graduação e extensão permite construir e absorver lições práticas sobre a essência da extensão universitária: a cada atividade demandada e a cada novo comprometimento, percebemos a riqueza do aprendizado, mesmo na pós-graduação, e com o grupo. O compartilhamento de experiências entre professores, estudantes criou a possibilidade do desenvolvimento de uma metodologia da ação da Extensão (grifo nosso) de base consistente para se efetivar uma abordagem colaborativa que influencie na articulação dos pilares do ensino superior: o ensino e a pesquisa.

Dentro do Ateliê de Mentoria, a aluna elaborou um guia destinado ao registro das atividades realizadas pelos estudantes participantes e membros do LEPPPAI. O propósito subjacente à concepção desse guia é a consolidação, de maneira concisa, das informações cruciais e relevantes que permeiam o dia a dia dos extensionistas. Este roteiro foi delineado com a finalidade de armazenar dados essenciais, proporcionando, assim, ao interlocutor (seja mentor ou coordenação), uma compreensão abrangente dos gestos de escrita, posicionamentos discursivos e identitários dos atores sociais que integram o laboratório.

O registro das ações extensionistas do LEPPPAI por parte dos estudantes serve como um impulso para fomentar o desenvolvimento contínuo, promovendo a inovação e fortalecendo o diálogo com os mentores, os professores, os coordenadores de atividades extensionais para melhor repercutir nas comunidades envolvidas fora da Universidade.

## **CONSIDERAÇÕES POSSÍVEIS**

No momento em que a aluna se coloca no papel de mestranda e extensionista ela assume um posicionamento discursivo e identitário, que assume em seu eu a responsabilidade pelo processo de aprendizagem por meio das experiências e práticas extensionistas. Nesse sentido, ele sobreleva uma abordagem peculiar na construção, organização e execução de um evento característico da atividade de Extensão: o encontro com a comunidade. No caso específico do da associação entre pesquisa/pós-graduação e extensão, a mestranda consegue vincular os dois papéis, associando os dois campos.

Também mostrando como o percurso acadêmico é marcado pela extensão, e como o papel na extensão se revela uma prática discursiva em que ela se insere nessa experiência no LEPPPAI, ao utilizar de linguagem, conceitos, juízos de valor produziram dentro dessa prática como mestranda/extensionista/mentora pode dar sentido à sua história, à sua trajetória e à sua identidade dentro das práticas desenvolvidas no laboratório desvelando assim uma possível identidade de extensionista.

## **REFERÊNCIAS**

BRITO, Robson Figueiredo. **Posicionamentos discursivos e identitários de sujeitos universitários em experiência de letramento acadêmico em um curso de Direito**. 2019. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pósgraduação em Letras, PUC Minas, Belo Horizonte, 2019.

BRITO, Robson Figueiredo. **Um estudo da construção de posicionamentos identitários assumidos por estudantes pibidianos em relatos orais sobre a temática do tornar-se professor**. 2016. Dissertação (Mestrado em Letras) Programa de Pós-graduação em Letras, PUC Minas, Belo Horizonte, 2016.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 5a. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996, 264

INSTITUTO FERNAND BRAUDEL DE ECONOMIA MUNDIAL. **Jornada de mentoria do Círculos de Leitura**. 2022, São Paulo, 02p

VOLÓCHINOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem**. Tradução Sheila Grilo e Ekaterina Vólkova Américo, São Paulo, Editora 34, 2017. 376

# **PALHAÇARIA: transformando estudantes de medicina em médicos humanizados<sup>1</sup>**

**Isabella Rocha Saar Vila**

**Bianca Yasmin Lessi Carvalho**

**Maria Eduarda Utsch Gonçalves**

**Jacqueline do Carmo Reis**

## **RESUMO**

Projetos de extensão visam articular a comunidade e os estudantes, a fim da complementação da formação do discente, com o objetivo de desenvolvimento social, humano e a capacidade de inclusão (A Puc [...], [2023]). Durante a formação médica, os estudantes de medicina demonstram comportamentos dotados de apatia, egoísmo, vaidade, ou seja, características que não são aceitas em uma efetiva relação médico paciente. Diante do contexto, conhecendo o objetivo dos projetos de extensão, destaca-se a importância da participação de estudantes de medicina nas atividades extracurriculares devido a necessidade de humanização desses alunos, haja vista que apenas as disciplinas presentes no currículo médico têm-se mostrado insuficientes para a criação de atributos como empatia, respeito, convivência harmoniosa entre os próprios discentes e entre a comunidade. O projeto 'da Alegria' desenvolvido Universidade XXXXX possui a finalidade de, por meio da palhaçaria hospitalar, contribuir para a formação humanística dos estudantes da área da saúde. O processo de preparo, criação e atuação como um palhaço que não busca em si os seus próprios desejos e felicidade, mas visa trazer dignidade ao paciente. Ademais, as idas aos hospitais e ILPI's com trajes coloridos, alegres e o convívio com os pacientes em situação de vulnerabilidade contribuem de forma direta para uma formação humanística do estudante de medicina, sendo assim, tornando-os capazes de desenvolver as características fundamentais para a prática da medicina humanizada.

**Palavras-chave:** extensão; medicina; estudantes; humanização; palhaçaria.

## **CLOWNERY: Transforming medical students into more humanized doctors**

### **ABSTRACT**

Extension projects aim to connect the community and the students, in order to complement the academic training, with the purpose of propitiating human and social development and inclusion capabilities (A Puc [...], [2023]). During medical training, medical students show behaviors full of apathy, selfishness and vanity, essentially, characteristics that are not appropriate in q effective doctor-patient relationship. When taking in consideration this context and the goals of the extension projects, highlighting the importance of the participation of medical students in extracurricular projects becomes necessary, given the need of humanization these students seem to have, especially when the subjects present in the medical curriculum have been show insufficient to thedevelopment of attributes such as empathy, respect ans harmonious coexistence among the students and the community. The "da Alegria" project developed at the XXXX Universidade, focus on contributing to the humanistic formation of students in the health industry through hospital clownery. The process of preparation, creation and acting as a clown doesn't aims achieving happiness and personal desires of the medical sudents, but instead aims to bring dignity to the patients. Furthermore, visiting hospital and Long-stay institutions for the elderly, with colorful, cheerful costumes, interacting with patients ins vulnerable situations con contribute directly to the humanistic formation of medical students, enabling the development offundamental characteristics in the practice of humanized medicine.

**Keywords:** extension; medicine; students; humanization; clownery.

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.



## INTRODUÇÃO

Durante séculos, a prática da medicina ao redor do mundo foi marcada por um objetivo único e principal, curar a doença. Era característica a nítida hierarquia presente na relação médico-paciente, em que o paciente era submisso e carente de conhecimentos, os quais restringiam-se somente ao profissional, sempre inequívoco e inquestionável. O Paternalismo Médico é um exemplo dessa relação que antes configurava-se como assimétrica, unilateral e hierárquica. (Takahagui, *et al.*, 2014). Nesse contexto, é válido ressaltar que o cenário de soberania configura-se não somente no consultório e nos atendimentos, mas também no ambiente acadêmico:

Nossas análises revelaram que o ambiente da faculdade de medicina possibilita aos médicos e estudantes de medicina sentimentos de superioridade intelectual, (...), incapacidade de ver o paciente como um todo, (...), modelagem de comportamentos não empáticos (...). (Rios, 2016, p. 1).

Nota-se a relevância do enfoque em uma formação mais humanística dos profissionais da saúde, uma vez que a relação médico-paciente deve ser direcionada ao paciente como um ser humano complexo, inserido em uma sociedade e um contexto específico, atravessado por questões sociais, culturais e individuais. Logo, é essencial uma mudança de perspectiva e de abordagem, da doença para o doente. “Assim, formar médicos com mais humanismo requer mais do que desenvolvimento de habilidades e transmissão de conhecimento. Os aspectos subjetivos da vida na escola médica são particularmente importantes no processo de ensino e aprendizagem” (Rios, 2016. ).

Nesse sentido, estudantes e profissionais da saúde em diversos países desenvolveram projetos com o intuito de sensibilização no que tange à humanização do cuidado ao paciente, em que utilizavam o personagem "doutor-palhaço" como tentativa de resgatar a empatia nessa relação que sempre foi marcada por superioridade e autoridade. (Takahagui, *et al.*, 2014). "Após a estreia do filme Patch Adams, em 1998, as pessoas se tornaram mais conscientes dos benefícios potenciais dos palhaços médicos." (Triester, *et al.*, 2021). De semelhante modo, iniciativas que visam a humanização dos profissionais de saúde, foram desenvolvidas, como o projeto de extensão "da Alegria", proposto por docentes da Universidade XXXXX. Dada tal relevância, as autoras deste resumo, acadêmicas do curso de medicina da Universidade XXXXX, campus XXXXX, puderam compartilhar a experiência de participar desse prestigiado projeto, na cidade de Betim, realizando visitas no Centro Materno Infantil (CMI), em uma

Instituição de longa permanência (ILPI) e no Hospital Regional, além do Hospital Municipal de Contagem, durante os períodos semestrais do ano 2023 e o primeiro semestre de 2024.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para a fundamentação teórica, foram pesquisados os termos *humanized*, *medical training*, *palhaço*, *saúde*, *hospital clown*.

Para espanto de muitos médicos, o paciente nem sempre procura o diagnóstico e a cura. Os ambulatórios estão cheios daqueles que buscam o médico, sua atenção, não o tratamento em si. Quem disse que o paciente sempre quer curar? Muitas vezes ele quer ser cuidado, se queixar, mas atrás das queixas estão questões que podem ser desveladas, desde que sejam acolhidas, que haja espaço para elas. (Semiologia da Criança e do Adolescente, 2010, p. 21).

A necessidade desse espaço só é assimilada por um profissional que valorize o subjetivo da relação médico-paciente. Tal profissional, só alcançará essa percepção a partir da prática de ações que promovam o desenvolvimento de suas habilidades humanas, que evidenciem a importância do que é imaterial, das conexões e dos vínculos. Em contrapartida, durante a formação médica, nota-se a carência dessas habilidades humanas em estudantes de medicina, marcados pelo desenvolvimento de características egocêntricas, o que dificulta o humanismo necessário para a relação médico-paciente, em que não há espaço para egoísmo, preconceitos e afetividade negativa, haja vista que para a efetividade dessa relação é preciso relacionamento, empatia e respeito entre as partes (Diotaiuti; Manconi; Corrado, 2022).

O currículo médico proposto pelas universidades tem se mostrado ineficiente para o desenvolvimento de características subjetivas necessárias para a prática médica acolhedora. Dessa forma, atividades que possuem a finalidade de desenvolvimento de atributos como empatia, generosidade, altruísmo, respeito, compreensão e, principalmente, a sensibilidade com a situação do paciente em seu estado de vulnerabilidade, demonstram-se de suma relevância. Nessa perspectiva, ações como o projeto “da Alegria”, são essenciais para uma reversão desses comportamentos atípicos e a promoção de características de um médico humanizado, no sentido de promover o cuidado centrado na pessoa.

O cuidado centrado na pessoa vai além de apenas curar a doença, é perceber o indivíduo de forma integral, se atentando ao físico, ao emocional, a espiritualidade, ou seja, deve ser um objetivo do médico garantir que o paciente dentro do ambiente hospitalar seja cuidado de todas as formas necessárias para manter sua integridade física e mental. Diante do contexto, esta

prática do "doutor-palhaço" despertou interesse não apenas nos estudantes e profissionais da saúde, como também nos pacientes que recebiam as visitas dos grupos de palhaçaria, pois surgiam como uma "válvula de escape" da realidade de enfermidades e doenças do ambiente hospitalar e ILPIs; além de entreter, relaxar e trazer dignidade aos pacientes, muitas vezes desumanizados pelas condições submetidas nesses locais, revelando-se, então, como um tampão da afetividade negativa. (Catapan; Oliveira; Rotta, 2019).

Para além do benefício de desenvolvimento pessoal, a formação humanística dos discentes ao participar de projetos dessa vertente, é possível citar benefícios acadêmicos, entre eles a possibilidade de relação dos conhecimentos teóricos adquiridos na Universidade, à prática das visitas; bem como, a construção da concepção do que é promoção de saúde, e como ela deve ser aplicada pela comunidade científica em meio à população. Para elucidar, um dos princípios da promoção de saúde, é a participação social (Brasil, 2021), que é promovida no momento em que os "doutores-palhaços" permitem e propiciam que os pacientes se expressem, manifestem seus sentimentos e compartilhem suas particularidades.

Ainda, no contexto das autoras deste referido resumo, é possível traçar conexões entre os assuntos abordados em aula das diferentes disciplinas da grade curricular do curso de medicina; como "Medicina e Sociedade", "Filosofia: Antropologia e Ética", "Introdução ao Raciocínio Clínico e Epidemiológico I, II e III", "Práticas na Comunidade I, II e III" e "Medicina Preventiva e Social III", promovendo interdisciplinaridade e aprendizado.

## **METODOLOGIA**

Marcada essencialmente pelo uso de tecnologias leves, a prática do "doutor-palhaço" deve ser lúdica, divertida, artística e chamativa, de modo que desperte a curiosidade dos pacientes e trabalhadores dos locais de visita. A princípio, deve-se escolher os nomes dos palhaços (Pisquilha, Flau-Flau e Cachinhos, das acadêmicas autoras deste resumo). O nome deve transparecer a personalidade que objetiva-se demonstrar, uma característica única e marcante de cada palhaço. Ainda no sentido de caracterização do personagem, a preparação para as visitas engloba a escolha minuciosa de roupas coloridas, estampadas, de variadas formas, tendo em vista que o uso de cores e roupas chamativas ressignifica o ambiente hospitalar/ de ILPIs, que normalmente são apáticos, ambientalizados com cores neutras.

Lista-se exemplos como saias rodadas, calças pantacourt e pantalonas e jardineiras como roupas usadas pelas discentes autoras. Além das vestimentas policromáticas, o uso de

acessórios para compor o figurino é fundamental e indispensável, pois permitem um traço de sutileza à aparência, como uso de chapéus, laços, colares, brincos, pulseiras, gravatas, meias grandes e coloridas, cintos e tênis coloridos. Como tentativa de ressaltar o artístico, utilizam-se também, técnicas de maquiagem que evidenciem as características individuais de cada palhaço, sem exageros ou excessos, como na escolha das cores branca para iluminar os olhos, vermelho para ressaltar as bochechas, e preto para marcar e fazer desenhos na face. Como elemento principal, essencial e característico do figurino está o nariz vermelho, que remete a cor associada ao coração, vinculada ao sentimento de alegria, marca essa comum entre todas as singularidades de cada palhaço (Hospitalhaços, 2020).

Orientando as ações de palhaçaria, variadas ferramentas lúdicas eram aplicadas durante as visitas, como o uso de bolhas de sabão, objetos cotidianos fora de seu contexto, brinquedos, violão, pelúcias, baralho para mágicas, caixa de som para músicas, microfone festivo, quebra-cabeça, cavalo de madeira e muitos outros. Além disso, fez-se uso das dinâmicas em coletivos entre as duplas ou grupo de visita, incluindo os pacientes em um contexto imaginário criado pela equipe; dentre elas é relevante destacar a criação e contação de histórias, incorporação de personagens e contação de piadas. Por essa razão torna-se indispensável que haja uma preparação do grupo antes do início das visitas, visando uma coesão de grupo e promoção de habilidades interpessoais.

Vale ressaltar ainda, que as escritoras deste resumo consideraram que participar da “Oficina de palhaçaria” promovida pela coordenação do projeto “da Alegria”, no início do semestre de prática da extensão, foi fundamental para compreensão do que é realmente entrar no personagem “doutor-palhaço”. Nesse sentido, as oficinas foram realizadas na Universidade XXXXX, na sala multimídias II, em que diversas dinâmicas foram norteadas pela convidada “Tereza”, que se destaca nessa prática de palhaçaria. Noções básicas foram introduzidas aos novos extensionistas durante essas oficinas, sendo algumas delas: brincadeiras tradicionais, jogos cênicos, princípios de improvisação, bases para a dramaturgia do palhaço, gesto cômico, consciência corporal e pesquisa física, escuta e noção rítmica, habilidades artísticas, reforço do imaginário, além de diversas outras temáticas que foram marcantes e essenciais para melhor desempenho ao decorrer das visitas; além de ser uma oportunidade de integração com outros estudantes da Universidade XXXXX que também participavam do projeto.

Com a noção ainda das vivências experimentadas durante as visitas nos períodos semestrais de 2023 e atual primeiro semestre de 2024, algumas se destacam na formação das acadêmicas, como as experiências únicas e legítimas das crianças ao reagir à presença física do

palhaço, que se colocava como um ser completamente diferente do habitual. Entre essas reações estão as iniciativas das crianças em propor soluções para as histórias trazidas pelos "doutores-palhaços", por exemplo, a criação de um portal mágico que serviria de porta de saída do hospital. Ou ainda, a encenação de pessoas famosas e criação de reinos encantados, onde todos os problemas se resolveriam. Dentro da atuação do palhaço era possível ainda, a transformação do quarto de hospital em salão de beleza, onde as palhaças colocavam em prática suas habilidades extracurriculares de arrumações de cabelo ou maquiagem nas pacientes, ou ainda, em seus acompanhantes.

## **DISCUSSÃO E/OU RESULTADOS**

Tendo em vista a necessidade de atividades fora do currículo acadêmico para a formação de médicos humanizados, o projeto "da Alegria" desempenha essa função. É imprescindível ressaltar a criação de novos relacionamentos, desenvolvimento de aptidões individuais, convivência com a equipe multidisciplinar de saúde, convivência interpessoal harmoniosa, além de respeito, empatia, resiliência, criatividade, paciência, cuidado, amor e carinho. Em suma, os atributos supracitados se relacionam com uma prática da medicina centrada na pessoa e sua integralidade, considerando o seu subjetivo, e portanto, alcançando a prática humanizada da medicina.

Observou-se, subjetivamente, que a percepção das presentes autoras se alterou após as visitas realizadas aos locais supracitados, uma vez que percebeu-se que o paciente entre os momentos de consulta ainda precisavam de atenção. A palhaçaria supre esse lugar de ausência, propiciando bem-estar e cuidado para além da moléstia, zelando pelo paciente e seus familiares, que geralmente são incluídos no momento da intervenção. Sendo assim, ampliou-se a perspectiva sobre o paciente e seus acompanhantes, que por vezes sofrem tanto quanto o paciente pela ocorrência da enfermidade. Outrossim, há também visitas que são em momentos festivos como o nascimento de um bebê, em que o palhaço está ali para comemorar com os pais e deixar a passagem pela maternidade ainda mais leve e esperançosa, dedicando a sua atenção à família.

É notório que o privilégio de participar do "da Alegria" contribuiu também para o desenvolvimento de relações com a comunidade, princípio essencial da Extensão, um dos pilares da Universidade, que se constitui por Ensino, Pesquisa e Extensão. A formação humanística é, sem dúvidas, fundamental para a edificação de profissionais mais empáticos em um futuro, que centralizem o paciente na relação, colocando em pauta suas necessidades e

aspectos subjetivos, fundamentais para a compreensão e planejamento de melhores abordagens enquanto profissionais da saúde. Assim, a palhaçaria é uma maneira lúdica e pertinente de formar futuros médicos com habilidades humanas, empáticas e sociais, contribuindo para uma prática médica acolhedora, integral, competente e humanizada.

Ainda é possível citar como resultado das visitas dos "doutores-palhaços" aos pacientes, médicos e funcionários desses locais, um lembrete físico de que é extremamente importante o desenvolvimento de conexões sólidas entre tais indivíduos, promovendo relações mais eficientes e humanizadas, por meio da percepção de que o ambiente se transforma, ficando mais agradável, alegre e sereno.

Figura 1 – Exemplos das roupas coloridas, chamativas e do típico nariz vermelho de palhaço



Fonte: elaborado pelas autoras

**Figura 2 – Doutora-palhaça Flau-Flau em visita no Materno Infantil de Betim**



**Fonte: elaborado pelas autoras**



Figura 3 – Figurino colorido das doutoras-palhaças



Fonte: elaborado pelas autoras

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do supracitado, a finalidade dos “doutores-palhaços” é formar médicos humanizados em que o paciente não é somente a doença que o aflige, mas uma pessoa dotada de particularidades e sentimentos. Destarte, alunos que fazem parte de projetos de extensão desenvolvem as características necessárias para a prática da medicina centrada na pessoa, com habilidades amplas de integralidade, de comunicação e trabalho em equipe.

Finaliza-se este relato parafraseando Alberto Caieiro: “Não é bastante ter ouvidos para ouvir o que é dito”, com a reflexão de que a relação entre médico e paciente deve sempre ser baseada na “escutatória”, na humanização e na empatia, sendo possível adquirir essas habilidades ao participar de projetos dessa vertente.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Departamento de Análise em Saúde e Doenças Não Transmissíveis. Promoção da saúde - Aproximações ao tema.**

n. 1, p. 5-60, Brasília, 2021. Disponível em: World Wide Web:

[http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/promocao\\_saude\\_aproximacoes\\_tema.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/promocao_saude_aproximacoes_tema.pdf). ISBN 978-65-5993-008-1. Acesso em: 14 abr. 2024.

A PUC Minas: compromisso com a sociedade. **Pucminas.br** [site]. [Belo Horizonte]: PUC Minas, [2023]. Disponível em: <https://www.pucminas.br/institucional/Paginas/a-puc-minas.aspx#:~:text=A%20Universidade%20tem%20como%20miss%C3%A3o,para%20a%20transforma%C3%A7%C3%A3o%20da%20sociedade>. Acesso em: 15 abr. 2024

CATAPAN, Soraia de Camargo, OLIVEIRA, Walter Ferreira de, ROTTA, Tatiana Marcela.

**Palhaçoterapia em ambiente hospitalar: uma revisão de literatura. Ciência & Saúde Coletiva [online]**, v. 24, n. 9, p. 3417-3429, set. 2019. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/1413-81232018249.22832017>. Acesso em: 14 abr. 2024.

DIOTAIUTI, Pierluigi; MANCONE, Stefania; CORRADO, Stefano. **Motivações e características pessoais podem predizer a autoeficácia do terapeuta palhaço: um estudo descritivo. International Journal of Environmental Research and Public Health.** v. 19, n. 12, p. 2-20, Itália, jun. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ijerph19127058>. Acesso em: 14 abr. 2024.

ALVES, Rubem. Escutatória. Disponível em: [https://www.inf.ufpr.br/urban/2019-1\\_205\\_e\\_220/205e220\\_Ler\\_ver\\_para\\_complementar/RubemAlves\\_\\_Escutat%C3%B3ria.pdf](https://www.inf.ufpr.br/urban/2019-1_205_e_220/205e220_Ler_ver_para_complementar/RubemAlves__Escutat%C3%B3ria.pdf). Acesso em: 15 abr. 2024.

HOSPITALHACOS, ONG. **Dicas de palhaçaria.** Campinas, 2020. Disponível em: <http://www.hospitalhacos.org.br/kit-de-palhacaria-cpfl-e-motorola/>. Acesso em: 14 abr. 2024.

MARTINS, Maria A.; VIANA, Maria Regina de A.; VASCONCELLOS, Marcos Carvalho de; FERREIRA. **Semiologia da criança e do adolescente**. [Rio de Janeiro]: MedBook Editora, 2010. *E-book*. ISBN 9786557830666. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786557830666/>. Acesso em: 14 abr. 2024.

RIOS, Izabel Cristina. **The contemporary culture in medical school and its influence on training doctors in ethics and humanistic attitude to the clinical practice**. *International Journal of Ethics Education*, v. 1, p. 173-182, fev. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s40889-016-0012-0>. Acesso em: 14 abr. 2024.

TAKAHAGUI, F. M. *et al.* **MadAlegria - Estudantes de medicina atuando como doutores-palhaços: estratégia útil para humanização do ensino médico?** *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 38, n. 1, p. 120-126, jan. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-55022014000100016>. Acesso em: 14 abr. 2024.

TRIESTER, D. E. *et al.* **Explorando a utilidade dos palhaços médicos para aumentar a satisfação e reduzir tendências agressivas em enfermarias hospitalares pediátricas e adultas**. *BMC Health services Research*, v. 15, n. 15, p. 3-14, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12913-020-05987-9>. Acesso em: 14 abr. 2014

# A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO FILOSÓFICO NO MOMENTO PÓS-PANDÊMICO: a experiência de Monitoria na graduação<sup>1</sup>

## RESUMO

A presente reflexão explora o papel fundamental da monitoria universitária como uma ponte entre professores e alunos, preparando os estudantes para futuras carreiras acadêmicas e contribuindo para o acompanhamento integral do desenvolvimento acadêmico. Nossas experiências de monitoria nas disciplinas de Lógica I e II durante o primeiro semestre de 2024 são examinadas, ressaltando a importância da revisão de conteúdos e do atendimento individualizado, explorando a adaptação da monitoria universitária após a pandemia de COVID-19, com um foco específico nas experiências ocorridas na Universidade XXXX abordando os desafios significativos no processo de ensino-aprendizagem que emergiram a partir das novas experiências vivenciadas. Considerando a importância da interação em sala de aula, acreditamos que, apesar dos benefícios da tecnologia, como a ampliação do acesso ao conhecimento, há também influências de interesses de mercado que demandam avaliações constantes. Assim, este artigo deseja oferecer *insights* sobre a evolução da monitoria universitária em tempos pós-pandemia, destacando desafios e oportunidades para que o ensino superior seja valorizado, e o conhecimento humano-filosófico receba a consideração necessária.

**Palavras-chave:** ensino-aprendizagem; extensão; dialética; conhecimento.

## BUILDING OF PHILOSOPHICAL KNOWLEDGE IN THE POST-PANDEMIC MOMENT: the experience in undergraduate course monitoring

### ABSTRACT

The present reflection explores the fundamental role of university monitoring as a bridge between professors and students, preparing students for future academic careers and contributing to comprehensive academic development monitoring. Our monitoring experiences in the Logic I and II courses during the first semester of 2024 are examined, highlighting the importance of content review and individualized assistance, exploring the adaptation of university monitoring after the COVID-19 pandemic, with a specific focus on experiences at the University XXXXX, addressing significant challenges in the teaching-learning process that have emerged from the new experiences lived. Considering the importance of classroom interaction, we believe that, despite the benefits of technology, such as expanded access to knowledge, there are also influences of market interests that demand constant assessments. Thus, this article aims to offer insights into the evolution of university monitoring in post-pandemic times, highlighting challenges and opportunities for higher education to be valued, and for human-philosophical knowledge to receive the necessary consideration.

**Key-words:** teaching-learning; extension; dialectic; knowledge.

## INTRODUÇÃO

Quando em 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou o surto de *Coronavirus Disease-19* (COVID-19) como pandemia mundial havia sido confirmado em território brasileiro a existência de um óbito (Ministério da Saúde, 2020). A rápida evolução das proporções motivou a comunicação do Ministério da Educação (2020) suspendendo as

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

atividades letivas presenciais, bem como de outros serviços essenciais por tempo indeterminado. Com essas atitudes as instituições de ensino superior (IES) tiveram de adaptar suas posturas frente a nova realidade que se viam inseridas, nesse sentido, a Universidade XXXXXXX aderiu ao regime letivo remoto (RLR) como alternativa para a continuidade do percurso de conhecimento.

A partir do contato com a filosofia primeira (metafísica), associando-se a posição de Aristóteles (2002, p. 03), partimos do pressuposto que o ser humano em seu estado de naturalidade tende a procura do conhecimento e tal tendência o faz evoluir das compreensões tidas como verdade unívocas através duma observação empírica, isto é uma experiência *in loco*, que o auxilia a fundamentar o processo de ensino-aprendizagem. É, nesse sentido, que a inserção do discente em sala de aula continua a evidenciar-se uma importante ferramenta em vista do conhecimento científico criado e modificado ao longo das décadas desde a instrumentalização da academia.

Enquanto presença discipular, o discente experienciará ao longo de seu curso a inserção em atividades de ensino, extensão e pesquisa, as quais, juntas forjarão melhor seu próprio conhecimento, tal tripé de ensino é essencial na transmissão do conhecimento permitindo, assim, como evidenciou Desmond (2000, p.50-57) que o aluno edifique o conhecimento ao invés de apenas replicar aquilo que lhe foi apresentado pelo mestre enquanto um ato irracional.

Outrossim, vê-se que a tecnologia possibilitou atingir mais indivíduos em seu próprio lugar superando essa excepcional realidade enfrentada. Desse modo, apesar do ensino a distancia ser avaliado como um modelo de gestão propício às demandas sociais, evidencia-se também a forte influência de interesses de mercado, o que exige reavaliações constantes para um processo efetivo de (re)construção de conhecimentos e metodologias. Dentre as preocupações emerge a atividades de monitoria na graduação que apesar de ter sido mantida durante o RLR após esse período têm se tornado um aparelho basilar para ambos, o monitor e o assistido, “uma vez que a flexibilidade do EaD por alguns acabava entendida como facilidade para avaliação” (Branco; Conte; Habowski; 2020, p. 01).

## **CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA**

“A monitoria é uma modalidade de ensino e aprendizagem que contribui para a formação integrada do aluno nas atividades de ensino, pesquisa e extensão (...)” (Lins *et. al.*, 2009, s./p.) ao passo que o insere numa intrínseca colaboração com o docente e o discente simultaneamente. Tal relação fundamenta-se na atuação junto ao professor planejando aulas e

atividades (extra)curriculares, embrenhando pesquisas nas temáticas relacionadas à disciplina e inclusive colaborando como consultor para elaboração do método avaliativo, aberto a possibilidade de apresentar novas tecnologias e abordagens.

Com o seu par, o monitor é a ponte entre o magistério superior e àqueles que estão matriculados naquela disciplina, sendo referência na sala de aula e laboratórios extraclasse, prestando assistência ao estudante e contribuindo, assim, para a qualidade do ensino dos outros alunos e para sua própria formação.

Em conformidade com Nunes (2007) apresenta-se também a atividade de monitoria como uma iniciação à docência universitária, uma vez que o aluno-monitor estará em contato estreito com os demais alunos orientando-os e revisando conteúdos apresentados em sala de aula. Ambas as abordagens coincidem em muitos pontos, ressaltando especialmente o consenso quanto a inserção em vista do magistério e a melhoria da qualidade da educação na turma em geral.

Essa modalidade de ensino vigora no Brasil desde a Lei nº 5.540 de 1968, sendo posteriormente substituída pela Lei nº 9.394 de 1996, a qual fundamenta as diretrizes básicas da educação nacional. Por sua vez, a legislação apresenta a monitoria como uma tarefa de aproveitamento dos alunos, a qual emerge a partir de seu plano de estudos e rendimentos. Acrescenta-se ainda a Resolução CNE/CES N. 12, de 13 de março de 2002 que ratifica a monitoria como atividade complementar na formação do bacharel/licenciado em filosofia colocando, assim, em prática o conhecimento que ele mesmo recebeu e buscou cursando previamente a carga horária correspondente.

Creditamos essa atual metodologia ao método Lancaster, aplicado à realidade do império do Brasil sendo, portanto, as bases para a compreensão moderna que ora fazemos. Tal metodologia não pressupunha a participação do aluno como sujeito ativo, apenas objetivava sua disciplinarização física e mental. Nesse sentido, o monitor era responsável pela organização geral - sendo esse um aluno que se destacava entre os demais - e assim conduzia a limpeza, a ordem, e continuava o exercício de repetição, em vista da memorização como metodologia pedagógica.

A partir das luzes que a razão impõe, o conhecimento termina por permear as demais atividades, desse modo, a migração sutil e constante na educação influenciou também a tarefa do monitor que após diversos períodos atingiu a postura cotidiana apresentada por Lins *et. al.* e Nunes, conforme lê-se acima. Vale considerar que tal revolução só é possível ao:

conceber a instituição escolar não como uma instância formal, mas, produtora de uma cultura propriamente escolar. Contudo, consideramos oportuno enfatizar, que as pesquisas desta natureza somente são possível, a nosso ver, quando pensamos a escola

não apenas como reprodutora de conhecimentos impostos pela sociedade, no entanto, como um espaço no qual também se pode produzir saberes (Neves; Men; 2007, p.07)

Assim, se observa que com o aperfeiçoamento da atividade de monitoria os alunos encontraram maior apoio para seu desenvolvimento intelectual, uma vez que o par terá uma linguagem mais acessível por partilhar características comum ao aluno-monitor, criando um ambiente de maior segurança para expressar as questões que possam impedir uma compreensão clara do objeto de estudo.

Desse modo, a eficácia ensejada na interdependência universitária se torna mais próxima de ser atingida, possibilitando, portanto, uma atenção ao desenvolvimento humano integral. Isto é, durante o processo de ensino-aprendizagem o ser humano precisa ter primazia frente o processo, contrariando o foco nas questões da técnica tão inseridas em voga nas últimas décadas.

## **ACOMPANHAMENTO INTEGRAL**

Esse presente instrumento, fundamenta-se empiricamente nas nossas experiências enfrentadas na monitoria das disciplinas de Lógica I e Lógica II no Instituto de Filosofia e Teologia Dom João Resende Costa. Filia-se, desse modo, a uma abordagem descritiva das experiências, confrontando-as em uma discussão objetiva e prática com as propostas apresentadas no conteúdo teórico. Tais ações foram desempenhadas durante o primeiro semestre de 2024 no curso de Filosofia.

Tendo sido selecionado por avaliação e entrevista conduzida pela coordenação do curso ainda em dezembro/2023, o acender das luzes do semestre letivo marcou o início das atividades no acompanhamento dos estudantes. A busca fomentada por disponibilidade de horários e transferência de informações ainda não é muito eficaz, uma vez que muitos alunos buscam as atividades apenas em vista da realização de testes e avaliações, desejando revisar muito conteúdo em um intervalo curto de tempo, apenas com vistas para melhores indicadores em seus resultados.

Durante os atendimentos, a revisão dos conteúdos aplicados em sala e apresentação de novas perspectivas com linguagem adequada, além da possibilidade de atendimento individual apresentam-se como grandes diferenciais que chamam atenção dos discentes. Portanto, tais possibilidades visam uma vez mais garantir o acesso a formação acadêmica do aluno que precisa se transformar em sujeito desse processo.

## RESULTADOS

A pedagogia aplicada à atividade de monitoria precisa visar a libertação do indivíduo, de modo que o mesmo tenha a capacidade de desenvolver o seu conhecimento e tornar-se independente no pensamento. Desse modo, a construção do conhecimento filosófico é um processo lento que reforça a cada busca do indivíduo, e essa educação deve:

estimular o pensamento reflexivo do ser humano, deve possibilitar a construção do raciocínio lógico e da criticidade propiciando ao indivíduo o despertar para os questionamentos que circundam seu cotidiano de um modo mais efetivo e próximo da realidade a qual está inserido, para que a partir dessa leitura da realidade ele seja capaz de modificá-la, caso julgue necessário, tornando-se agente de sua própria história. (Almeida, 2012)

Adotando essa metodologia, asseguramos ao sujeito educacional uma liberdade de pensamento para desenvolver seu arcabouço filosófico. Nesse sentido, é necessário facultar ao interlocutor a busca por questionamentos que o interessem para que, assim, através da natureza questionadora do ser humano seja possível o desenvolvimento da capacidade intelectual. Intrinsecamente insere-se, uma vez mais a perspectiva da monitoria como uma atividade em vista da emancipação do sujeito pensante, ao oferecer-lhe *insights* das obras em uma linguagem de menor rigor acadêmico é aferido ao assistido o convite ao filosofar com sua própria capacidade.

Em Chauí (1998), a filosofia, no contexto das teorias do conhecimento, é entendida como a investigação das diversas formas de saber humano, desempenhando um papel essencial na formação intelectual do futuro educador. Assim, o propósito é fomentar o conhecimento através da pesquisa, reflexão crítica e apoio ao processo de desconstrução e reconstrução das teorias científicas. Esse conhecimento serve como alicerce para a construção de uma base crítica e teórica sólida, abordando uma ampla gama de questionamentos que buscam fundamentar o conhecimento, seja ele de natureza racional, epistemológica ou subjetiva.

O desenvolvimento do pensamento filosófico na educação contemporânea é crucial para capacitar os alunos a enfrentar o futuro com autonomia e confiança, além de incentivá-los a construí-lo de maneira responsável. Desde os estágios iniciais da educação, os professores desempenham um papel fundamental na preparação dos jovens para os desafios do mundo moderno. Deve-se abordar desde os primórdios para superar esses desafios emergentes, incluindo a compreensão e, de certa forma, a dominação do fenômeno da globalização, promovendo assim a coesão social.



Desse modo, fomentando a formação sólida e concisa que assegura ao discente a liberdade de pensamento, estaremos também investindo no futuro da educação. Tendo considerado que muitos inseridos hodiernamente na educação superior estarão em um futuro próximo presentes no magistério superior, em um papel determinante para a formação dos próximos filósofos e profissionais do mercado.

Assim, a relação pedagógica termina por garantir o desenvolvimento da personalidade do discente, garantindo-o simultaneamente sua autonomia epistêmica. Ainda que paradoxal, tal relação abrange a liberdade posicional do professor, e não coloca-o elevado frente aos estudantes a “intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento”. (Freire, 1996, p. 40)

Portanto, sendo vislumbrada essa realidade que assegura a maior efetividade das atividades acadêmicas faz-se-ia necessário maior procura dos discentes pela monitoria e suas atividades afins. Desse modo, os resultados avaliativos alcançariam índices melhores e ao passo que a universidade tornar-se-ia referência também os estudantes seriam capazes de alcançar a verdadeira independência e a classe teria uma relação de iguais entre discente e docente.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O período pandêmico modificou significativamente a relação entre pares, tendo afastado o relacionamento nas salas de aula e publicamente em outros espaços. Nesse período que enfrentamos agora emerge a necessidade de assegurarmos a maior quantidade de espaços para se fomentar o conhecimento filosófico e o desenvolvimento individual. As dificuldades enfrentadas geram mais crédito para as atividades desenvolvidas nesse momento, por isso, tanto monitores quanto assistidos precisam estarem integrados em busca do saber mais plenamente correlacionado à academia.

A díade entre pesquisa e extensão, associado ao ensino, edificam o eixo monumental da relação entre o discente e a universidade. Desse modo, ofertas que beneficiem aqueles mais interessados permite que os alunos vivam a universidade com todas as possibilidades anexas, e não apenas passem pela mesma sem que seja permeado pelas diversas relações que se constroem nesse caminho. Essas relações multifacetadas creditam a universidade o desejo de correlacionar a teoria e a prática permitindo, assim, essa unidade na diversidade.

Por fim, observamos que a atividade de monitoria, além de compor a colaboração estreita entre a sociedade e a academia, forma também um desenvolvimento humano entre os

indivíduos que participam. Uma vez que o aluno-monitor precisa de maneira empática transmitir o conhecimento e sanar as dúvidas; o aluno monitorado precisa ser paciente e entender as dificuldades que podem emergir também pelo monitor, uma vez que nem todas as respostas serão entregues imediatamente, mas antes o afincado na pesquisa deve ser ulterior para ambos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ângela Souza de. **O desenvolvimento do pensamento filosófico na educação contemporânea**. Sophia, Colección de Filosofía de la Educación. 2012, (12), 191-205. ISSN: 1390-3861. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=441846101013>. Acesso em: 12 abr. 2024.

BRANCO, L. S. A.; CONTE, E.; HABOWSKI, A. C.. Evasão na educação a distância: pontos e contrapontos à problemática. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 25, n. 1, p. 132–154, jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 19 mar. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.camara.leg.br>. Acesso em: 19 mar. 2024.

BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico**. Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (2019-nCoV). Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/images/pdf/2020/fevereiro/04/Boletim-epidemiologico-SVS-04fev20.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2024.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Editora Àtica, 7ed, 1998.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES N. 12, de 13 de março de 2002. Institui as diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação em filosofia. **Diário Oficial da República Federativa da União**. Brasília, 9 de abril de 2002. Acesso em 02 abr. 2024.

DESMOND, W. **A filosofia e seus outros modos do ser e do pensar**. São Paulo: Editora Loyola, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e terra, 4ed, 1996.

LINS, L. F.; FERREIRA, L. M. C.; FERRAZ, L. V.; CARVALHO, S. S. G. A importância da monitoria na formação acadêmica do monitor. In: **JEPEX 2009 – IX Jornada de ensino, pesquisa e extensão da UFRPE**, Recife, 2009. Disponível em:

<http://www.eventosufrpe.com.br/jepex2009/cd/resumos/R0334-2.pdf>. Acesso em 28 mar. 2024.

NEVES, Fátima Maria; MEN, Liliana. **O método pedagógico e lancaster e a cultura escolar**. In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 17., 2007, Campinas. Anais do 16º COLE, Campinas, SP; ALB, 2007. Disponível em: <http://www.alb.com.br/portal.html>. Acesso em: 20 mar. 2024. ISBN: 85-86091-76-1.

NUNES, João Batista Carvalho. Monitoria acadêmica: espaço de formação. 2007. In: SANTOS, Mirza Medeiros dos; LINS, Nostradamos de Medeiros. (Org.). **A monitoria como espaço de iniciação à docência**: possibilidades e trajetórias. Natal, RN. EDUFRN. Editora da UFRN, 2007. (Coleção Pedagógica; n. 9). Disponível em: <http://arquivos.info.ufrn.br/arquivos/20110691428837665261ac9a0128cd2d/Monitoria.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2024.

REALE, Giovanni. **Metafísica Aristoteles Vol II**. São Paulo: Edições Loyola, 2002

# **A experiência da equipe de extensionistas da Psicologia com os recuperandos da APAC Santa Luzia (MG) nas rodas de conversa<sup>1</sup>**

**Ana Clara Vasconcelos Menezes**

**Vitória Vasconcellos Alves de Azevedo**

**Letícia Guimarães de Oliveira**

**Hélio Cardoso de Miranda Júnior**

## **RESUMO**

No presente artigo, apresenta-se um relato de experiência dos alunos do projeto de extensão “Escuta Psicológica no Sistema Prisional”, que tem como um de seus objetivos realizar rodas de conversa com os recuperandos residentes na APAC Santa Luzia (MG). As rodas ocorrem de maneira quinzenal na instituição, com o intuito de construir junto aos recuperandos um espaço dialógico, propício para compartilhamentos de ideias, reflexões e aprendizagem na coletividade, de maneira que seja possível fazer com que a palavra transite livremente. O grupo em questão é composto majoritariamente pelos recém-chegados na instituição, sendo constituído por indivíduos do sexo masculino de idades variadas. Por meio das rodas de discussão já efetuadas, foi possível explorar uma ampla variedade de temas estabelecidos pelos participantes do grupo. Com essas experiências, tivemos a oportunidade de realizar observações de campo e aprimorar nosso entendimento sobre os assuntos discutidos.

**Palavras-chave:** rodas de conversa; apac masculina; psicologia.

## **ABSTRACT**

This article presents an experience report of the students from the extension project 'Psychological Listening in the Prison System', which aims to hold conversation circles with inmates residing in APAC Santa Luzia (MG). The circles take place biweekly at the institution, with the purpose of building a dialogical space with the inmates, conducive to sharing ideas, reflections, and collective learning, allowing words to flow freely. The group in question is predominantly composed of newcomers to the institution, consisting of males of varying ages. Through the discussion circles conducted so far, we were able to explore a wide range of topics established by the group participants. With these experiences, we had the opportunity to conduct field observations and enhance our understanding of the topics discussed.

**Keywords:** conversation circles; male apac; psychology.

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

## INTRODUÇÃO

Para considerar as rodas de conversas e dinâmicas grupais, é crucial entender a importância da palavra e da linguagem como mediadores das experiências e construção do contexto histórico-social dos indivíduos (Pereira e Sawaia, 2019). Nesse contexto, o discurso desempenha um papel ativo nas práticas grupais. Através dele, o relato de cada um, compartilhado e debatido coletivamente, possibilita a produção de novos significados para vivências específicas, permitindo que o sujeito reconheça determinadas semelhanças em suas experiências. Isso destaca a necessidade de uma abordagem sensível à linguagem e ao discurso durante as interações grupais, visando promover uma compreensão mais profunda e uma maior reflexão sobre as experiências compartilhadas.

É importante enfatizar que “a composição do grupo não depende dos desejos de uma única pessoa, mas sim dos objetivos propostos àquela prática grupal, da população para quem se oferece serviço e de possibilidades diversas do contexto” (Pereira e Sawaia, 2019, p. 69). Dessa forma, para realização de dinâmicas em grupo é importante existir uma semelhança entre os participantes, que compartilhem de determinados contextos ou vivências em comum, de modo que, por meio das relações grupais, os participantes possam produzir e trabalhar coletivamente.

Posto isso, a maneira de organização dos grupos e o contexto em que estão sendo realizados também impactam diretamente na forma de mediação. Assim, observa-se essa interferência na maneira como a palavra é disseminada e o discurso é conduzido. Destaca-se, com isso, tais percepções vivenciadas no contexto das rodas de conversa oferecidas aos recuperandos da APAC Santa Luzia (MG). De forma que, é evidente que o modo de formação e o fator institucional são pontos importantes no desenvolvimento do grupo, estando em conformidade com o que Afonso e Abade (2008) apontam, ou seja, a existência de fatores que restringem a comunicação no grupo, sendo eles de ordem social e institucional, pessoal e interpessoal, além de marcados pelas relações de poder estabelecidas. Esses aspectos impactam não apenas as dinâmicas das interações, mas também a forma de engajamento dos participantes.

Portanto, as dinâmicas apresentadas pelas rodas de conversas visam proporcionar um momento no qual os recuperandos possam utilizar mais livremente de seus locais de fala. Uma vez que, para a realização de uma roda, que em sua composição conta com um grupo de diferentes histórias, mesmo que se assemelha em certos momentos, é necessário criar um ambiente propício para o discurso, sendo a fala um exercício fundamental. Concomitante a isso, a escuta também se apresenta como um fator crucial nas rodas, de maneira que o indivíduo

possa se expressar, mas deve escutar o outro e compreender a existência de diferentes vivências e experiências. Isso pode possibilitar a construção de significados e a reflexão a partir do que se é colocado durante as dinâmicas em grupo.

## **LOCAL E POPULAÇÃO**

As rodas de conversa na APAC Santa Luzia (MG) acontecem desde o início do projeto há muitos anos, mas trataremos, neste relato, sobre aquelas que foram realizadas com os recuperandos do sexo masculino, pelos extensionistas do curso de Psicologia no período de agosto de 2023 a abril de 2024. Os encontros ocorreram às segundas-feiras, quinzenalmente, com a duração de em média 40 a 50 minutos, dentro do auditório da APAC Santa Luzia (MG).

## **METODOLOGIA**

As rodas de conversa são uma atividade proposta pela equipe da Psicologia, além dos atendimentos individuais e do plantão psicológico. Barros (2007) afirma que a atividade em grupo tem o intuito de promover o pensamento em conjunto para efetuar transformações e promover a autonomia dos indivíduos participantes como sujeitos ativos e interventores. Sendo assim, a proposta das rodas de conversa é criar um local seguro e amistoso para que os recuperandos possam trocar experiências, reflexões e levantar questões da vida cotidiana e seus planos de futuro. A equipe atua na escuta ativa dos participantes, no acolhimento e na intervenção, quando essa se faz necessária, inclusive em casos de conversas paralelas ou comportamentos de desrespeito entre os participantes.

De acordo com o método da APAC, que tem por objetivo evitar a reincidência no ato criminoso e favorecer a reintegração social dos indivíduos, promovendo ações de assistência e reeducação (APAC, 2014), é papel do psicólogo colaborar e agir conforme a ética da profissão para auxiliar os recuperandos no processo recuperação. Miranda (2015) conclui que a psicologia, como ciência e profissão, está apta para trabalhar em conjunto com o setor jurídico para a reintegração social do sujeito condenado, assim como para a construção de vínculos para promover a cidadania e a perspectiva de futuro.

Dessa maneira, a Psicologia utiliza as rodas de conversa como método de conversação que propõe a participação ativa do sujeito e o impulsiona para debates, reflexões e criação de

vínculos. As rodas de conversa realizadas na APAC Santa Luzia são elaboradas a partir dos temas levantados pelos próprios recuperandos, os extensionistas conduzem e apoiam as discussões, mas são os recuperandos que determinam os rumos das discussões e as conclusões sobre cada temática. Eles falam livremente sobre os temas propostos e ajudam na elaboração das conversas.

## **A EXPERIÊNCIA DAS RODAS DE CONVERSA**

As rodas de conversa são oferecidas aos recuperandos da APAC Masculina de Santa Luzia (MG) para um público composto por homens com idades e contextos socioeconômicos diversos, todos enfrentando privação de liberdade e cumprindo pena na instituição. Ademais, as rodas são eventos obrigatórios aos recém-chegados ao local, sendo este o público majoritário que está presente nos encontros. Entretanto, há alguns recuperandos que demonstram interesse em continuar participando das rodas, e, por isso, permanecem engajados nas discussões e construções grupais. Essa continuidade evidencia a importância das rodas, de modo que reforça a necessidade de existir um espaço coletivo de diálogo e reflexão.

Os encontros possuem temáticas diversificadas, considerando o contexto de privação de liberdade e a vulnerabilidade dos envolvidos. Dessa forma, podemos dizer que as rodas de conversa são realizadas a partir da aposta na possibilidade de circulação da palavra e do vínculo entre eles. Outros objetivos são: difundir informações, promover reflexão sobre valores, atitudes e práticas sociais, bem como a valorização de uma consciência cidadã. Considera-se, assim, que há, muitas vezes, uma postura pedagógica por parte dos extensionistas, sem, no entanto, o estabelecimento de uma hierarquia, pois, a principal postura é a de mediação ou facilitação, priorizando uma construção coletiva de conhecimentos para que, desse modo, o público se perceba como cidadãos e sujeitos de direitos (Afonso e Abade, 2008).

A partir disso, na primeira roda de conversa do ano de 2024, os recuperandos, sugeriram alguns temas de relevância a serem trabalhados em grupo, sendo eles: “Restituir algo que se perdeu”, “Presente e futuro - gerando planejamento”, “Síndrome do Pensamento Acelerado”, “Família”, “Emoções: como ficar sóbrio em meio a uma atribulação da vida”, “Projeto de vida e nossos sonhos”, “Vício em pornografia nos dias de hoje”, “Cérebro”, “Como combater a ansiedade” e “Como ser uma pessoa melhor”. O aparecimento de tais questões demonstra o envolvimento dos recuperandos com as rodas de conversa e que elas podem ser locais de reflexões frutíferas, relacionadas ao contexto dos recuperandos e sua história de vida. Isso

evidencia também a necessidade de flexibilidade quanto ao planejamento dos objetivos das rodas de conversa, que “podem ser organizados de maneiras variadas para responder às demandas e interesses destes educandos” (Afonso e Abade, 2008, p. 9-10) e de que “os projetos devem ser construídos considerando a especificidade dos educandos e, preferencialmente, construídos com estes, a partir dos seus interesses explicitados” (Afonso e Abade, 2008, p. 11).

Apesar disso, em um contexto institucional, como o vivenciado na APAC Santa Luzia (MG), é evidente momentos em que a desconfiança é estabelecida como uma barreira entre os recuperandos para se exporem e debaterem temas coletivamente. Dessa forma, mesmo ao reforçar a obrigatoriedade do sigilo durante as rodas, a desconfiança torna-se um fator que impossibilita a interação de forma mais efetiva, sendo um empecilho para a conexão entre os participantes, os quais, por vezes, não conseguem estabelecer um diálogo, demonstrando receio em determinadas falas ou apenas não compartilhando as suas vivências e experiências.

Para além dessas questões, também é relevante mencionar acerca das diferenças entre os participantes, tendo em vista que em relação a um mesmo assunto podem emergir compreensões distintas. Um exemplo destas diferenças se deu quando trabalhamos durante a roda de conversa a temática “Projeto de Vida” e muitos recuperandos abordaram a necessidade de um recomeço pessoal, levando em conta sentimentos como amor e esperança. Ao mesmo tempo, houve a reflexão do que está sendo feito ou pode ser feito para se alcançar o recomeço desejado por eles. Assim, chegou-se à discussão a respeito de aspectos da rotina dos recuperandos, em paralelo à vida que levavam antes do cumprimento de suas penas. Sobre a rotina, alguns recuperandos têm a sensação de que “todos os dias são iguais” na APAC, porém, outros, apesar da limitação da liberdade, têm sensações opostas, de que todos os dias são diferentes, com coisas diferentes para se fazer. Tal situação ilustra uma característica fundamental das rodas de conversa: proporcionar condições dialógicas, que promovam reflexões por meio de uma democratização do conhecimento e a superação de dificuldades advindas do medo de julgamentos e da perda de reconhecimento pelos parceiros de diálogo (Afonso e Abade, 2008).

À vista disso, no contexto de uma roda de conversa, a linguagem e a fala demonstram sua importância, de maneira que a partir do discurso o indivíduo consegue compartilhar as vivências e estabelecer vínculos com o outro. Entretanto, também se é trabalhado a importância de conseguir ouvir aquilo que é falado e, assim, a escuta torna-se um fator importante nessas situações, em que é necessário aprender a ouvir o outro.



## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em suma, este artigo visa explorar o relato de experiência das rodas de conversas, desenvolvidas pela equipe de extensionistas da Psicologia com os recuperandos da APAC Santa Luzia (MG). De modo que é importante reconhecer as rodas como um momento desenvolvido para os recuperandos utilizarem mais livremente de seus locais de fala e, assim, poderem compartilhar suas experiências com o grupo. Diante disso, as rodas também se tornam um espaço em que o indivíduo possa reconhecer outras vivências, por meio da escuta, e com isso, construir novas perspectivas com o outro, ter um compartilhamento de ideias e refletir sobre os assuntos estabelecidos.

É importante salientar que tratando-se de um contexto institucional é evidente a existência de determinados entraves para o pleno funcionamento das rodas. Dentre esses entraves, destacam-se a dificuldade de determinados recuperandos falarem nas rodas, de maneira que ocorrem muitas “fofocas”, como eles nomeiam, ou a falta de confiança entre o grupo, assim dificultando um trabalho em que seja possível desenvolver as discussões no grupo. Entretanto, mesmo com tais questões, as rodas de conversas desenvolvidas indicam que este espaço deve ser preservado e que pode se transformar em espaço de construção coletiva constante sobre os temas e questões que interessam aos sujeitos que vivem e convivem na instituição.

Com isso, a partir das rodas, os extensionistas procuram desenvolver um meio para que estes recuperandos possam se sentir confortáveis para compartilhar suas vivências. De maneira que, através da fala e do encontro com o outro, seja possível um acolhimento e empatia frente às questões apresentadas.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, Maria Lúcia Miranda; ABADE, Flávia Lemos. **Para reinventar as Rodas**, 1ª ed., Belo Horizonte: Rede de Cidadania Mateus Afonso de Medeiros (RECIMAM), 2008. Disponível em: [http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/lapip/PARA\\_REINVENTAR\\_AS\\_RODAS.pdf](http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/lapip/PARA_REINVENTAR_AS_RODAS.pdf)

BARROS, Regina Benevides de. **Grupo: a afirmação de um simulacro**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

BRASIL, 2014. **APAC. Regulamento Disciplinar da APAC**. 2014, Governo de Minas Gerais.

MIRANDA, Sirlene Lopes de. **A Construção de Sentidos no Método de Execução Penal APAC**. *Psicologia & Sociedade*, 27(3), p. 660-667. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n3p660>

PEREIRA, Eliane Regina; SAWAIA, Bader Burihan. **Práticas grupais: espaço de diálogo e potência**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.

**ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL, SAÚDE INCOMPARÁVEL: um projeto de intervenção<sup>1</sup>**  
**SAFE EATING, INCOMPARABLE HEALTH: an interventional project**

**Livia de Lucena Song**  
**Gabriela Araujo Costa**  
**Fernando Ferreira Pena Lopes Junior**  
**Luisa Moreira Bevilaqua**  
**Leandro Mendes Ferreira Filho**  
**Mayra Maia Tolentino**

## **INTRODUÇÃO**

Ao longo do 2º período de Medicina da Universidade XXXXXX, no 2º semestre de 2023, tivemos a oportunidade de cursar o estágio relativo à disciplina “Práticas na Comunidade II: Saúde da Criança e do Adolescente” na UBS Trincheiras, situada no bairro Citrolândia, região periférica de Betim. As consultas pediátricas constituíram experiências memoráveis, que possibilitaram, entre tantos aprendizados, a compreensão do contexto sociocultural onde estávamos inseridos. Durante o semestre, observamos que frequentemente as refeições realizadas pelos pacientes eram compostas de alimentos ricos em açúcar e pouco nutritivos. Ao reconhecer na comunidade este impasse e, visando a conscientização das próprias crianças quanto ao que consomem, executamos um projeto voltado à importância de uma boa alimentação para o crescimento e desenvolvimento infantil adequados.

Para isso, visitamos a Escola Estadual Tito Lívio. Durante contato com a diretora da instituição, ressaltou-se a relevância do tema proposto devido, principalmente, ao grande consumo de ultraprocessados pelos escolares do local. O projeto apresentado pelo grupo foi consonante com o modelo educacional, bem como com os ideais defendidos pela escola. A instituição, que acolhe alunos do Ensino Fundamental e Ensino Médio, busca incentivar bons hábitos alimentares, inclusive, mediante o oferecimento de refeições nutricionalmente completas.

O presente trabalho se justifica pela necessidade da propagação de informações adequadas e acessíveis como parte das ações de prevenção e promoção de saúde propostas pela

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

disciplina. O acesso à informação de qualidade foi uma preocupação constante da nossa equipe durante as consultas com as crianças e seus responsáveis, uma vez que o índice de desinformação sobre nutrição infantil é alto, bem como o hábito de consumo precoce de industrializados e açúcar. Nesse contexto, o projeto realizado pelo grupo teve como principal objetivo disseminar informações relacionadas à alimentação saudável na infância como, por exemplo, a necessidade de um “prato colorido” e de se evitar o excesso de açúcares e sódio.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A transição nutricional se relaciona às mudanças demográfica, epidemiológica e alimentar - se caracterizando por alterações nos hábitos dos brasileiros nas últimas décadas, como o aumento do consumo de alimentos ultraprocessados (Ministério da Saúde, 2015). Os alimentos ultraprocessados são nutricionalmente desbalanceados: observa-se, com frequência, quantidades exacerbadas de gorduras, açúcares e sódio que buscam aumentar a durabilidade dos produtos e intensificar seu sabor. Esses ingredientes, juntamente aos aditivos químicos de uso exclusivamente industrial, contribuem para o desenvolvimento de condições crônicas como a obesidade, doenças cardiovasculares, diabetes e vários tipos de câncer (Ministério da Saúde, 2014). Em 2020, 16% das crianças de 2 a 4 anos acompanhadas na Atenção Primária à Saúde apresentaram sobrepeso ou obesidade. Entre 5 a 9 anos, esse percentual sobre para mais de 30% (Ministério da Saúde, 2022).

O estado nutricional influencia diretamente as condições de crescimento e desenvolvimento, além da morbimortalidade da população como um todo. A primeira infância e a adolescência constituem os períodos mais críticos para o desenvolvimento da obesidade, sendo estas fases caracterizadas por intensas transformações nas práticas alimentares. Ao alcançarem os dois anos de idade, as crianças começam a definir suas preferências e a construir escolhas alimentares com maior autonomia (Ministério da Saúde; USP, 2022). Uma alimentação nutricionalmente inadequada abre espaço para atraso no crescimento infantil e comprometimento do desenvolvimento neuropsicomotor. Associa-se ao maior risco de doenças infecciosas, à mortalidade precoce, ao menor aproveitamento escolar e à menor capacidade produtiva na idade adulta (Monteiro et al., 2000; Leão et al, 2022).

É imprescindível, portanto, realizar o acompanhamento do estado nutricional e das práticas alimentares infantis de forma constante e sistemática em todo o Brasil.

## **METODOLOGIA**

As ações de promoção de saúde e prevenção de doenças, especialmente para crianças e adolescentes, devem ser lúdicas e em linguagem acessível. Um dos grandes desafios na execução destas ações é o de escolher, entre inúmeras estratégias, aquelas que melhor se harmonizam aos propósitos educacionais. As aulas monótonas e exclusivamente expositivas, ampliam a dificuldade de aprendizado dos estudantes, uma vez que tornam os temas apresentados pouco atrativos (Lima et al, 2021). A partir das evidências trazidas pela literatura, buscamos ensinar os alunos do Ensino Fundamental sobre a importância de priorizar refeições nutricionalmente completas de maneira interativa, para que pudessem participar da construção de seu conhecimento ativamente. Visamos instigar as crianças acerca da nutrição qualitativamente rica, para que existisse uma maior curiosidade por parte delas em experimentarem um estilo de vida mais saudável, conscientizando-as que as ações de hoje impactam na sua qualidade de vida no futuro (Leão et al, 2022).

A intervenção realizada na Escola Tito Lívio, no dia 29 de Novembro de 2023, começou com os alunos do terceiro ano do ensino fundamental. O encontro foi dividido em três momentos. A princípio, realizou-se uma dinâmica em que exemplos de comidas saudáveis e não saudáveis foram exibidos, para que os alunos os classificassem entre uma boca feliz (devem ser consumidas diariamente) e uma boca triste (devem ser evitadas, sempre que possível) (Figura 1).

Posteriormente, realizamos uma pequena apresentação acerca dos alimentos saudáveis e sua necessidade - utilizando uma linguagem adaptada para o público e analogias de fácil entendimento, a fim de explicar sobre nutrientes, vitaminas e fibras. Concomitantemente, abordamos os alimentos pouco nutritivos, que devem ter seu consumo reduzido no cotidiano. Em segundo momento, desenvolveu-se um mural de “prato ideal”, com figuras de alimentos saudáveis coloridas pelos próprios alunos (Figura 2). A partir dele, pudemos separar os alimentos em seus grupos alimentares e organizá-los no prato usando suas proporções recomendadas. Para finalizar, distribuimos uma salada de frutas, como referência de um lanche saboroso, saudável e nutritivo.

Figura 1: Classificação dos alimentos



Fonte: Autores, 2023.

Figura 2: “Prato ideal”



Fonte: Autores, 2023.

Em sequência, nos encontramos com os alunos do quarto e quinto ano do ensino fundamental. Iniciamos a conversa com uma explicação sobre a importância da alimentação saudável, ressaltando a prevenção de doenças e o bom funcionamento do corpo. Como no primeiro grupo, analogias foram utilizadas para a elucidação dos tópicos. Frisando seus benefícios para a saúde, discutiu-se sobre os alimentos in natura ou minimamente processados como fonte de energia importante para as atividades diárias. Seguidamente, apresentamos para os alunos os malefícios à saúde provocados pelo excesso de açúcar, a partir de uma dinâmica em que os ouvintes adivinhavam a quantidade deste ingrediente presente em diferentes produtos ultraprocessados comuns em sua rotina. Por fim, a salada de frutas também foi distribuída.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Por meio da intervenção realizada um total de 68 pessoas, equivalente a 3 turmas, foram expostas às explicações acerca dos hábitos alimentares adequados ao bem-estar. Educar crianças sobre alimentação saudável pode ser desafiador, como resistência a mudanças nos hábitos alimentares. Estratégias interativas e envolventes, que englobam a criatividade, são importantes para captar a atenção das crianças (Oliveira; Alencar, 2012). Nesse caso, as discussões em grupo, jogos educativos e atividades práticas foram métodos eficazes encontrados para melhorar o engajamento durante a palestra realizada. Intervenções nutricionais possuem o potencial de transformar os comportamentos alimentares das crianças, contribuindo para a redução do risco de condições como o excesso de peso (Bock et al, 2012). Nesse sentido, a influência do ambiente escolar na formação de hábitos alimentares é um aspecto relevante. Ações de promoção à saúde nas instituições devem abranger o conhecimento e as habilidades que auxiliam no desenvolvimento do autocuidado (Costa et al, 2013). Dito isso, a educação alimentar mostra ser capaz de criar uma associação positiva com alimentos saudáveis, ao invés de concentrar-se em restrições - o que pode influenciar positivamente as escolhas alimentares das crianças. Durante as atividades, os estudantes se mostraram interessados quanto às dinâmicas propostas, além de terem participado ativamente através, por exemplo, do compartilhamento de suas experiências e opiniões.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao apresentarmos os caminhos para uma alimentação saudável aos alunos, é possível dizer que o objetivo do projeto foi atingido. Acreditamos que esses indivíduos terão participação ativa em escolhas que possibilitem melhorar a alimentação e regular a dieta, dentro de sua realidade socioeconômica e familiar. A mudança de hábito contribui para diminuir o risco, no futuro, de condições crônicas como obesidade, diabetes e doenças cardiovasculares (resultantes, em parte, do consumo constante de alimentos ultraprocessados com alto teor de sódio, açúcar e conservantes). Ao final da intervenção, sentimos que nosso aprendizado acerca do tema proposto, assim como a oportunidade de ensinar as crianças, nos proporcionou uma visão mais integral de cuidado com o paciente e a possibilidade de desenvolver habilidades para ações coletivas na promoção da saúde, em seus mais diversificados aspectos.

**Palavras-chave:** hábitos alimentares; infância; educação alimentar; comportamentos alimentares; intervenções nutricionais.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia Alimentar para a População Brasileira** - Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Marco de referência da vigilância alimentar e nutricional na atenção básica** - Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Fascículo 4:** protocolo de uso do guia alimentar para a população brasileira na orientação alimentar de crianças de 2 a 10 anos. Ministério da Saúde, Universidade de São Paulo (USP) - Brasília: Ministério da Saúde, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. **Situação alimentar e nutricional de crianças na Atenção Primária à Saúde no Brasil** - Brasília: Ministério da Saúde, 2022.

BOCK, Freia De; BREITENSTEIN, Luise; FISCHER, Joachim E. **Positive impact of a pre-school-based nutritional intervention on children's fruit and vegetable intake: results of a cluster-randomized trial.** Public Health Nutr., v.15, n.3, p. 466-75, 2012.

COSTA, Gabriela Giordano; DIAS, Larissa Guimarães; BORGHETTI, Caroline Borges G; FORTES, Renata Costa. **Efeitos da educação nutricional em pré-escolares: uma revisão de literatura.** Com. Ciências Saúde, v.24, n.2, p.155-168, 2013.

LIMA, Angélica Duarte; *et al.* **O que torna uma aula desinteressante: O que dizem as pesquisas?** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ed. 08, v. 04, p. 37-50, 2021.

LEÃO, Ennio; *et al.* **Pediatria Ambulatorial.** 6ª ed. Belo Horizonte: Coopmed. 2022.

MONTEIRO, Carlos Augusto; *et al.* **Da desnutrição para a obesidade: a transição nutricional no Brasil.** Velhos e novos males da saúde no Brasil: a evolução do país e suas doenças, p. 247-255, 2000.

OLIVEIRA, Edileusa Borges Porto; ALENCAR, Eunice Maria Lima Soriano de. **Importância da criatividade na escola e no trabalho docente segundo coordenadores pedagógicos.** Estudos de Psicologia (Campinas), v. 29, n. 4, p. 541–552, 2012.



**Associação Mineira de Proteção de Crianças e Adolescentes: relato de experiência  
extensionista em uma oficina de conscientização postural em crianças<sup>1</sup>**

**Giovanna Souza Diniz**  
**Bianca Karoline Santos da Silva**  
**Giovanna Souza Diniz**  
**Lyvia Vitória Gomes Riodouro**  
**Patricia Dayrell Neiva**  
**Luiza Morais Raimundo**

**RESUMO**

O texto descreve uma intervenção planejada como prática curricular de extensão da Disciplina de Ações de Extensão Universitária do Curso de Fisioterapia da Universidade XXXXXXXXXX para conscientizar crianças e adolescentes sobre a importância da boa postura, visando evitar dores e problemas na coluna vertebral causados pela disfunção postural. A ação foi realizada na Associação Mineira de Proteção à Criança e ao Adolescente com alunos de 6 a 11 anos. Foi planejada e desenvolvida uma oficina com atividades de conscientização postural, distribuição de cartilhas, demonstração de posturas e exposição de comportamentos adequados. A fundamentação teórica baseou-se em revisões bibliográficas e um vídeo. Materiais didáticos adaptados, como um questionário denominado "Jogo de perguntas e respostas", foram utilizados para levantar as demandas posturais dos grupos. A intervenção ocorreu em dois encontros, abordando temas como anatomia da coluna vertebral, alterações posturais e dicas de prevenção. A partir do levantamento de dados foi realizada uma atividade interativa, envolvendo a sustentabilidade, de pintura dos segmentos da coluna vertebral. Cada criança recebeu uma cartilha informativa ao final. Os resultados revelaram que o grupo de crianças de 6 a 11 anos apresentava demandas relacionadas à postura sentada nas cadeiras e carteiras escolares, uso incorreto da mochila e dores na coluna vertebral. A intervenção foi bem avaliada pela coordenação e educadores através de um questionário virtual para obter sugestões como estratégia de monitoramento da ação. A intervenção foi considerada satisfatória, contribuindo para a melhoria da qualidade postural dos alunos da associação cumprindo o objetivo da ação extensionista.

**Palavras-chave:** postura; criança; extensão universitária.

**Associação Mineira de Proteção de Crianças e Adolescentes: Extension Experience  
report of a postural awareness workshop in children**

**ABSTRACT**

The text describes an intervention planned as an extension curricular practice of the Discipline of Actions of University Extension of the PUC Minas Physiotherapy Course to make children and adolescents aware of the importance of good posture, in order to avoid pain and problems in the spine caused by postural dysfunction. The action was carried out at the Minas Gerais Association for the Protection of Children and Adolescents with students from 6 to 11 years old. A workshop was planned and developed with postural awareness activities, distribution of booklets, demonstration of postures and exposition of appropriate behaviors. Theoretical foundation was based on

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

bibliographic reviews and a video. Adapted teaching materials, such as a questionnaire called "Question and Answer Game", were used to raise the postural demands of the groups. The intervention took place in two meetings, addressing topics such as spinal anatomy, postural changes and prevention tips. From the data collection, an interactive activity was carried out, involving sustainability, painting segments of the spine. Each child received an information booklet at the end. The results revealed that the group of children from 6 to 11 years old presented demands related to sitting posture on school chairs and desks, incorrect use of the backpack and pain in the spine. The intervention was well evaluated by the coordination and educators through a virtual questionnaire to obtain suggestions as a strategy for monitoring the action. The intervention was considered satisfactory, contributing to the improvement of the postural quality of the association's students, fulfilling the objective of the extensionist action.

**Keywords:** Postural disorders. Children. University Extension.

## INTRODUÇÃO

A desordem postural está intimamente associada aos maus hábitos comportamentais, que podem levar a consequências futuras, como dores e alterações da posição da coluna vertebral. O ambiente escolar é propício para o surgimento destas alterações, visto que o mobiliário não é sempre adequado para as crianças e adolescentes, contribuindo para aquisição da má postura, além do transporte de material escolar, com mochilas, excessivamente pesadas, desajustadas e carregadas de maneira errônea (Verbecque,2016).

A escolha da Associação Mineira de Proteção à Criança e ao Adolescente (AMPC) para desenvolvimento das práticas curriculares de extensão, na disciplina de Ações de Extensão Universitária, foi considerar o território do entorno da Universidade XXXXXXXXXX no bairro XXXXX propício ao desenvolvimento das ações. A AMPC é uma instituição que abriga atualmente 314 crianças, de 4 a 15 anos de idade em dois turnos letivos, manhã ou tarde, sendo que a proposta de horário integral se dá por que os alunos participam de oficinas de esporte, dança, yoga, informática, artes e outros projetos, em horários alternativos contrários ao componente curricular.

O público alvo desta ação extensionista foi um grupo de alunos de 6 a 11 anos de idade, apesar do grupo de alunos de 14 a 15 anos também participar do primeiro encontro. Ambos apresentavam posturas impróprias ao assentar em suas cadeiras e ao carregar suas mochilas, segundo informações prévias da coordenação.

Seguindo a lógica dos autores Maekawa et al. (2021), estudos sobre postura realizados em crianças e adolescentes, além de investigações sobre problemas que surgem devido aos maus hábitos posturais, indicam a importância de tal assunto para se evitar complicações na vida adulta. Assim, observam-se problemas no desenvolvimento postural que corroboram para

disfunções no sistema musculoesquelético, limitações nas atividades da vida diária, mas também, em alguns casos, piora da qualidade de vida. Portanto, o presente artigo trata-se do relato de experiência de uma intervenção baseada em educação em saúde que objetivou incentivar através de uma oficina de conscientização postural e distribuição de cartilhas, bons hábitos posturais, utilizando abordagens teóricas e práticas como demonstração e explicação de posturas, exposição de comportamentos adequados para evitar dores e alterações estruturais da coluna vertebral (Maekawa, 2021).

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A educação em saúde é um componente importante, reconhecido como parte do processo de trabalho. Sua concepção sofreu mudanças ao longo do tempo, influenciada pelos contextos histórico e político. Na segunda metade do século 19, a educação em saúde surgiu como uma estratégia autoritária e normatizadora, que se valia de práticas coercivas, considerando que as doenças eram causadas pela não observação das normas de higiene por parte da população. Em seguida, em meados do século 20, assumiu um foco positivista, baseado no modelo biológico, informando a população sobre regras do bem-estar físico, mental e social para que, a partir disso, se tornasse responsável por sua própria saúde. A partir das décadas de 1960 e 1970, com o movimento para a reforma sanitária brasileira, a educação em saúde incorporou a discussão sobre a influência dos determinantes sociais da saúde, assim como os fundamentos da educação popular de Paulo Freire, e passou a propor soluções, por meio da problematização, para transformação da realidade (Figueiredo, 2010)

Assim, ao conceituar educação em saúde é importante pontuar suas diferentes concepções. Tradicionalmente, é considerada um campo da saúde pública com o propósito de atuar na promoção da saúde e na prevenção de doenças. Não deve ser considerada como somente a transmissão de conhecimento, absorvendo as informações sem contextualização nem reflexão crítica. Deve ser entendida pela população como coadjuvante na compreensão das causas das doenças, como prevení-las e superá-las.

O relato de experiência foi embasado em um material didático de Anatomia Humana nomeado “Anatomia Humana Básica” construído pelos autores Dangelo e Fattini, além de artigos acadêmicos, disponíveis em bases de dados como a PubMed utilizando s palavras chaves, com ênfase em Desvios Posturais na Infância e Adolescência e Orientações Posturais Escolares. Todos os dados levantados foram alinhados para serem construídas as estratégias que tem como intuito, reforçar a importância da educação em saúde para prevenção de

alterações posturais em crianças e adolescentes (Dangelo, J. G.; fattini,2000) (Mendonça, 2016)

## **METODOLOGIA**

A intervenção proposta pelo grupo foi desenvolvida através de dois encontros, em que foram realizadas atividades de conscientização postural com grupo de crianças de 6 a 11 anos de idade. Primeiramente foi agendado um encontro presencial com os coordenadores da AMPC para conhecer a docente organizadora, os alunos, as diretrizes da associação, seu objetivo geral, os objetivos específicos, e como acontecem as atividades no dia a dia. Antes deste encontro, já havia sido relatado sobre a incidência dos problemas posturais nos grupos de crianças e assim foi realizado um levantamento das questões posturais de dois grupos de alunos. O grupo 1 com 20 alunos de 6 a 11 anos de idade e grupo 2 com 17 alunos de 14 a 15 anos de idade. Foi aplicado uma adaptação do questionário *BackPEI-CA* (ROSA, 2022) nos grupos de alunos com o objetivo de detalhar os problemas posturais de cada grupo. O questionário foi adaptado pelas acadêmicas para a língua portuguesa e de forma ilustrativa para obter as respostas de forma lúdica pelas crianças.

O questionário escolhido, *BackPEI-CA*, contém um total de 30 perguntas em relação a prática de esportes ou exercícios físicos, ao uso da televisão, do computador ou notebook, de dispositivos móveis, a posição de leitura ou estudo na cama, como também ao dormir, a postura na carteira de sala de aula, na posição sentada e durante o uso do computador ou telefone, os hábitos para pegar objetos do chão, modelo e modo de uso da mochila, nível de escolaridade dos pais ou responsáveis e se os mesmos sentem dor na coluna vertebral. Em relação à avaliação das lombalgias e cervicalgias, as questões foram sobre o impacto da dor nas costas na vida de crianças e adolescentes (Candotti,2017). Os dados dos questionários foram tabulados no programa Excel.

Em um segundo encontro, para realizar a oficina de conscientização postural na AMPC, embora tenham sido planilhadas as demandas posturais de ambos os grupos 1 e 2, o público alvo escolhido foi o grupo 1, com crianças de 6 a 11 anos, pela melhor consistência de dados extraídos do questionário considerando a confiabilidade das respostas. Tal intervenção foi toda organizada com uma apresentação visual desenvolvida pelo grupo (Figura 1). Na oficina foi proposta, inicialmente, uma orientação postural repassada em vídeo, mediante autorização dos autores e posteriormente foi realizado pelo grupo, um momento explicativo detalhado dos tópicos sobre coluna vertebral, as principais alterações posturais e suas consequências, dicas do

modo ideal do uso da mochila de alças e da postura sentada nas cadeiras escolares. Para finalizar, foi realizada uma dinâmica interativa de pintura de segmentos das colunas vertebrais ecológicas, confeccionadas de caixa de ovos de papelão, com o objetivo de conhecer cada região da coluna vertebral e a sua respectiva mobilidade. Para encerrar a intervenção foi disponibilizada uma cartilha informativa elaborada pelas acadêmicas para cada criança, professoras responsáveis e coordenadora.

**Figura 1 – Apresentação visual dos slides utilizados na oficina.**



**Fonte: Elaborado pelas autoras, 2023.**

A partir de estudos realizados pelo grupo, mediados pela professora da Disciplina de Ações Universitárias foi proposto o desafio da construção de materiais didáticos com foco em conscientização postural e assim foi construída uma cartilha determinando seus respectivos elementos, considerando os beneficiários indiretos: os pais e responsáveis das crianças de 6 a 11 anos. A linguagem empregada foi simples, didática, com suporte das ilustrações, podendo ser uma valiosa ferramenta no auxílio da construção de conhecimentos na perspectiva da interdisciplinaridade. O conteúdo teórico trouxe os tópicos de contextualização sobre o que é a coluna vertebral, quais são as principais alterações posturais que podem ser desenvolvidas pelas crianças mediante maus hábitos posturais e dicas de prevenção. Iniciou-se também a busca por imagens para ilustração da cartilha, que foi adaptada pela designer gráfica, com a finalidade de ilustrar a história e de forma lúdica, possibilitando que as crianças também pudessem interagir com a mesma, colorindo-a. A cartilha foi intitulada de “Dicas de como prevenir as alterações na coluna vertebral”. No desenvolvimento da cartilha, foi inserido um tópico abordando a importância do conhecimento da anatomia da coluna vertebral como estratégia para prevenir

alterações posturais e posturas inadequadas, principalmente para o beneficiário direto que, no caso foram as crianças e adolescentes, que são o público alvo mais comprometido por esses maus hábitos que podem gerar alterações estruturais importantes no decorrer do crescimento. Dicas foram registradas focadas na prevenção das principais alterações posturais. Na última página da cartilha dois *QR Code* foram inseridos. O primeiro direcionava para um *link* de um filme educativo com título “Postura Legal” registrado na Ancine e roteirizado pela fisioterapeuta Ana Clara Vieira como produto do seu mestrado profissional em Ensino de Ciências da Saúde e do Meio Ambiente, a qual autorizou a disponibilidade do material virtual tanto na cartilha, como o seu uso na oficina realizada pelo grupo na AMPC (Vieira, 2011). O segundo *QR code* direcionava para outras duas cartilhas elaboradas pela fisioterapeuta doutora Cláudia de Almeida Ferreira Diniz com enfoque em orientações para crianças, do uso adequado de mochilas e da postura sentada (Diniz, 2010). O desenvolvimento da cartilha como material didático foi utilizado no formato impresso e no digital e teve como objetivo mediar conhecimentos gerais das alterações posturais no público infanto-juvenil para pais e responsáveis, alunos do ensino fundamental e todos os interessados que desejam se inteirar sobre o tema e como prevení-lo.

Como instrumento de avaliação da satisfação da coordenação e educadoras da AMPC da atividade realizada pelas acadêmicas foi enviado um questionário de avaliação da satisfação das mesmas e opiniões de melhorias (PROEX-UFT, 2020) na semana posterior á finalização da oficina.

## **DISCUSSÃO E RESULTADOS**

Este é um relato de experiência sobre as estratégias elaboradas nas oficinas visando promover a conscientização por meio da educação em saúde e cumprindo as metas das práticas curriculares de extensão como atividades acadêmicas desenvolvidas em estreita vinculação com os componentes curriculares do curso, pressupondo a interação aluno, professor e sociedade, visando estabelecer relações entre a realidade e a produção do conhecimento, proporcionando aos participantes, formação integral, comprometida com a mudança social. (PROEX PUC MINAS, s./d.).

Na área da saúde, evidencia-se um crescente número de questionários e escalas disponíveis que procuram verificar e avaliar fenômenos determinados em diferentes âmbitos da assistência e pesquisa, sendo fundamental que esses instrumentos possuam fidedignidade e credibilidade. Muitos instrumentos são produzidos em um idioma e depois traduzidos para outros. A validação é etapa importante nestes processos de tradução e adaptação cultural e

linguística das escalas e questionários. Para a avaliação da qualidade dos instrumentos, os atributos ou propriedades mais importantes são: validade; confiabilidade, praticabilidade, sensibilidade e responsividade. A determinação desses atributos é particularmente essencial na tradução e adaptação de um questionário, pois, permite verificar a qualidade metodológica do instrumento utilizado (ALEXANDRE, 2011). A necessidade de adaptação do questionário foi necessária visto que não há na literatura a tradução e validação do questionário *BackPEI-CA* (ROSA, 2022) para a língua portuguesa. O ajuste foi realizado nas ilustrações que o tornasse mais dinâmico para ser respondido pelas crianças, recebendo o nome de “Jogo de perguntas e respostas”, inicialmente do grupo 1 com 20 alunos de 6 a 11 anos de idade e grupo 2 com 17 alunos de 14 a 15 anos de idade, em uma apresentação virtual disponibilizada anteriormente neste relato. O grupo elaborou este material adaptado considerando que haveria este público alvo com escolaridade fundamental capacitado para ler e responder todas as perguntas do questionário em sua determinada complexidade.

Uma repetição sem inovação, engaveta, compartimentada, não traz nada de novo nem nos prepara para uma reação ao imprevisto que é a grande incerteza da vida. Isto caracteriza um dos pilares da extensão universitária: a rapidez em solucionar problemas para atingir a meta final. Algumas mudanças externas podem conduzir à necessidade de alteração de rotinas e até mesmo aquisição de novas competências para que a tarefa seja realizada, (Edmondson, 2003). No dia da aplicação do questionário, o grupo contou com o imprevisto do grupo 1 ainda no processo de aprendizado de escrita e leitura, o que limitou a apresentação visual do grupo e o processo como seria realizado a coleta dos dados já que muitas crianças tinham problemas com a leitura e não sabiam escrever com exatidão. Algumas perguntas também foram descartadas do questionário original pelo seu grau de dificuldade e o tempo de dinâmica com este grupo o impediu que todas as perguntas do questionário fossem registradas no formato escrito, sendo proposto o registro oral e com contagem de respostas para cada alternativa das questões. Mesmo diante da presente limitação, o grupo conseguiu com o grupo 1 coletar 17 respostas confiáveis e 3 foram excluídas, por dificuldade de interpretação das respostas elaboradas de forma escritas e para as perguntas orais 20 crianças responderam adequadamente. Na tabela 1, estão descritas as perguntas que foram registradas de forma escrita e oralmente e as respostas mais recorrentes que foram utilizadas para pontuar as demandas específicas de alterações posturais do grupo. Em relação ao grupo 2, totalizando 17 adolescentes de 14 a 15 anos de idade, foi aplicado o questionário oralmente e devido a limitações técnicas para a apresentação virtual do questionário, foi realizado a oficina com este grupo de uma forma mais rápida em um processo de explicação do objetivo do vídeo, da anatomia da coluna vertebral,

da importância de manter posturas corretas e as consequências dos maus hábitos e por fim foram dadas dicas de prevenção para as mesmas com o uso das cartilhas disponibilizadas para uso, da fisioterapeuta doutora Cláudia de Almeida Ferreira Diniz com enfoque em orientações para crianças do uso adequado de mochilas e da postura sentada (Diniz, 2010).

As demandas levantadas da Tabela 1 de respostas orais e escritas do grupo de crianças de 6 a 11 anos foram principalmente ao que se refere ao modo errôneo da postura sentada na carteira e cadeira, que foram alvos de discussão nas oficinas para melhoria da saúde das crianças. Em relação aos tópicos como casos de dores na coluna, uso correto da mochila dentre outras pontuações do questionário, mesmo não representando na maioria dos casos repercussões de grande relevância na saúde das crianças alvo da ação, foram temas também abordados na intervenção como mecanismo de desenvolver o conhecimento da prevenção de possíveis condições de saúde relacionadas à alterações posturais.

Em relação a oficina de conscientização das crianças do grupo 1, foi realizado o momento da dinâmica interativa de pintura das colunas vertebrais confeccionadas de material ecológico (caixas de ovos, barbantes e papelão) como ilustrado na figura 2, com o objetivo de proporcionar às crianças conhecimento acerca de cada região da coluna vertebral e a mobilidade da mesma. As vértebras da coluna foram representadas pelas caixas de ovos recortadas, enquanto os discos intervertebrais foram construídos por moldes em círculo de caixa de papelão. As vértebras foram agrupadas aos discos por um barbante entre as estruturas, enquanto as últimas foram moldadas representando o sacro e cóccix. A sustentabilidade foi estimulada e é um dos pilares dos objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização Mundial de Saúde é a Saúde humana e ecologia integral, ou seja, qualquer momento em que se possa conversar sobre estas diretrizes é importante para a construção do conhecimento (ONU, 2015). Foram disponibilizados 2 moldes das colunas vertebrais ecológicas para que as crianças pudessem pintar conforme as instruções, sendo cada segmento pintado de uma cor específica (Figura 2).



**Figura 2. Material e construção da coluna vertebral com o papelão**



**Fonte: Elaborado pelas autoras, 2023.**

Seguindo o planejamento da oficina, foi aplicado um jogo lúdico de “o mestre mandou...” para que as crianças compreendessem os movimentos realizados pela coluna vertebral de flexão, extensão, inclinação e rotação bilateral. Todas aderiram a brincadeira e puderam compreender a mobilidade que a coluna possui e sua importância para assumir diferentes posturas, além de perceberem as más posturas como possíveis causadoras de alterações e dores (Figura 3). Diante do lúdico, a realização das atividades pela criança se torna mais prazerosa e de muito estímulo criativo. Ademais, proporciona a sua expressão livre com traço próprios, de sua vivência, gosto, experiências significativas. Vygotsky (2009) enfatiza que os elementos artísticos e seus significados são produzidos e transmitidos socialmente, o que faz que a conexão com a educação das emoções pela praxis pedagógica, uma vez que a educação dos sentidos e da emoção é mecanismo de transmissão social das condutas instituídas no decorrer das experiências que ela proporciona, ou seja, é o processo de humanização que vigora nos princípios artísticos e pedagógicos da criança. Durante o desenvolvimento infantil e de aquisição de conhecimento não apenas os símbolos auxiliam na linguagem e na interação social da criança, mas o lúdico tem suma importância para que esse desenvolvimento aconteça de uma forma mais compreensível e acessível. Por isso, é necessária a metodologia lúdica nos contextos educacionais. Para finalizar a oficina, foram entregues as cartilhas às crianças para serem utilizadas no contexto familiar favorecendo o processo educativo dos pais e responsáveis para facilitar a detecção e a prevenção das alterações posturais que podem ser desenvolvidas nessa faixa etária.

Posteriormente, as discentes enviaram um questionário virtual com o objetivo de monitorar a ação, totalizando oito perguntas que envolviam a identificação, sua respectiva função na AMPC, a opinião do desenvolvimento das ações do primeiro e segundo encontro e possíveis sugestões e acerca do aproveitamento do material da cartilha e por fim como foi a experiência em receber a Universidade XXXXXXXXXX como futura parceira da associação. Diante dos *feedbacks* recebidos, as discentes avaliaram a qualidade com que foi executada a

tarefa da oficina de conscientização. De uma forma geral, as educadoras gostaram das dinâmicas realizadas, entretanto em relação à interação do primeiro encontro para a aplicação do questionário, foi sugerido incrementar a praticidade na coleta das respostas para favorecer o envolvimento maior com as crianças. As cartilhas foram um instrumento útil e que contribuíram para o conhecimento acerca das alterações posturais, e foi autorizado a disponibilização do forma mato *online* à associação para uso das mesmas em outros momentos educativos.

Figura 3 – Registros visuais da aplicação do questionário *BackPEI-CA* e da Oficina



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2023.

Tabela 1- Estratificação de perguntas e respostas ao questionário adaptado

Perguntas	Respostas
1- Você pratica esportes ou exercícios físicos regularmente na escola ou fora?	A maioria das crianças pratica esportes
2- Quantos dias por semana você pratica esportes ou exercícios físicos?	1-2 dias da semana
3- Quantas horas por dia você geralmente passa sentado assistindo televisão?	A maioria das crianças assiste 8 horas ou mais
4-Quantas horas por dia você passa sentado usando seu computador de mesa/notebook	A maioria das crianças não tem computador ou notebook
5- Quantas horas por dia você passa usando seu celular/tablet?	A maioria das crianças utiliza de 6 a mais horas por dia no celular ou tablet
7- Você costuma ler ou estudar na cama?	Sim, lê ou estuda na cama
8-Qual é sua posição de dormir favorita?	De lado
9- Quantas horas por dia você dorme no período de 24 horas?	A maioria dorme 10 a mais horas por dia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta ação extensionista proporcionou ganhos e experiências prazerosas para as crianças, pais e responsáveis, assim como para as discentes e contribuiu positivamente para a melhora da postura e prevenção de dores da coluna vertebral do grupo, além de proporcionar a

experimentação dos conhecimentos anatômicos, que podem indiretamente influenciar no aprendizado e rendimento escolar de conteúdos teóricos relacionados a área biológica.

Percebe-se a necessidade de uma atenção voltada para o ambiente em que as crianças estão inseridas, assim como as condições econômicas e sociais que estão diretamente associadas a um possível acesso ao tratamento, como também a condições que propiciem uma maior incidência de problemas relacionados a coluna vertebral, como o mobiliário inadequado, bolsas e mochilas avariadas e excessivamente pesadas.

A possibilidade de levantamento de demandas e execução para a resolução de problemas da comunidade cumpre o papel da extensão universitária como uma perspectiva de transformação social. A modificação do comportamento do docente é notória ampliando a visão crítica e humanista e reforçando a necessidade de experimentação do protagonismo da ação para construção da autonomia, competência indispensável para qualquer profissional.

## REFERÊNCIAS

ALEXANDRE NMC, Coluci MZO. **Validade de conteúdo nos processos de construção e adaptação de instrumentos de medidas.** Cienc Saude Coletiva, 2011;16(7):3061-8.

CANDOTTI, Cláudia Tarragô; *et al.* **Back Pain and Body Posture Evaluation Instrument for Adults: Expansion and Reproducibility.** Pain Management Nursing, 2017. Disponível em:[https://www.painmanagementnursing.org/article/S1524-9042\(16\)30214-4/fulltext#articleInformation](https://www.painmanagementnursing.org/article/S1524-9042(16)30214-4/fulltext#articleInformation).

DANGELO, J. G.; FATTINI, C. A. **Anatomia humana básica.** São Paulo. Editora Atheneu, 2000. 2. ed. p. 419

DINIZ, Cláudia de A. F. **Você sabia que usar mochila nas costas pode prejudicar sua coluna e causar dor nas costas?** Belo Horizonte, 2010.

DINIZ, Cláudia de A. F. **Você sabia que existe um jeito certo de sentar?** Belo Horizonte, 2010.

EDMONDSON, A. C. (2003). **Speaking up in the operating room: How team leaders promote learning in interdisciplinary action teams.** *Journal of management studies*, 40(6), 1419- 1452.

FIGUEIREDO, Maria Fernanda Santos; NETO, João Felício Rodrigues; LEITE, Maísa Tavares Souza. **Modelos aplicados às atividades de educação em saúde.** Revista Brasileira de Enfermagem, 2010. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/reben/a/7n4TzNBqQSnG58vxZ3MhJVR/?lang=pt>.

MAEKAWA, Maki, Eri Yoshizawa, Gou Hayata, and Setsuko Ohashi. **"Physical and Psychological Effects of Postural Educational Intervention for Students Experienced School Refusal."** *Current Psychology* (New Brunswick, N.J.) 42.5 (2023).

MENDONÇA, Fabio; *et al.* **Desvios Posturais na Infância e Adolescência.** *Revista Saúde*, 2016. Disponível em: <https://rsaude.com.br/cuiaba/materia/desvios-posturais-na-infancia-e-adolescencia/11060>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando o nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Resolução A/RES/70/1** [internet]. Nova Iorque: UN; 2015. [acesso em 2023 jun 18]. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>  
» <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO, CULTURA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS, UFT. **Documento Orientativo Para Acompanhamento E Avaliação Das Ações De Extensão Na Uft: Antes, Durante E Após A Execução.** 2021. Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/3cVnXGw6QfK01HfnwIcxaA/content/Documento%20Orientativo%20Avalia%C3%A7%C3%A3o%20das%20A%C3%A7%C3%B5es%20de%20Extens%C3%A3o.pdf>.

ROSA, Bruna Nichele da; *et al.* **Back Pain and Body Posture Evaluation Instrument for Children and Adolescents (BackPEI-CA): Expansion, Content Validation, and Reliability.** *Int. Journal Environ. Res. and Public Health*, 2022. Disponível em: <https://www.mdpi.com/1660-4601/19/3/1398>.

RUSEK, Wojciech; *et al.* **Changes in Children's Body Composition and Posture during Puberty Growth.** *Children*, 2021. Disponível em: [https://mdpi-res.com/d\\_attachment/children/children-08-00288/article\\_deploy/children-08-00288-v3.pdf?version=1618885492](https://mdpi-res.com/d_attachment/children/children-08-00288/article_deploy/children-08-00288-v3.pdf?version=1618885492).

VERBECQUE, Evi; *et al.* **Age-related changes in postural sway in preschoolers.** *Gait & Posture*, 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0966636215009650?via%3Dihub>.

VIEIRA, Ana Clara. **Postura Legal - Teddy e Didú.** Produção Lima Estúdio. YouTube, 2011. Disponível em: <https://youtu.be/X3KHeQEPVCQ>.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem.** 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

**CASTRACÃO DE CÃES E GATOS PARA CONTROLE POPULACIONAL E  
CONSCIENTIZAÇÃO SOCIAL EM EXTENSÃO INTERDISCIPLINAR  
"PROGRAMA CHICÃO"<sup>1</sup>**

**Kauana Nunes Fonseca**

**Brenda Emily de Assis Tavares**

**Danielle Lara de Oliveira Coelho**

**Diogo Joffily**

**Vitor Márcio Ribeiro**

**RESUMO**

Este trabalho acadêmico aborda a experiência reflexiva em um Projeto de Castração aplicado na sociedade de São Joaquim de Bicas-MG, uma comunidade carente, explorando suas implicações sociais e práticas. Ele é executado por alunos e professores da Universidade XXXXX, Unidade XXXXX envolvidos no "Programa Chicão", o qual é um projeto de extensão voluntário que atua desde o ano de 2011 e visa levar atendimento veterinário ao município de São Joaquim de Bicas-MG. O projeto foi concebido para abordar a questão da superpopulação de animais, oferecendo serviços de castração social e promovendo a orientação sobre a importância dessa prática. Durante o projeto dentre as atividades realizadas destaca-se que além das castrações foi executado nos atendimentos clínicos sessões de conscientização, explicando os benefícios desse procedimento cirúrgico para os animais e para a população como um todo. Nesse sentido, através de uma abordagem educativa e sensibilizada, o projeto tem como objetivo enfrentar a superpopulação de cães e gatos, promover uma mudança cultural positiva em relação aos cuidados com os animais e com isso ainda oportunizar o aprimoramento das técnicas cirúrgicas dos discentes extensionistas. Diante disso, o "Programa Chicão" com o Projeto de Castração, representa não apenas uma iniciativa de extensão universitária, mas também um importante instrumento de transformação social e educacional. Ao oferecer os serviços de castração e promover a conscientização sobre a importância desse procedimento, o projeto representa um compromisso contínuo com a promoção do cuidado com os animais e com a construção de uma sociedade mais consciente e solidária.

**Palavras-chave:** programa de extensão; castração social; projeto de castração; conscientização; transformação social.

**CASTRATION OF DOGS AND CATS FOR POPULATION CONTROL AND  
SOCIAL AWARENESS IN INTERDISCIPLINARY EXTENSION "PROGRAMA  
CHICÃO"**

**ABSTRACT**

This academic work addresses the reflective experience in a Castration Project applied in the society of São Joaquim de Bicas- MG, a deprived community, exploring its social and practical implications. It is carried out by students and professors from University XXXXX, campus XXXXX involved in the "Programa Chicão", which is a voluntary extension project that has been operating since 2011 and aims to provide veterinary care to the municipality of São Joaquim de Bicas. The project was designed to address the issue of animal overpopulation, offering social castration services and promoting guidance on the importance of this practice. During the project, among the activities carried out, it is highlighted that in addition to the castrations, awareness sessions were

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

conducted in clinical care, explaining the benefits of this surgical procedure for animals and the population as a whole. In this sense, through an educational and sensitized approach, the project aims to address the overpopulation of dogs and cats, promote a positive cultural change regarding animal care, and further enable the improvement of surgical techniques for student extensionists. Therefore, the "Programa Chicão" with the Castration Project represents not only a university extension initiative but also an important instrument for social and educational transformation. By offering castration services and promoting awareness of the importance of this procedure, the project represents a continuous commitment to promoting animal care and building a more conscientious and supportive society.

**Keywords:** chicão program; social castration; castration project; awareness; social transformation.

## INTRODUÇÃO

A Extensão Universitária é uma forma do acadêmico produzir e reproduzir o conhecimento, transmitindo-o à sociedade como resposta necessária para operacionalizar demandas, o que contribui de maneira significativa no aprendizado do aluno, nos aspectos pessoal e profissional, a partir das vivências proporcionadas na Extensão (Siveres, 2004). Ademais, esta ação se demonstra como uma prática interdisciplinar que potencializa a visão do extensionista como ser social, e possibilita concretização dialética entre a prática e a teoria, assim como aborda o Parecer CNE/CE nº 608/2018, promovido pelo Ministério da Educação em 2018 (Brasil, 2018).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) está em alerta desde 2003 sobre a superpopulação de cachorros na rua, dando enfoque nos riscos que o abandono causa na disseminação de doenças (Organização Mundial da Saúde, 2003). De acordo com a International Companion Animal Management Coalition (2007), autoridades públicas e governamentais expressam preocupações com problemas de saúde pública e segurança relacionados à população de cães errantes. Isso inclui a transmissão de doenças aos seres humanos (zoonoses) e a outros animais, bem como lesões e o medo gerado por comportamentos agressivos, distúrbios devido a barulhos e sujeira, predação por animais e causas de acidentes de trânsito (Budziak, *et al.*, 2010).

A castração é de grande importância, pois ocorre o controle populacional de animais errantes, diminui hábitos territorialistas, contribui para a redução da transmissão de doenças zoonóticas e cães e gatos castrados apresentam mais chances de serem adotados (Budziak, *et al.*, 2010). Embora esse procedimento emergja como uma intervenção eficaz para enfrentar esse problema, sua implementação em comunidades carentes é frequentemente dificultada por uma série de fatores, incluindo recursos financeiros limitados, falta de educação sobre cuidados com os animais e barreiras sócio culturais.

Diante disso, o projeto de extensão Programa Chicão, tem a função, além de contribuir com a formação acadêmica interdisciplinar, também de criar uma ação dialógica com a comunidade externa e devolver o conhecimento gerado no meio acadêmico à sociedade, de forma prática. Em vista disso, o Projeto de Castração foi implementado pelos extensionistas do Programa Chicão junto com professores orientadores, com o intuito de realizar controle de natalidade animal e promover uma ação de conscientização acerca dos benefícios dessa prática como preconizado por (Joffily, *et al.*, 2013). Contudo, ao cumprir estes objetivos, nota-se que o projeto também permite o aprimoramento das técnicas cirúrgicas dos discentes, uma vez que ele possibilita que os alunos coloquem em prática os seus conhecimentos teóricos adquiridos em aula.

Nesse contexto, constata-se que a existência do presente projeto se justifica pelo impacto que a superpopulação de animais em comunidades carentes representa não apenas para o bem-estar dos animais, mas também para a saúde pública e para o ambiente social.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Os projetos de extensão nas universidades promovem a empregabilidade prática do conhecimento teórico, pois, ele aplica o conhecimento de várias disciplinas durante as ações (Budziak, *et al.*, 2010). Para os alunos extensionistas, é uma grande oportunidade para aprimorar seus conhecimentos na clínica médica e na clínica cirúrgica. Além disso, desenvolverem uma dialética assertiva para esclarecer as dúvidas da comunidade, aperfeiçoando sua metodologia para um atendimento com qualidade e excelência. De acordo com Silva:

refletir a respeito dos projetos de extensão universitária é refletir acerca, primordialmente, dos objetivos aos quais se propõem, visto que o objetivo do projeto de extensão é disseminar as teorias, apoiando as práticas de pesquisa, visando a contribuir para a propagação de novas ideias e concepções, novas práticas e teorias (Silva, 2019).

Ao correlacionar a falha nos cuidados com animais domésticos, precisamos fazer uma comparativa social com a qualidade de vida da comunidade. Observa-se que bairros periféricos são negligenciados, com isso, a falta de acesso à informação e a exclusão social contribuem para a desinformação dos cuidados que os animais domésticos precisam ter (Vieira, 2010). Visando isso, é importante ressaltar a ação das Universidades através dos projetos de extensão (Silva, 2022), o Programa Chicão compreende a necessidade de preencher as lacunas na

comunidade de São Joaquim de Bicas - MG, sobre o bem-estar animal, controle populacional, importância da castração e manutenção da saúde animal.

Ressalta-se a importância de se castrar cães e gatos com o advento da Lei nº 13.426, de 30 de março de 2017, (art. 3º), que dispõe sobre a política de natalidade destes animais e, inclusive, determina a realização de campanhas educativas sobre noções éticas de posse responsável. Diante disso, percebe-se que a castração de animais é amplamente reconhecida como uma estratégia eficiente para o controle populacional de animais (Mendonça, 2019). Ao prevenir a reprodução indesejada, a castração ajuda a reduzir o número de animais abandonados nas ruas, mitigando assim problemas de superpopulação, como fome, doenças e agressão. Além disso, a castração oferece uma série de benefícios individuais para os animais, incluindo a redução do risco de certas doenças e comportamentos indesejados, como marcação territorial e agressividade (Mendonça, 2019). Acrescenta-se de acordo com Silva *et al.*, (2020):

a castração de cães como ferramenta no controle proliferativo de animais sem tutores e mesmo os sob tutoria responsável contribui muito ao processo prevenção/doença, favorecendo uma redução nas taxas reprodutivas destes animais que podem, de maneira geral, influenciar diretamente a prevalência de zoonoses e situações agonísticas (Silva *et al.*, 2020, p. 100).

No entanto, em comunidades carentes, a castração enfrenta uma série de desafios, como falta de recursos financeiros para cobrir os custos dos procedimentos cirúrgicos, bem como uma escassez de serviços veterinários acessíveis. Além disso, a falta de educação sobre cuidados com os animais pode levar a atitudes negativas em relação à castração, a presença de animais de ruas não castrados pode estar correlacionada com a ausência de informação, não apenas, a ausência de um tutor (Osório, 2013). Portanto, é essencial abordar não apenas os aspectos práticos da castração, mas também as questões sociais e culturais subjacentes para obter sucesso em projetos de castração em comunidades carentes.

## **METODOLOGIA**

O projeto de extensão, de nome “Programa Chicão”, possui viés acadêmico-social que promove acompanhamento clínico para animais de companhia na comunidade carente e vulnerável de Vila Rica, no município de São Joaquim de Bicas, com promoção da saúde única de forma social, presente desde 2011. A extensão é realizada por graduandos do curso de Medicina Veterinária da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - Unidade Betim, com acesso dos alunos graduandos em Medicina Veterinária a partir do primeiro período da



graduação e presença de professores coordenadores que orientam e supervisionam todas as etapas de realização do “Programa Chicão”, bem como auxílio de médicos veterinários voluntários.

Os extensionistas relacionados recebem a oportunidade de acompanhar palestras e cursos com temáticas de saúde única e de participarem dos atendimentos veterinários no Bairro Vila Rica, em São Joaquim de Bicas - MG, contribuindo na organização, anamneses, exames físicos e complementares, coletas de sangue, análises laboratoriais e intervenção social para com a comunidade, na promoção da educação em saúde através do conhecimento essencial referente a guarda responsável e as principais zoonoses. Ademais, é realizado, a partir dos próprios discentes e docentes da extensão, o projeto de castração, em que os pacientes atendidos durante as visitas que se adequem aos critérios de seleção, isto é, estarem sob tutela ou responsabilidade de um tutor representante, serem da espécie canina ou felina, entre 1 ano a 10 anos, exibir escore corporal próximo ao ideal ( $\sim 3/5$  ou  $\sim 4,5/9$ ), serem isentos de doenças sistêmicas que comprometem pré, trans e/ou pós operatório, não apresentar lesões extensas nas áreas de incisão, -possuir exames laboratoriais sem alterações significativas em eritrograma, leucograma, contagem plaquetária, uréia, creatinina, enzimas hepáticas e proteínas totais e frações, e não manifestar comportamento agressivo para com humanos e outros animais. Caso todas as expectativas sejam atendidas, o tutor é informado da possibilidade de participação no projeto.

A castração, ou seja, realização de esterilização por orquiectomia e ovariosalpingohisterectomia eletiva em cães e gatos são cirurgias que devem ser realizadas em bloco cirúrgico, por isso, todo o processo é realizado no Centro de Estudos em Clínica e Cirurgia de Animais da Universidade XXXXX, Unidade XXXXX, a partir da disponibilização do espaço. Os animais são recebidos em jejum de 6 horas, ficam aguardando em canil reservado até o início do projeto, são preparados para o procedimento por alunos e operado por uma equipe mista, composta por um veterinário/residente voluntário e três alunos extensionistas, assistidos por professores coordenadores do projeto, por toda extensão da cirurgia.

Os extensionistas durante o pré-cirúrgico avaliam o paciente, vendo seus sinais vitais como frequência respiratória e cardíaca, fazem ausculta cardiorrespiratória, temperatura, mucosas, hidratação e tempo de perfusão corporal, em prol de um procedimento seguro e ético. Durante a preparação do animal, após a medicação pré-anestésica, mas antes de entrar no bloco cirúrgico, é realizado acesso venoso em veia cefálica com cateter proporcional ao tamanho do paciente, tricotomia ampla da área de incisão cirúrgica e dorsal ao coxim para mensuração de pressão pelo Doppler, se necessário.

Para garantir aos pacientes um procedimento seguro e com supressão adequada da dor, o protocolo anestésico utilizado visa amnésia, inconsciência, analgesia e imobilidade, promovidos a partir de uma medicação pré-anestésica com neuroleptoanalgesia, ou seja, tranquilização sem perda da consciência com analgesia intensa, que evolui para anestesia parcialmente intravenosa (PIVA), com narcose, analgesia e anestesia cirúrgica, associado a inalação de gases anestésicos – isoflurano, obtendo monitorização frequente e contínua dos sinais vitais de cada animal. Após a finalização cirúrgica, são administrados fármacos que proporcionam o controle adequado da dor para o pós-operatório, garantindo saúde e bem-estar animal (Massone, 2019).

No projeto as medicações são puxadas individuais, etiquetadas e reservadas para cada animal, e para que haja uma padronização e controle, o protocolo anestésico é regulado em: medicação pré-anestésica com Xilazina (Agonistas  $\alpha 2$ -adrenérgicos, ação de sedação, analgesia e miolorrelaxamento) associado à Morfina (opióide agonista total Mu ( $\mu$ ) de ação intermediária) por via intramuscular (Massone, 2019).

Estes fármacos criam sinergismo que diminuem excitabilidade do animal e corroboram para uma indução anestésica mais estável, que é realizada por Propofol (anestésico da classe Alquilfenóis) e Cetamina (anestésico dissociativo derivado da Fenciclidina) intravenoso, com manutenção do plano anestésico feita por Isoflurano (anestésico inalatório), e para analgesia no trans-operatório é protocolado Fentanil (opióide agonista total Mu ( $\mu$ ) de duração ultracurta), administrado de acordo com a resposta do paciente aos estímulos cirúrgicos (Massone, 2019).

Ademais, é administrado Enrofloxacin (antibiótico de amplo espectro), Meloxicam (anti-inflamatório não esteroide), com ação modulatória da inflamação e analgesia leve para o pós-cirúrgico, ambos em via subcutânea (Oliveira, *et al.*, 2016).

Durante o trans-cirúrgico, em machos, também é utilizado Dipirona (anti-inflamatório seletivo cox-3 e analgésico leve), já nas fêmeas, pela incisão maior e manipulação abdominal das vísceras, é utilizado Buscofin (antiespasmódico, analgésico e antipirético), ambos por via intravenosa, e para bloqueios anestésicos, é utilizado Lidocaína 2% (anestésico local), instilados nos pedículos da fêmea antes da incisão, intratesticular nos machos, e em felinos também é utilizada periglótica durante a intubação para evitar espasmos e contrações da região (Massone, 2019).

Todos os animais são intubados com auxílio de laringoscópio e com traqueotubo proporcional ao seu tamanho corporal, são mantidos em fluidoterapia com Solução Fisiológica 9mg/kg ou Ringer Lactato, nas taxas de 3ml/kg/h em gatos e 5ml/kg/h em cães, com acompanhamento constante de temperatura, frequência cardíaca e respiratória, saturação de

oxigênio, pressão sistólica, diastólica e média, e tem sua glicemia mensurada ao final do procedimento. Durante o pós-operatório, para promover a analgesia principal e potencializar sinergismos com os outros fármacos, é realizado Tramadol (opióide de longa duração), por via intramuscular (Oliveira, *et al.*, 2016). O procedimento de orquiectomia foi realizado seguindo as recomendações de Fossum (2021).

a castração evita o excesso populacional de cães, por meio da inibição da fertilidade do macho, e diminuindo a agressividade do macho dele, a perambulação e o comportamento indesejável da micção. Auxilia na prevenção das doenças relacionadas ao andrógeno, incluindo doenças prostáticas, adenomas perianais e hérnias perineais. Outras indicações para a castração incluem as anormalidades congênitas, as anormalidades testiculares e epididimárias, neoplasia, trauma ou abscessos escrotais, herniorrafia inguinoescrotal, uretostomia escrotal, controle da epilepsia e controle das anormalidades endócrinas (Fossum, 2021).

Estes protocolos propostos se baseiam nos princípios de cirurgia segura e ética animal, promovendo que os pacientes tenham uma boa recuperação do procedimento e que não sintam dores durante este período. Todos os animais do projeto apresentaram bom retorno anestésico, sem intercorrências pós-cirúrgicas e recuperação com êxito esperado, durante a internação foram monitorados por plantonistas, com sinais vitais monitorados e analgesia garantida, e os que apresentaram ureia acima do valor indicado foram mantidos em fluidoterapia para serem liberados em seu estado fisiológico mais estável.

A técnica de castração pré escrotal descoberta, segue as orientações de Fossum (2021). No processo de castração, o paciente é posicionado em decúbito dorsal, e a presença dos testículos na bolsa escrotal é verificada. Em seguida, o abdome caudal e a face medial da coxa são depilados e preparados para evitar irritação na bolsa escrotal. Em seguida, em toda área tricotomizada é feita antissepsia com produto degermante (PVPI) e remoção com álcool 70°. Após o isolamento da área cirúrgica, um dos testículos é avançado para dentro da área pré-escrotal, e uma incisão é feita na pele e no tecido subcutâneo ao longo da rafe medial sobre o testículo. A incisão contínua através da fâscia espermática para exteriorizar o testículo, seguida por outra incisão na túnica parietal vaginal. Uma pinça hemostática é colocada na túnica vaginal, e o ligamento da cauda do epidídimo é separado da túnica digitalmente enquanto uma tração é aplicada na túnica. O testículo é exteriorizado, e o cordão vascular e o ducto deferente são ligados individualmente, seguidos pela transecção entre a pinça hemostática e a ligadura. O cordão é posicionado dentro da túnica, e a ligadura é circundada ao redor do músculo cremaster e da túnica, antes da remoção do segundo testículo. Por fim, as camadas do tecido subcutâneo e da pele são fechadas com suturas apropriadas.

Para as fêmeas segue o protocolo descrito pela Fossum (2021), para realizar a ovariosalpingohisterectomia em cadelas e gatas, a paciente é posicionada em decúbito dorsal e o abdome ventral é preparado cirurgicamente, com tricotomia ampla e antissepsia da área tricotomizada. A incisão cutânea é feita, imediatamente retroumbilical em cadelas e dois dedos ventral a cicatriz umbilical em gatas, visando facilitar a exteriorização dos ovários, respeitando as particularidades anatômicas. Após divulsão romba do sub cutâneo e exposição da linha alba, uma incisão na musculatura é feita para acesso a cavidade abdominal, e os ovários são identificados utilizando um gancho de ovariectomia. Os pedículos ovarianos são ligados com sutura absorvível, após identificação dos ligamentos e estruturas necessárias. Em seguida é realizada uma ligadura em coto uterino e todo o trato reprodutivo é ressecado. Para o fechamento, são utilizadas suturas apropriadas para as diferentes camadas do tecido abdominal, até a dermorrafia. Este procedimento requer cautela e precisão para garantir a eficácia e a segurança das pacientes.

Após a castração, os animais são liberados no dia seguinte com receituário para analgesia e manutenção da inflamação. O atual semestre vigente de 2024 tem pretensão de projetos de castração mensais, em que março foi beneficiado pela ação no dia 19, com 06 pacientes, e em abril tem confirmação para o dia 16, com 08 pacientes.

## **DISCUSSÃO**

Com o objetivo de promover democratização ao acesso à atendimentos veterinários e informações sobre saúde única para com a comunidade de Vila Rica, foi-se criado o projeto de extensão “Programa Chicão”, que escolheu esta região de São Joaquim de Bicas por seu cenário socioeconômico desfalcado frente às outras regiões metropolitanas de Belo Horizonte. Por isso, os alunos extensionistas da Universidade XXXXX, Unidade XXXXX, adjuntos com os professores orientadores e médicos veterinários voluntários, corroboraram para que os atendimentos à saúde animal pudessem ser acessíveis e gratuitos, visto que o programa não visa fins lucrativos.

O acompanhamento clínico de cada paciente é individual, por isso cada tutor com seu animal de companhia tem a experiência completa dentro dos limites e ética de uma consulta, com anamnese e histórico clínico investigadores, exames físicos, complementares e

laboratoriais de análise criteriosa. Estas informações são essenciais para que o projeto de castração entre em vigor, pois para que seja possível a adesão do paciente ao procedimento cirúrgico do “Programa Chicão”, é recomendável e selecionado animais hígidos, isto é, que dentro dos parâmetros coletados, o paciente se demonstre fisiologicamente saudável e estável o suficiente para passar pelo procedimento cirúrgico sem que haja complicações por conta de sua condição clínica, e que apto para uma recuperação cirúrgica em prol de receber os benefícios esperados com a castração.

Os critérios avaliados são: estabilidade em hemograma completo, sem que haja aumento ou diminuição excessiva que comprometam funcionalidade vital, ou seja, eritrograma sem presença de anemia, hematócrito baixos, hemoglobina insuficiente, leucograma sem demonstração de doença inflamatória e infecciosa de largo espectro, contagem plaquetária suficiente para garantir coagulação e cicatrização de tecidos vascularizados, uréia e creatinina sem alterações que indiquem falha na função renal, sendo possível fluidoterapia durante a internação para estabilizar pequenos desvios e proteínas totais dentro do esperado, relacionando principalmente à albumina e sua alta ligação com frações livres dos fármacos, para que promova maior segurança durante o período anestésico. Ademais, é recomendável que o animal seja adaptado ao contato humano para evitar incidentes que infrinjam a integridade dos alunos participantes e do próprio animal.

A castração traz diversos benefícios aos animais, para os tutores e para a comunidade, em que promove controle populacional de cães e gatos semi-domiciliados, reduzindo a probabilidade de que procriem de forma descontrolada e ocorram abandono dos filhotes na rua, todavia, esterilização cirúrgica se demonstra não como uma prática que não só diminui a gestações indesejáveis, mas também como única alternativa eficiente no controle da superpopulação de cães e gatos errantes no município.

Ademais, a intervenção, por retirar gônadas responsáveis pela produção hormonal dos animais, reduz comportamentos agressivos e reativos, práticas que nem sempre agradam os tutores e que podem ser amenizadas, como brigas, hiperatividade, urinas em locais distintos, fugas, sendo esta última muito arriscada para o bem estar e saúde aos animais de companhia, pois deixa-os suscetíveis à acidentes automobilísticos, desavenças com outras pessoas e animais, transmissão de doenças (venéreas, zoonóticas, infecciosa), além de que em cães e gatos não-castrados, há uma predisposição maior a terem neoplasias de mama e próstata (Andrade, *et al.*, 2012). Seguindo a orientação de Fossum (2021):

a razão mais comum para a realização da OSH é prevenir o estro e filhotes indesejados. Outras razões para a OSH incluem prevenção do tumor mamário ou anomalias congênitas; prevenção ou tratamento da piometra, metrite, neoplasia (i.e., ovariana, uterina ou vaginal), cistos, trauma, torção uterina, prolapso uterino, subinvolução dos locais de placentação, prolapso vaginal e hiperplasia vaginal; e controle de algumas anormalidades endócrinas (i.e, diabetes e epilepsia) e dermatoses (p. ex., sarna demodécica generalizada) (Fossum, 2021).

Dito isso, a castração se demonstra positiva e benéfica frente ao cenário observado pela comunidade de Vila Rica, em São Joaquim de Bicas - MG. Os animais aprovados para entrarem no projeto passam por atendimento clínico pré-operatório em que sua condição física e exames laboratoriais são reavaliados, e sem demais alterações, é instruído a comparecerem ao Centro de Estudos em Clínica e Cirúrgica de Animais no dia do procedimento, em jejum alimentar de em média 6 horas e limpo.

Durante esta prática acadêmica, os alunos desfrutam da oportunidade de colocarem a parte teórica de diversas disciplinas em prática, com assistência de professores e demais profissionais voluntários da área, dentre as matérias aplicadas no projeto de castração estão semiologia, clínica e doenças de pequenos animais, epidemiologia, saúde única, sociologia, anestesiologia veterinária, técnicas cirúrgicas veterinárias, patologia clínica, patologia cirúrgica e obstetrícia geral, clínica cirúrgica e obstetrícia de pequenos animais, dentre muitas outras que fazem parte deste projeto de extensão multidisciplinar, promovendo impactos positivos e construtivos para a jornada acadêmica dos graduandos em Medicina Veterinária.

A oportunidade de os acadêmicos serem os protagonistas das ações ministradas potencializa o processo pedagógico, unindo indivíduos com o mesmo propósito: aprender (Fórum de Pró-Reitores de Extensão [...], 2006). Ocorre uma maior democratização de acesso à sabedorias da área, possibilitando que o aluno volte à universidade testado e reelaborado, capacitando-os para a profissão e corroborando para o enriquecimento da autoconfiança e autonomia, que facilita sua entrada para um mercado de trabalho mais seguro, prático e ético (Fórum de Pró-Reitores de Extensão [...], 2006). Em contrapartida, a comunidade é agraciada pela oportunidade de atendimentos de clínica animal com acesso às informações de saúde única e conscientização, com um viés acolhedor e ético frente ao cenário que a região enfrenta, além de promover benefícios aos pacientes de cuidados à saúde, bem-estar, monitorização epidemiológica, prevenção de doenças e controle populacional indesejado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de extensão “Programa Chicão” é uma das iniciativas acadêmicas de Medicina Veterinária que aborda diversos âmbitos da saúde única, promovendo práticas e aprofundamento teórico aos extensionistas, acesso à acompanhamento veterinário inclusivo e ético para com a comunidade, e possibilidade de cura e estabilização da saúde dos animais de companhia. O Projeto de Castração se demonstra como uma ação social que beneficia diversos espectros, que promove controle populacional com objetivos epidemiológicos que são significativos frente ao cenário de Vila Rica, em São Joaquim de Bicas - MG, favorece à qualidade de vida dos pacientes e instiga o graduando em exercer suas atividades com excelência e ética. Por isso, se demonstra como uma iniciativa benéfica e construtiva, promovendo saúde única e possibilitando um atendimento veterinário com clínica cirúrgica mais humanizada e acessível.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ana de Fátima de Souza, *et al.* Cães e gatos - controle populacional por meio de esterilização cirúrgica e posse responsável. **Centro de Ciências Agrárias/Departamento de Ciências Veterinárias/PROBEX**, Paraíba, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CES nº 608/2018**. Dispõe sobre as Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira. Brasília: Pronacampo, 2018. Disponível em: [normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_PAR\\_CNECESN6082018.pdf?query=Educação%20Infantil](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECESN6082018.pdf?query=Educação%20Infantil) Acesso em: 13 abr. 2024.

BUDZIAK Carine, *et al.* A importância do projeto Campanha de Castração na formação do profissional médico veterinário. **Revista Acadêmica Ciência Animal**, 2010.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRA. FORPROEX. **Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: retrospectiva histórica e aspectos legais**. Porto Alegre - Rio Grande do Sul, 2006. (Coleção Extensão Universitária ). Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Indissociabilidade-e-Flexibilizacao.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2024.

FOSSUM, Theresa Welch. Cirurgia de pequenos animais. **Elsevier**, 5. ed., 2021.

JOFFILY, Diogo, *et al.* Medidas para o controle de animais errantes desenvolvidas pelo Grupo PET Medicina Veterinária da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. **Em Extensão**, Uberlândia, v. 12, n. 1, p. 197-211, jan.- jun. 2013.

MASSONE, Flavio. **Anestesiologia Veterinária: Farmacologia e técnicas**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 2019.

MENDONÇA, Andréia Tenório Autran. **Bem-estar animal: conceitos, importância e aplicabilidade para animais de companhia e de produção**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Medicina Veterinária) - Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Belém, PA, 2019.

OLIVEIRA, M.T, *et al.* Meloxicam associado ou não ao tramadol no controle da dor após ovário-histerectomia videoassistida em cadelas. **Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia**, v. 68, n. 1, p. 10-16, 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. OMS está preocupada com o aumento de cães. Cuiabá: **Gazeta Digital**, 2003. Disponível em: OMS está preocupada com o aumento de cães | Gazeta Digital Acesso em: 13 Abr. 2024.

OSÓRIO, Andréa. A cidade e os animais: da modernização à posse responsável. **Revista Teoria & Sociedade**, n. 21, São Paulo, 2013.

SILVA, Albuquerque Mariana, *et al.* Campanha de castração do IFAM/CMZL: importância e contribuições. **Nexus - Revista De Extensão Do IFAM**, 2022.

SILVA, Ana Lucia Brito, *et al.* Importância da Extensão Universitária na Formação Profissional: Projeto Canudos. **Revista de Enfermagem UFPE online**, v.13, out. 2019.

SILVA, Gabriella Menezes Freitas *et al.* Importância da castração de cães nos programas de controle populacional de animais urbanos. **Revista Environmental Smoke**, v. 3, n.1, p. 100, 2020.

VIEIRA, André Mirante. **Animais de rua**. 2010. (Tese de Mestrado em Designer de Produto) -ESAD.CR, São Paulo, 2010.



# CEC: uma jornada de transformação e liberdade<sup>1</sup>

**Isabella Brasileiro de Menezes**

**Yasmim Maria Fernandes Contes**

**Jhullie Almeida Castro**

**Micaella Stéphani França Matias**

**Allana Nikelli de Souza Magalhães**

**Thaís Pereira Araújo**

## RESUMO

Esse projeto para a mostra conta com visões diferentes de cada extensionista sob a mesma história: a vivência no Centro de extensão da Comunicação (CEC) como ferramenta de libertação educacional e expansão de horizontes. Todas as participantes trabalham em conjunto no projeto de extensão, mas cada uma traz um olhar singular que não poderia deixar de ser exaltado. Por isso o relato não possui uma linearidade tão prática, mas há uma conexão entre as distinções que torna nosso trabalho mais original e profundo. O Centro de Extensão da Comunicação (CEC), tem o objetivo de coordenar a extensão universitária desenvolvida pela Faculdade de Comunicação e Artes da Universidade XXXXX. (FCA). A extensão é realizada por meio de programas, projetos, eventos, cursos e prestação de serviços voltados para outros setores da sociedade, especialmente aqueles mais vulneráveis e invisibilizados. O CEC se articula ao Ensino e à Pesquisa para promover um conjunto de trocas de saberes e conhecimentos com esses setores, buscando contribuir para uma formação cidadã e humanística – marca histórica da FCA. A FCA faz extensão com ousadia, criatividade, compromisso com os mais pobres e com ampla participação dos estudantes, professores, funcionários e representantes das diferentes comunidades, entidades, organizações e movimentos sociais junto aos quais atuamos.

## INTRODUÇÃO

*Aos olhos que choram, às esperanças castigadas, aos lutos obscuros  
(Oswald de Andrade).*

O Centro de Extensão da Faculdade de Comunicação e Artes é responsável por difundir e coordenar a extensão universitária em todos os espaços da FCA. Nele é feito todas as modalidades de extensão desde eventos e participações com extensionistas dos dois projetos extraditais como fomento da Proex: Providência: Comunidade em Rede (iniciado em parceria desde 2015) e o APAC MG 2024, com os projetos Nós Mulheres na APAC Feminina BH e o pela Luz dos Olhos Deles na APAC Santa Luzia (esse em curso continuamente desde 2018).

O centro tem duas monitoras contratadas pela Faculdade que trabalham conjuntamente com outras extensionistas, contratadas pela PROEX.

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

Neste ano o CEC também implementou dois projetos dentro do Programa Ligação, coordenado pelo Instituto de Ciências Humanas pela Prof. Carla Ferretti.

Os dois projetos foram propostos e aprovados no semestre passado pelo Curso de Cinema, mas será ampliado para os demais da FCA:Luz, Câmera, Ação e No Escuro do Cinema.

Ambos serão oferecidos a alunos do Ensino Médio da Rede Santa Maria e ampliados, posteriormente, a escolas públicas com as quais o CEC já trabalhou na região do Paraopeba, BH e Região Metropolitana de BH (Contagem e Betim), pertencentes às Superintendências Regionais de Ensino A e B, da Secretária de Estado da Educação.

O CEC mantém parceria com a Fraternidade Brasileira de Apoio aos Condenados - FBAC, Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas. Gerais, Fórum Estadual de Economia Popular e Solidária, Casa Fiat de Cultura, Centro Cultural Banco do Brasil dentre outros.

Entendendo a extensão como sinônimo de comunicação, o CEC tem avançado com uma parceria interna forte com a Pró-reitora de Infraestrutura e o Curso de Serviço Social. Além disso, apoia diferentes projetos em todas as unidades da FCA.

Atualmente é parceiro de dois projetos de edital com fomento:

- Pedalando com a Universidade XXXXX do Curso de Medicina em XXXXX, lançado oficialmente no dia 13/04.
- Entrepasto Agroecológico do curso de Economia.

Nossa opção na mostra foi trazer um pouco da nossa história recente através dos depoimentos de cada uma das extensionistas e também da Profa Dra. XXXXXX, voluntária no projeto da APAC com a campanha "Nós Mulheres".

Nossa coordenação é realizada pela Profa Dra. XXXXXX.

Há um grupo de ex-extensionistas do CEC que recentemente agradeceram pela participação em muitas das iniciativas propostas pelo Centro de Extensão.

## **RELATOS**

Extensionista: Isabella Brasileiro

De acordo com a extensionista, ao ingressar no Centro de Extensão da Comunicação (CEC) aos 17 anos, movida pelo desejo de contribuir para a libertação de mulheres encarceradas através da educação, ela, Isabella Brasileiro não imaginava a profunda transformação que essa experiência proporcionaria em sua própria vida. Através do contato com realidades e visões

completamente diferentes da sua, a extensionista teve sua mente expandida e seus horizontes ampliados, levando-a a se interessar pela dedicação à criação de conteúdos digitais para amplificar a visibilidade do projeto e dar voz às mulheres em situação de cárcere. Este relato narra a jornada de Isabella no CEC, destacando os aprendizados e as transformações que a experiência proporcionou, tanto para as mulheres beneficiadas pelo projeto quanto para ela mesma.

O CEC atua na promoção da educação e da cidadania de pessoas em situação de cárcere e egressas do sistema APAC das unidades Gameleira e Santa Luzia. Através de diversos projetos e iniciativas, o CEC busca contribuir para a ressocialização e a reinserção social de indivíduos que tiveram suas vidas marcadas pela privação de liberdade.

Ao ingressar no CEC como voluntária, aos 17 anos, Isabella Brasileiro se deparou com um universo completamente novo. As visitas semanais à APAC Feminina e as conversas com mulheres que viviam realidades tão distintas da sua a marcaram profundamente. Através do contato com essas histórias de vida, Isabella teve a oportunidade de questionar seus próprios preconceitos e expandir sua visão de mundo.

Com o tempo, Isabella se envolveu cada vez mais com as atividades do CEC, principalmente criando conteúdos digitais para as redes sociais e registrando alguns dos eventos realizados pela organização. Através dessa vivência, ela pretende ampliar a visibilidade do projeto para um público mais amplo.

O CEC acredita que a educação é um instrumento fundamental para a transformação social. Através de aulas e oficinas, a organização oferece às mulheres em situação de cárcere a oportunidade de adquirir novos conhecimentos e habilidades, desenvolvendo sua autonomia e autoconfiança.

As histórias de mulheres que se libertam do cárcere através da educação são uma prova do impacto positivo do trabalho realizado pelo CEC. Através da educação, essas mulheres puderam reconstruir suas vidas e conquistar novos sonhos.

A experiência no CEC permitiu que Isabella Brasileiro vislumbrasse um horizonte muito mais amplo do que aquele que ela imaginava antes de ingressar na organização. Através do contato com realidades diversas e da participação em projetos que visam a promoção da justiça social, ela se tornou uma pessoa mais consciente e engajada na luta por um mundo mais justo e equitativo.

A jornada de Isabella Brasileiro no CEC é baseada na aprendizagem de como a educação e o trabalho social podem transformar vidas. Através de sua experiência, ela se sentiu mais

liberta ao contribuir para a libertação de mulheres em situação de cárcere e para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Extensionista: A

faço parte do Projeto de Extensão promovido pela Universidade XXXXX, experimento significativo crescimento pessoal e, ao mesmo tempo, contribuo para as atividades desenvolvidas na unidade da APAC feminina, situada em Belo Horizonte e APAC masculina, situada em Santa Luzia. Na APAC feminina, assistimos às aulas de preparação para a redação do ENEM ministradas pela professora Maura, que são extremamente benéficas para as recuperandas, participamos das formaturas das recuperandos, festas de família e dia das crianças, sempre registrando os momentos inesquecíveis que elas passam de transformação neste período tão delicado, oficinas educativas, realizações de podcast e vídeos institucionais. Já na APAC masculina tenho oportunidade de participar de diversas rodas de conversas, sobre saúde mental, dengue, câncer de próstata, hipertensão arterial e diversos outros temas que são de interesse dos recuperandos, aulas sempre muito educativas, ministradas pelo professor Júlio e engajadas pelos recuperandos, realizo fotos e vídeos das atividades para divulgar no Instagram do CEC de forma institucional. É uma experiência muito gratificante conhecer essas instituições e poder contribuir com essas atividades desenvolvidas. A possibilidade de participar dessas atividades desde o meu primeiro período acadêmico constitui um privilégio pessoal e profissional significativo. Apenas em um ano de envolvimento no projeto, adquiri experiências e aprendizados consideráveis, os quais não teria adquirido apenas por meio da instrução em sala de aula (Extensionista A).

Extensionista: Yasmim

Me chamo Yasmim, sou aluna de publicidade e propaganda na Universidade XXXXX. Sou extensionista no CEC desde 2023, no qual entrei como voluntária e atualmente trabalho na monitoria. Desde que entrei no CEC minha visão mudou em relação a programas de extensão, o que imaginava ser algo somente para estudos, percebi que é muito mais amplo e acolhedor. Com o tempo comecei a ser ativa nas visitas a APAC e no projeto providência no qual passaram ser de grande aprendizado, na APAC escutava histórias de vidas, algumas não tão boas, mas que dava pra perceber certo arrependimento e tristezas nas falas das recuperandas. Já no projeto providência escutava crianças esperançosas e criativas, que se empolgavam com uma foto tirada de um ângulo legal ou de um modo que destacava as cores presentes. O sorriso no rosto delas me dava esperança e perseverança de um futuro incrível à frente! Incentivar a arte no projeto providência é um ato de amor, um ato de coragem! A arte em lugares com falta de acessibilidade faz falta, por isso hoje recorro lá sempre com um sorriso no rosto. Cada dia mais estar no CEC continua mudando minha experiência acadêmica por completo, me dando uma chance de mudar experiências de vida. Conclusão: Me baseio no CEC como referência ao ensino de sermos melhores a cada dia, solidários e com empatia! Acredito ser uma parte importante na faculdade, também na vida das crianças do Providência e das pessoas da APAC (Yasmim).

Extensionista: B

sou extensionista no CEC desde 2022, inicialmente estive no projeto em Brumadinho com MST (movimento dos sem-terra), e caminhei de lá para vários outros lugares, como também APAC Feminina e o Projeto Providência, possui experiências extremamente valiosas em todos os locais em que passei na extensão, e atualmente me encontro mais presente no Projeto Providência na Comunidade. Minha experiência com o Projeto Providência, é única, significativa e instigante, é uma troca de saberes e troca de mundos, da qual saiu da minha zona de conforto e me permitiu ver de perto

como é a vida das crianças participantes deste projeto. Crianças doces, cheias de vida e com um sorriso singelo, que apesar de não possuírem as mesmas condições de vida que nós, são espetaculares naquilo e fazem e agarram as oportunidades que tem de mostrar seus talentos e experiências. Quando estou ministrando uma oficina de fotografia com essas crianças, me sinto mais leve, elas têm o poder de nos fazer esquecer os problemas cotidianos, além de até mesmo eu aprender com elas sobre o que eu estou ensinando, que são os conceitos da fotografia, por isso ocorre uma troca de saberes enorme, porque pelo olhar deles, posso ver uma nova técnica, uma nova forma, um novo conceito, uma visão diferente de mundo. Para mim é extremamente relevante as experiências que estou construindo enquanto participante deste projeto, é muito gratificante poder fazer parte da vida desses pequenos e ajudá-los de alguma forma transmitindo conhecimento, e melhor ainda poder ter a sensação de que também estou aprendendo com eles (Extensionista B).

#### Extensionista: C

na APAC masculina, meu objetivo do semestre era a criação de laços e obtenção de confiança dos recuperandos para que se sentissem acolhidos por alguém que se dispunha a ser um ouvido amigo, possibilitando assim conhecê-los melhor e entender o que se sentiam confortáveis em mostrar e contar sobre suas próprias vivências, dentro ou fora das instituições penitenciárias. Buscando encará-los como os indivíduos que são, consegui firmar relações amigáveis com diversos, tanto no regime semiaberto como no fechado, e passei a conhecer as formas de escape da rotina restrita, a relação com a comunicação, realizar dinâmicas relacionadas à cultura popular e descobrir como a prática da arte em suas mais variadas instâncias é comum nesse lugar (Extensionista C).

#### Extensionista D

desde o segundo semestre de 2023, estou tendo a oportunidade de participar do Projeto de Extensão da Universidade XXXXX. Essa experiência está sendo muito enriquecedora, tanto do ponto de vista pessoal quanto profissional. Na unidade feminina da APAC, situada no bairro Gameleira, participei de diversas atividades, como eventos e rodas de conversa. As rodas de conversa foram particularmente valiosas, pois nos permitiram compartilhar conhecimentos e experiências com as recuperandas. Está sendo muito enriquecedor poder compartilhar todos os conhecimentos que adquiri ao longo da minha formação em comunicação audiovisual com as recuperandas. A oportunidade de participar de atividades de extensão logo no início do curso foi uma experiência de grande valor pessoal e profissional. Em pouco tempo, adquiri conhecimentos e habilidades que não seriam possíveis de obter apenas com as aulas teóricas (Extensionista D).

# ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA E TRÁFICO DE PESSOAS: um estudo sobre a experiência entre teoria e a prática extensionista<sup>1</sup>

**Heloisa Rodrigues Carvalho**

**Carolina de Souza Novaes Gomes Teixeira**

**Maria Eduarda Pedrosa Moreira**

**Izabela Letícia Assereuy da Silva**

## RESUMO

O presente artigo busca analisar a experiência proposta pela extensão Clínica de Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas, projeto ofertado aos discentes de direito e psicologia no *campus* XXXX da Universidade XXXX. Estabelecido em 2023, a clínica propôs a assistência jurídica e psicológica gratuita às vítimas de trabalho em condições análogas à escravidão e o tráfico de pessoas. O projeto também engloba atividades de pesquisa, capacitação e sensibilização da comunidade acadêmica e da sociedade sobre os citados temas. O artigo científico introduziu o panorama histórico do país, a vigência das leis penais que criminalizam as práticas e a experiência do projeto em externar o ensino no propósito de construir resultados de reparação aos assistidos e conscientização da comunidade.

**Palavras-chave:** escravidão; tráfico humano; assistência jurídica; atendimento psicológico.

## CONTEMPORARY SLAVERY AND HUMAN TRAFFICKING: a study on the experience between theory and extension practice

### ABSTRACT

This report seeks to analyze the experience proposed by the Slave Labor and Human Trafficking Clinic extension, a project offered to law and psychology students on the XXXXX campus of the XXXX University. Established in 2023, the clinic offered free legal and psychological assistance to victims of work in conditions similar to slavery and human trafficking. The project also encompasses research, training and awareness-raising activities among the academic community and society on the topics mentioned. The dynamic experience report the country's historical panorama, the validity of criminal laws that criminalize practices and the project's experience in external teaching with the purpose of building accessory results for those assisted and raising awareness in the community.

**Keywords:** slavery; human trafficking; legal assistance; psychological support.

## INTRODUÇÃO

A instituição da escravidão é uma marca indelével na história humana, entre civilizações antigas, impérios medievais e modernos, o trabalho escravo moldou profundamente as estruturas econômicas, sociais e culturais. Retomando a era da colonização europeia, o comércio transatlântico de escravos atingiu proporções sem precedentes, no qual milhões de africanos

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

foram capturados, transportados à força para as Américas e submetidos a condições desumanas de trabalho. Esse comércio triangular entre Europa, África e América tornou-se o motor de uma economia global emergente, alimentando o crescimento do capitalismo e enriquecendo as potências coloniais.

O Brasil desempenhou atribuição central no sistema escravista transatlântico, tornando-se o maior receptor de africanos escravizados no continente americano. Desde o início da colonização portuguesa, eles foram empregues em trabalhos de diversos setores da economia, assumindo formas variadas ao longo dos séculos, desde as grandes propriedades rurais até o serviço doméstico nas cidades.

Essa sistemática, reflexo atual de desigualdades raciais e socioeconômicas, transitou por um processo de abolição de forma gradual e complexa, marcada por resistência, pressões internacionais e mudanças políticas. A Lei Eusébio de Queirós promulgada em 1850 proibiu o tráfico transatlântico de escravos, mantendo a escravidão interna no estado brasileiro. Posteriormente, a Lei do Vento Livre em 1871 e a Lei dos Sexagenários em 1885 concederam gradualmente liberdade aos filhos de escravos nascidos após sua publicação e aos escravos com idade superior a 60 anos, respectivamente. No entanto, somente em maio de 1888, a Lei Áurea, aprovada pelo Senado e assinada pela Princesa Imperial Regente, Isabel de Bragança, decretou extinta o direito de propriedade de uma pessoa sob a outra no Brasil.

A escravidão moderna<sup>2</sup> era uma instituição lucrativa, e durante sua regência manteve a economia do país; a elite agrária, opôs as medidas que prejudicassem seus interesses financeiros e essa foi a justificativa para um processo longo e marcado por tentativas de adiar e mitigar seus impactos sobre a economia e a sociedade, que se beneficiava com o sistema. O poder político imperial permitiu que os recém-libertos enfrentassem uma série de adversidades que complicaram significativamente sua transição para a liberdade. Caracterizada por falta de recursos financeiros e oportunidades de ascensão, a Lei que extinguiu o regime escravista não foi acompanhada de condições mínimas de reinserir os ex-escravos na sociedade.

Após 1888, o país foi adaptando as relações de trabalho e reorganizou a estrutural social, substituindo a mão-de-obra escrava pelo trabalho remunerado e fornecendo a condição de cidadão aos antigos escravos. As primeiras leis trabalhistas surgem posteriormente, na década de 1910, devido à necessidade de fundamentar direitos básicos sob influência da sociedade

---

<sup>2</sup> O termo "escravidão moderna" pode causar ambiguidade, pois sua interpretação varia entre os estudiosos. Enquanto alguns se referem a esse termo para descrever o período histórico que abrange os séculos XVI ao XIX, também denominada como era da escravidão transatlântica, outros o utilizam para descrever o período posterior à abolição formal da escravidão, em 1888, no Brasil. No contexto do presente artigo, a escravidão atual será adequadamente designada como "escravidão contemporânea".

industrial e a figura do proletariado assalariado que dominava a Europa. Contudo, paralelamente a essas transformações, a propriedade legal da escravidão moderna transformou-se em ilícito penal introduzindo o termo da escravidão contemporânea no Brasil.

Submeter alguém a condição análoga à de escravo por intermédio de jornadas de trabalho excessivas, remuneração inadequada ou ausente, condições laborais precárias, restrição de liberdade e práticas de coação e ameaças constitui delito tipificado no Código Penal (CP), conforme estabelecido pelo artigo 149 (Código Penal, 2003). Embora a redação original do artigo tenha sido incluída em 1940 de forma genérica, somente em 2003<sup>3</sup> alterações substanciais que enriqueceram seu conteúdo com maior detalhamento ocorreram.

A submissão de uma pessoa a condição de propriedade esteve comumente interligada ao transporte e a venda desta como mercadoria; assim, somada ao debate da escravidão, o tráfico humano também ascendeu como fonte lucrativa no mercado interno e internacional. Atualmente considerado como a “terceira atividade ilegal mais lucrativa do mundo” (Tráfico humano [...], 2023), o ilícito somente obteve devida atenção dos legisladores brasileiros em 2016, com a entrada em vigor da primeira lei específica sobre o tráfico de pessoas no país, a Lei nº 13.344, que trouxe uma implementação ao Código Penal introduzindo o artigo 149-A<sup>4</sup>.

Assim, a prática do tráfico, que antes era apenas ligada à prostituição e a exploração sexual, recebeu nova atenção voltada ao aliciamento para o trabalho com finalidade exploratória. É crítico citar que, todas as implementações supracitadas ocorreram de forma tardia e gradual, mantendo fragilidades e lacunas no ordenamento jurídico por anos; o retardo promoveu um ambiente adequado para as práticas e impôs reflexos na atualidade com a criação tardia de órgãos e grupos especializados de combate ao trabalho escravo e ao tráfico humano, além da falta de medidas efetivas para o acesso e divulgação na conscientização da população.

Comprometidos com um suporte qualificado e humanizado à trabalhadores resgatados em condições de analogia a escravidão, a Clínica de Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas surgiu como um projeto de extensão da Universidade XXXXX, no *Campus* XXXXX, no ano de 2023, com a intenção de fornecer atendimento jurídico e psicológico gratuito, por intermédio dos alunos do curso de Direito e Psicologia em conjunto com o corpo docente, às vítimas de tráfico de pessoas e trabalho em condições análogas às de escravo.

---

<sup>3</sup> A Lei nº 10.803 sancionada em 11 de dezembro de 2003 alterou o art. 149 do Código Penal para estabelecer também a pena de multa e indicar as hipóteses em que o crime se configura.

<sup>4</sup> O artigo, que foi introduzido pela Lei sancionada em 6 de outubro de 2016, dispôs sobre a prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e medidas de atenção às vítimas.



Para mais ao apoio e atendimento, e em consonância com os pilares da educação superior (ensino, pesquisa e extensão) o projeto propôs o desenvolvimento de pesquisas, capacitação e conscientização da comunidade acadêmica. A proposta torna-se ainda mais emergente, observado as estatísticas atuais de Minas Gerais sobre os índices de empregados identificados nessa situação.

No ano de 2023, os alunos selecionados para a prática do projeto reconheceram a importância da extensão universitária na formação acadêmica e a necessidade de uma atuação responsável, exercendo atividades de participação em seminários e congressos nacionais e internacionais, desenvolvendo projetos de pesquisa e iniciações científicas, práticas essas voltadas a extensão e pesquisa da Universidade. Os alunos também excederam ao conhecimento teórico fornecido em sala de aula para promover atendimento aos resgatados, denominados de assistidos, na redação de peças trabalhistas e assistência psicológica.

Dessa forma, o presente trabalho visa relatar e analisar a experiência da Clínica de Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas, na atuação dos extensionistas observado a emergência do assunto no âmbito estadual, nacional e internacional.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Acompanhando a introdução do presente artigo, resta notório que a supressão do mercado escravista, fundamentada no tráfico e submissão de escravos, ocorreu somente na forma da lei; esclarece-se que esse processo emancipatório transcorreu sem que fosse providenciada aos ex-escravizados as mínimas condições necessárias para sua reintegração na sociedade. Conforme apontado por Ribeiro (1988, p. 49), “a abolição não foi acompanhada por propostas concretas dos abolicionistas que vislumbrasse prover assistência econômica e social, distribuição de terras, acesso à educação e plena participação política para os recém-libertos”. Dessa forma, os indivíduos que haviam suportado décadas de exploração e opressão foram repentinamente relegados a um estado de extrema vulnerabilidade. O desamparo estatal possibilitou a continuidade desses dois processos de exploração em sua história, contudo, de maneira ilegal.

Para delimitar a fundamentação teórica do presente artigo científico, os termos “escravidão” e “tráfico humano” serão revisitados, assim como suas características e vítimas, as regiões do país com maiores índices e uma busca pela justificativa. Também será discutido

os ambientes e serviços que demasiadamente utilizam mão-de-obra escrava. Dessa forma, pressupõe-se necessário observar o que determina a legislação penal.

Depois da abolição, a terminologia “escravo” foi eliminada do Código Penal, ressurgindo com a revisão de 1940. O delito de reduzir alguém a condições análogas à de escravo foi brevemente tipificado no artigo 149 da versão do Decreto-Lei nº 2.848/1940 como “Artigo 149. Reduzir alguém à condição análoga à de escravo” (Brito, 2014, p. 591). Entretanto, essa redação não oferecia definições claras do que se considerava análogo à escravidão.

Em cinco de junho de 2002, um Projeto de Lei (PL) do Senado foi apresentado, propondo a revisão do artigo 149 (PL nº 161/2002) para estabelecer penas para o delito e esclarecer as circunstâncias que configuram a condição análoga à de escravo. A justificativa do Projeto apresentou a seguinte realidade:

No Brasil de hoje, ainda é preocupante a situação de trabalhadores rurais, que impelidos a uma interminável pobreza, procuram desesperadamente por alguma renda para sustentar a si e sua família, suportando a exploração, aviltante e criminoso de sua força de trabalho. Falta ao homem do campo, particularmente aquele que vem do Norte e Nordeste do país, condições para suprir a sua família com o mínimo necessário para a sua sobrevivência, vendo-se compelido a aceitar qualquer oferta que possa lhe proporcionar, pelo menos, uma mínima chance de mudar o seu destino (Brasil, 2002, p. 1062).

Relatou-se ainda que, entre 1995 e 2002, embora mais de 3.400 vítimas de escravidão contemporânea tenham sido resgatadas, apenas três pessoas foram condenadas por reduzir alguém à condição de escravo. Isso foi atribuído, em parte, à falta de clareza na tipificação e regulamentação do delito (Brasil, 2002, p. 1063). Por fim, a justificativa do referido Projeto de Lei conclui que sua aprovação facilitaria “a justa aplicação das penas às condutas dos que denigrem a evolução do Estado Democrático de Direito, ao submeter pessoas indefesas a condições de trabalho humilhantes e desumanas” (Brasil, 2002, p. 1063).

O PL nº 161/2002 foi aprovado em dezembro de 2003, convertendo-se na Lei nº 10.803/2003, resultando na seguinte redação do artigo 149 do Código Penal Brasileiro:

Art. 149. Reduzir alguém à condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto:  
Pena – reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.  
§1º Nas mesmas penas incorre quem:  
I – Cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador com o fim de retê-lo no local de trabalho;  
II – mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.  
§2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido:

- I – contra criança ou adolescente;
- II- por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem (Brasil, 2003).

Em maio de 2010, Gulnara Shahinian, Relatora Especial sobre as formas contemporâneas de escravidão realizou uma missão oficial ao Brasil, nomeada pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU. Em seu relatório, Shahinian (2010, p. 5-6) ressaltou a amplitude do artigo 149 do Código Penal, porém chamou a atenção para os desafios enfrentados pela Polícia Federal na coleta de evidências criminais devido à falta de critérios claros na legislação, assim, apesar de empresas serem incluídas no Cadastro de Empregadores - Lista Suja<sup>5</sup> -, poucas são alvos de acusações criminais, e a penalidade estipulada no citado artigo contribui minimamente para a detenção dos acusados.

A prescrição em 12 anos<sup>6</sup> também dificulta a aplicação de punições, permitindo que os réus contestem decisões judiciais até que o prazo expire. Ademais, penas de prisão inferiores a quatro anos podem ser transformadas em serviços sociais ou cumpridas em regime de prisão domiciliar possibilitando que os condenados permaneçam em casa.

Semelhante é o que ocorre com o atual artigo 149-A; o tráfico de pessoas demorou a receber uma tipificação específica e ampla no Código Penal Brasileiro. Em 1940, a norma originalmente apresentava disposições sobre o crime de “Tráfico de mulheres” no artigo 231, restringindo suas ações à facilitação da entrada e saída do país para o exercício da prostituição. No entanto, essa redação foi modificada pela Lei nº 11.106, de 28 de março de 2005. A necessidade de mudanças no tipo penal foi fundamentada na incompatibilidade constitucional promovendo discriminação em relação às mulheres, conforme apontado pelo projeto de lei<sup>7</sup> que desencadeou a mudança na norma (Brasil, 2003, p.10978). Assim, a Lei nº 11.106/2005 alterou o título do Capítulo V para “Do lenocínio<sup>8</sup> e do tráfico de pessoas” e reformulou o artigo 231, ampliando o sujeito passivo para todos e introduzindo o artigo 231-A para tipificar o tráfico interno de pessoas para exploração sexual (Brasil, 2005).

---

<sup>5</sup> Instituída em 2004, através de portaria interministerial, a Lista Suja é um documento público com os nomes de empregadores que submetem trabalhadores a condições análoga ao de escravo. Em 2016, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio, considerou que a Lista Suja se ampara na Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/11), uma vez que os autos de infração expedidos por auditores do trabalho são públicos (Rede Brasil Atual, 2022).

<sup>6</sup> Segundo a redação vigente do inciso IV do artigo 109 do Código Penal “ A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto no § 1º do art. 110 deste Código, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se: (Redação dada pela Lei nº 12.234, de 2010). IV - em oito anos, se o máximo da pena é superior a dois anos e não excede a quatro;” (Decreto-Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940).

<sup>7</sup> O projeto de lei foi apresentado pela da Câmara dos Deputados pelo nº 117 de 2003.

<sup>8</sup> De acordo com o dicionário, lenocínio é um crime definido pela exploração do trabalho de prostitutas ou pelo incentivo à sua prática. No Código Penal, os crimes ligados ao lenocínio estão previstos no capítulo V – do lenocínio e do tráfico de pessoa para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual.

Para mais, ainda em 2004, um novo PL<sup>9</sup>, proposto pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), sugeriu mudanças na nomenclatura do Título VI do CP, originalmente denominado de “Crimes Contra os Costumes”, para refletir melhor a proteção à liberdade e à dignidade sexual, culminando na aprovação da Lei nº 12.015 em 7 de agosto de 2009, adotando a denominação de “Dos Crimes Contra a Dignidade Sexual” (Brasil, 2004b, p. 4; Brasil, 2009). Assim, esta última estendeu o sujeito passivo do crime de tráfico de pessoas e o estabeleceu penas para o tráfico internacional e interno para exploração sexual nos artigos 231 e 231-A, respectivamente.

Em 2011, após a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do tráfico Nacional e Internacional de Pessoas, a necessidade de novas propostas de reforma foram observados devido a dificuldades que a própria Comissão encontrou para obter dados estatísticos confiáveis sobre o número de casos de tráfico de pessoas. A dificuldade estava intrinsecamente ligada à identificação precisa da conduta criminosa. Assim, foi apresentado o Projeto de Lei nº 479/2012, propondo diversas alterações no Código Penal Brasileiro (Brasil, 2012b, p. 24-26) . A aprovação resultou na Lei nº 13.344/2016, que atualizou o código para incluir uma definição mais ampla e precisa de tráfico de pessoas.

Dentro do Capítulo VI, “Dos Crimes Contra a Liberdade Individual” o tipo penal “Tráfico de Pessoas” foi incluído com a redação do artigo 149-A:

Art. 149-A. Agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, com a finalidade de:

- I - remover-lhe órgãos, tecidos ou partes do corpo;
- II - submetê-la a trabalho em condições análogas à de escravo;
- III - submetê-la a qualquer tipo de servidão;
- IV - adoção ilegal; ou
- V - Exploração sexual.

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa (Brasil, 2016).

Portanto, a atual definição nacional de tráfico de pessoas inclui ações como agenciar, aliciar e comprar, bem como a finalidade de remoção de órgãos, tecidos ou partes do corpo. No entanto, as condições em que a ação se desenvolve foram previstas de forma limitada, abordando apenas casos de grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, sem contemplar adequadamente a situação de vulnerabilidade do sujeito passivo.

A vulnerabilidade dos trabalhadores assume contornos ainda mais preocupantes quando se considera a mobilidade geográfica. No contexto, o trabalhador deixa sua casa e sua zona de

---

<sup>9</sup> Projeto de Lei do Senado nº 253 de 2004 de autoria da CPMI.

conforto deslocando-se para um local desconhecido, sob promessas enganosas. Tanto os trabalhadores nacionais submetidos ao aliciamento quanto os imigrantes acabam por se encontrar distantes de seus lares, separados de seus familiares e desprovidos de redes de apoio e essa dupla vulnerabilidade – tanto econômica quanto geográfica – desempenha papel central na perpetuação do ciclo e ausência de denúncias, considerando a ausência de familiaridade com o novo ambiente, somada à falta de recursos e à dependência dos recrutadores.

Resta-se assim, clara a interconexão entre o tráfico de pessoas e o trabalho realizado em condições análogas à de escravo. A exploração do trabalho emerge como uma das principais facetas do mercado clandestino associado ao tráfico humano. É imperativo compreender que onde há situações de trabalho escravo, inevitavelmente delinea-se o cenário do tráfico de pessoas.

Números apresentados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) lançam luz sobre a dimensão do problema no país e a forte relação entre os fenômenos. Em 2022, quase 2 mil pessoas foram identificadas como vítimas de tráfico humano para trabalho escravo, de acordo com os resultados divulgados pelo governo federal (Brasil, 2023). Os dados resultam de uma análise dos relatórios de fiscalização realizados pelos auditores-fiscais do Trabalho, que atuam tanto na prevenção quanto na repressão do tráfico interno e internacional de pessoas.

Desde 2016, a Inspeção do Trabalho resgatou um total de 4.888 pessoas em situação de trabalho escravo, todas elas também vítimas de tráfico humano. Os estados de Minas Gerais, Maranhão e Bahia emergem como os mais afetados, enquanto Minas Gerais, novamente, Goiás e Rio Grande do Sul são identificados como os principais destinos dos trabalhadores traficados, conforme indicado pelo MTE (Brasil, 2023).

Necessário também se faz observar o perfil das vítimas: 93% são homens, predominantemente de etnia preta ou parda (85%), com baixa escolaridade, sendo 23% com até o 5º ano incompleto e 7% analfabetos (Brasil, 2023). Esses dados não apenas revelam a vulnerabilidade desses grupos populacionais, mas também apontam a disparidade do estado mineiro no número de ocorrências.

Em relação as atividades com maior número de condenações, aponta-se o cultivo de café, o trabalho doméstico, a produção de carvão, a construção civil e a criação de bovinos (Pimentel; João, 2023).

A procuradora do Ministério Público do Trabalho, Andrea Gondim, destaca que enfrentar a exploração de trabalhadores em situação de escravidão, implica superar os desafios da pobreza e da desigualdade social (Tráfico [...], 2023).

Ela ainda ressalta que:

“As pessoas aceitam uma oferta de emprego sempre buscando mudar ou melhorar de vida e buscar melhores condições de trabalho. Então, se a gente vive num contexto de desigualdade social e de pobreza, as pessoas vão querer aceitar essas propostas e migrar para locais em que supostamente teriam melhores condições de vida e de trabalho” (Tráfico [...], 2023).

Os locais de origem e de residência dos trabalhadores resgatados costumam ser caracterizados por baixos índices de desenvolvimento humano, escassez de oportunidades de emprego, pobreza, baixa escolaridade, desigualdade e violência. Por outro lado, os locais para os quais foram atraídos apresentam dinamismo econômico e produtivo. Nessas áreas, há demanda por trabalhadores com pouca ou nenhuma qualificação profissional ou educação formal, para desempenhar atividades mal remuneradas (Tráfico [...], 2023).

Observe-se que, o contexto de vulnerabilidade no tráfico humano e no trabalho escravo contemporâneo são iguais, mas diferente é o que ocorre com o perfil das vítimas; enquanto que no tráfico humano para desempenho de trabalho forçado são predominantemente do sexo masculino, no tráfico com fins de exploração sexual as mulheres e meninas compõem a maioria das resgatadas.

Nos últimos dez anos, 96% das vítimas eram do sexo feminino. Esses dados foram revelados por um relatório sobre a atuação do sistema judiciário brasileiro no combate ao tráfico internacional de pessoas, elaborado pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 2021, o documento analisou 144 casos judiciais com decisões em segunda instância na Justiça Federal. Nele, o Brasil é identificado como o país de origem de 92% das 714 vítimas mencionadas nos processos. Quase todas as vítimas brasileiras (98%) foram traficadas para o exterior ou, pelo menos, houve tentativas de enviá-las para a prática da prostituição, principalmente na Europa. A Espanha foi o destino mais frequente para as vítimas retiradas do Brasil (56,94%), seguida por Portugal, Itália, Suíça e Suriname (Tráfico [...], 2023).

Mesmo com a identificação das vítimas, a quantidade de resgates e normas penais que evoluíram através dos anos no Brasil, a impunidade dos empregadores e aliciadores ainda é pauta de indignação. Um estudo realizado pela Clínica de Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas (CTETP) da Universidade XXXX, precursora do projeto e parceria da CTETP Universidade XXXXX *campus* XXXX, expôs que dos 2.679 denunciados por trabalho escravo entre 2008 e 2019, apenas 112 (4,2%) foram condenados em última instância.

O juiz federal e professor Carlos Haddad, também coordenador do estudo, confessou que “a cada 100 réus acusados de trabalho escravo, cerca de quatro são condenados definitivamente. É mais que impunidade, chega a ser perda de tempo você movimentar a Justiça para condenar quatro pessoas” (Michel, 2022).

Assim, na prevalência de impunidade no sistema judicial penal resultando na falta de responsabilização adequada dos empregadores e aliciadores, resta aos ex-empregados esperar da justiça do trabalho a única compensação diante das violações sofridas, através das indenizações.

Essa obrigação de garantir os direitos trabalhistas, só foi editada em 1963, com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, vinte anos após a Consolidação das Leis do Trabalho. Posteriormente, a Lei 5.889/73<sup>10</sup> substituiu o Estatuto, estendendo os direitos dos trabalhadores urbanos aos trabalhadores rurais, embora com algumas peculiaridades, uma vez que a igualdade jurídica só foi efetivamente estabelecida com a Constituição Federal de 1988.

Porém, uma reparação direcionada aos empregados resgatados de trabalho análogo ao escravo surgiu somente em 2002. O direito trata-se de três parcelas do seguro-desemprego que são pagas no momento do resgate, assim como o direito à reparação pelos danos morais e materiais sofridos durante a exploração.

Contudo, uma vez que o processo é encaminhado à Justiça, não é possível determinar com precisão o momento em que as reparações serão pagas ao trabalhador. Há casos em que, após longos períodos de espera, a indenização é de valor insignificante, como R\$1 mil ou R\$1,5 mil. Essa quantia está longe de ser adequada para permitir que uma pessoa vulnerável siga adiante, muito menos para reparar o grave dano sofrido durante o período de escravidão, explica Lys Sobral Cardoso, procuradora do Trabalho e coordenadora nacional de Erradicação do Trabalho Escravo e Enfrentamento do Tráfico de Pessoas do MPT (Michel, 2022).

O Auditor-Fiscal do Trabalho Magno Riga, coordenador do Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM), relata que, devido à falta de suporte social e financeiro após os resgates, não é incomum encontrar o mesmo trabalhador novamente em condição análoga à de escravidão em outros empregos; por fim, também aponta que:

“Embora o objetivo dos grupos móveis de fiscalização seja a erradicação do trabalho escravo, na prática, o que fazemos é combatê-lo. Para erradicá-lo, seria necessária uma mudança estrutural econômica e socialmente profunda. É evidente que somos um país rico, mas com uma grande parcela de trabalhadores vivendo em condições de extrema pobreza” (Michel, 2022).

---

<sup>10</sup> A Lei nº 5.889 de 08 de junho de 1973 estatuiu normas reguladoras do trabalho rural.

Em suma, é imprescindível também ressaltar a relevância contínua da discussão acerca do presente tema. A conscientização pública desempenha papel vital na prevenção e combate a essas graves violações dos direitos humanos. Através da comunicação efetiva, vigilância atenta e do cuidado com os indícios de exploração, os membros da sociedade podem desempenhar papel significativo na identificação e denúncia.

## **METODOLOGIA**

Este texto é um artigo científico sobre a experiência executada na Clínica de Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas, durante o período entre setembro de 2023 e março de 2024, com locação no 1º andar do Prédio 12 na Universidade XXXXX *campus* XXXX, sendo os alunos beneficiários de bolsa com carga horária de 20 horas semanais e voluntários com 10 horas semanais.

Os extensionistas em conjunto aos docentes coordenadores da extensão propuseram encontros quinzenais que foram realizados no período de 1 hora com a finalidade de discutir propostas de seminários, debates interdisciplinares, compartilhar artigos e relatos sobre o assunto tema. A extensão também propôs a capacitação dos discentes como forma de veicular a importância na identificação e no combate ao trabalho escravo e ao tráfico humano.

Por fim, a experiência também ocorreu através da prática jurídica na confecção de peças processuais e contato direto com os assistidos recém resgatados no fito de assegurar suporte no processo de adaptação. Aos extensionistas do curso de psicologia a experiência também ocorreu através do atendimento psicológico das vítimas, proporcionando comunicação qualificada e acolhedora na didática de compreensão da situação na qual o assistido foi retirado e orientando o mesmo para a jornada em uma nova realidade.

## **DISCUSSÃO E RESULTADOS**

O projeto da Clínica de Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas na Universidade XXXXX – *campus* XXXX surgiu de uma parceria com a Universidade XXXX que já possuía um projeto de extensão nestes moldes implementada em seu *campus*.

No segundo semestre do ano de 2023 após a realização de um processo seletivo, a fim de selecionar os alunos extensionistas (bolsistas e voluntários) que fariam parte deste projeto, iniciou-se uma capacitação dos discentes selecionados. Inicialmente todas as sextas-feiras, no horário das 10h30min às 12h30min todos os discentes participavam de maneira remota da aula ministrada na UFMG abordando conceitos e as especificidades do trabalho análogo a



escravidão e do tráfico de pessoas. A equipe da CTETP, juntamente com suas coordenadoras, recebeu ainda um curso de capacitação ministrado pelos advogados Fernanda e André.

Com a proposta de aprofundar ainda mais o conhecimento dos alunos extensionistas e de abranger o conhecimento e publicidade do tema a todos os discentes da Universidade XXXXX, no dia 16 de outubro de 2023, recebemos no auditório do *campus* de XXXX a Prof. Livia Miraglia – coordenadora do projeto na UFMG – tendo ministrado aos discentes uma palestra sobre a Importância da extensão como base da Universidade Pública brasileira e da sua experiência com a Clínica de Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas. Nesta mesma noite recebemos também a Dra. Cynthia Alves Saldanha – Auditora Fiscal do Trabalho – e por fim, o Dr. Marcelo Lamago Pertence – Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho que ministrou uma palestra sobre o Trabalho Seguro (figura 1 e 2).

**Figura 1 – Banner de divulgação do evento de lançamento do projeto de extensão CTETP**



Fonte: (Pontifícia Univ. Católica de Minas Gerais – PUC Minas Betim, 2023).

**Figura 2 – Evento de inauguração da Clínica de Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas no auditório principal da – Universidade XXXXX – XXXX**



**Fonte: (PUC Minas Betim – Pró-reitora Adjunta, 2023)**

Após o período inicial de capacitação, alguns alunos extensionistas juntamente com as coordenadoras da clínica Prof.<sup>a</sup> Carolina de Souza Novaes Gomes Teixeira e Prof.<sup>a</sup> Marilene Gomes Durães realizaram a confecção de resumos sobre o Trabalho Análogo a Escravidão e Tráfico de Pessoas; resumos estes que foram submetidos, aprovados e apresentados no Congresso Internacional de Combate ao Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas, que ocorreu no dia 19 de outubro de 2023.

No dia 26 de outubro de 2023 as coordenadoras estiveram presentes na Audiência Pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) e deliberaram sobre a importância das atividades de ensino, pesquisa e extensão no combate ao trabalho escravo e tráfico de pessoas (figura 3). A atividade construída com instituições de ensino superior, órgãos do Executivo e do Judiciário integra a agenda de importantes comissões da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, como: a Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.

**Figura 3 - Audiência Pública da ALMG**



**Fonte: (Fotografia da autora, 2023).**

Durante as reuniões quinzenais, que ocorrem às segundas-feiras a partir das 18h00min na sede da clínica, os discentes sob a supervisão de suas coordenadoras realizavam importantes pesquisas e debates.

Ainda no segundo semestre de 2023 os extensionistas se dividiram em grupos, a fim de pesquisarem de maneira profunda alguns ramos comuns quando tratamos sobre o Trabalho Análogo a Escravidão e o Tráfico de Pessoas. Após a pesquisa e elaboração do trabalho cada grupo de extensionistas apresentou em forma de seminário o resultado de suas pesquisas e as especificidades de cada área em que o trabalho análogo a escravidão e o tráfico de pessoas se encontra. Com seminários e pesquisas desenvolvidas pelos extensionistas foi possível uma análise completa do trabalho análogo a escravo na construção civil, na indústria têxtil juntamente com a indústria da moda, e no trabalho doméstico (figura 4, 5 e 6).

Alguns encontros quinzenais são destinados a análises de obras como: livros, textos, séries e filmes relevantes a publicidade e ao aprofundamento sobre o tema central da clínica, encontros como estes objetivam o debate de diversos pontos críticos em relação à obra discutida e posteriormente os extensionistas realizam a recomendação das obras visando uma maior conscientização coletiva.

Outro âmbito de extrema importância na clínica são os assistidos, onde os extensionistas conseguem colocar na prática processual os direitos pleiteados por trabalhadores em condições análogas à escravidão e/ou que em certo momento passaram por condições assim e foram resgatados. Atualmente a Clínica possui dois trabalhadores assistidos, onde os extensionistas

juntamente com a coordenação prestaram o atendimento, colheram a narrativa dos fatos, bem como realizaram o estudo jurídico e psicológico dos casos a fim de que em cada caso concreto os pedidos formulados fossem os mais assertivos possíveis. É válido ressaltar que a clínica possui uma assistência completa, uma vez que em seu projeto comporta alunos do curso de Direito, Psicologia e Sistemas de Informações, visando garantir canais de atendimento eficazes para os assistidos e para os demais interessados no projeto. Atualmente, além de seu contato telefônico, a clínica possui um site onde é possível entrar em contato com a equipe e ter acesso as pesquisas e artigos dos extensionistas.

**Figura 4 – Apresentação do seminário Análise do trabalho análogo a escravo na construção civil realizado por extensionistas do curso de Direito**



Fonte: (Fotografia da autora, 2023).

**Figura 5 – Apresentação do seminário Análise do trabalho escravo na indústria têxtil juntamente com a indústria da moda realizada por extensionistas do curso de Direito**



Fonte: (Fotografia da autora, 2023).

**Figura 6 – Apresentação do seminário Análise do trabalho escravo no âmbito doméstico pela ótica da psicologia realizada por extensionistas do curso de Psicologia**



**Fonte: (Fotografia da autora, 2023).**

Atualmente os extensionistas juntamente com a Prof. Marilene Gomes Durães estão realizando a capacitação dos alunos da disciplina de Direitos Humanos, ministrada no segundo período do Curso de Direito. Os extensionistas se dividiram em grupos na parte da manhã e da noite de modo a ministrarem uma aula sobre o trabalho análogo a escravo e tráfico de pessoas, sobre o trabalho realizado na clínica e a essencialidade da extensão para a formação de seus futuros currículos como operadores do Direito (figura 7 e 8), a fim de que como prática extensionista estes alunos supervisionados pela equipe discente e docente da clínica possam levar o conhecimento e apresentação do projeto nas escolas de ensino médio do município de Betim–MG com o intuito de que desde o ensino básico, os adolescentes tenham acesso à prática de extensão proporcionada pelas Universidades, uma vez que no futuro alguns deles serão aqueles que darão continuidade ao trabalho por nós iniciado fazendo com que a clínica seja atemporal e ajude o máximo de pessoas possível através da pesquisa, extensão e auxílio aqueles que necessitam de nossa ajuda.

**Figura 8 – Alunos do 2º período turno manhã e noite, respectivamente, da Universidade XXXXX campus XXXXX e extensionistas da CTETP**



Fonte: (Fotografias da autora, 2024).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Analisar a pesquisa que sustenta a atuação da Clínica de Trabalho Escravo e Tráfico de Universidade XXXXX, estabelecida em 2023, focando na assistência jurídica e psicológica oferecida às vítimas de trabalho em condições análogas à escravidão e tráfico de pessoas, bem como nas atividades de pesquisa e extensão.

Para contextualizar a problemática do trabalho escravo e do tráfico de pessoas, o estudo realiza um levantamento histórico abrangente, traçando um panorama da escravidão no Brasil desde o período colonial português até sua abolição em 1888. Em seguida, aprofunda-se na análise da legislação pertinente, incluindo o Código Penal de 1940 e suas modificações em 2003 para tipificar com maior clareza a condição análoga à escravidão. A evolução da legislação sobre tráfico de pessoas também é investigada, desde a Lei nº 13.344/2016 até propostas mais recentes.

A fundamentação teórica do estudo se baseia em uma revisão conceitual detalhada dos termos "escravidão" e "tráfico de pessoas", explorando suas características, nuances e impactos sociais. Essa revisão é complementada por uma análise crítica da legislação penal brasileira relevante, com foco nas definições de tráfico humano e condição análoga à escravidão, destacando suas limitações e os desafios na aplicação efetiva das leis.

Dados do Ministério do Trabalho e Emprego são minuciosamente examinados para traçar um panorama da magnitude do problema no Brasil. A análise inclui estatísticas sobre

resgates, perfil das vítimas e setores da economia mais afetados por essa prática. Relatórios de organizações internacionais, como a Organização Internacional para as Migrações (OIM), são utilizados para contextualizar o tráfico de pessoas em nível global, fornecendo uma visão comparativa e inter-regional.

O estudo realiza uma avaliação crítica abrangente da efetividade das leis e das instituições governamentais no combate ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas. Essa avaliação destaca os principais desafios enfrentados na luta contra essas práticas, como a impunidade dos empregadores, a falta de apoio às vítimas após os resgates e as lacunas existentes na legislação.

Um estudo de caso detalhado da Clínica de Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas da Universidade XXXXX é conduzido, examinando suas práticas, impacto na comunidade e os desafios enfrentados pela equipe.

Com base na análise abrangente da metodologia de pesquisa, o estudo apresenta conclusões robustas sobre a eficácia das abordagens existentes no combate ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas. As conclusões são complementadas por recomendações abrangentes para aprimorar as políticas públicas e as práticas institucionais, buscando fortalecer a proteção dos direitos humanos e a erradicação dessas práticas degradantes. A Clínica de Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas da Universidade XXXXX é apresentada como um modelo de boas práticas e um exemplo inspirador para iniciativas futuras.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 31 dez 1940. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm). Acesso em: 10 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.803, de 2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 dez. 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.803](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.803). Acesso em: 10 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.106, de 28 de março de 2005. **Diário Oficial da União**, Brasília, 29 mar. 2005. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/111106.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111106.htm). Acesso em: 10 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009. **Diário Oficial da União**, Brasília, 7 ago. 2009. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm). Acesso em: 10 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.344, de 6 de outubro de 2016. **Diário Oficial da União**, Brasília, 6 out. 2016. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/113344.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113344.htm). Acesso em: 10 abr. 2024.

BRASIL registra quase 2 mil vítimas de tráfico humano para trabalho escravo em 2022. **G1 Globo**, 03 de agosto de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2023/08/03/quase-2-mil-pessoas-foram-vitimas-de-trafico-humano-para-trabalho-escravo-em-2022-identifica-mte.ghtml>. Acesso em: 12 abr. 2024.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei nº 161, de 2002. **Diário do Senado Federal**, Brasília, 6 jun. 2002. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/1546?sequencia=69>. Acesso em: 10 abr. 2024.

BRITO, José Claudio Monteiro de Filho. Trabalho em condições análogas à de escravo: os bens jurídicos protegidos pelo artigo 149 do Código Penal Brasileiro. **Revista Jurídica da Presidência**, Brasília. v. 15, n. 107, p. 587-601, out. 2013/jan. 2014. Disponível em: <https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/45/36>. Acesso em: 11 abr. 2024.

MICHEL, Fabio M. **Impunidade prevalece, e Brasil mantém trabalho em condições de escravidão**. 12 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/impunidade-brasil-trabalho-escravo/>. Acesso em: 11 de abr. 2024.

PIMENTAL, Leleco; JOÃO, Padre. Há 13 anos Minas lidera ranking de pessoas em condições análogas à de escravos. Minas Gerais, 03 de maio de 2023. Disponível em: <https://www.brasildefatong.com.br/2023/05/03/ha-13-anos-minas-lidera-ranking-de-pessoas-em-condicoes-analogas-a-de-escravos>. Acesso em: 11 abr. 2024.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Lançamento do projeto de extensão Clínica de Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas**. Portal PUC Minas, Betim. Disponível em: <https://portal.pucminas.br/newsletter/nota.php?codigo=3656&materia=41187>. Acesso em: 14 abr. 2024.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. [Curso de Direito]. **Na próxima segunda-feira teremos o lançamento da Clínica de Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas. Para inaugurar esse projeto incrível contaremos com palestras de três ilustres convidados**. Betim, 09 de outubro de 2023. Facebook: Curso de Direito – PUC Minas – Betim. Disponível em: [https://www.facebook.com/photo.php?fbid=826312645857029&set=pb.100054349040065.-2207520000&type=3&locale=pt\\_BR](https://www.facebook.com/photo.php?fbid=826312645857029&set=pb.100054349040065.-2207520000&type=3&locale=pt_BR). Acesso em: 14 abr. 2024.

RIBEIRO, Marcus Venício Toledo. **Para uma história do negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1988.

SHAHINIAN, Gulnara. Relatório da relatora especial das nações unidas sobre formas contemporâneas de escravidão. **ONU Brasil**. 2010. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/695923#record-files-collapse-header>. Acesso em: 11 abr. 2024.

TRÁFICO de pessoas, exploração sexual e trabalho escravo: uma conexão alarmante no Brasil. **Agência Senado**. 21 de setembro de 2023. Disponível em:



<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/07/trafico-de-pessoas-exploracao-sexual-e-trabalho-escravo-uma-conexao-alarmante-no-brasil>. Acesso em: 11 abr. 2024.

TRÁFICO humano é terceira atividade ilegal mais lucrativa do mundo. **ONU News**. 2023. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2023/10/1822172>. Acesso em: 08 abr. 2024.

# **EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA NO PROJETO PROJETO DÁ ALEGRIA: o impacto da palhaçaria na vida de indivíduos fragilizados<sup>1</sup>**

**Ana Clara Lelles Rodrigues Pereira**

**Izabella Costa Freitas**

**Larissa Ellen Ferreira de Brites**

**Isabela Figueiredo**

**Jacqueline do Carmo Reis**

## **RESUMO**

O projeto Projeto Dá Alegria tem como objetivos principais a promoção da saúde em ambientes hostis, como hospitais, ILPIs e APAE, para promover o lúdico, risos e aliviar a tensão dos pacientes que estão muitas vezes em situações de fragilidade e vulnerabilidade. O projeto disponibiliza para os extensionistas oficinas de palhaçaria que abrangem conteúdos explicando a origem, métodos utilizados e principais objetivos de ser um palhaço nesses locais, além de praticar brincadeiras que possam ser aplicadas nas visitas. Através do Projeto Dá Alegria, observou-se vários aspectos positivos relatados pelos próprios pacientes e profissionais, como o sentimento de alívio da dor, riso, aumento de autoestima, redução de estresse e finalmente a alegria trazida pelas brincadeiras e dinâmicas propostas pelos palhaços. No presente relato de experiência, convém observar como o projeto impactou positivamente a formação dos acadêmicos, já que se observou na prática que a humanização do cuidado é uma tarefa chave no dia a dia do profissional de saúde.

**Palavras-chave:** promoção de saúde; alegria; ambiente hostil; palhaços.

## **EXTENSIONIST EXPERIENCE IN THE BODY AND MOVEMENT IN HEALTH PROJECT: THE IMPACT OF CLOWNING ON THE LIVES OF FRAGILIZED INDIVIDUALS**

### **ABSTRACT**

The Projeto Dá Alegria project's main objectives are to promote health in hostile environments, such as hospitals, ILPIs and APAE, to promote fun, laughter and alleviate the tension of patients who are often in fragile and vulnerable situations. The project provides extension workers with clowning workshops that cover content explaining the origin, methods used and main objectives of being a clown in these places, in addition to practicing games that can be applied during visits. Through Projeto Dá Alegria, several positive aspects reported by patients and professionals themselves were observed, such as the feeling of pain relief, laughter, increased self-esteem, reduced stress and finally the joy brought by the games and dynamics proposed by the clowns. In this experience report, it is worth noting how the project positively impacted the training of students, as it was observed in practice that the humanization of care is a key task in the daily lives of healthcare professionals

**Keywords:** health promotion; happiness; hostile environment; clowns.

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

## **INTRODUÇÃO**

O projeto de extensão Projeto Dá Alegria, coordenado pela professora Jacqueline Reis, representa uma iniciativa interdisciplinar que une os cursos da área da saúde. Seu propósito é realizar atividades relacionadas à palhaçaria hospitalar, com um enfoque especial nas Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), hospitais, APAE e centros maternos. As atividades relatadas nesse trabalho foram realizadas ao longo do período que abrange o início de 2022 até o final do ano de 2023. A abordagem interdisciplinar é essencial para uma compreensão holística das necessidades dos pacientes e residentes, integrando os conhecimentos e habilidades específicas de cada área para oferecer um cuidado mais abrangente e humanizado.

Durante esse período, os participantes do projeto mergulharam nas complexidades e desafios enfrentados pelos pacientes hospitalizados e residentes de ILPIs. A palhaçaria hospitalar emergiu como uma ferramenta eficaz para aliviar o estresse, a solidão e a ansiedade enfrentados por esses grupos vulneráveis. Por meio de atividades lúdicas, interativas e criativas, os integrantes do Projeto Dá Alegria buscaram proporcionar momentos de leveza, diversão e conexão emocional, contribuindo assim para o bem-estar físico, mental e emocional dos envolvidos.

Em um contexto de constante aprendizado e aprimoramento, os participantes do projeto não apenas aplicaram seus conhecimentos teóricos e práticos, mas também desenvolveram habilidades interpessoais essenciais, como empatia, comunicação eficaz e trabalho em equipe. Além disso, testemunharam de perto o impacto positivo que suas ações tiveram na vida dos pacientes, familiares e profissionais de saúde. Essa experiência prática e enriquecedora não apenas acrescentou suas trajetórias acadêmicas, mas também os inspirou a continuar buscando maneiras de servir e contribuir para a comunidade.

Refinamos nossa abordagem para compartilhar a vivência do projeto Projeto Dá Alegria no contexto da palhaçaria hospitalar, visando atenuar os efeitos psicológicos adversos dos envolvidos. A vivência a partir desse projeto permite aos alunos a aplicabilidade do conhecimento teórico e prático, enriquecendo sua formação acadêmica como extensionistas, ao promover a inclusão social e contribuir para o desenvolvimento comunitário.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Para a elaboração da fundamentação teórica deste estudo, foram consultadas diversas fontes de literatura científica e acadêmica relacionadas à palhaçaria hospitalar, humanização da saúde e impacto psicossocial em ambientes de cuidado. As bases de dados utilizadas incluíram PubMed, Scopus, Google Scholar e Portal de Periódicos da CAPES, com busca realizada no período de 2010 a 2023. Os termos-chave combinados para a busca incluíram “palhaçaria hospitalar”, “humanização da saúde”, “impacto psicossocial em ambientes de cuidado” e “benefícios da palhaçaria para pacientes e profissionais de saúde”.

A análise desses estudos permitiu identificar a relevância da palhaçaria hospitalar como uma ferramenta terapêutica eficaz para aliviar o estresse, a ansiedade e promover o bem-estar emocional de pacientes em ambientes hospitalares e instituições de longa permanência para idosos (ILPIs). Além disso, a literatura analisada destacou o impacto positivo da presença de palhaços na humanização do cuidado de saúde, fortalecendo vínculos interpessoais, aumentando a qualidade de vida dos pacientes e contribuindo para um ambiente mais acolhedor e compassivo.

Esses estudos contribuíram significativamente para embasar teoricamente o presente trabalho, demonstrando a importância da palhaçaria hospitalar como uma intervenção terapêutica e humanizadora no contexto da saúde.

## **METODOLOGIA**

O projeto Projeto Dá Alegria inicia-se com oficinas de palhaçaria para os extensionistas se capacitarem na arte de se tornarem palhaços de hospital. A oficina é coordenada pela médica Dra. Terezinha Valéria Ferreira Matoso, também conhecida como a palhaça “Amparo Socorro”.

Durante esse treinamento a Dra. Amparo Socorro ensina técnicas para tornar algo simples em um mundo lúdico, no qual somente o palhaço consegue enxergar, tornando um simples balão vermelho em um nariz de palhaço, por exemplo. Outro importante aprendizado refere-se a terapia do riso, que se constitui em um método de sorrirmos (expressão facial) até aquele riso se tornar uma gargalhada propriamente dita. Também exercitamos as mímicas e improvisos, que durante as visitas nas instituições são muito importantes.

Nas oficinas foi solicitado que levássemos um objeto com valor sentimental para cada um explicar o motivo daquele simples objeto ser tão importante, dessa forma nossa criança interior poderia se aflorar.

Outra importante oficina realizada foi com o ator e pesquisador artístico Alexandre Penha, durante 3 dias de formação. Alexandre explicou para os extensionistas tudo sobre a arte da palhaçaria, identidade do palhaço, como eles se vestem, como devem agir e também foi um importante dia de reflexão e autoconhecimento, para conseguir encontrar nosso palhaço interior.

**Figura 2 - Oficina de palhaçaria ministrada pelo ator e pesquisador artístico Alexandre Penha ocorrido no dia 30/04/2022**



**Fonte: Registro dos autores**

Na prática, as visitas são feitas em trios, sendo uma visita presencial a cada três semanas nas diversas instituições, que são a ILPI, Hospital Público de Betim e Contagem, APAE e Centro Materno Infantil.

No espaço das ILPIs são realizadas várias brincadeiras, como o Bingo que ajuda na interação social dos idosos, utilização de músicas no intuito deles se animarem, cantarem e dançarem com os extensionistas. Praticamos diversos exercícios de coordenação motora, visto que é uma atividade relevante para os idosos. No Hospital, realiza-se visitas no andar da pediatria.

O palhaço vive sempre o presente conectado a tudo que acontece à sua volta e em busca de soluções criativas para problemas cotidianos, muitas vezes repetitivos, na vida humana (Brito *et al.*, 2016). É importante considerar que, são necessários diversos materiais diferentes para tornar cada momento único, como exemplo um simples ferro de passar roupa de brinquedo no cenário do hospital pode se simular como uma passa raiva, passa estresse e outras coisas lúdicas que somente nos olhos dos palhaços poderiam ser vistos.

Outra atividade foi a oficina com *slimes*, explicando como é feito, e posteriormente fazendo a massinha, pinturas no rosto, músicas, deixando o ambiente que estava tão vazio e

sem graça em outro de pura cor e alegria. Quanto ao APAE, são realizadas brincadeiras como passar a bola um para o outro, músicas para eles identificarem, cantarem e dançarem com os extensionista.

E por último, no Centro Materno Infantil, as visitas são realizadas de maneira um pouco diferente dos demais espaços, pois como são recém nascidos, é recomendado controlar o barulho e manter o ambiente calmo. Nesse contexto, os palhaços atuam de maneira sutil com cantorias de diversas músicas infantis, uso instrumentos musicais e técnicas de palhaçaria controlando o nível de ruído.

**Figura 3 -Visita dos extensionistas no Centro Materno-Infantil  
ocorrido no dia 18/04/2023**



**Fonte: Registro dos autores**

Somado a isso, existe um espaço de divulgação do projeto que são as Mostras PEX, momento que conseguimos mostrar para os demais alunos da Universidade o que fazemos no projeto. Visitando salas de aula de diversos cursos, os palhaços interagiram com alunos e professores através de brincadeiras de imitação a cantores e atores famosos e outras brincadeiras de improviso.

Outra importante contribuição do projeto é a participação em eventos comemorativos como na semana da criança, dia do idoso, entre outros. Na semana das crianças, os extensionistas, em parceria com outro projeto de extensão, foram até a clínica de fisioterapia no ambulatório de neurologia infantil. Realizou-se brincadeiras diversas, como as mímicas, passa anel e até interações de iniciativa das próprias crianças de “roubar” o nariz dos palhaços.

Para finalizar é importante ressaltar o uso do Instagram na divulgação do projeto. Cada grupo de alunos fica responsável pelas postagens semanais, que consistem em imagens e vídeos sobre brincadeiras feitas nas instituições, formas diferentes e simples de fazer brinquedos, objetos que ficam dentro da bolsa de um palhaço, entre outros. Essas postagens promovem interação com o público externo e amplia o alcance do Projeto Dá Alegria.

## **DISCUSSÃO**

O estudo de Bertini *et al.* (2011) demonstrou que a presença de palhaços pode ter um efeito indutor de saúde e que o estímulo do bom humor pode ser visto como uma modalidade terapêutica fácil de usar, barata, natural e adaptável em diferentes ambientes e para diferentes necessidades terapêuticas. Esse fato foi observado com ênfase durante as visitas do projeto Projeto Dá Alegria, onde a realização de simples brincadeiras com bolhas de sabão, balões, apitos e bonecos conseguia acalmar crianças agitadas no leito dos hospitais, além de proporcionar alívio e conforto aos acompanhantes.

O projeto evidenciou como a humanização pode modificar a rotina dos enfermos, muitas vezes isolados por longos períodos do mundo externo, destacando a importância da atenção, empatia, carinho e alegria para que se sintam integrados à sociedade. A interação com a população idosa também revelou que a arte de brincar é bem-vinda em qualquer fase da vida, pois as risadas podem atuar como um "remédio para a alma" (Catapan *et al.*<sup>3</sup>)

No contexto do projeto Projeto Dá Alegria, a evolução pessoal e artística dos extensionistas foi vivenciada de forma tangível. A timidez inicial ao se tornarem palhaços de hospital foi superada com a prática contínua e o envolvimento com as atividades propostas. A transição para a interação direta com profissionais de saúde e pacientes revelou o amplo impacto que a palhaçaria pode ter em diferentes públicos, não apenas proporcionando momentos de diversão, mas também desempenhando um papel terapêutico significativo na promoção da saúde emocional e mental dos indivíduos.

A experiência com a população idosa também ressaltou a atemporalidade da arte de brincar e sorrir, mostrando que a palhaçaria é acolhida em qualquer fase da vida. Assim, o projeto Projeto Dá Alegria não apenas proporcionou momentos de alegria e bem-estar, mas também estimulou o reconhecimento da importância da humanização e do cuidado emocional no ambiente hospitalar, contribuindo para um ambiente mais inclusivo, empático e acolhedor para todos os envolvidos.

Como resultado desse projeto, percebemos a importância da arte de palhaçaria na vida dos sujeitos. Lugares sem cores e até mesmo vazios, quando chega um palhaço transborda de vida e alegria.

A literatura analisada aponta que a “palhaçoterapia” provoca diminuição significativa da ansiedade pré-operatória em crianças, comparativamente maior do que a obtida com o uso de um fármaco indutor de anestesia (Catapan; Oliveira; Rotta, 2019). Relacionado a isso, em todas as instituições percebemos a alegria de cada um, em especial nos hospitais quando chegávamos e víamos nos olhos das crianças uma tristeza, mas assim que as brincadeiras se iniciavam os olhares reacendiam e brilhavam.

A ILPI também se destaca, pois muitos idosos tinham a sensação de abandono, então, quando percebiam que íamos para as visitas ficavam radiantes, empolgados e contavam diversas histórias de vida singulares.

No Centro Materno Infantil, o uso de músicas calmas ajudava a acalmar os recém nascidos e trazer leveza para o ambiente. Não se pode esquecer que as mães e acompanhantes sentiam-se acolhidos e mostravam emoção ao cantarem suas músicas afetivas com os palhaços.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A vivência no Projeto Dá Alegria deixa evidente a importância da palhaçaria em ambientes como hospitais, centros maternos, APAE e ILPI. Através do projeto observou-se que a presença dos palhaços pode ter um impacto significativo na qualidade de vida e no bem-estar dos pacientes e residentes de ILPI. A palhaçaria hospitalar não se limita apenas a entreter, mas vai além, oferecendo momentos de leveza, conexão emocional e alívio do estresse em meio a ambientes muitas vezes difíceis e desafiadores.

Vale ressaltar que, a presença dos palhaços não só beneficia pacientes e residentes das ILPI, mas também os profissionais de saúde, cuidadores e familiares, proporcionando uma pausa bem-vinda em suas rotinas e oferecendo apoio emocional e reconhecimento pelo trabalho desafiador que realizam diariamente. A inclusão da palhaçaria como parte integrante do ambiente de cuidado reflete uma abordagem holística e humanizada da saúde, reconhecendo a importância do bem-estar emocional e social, além do aspecto físico.

Por fim, é essencial reconhecer e apoiar iniciativas que promovam a palhaçaria em ambientes de cuidado, garantindo que mais pessoas possam se beneficiar dos efeitos positivos dessa prática. Investir em palhaços hospitalares não é apenas investir em entretenimento, mas também é investir na promoção da saúde mental, no fortalecimento do vínculo humano e na



criação de ambientes mais acolhedores e compassivos para todos aqueles que transitam por esses espaços de cuidado e convivência.

## **REFERÊNCIAS**

BERTINI, Mário *et al.* **Clowns benefit children hospitalized for respiratory pathologies. Evidence - based complementary and alternative medicine**, 2011.

BRITO, Cristiane Miryam Drumond de *et al.* O humor e o riso na promoção de saúde: uma experiência de inserção do palhaço na estratégia de saúde da família. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, p. 553-562, 2016.

CATAPAN, Soraia de Camargo; OLIVEIRA, Walter Ferreira de; ROTTA, Tatiana Marcela. Palhaçoterapia em ambiente hospitalar: uma revisão de literatura. **Ciência & saúde coletiva**, v. 24, p. 3417-3429, 2019.

# **EXPERIÊNCIA, RELATO E CAPACITAÇÃO: clínica de combate ao trabalho escravo contemporâneo<sup>1</sup>**

**Adryan Pap**

**Marilene Gomes Durães**

**Natália Pereira Nonato**

## **RESUMO**

Este relato de experiência reflexivo aborda minha participação na Clínica Combate ao Trabalho Escravo e Tráfico Humano, assim como na capacitação dos alunos da disciplina extensionista de Direitos Humanos e Fundamentais. Exploro a integração prática de teoria e ação, destacando os desafios e aprendizados enfrentados durante essas atividades. A metodologia envolveu imersão em casos reais, discussões em grupo e análise crítica das políticas públicas relacionadas. As conclusões destacam a importância do engajamento prático na promoção dos direitos humanos e a necessidade contínua de sensibilização e capacitação para lidar com questões tão complexas e urgentes.

**Palavras-chave:** trabalho escravo; tráfico humano; direitos humanos; capacitação; reflexão.

## **EXPERIENCE, REPORT, AND TRAINING: contemporary slave labor combat clinic**

### **ABSTRACT**

This reflective experiential account delves into my involvement in the Clinic Combat against Contemporary Slave Labor and Human Trafficking, as well as in the training of students in the extension course on Human and Fundamental Rights. I explore the practical integration of theory and action, highlighting the challenges and lessons encountered during these activities. The methodology involved immersion in real cases, group discussions, and critical analysis of related public policies. The conclusions underscore the importance of practical engagement in promoting human rights and the ongoing need for awareness-raising and training to address such complex and pressing issues.

**Keywords:** slave labor; human trafficking; human rights; training; reflection.

## **INTRODUÇÃO**

O fenômeno do trabalho escravo e do tráfico humano persiste como uma mancha indelével na sociedade contemporânea, desafiando os valores fundamentais de dignidade, liberdade e justiça. Nesse contexto, a atuação em clínicas de combate a tais práticas torna-se

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

uma necessidade premente, constituindo uma plataforma essencial para a aplicação prática dos princípios dos direitos humanos. Este relato de experiência reflexivo busca elucidar a interseção entre teoria e prática através de participações na Clínica de Combate ao Trabalho Escravo e Tráfico Humano, bem como na capacitação dos alunos da disciplina extensionista de Direitos Humanos e Fundamentais.

Ao adentrar nesse campo de atuação, confrontamo-nos com uma série de desafios multifacetados, desde a compreensão das nuances legais e sociais que permeiam esses crimes até a abordagem humanizada e eficaz das vítimas envolvidas. Nosso objetivo primordial reside em capacitar os alunos para uma atuação ética e eficaz nesse cenário complexo, incentivando-os a se tornarem agentes de mudança comprometidos com a defesa dos direitos humanos em todas as esferas da sociedade.

A justificativa para este relato reside na necessidade de compartilhar experiências práticas e reflexões críticas sobre o trabalho desenvolvido nessas áreas sensíveis. Mais do que meramente documentar atividades, almeja-se instigar uma reflexão profunda sobre os desafios enfrentados e os caminhos percorridos na busca por uma sociedade mais justa e igualitária. Ao expor os dilemas, as conquistas e as lições aprendidas ao longo desse percurso, esperamos contribuir para um debate enriquecedor sobre a eficácia das abordagens educativas e clínicas no combate ao trabalho escravo e ao tráfico humano.

Assim, este relato visa não apenas relatar experiências, mas também inspirar e informar aqueles que buscam engajar-se nessa causa vital, reforçando a importância da educação, da sensibilização e da ação coordenada na luta pelos direitos humanos fundamentais em todo o mundo introdução contém marco teórico, problema, objetivos e justificativa.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Compreender o fenômeno do trabalho escravo contemporâneo e do tráfico humano exige uma análise multidisciplinar que abarca tanto aspectos jurídicos quanto sociais. A legislação internacional, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, estabelece princípios fundamentais de liberdade e dignidade, porém, a realidade prática revela desafios significativos na efetivação desses direitos, especialmente no contexto da imigração e do deslocamento forçado.

A imigração, impulsionada por conflitos armados, desastres naturais e crises econômicas, desencadeia um fluxo migratório global que exige respostas políticas e sociais robustas por parte dos países receptores. No caso do Brasil, a crescente chegada de imigrantes

em situação de vulnerabilidade aumenta a demanda por políticas públicas que garantam não apenas a acolhida, mas também a inserção digna desses indivíduos na sociedade.

Contudo, a falta de estruturas adequadas de recepção e integração muitas vezes resulta na exploração e no aliciamento de trabalhadores para condições análogas à escravidão. A precarização do trabalho, aliada à ausência de fiscalização eficaz, contribui para a perpetuação desse cenário de violação dos direitos humanos.

A dimensão desse problema social e jurídico da contemporaneidade é apontado por Nagasaki, Assis e Figueiredo (2020) ao afirmar que: “a presença de trabalho análogo ao escravo no Brasil já era uma questão existente, intensificando-se com o aumento do fluxo migratório, bem como a própria precarização do trabalho devido as vicissitudes dessa integração”.

Nesse contexto, a atuação na Clínica de Combate ao Trabalho Escravo e Tráfico Humano assume um papel crucial na promoção da justiça social e na defesa dos direitos fundamentais. A compreensão teórica das normativas internacionais, como as convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e a análise crítica das políticas públicas são fundamentais para embasar a ação prática e para buscar soluções efetivas para esse grave problema social.

Portanto, essa fundamentação teórica busca contextualizar o trabalho desenvolvido na Clínica, destacando a complexidade do fenômeno do trabalho escravo contemporâneo e do tráfico humano e a necessidade de uma abordagem integrada e comprometida com a promoção dos direitos humanos em todas as suas dimensões

## **METODOLOGIA**

Com sua base no art. 149 CP, que diz: “Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, que sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, na sua locomoção em razão de dívida com o empregador ou preposto”. Considerando também a Constituição Federal em seu art.5º que nos traz a seguinte redação: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e a propriedade ...”.

Iniciamos em agosto do ano de 2023, uma grande parceria com a UFMG, na qual resultou no projeto de extensão de Trabalho análogo a de escravos e Tráfico de pessoas, onde passamos a atender em nossa unidade da Universidade XXXXX, pessoas que estejam em condições análogas de escravidão e tráfico de pessoas. Foi criada uma organização interna por

parte dos coordenadores, professores e alunos que se dispuseram a se qualificar sobre o então tema acima citado, através de palestras, encontros e até mesmo um curso disponibilizado pela OAB onde nós conseguimos obter um melhor conhecimento referente ao assunto e nos preparar para melhor atender as demandas que iremos enfrentar em nosso cotidiano a frente desse projeto.

Pensar no trabalho da clínica é pensar em como é fundamental, tal projeto de extensão para o desenvolvimento intelectual e científico do extensionista enquanto aluno, sabemos que para se abranger enquanto profissional e como um representante legal não basta apenas conhecimento acadêmico e também uma experiência construída na realidade dos casos concretos que nos são apresentados, afinal estamos lidando com o bem jurídico mais importante do ser humano que é a vida propriamente com sua dignidade protegida. O atendimento gratuito que é ofertado na clínica às vítimas dos crimes de trabalho escravo, nos permite um contato direto com as pessoas que estão suscetíveis a exploração da mão de obra de forma abusada e criminosa, a partir desse conhecimento dos fatos que nos são apresentados, podemos começar a analisar o caso em concreto e encontrar ferramentas que irão nos auxiliarem nessa jornada.

## **DISCUSSÃO E/OU RESULTADOS**

Logo nos primeiros momentos da clínica recebemos a coordenadora professora do projeto de extensão da clínica da UFMG, onde nos foi apresentado uma análise técnica do tema a fim de que entendêssemos que de fato apesar de termos tido em 1888 a abolição da escravidão de pessoas em condições de escravidão, já em 1971 tivemos o primeiro reconhecimento formal de “escravidão” em condições de trabalho modernos, uma prática ilegal e desumana que fere os Direitos Humanos em seus princípios, trazendo em seu art. 4º da Declaração Universal do Direitos Humanos, a seguinte redação: “Ninguém será mantido em escravatura ou em servidão; a escravatura e o trato dos escravos, sob todas as formas, são proibido”.

Em nossa clínica criamos plataformas de comunicação interna e externa, como o Instagram que nos permite levar informações de uma forma mais clara e objetiva, onde o intuito é disseminar informações onde abranja o maior número de pessoas possível e com a finalidade de conseguir alcançar o máximo possível de pessoas que estejam enfrentando essa situação de condições análogas a escravidão.

A clínica hoje atende dois casos distintos de pessoas que foram resgatadas em condições análogas a de escravidão, em condições degradantes e precárias onde viviam submetidas a pessoas que exploravam essas mãos de obra de maneira desumana. Em nosso projeto de

extensão tivemos o privilégio de acompanhar através de atendimento feito tanto por alunos de Direito que juntamente com o professor e coordenador puderam realizar o peticionamento a fim de levar ao conhecimento do judiciário tais direitos que eram violados por infratores, quanto alunos da Psicologia, que tem prestado um excelente acompanhamento a essas vítimas que estão em total vulnerabilidade nesse momento.

Dividimos a equipe de nossa clínica, em grupos que auxiliam desde o funcionamento da clínica durante o período da tarde, onde durante toda a semana a clínica tem alunos orientados pelos coordenadores do projeto, preparados para receber eventuais demandas que surjam. Apesar do pouco tempo de existência de nossa clínica em Betim, temos vivenciado experiências jurídicas e humanistas onde temos realizado o acompanhamento através do contato direto com a realidade dos casos concretos em que estamos lidando. Outra forma de organização do nosso projeto e um grupo de pessoas que são da área e Contábeis e TI, que auxiliam com suporte nas áreas que embora não sejam ligadas diretamente com os casos concretos contribuem de forma interdisciplinar nas questões que demandam conhecimento específico, como por exemplo no momento que é preciso contabilizar os honorários de nossos atendidos e a criação de nossas plataformas digitais.

A criação de uma roda de conversa que tratasse de assuntos ligados ao tema de uma maneira a se adquirir conhecimento e ao mesmo trazer interação entre os integrantes do grupo foi outra oportunidade que tivemos de através encontros quinzenais, a cada encontro decidimos como será a abordagem de temas específicos dentro do nosso projeto de extensão, experiências trocadas através de textos lidos ou até mesmo assistindo algum um filme que trate do tema baseando-se em fatos reais, é relevante para nos agregar conhecimento e noções de como tratar e desenvolver de forma positiva soluções que vão ajudar aos atendidos se sentirem acolhidos e confiantes ao trabalho que lhes é prestado.

Uma de nossas preocupações atualmente em nossa clínica, tendo em vista que as pessoas que passam por essas situações de escravidão, geralmente são pessoas que já tem um histórico de sofrimento já imposto a ela, em algum momento de suas vidas, é como essas pessoas irão conseguir sair dessa escravidão e ao mesmo tempo confiar que estaremos de fato prestando a ela um apoio genuíno, objetivando a recuperação de sua dignidade e domínio sobre a própria vida, sabemos que é um fato gerador para que potencialize esse sentimento de submissão desumano, que muitas pessoas que passam por essa situação precisam aprender novamente sobre seus valores e princípios.

Além de propagar informações em nossos meios de comunicações para alcançar pessoas que vivem nessas condições degradantes, temos a preocupação em levar aos nossos

colegas acadêmicos tais informações para que possam nos ajudar nessa empreitada que é uma responsabilidade de todos nós enquanto cidadãos, e ainda fazer com que outras pessoas tenham esse conhecimento para que caso seja necessário em algum momento possam saber de fato identificar uma situação que precise uma intervenção de apoio moral, psicológica ou até mesmo jurídica caso seja necessário.

A criação de uma roda de conversa que tratasse de assuntos ligados ao tema de uma maneira a se adquirir conhecimento e ao mesmo trazer interação entre os integrantes do grupo foi outra oportunidade que tivemos de através encontros quinzenais, a cada encontro decidimos como será a abordagem de temas específicos dentro do nosso projeto de extensão, experiências trocadas através de textos lidos ou até mesmo assistindo algum um filme que trate do tema baseando-se em fatos reais, é relevante para nos agregar conhecimento e noções de como tratar e desenvolver de forma positiva soluções que vão ajudar aos atendidos se sentirem acolhidos e confiantes ao trabalho que lhes é prestado.

Uma de nossas preocupações atualmente em nossa clínica, tendo em vista que as pessoas que passam por essas situações de escravidão, geralmente são pessoas que já tem um histórico de sofrimento já imposto a ela, em algum momento de suas vidas, é como essas pessoas irão conseguir sair dessa escravidão e ao mesmo tempo confiar que estaremos de fato prestando a ela um apoio genuíno, objetivando a recuperação de sua dignidade e domínio sobre a própria vida, sabemos que é um fato gerador para que potencialize esse sentimento de submissão desumano, que muitas pessoas que passam por essa situação precisam aprender novamente sobre seus valores e princípios.

Além de propagar informações em nossos meios de comunicações para alcançar pessoas que vivem nessas condições degradantes, temos a preocupação em levar aos nossos colegas acadêmicos tais informações para que possam nos ajudar nessa empreitada que é uma responsabilidade de todos nós enquanto cidadãos, e ainda fazer com que outras pessoas tenham esse conhecimento para que caso seja necessário em algum momento possam saber de fato identificar uma situação que precise uma intervenção de apoio moral, psicológica ou até mesmo jurídica caso seja necessário.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O projeto de extensão nos trouxe um alcance interdisciplinar bastante relevante para nosso conhecimento, pois através dele conseguimos identificar algumas naturezas jurídicas que

permeiam entre tais disciplinas, além de nos dar condições de conhecer outras pessoas que participam de pesquisas já avançadas e conhecimento mais consolidado.

Percebe-se que ainda é bastante comum jornadas exaustivas e degradantes associadas a uma remuneração bem abaixo do que é devido ao trabalhador, como forma de pagamento pela prestação de serviços, que em tese teriam que terem os direitos trabalhistas reconhecidos e garantidos pelos órgãos competentes. São diversos ramos do trabalho que tem negado a dignidade garantida na CF/88 aos trabalhadores, entre empresas como as de têxtil, agriculturas, construção, zona rural entre outras. A punição desses crimes é algo ainda algo bem a quem do que se é cometido, entretanto acreditamos que através de conhecimento, capacitação e valorização dos profissionais envolvidos nesse acolhimento frente as vítimas que estão em total condição de vulnerabilidade em um momento tão difícil e uso correto das ferramentas jurídicas poderemos não apenas punir os criminosos, mas também orientar trazendo suporte adequado para todas as pessoas que precisam do seu trabalho digno para assim viver.

## REFERÊNCIAS

NAGASAKI, Jéssica Yume. ASSIS, Ana Elisa Spaolonzi Queiroz. FIGUEIREDO, Eduardo Henrique Lopes. **A aplicabilidade da Convenção nº 105 da OIT**: Uma análise dos venezuelanos encontrados em condições análogas à de escravo no Brasil. 2020, disponível em <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/171527/161911>

SOUTO. João Vitor Sales de Araújo. MIRAGLIA, Livia Mendes Moreira. **O enfrentamento ao trabalho escravo contemporâneo no Brasil e a possibilidade de suspensão das atividades empresariais no trabalho escravo contemporâneo**: governança e compliance. Belo Horizonte: Conhecimento Livraria e Distribuidora, 2019.



# INFERÊNCIAS DAS PRÁTICAS DE PESQUISA E EXTENSÃO MULTIDISCIPLINAR NA FORMAÇÃO ACADÊMICA<sup>1</sup>

**Armindo dos Santos de Sousa Teodósio**

**Melina Alves Gomes**

**Maria Letícia Alvarenga Corrêa**

## RESUMO

O artigo discute o papel de prática de pesquisa e extensão marcadas pela multidisciplinaridade na formação acadêmica de graduandos de diferentes cursos da Universidade XXXXX envolvidos no Programa de Extensão Saberes e Inovação para a Sustentabilidade (SABIÁS). Esse programa baseia-se na Pesquisa Engajada, no Não-Extrativismo de Dados e na Cartografia Social no contexto da tragédia-crime de Brumadinho/MG, buscando apoiar o protagonismo, centralidade e autonomia dos atores locais. A metodologia deste estudo fundamenta-se na pesquisa-ação a partir da triangulação de múltiplas fontes de dados, obtidos de documentos e diálogos com os graduandos e as comunidades. Os resultados indicam o desenvolvimento de importantes conhecimentos, habilidades e atitudes (CHAs), essenciais para a promoção da justiça ambiental, da igualdade social e econômica e da sustentabilidade.

**Palavras-chave:** pesquisa engajada; não-extrativismo de dados; cartografia social; multidisciplinaridade; extensão universitária.

## INFERENCES FROM RESEARCH PRACTICES AND MULTIDISCIPLINARY EXTENSION IN ACADEMIC TRAINING

### ABSTRACT

Our paper discusses the role of research and extension practices marked by multidisciplinary in the academic training of undergraduates from different courses at University XXXXX involved in the Knowledge and Innovation Extension Program for Sustainability (SABIÁS). This program is based on Engaged Research, Non-Data Extractivism and Social Cartography in the context of the Brumadinho/MG crime tragedy, seeking to support the protagonism, centrality and autonomy of local actors. The methodology of this study is based on action research based on the triangulation of multiple data sources, obtained from documents and dialogues with undergraduates and communities. The results indicate the development of important knowledge, skills and attitudes (CHAs), essential for promoting environmental justice, social and economic equality and sustainability.

**Keywords:** engaged research; non-data extractivism; social cartography; multidisciplinary; university extension.

## INTRODUÇÃO

São inúmeros os motivos que levam um estudante a incluir na sua formação acadêmica a extensão e a pesquisa, podendo ser uma forma de expandir sua área de conhecimento e sua

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

formação, estando associadas ao cumprimento de carga horária complementar para a integralização da graduação. Independentemente da escolha desse aluno, essa experiência pode ampliar suas percepções de mundo, contribuindo com o planejamento de suas carreiras através de trocas e saberes, bem como possibilita a audácia de utilizar-se da dinâmica multidisciplinar para assim interligar teorias diferentes e de áreas distintas pelo simples desejo de produzir conhecimento.

Esse conhecimento favorece o exercício da leitura, da escrita e da correlação de fatos e conceitos que poderão ocasionar em uma conexão, uma ruptura, um desfecho, um desarranjo, um mal estar justamente durante o processo de aprendizado que também oferece o lugar para o erro no ambiente acadêmico. O saber se constrói nos acertos e erros durante todo processo de formação e toda essa justificativa é para encorajar o encontro entre campos de formação tão distintos, mas próximos, com convergências e diálogos como a História, Psicologia, Pedagogia, Geografia e Administração, que compõem a multidisciplinaridade do Programa de Extensão Saberes e Inovação para a Sustentabilidade (SABIÁS) do Núcleo de Pesquisas em Ética e Gestão Social (NUPEGS) do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) e da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da Universidade XXXXX. O presente artigo discute as implicações para formação de graduandos de diferentes áreas de conhecimento decorrentes da atuação junto ao Programa de Extensão SABIÁS.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Uma das maneiras de se promover a interdisciplinaridade na produção de conhecimento é através da extensão universitária. Dentre as práticas contemporâneas da Extensão que visam modernizar e ajudar a Universidade a desenvolver melhores e mais consistentes interações com as comunidades estão as seguintes possibilidades de produção de conhecimento e diálogo entre saberes: Pesquisa Engajada, Pesquisa Não-Extrativista e Cartografia Social. Todas essas estratégias de produção de conhecimento estão presentes no Programa SABIÁS.

Por Pesquisa Engajada entende-se aquela modalidade de investigação dentro do campo da Pesquisa-Ação na qual os pesquisadores assumem posições políticas evidentes em contextos marcados por desigualdades, injustiças, vulnerabilizações e exclusão social e ambiental. Esse tipo de pesquisa tem exigências de validação e consistência que passam pelo diálogo profundo com a comunidade e os atores locais na determinação das perguntas de pesquisa e também das formas de produção de conhecimento. O objetivo não é empoderar ou promover o

empoderamento dos atores locais, mas sim apoiar suas lutas, a partir da autonomia, centralização e protagonismo dos grupos locais nas suas lutas socioambientais.

Nesse contexto, também é importante desenvolver estratégias de investigação que não reproduzam o extrativismo de dados e informações, infelizmente muito frequente em pesquisas tradicionais. O compromisso com o Não-Extrativismo de dados leva as equipes de extensão e de pesquisa engajada a adotarem diferentes práticas de diagnósticos marcadas pelo protagonismo dos atores locais na produção de conhecimento, a partir de formas de sistematização de saberes que são produzidas, protagonizadas e tem seu centro nos próprios atores locais. Nessa abordagem, não é necessário fazer devolutivas de pesquisas e diagnósticos, visto que os próprios atores locais são aqueles que participam ativamente dessa produção de conhecimento, ultrapassando o lugar tradicional de entrevistados ou consultados. Uma das estratégias de produção de conhecimento de forma Não-Extrativista das mais vigorosas é a chamada Cartografia Social.

Cartografia Social. Esta abordagem, que combina elementos da Geografia, Sociologia e Antropologia, entre outras disciplinas, oferece um terreno fértil para a troca de saberes entre diferentes campos do conhecimento.

A Cartografia Social se constitui em uma atividade de campo que tem por objetivo a possibilidade de criar uma comunicação geográfica, desenvolvendo uma noção espacial bem como a identificação do território e a ocupação dele por parte dos atores locais, levando-se em consideração a biodiversidade natural assim como a diversidade humana. Essa atividade se dá através da escuta do grupo, o exercício de mapeamento mental através da descrição oral e a representação dessa validação grupal através da ilustração livre e legendas específicas desse território. Neste exercício, é possível emergir memórias de afeto, lembranças de um tempo que passou acompanhadas de emoções diversas, mas que unidas ao propósito de “desenhar” imprimem algo mais do que desenhos feitos por quem não é expert em ilustração ou informações técnicas geográficas.

A Cartografia Social é uma atividade que transcende os limites da geografia, pois não se trata apenas de mapear aspectos físicos do território, mas também de capturar as complexidades das interações sociais, culturais e ambientais que moldam a vida das pessoas que habitam esse espaço.

Essa abordagem possibilita um mapeamento de um território, o entendimento dos contextos socioculturais, ambientais e específicos da comunidade e de cada um dos integrantes. Isso está alinhado com a ideia de Lewin sobre o espaço vital psicológico, que enfatiza a importância de considerar as interações entre os indivíduos e o ambiente social para

compreender seus comportamentos. Lewin, psicólogo alemão é pioneiro no que chamamos de psicologia social, campos este necessário para estudos ligados ao que denominamos sociedade. Nesta teoria do espaço vital, Lewin enfatiza a importância de considerar as interações entre os indivíduos e o ambiente social a fim de compreender comportamentos. Essa interação funciona na via de mão dupla, na qual os indivíduos entre si, entre eles e o ambiente interferem na configuração social de determinado tempo numa espécie de campo magnético da física com atuações de forças, propondo que o indivíduo não deve ser estudado separadamente e sim numa pesquisa ação que permita identificar as ações individuais a partir das interações com os grupos que esse indivíduo transita.

Dessa forma ao criar um mapa em uma ação comunitária, é possível interpretar e validar a existência de um território que se elabora através das interações dos participantes com as memórias que permeiam entre o espaço e o tempo em concordância a este lugar que determina e configura os comportamentos sociais e a identidade de cada um dos que ali habitam ou até mesmo interagem com o território. O espaço, o tempo, o lugar, o momento, as pessoas, podem influenciar naquilo que definimos como sociedade.

A concepção de Paulo Freire sobre o processo de ensino-aprendizagem e de produção e reprodução de saberes também tem convergências com a Cartografia Social, pois suas ideias sobre educação como prática de liberdade e sua ênfase na conscientização e no diálogo se conectam com os princípios subjacentes a esse método cartográfico. Dessa forma, a Cartografia Social reflete os princípios do patrono da educação brasileira ao empoderar as comunidades através da participação ativa na construção de conhecimento sobre seu próprio território e ao reconhecer a importância do diálogo e da reflexão crítica no processo educativo

Assim como Freire propôs uma pedagogia centrada na experiência e na realidade dos estudantes, a cartografia social parte da escuta ativa dos membros da comunidade, valorizando suas vivências, memórias e conhecimentos locais na elaboração dos mapas. Através desses mapas, é possível identificar planos que não são visíveis aos olhos, mas que são parte da narrativa coletiva, permitindo um trabalho mais dialogado e baseado na autonomia, centralidade e protagonismo dos atores locais.

## **METODOLOGIA**

A presente investigação se fundamenta no campo da pesquisa-ação, visto que os autores estão envolvidos na gestão e implementação de atividades extensionistas do Programa SABIÁS. São mobilizadas diferentes fontes de informações, como análise de documentos relativos à extensão universitária e a formação em diferentes cursos de graduação da

Universidade XXXXX, bem como a interação cotidiana dos autores com bolsistas de extensão engajados no Programa em análise.

Os dados são analisados a partir da triangulação de informações entre documentação consultada, diálogo com os bolsistas e também com atores locais inseridos nas comunidades implicadas nas ações do Programa SABIÁS, a saber: povos quilombolas, povos indígenas, catadores de material reciclável e lideranças de comunidades da sede do município de Brumadinho/MG.

## **DISCUSSÃO E/OU RESULTADOS**

A Pesquisa Engajada, o Não-Extrativismo de Dados e a Cartografia Social são estratégias e métodos que, no contexto da Extensão Universitária, demanda dos bolsistas de extensão uma postura ativa muito distante dos processos pedagógicos pautados na centralidade do professor como elemento indutor da aprendizagem. Isso implica em amplas possibilidades de desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes, ou seja, o chamado CHA, mas também implica no deslocamento dos graduandos de lugares dentro das relações de poder do espaço universitário. Esse deslocamento nem sempre é compreendido de imediato pelos graduandos, que muitas vezes buscam reproduzir lógicas tradicionais de produção de conhecimento e saberes. Para superação esses desafios, é importante o encontro frequente e recorrente entre os diferentes atores envolvidos na extensão universitária, de forma a não reproduzir hierarquias acadêmicas e nas quais o protagonismo discente, sobretudo dos graduandos, tenha centralidade. Esses não são desafios banais, sobretudo quando em programas de extensão como o SABIÁS, encontram-se professores, pós-doutorandos, doutorandos, mestrandos e graduandos.

A troca de saberes no grupo dos pesquisadores e extensionistas do Programa SABIÁS proporciona aos alunos expandir e aplicar nos eixos de atuação as práticas que mais se identificam durante sua formação acadêmica. A relação de respeito entre os pesquisadores e o campo são um dos diferenciais da atuação, pois o protagonismo da pesquisa é do campo. Além disso, a interação entre diferentes perspectivas, experiências e conhecimentos permite uma compreensão mais abrangente e precisa da realidade e demanda da comunidade estudada. Vale ressaltar que as demandas emergem conforme o campo se posiciona permitindo um fortalecimento das comunidades e o protagonismo dos atores locais.

Ao reunir especialistas de diferentes áreas em projetos de pesquisa e extensão, a troca de saberes interdisciplinares permite uma abordagem mais abrangente e integrada dos

problemas enfrentados pela comunidade. A diversidade de perspectivas enriquece o processo de investigação e interação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Extensão Universitária precisa se modernizar cotidianamente. Os desafios para a produção de inovação social e difusão e sistematização de saberes capazes de deram conta dos desafios socioambientais contemporâneos enormes. Isso ganha mais magnitude quando se atua em contextos marcados pela desigualdade, exclusão, racismo e pela violação sistemática de direitos, como é o contexto de atuação do Programa SABIÁS em Brumadinho/MG.

Ao mesmo tempo, esse contexto é um rico espaço de experimentação e construção de novas formas de produção, sistematização e difusão de conhecimento com as comunidades, não para as comunidades. Nessa realidade, ganham centralidade a Pesquisa Engajada, o Não-Extratativismo e a Cartografia Social, que por sua vez se constituem em ricos espaços acadêmicos e não acadêmicos de produção de conhecimento, habilidades e atitudes (CHAs) essenciais para a justiça ambiental, a igualdade social e econômica e a sustentabilidade.

## **REFERÊNCIAS**

Allport, G. W. Introdução. *In* K. Lewin (Org.), **Problemas de dinâmica de grupo**. São Paulo: Cultrix, 1948, p. 7-14.

Barros, R. D. B.; Passos, E. **A Cartografia como método de pesquisa-intervenção**. *In*: Eduardo Passos; Virginia Kastrup; Liliana da Escóssia. (Org.). *Pistas do método de cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. 1. ed. Porto Alegre: Sulina, 2009, p. 17-31.

Freire, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p. 166.

**ISTS: conhecimento que previne<sup>1</sup>**

**STI: knowledge that prevents**

**Maria Clara Batista Guedes**

**Juliana Campos de Pinho Resende**

**Emanuelle Fossali de Abreu**

**Leticia Schaefer Debarry Santana**

**Clara Schulze Borin Campos**

## **INTRODUÇÃO**

Infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) são aquelas causadas por vírus, bactérias e protozoários transmitidas mediante o contato sexual desprotegido com uma pessoa infectada bem como durante a gestação, parto, amamentação, ou através do compartilhamento de materiais perfurocortantes contaminados. A população jovem tem fácil acesso à várias formas de informação, mas acaba recebendo “conhecimento” falso e inadequado, através das redes sociais e, juntamente a isso, a falta de comunicação e acolhimento da família, escola e sistema de saúde, contribuem para a população ter maior risco para adquirir ISTs, tornando-se essencial a articulação de uma comunicação segura e direta com esse público, com propósito de educação em saúde. Assim, o projeto teve como objetivo desenvolver oficinas e produzir material didático para orientar a população escolar do ensino médio acerca das principais ISTs, e alertar sobre a importância dos métodos de prevenção de infecção e controle das mesmas.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

As ISTs são um problema de saúde pública e a Organização Mundial de Saúde (OMS) define os adolescentes como uns dos grupos vulneráveis de infecção. Estima-se uma incidência anual de 376,4 milhões de casos curáveis em pessoas de 15 a 49 anos de idade, sendo as principais Clamídia, Gonorreia, Sífilis e Tricomoníase. A prevalência de infecções virais é semelhante, com estimativa de 417 milhões de infecções pelo vírus do herpes simples tipo 2 e 291 milhões de casos de infecção por HPV em mulheres (Who, 2021).

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

Essa população, muito jovem, comporta-se de forma despreocupada a respeito dos riscos das práticas sexuais desprotegidas, não acreditando na real gravidade das possíveis consequências. As ISTs exercem um profundo impacto na saúde da população jovem, que pode se deparar com complicações futuras como: infertilidade, causadas principalmente por Gonorreia e Clamídia; condições neurológicas, cardíacas e dermatológicas, advindas de Sífilis; câncer de colo de útero, cujas infecções pelo HPV são responsáveis por mais de 500mil casos por ano, que resultam em mãos de 250 mil mortes por ano causadas pelo câncer; e complicações durante a gravidez, parto e pós-parto, frutos de Clamídia, Gonorreia e Sífilis. (Rowley *et al.*, 2019).

Além disso, a infecção por qualquer uma dessas ISTs aumenta o risco de infecção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV). (WHO, 2021), que estava presente em quase 2 milhões de pessoas na América Latina em 2014, com prevalência de 0,4% e estimativa de 50 mil mortes relacionadas (OPAS, OMS, 2016). Os adolescentes, que não viveram o início da epidemia de AIDS no final do século 20, quando o conhecimento do vírus e tratamentos ainda não eram disseminados como são atualmente, não enxergam com a mesma preocupação, que as gerações progressas, as suas possíveis complicações, a letalidade desencadeada pelo vírus quando não há tratamento precoce e efetivo e as formas de prevenção fornecidas pelos serviços de saúde.

## **METODOLOGIA**

O projeto foi apresentado pela professora orientadora para as diretoras das escolas Estaduais: Cristiano Machado, Maestro Villa Lobos e Estadual Central. Com o consentimento da diretoria, as extensionistas confeccionaram urnas que foram deixadas na escola durante 20 dias, próximas às salas de aula dos alunos do ensino médio, para que os alunos depositassem suas dúvidas a respeito do tema de forma anônima. Após o tempo determinado, as urnas foram recolhidas e todas as dúvidas foram lidas e categorizadas de acordo com seu tema. A partir desses dados obtidos, foi realizado um levantamento dos principais questionamentos e demandas dos adolescentes acerca das ISTs.

Em seguida, as alunas extensionistas juntamente com a professora orientadora elaboraram duas abordagens para atender as demandas dos adolescentes. A primeira foi a elaboração de cartazes e uma cartilha informativa com as principais ISTs, sua forma de transmissão, métodos de prevenção e tratamento para sanar as dúvidas dos alunos e fornecer uma fonte confiável de informações, que seriam distribuídas de forma digital pelo *WhatsApp*,



para que eles tivessem fácil acesso a ela. A segunda estratégia foi a realização de oficinas, elaboradas como atividades de perguntas de “verdadeiro ou falso”, feitas para estimular o espírito competitivo dos adolescentes. Elas foram realizadas em grupos dentro das salas de aula pelas extensionistas, e foram aplicadas na Escola Estadual Cristiano Machado, Escola Estadual Central e Escola Estadual Professor Moraes, escolas públicas estaduais de ensino médio de Belo Horizonte. A Escola Estadual Maestro Villa Lobos não pode ser contemplada pois não apresentou disponibilidade na sua agenda para a visita do projeto e realização da ação. Após as oficinas, foram enviadas as cartilhas para todos os alunos através dos grupos de sala no *WhatsApp*.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

As oficinas foram realizadas entre agosto e outubro, abrangendo um total de 680 alunos na faixa etária entre 14 a 18 anos. Através do projeto, foi possível compreender o baixo nível de conhecimento sobre o tema por parte dos adolescentes e a importância do projeto para a promoção de saúde nessa população. As oficinas e o material produzido tornaram possível o início de um debate acerca das ISTs, tirar dúvidas e ensinar aos alunos, que ficam carentes de fontes confiáveis de informação científica. A partir dessa experiência também foi possível perceber a necessidade de debates que incluam o corpo escolar docente, que muitas vezes tem informações desatualizadas ou errôneas sobre os assuntos, assim como os pais ou familiares responsáveis, que têm um papel muito importante na educação dos jovens. Por fim, também se identifica a necessidade de uma maior atenção e alocação de investimentos por parte do poder público na área de educação sexual, a fim de reduzir os índices de infecção e redução de gastos públicos com tratamentos dessas doenças.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As ISTs são um problema de saúde pública com alta incidência na população mais jovem, que apesar de ter fácil acesso à informação, tem dificuldade de encontrar informações confiáveis. Juntamente a isso, as desinformações advindas das redes sociais e a dificuldade de estabelecer uma comunicação franca com seus familiares, profissionais de saúde e educadores contribuem para que essa população tenha maior risco para ISTs. O projeto utilizou os meios digitais e oficinas para solucionar dúvidas, promover compartilhamento de conhecimento e debater ISTs, e foi capaz de englobar cerca de 600 alunos. Foi possível perceber a importância

do projeto na promoção de saúde, na necessidade de atualizar e envolver o corpo docente e os pais, além de maior investimento do poder público na área de educação sexual.

**Palavras-chave:** ISTs; oficinas; educação.

**Financiamento:** Pró-Reitoria de Extensão da Universidade XXXXX.

## REFERÊNCIAS

ROWLEY J; VANDER HOORN S; KORENROMP E; LOW N; UNEMO M; ABU-RADDAD LJ, *et al.* Chlamydia, gonorrhoea, trichomoniasis and syphilis: global prevalence and incidence estimates, 2016. **Bull World Heal Organ** [online]. 2019 Aug. [cited 2020 Sep 10]; v. 97, n.8, p.548-62.

WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO. **Global health sector strategy on sexually transmitted infections 2016-2021** [online]. Genebra: **World Health Organization**, 2021.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE - OPAS. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE - OMS. Plano de ação para a prevenção e o controle do HIV e de infecções sexualmente transmissíveis [online]. Washington, D.C.: **OPAS, OMS**; 2016 . 401 p.

# **No Waste-D: Uma solução tecnológica para o descarte consciente de lixo eletrônico<sup>1</sup>**

## **No Waste-D: A technological solution for conscious electronic waste disposal**

**Bianca Larisse Cordeiro de Moura**

**Jardel Dias Morais**

**Jefferson Luiz Paulinelli Alves**

**Weyler Jorge dos Santos Silva**

### **INTRODUÇÃO**

À medida que a sociedade se torna cada vez mais dependente da tecnologia, surge um desafio premente: a gestão adequada dos resíduos eletrônicos. A evolução incessante dos dispositivos eletrônicos, aliada ao encurtamento do ciclo de vida desses produtos, resultou em um aumento alarmante na geração de lixo eletrônico. Diante dessa realidade, apresentamos o trabalho *NO WASTE-D* como uma resposta proativa e abrangente a essa problemática, posicionando-se de maneira estratégica na interseção entre tecnologia, meio ambiente e responsabilidade social. Ao enfrentar a lacuna crítica entre a produção e a reciclagem efetiva, este projeto não apenas reconhece, mas busca solucionar os desafios globais relacionados aos resíduos eletrônicos. O *NO WASTE-D* não se limita a propor soluções operacionais; ele visa catalisar uma mudança cultural por meio de programas educacionais que informem sobre os impactos ambientais dos resíduos eletrônicos, promovendo práticas mais responsáveis. Assim, este trabalho se propõe a não apenas justificar sua relevância, mas a estabelecer metas claras: fomentar uma gestão sustentável, eficaz e responsável dos resíduos eletrônicos, visando um futuro em que a tecnologia coexista harmoniosamente com a preservação ambiental.

### **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A fundamentação teórica do projeto consiste sobre uma abordagem que engloba a gestão de resíduos eletrônicos, tecnologia, sustentabilidade e responsabilidade social. O propósito desta fundamentação é estabelecer uma base sólida para compreender e abordar os

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

desafios relacionados à crescente geração de lixo eletrônico na contemporaneidade.

- **Resíduos Eletrônicos e Ciclo de Vida dos Produtos Tecnológicos:** A gestão de resíduos eletrônicos é enquadrada na teoria do ciclo de vida dos produtos tecnológicos, ressaltando como o avanço rápido da tecnologia resulta em ciclos de vida mais curtos para dispositivos eletrônicos. Modelos teóricos que abordam a geração, coleta e tratamento desses resíduos são explorados para compreender a extensão do problema.
- **Impactos Ambientais dos Resíduos Eletrônicos:** A literatura sobre os impactos ambientais provenientes de resíduos eletrônicos oferece uma base teórica sólida. Questões como a liberação de substâncias tóxicas, contaminação do solo e da água são discutidas para destacar a urgência de uma gestão eficaz. Teorias relacionadas à pegada ecológica dos produtos eletrônicos também são consideradas.
- **Legislação e Normativas Ambientais:** A fundamentação teórica inclui uma análise das leis e normativas ambientais relacionadas à gestão de resíduos eletrônicos em diferentes jurisdições. Teorias relacionadas à implementação e fiscalização dessas regulamentações são exploradas para compreender o papel do marco legal na abordagem do problema.
- **Tecnologia na Gestão de Resíduos Eletrônicos:** A integração de tecnologia no gerenciamento de resíduos eletrônicos é fundamentada em teorias relacionadas a sistemas de identificação, separação e reciclagem avançados. Conceitos como Internet das Coisas (IoT), inteligência artificial e automação são explorados para destacar como essas tecnologias podem ser aplicadas de maneira inovadora na solução proposta pelo *NO WASTE-D*.
- **Educação Ambiental e Mudança de Comportamento:** A fundamentação teórica inclui modelos teóricos de educação ambiental e teorias de mudança de comportamento. A conscientização da comunidade sobre os impactos ambientais dos resíduos eletrônicos é vista como crucial para criar uma mudança cultural e comportamental, um aspecto fundamental do projeto.

## **METODOLOGIA**

A metodologia do projeto é desenvolvida para proporcionar uma abordagem abrangente e eficaz na gestão de resíduos eletrônicos, integrando tecnologia, sustentabilidade e responsabilidade social. Inicialmente, uma revisão bibliográfica abrangente é conduzida para consolidar o conhecimento existente sobre gestão de resíduos eletrônicos, tecnologias de

reciclagem, impactos ambientais, legislação e teorias de responsabilidade social. Essa revisão serve como fundamento para as decisões e estratégias adotadas no projeto.

A abordagem quantitativa envolve a coleta de dados sobre a produção global, regional e local de resíduos eletrônicos, padrões de descarte e taxas de reciclagem. Esses dados fornecem uma compreensão holística da escala do problema, identificando áreas prioritárias de foco para o *NO WASTE-D*.

A avaliação tecnológica consiste na análise crítica das tecnologias existentes para identificação, coleta e reciclagem de resíduos eletrônicos, priorizando eficácia, sustentabilidade e viabilidade econômica. Parcerias estratégicas são estabelecidas com empresas do setor de tecnologia, governos locais, ONGs e instituições acadêmicas para criar uma rede abrangente de coleta e reciclagem, bem como promover a educação ambiental.

A metodologia do *NO WASTE-D* é projetada para ser adaptável, permitindo ajustes com base nas descobertas ao longo do processo. A abordagem integrada da tecnologia, educação e parcerias estratégicas visam não apenas abordar o problema imediato dos resíduos eletrônicos, mas também criar um impacto sustentável e duradouro na gestão desses materiais a longo prazo.

## **DISCUSSÃO E RESULTADOS**

Este projeto de mapeamento de pontos de coleta para lixo eletrônico visa promover práticas sustentáveis de descarte, alinhadas aos princípios da pesquisa extensionista. A análise e discussão dos dados obtidos revelam informações valiosas sobre os locais de descarte na região, proporcionando uma visão abrangente da eficácia da ação extensionista.

### **Figura 1 – Orientações para adição de figuras e tabelas**

### Mapa pontos de descarte



Fonte: <https://weylorjorge.github.io/nowasted-main/mapa.html>

A discussão contextualiza a ação extensionista, relacionando-a aos achados na literatura sobre o tema. Destaca-se a relevância da conscientização sobre o descarte responsável de lixo eletrônico, alinhado às práticas sustentáveis. A análise dos resultados obtidos revela a efetividade do mapeamento na identificação de pontos de coleta, contribuindo para um entendimento mais amplo das opções disponíveis na região. Na análise dos resultados, destaca-se a importância da ação extensionista na conscientização e engajamento da comunidade na correta gestão do lixo eletrônico. Cada ponto de coleta no mapa representa um passo em direção a um ambiente mais limpo e sustentável. A contextualização dos achados na literatura sobre o descarte responsável de resíduos eletrônicos enriquece a discussão, evidenciando como o projeto se alinha com as melhores práticas e tendências na área ambiental. Além disso, a análise dos resultados obtidos destaca o impacto positivo da iniciativa na promoção de práticas mais sustentáveis na comunidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como propósito enfrentar o desafio global dos resíduos eletrônicos, com foco inicial em Belo Horizonte/MG. Inicialmente, foram estabelecidos os objetivos do projeto, seguidos pela apresentação da justificativa, contribuições e benefícios associados. Ao concentrar-se nos elementos do projeto, identificaram-se as partes interessadas e definiu-se a equipe, delineando suas respectivas funções.

A Modelagem do Processo de Negócio foi elaborada a partir desse levantamento, abrangendo as etapas de modelagem da situação atual (Modelagem AS IS), análise dos processos, desenho dos processos (TO BE), requisitos funcionais e não funcionais, além do diagrama de caso de uso. Com os processos de negócios modelados, desenvolveu-se a solução do projeto, incluindo a definição de usuários principais e secundários, tecnologias a serem empregadas no desenvolvimento, requisitos funcionais e não funcionais, e o fluxo da aplicação. Protótipos de tela do sistema foram apresentados, consolidando todas as definições estabelecidas nas etapas anteriores.

O estado atual do trabalho é a sua publicação, disponível no GitHub e acessível pela web. Esse estado reflete todas as etapas anteriores, seguindo o projeto delineado neste trabalho. A aplicação final contribuiu de maneira efetiva para o alcance dos objetivos estabelecidos.

Quanto ao futuro do projeto, destaca-se a perspectiva de expansão da aplicação para atender outras cidades do estado de Minas Gerais.

**Palavras-chave:** resíduos eletrônicos; tecnologia; sustentabilidade; responsabilidade social; reciclagem.

**Keywords:** electronic waste; technology; sustainability; social responsibility; recycling.

## **REFERÊNCIAS**

CASTRO, F. L. S.; FERREIRA, M. M. **A situação atual do lixo eletrônico no Brasil e no mundo.** Disponível em: <https://phys.org/news/2023-07-korean-team-room-temperature-ambient-pressure-superconductor.html>. Acesso em: 04 out. 2023.

# **O DESENVOLVIMENTO DO CIBERPOPULISMO NO BRASIL E SUA INTERFERÊNCIA NO PROCESSO ELEITORAL DE 2022<sup>1</sup>**

**Heloísa Rodrigues Carvalho**

**André Bragança Brant Vilanova**

**Anna Carolina Ornelas e Silva**

**Gabriela Neide Aguiar Pereira**

**Leticia Vieira Silva**

**Verônica Aracelle Tomaz Batista**

## **RESUMO**

O presente artigo depreende de extensão realizada no ano de 2022 como trabalho interdisciplinar seguindo o tema geral de conjuntura e democracia. O trabalho é uma análise da influência do ciberpopulismo nas eleições brasileiras de 2022, em um contexto que abrange tanto aspectos históricos quanto jurídicos e tecnológicos. Inicialmente, examina-se o legado do populismo político, destacando sua interação com os princípios democráticos e a estreita relação entre líderes políticos e as massas populares. Posteriormente, enfatiza-se o papel da Constituição Federal de 1988 na consolidação dos direitos fundamentais e da participação democrática, notadamente na proteção contra abusos de poder e na garantia da dignidade humana. O referencial teórico adotado fundamenta-se na obra "Ciberpopulismo: política e democracia no mundo digital", de Andrés Bruzzone. Tal obra examina como o avanço tecnológico tem modificado a dinâmica política, facilitando o acesso à informação e ampliando os canais de participação cidadã. O ciberpopulismo, proveniente do populismo tradicional, aproveita-se das inovações tecnológicas para transmitir suas ideologias e discursos de forma abrangente, configurando-se como uma ameaça potencial à estrutura democrática. Frente a esse cenário, destaca-se a importância do diálogo, do pluralismo e do pensamento crítico como instrumentos fundamentais para o enfrentamento do ciberpopulismo, sem que isso importe em restrições à liberdade de expressão ou em demonização das plataformas digitais. Por meio dessas abordagens, almeja-se fortalecer os alicerces democráticos e fomentar uma participação cidadã mais consciente e ativa em futuros pleitos eleitorais, com o fito de garantir a integridade e a vitalidade do processo democrático.

**Palavras-chave:** democracia; desinformação; tecnologia; populismo digital.

## **THE DEVELOPMENT OF CYBERPOPULISM IN BRAZIL AND ITS INTERFERENCE IN THE 2022 ELECTORAL PROCESS**

### **ABSTRACT**

This article derives from an extension carried out in 2022 as an interdisciplinary work following the general theme of conjuncture and democracy. The work is an analysis of the influence of cyberpopulism on the 2022 Brazilian elections, in a context that covers both historical, legal and technological aspects. Initially, the legacy of political populism is examined, highlighting its interaction with democratic principles and the close relationship between political leaders and the popular masses. Subsequently, the role of the 1988 Federal Constitution in consolidating fundamental rights and democratic participation is emphasized, notably in protecting against abuses of power and guaranteeing human dignity. The theoretical framework adopted is based on the work "Cyberpopulism: politics and democracy in the digital world", by Andrés Bruzzone. This work examines how technological advances have

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.



modified political dynamics, facilitating access to information and expanding channels for citizen participation. Cyberpopulism, originating from traditional populism, takes advantage of technological innovations to transmit its ideologies and discourses in a comprehensive way, configuring itself as a potential threat to the democratic structure. Faced with this scenario, the importance of dialogue, pluralism and critical thinking stands out as fundamental instruments for confronting cyberpopulism, without this resulting in restrictions on freedom of expression or demonization of digital platforms. Through these approaches, the aim is to strengthen democratic foundations and encourage more conscious and active citizen participation in future electoral elections, with the aim of guaranteeing the integrity and vitality of the democratic process.

**Keywords:** democracy; disinformation; technology; digital populism.

## INTRODUÇÃO

Observando o contexto tecnológico atual e o processo eleitoral que ocorreu entre outubro e novembro de 2022 no Brasil, o presente trabalho tem como foco debater sobre a origem e definição do populismo, sua adaptação na era digital para o Ciberpopulismo e como esse discurso afeta o processo eleitoral e pode ameaçar a democracia.

O termo populismo se tornou famoso e passou a ser utilizado no século XX, porém sua estrutura pode ser encontrada em modelos e discursos desde os primórdios do “fazer política”. Essa técnica narrativa pode ser entendida como um discurso que necessita de três atores: o povo que precisa ser defendido, o inimigo a ser combatido e a figura do líder, que fará o papel de defensor da população. A figura do inimigo e do povo mudam de forma segundo as necessidades do salvador, aquele que deseja se apossar do Estado.

Esse modo de fazer política se mostrou bastante eficiente ao longo das sociedades pois criando essa aproximação entre o político e o povo e demonstrando revolta contra as frustrações que a população sofre a captação de votos e o apoio em eleições se torna mais real, além de que esse discurso é usado como justificativa para ações políticas mais radicais que não seriam naturalmente aceitas.

Neste ponto, é primordial incluir como os meios de comunicação foram e são os principais vetores de discursar; cada avanço nas tecnologias de comunicação teve consequências fortes na forma de organizar as sociedades. Diversos exemplos podem ser citados: o advento da propaganda política está associado ao nascimento do rádio e os jornais impressos estão atrelados à origem da democracia. As novas tecnologias que fazem parte do cotidiano de um cidadão da chamada “era digital” não é diferente, inclusive, nunca o papel da comunicação foi tão determinante como é hoje. As redes sociais, os sites e as plataformas online representam uma grande parte do dia a dia de um brasileiro e a política como sempre, se modernizou e se adaptou para o meio mais utilizado: o digital.

Ciber ou *Cyber* é a noção de internet ou de comunicação entre redes de computadores, sendo uma palavra inglesa que traduzida ao português significa cibernético que é a ciência que estuda os mecanismos de comunicação e de controle nas máquinas e nos seres vivos. Assim, anexando o populismo e o meio digital para o qual ele se adaptou, um novo termo surge, chamado de Ciberpopulismo, renovado pela comunicação digital em rede, o meio e a mensagem em escala global. Sua definição, a proposta e seu objetivo são os mesmos, a alteração se encontra na forma como ele é manifestado, por onde ele é transmitido e quais seus níveis de alcance. A novidade também pode ser encontrada, na dificuldade de localizar quem disseminou certa mensagem, no silenciamento de um discurso ou uma fala contrária a opinião do disseminador, na facilidade de promover e expandir mensagens apelativas, falsas e de ódio; a propagação de falas polarizadas e o próprio algoritmo da internet que promove conteúdos transformando um cenário democrático plural em uma “guerra” polarizada, mostrando ênfase para dois grupos contrários.

As eleições promovidas no Brasil são frutos de um sistema democrático plural, contendo candidatos com ideais às vezes similares, às vezes diferentes, mas com debates e discussões de cunho somente político. Não obstante, o que pode ser observado nos últimos anos são ideias que precisam ser obrigatoriamente divergentes, com rivalidades profundas e com discursos que excluem e não complementam, com posicionamentos que ou as pessoas escolhem um lado ou outro. E é nesse formato que, levado ao extremo, o processo eleitoral é afetado e a democracia ameaçada.

A maneira como a sociedade se estruturou por meio do populismo e o momento globalizado contemporâneo são os principais fatores para trazerem esta problemática do desenvolvimento do ciberpopulismo e seus impactos nas eleições, principalmente em 2022, ano das eleições nacionais. Isto porque, na história do Brasil se verificou um fenômeno político capaz de caracterizar o modo de exercício do voto na comunidade presente principalmente na Revolução de 1930, que trouxe Getúlio Vargas à presidência do país. Este período ficou conhecido como populismo, expondo uma forte relação do líder do governo e as massas populares, trazendo uma ideia de igualdade, além de apresentar um carisma considerável pela população em relação ao dirigente nacional. O que ocorre é, a prática destes comportamentos apresentados exibiu um precário recurso de poder político por meio de uma manipulação mascarada por um apreço social e reconhecimento da população a qual nunca houve tanta aproximação com seus próprios líderes, o que posteriormente não trouxe bons resultados para a comunidade.

Nessa conjectura, com a contemporaneidade, tornou-se necessário a discussão de um modelo político que considerasse a participação da população na administração governamental, através da democracia participativa, esta que já é adotada na Constituição Federal de 1988 concretizando a adoção do Estado por uma efetivação da vontade de seu povo no seu exercício do poder. Além disso, o processo de votação obteve mudanças que favoreceram as classes subalternas e possibilitaram uma maior participação destas. Logo, se observou um desenvolvimento histórica a respeito do processo eleitoral e da organização política, tendo em vista os acontecimentos preliminares, demonstrando um maior apreço da comunidade em analisar e discutir um candidato que faça seu papel de maneira correta, pensando nos interesses sociais sem que para isso faça uma campanha somente pensando em sua popularidade, e então, possa ser capaz de combater os desafios apresentados na atualidade.

Ademais, é importante ressaltar que a globalização tem sido um fenômeno capaz de mudar a maneira com que as informações são repassadas à sociedade, criando uma nova estrutura social e política que tem-se tornado um meio de manifestações da comunidade com fontes de informações e discussões apresentadas de maneira instantânea, por qualquer pessoa do mundo, o que facilita a propagação de qualquer conteúdo, podendo ser um veículo perigoso se utilizado para propagar notícias contenciosas, o que já é retratado.

Por fim, os avanços da tecnologia possuem um grande impacto na sociedade e podem fugir do controle do Estado, gerando distorções no desenvolvimento da democracia. Dessa forma, o presente trabalho pretende apresentar os discursos políticos, suas formas de apresentação e as maneiras como se apresenta à sociedade, visando também que se torna perigoso quando adversários se tornam inimigos, enquanto inimigo deveria ser aquele que ameaça à democracia. Estas são as questões que pretendemos debater com esse projeto.

Tendo em vista a discussão apresentada e a problemática analisada, o objetivo deste trabalho é averiguar a interferência do ciberpopulismo nas eleições do país, com ênfase nas eleições nacionais de 2022. Para alcançar esse objetivo, propomos os seguintes objetivos específicos: realizar levantamento de informações e dados por meio de pesquisas bibliográficas que abordem a interferência do ciberpopulismo nas eleições de 2022, e criar um blog com o intuito de auxiliar e conscientizar a população na escolha do voto, visando alcançar um número maior de pessoas.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, foi capaz de respaldar todo um sistema normativo jurídico com direitos e garantias fundamentais que asseguraram a sociedade após diversos momentos históricos que prejudicaram os seus cidadãos restringindo seus direitos, e deste modo, a carta-magna expressamente reconhece a participação da população por um viés democrático, a fim de consagrar uma sociedade igualitária e justa.

O presente trabalho reconhece a importância do desenvolvimento do ordenamento jurídico vigente, destacando especificamente o combate a abusos que infringem a dignidade da pessoa humana, protegendo os cidadãos contra o abuso e a negligência do governo, conforme é representado pelo artigo 1º da Carta Magna de 1988, ênfase ao inciso III:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição. (Brasil, 1988)

Partindo desse princípio e da obra *Ciberpopulismo: política e democracia no mundo digital*, do mestre e doutor Andrés Bruzzone, podemos fundamentar as ideias do projeto. A Constituição Federal assegura os direitos dos cidadãos brasileiros porquanto a liberdade de expressão e liberdade política, entretanto, no cenário atual é clara a polarização existente; o debate se faz impossível, a política se transformou em um mero embate entre posições que se excluem, sem pontos de encontro.

Cabe destacar que, onde não há debate, os conflitos podem ser sepultados por uma força maior: a opressão de uma classe, um modelo de controle político ou ambos fatores combinados. O inimigo não possui legitimidade, os dois lados buscam aniquilar um ao outro antes de ser derrotado. Em comparação máxima, partidos fascistas usam os mecanismos democráticos para ocupar espaços de poder e depois minar a democracia dentro dela.

O desenvolvimento da tecnologia mudou drasticamente o relacionamento com a política, acompanhar as notícias ficou mais rápido, e a maneira de fazer manifestações, como através de petições se tornou mais prática, o mundo digital abriu novas formas de participação, e uma das maiores consequências foi o ciberpopulismo, o principal objeto de estudo desse trabalho.

O ciberpopulismo tem a mesma base que o populismo: há um inimigo que deve ser derrotado, um povo que deve ser salvo e um líder capaz de fazer isso. O pluralista, pessoa com visões opostas do populista, acredita que a verdade não se obtém derrotando um inimigo, mas que é um resultado de um processo construído por muitas vozes. A soma do populismo com as inovações tecnológicas cria uma nova preocupação, esse fenômeno é capaz de propagar ideologias com maior alcance, sendo uma ameaça real à democracia.

De acordo com o Professor da Universidade da Geórgia (EUA), Cas Mudde (2016), o populismo é uma ideologia rasa que considera que a sociedade se divide em dois grupos antagônicos, o “povo” e a “elite corrupta”. Essa versão é amplamente utilizada e aceita no âmbito acadêmico e complementada por outros especialistas, como Luiz Ramiro (2016), professor da Universidade de Leicester nos Estados Unidos, que disserta “tais grupos possuem interesses irreconciliáveis, o que leva a enfatizar a soberania nacional ou popular” (Ramiro, 2016). Essa visão antagônica é defendida pelos políticos populistas que sempre expõem em seus discursos que eles fazem parte do povo e o “inimigo” seja ele qual for é o outro lado.

O espelho das primeiras eleições brasileiras sob a ciberpolítica mostrou um lado diferente do que era esperado, o qual seria a comunicação otimizada e uma maior transparência, porém mostrou o inverso (Bruzzone, 2021). Em 2020 foi realizada uma pesquisa pelo Comitê Gestor da Internet do Brasil mostrando um aumento de 7%, em relação aos usuários de internet em comparação com o ano anterior, totalizando 152 milhões de domicílios com acesso à internet. Com isso, 81% da população com mais de 10 anos têm internet em casa (Léon, 2021). Visando que, com a conexão à internet, a maior parte da população tenha acesso a diversas informações, tornando-se vetores vulneráveis para notícias falsas, conhecidas como fake news, podendo ser disseminadas através de promessas e discursos inverídicos de candidatos ao poder público.

Por fim, assim como o crime e a violência não possuem saídas fáceis e programas à defesa da democracia exigirá empenho da população durante um bom tempo, banir contas especializadas em fake news e demonizar as redes sociais não é o caminho. É necessário voltar para o diálogo plural, ter como base o pensamento crítico e aprender a escutar e realizar o exercício de se colocar no lugar do outro, caso contrário à democracia não irá resistir.

## **METODOLOGIA**

Com o propósito de estruturar e fundar este projeto utilizaremos vertentes distintas, norteadas a partir de pesquisas bibliográficas com o objetivo de reunir as informações e dados que servirão de base para a construção desta investigação.

Ademais, com o objetivo de termos uma experiência empírica, o grupo se propôs a realizar uma pesquisa de campo entre professores e estudantes da Universidade XXXX unidade XXXXX, buscando entender o perfil desse grupo, por meio de aplicação de questionários estruturados e semiestruturados. Sendo notória a necessidade da divulgação desse assunto na contemporaneidade, foi desenvolvido diversos meios de divulgação para melhor entendimento, principalmente dos jovens, visto que a nova geração tem maior acesso em redes sociais e possuem maiores riscos de submeterem às fake news. Foram efetuados diversos meios para alcançar maiores números de pessoas e essas divulgações destinaram-se a chamar atenção dos habitantes com idade eleitoral, que tem o direito de votar.

Por conseguinte, foi criado um Instagram onde foram feitas diversas postagens antes das eleições, onde o conteúdo se baseava em imagens didáticas com informações inerentes ao Ciberpopulismo, contendo informações sobre o assunto, interações com os seguidores, e buscando introduzir veracidade nas informações, levando em consideração que nosso público alvo foram jovens com pouco conhecimento político.

Em seguida, foi efetuado um site, com textos informativos, fóruns com interações dos internautas, onde eles faziam perguntas com dúvidas frequentes e eram respondidos em sequência, o site teve centenas de acessos, em diversos Estados, conseguindo então, levar o conteúdo do Ciberpopulismo não somente em nossa região, mas em diversas outras do país.

Posteriormente, foram realizadas palestras e a entrega de folhetos informativos, contendo informações fundamentais para alunos, denominado de “guia da eleição”, com conteúdo básicos, porém essenciais. Em virtude da eficácia do panfleto, foram alcançadas diversas pessoas de Betim e região, visto que as interações ocorreram em bairros diferentes da cidade. Sendo assim, nas três escolas que visitamos, apesar de não ter sido possível a realização de palestras em todas as salas, uma porcentagem considerável de alunos recebeu o Guia da Eleição e teve acesso ao conteúdo disposto pelo grupo.

## **DISCUSSÃO E/OU RESULTADOS**

Buscando concretizar os dados obtidos através de pesquisas bibliográficas primeiramente foi criado um perfil na rede social Instagram, visto que é uma plataforma que

alcança pessoas diversas, sendo elas possuidoras de conhecimentos e vivências distintas. Cabe destacar que, o alcance do perfil identificado como @cyberpopulismo foi de 552 seguidores, sendo esse entre pessoas de 18 e 34 anos em sua maioria, o que caracteriza como um público jovem adulto.

**Imagem 1 – Perfil do Instagram @cyberpopulismo**



Fonte: Captura de tela da autora do aplicativo Instagram (2022).

De acordo com a ferramenta disponibilizada pelo próprio aplicativo é possível identificar a faixa etária dos seguidores do perfil:

**Imagem 2 – Faixa etária dos seguidores do perfil @cyberpopulismo**



Fonte: Captura de tela da autora do aplicativo Instagram(2022).

Por meio desta enquete, com um total de 51 perfis, foi possível identificar que a maioria escolheu seu candidato através da internet:

**Imagem 3 – Destinado a identificar o meio pelo qual os seguidores conhecerem seus candidatos.**



Fonte: Captura de tela da autora do aplicativo Instagram (2022).

**Gráfico 1 – Meio da escolha do candidato**



Fonte: Resultado da pesquisa extraída da rede social Instagram (2022).



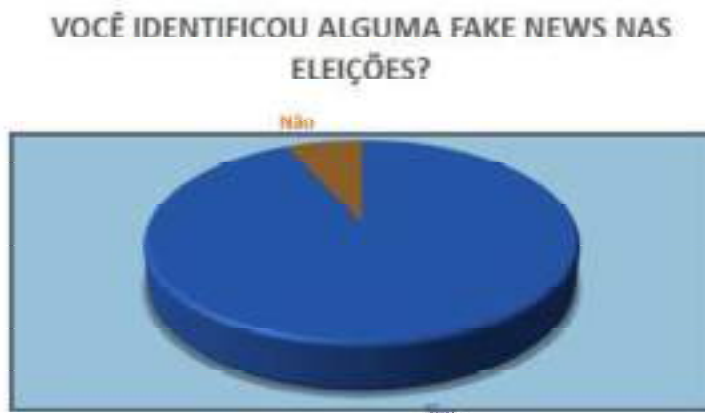
Por meio desta enquete, com um total de 44 perfis, foi possível identificar que a maioria dos perfis relataram que foram alvo de alguma “fake News”, com 41 votos em “sim” e apenas com 3 votos em “não”:

**Imagem 4 – Destinado a identificar se os seguidores presenciaram alguma “fake news” durante o processo eleitoral:**



Fonte: Captura de tela da autora do aplicativo Instagram (2022).

**Gráfico 2 – Identificação de fake news no processo eleitoral**



Fonte: Resultado da pesquisa extraída da rede social Instagram (2022).

Fica evidente que ainda é perceptível a disseminação de notícias falsa entre os candidatos, já que é um meio de adquirir votos e manipular os eleitores.

Nesta enquete, com um total de 32 seguidores votantes, foi perceptível que a maioria estava acompanhando as apurações dos votos nas eleições:

**Imagem 5 – Destinado a identificar se os seguidores estavam acompanhando a contabilização de votos no 2º turno:**



Fonte: Captura de tela da autora do aplicativo Instagram (2022).

**Gráfico 3 – Acompanhamento da apuração de votos nas eleições nacionais em 2022 do 1º turno**



Fonte: Resultado da pesquisa extraída da rede social Instagram (2022).

Diante dessas interações ficou perceptível que houve uma grande movimentação de internautas nas redes sociais e que estes estavam em sua maioria interessados no resultado das eleições. Entretanto, foi possível identificar que alguns eleitores, principalmente os mais jovens, encontraram certas dificuldades para driblar as “fakes news” e fazer uma votação consciente.

Observando esse cenário, o grupo se dispôs a ir nas escolas SESI/SENAI Betim Maria Madalena Nogueira e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – IFMG campus Betim, localizadas nos bairros Centro e São Caetano, respectivamente, na cidade de Betim (MG), no período anterior das eleições nacionais do 2º turno em 2022 para conversar com os alunos cuja faixa etária aproximada é entre 15 aos 18 anos e entregar o “Guia da Eleição” para os auxiliarem e ajudarem a realizar sua primeira eleição nacional.

**Imagem 6 – Modelo do panfleto Guia de Eleição**



Fonte: plataforma de design gráfico – CANVA (2022).

**Imagem 7 – Alunos do 3º ano da escola SESI/SENAI Betim Maria Madalena Nogueira**



Fonte: Fotografia da autora (2022).

**Imagem 8 – Alunos do 2º ano da escola Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – IFMG campus Betim**



Fonte: Fotografia da autora (2022).

O grupo destaca que o uso da imagem dos alunos foi autorizado pelos mesmos em uma conversa prévia e esclarecedora sobre o projeto.

Ademais, utilizando a ferramenta do Instagram foram publicados posts e stories informativos, buscando sempre ajudar e informar os seguidores da página.

**Imagem 9 – Post no Instagram alvo do projeto @cyberpopulismo**



Fonte: Captura de tela da autora do perfil @cyberpopulismo – aplicativo Instagram (2022).

**Imagem 10 – Post no Instagram alvo do projeto @cyberpopulismo**



Fonte: Captura de tela da autora do perfil @cyberpopulismo – aplicativo Instagram (2022).

**Imagem 11 – Stories do perfil do Instagram alvo do projeto @cyberpopulismo**



Fonte: Captura de tela da autora do perfil @cyberpopulismo – aplicativo Instagram (2022).

Interligado com a rede social também foi criado um site online, endereço de web <https://heloisarc999.wixsite.com/ciberpopulismo>, com diversas informações sobre o tema discutido, contendo um fórum no qual as pessoas que acessarem a plataforma pudessem fazer perguntas sobre o tema e posteriormente as mesmas seriam respondidas por membros do grupo, além de um blog com matérias curtas e descontraídas sobre o tema.

**Imagem 12 – Página inicial do blog Projeto Ciberpopulismo Universidade XXXX unidade XXXXX**



Fonte: <https://heloisarc999.wixsite.com/ciberpopulismo> (2022)

**Imagem 13 – Página inicial do blog Projeto Ciberpopulismo Universidade XXXX unidade XXXX, texto em formato de artigo “Por que precisamos falar do populismo tecnológico”**



Fonte: <https://heloisarc999.wixsite.com/ciberpopulismo> (2022)

**Imagem 14 – Página do fórum de discussão do blog Projeto Ciberpopulismo Universidade XXXX unidade XXXX**



Fonte: <https://heloisarc999.wixsite.com/ciberpopulismo> (2022)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista as pesquisas e as discussões realizadas para a elaboração do trabalho foram possíveis entender a interferência do Ciberpopulismo nas eleições democráticas pós 1988, com ênfase nas eleições nacionais de 2022, alvo principal do presente projeto. Visto que, com o acesso à internet, a maior parte da população possui contato a diversas informações, tornando-se vetores vulneráveis para notícias falsas, podendo ser disseminadas através de promessas e discursos inverídicos de candidatos ao poder público. Com isso, o ciberpopulismo,

aprimora-se a interferência do candidato populista devido à influência apresentada por eles, o que acaba ocasionando uma grande ameaça à democracia do país.

Para atingir uma compreensão dessa realidade, foram desenvolvidos dois objetivos específicos. O primeiro, foi levantar informações/dados através de pesquisas que versam sobre a interferência do Ciberpopulismo nas eleições de 2022. Para isso, foi criado um perfil na rede social Instagram e com as próprias ferramentas do aplicativo conseguimos identificar o meio pelo qual os seguidores conheceram seus candidatos, se presenciaram alguma “fake News” durante o processo eleitoral e se os seguidores estavam acompanhando a contabilização dos votos no segundo turno. Usufruindo da plataforma, também foram publicados posts e stories informativos buscando informar os seguidores da página.

O segundo objetivo, foi a criação de um blog no sentido de auxiliar e conscientizar a população na escolha do voto. O blog abrange diversas informações sobre o tema discutido, contendo um fórum na plataforma cujo as pessoas podem interagir e tirar suas dúvidas.

Buscando informar a população sobre o tema elencado e alcançar um número maior de pessoas o grupo foi em escolas na cidade de Betim (MG) para conversar com os alunos e entregar o “Guia da eleição” com o objetivo de auxiliar os jovens em sua primeira eleição presencial.

Foram levantadas também duas hipóteses em relação à seguinte pergunta: “Qual a interferência do Ciberpopulismo nas eleições de 2022?”

Hipótese 1 - A população tende a ser influenciada durante o período eleitoral, devido à falta de conhecimento e discernimento em saber identificar o populismo inserido no meio digital, onde é encontrado mecanismos de manipulação, como as fakes news.

Hipótese 2 - As sequelas do ciberpopulismo podem afetar a estrutura democrática brasileira, visto que poderá trazer consequências que prejudicam a liberdade de expressão e a estrutura política vigente.

De acordo com os dados coletados através dos meios de pesquisa, podemos verificar que ambas as hipóteses se confirmam na opinião popular. Portanto, podemos concluir que o Ciberpopulismo é um assunto de extrema importância e relevância social. Tendo em vista que diante dos fatos supracitados, fica evidente que a estrutura social corrobora para que o ciberpopulismo seja um fenômeno que se não for discutido poderá ser um veículo crucial para a democracia no Brasil. É tempo da sociedade buscar entender como o ciberpopulismo funciona e como os candidatos populistas usam deste meio para conseguir a confiança e os votos dos seus eleitores. Devemos ficar atentos para evitar a erradicação desta problemática e, de uma



vez por todas, fazerem valer aquilo que se espera: a preservação da democracia que é um direito fundamental trazido pela CRFB/88.

## REFERÊNCIAS

27,7% dos brasileiros se declaram de direita. É quase o triplo da esquerda. **Gazeta do Povo**, 26 out. 2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/breves/pesquisa-preferencia-politica-brasileiros-direita-esquerda/>. Acesso em: 15 maio 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 15 maio 2022.

BRUZZONE, Andrés. **Ciberpopulismo: política e democracia no mundo digital**. 1. ed. São Paulo. Editora Contexto, 2021.

BRUZZONE, Andrés. **O desafio do ciberpopulismo para a democracia brasileira**. **Associação Brasileira de Comunicação Empresarial**, 25 de jun. de 2021. Disponível em: <https://www.aberje.com.br/blog/o-desafio-do-ciberpopulismo-para-a-democracia-brasileira>. Acesso em: 17 maio 2022.

CIBERNÉTICO. Dicionário Online **Priberam**. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/cibern%C3%A9tico>. Acesso em 19 maio 2022.

LEÓN, Lucas. Brasil tem 152 milhões de pessoas com acesso à internet: Dia do Internauta mostra que, apesar de amplo, acesso ainda é desigual. **Agência Brasil**, 23, ago. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-08/brasil-tem-152-milhoes-de-pessoas-com-acesso-internet>. Acesso em: 17 maio 2022.

O QUE é ciberpopulismo?. **Editora Contexto**, 4 jan. 2022. Disponível em: <https://blog.editoracontexto.com.br/o-que-e-ciberpopulismo/>. Acesso em: 17 maio 2022.

SIGNIFICADO de Cyber. **Significados**. Disponível em: <https://www.significados.com.br/cyber/>. Acesso em 19 maio 2022.

SILVA, Daniel Neves. O que é populismo?. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-populismo.htm>. Acesso em 17 maio 2022.

# **O PROJETO UNIVERSIDADE SUSTENTÁVEL NA PERSPECTIVA DA (IN)JUSTIÇA AMBIENTAL<sup>12</sup>**

**Richard Afonso Batista de Freitas Moreira**

**Virginia Simao Abuhid**

## **RESUMO**

O conceito de justiça ambiental relaciona-se ao fato de que os mais vulneráveis socialmente, acabam por ser também os mais impactados pela degradação ambiental. Ações de extensão universitária voltadas para sensibilização e desenvolvimento de uma conscientização ambiental são estratégicas no sentido de contribuir para um posicionamento crítico da população pelo reconhecimento de seus direitos civis, favorecendo a mobilização das comunidades locais para efetivação de políticas públicas. O conhecimento gerado tem significativo impacto na percepção espacial dos indivíduos e demonstra a grande missão das instituições de ensino superior e em especial, a partir da extensão universitária. O presente trabalho tem como objetivo demonstrar como se constroem as atividades do projeto de extensão Universidade Sustentável e refletir sobre e sua contribuição para temáticas relevantes associadas à justiça ambiental, para diferentes públicos envolvidos. Pretende também colaborar na divulgação e conhecimento da Justiça Ambiental como conceito importante e necessário na abordagem multidisciplinar da educação ambiental e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, bem como para as práticas de extensão universitária.

**Palavras-chave:** sustentabilidade; educação ambiental; sensibilização; meio ambiente; extensão universitária

## **THE SUSTAINABLE UNIVERSITY PROJECT FROM THE PERSPECTIVE OF ENVIRONMENTAL (IN)JUSTICE.**

### **ABSTRACT**

The concept of environmental justice is related to the fact that the most socially vulnerable also end up being the most impacted by environmental degradation. University extension actions aimed at raising awareness and developing environmental awareness are strategic in the sense of contributing to a critical positioning of the population for the recognition of their civil rights, favoring the mobilization of local communities to implement public policies. The knowledge generated has a significant impact on individuals' spatial perception and demonstrates the great mission of higher education institutions, especially university extension. The present work aims to demonstrate how the activities of the Sustainable University extension project are constructed and reflect

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

<sup>2</sup> Projeto financiado pela Pró-reitoria de Extensão da PUC Minas

on its contribution to relevant themes associated with environmental justice, for different audiences involved. It also intends to collaborate in the dissemination and knowledge of Environmental Justice as an important and necessary concept in the multidisciplinary approach to environmental education and the Sustainable Development Goals, as well as for university extension practices.

**Keywords:** sustainability; environmental education; awareness; environment; university extension.

## INTRODUÇÃO

A distribuição territorial nas cidades está relacionada às desigualdades sociais e à qualidade de vida. Grandes municípios como Belo Horizonte vivenciam em suas áreas periféricas altas taxas de vulnerabilidade social que envolvem, além de baixos índices de educação e saúde, elevados índices de violência urbana. As populações menos favorecidas acabam por ocupar áreas cada vez menos valorizadas das cidades. Dados do IBGE (2020) revelam que em 734 municípios brasileiros, mais de 5 milhões de domicílios estão em áreas caracterizadas por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas que apresentam restrições à ocupação. As populações dessas comunidades vivem sob condições socioeconômicas, de saneamento e de moradias precárias” (Agência IBGE, 2020) .

Estas áreas não são afetadas apenas, ainda que grave, pela falta de investimento e cuidados em áreas sociais específicas, mas também pela potencialização dos impactos ambientais do desenvolvimento e organização das cidades: falta de áreas verdes e de lazer; de saneamento e cuidado com rios e lagos; áreas afetadas por enchentes e deslizamentos bem como condições únicas de saúde, associados a doenças transmitidas por vetores.

Planejamento urbano e ações de melhorias parecem não chegar a estes locais e é necessário o esforço de ações e políticas públicas para atender estas áreas. Segundo o IBGE (2018)<sup>3</sup>, até o ano de 2010, Belo Horizonte tinha cerca de 389 mil pessoas morando em áreas de risco e ocupava a quarta colocação das cidades no Brasil, atrás apenas do Rio de Janeiro (444 893), São Paulo (674 329) e Salvador (1.217.527).

---

<sup>3</sup> Agência IBGE. **Estudo inédito mostra moradores sujeitos a enchentes e deslizamentos.**

**Disponível em:**

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21566-estudo-inedito-mostra-moradores-sujeitos-a-enchentes-e-deslizamentos>

A segregação social, aliada ao processo de urbanização e a dinâmica econômica, colaboram para maior exposição dos vulneráveis aos riscos ambientais, consolidando a injustiça ambiental: “mecanismo pelo qual sociedades desiguais destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, grupos raciais discriminados, populações marginalizadas e mais vulneráveis (Herculano, 2002, p. 3.). Neste cenário, a Universidade é chamada a contribuir. Articulada ao ensino e à pesquisa, a extensão busca, cotidianamente, aprimorar as suas estratégias para gerar conhecimento e inovações, a partir da interação dialógica entre a Universidade e outros setores da sociedade, com vistas à efetivação dos direitos humanos, à sustentabilidade, à promoção da inclusão social e da cidadania (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2006).

Ações de extensão universitária voltadas para sensibilização e desenvolvimento de uma conscientização ambiental são estratégicas no sentido de contribuir para um posicionamento crítico da população a partir do reconhecimento dos direitos civis, favorecendo a mobilização das comunidades locais para efetivação de políticas públicas.

O projeto de extensão “Universidade Sustentável (US): Educação, sensibilização e cooperação na construção da sustentabilidade a partir da Universidade XXXX” tem como um de seus objetivos, desenvolver práticas educativas e intervenção em educação para a sustentabilidade. A partir do Centro de Integração para sustentabilidade Ambiental - CISAL - Universidade XXXX, o projeto desenvolve ações com abordagem de temas relacionados a questões socioambientais da RMBH com um público diverso. São ações diversificadas realizadas com a comunidade acadêmica e com escolas públicas, projetos sociais e outros projetos de extensão, que viabilizam a reflexão e a prática da sustentabilidade, na perspectiva dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), dispostos pela Agenda 2030, propostos pela Organização das Nações Unidas (Organização das Nações Unidas, 2015).

O conhecimento é a ferramenta mais potente e ágil nesta busca e tem o poder de estruturar novas relações sociais em direção ao exercício da cidadania e na conservação/preservação ambiental necessários ao sustento da vida humana e da biodiversidade que nos rodeia.

O presente trabalho objetiva demonstrar ações do projeto Universidade Sustentável que se articulam com o conceito de justiça ambiental, bem como colaborar na divulgação e conhecimento do conceito em referência como estruturante e necessário na abordagem multidisciplinar da educação ambiental e para as práticas de extensão nas IES.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

O ser humano, importante modificador da natureza, mantém indissociável relação com o meio ambiente pois diversificou o meio natural não apenas culturalmente, mas em termos sociais a partir de sua ocupação e do uso dos recursos naturais: “o ambiente ou meio ambiente é social e historicamente construído. Sua construção se faz no processo da interação contínua entre sociedade em movimento e um espaço físico particular que se modifica permanentemente” (Coelho, 2004 *apud* Pereira e Curi, 2012, p. 40). Santos (1996) considera que o ambiente compreende a base física e material da vida e afirma que “não há mais sentido, nos dias atuais, na clássica e rígida separação entre o homem e o mundo natural, mecânico” (Santos, 1996, p. 15). Para Tostes (1994 *apud* (Dulley, 2004, p.19), meio ambiente:

é especialmente a relação entre os homens e os elementos naturais (o ar, a água, o solo, a flora e a fauna); entre homens e as relações que se dão entre as coisas; entre os homens e as relações de relações, pois é essa multiplicidade de relações que permite, abriga e rege a vida, em todas as suas formas. Os seres e as coisas, isoladas, não formariam meio ambiente, porque não se relacionaram" (Tostes, 1994).

No ambiente urbano vivenciamos o ápice das relações humanas, diga-se a confluência de culturas, comportamentos e, claro, das relações com o espaço que são construídas de maneira distintas. A distribuição do espaço urbano nas cidades codifica-se junto do acúmulo de capital e tem como resultado uma espacialidade desigual, revelando uma estrutura de exclusão social, evidenciado principalmente pela falta de infraestrutura e qualidade socioambiental das áreas periféricas (Godoy, 2015). Para Penna (2002, p. 127) “tanto a natureza quanto a totalidade do ambiente urbano, transformam-se em espaços políticos, inseridos nas estratégias de ocupação e de expansão da cidade”. Para Buck *et al.* (2005):

a questão ambiental engloba um conjunto de interações internas ao sistema social e deste com o ambiente caracterizadas segundo Lima (1999, p. 135) como situações marcadas pelo conflito, esgotamento e destrutividade que se expressam nos limites materiais ao crescimento econômico exponencial; na expansão urbana e demográfica; na tendência ao esgotamento de recursos naturais e energéticos não renováveis no crescimento acentuado das desigualdades socioeconômicas intra e internacionais, que alimentam e tornam crônicos os processos de exclusão social; no avanço do desemprego estrutural; na perda da biodiversidade e na contaminação crescente dos ecossistemas terrestres, entre outros. Todas as situações mencionadas comprometem a qualidade de vida humana. (Buck *et al.*, 2005, p. 199).

O conceito de Justiça Ambiental surge em movimentos sociais que passaram a relacionar a diferença e intensidade do impacto desta degradação na distribuição do território. Indústrias e lixões estavam sempre localizados em áreas pobres, assim como as enchentes e áreas sem saneamento também atingiam esses territórios. O ponto fulcral do conceito está

justamente na desigualdade de uso: aqueles que não têm acesso aos bens de consumo e qualidade dos recursos naturais deveriam receber as custas prejudiciais de parte da população?

Para Coelho (2001),

os problemas ambientais (ecológicos e sociais) não atingem igualmente todo o espaço urbano. Atingem muito mais os espaços físicos menos favorecidos do que os das classes mais elevadas. A distribuição espacial das primeiras está associada à desvalorização do espaço, quer pela proximidade dos leitos de inundação dos rios, das indústrias, quer pela insalubridade, tanto pelos riscos ambientais como desmoronamento e erosão (Coelho, 2001, p. 27).

Decorre desta constatação a importância da noção de justiça ambiental. Para Ioris (2009), tal noção decorre da constatação de que a crescente escassez de recursos naturais e da desestabilização dos ecossistemas afetam de modo desigual, e muitas vezes injusto, diferentes grupos sociais ou áreas geográficas (Ioris, 2009, p. 391).

A educação ambiental tem papel fundamental para acender o alerta nos indivíduos e comunidades e também sensibilizar o poder público para demandas destas áreas. Os objetivos fundamentais da Educação ambiental (EA), expostos pela Lei 9.795, que dispõe da Política Nacional de Meio Ambiente, dizem respeito à consciência ambiental e ao importante papel de toda a sociedade na proteção integral do meio ambiente, com atenção aos direitos civis. Do artigo 5º da referida legislação, destacam-se:

- I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;
- II - a garantia de democratização das informações ambientais;
- III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;
- IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania (Brasil, 1999).

Esta mesma Política estabelece que “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.” A educação ambiental é um instrumento da gestão ambiental que, entre outros, possibilita a aquisição de conhecimentos e a formação de pessoas sensíveis à problemática ambiental visando a mudança do nosso modo de ser e estar no mundo.

Enfatiza-se ainda o conceito de Universidade Sustentável que orienta e estrutura o Projeto Universidade Sustentável: Um campus sustentável deve associar os aspectos operacionais do ensino, da pesquisa e da gestão institucional - inclusive de recursos e resíduos - com a educação para a sustentabilidade, de forma que tanto a comunidade interna quanto

externa venha a reconhecer e praticar estilos de vida que promovam o bem-estar da atual e das futuras gerações (Disterheft *et al.*, 2012.)

Considerando tais pressupostos, emerge como caminho a realização de práticas de extensão universitária, como "um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e sociedade". O compromisso com a discussão da sustentabilidade no ensino superior pelo viés da extensão universitária é orgânico, entre outros, por ser este o *lócus* natural do cumprimento do compromisso social da Universidade. As IES produzem um volume de pesquisas e estudos fundamentais e que muitas vezes podem não alcançar todas as camadas da sociedade. As ações extensionistas são ferramentas capazes de mitigar esta problemática.

na perspectiva de democratizar o conhecimento produzido, a extensão consolida-se como um dos meios que permite ampliar os canais de interlocução com os segmentos externos à universidade. Simultaneamente, o contato com a sociedade retroalimenta o ensino e a pesquisa e a própria extensão, contribuindo para o desenvolvimento de novos conhecimentos científicos (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2006).

Estabelece-se assim, uma troca fundamental que contribui para, segundo Acelrad *et al* (2003),

[...] assegurar amplo acesso às informações relevantes sobre o uso dos recursos ambientais e a destinação de rejeitos e a localização de fontes de riscos ambientais [...] favorecem a constituição de sujeitos coletivos e direitos, movimentos sociais e organizações populares para serem protagonistas na construção de modelos alternativos de desenvolvimento, que assegurem a democratização do acesso aos recursos ambientais e a sustentabilidade de seu uso (Acelrad *et al.*, 2003, p. 16).

O princípio investigativo da pesquisa, alinhado à capacidade mobilizadora da extensão, tem força capaz de agir em prol da Justiça ambiental e das comunidades atendidas. Neste sentido, destaca-se um dos princípios de atuação da Pró-reitoria de Extensão da PUC Minas: “orientada pela igualdade de direitos e pelo respeito às diferenças, a justiça implica a obrigação de agir quando se tem consciência da injustiça”.

Os conceitos delineados até aqui são convergentes com os ODS, propostos pela Agenda 2030. Destaca-se o ODS 11: “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”. As metas deste objetivo contemplam aspectos relacionados a habitações seguras, garantia de acesso a serviços básicos, urbanização inclusiva e segura, proteção dos pobres e vulneráveis em relação a desastres naturais, entre outros. Assegurar estes direitos representa estratégia fundamental para mitigar a injustiça ambiental. É nesta

perspectiva, em interseção com o ODS 4 – Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, que o Projeto Universidade Sustentável se coloca.

## **METODOLOGIA**

As ações estruturadas pelo projeto Universidade Sustentável são amparadas em um diagnóstico para subsidiar as atividades. Os parceiros ou demandantes são instigados a apresentar seus propósitos, objetivos e demandas, o que representa ponto de partida para o planejamento de estratégias de ação, estruturadas a partir dos princípios da extensão universitária e da educação ambiental. Os diagnósticos são amparados em metodologias como DRP - diagnóstico rápido participativo e no diagnóstico social, onde são obtidas informações valiosas que contribuem para percepção e construção de ações efetivas.

O diagnóstico social é um processo de elaboração e sistematização de informação que implica conhecer e compreender os problemas e necessidades dentro de um determinado contexto, as suas causas e a evolução ao longo do tempo, assim como os fatores condicionantes e de risco e as suas tendências previsíveis; permitindo uma discriminação dos mesmos consoante a sua importância, com vista ao estabelecimento de prioridades e estratégias de intervenção, de forma que se possa determinar de antemão o seu grau de viabilidade e eficácia, considerando tanto os meios disponíveis como as forças e atores sociais envolvidos nas mesmas atividades (Ander; Idáñez, 2008, p. 27).

Para Lagos e Ramos (2002), a metodologia do DRP foi desenvolvida na década de 1940, com a perspectiva do “aprender fazendo”, através da “pesquisa - ação”. “Por meio desse panorama se torna possível destacar as diferenças entre as visões endógena e exógena, ressaltando as taxonomias locais, as percepções culturais, as tradições e os conhecimentos populares” (Lago; Ramos, 2002, p. 12).

As informações levantadas são sistematizadas em modelo de plano de ação pedagógico desenvolvido pelo projeto para nortear o planejamento e execução das atividades oferecidas, que podem ser adaptadas a partir do portfólio de práticas do projeto. Este documento contém identificação da proposta, ementa, objetivos, conteúdo a serem abordados e a metodologia que será utilizada para tal atendimento, articulação com documentos de referência como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) além das bibliografias utilizadas e propostas. São indicados, também, os ODS e as suas respectivas metas fazendo referência a esta importante agenda ambiental. Para além disso, nenhuma ação é considerada isolada das demais, considerando-se sempre possibilidades de articulações ou continuidade vislumbrando a realização de outros projetos e práticas, pelo US e pelos parceiros.



Em alguns casos, como no atendimento de escolas e projetos sociais, realiza-se uma pesquisa ampliada, visando identificar e entender a localização espacial de atuação dos parceiros demandantes. Isto permite a coleta de outros dados, tais como dados socioeconômicos e a proximidade de potenciais parceiros e afins. A cartografia permite a possibilidade de olhar abrangente e também detalhado sobre a área de estudo possibilitando uma sistematização de informações com correlações bem construídas. Segundo Cintra *et al.* (2017),

enquanto método de pesquisa, a cartografia é uma das possibilidades de se estudar objetos de caráter mais subjetivos e que exigem do pesquisador a habitação de diferentes territórios, na perspectiva de transformar para conhecer, como na produção de conhecimento por meio de pesquisas participativas do tipo pesquisa-intervenção. (Cintra, *et al.*, 2017, p.45).

Os resultados das pesquisas geram produtos que serão aproveitados posteriormente que podem ser: mapas, imagens, relatórios, jogos e afins. Estes materiais vão servir de recurso para os parceiros a fim de que sejam reaproveitados em outras atividades.

A diversidade de público atendida pelo projeto Universidade Sustentável permite construir uma percepção ambiental ampliada, uma vez que o projeto lida diretamente com comunidades de perfis diversos, considerando aspectos socioeconômicos, culturais, intelectuais, entre outros. A compreensão de como os indivíduos e comunidades percebem ao ambiente a sua volta favorece o planejamento e a abordagem contextualizada que gera significado e identificação dos sujeitos com os propósitos do projeto, bem como um sentido de pertencimento.

**Figura 1 - Processo envolvidos nas práticas educativas do projeto Universidade**



**Fonte: elaborada pelos autores (2023)**

a priori, esse conceito – pertencimento - pode nos remeter a, pelo menos, duas possibilidades: uma vinculada ao sentimento por um espaço territorial, ligada, portanto, a uma realidade política, étnica, social e econômica, também conhecida como enraizamento; e outra, compreendida a partir do sentimento de inserção do sujeito sentir-se integrado a um todo maior, numa dimensão não apenas concreta, mas também abstrata e subjetiva (Lesting, 2004, p. 40).

Buscar a aproximação dos indivíduos e de suas vivências com os temas propostos pelo projeto, contribui significativamente para a adesão às atividades e favorecendo uma comunicação efetiva. A interação/aprendizagem dialógica exercita a “colaboração entre as pessoas envolvidas no processo de conhecer a si, o outro e o mundo” (Monteiro *et al.*, 2021, p. 29). Reforça-se assim o sentido de educar, proposto por Duarte (1988): educar significa, basicamente, permitir ao indivíduo a eleição de um sentido que norteie sua existência. Significa permitir que ele conheça as múltiplas significações e as compreenda a partir de suas vivências (Duarte, 1988, p. 60).

Por fim, espera-se sensibilizar os indivíduos, favorecendo a conscientização a respeito das problemáticas socioambientais que podem provocar a mobilização necessária para os levantes locais em busca de melhorias. Todo o processo descrito é crucial para desenvolver o pensamento crítico, necessário para a atuação cidadã.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

As ações do projeto se realizam no e a partir do CISAL O Centro de Integração para Sustentabilidade Ambiental - CISAL Universidade XXXX é espaço dimensionado para propor, promover e potencializar iniciativas socioambientais de forma integrada e cooperativa entre o Curso de Ciências Biológicas, a Universidade XXXX e parceiros externos, com o objetivo de potencializar resultados e fomentar uma rede de sustentabilidade dentro e fora da Universidade.

O CISAL possui área total de 82.000 m<sup>2</sup> onde localizam-se diferentes equipamentos para a realização das atividades de cunho socioambiental, incluindo a área natural da **Mata e Lagoa** Universidade XXXX, Biofábrica de joaninhas, Complexo Horticultor - estufa, canteiros, jardim medicinal, pátio de compostagem e minhocários, Banco de Sementes Tradicionais,

Banco de Materiais, Jardim Sensorial, Ateliê de artesanato inclusivo, Coworking, além de laboratório de educação ambiental e práticas extensionistas (LaBIO).

Neste espaço diferenciado da Universidade, crianças, jovens e adultos são recebidos para diversas práticas e para contemplação do espaço. Em 2023 foram realizados destacam-se cerca de 20 atendimentos a grupos e projetos da RMBH, entre escolas públicas, grupos de idosos, funcionários da Universidade e agricultores, dos quais grande parte relacionados a áreas de vulnerabilidade social. Parques e áreas verdes estruturadas na RMBH costumam estar afastadas das regiões mais pobres, o que dificulta acesso a áreas naturais e seus benefícios. Quando áreas verdes existem, são carregadas de problemas, como a falta de infraestrutura e segurança, o que dificulta a utilização por parte das comunidades.

Cita-se como exemplo uma das escolas parceiras, E.E. Doutor Lucas Monteiro Machado, localizada em uma das áreas de vulnerabilidade social<sup>4</sup> de Belo Horizonte: a região dos bairros Pindorama/Vila Coqueiral. As ações do Universidade Sustentável vêm contribuindo com a gestão da escola para atrair a comunidade de volta à vida escolar e garantir o funcionamento da escola, dado que o histórico de violência e vandalismo outrora impactou a reputação da escola na região. Além do diagnóstico presencial por parte da equipe de extensionistas, os alunos realizaram três visitas para formação na temática da horta e agricultura urbana.

**Figura 2 - Formação para professores e alunos da E.E. Dr. Lucas Monteiro**



Fonte: acervo dos autores (2023).

---

<sup>4</sup>O índice é uma combinação de variáveis socioeconômicas em um indicador síntese, utilizado pela Secretaria Municipal de Saúde/PBH para apontar áreas prioritárias para intervenção e alocação de recursos (PBH, 2018).

A escola tem como proposta a inauguração de uma horta comunitária que terá espaços para intervenção e uso de toda comunidade escolar. O Universidade Sustentável, além das formações, o US forneceu insumos produzidos no complexo horticultor: mudas, adubos, biofertilizantes e sementes. As hortas são ferramentas poderosas na requalificação de espaços e na possibilidade de interação social, além de propiciar a alimentação saudável dos públicos que participam dessas ações. Para escolas, as hortas estimulam práticas pedagógicas e a multidisciplinaridade, alinhando teoria e prática e favorecendo a aprendizagem significativa.

**Figura 3 - Oficina de plantio e compostagem com a E.M. João Pinheiro**



Fonte: acervo dos autores (2023).

Projetos de extensão, como Sempre Viva e Mais idade, realizaram oficinas voltadas para articulação dos temas de saúde e meio ambiente. A abordagem da Justiça Ambiental, faz clara referência a promoção da saúde e a prevenção de doenças associadas à qualidade do meio ambiente ao entorno. A diversidade na abordagem para o meio ambiente é indispensável. A abordagem sobre saúde demonstra ser uma estratégia interessante nas práticas de educação ambiental pois confere maior significado para os participantes e permite discutir a relação com meio ambiente e temáticas associadas, especialmente no contexto da saúde única: “uma abordagem global multissetorial, transdisciplinar, transcultural, integrada e unificadora que visa equilibrar e otimizar de forma sustentável a saúde de pessoas, animais e ecossistemas” (Brasil, 2024).

Sempre na perspectiva de estabelecer relações entre meio ambiente, saúde e sociedade, trazendo e traduzindo conceitos mais complexos, o US desenvolve um cardápio de oficinas pedagógicas, a saber: 1. Circuito verde - Sustentabilidade e meio ambiente a partir do Centro de Integração para Sustentabilidade Ambiental Universidade XXXX; 2. Plantio em hortas:

cultivo, trato do solo e técnicas de manejo; 3. Sementes tradicionais e agroecologia; 4. Compostagem e minhocário: produção de adubo e biofertilizante através de resíduos orgânicos; 5. Trilha Interpretativa Mata da Universidade XXXX; 6. Inseticidas Naturais: combate a pragas de hortas com a utilização de substâncias nocivas ao meio ambiente; 7. Plantas alimentícias não convencionais (PANCs); 8. Oficina sensorial: memória e sentidos com ervas aromáticas e medicinais; 9. Conhecendo a biofábrica de Joaninhas; 10. Hortas e urbano: conexões e aproximações.

Destaca-se ainda o atendimento ao público interno: pelo menos xx disciplinas de diferentes cursos, Institutos e Faculdades da Universidade XXXX têm realizado atividades no CISAL, a partir do projeto. Os processos de formação são realizados junto aos funcionários da Universidade. Considerando que a comunidade acadêmica é também pública da extensão universitária e o crescente perfil de vulnerabilidade identificado por parte deste público, percebe-se o potencial e o importante papel que o US pode exercer no combate à injustiça ambiental.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Projeto Universidade Sustentável, em seu nono ano de existência, planeja e executa práticas extensionistas de cunho socioambiental, em busca da sensibilização de pessoas e comunidades, ancorando-se e buscando contribuir para a incorporação de valores como o cuidado com a Casa Comum e a justiça ambiental.

Diferentes referências ancoram as ações do projeto, como apresentado até aqui. Entretanto, no contexto de uma universidade Pontifícia e Católica, cabe ainda destacar diferentes movimentos do Papa Francisco, iniciados principalmente com a publicação da Carta Encíclica Laudato Si (2015) e seus desdobramentos. Há, neste sentido, muitas sinalizações e ações alinhadas à agenda global de sustentabilidade.

Em relação às experiências e reflexões apresentadas, ressalta-se a necessidade de atenção ao planejamento das atividades como etapa fundamental para sua eficácia, uma vez que se realiza a partir do diagnóstico de cada demanda. A interlocução e construção participativa das ações extensionistas é caminho para seus resultados. Nenhuma prática ou atendimento, especialmente da realidade alheia, pode ser construído ou realizado sem a participação efetiva daqueles que a vivenciam.

A oportunidade de espaços como do Centro de Integração para Sustentabilidade Ambiental da Universidade XXXX, apresenta-se como modelos a serem replicados,

principalmente em regiões com risco/fragilidade ambiental. Espaços com infraestrutura que oportunizam atividades de educação ambiental são fundamentais para contribuir com a percepção dos indivíduos e consequentemente a mobilização em prol da mudança das realidades locais.

A despeito dos registros realizados, da percepção de todos os atores envolvidos nas ações do projeto e dos números produzidos, há lacunas referentes à existência e uso de indicadores que possam medir o impacto real da extensão universitária. Esta é uma perspectiva importante que deverá se traduzir em novos objetivos para o próprio projeto: contribuir para a criação de indicadores de impacto para o aluno e para o público externo envolvidos nas ações de extensão.

Por fim, enfatiza-se o potencial e a contribuição real do projeto Universidade Sustentável para consolidação, na Universidade, de ações concretas em prol da articulação ensino, pesquisa e extensão, da justiça ambiental, da sustentabilidade no ensino superior e para o alcance das metas dos ODS.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; HERCULANO; PÁDUA, José Augusto. **Justiça Ambiental e Cidadania**. Ed. Relume Dumará, Fundação Ford. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/590744/mod\\_resource/content/1/just%20amb%20e%20cid.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/590744/mod_resource/content/1/just%20amb%20e%20cid.pdf). Acesso em 04 fev. 2024.

ANDER EGG, Ezequiel; IDÁÑEZ, María José Aguilar. **Diagnóstico social: conceitos e metodologias**. Porto: Cadernos REAPN, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde Única**. Brasília, 2024. Disponível em <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-unica#:~:text=A%20Sa%C3%BAde%20%C3%A9%20Anica%20%C3%A9%20uma.de%20pessoas%20%C3%A9%20animais%20e%20ecossistemas>. Acesso em 15 abr. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.795-Política Nacional de Educação Ambiental**. 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19795.htm#:~:text=LEI%20No%209.795%20DE%2027%20DE%20ABRIL%20DE%201999.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o%20ambiental.Ambiental%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm#:~:text=LEI%20No%209.795%20DE%2027%20DE%20ABRIL%20DE%201999.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o%20ambiental.Ambiental%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs). Acesso em 05 jul. 2023.

BUCK, Sônia; MARIN, Andréia Aparecida. **Educação para pensar questões socioambientais e qualidade de vida**. Educar, Curitiba, n. 25, p. 197-212. Editora UFPR, Paraná, 2005. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/er/n25/n25a12.pdf>. Acesso em 04 fev. 2024.

CAMPOS, Arminda E. M. ; DELAMARO, M. C. ; ABEGÃO, Luiz Henrique . **Planejamento de projetos sociais: dicas, técnicas e metodologias**. Rio de Janeiro: COEP Nacional, 2002 (Volume de Série: Cadernos da Oficina Social). Disponível em:

<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2154.pdf> Acesso em 04 mar 2024.

CINTRA, Amanda M S; MESQUITA, Luana Pinho de; MATUMOTO, Silvia; FORTUNA, Cinira M. Cartografia nas pesquisas científicas: uma revisão integrativa Fractal. **Revista de Psicologia**, v. 29, n. 1, p. 45-53, jan.-abr. 2017. Disponível em

<https://doi.org/10.22409/1984-0292/v29i1/1453> Acesso em 04 mar. 2024.

COELHO, Maria Célia Nunes. **Impactos ambientais em áreas urbanas: teorias, conceitos e métodos de pesquisa**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. Disponível em <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/viewFile/784/76>. Acesso em 04 abr.2024.

DISTERHEFT, Antje; CAEIRO, S. S. F. S.; RAMOS, M. R.; AZEITEIRO, U. M. M. Environmental Management Systems (EMS) implementation processes and practices in European higher education institutions - Top-down versus participatory approaches. **Journal of Cleaner Production**, v. 31, p. 80-90, 2012. Disponível em

<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652612001102> Acesso em 14 abr. 2024.

DUARTE JÚNIOR, J. F. **Fundamentos estéticos da educação**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1988.

GODOY, Tatiane M. Pinto. Desenvolvimento territorial e desigualdades socioespaciais: estratégias para superação das disparidades territoriais? **Revista Economía Social y Solidaria / Perspectivas +E**. Santa Fe, Argentina, v. 5, p. 42-49. Ediciones versão *online*, UNL.

Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7302460.pdf> Acesso 04 abr. 2024.

HERCULANO, S. **Riscos e desigualdade social: a temática da Justiça Ambiental e sua construção no Brasil**. I Encontro da ANPPAS – Indaiatuba, São Paulo, 2002 - GT Teoria e Ambiente. Disponível em [https://www.professores.uff.br/seleneherculano/wp-content/uploads/sites/149/2017/09/Riscos\\_v4\\_e\\_desigualdade\\_social.pdf](https://www.professores.uff.br/seleneherculano/wp-content/uploads/sites/149/2017/09/Riscos_v4_e_desigualdade_social.pdf) Acesso em 14 mar. 2024.

IORIS, Antônio A.R. **O que é justiça ambiental**. Revista Ambiente & Sociedade, Campinas v. XII, n. 2, 2009. Disponível em

<https://www.scielo.br/j/asoc/a/vHyNvjKbSkByg3rcrFyhJLR/?lang=pt#> Acesso em 14 abr. 2024.

LAGO, Laura. RAMOS, Jussara. **DiPUC: Diagnóstico Participativo de Unidades de Conservação**. Belo Horizonte, IEF/IBAMA. 2002.

LESTINGE, Sandra Regina. **Olhares de educadores ambientais para estudos do meio e pertencimento**. Tese de doutorado - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, USP. São Paulo, 2004. Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11150/tde-03022005-155740/publico/sandra.pdf> .Acesso em 10 mar. 2024.

MONTEIRO, Rafael de A. A; TOLEDO, Renata F; JACOBI, Pedro R. Diálogo: conceito, princípios epistemológicos e implicações éticas. **Revista Vozes e Diálogo**. Itajaí, v. 20, n.02, jun-dez., 2021. Disponível em <https://periodicos.univali.br/index.php/vd/article/view/17915> Acesso em:14 abr. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 2030**. ODS – Objetivos de desenvolvimento sustentável. 2015. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/> Acesso em:20 mar 2024.

PEREIRA, Suellen Silva; CURI, Rosires Catão. Meio Ambiente, Impacto Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: Conceituações Teóricas sobre o Despertar da Consciência Ambiental. **REUNIR – Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 2, n. 4, p. 35-57, set-dez,2012. Disponível em:<https://reunir.revistas.ufcg.edu.br/index.php/uacc/article/view/78> Acesso em:13 abr 2024.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. PUC Minas. **Política de Extensão Universitária da PUC Minas**. 2006.Disponível em [http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC\\_DSC\\_NOME\\_ARQUI20131203153859.pdf](http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20131203153859.pdf). Acesso em 05 abr. 2024.



# **OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - ODS NO COTIDIANO: IMPACTO DE UMA OFICINA SOBRE O TEMA NA PERCEPÇÃO DOS IDOSOS<sup>1</sup>**

**Vitoria Regina Assis Reis**  
**Layla Caroline de Carvalho**  
**Gabriela Barbalho Braga**  
**Evanirso da Silva Aquino**

## **RESUMO**

No ano de 2024 o Projeto de Extensão XXX Mais Idade vem com uma proposta de trabalhar a saúde única e sustentabilidade com os beneficiários. Dessa forma o objetivo deste trabalho é avaliar o nível de compreensão dos idosos em relação aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), identificando quais foram os itens mais assimilados durante a oficina e quais são percebidos como parte integrante de seu cotidiano. Foi elaborada uma oficina Introdutória sobre os ODS. Os extensionistas elaboraram um questionário que continha as seguintes perguntas: 1- Quais dos itens abaixo são Objetivos do Desenvolvimento Sustentável? 2- Em uma escala de 0 (zero) a 5 (cinco) o quanto você considera que sua rotina é sustentável? 3- Explique como você é sustentável no seu dia a dia. Uma vez que foi feita a coleta das respostas, após a intervenção da oficina. Os resultados revelaram que os idosos assimilaram os objetivos apresentados e se consideram sustentáveis em seu cotidiano. Eles adotam práticas que promovem principalmente o consumo sustentável, bem-estar e saúde. Os idosos demonstraram ser agentes fundamentais para promover a conservação de recursos naturais, reduzir resíduos, diminuir o impacto ambiental associado à produção de alimentos de forma sustentável e fomentar hábitos de vida saudáveis; contribuindo para a proteção do meio ambiente e promoção de hábitos de vida saudáveis. Conclui-se, portanto, que os idosos assimilaram uma variedade de objetivos dos ODS e se percebem como agentes ativos na promoção da sustentabilidade em suas rotinas.

**Palavras-chave:** sustentabilidade; idosos; objetivos; desenvolvimento sustentável.

## **SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS (SDGS) IN THE DAILY LIVES OF THE ELDERLY: IMPACT OF A WORKSHOP ON THE THEME ON THE PERCEPTION OF THE ELDERLY**

### **ABSTRACT**

In 2024, the XXX Mais Idade Extension Project comes with a proposal to work on unique health and sustainability with beneficiaries. Therefore, the objective of this work is to evaluate the level of understanding of the elderly in relation to the Sustainable Development Goals (SDGs), identifying which items were most assimilated during workshop and which are perceived as an integral part of their daily lives. An Introductory workshop on the SDGs was prepared. The extensionists prepared a questionnaire that contained the following questions: 1- Which of the items below are Sustainable Development Goals? 2- On a scale from 0 (zero) to 5 (five), how sustainable do you consider your routine to be? 3- Explain how you are sustainable in your daily life. Once the responses were collected, after the workshop intervention. The results revealed that the elderly assimilated the objectives presented and consider themselves sustainable in their

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

daily lives. They adopt practices that mainly promote sustainable consumption, well-being and health. Elderly people have proven to be fundamental agents in promoting the conservation of natural resources, reducing waste, reducing the environmental impact associated with sustainable food production and promoting healthy lifestyle habits; contributing to the protection of the environment and promotion of healthy lifestyle habits. It is concluded, therefore, that elderly people have assimilated a variety of SDG objectives and perceive themselves as active agents in promoting sustainability in their routines.

**Keywords:** sustainability; elderly; goals; development sustainable.

## **INTRODUÇÃO**

Em 2015, foi criada a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável adotada por 193 Estados-membros da ONU. Essa agenda se caracteriza por um plano de ação global integrado e inter-relacionado que incorpora as esferas ambientais, econômicas e sociais do desenvolvimento sustentável. Dentro deste plano se encontram os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que são compostos por 17 objetivos para erradicar a pobreza e promover vida digna a serem alcançados até 2030 (Cruz; Nóbrega; Monteiro; Pereira, 2022).

Nesse cenário as Universidades se mostram como uma figura relevante e podem desempenhar um papel significativo na implementação das ODS, através dos pilares da formação acadêmica representados pelo ensino, pesquisa e extensão. Nesse contexto, o Projeto de Extensão XXX Mais Idade - Sustentabilidade e Saúde Única que tem como objetivo promover um envelhecimento ativo; traz o diálogo sobre as ODS como eixo norteador das ações de sustentabilidade e promoção da saúde para a pessoa idosa. O intuito do projeto nesse momento é munir os idosos de conhecimentos a esse respeito e construir juntos estratégias de desenvolvimento sustentável acessíveis para que eles possam realizar no dia a dia.

Portanto, o projeto propôs abordar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável com os idosos participantes e promover uma transmissão de conhecimento multidisciplinar e construída em conjunto jovens-idosos. Esse artigo traz os resultados de uma ação realizada no intuito revelar quais aspectos das ODS são percebidos pelos idosos no meio em que vivem e quais dos objetivos eles implementam em suas rotinas.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A Responsabilidade Social Universitária (RSU) apresenta-se como uma ponte entre dois mundos: o primeiro sendo a Universidade e os seus elementos e o segundo a sociedade com todas as suas nuances (Wagenberg, 2006 *apud* Gomes, 2013). Por conseguinte, para que os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável sejam cumpridos é necessário que haja mobilização coletiva e

participação ativa dos entes federados, da sociedade civil, do setor privados e das instituições de ensino (Cruz; Nóbrega; Monteiro; Pereira, 2022). Posto isso, é passível de destaque que a extensão universitária cumpre bem esse papel, sendo uma das principais formas de conexão entre universidade e sociedade.

Continuando, no mundo contemporâneo, ocorreu um aumento da expectativa de vida, o Censo de 2022 mostra que no Brasil há 32.113.490 de pessoas com 60 anos ou mais (IBGE,2023). O envelhecimento é um processo natural da vida marcado por incontáveis mudanças biopsicossociais (Ávila; Guerra; Meneses, 2001 *apud* Ferreira *et al.*, 2010). A promoção de um envelhecimento ativo apresenta muitos desafios para nossa sociedade. Esse envelhecer consiste em um processo de melhoria das oportunidades de saúde que tem como objetivo aumentar a expectativa e qualidade de vida dos idosos, inclusive daqueles que são frágeis e demandam cuidados (Organização Mundial da Saúde, 2005).

Atualmente, o processo de envelhecimento continua sendo visto sob a forma de perdas e isso contribui para que a capacidade que as pessoas idosas possuem permaneçam desconhecidas para aqueles mais jovens (Ferreira *et al.*, 2010). Esse pensamento contemporâneo contradiz a antiguidade onde sabedoria e velhice eram sinônimas, não à toa, no chinês antigo, o mesmo termo era utilizado para definir o velho e o sábio (Paula, 2016).

Para quebrar esse paradigma e possibilitar a atuação do idoso na sociedade, assim como na contribuição do cumprimento dos ODS, é necessária uma mudança de atitude. Acessibilizar a educação para a velhice em diversos espaços e a promover encontros intergeracionais como ambientes de trocas é uma meta a ser alcançada. Por isso, trabalhar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável com os idosos é uma forma de muní-los com informações e conhecimentos que eles podem replicar no seu dia a dia; é acreditar em seu potencial ativo na sociedade para ajudar a tornar o mundo mais sustentável. Pois, as experiências de vida dos idosos podem contribuir para a formação de uma consciência crítica sobre o presente, transformando-os em autoridades para a transmissão de erros e acertos (Ferreira *et al.*, 2010).

## **METODOLOGIA**

Trata-se de um estudo descritivo qualitativo narrativo sobre as estratégias elaboradas nas oficinas, de modo expositivo geral, para todos os participantes e por meio de uma abordagem personalizada, visando assegurar informação acerca da sustentabilidade na vida moderna no dia a dia dos idosos.

Dessa forma o objetivo deste trabalho foi descrever os métodos utilizados para integrar os conceitos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na rotina dos idosos de modo acessível e prático. Deste modo, foi elaborada, primeiramente, uma oficina com finalidade de reconhecimento e explicação dos ODS correlacionando com atividades interativas para a fixação do conteúdo. Etapas da oficina:

A oficina foi idealizada pelos extensionistas do projeto intercalando a participação passiva (aula teórica lecionada pelos extensionistas) e participação ativa (gincana com participação dos idosos), para que o assunto fosse tratado de forma leve e dinâmica. Posto isto, a oficina do dia 13 de março começou com uma introdução sobre o tema dos ODS de modo geral, sem apresentar nesse primeiro momento os 17 objetivos. Com o intuito de intercalar dinâmica e explicação, após essa breve introdução, foi levantada a seguinte pergunta hipotética para os idosos: “Se eu fosse presidente, qual seria o decreto principal para atingir o Desenvolvimento Sustentável e construir um país melhor?”. O objetivo dessa dinâmica seria ajudar os idosos a pensar em formas de acabar com a pobreza, com a fome, promover a educação e proteger o meio ambiente, para que no país idealizado por eles, fosse garantido que as pessoas pudessem desfrutar da paz e da prosperidade, alguns dos propósitos dos ODS.

Após essa dinâmica, foi explicitado em detalhes e exemplos os 17 ODS propostos pela ONU. Durante a explicação foi priorizada a interrupção em cada tópico para perguntar aos idosos o que eles faziam no seu cotidiano que os ajudava a atingir aquele objetivo. Foi incentivada, também, a conversa sobre como eles notavam que o governo brasileiro tem trabalhado, atualmente, para atingir esses objetivos. Na intenção de encorajar a participação de todos, foram distribuídas pontuações para cada fala que contemplasse o tema discutido, e no final quem mais interagiu e se atentou à exposição da aula foi premiado com um selo de aprovação simbólico.

Por fim, para munir os idosos com informações sobre o andamento e implementação dos ODS no mundo, foram levantados os seguintes questionamentos: “Quais países estão no top 3 em completar os ODS?”, “Qual a colocação do Brasil nesse ranking?” e “Quais desafios estão sendo alcançados e em qual velocidade?”. Uma vez colocado os palpites, os dados estatísticos para essas perguntas foram apresentados a eles e reflexões foram manifestadas acerca desses resultados.

**Imagem 1- Registros fotográficos da oficina; (a) Registro da idosa com maior número de comentários sobre os ODS; (b) Registro de extensionista começando a introdução da oficina; (c) Registro da idosa registrando os 17 ODS; (d) Registro da idosa no campus com o painel dos ODS; (e) Registro da discussão dos ODS; (f) Registro da participação da oficina do dia 13 de março.**



**Fonte: Acervo dos autores.**

No mês seguinte à realização da oficina introdutória sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), os extensionistas desenvolveram um questionário utilizando a plataforma *Google Forms*. O formulário consiste em duas perguntas de múltipla escolha e uma questão discursiva. O objetivo foi avaliar o nível de compreensão dos idosos em relação aos ODS, identificando quais foram mais assimilados durante a oficina e quais são percebidos como parte integrante de seu cotidiano.

Ao final da oficina dos dias 08 e 10 de abril, os extensionistas presentes circularam entre as mesas para coletar as respostas dos 16 idosos que participaram da oficina introdutória. O questionário aplicado possuía as seguintes perguntas:

**Quais dos itens abaixo são Objetivos do Desenvolvimento Sustentável?**

A primeira pergunta foi apresentada no formato de caixas de seleção, permitindo que o avaliado selecionasse quantas opções julgasse necessário. Foi incluído 17 opções, correspondendo a cada um dos objetivos do desenvolvimento sustentável. Os objetivos selecionados por mais de 75% dos idosos foram considerados objetivos mais assimilados pela maioria do grupo.

**Numere de 0 (zero) a 5 (cinco) o quanto você considera que sua rotina é sustentável?**

A segunda pergunta foi formulada no formato de múltipla escolha, restringindo o idoso a selecionar apenas uma opção. Foi oferecido 6 alternativas: 0 (nada sustentável), 1 (pouco sustentável), 2 (levemente sustentável), 3 (moderadamente sustentável), 4 (sustentável) e 5 (muito sustentável).

**Explique como você é sustentável no seu dia a dia.**

A terceira questão foi aberta e apresentada no formato de parágrafo, permitindo ao avaliado fornecer uma resposta discursiva mais extensa. Os alunos relacionaram as atividades cotidianas relatadas neste item com objetivos do desenvolvimento sustentável, visando compreender quais objetivos os idosos percebem que estão ativamente promovendo a mudança.

## **DISCUSSÃO E RESULTADOS**

A oficina introdutória sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) ocorreu em 13 de março, com a participação de 16 idosos, sendo 15 mulheres e um homem. A idade média dos participantes foi de 68 anos, variando entre 62 e 88 anos. O questionário foi administrado pelos extensionistas do projeto nos dias 8 e 10 de abril. Dos 16 participantes da oficina de março, apenas 13 estavam presentes quando o questionário foi aplicado, resultando em 13 respostas coletadas.

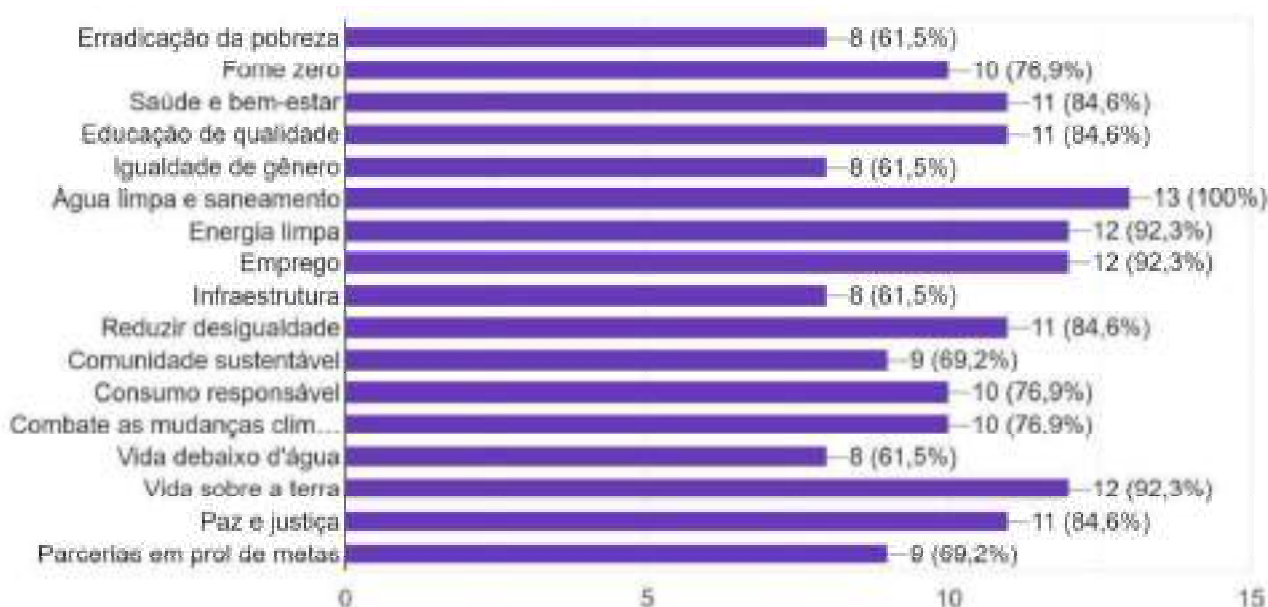
As informações derivadas das perguntas permitiram a identificação dos objetivos mais assimilados e uma melhor compreensão da perspectiva dos idosos sobre esses objetivos, bem como a visão sobre como eles se percebem nesse processo de mudança. Abaixo estão os resultados de cada pergunta:

**Quais dos itens abaixo são Objetivos do Desenvolvimento Sustentável?**

Os dados provenientes das respostas à primeira pergunta foram representados no Gráfico 01. Notavelmente, o objetivo referente à água limpa e saneamento foi selecionado por todos os participantes. Um total de 92,3% dos entrevistados assinalou emprego, energia limpa e vida sobre a terra. Observa-se que saúde/bem-estar, educação de qualidade, redução das desigualdades, paz e

justiça foram assimilados por 84,6% dos participantes. Por fim, consumo responsável, combate às mudanças climáticas e fome zero foram assinalados por 76,9% dos entrevistados.

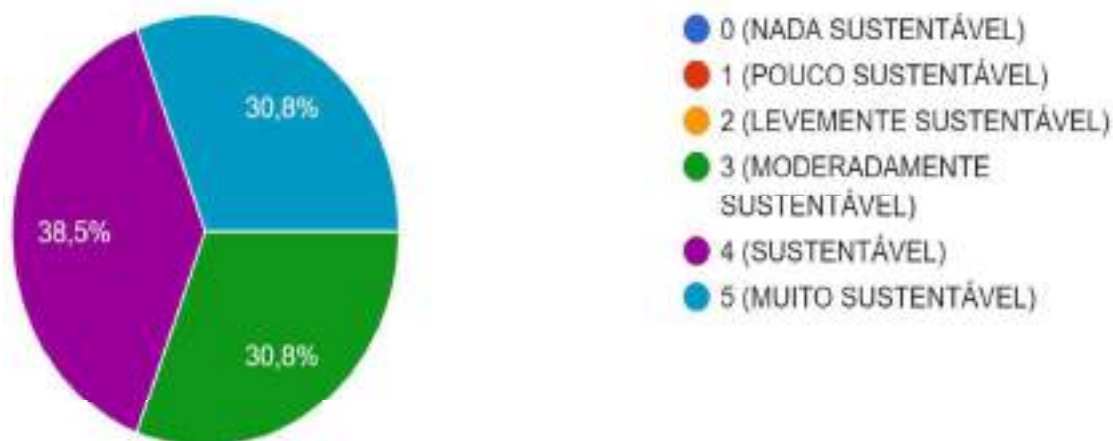
**Gráfico 01 - Respostas obtidas da primeira pergunta do questionário**



**Numere de 0 (zero) a 5 (cinco) o quanto você considera que sua rotina é sustentável?**

Os resultados da segunda pergunta podem ser visualizados no Gráfico 02. Observou-se que, em uma escala de 0 (nada sustentável) a 5 (muito sustentável), 30,8% da amostra avaliada se posicionou na categoria 3 (moderadamente sustentável), enquanto 38,5% se posicionou na categoria 4 (sustentável) e 30,8% se posicionou na categoria 5 (muito sustentável).

**Gráfico 02 - Respostas obtidas da segunda pergunta do questionário**



### **Explique como você é sustentável no seu dia a dia.**

As respostas à terceira pergunta evidenciaram que uma parcela significativa dos idosos contribui para o alcance do objetivo número 12 “Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis”. Isso foi evidenciado pelos relatos de práticas como a adoção da coleta seletiva, a separação de resíduos úmidos, a redução da produção de lixo, a reutilização de materiais recicláveis, a diminuição do consumo de água e energia elétrica em suas residências e a doação de roupas/ objetos não utilizados.

Alguns idosos relataram práticas sustentáveis relacionadas à alimentação, como o cultivo de verduras e legumes em casa, demonstrando um compromisso com a promoção de mudanças que visam o "Bem-estar e saúde", conforme o objetivo número 3, tanto para si mesmos quanto para suas famílias. Além disso, destaca-se que um idoso demonstrou contribuir para a "Educação de qualidade", conforme estipulado no objetivo número 4, ao relatar sua busca constante por informações sobre sustentabilidade e engajar-se em conversas com pessoas mais jovens, com o intuito de trocar conhecimentos sobre o assunto.

Com base nos resultados deste estudo, observou-se que os idosos que participaram da oficina introdutória sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) assimilaram uma variedade de objetivos e foram capazes de relacioná-los com suas atividades diárias. Além disso, percebe-se que o público-alvo da intervenção compreendeu seu papel fundamental na realização desses objetivos e se posicionou como agente ativo em sua implementação.

É importante destacar as limitações deste estudo. Trata-se de uma estratégia de educação em saúde com foco na sustentabilidade que foi avaliada através de uma investigação preliminar sobre o impacto da oficina de sustentabilidade na perspectiva dos idosos sobre os ODS na rotina dos participantes do projeto. Não avaliamos previamente os conhecimentos dos idosos sobre o tema proposto. Ademais, é importante mencionar que este estudo foi realizado com uma amostra reduzida,



sendo necessária cautela ao generalizar os resultados. No entanto, as ideias obtidas podem fornecer direcionamentos valiosos para pesquisas futuras.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Concluindo, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são metas criadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) para o ano de 2030, com o intuito de promover ações globais que tornem o desenvolvimento sustentável possível na sociedade atual, num esforço conjunto com instituições, empresas e sociedade civil. Dessa forma, a importância que além do governo, a sociedade civil desempenhe seu papel nessa mudança, dito isso, os idosos do projeto XXX Mais Idade Sustentabilidade e Saúde Única, desempenham um papel importante em promover uma transformação necessária, através da replicação dos conhecimentos assimilados nas oficinas para os familiares e amigos. Dessa forma a conscientização e a transformação dos hábitos podem influenciar e impulsionar atos de renovação nas pessoas do convívio.

Nesse contexto, as metodologias utilizadas neste relato, foram importantes para a introdução ao pensamento sustentável e a visão de uma possível ação dos idosos para uma sociedade mais igualitária, sustentável e eficiente. A oficina reforçou o pensamento sustentável e mudança cultural iminente.

Os resultados revelaram que os idosos assimilaram os objetivos apresentados e se consideram sustentáveis em seu cotidiano. Eles adotam práticas que promovem principalmente o consumo sustentável, bem-estar e saúde.

O consumo sustentável presente no cotidiano através da reciclagem, coleta seletiva e economia de recursos como água e energia é fundamental para conservar recursos naturais e reduzir resíduos, contribuindo para a proteção do meio ambiente. O consumo sustentável não só beneficia o meio ambiente, mas também estimula conexões sociais por meio de práticas como a doação de roupas e objetos, fortalecendo os laços comunitários.

Além disso, ao cultivar alimentos em casa, os idosos contribuem para a redução do impacto ambiental associado à produção de alimentos e fomentar hábitos de vida saudáveis. Essa iniciativa não apenas tem um impacto positivo no meio ambiente, mas também promove o bem-estar individual e comunitário.

Conclui-se que os idosos assimilaram uma variedade de objetivos dos ODS e se percebem como agentes ativos na promoção da sustentabilidade em suas rotinas.

## **REFERÊNCIAS**

BRITTO I. G. V. **Censo 2022: número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos.** Agência IBGE Notícias 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos#:~:text=Considerando%20a%20popula%C3%A7%C3%A3o%20de%20idosos,de%200%20a%2014%20anos>. Acesso em: 05 abril 2024.

CRUZ, D. K. A.; NÓBREGA, A. A.; MONTENEGRO, M. M. S.; PEREIRA, V. O. M. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as fontes de dados para o monitoramento das metas no Brasil. **Revista do SUS**, 2022.

FELIPE, A. A. C.; GOMES, J. F. Parceria entre ciência da informação e responsabilidade social universitária para fins de inclusão social. **Rev. digit. bibliotecon.cienc.inf.** Campinas, v. 12, n.3, p.147-163, jan.-abr. 2013.

FERREIRA, O. G. L. *et al.* Significados atribuídos ao envelhecimento: idoso, velho e idoso ativo. **Psico-USF**, v. 15, n. 3, p. 357–364, set. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusf/a/wgybOfONZhirkG63Kfh9mFw/#>. Acesso em: 11 abr. 2024.

PAULA, M. F. **Os idosos no nosso tempo e a impossibilidade de sabedoria no capitalismo atual.** Serviço social e Sociedade, n. 126, p. 262-280, maio 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/KpPCVCRHWMZYRRpR3f76bVq/#> Acesso em: 05 abr. 2024

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS) - **Envelhecimento Ativo: Uma política de Saúde.** Brasília: OMS, 2005.

**PALHAÇARIA HOSPITALAR PELA VISÃO DOS ALUNOS DO CURSO  
DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE XXXX BETIM:  
um relato de experiência reflexivo<sup>1</sup>**

**Lucas Oliveira Reis**

**Jacqueline do Carmo Reis**

**Maria Eduarda Gonçalves Melo**

**Marina de Almeida Coelho**

**Saemi Maria Dias do Carmo Arizono**

**RESUMO**

O projeto “PROJETO Dá Alegria” da Universidade XXXX utiliza a arte do Clown para humanizar o ambiente hospitalar. O estudo relata a experiência dos alunos do Curso de Medicina nesse projeto, destacando a importância da interação afetiva e lúdica no ambiente hospitalar, muitas vezes marcado pelo sofrimento e pela desumanização. Os projetos de extensão, como o “PROJETO Dá Alegria”, promovem essa interação, tornando o ambiente hospitalar menos hostil e promovendo o bem-estar dos pacientes, cuidadores e profissionais de saúde. A palhaçoterapia, embora com evidências científicas limitadas, demonstra resultados positivos, como melhor interação entre funcionários e pacientes, distração da rotina hospitalar e aumento da autonomia dos pacientes. As atividades como palhaços de hospital incluem canções, histórias infantis e interações com os pais, proporcionando momentos únicos e enriquecedores. A presença dos palhaços nos hospitais transforma o ambiente, promovendo um clima mais leve e descontraído. O projeto tem contribuído para ressignificar a formação dos alunos, promovendo a humanização no cuidado em saúde e impactando positivamente na interação entre pacientes, cuidadores e profissionais de saúde.

**Palavra-chave:** palhaço no hospital; palhaçoterapia; palhaços assistenciais.

**HOSPITAL CLOTHING THROUGH THE VIEW OF COURSE  
STUDENTS  
OF MEDICINE AT UNIVERSITY XXXX BETIM:  
a reflective experience report**

The “PROJETO Dá Alegria” project at University XXXX uses the art of the Clown to humanize the hospital environment. The article reports the experience of Health Sciences students in this project, highlighting the importance of affective and playful interaction in the hospital environment, often marked by suffering and dehumanization. Extension projects, such as “PROJETO Dá Alegria”, promote this interaction, making the hospital environment less hostile and promoting the well-being of patients, caregivers and healthcare professionals. Clown therapy, although with limited scientific evidence, demonstrates positive results, such as better interaction between staff and patients, distraction from hospital routine and increased patient autonomy. The activities of University XXXX medical students as Doctors of Joy include songs, children's stories and interactions with parents, providing unique and enriching moments. The presence of clowns in hospitals transforms the environment, promoting a lighter and more relaxed atmosphere. The project has contributed to giving new meaning to students' training, promoting humanization in health care and positively impacting the interaction between patients, caregivers and health professionals.

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

**Keywords:** clowns in hospitals; clown therapy; assistants clowns.

## INTRODUÇÃO

O projeto “PROJETO Dá Alegria” é um projeto de extensão, que conta com alunos dos cursos de Ciências da Saúde (Biomedicina, Enfermagem, Fisioterapia, Medicina e Psicologia) e visa à humanização na saúde por meio de intervenções que utilizam a arte do Clown no ambiente hospitalar e da sua interação com os usuários, os acompanhantes e os profissionais dos serviços de saúde.

Comumente, o ambiente hospitalar carrega um estigma de sofrimento, visto que o adoecimento é seu principal motivo de procura. A experiência de uma internação destitui os usuários de seus papéis sociais, além de colocá-los em uma posição de dependência limitada em relação ao espaço e à rotina (Takahagui *et al.*, 2014).

Bem como o processo de percepção da internação dos pacientes segue um modelo que induz aos estigmas negativos em relação ao hospital e sua passagem pelo local, a formação profissional daqueles que trabalham no hospital, por vezes, prioriza o modelo biomédico - com foco no adoecimento e na leitura de valores laboratoriais - que contribui para a desumanização na relação profissional-paciente (Takahagui *et al.*, 2014).

O bem-estar proposto por projetos como o Projeto Dá Alegria, que visam o compartilhamento de experiências no campo da saúde, potencializa as virtudes humanas e, de forma gradual, supera o modelo assistencial biomédico (Matraca; Wimmer; Jorge, 2011). A palhaçoterapia supera barreiras e estimula a capacidade de reflexão, embora ainda haja uma produção científica pequena e que, na maioria das vezes, contempla apenas a atuação do palhaço em hospitais infantis (Matraca; Wimmer; Jorge, 2011), (Takahagui *et al.*, 2014).

Embora subjetivos, os resultados obtidos pela palhaçoterapia incluem melhor interação entre os binômios funcionário-usuário e usuário-usuário e distração da rotina hospitalar, alegrando o ambiente e quebrando a rotina formal do hospital, não apenas pela entrada do palhaço no serviço, mas pela atuação com os que se mostram disponíveis e pela possibilidade de recusa do usuário, o que aumenta sua autonomia. O uso do lúdico é uma ferramenta para promover a afetividade e tornar o momento de estadia no hospital mais feliz.

Assim, este estudo tem como objetivo relatar a experiência de como o projeto de extensão “PROJETO Dá Alegria” tem ressignificado a formação dos discentes dos cursos de saúde da Universidade XXXXX e sua percepção sobre o cuidado humanizado, bem como contribuir com a produção acadêmica sobre a arte do Clown e os benefícios trazidos ao paciente e ao ambiente hospitalar por meio dessas intervenções.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A fim de elaborar uma fundamentação teórica, foram examinadas fontes de literatura científica e acadêmica sobre o tema palhaçaria hospitalar, humanização da saúde do paciente e impactos do projeto no processo de cuidado. Os materiais bibliográficos utilizados neste estudo foram escolhidos por meio de buscas de Scielo e PubMed, utilizando a expressão de busca: "palhaço nos hospitais", "palhaçoterapia" e "palhaços assistenciais". Ademais, os critérios para a seleção dos artigos utilizados como base são; Que tenham de ano publicação entre 2001 e 2023. A análise desses estudos permitiu o entendimento da figura do palhaço no hospital e sua prática.

A figura do palhaço no hospital surgiu pela primeira vez nos Estados Unidos, em 1986, em uma ala cardiológica pediátrica, com Michael Christensen e suas paródias sobre a rotina dos médicos (Takahagui *et al.*, 2014). A palavra "palhaço" tem raiz etimológica em paglia (palha), material usado no preenchimento de sua roupa, indumentária que faz dele um personagem cômico. Já a palavra clown tem origem inglesa e, embora se traduza por "palhaço", significa torpe, ingênuo e rude, um indivíduo desajeitado que fracassa e, por meio do fracasso, motiva o riso espontâneo e natural (Matraca; Wimmer; Jorge, 2011).

O *Clown* joga com as ações e objetos do cotidiano, utilizando humor para expor comportamentos, pensamentos e interações que a sociedade julgaria inapropriados por beirar o ridículo e torná-lo não somente aceitável, como planejado. Para tanto, diversos processos são envolvidos. Para construir um *clown*, é necessário construir uma inteligência corporal que consiga "andar" pelas metamorfoses de um corpo, abrir-se aos estímulos externos sem responder mecanicamente, saltar da tristeza para alegria sem ser barrado pelos imprevistos, mas fazer deles ferramentas de jogo (Kasper, 2009). Nesse texto, embora seja utilizado o termo "palhaço" como hiperônimo, ressalta-se que o projeto Projeto Dá Alegria trabalha com a formação de *Clowns*.

No ambiente acadêmico, os projetos de extensão são utilizados para a construção de conhecimento primando pela interação da universidade com a sociedade, além disso, as atividades de extensão proporcionam um envolvimento afetivo dos discentes com os usuários que perpassa o conhecimento técnico e distante, facilitando o entendimento do que seria o cuidado integral em saúde (Leite *et al.*, 2014). Assim sendo, o Projeto Dá Alegria aproxima, de maneira lúdica e interativa, os discentes de seus campos de atuação profissional, tornando o

ambiente hospitalar menos hostil, promovendo o bem-estar e a melhor interação entre os usuários dos serviços e seus cuidadores, sejam profissionais ou acompanhantes.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de um relato de experiência a partir da atuação dos acadêmicos de Medicina da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como palhaços assistenciais no Hospital Público Regional de Betim (HPRE) através do projeto de extensão Projeto Dá Alegria. As experiências foram vivenciadas no segundo semestre de 2023, no período de 10 de agosto a 30 de novembro, durante as terças-feiras.

Os acadêmicos participaram de um curso de formação em palhaçaria, com o intuito de prepará-los para as visitas nas instituições parceiras. Esse curso abordou técnicas de improvisação, expressão corporal, comunicação não verbal e manejo de situações delicadas. Foram criados ambientes virtuais para divulgar as atividades de palhaçaria, visando alcançar o público-alvo e promover a saúde através do riso e da descontração. Regularmente, os participantes do projeto se reuniram com a coordenação e líderes do grupo para discutir estratégias, planejar atividades e compartilhar experiências. Além disso, os acadêmicos participaram de atividades e eventos científicos relacionados à área da saúde e da palhaçaria, buscando aprimorar seus conhecimentos e compartilhar experiências. Como parte das atividades do projeto, os participantes produziram material educativo lúdico em formato de cartilhas, visando informar e sensibilizar o público sobre a importância do riso e da alegria na promoção da saúde. Com isso, foi realizada uma reflexão sobre a importância das visitas dos palhaços doutores aos pacientes pediátricos e funcionários do hospital.

## **DISCUSSÃO**

A palhaçoterapia no Brasil iniciou-se em 1991, trazida de Nova Iorque por Wellington Nogueira que trabalhou na Clown Care Unit e aqui fundou os Doutores da Alegria, importante grupo que reúne centenas de palhaços atuantes em todo o país (Nogueira, 2006).

Nesse sentido, acredita-se que a presença dos profissionais de saúde atuando como palhaços nos centros hospitalares transforma o ambiente de trabalho para os profissionais de saúde (Masetti, 2001). Através da alegria e do humor, o palhaço cria um clima mais leve e descontraído, promovendo a coesão da equipe, a escuta ativa, a expressão de diferentes opiniões, a integração entre profissionais de diferentes áreas e o diálogo sobre questões

delicadas. Essa experiência contribui para um ambiente de trabalho mais saudável e acolhedor para todos, elevando o nível de cuidado e atenção aos pacientes.

Dessa forma, ao interagir com os pacientes pediátricos e funcionários do hospital, percebe-se o quanto aquele contato, por mais simples que seja, faz diferença. Essas pessoas frequentemente anseiam pela presença do palhaço doutor, especialmente quando estão enfrentando circunstâncias que afetam profundamente seu bem-estar emocional e psicológico.

Dentre as principais atividades lúdicas de se aproximar os pacientes pediátricos durante as visitas estão as canções para elevar o ânimo e criar uma atmosfera positiva. Desse modo, a criação de histórias infantis que estimulem a imaginação e ofereçam uma fuga temporária da realidade hospitalar. Além da utilização da bolsa de palhaço, que contém uma infinidade de objetos surpreendentes para o entretenimento, e realização de pequenas mágicas para instigar o espanto e o riso.

Em uma ala pediátrica, a ansiedade dos pais em relação à situação dos filhos podem estar altas. Desse modo, a presença do palhaço nesse contexto, vai além do entretenimento, tornando-se um aliado crucial na criação de um ambiente mais leve e positivo. Através da interação com os pais, o palhaço constrói uma relação de confiança e apoio, fundamental para o bem-estar da criança e de toda a família. Por outro lado, a intervenção do palhaço pode ser desafiadora, visto que os responsáveis podem não colaborar com o projeto.

A experiência no HPRB permitiu aos acadêmicos a oportunidade de vivenciar momentos únicos. A partir do momento em que colocavam os seus narizes vermelhos de palhaço, eles prontamente entravam em ação, envolvendo todos os profissionais que interagem com as brincadeiras.

É importante ressaltar que os estudantes enfrentaram desafios ao longo dessa jornada. Lidar com a reação de alguns pacientes que estavam demasiadamente debilitados ou desanimados foi um lembrete de que nem sempre conseguiriam alcançar a todos. Porém, mesmo diante desses momentos difíceis, aprendeu-se valorizar cada interação como uma oportunidade de fazer a diferença, mesmo que seja apenas por um breve instante.

A experiência dos acadêmicos na palhaçaria hospitalar foi profundamente enriquecedora e inspiradora. Ela reforçou a convicção de que a humanização do cuidado é tão importante quanto a excelência técnica na prática médica. Através da palhaçaria, podemos trazer luz e esperança aos corações dos pacientes, transformando o ambiente hospitalar em um lugar de cura não apenas física, mas também emocional e espiritual.

Portanto, a presença do palhaço promove uma melhora clínica significativa em diversos aspectos, como nutrição, aceitação de procedimentos médicos, aumento da atividade física e da

cooperação com os profissionais de saúde, além de reduzir o medo e a ansiedade das crianças frente ao tratamento em que estão sendo submetidas. Além de melhorar o convívio dos profissionais de saúde com as famílias, uma vez que se sentem mais seguras e confiantes no tratamento da criança, tornando-se mais colaborativas com a equipe médica (Brandão, 2008).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir das experiências no Hospital Público Regional de Betim como palhaços doutores, os estudantes puderam perceber que os pacientes pediátricos sofrem demasiadamente com a rotina hospitalar, que por vezes se torna exaustiva.

Sendo assim, ao promover a interação com esse público e os demais profissionais que trabalham nas unidades parceiras que os acolhem, com o nariz vermelho de palhaço, nota-se que o projeto contribui para o bem-estar dos pacientes pediátricos, cuidadores e profissionais de saúde. As atividades realizadas, como por exemplo o entoamento de canções, contar histórias infantis e as singelas interações com os pais durante as intervenções são momentos únicos e enriquecedores, tanto para quem é acolhido quanto para quem acolhe. Aqueles que recebem a intervenção conseguem, por um momento, desvencilhar a imagem do tratamento ao sofrimento e vincular com um momento feliz, mesmo que breve.



**Figura 1** - Visita de extensionistas no Hospital Público Regional de Betim.



**Fonte:** Autorial

**Figura 2** - Extensionistas preparados para visita.



**Fonte: Autoral**

## **REFERÊNCIAS**

BRANDÃO, Daniel. Avaliação do resultado do trabalho dos Doutores da Alegria em hospitais. *Doutores da Alegria*. 2008. Disponível em: <https://doutoresdaalegria.org.br/wp-content/uploads/>. Acesso em: 26 mar. 2024.

LEITE, Maria Francilene. Extensão Popular na formação profissional em saúde para o SUS: refletindo uma experiência. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação** [online]. 2014, v. 18, suppl 2, p. 1569-1578. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622013.04>>. ISSN 1807-5762. <https://doi.org/10.1590/1807-57622013.04>. Acesso em: 26 mar. 2024.

MARTINS, AKL; SILVA, RG; FERNANDES, CM; *et al.* **Repercussões da clownterapia no processo de hospitalização da criança.** *Rev pesquis cuid fundam* [periódico na Internet] 2016. Disponível em: <http://goo.gl/7sfGww>. Acesso em: 26 mar. 2024.

MASETTI, Morgana. **Boas misturas: possibilidades de modificações da prática do profissional de saúde a partir do contato com os Doutores da Alegria.** 2001.139f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Curso de Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

MATRACA, M. V.C.; WIMMER, G.; JORGE, T. C. A. de. Dialogia do riso: um novo conceito que introduz alegria para a promoção da saúde apoiando-se no diálogo, no riso, na alegria e na arte da palhaçaria. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n.10, p. 4127-4138, 2011. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n10/a18v16n10.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2024.

TAKAHAGUI, F. M. et al. **MadAlegria: estudantes de medicina atuando como doutores-palhaços: estratégia útil para humanização do ensino médico?** Revista Brasileira de Educação Médica, Rio de Janeiro, v. 38, n. 1, p. 120-126, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbem/v38n1/16.pdf>. Acesso em: 29 de Março de 2024.

# PERCEPÇÕES DOS ESTUDANTES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL<sup>1</sup>

**Maria Imaculada Ferreira Moreira Silva**

**Lidiani da Silva Mendonça**

**Vitória Vieira Choi**

**João Vitor Fonseca e Castro**

**Ludimila Lemes Moura**

**Teresa Cristina Alvisi**

**Maria Imaculada Ferreira Moreira Silva**

## RESUMO

A extensão universitária visa promover a interdisciplinaridade e a relação entre teoria e prática, bem como promover o intercâmbio entre a universidade e a comunidade, o que facilita o desenvolvimento acadêmico e pessoal de seus participantes. O objetivo desse estudo é relatar as percepções dos extensionistas participantes do projeto de extensão Acolher: uma visão humanizada do envelhecimento no desenvolvimento acadêmico e pessoal de futuros profissionais da saúde. Foi aplicado um questionário com onze perguntas com questões relacionadas as dificuldades e facilidades enfrentadas nas atividades, contribuições do projeto na vida acadêmica e pessoal e a importância de exercitar a extensão na vida acadêmica para os estudantes participantes. Responderam ao questionário 22 extensionistas dos cursos de Fisioterapia, Odontologia e Psicologia. A principal dificuldade relatada pelos estudantes foi elaborar atividades para um grupo heterogêneo de pessoas, a contribuição do projeto para o desenvolvimento acadêmico e pessoal foi poder desenvolver e realizar as atividades propostas no projeto, prática do ensino, ser menos tímido e conseguir falar em público, ter mais iniciativa, criatividade e segurança. Os estudantes puderam associar a teoria à prática, permitindo experiências além da sala de aula visando à interdisciplinaridade e o contato direto com a comunidade buscando atender as necessidades desse público, ampliando os conhecimentos, trocando experiências e favorecendo a consolidação da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

**Palavras-Chave:** interdisciplinaridade; extensão comunitária; formação acadêmica.

## STUDENT PERCEPTIONS ABOUT THE IMPORTANCE OF UNIVERSITY EXTENSION FOR PROFESSIONAL TRAINING

### ABSTRACT

The university extension aims to promote interdisciplinarity and relationship between theory and practice, as well as promoting exchange between the university and the community, which facilitates the academic and personal development of its participants. The objective of this study is to report the perceptions of the extension students project 'Acolher : a humanized vision of aging' in academic and personal development of future health professionals. A questionnaire with eleven questions was applied with questions related to the difficulties and facilities faced in the activities, contributions of the project to academic and personal life and the importance of exercising extension in academic life for the participating students. 22 extensionists from Physiotherapy, Dentistry and Psychology courses answered the questionnaire. The main difficulty reported by the students was developing activities for a heterogeneous group of people. The project's contribution to academic and personal development was being able to develop and carry out the activities proposed, teaching practice, being less shy and being able to speak in public, have more initiative, creativity and security. Students were able to associate theory with practice,

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

allowing experiences beyond the classroom aimed at interdisciplinarity and direct contact with the community seeking to meet the needs of this public, expanding knowledge, exchanging experiences and favoring the consolidation of the inseparability between teaching, research and extension.

**Keywords:** interdisciplinarity; community extension; academic education

## INTRODUÇÃO

A extensão universitária é uma ação integrante no processo formativo acadêmico, ocorre por meio de vivências que provocam trocas e relações numa realidade social. É espaço de reflexão crítica para repensar ações acadêmicas ante as demandas da sociedade e a formação de futuros profissionais transformadores sociais. A concepção de extensão como prática acadêmica que interliga a universidade, nas suas atividades de ensino e de pesquisa, com as demandas da maioria da população. É uma prática que possibilita a formação do profissional cidadão e se credencia, junto à sociedade, como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes. Na formação do profissional é imprescindível a interação do estudante com a sociedade para situá-lo historicamente, identificá-lo culturalmente e referenciar sua formação técnica à realidade. (Plano Nacional de Extensão, 2001).

De acordo com Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2022-2026) da Universidade XXXXX, a graduação, nas dimensões ensino, pesquisa e extensão, deve possibilitar ao aluno o domínio das competências e habilidades previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

“O propósito é que o egresso da Universidade esteja apto a exercer as competências requeridas pelo mundo do trabalho e da vida acadêmica, adicionadas às capacidades de inovar continuamente e de situar-se, responsabilmente, na vida em sociedade. O desenvolvimento dessas competências e habilidades tem na interdisciplinaridade um princípio fundamental e mais responsivo aos complexos desafios do mundo atual. É uma estratégia de maior consistência teórica e operacional, que promove a integração e convergência de instrumentos e metodologias, revertendo a tendência à fragmentação do conhecimento da realidade. Não nega o valor do olhar disciplinar, mas concilia as competências específicas das diferentes áreas de conhecimento, com as competências colaborativas e comuns ao profissional do século XXI. Por envolver o trabalho coletivo e diferentes saberes, encontram na articulação pesquisa-extensão campo fértil e profícuo para a realização dessa estratégia.”

Levando em consideração o papel social das universidades e dos cursos da área da saúde junto à comunidade os projetos de extensão possibilitam aos estudantes a oportunidade de implementar atividades que promovam mudanças sociais importantes, a partir do conhecimento teórico-prático adquirido ao longo da graduação, ao mesmo tempo, essa prática surge como meio de interação entre alunos, professores e comunidade, favorecendo o desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes (Política Nacional de Extensão Universitária, 2012).

As ações de extensão podem contribuir para a formação de profissionais de saúde mais humanizados, críticos, reflexivos, capazes de interagir com a sociedade na busca por um convívio saudável entre as pessoas.

O objetivo desse estudo é relatar as percepções dos extensionistas participantes do projeto de extensão Acolher: uma visão humanizada do envelhecimento no desenvolvimento acadêmico e pessoal de futuros profissionais da saúde.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A Política de Extensão Universitária da Universidade XXXX (2006) busca articular ensino, pesquisa e extensão visando à inclusão social, a formação cidadã e humanista, o desenvolvimento integral do ser humano e busca viabilizar uma relação transformadora entre a universidade e a sociedade. É de fundamental importância criar ações que possam atender as demandas da população idosa seja ela institucionalizada, apresentando déficits cognitivos e motores ou não e buscando a manutenção ou a recuperação da autonomia e independência funcional, bem como possibilitar a participação da comunidade acadêmica em demandas sociais contribuindo para a transformação desses indivíduos.

A graduação, nas dimensões ensino, pesquisa e extensão, deve possibilitar ao aluno o domínio das competências e habilidades previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais. E, a extensão universitária, integrada ao ensino e à pesquisa é enfatizada como parte do fazer acadêmico e um dos lugares do exercício da função social das Instituições de Ensino Superior. Assim, uma ação pedagógica extensionista favorece a vocação técnico-científica, a vocação humanizadora e o compromisso social (Brasil, 2019; Santana *et al.*, 2021)

Dessa forma, a extensão universitária contribui para a formação profissional, pois, por meio das dificuldades encontradas, na vivência de situações reais, há necessidade de articular a teoria e a prática, trabalhar coletivamente incluindo pessoas e ideias, convivendo com pessoas de diferentes saberes e gerações, mas, com objetivos em comum, buscando construir uma sociedade democrática e inclusiva (Alves, 2004).

Os cursos da área da Saúde historicamente contribuem de maneira massiva com projetos de extensão em diversos seguimentos. A formação universitária deve estimular o desenvolvimento de competências relacionadas a resolução situações-problema que envolvam os mais diversos contextos com os quais os alunos e futuros profissionais terão que lidar futuramente. Neste sentido, a extensão contribui muito significativamente para o desenvolvimento de competências relacionadas a comunicação e interação com o público,

competências relacionadas ao desenvolvimento profissional, no cumprimento de horários, reuniões e atividades propostas ao longo do desenvolvimento de um projeto de extensão e, competências voltadas para a capacidade de administrar conflitos e analisar situações diversas no trato com o público e com a equipe de trabalho (Francisco; Cunha; Veiga, 2020; Santana *et al.*, 2021). Além disso, é importante ressaltar que é por meio das ações de extensão que o conhecimento adquirido e produzido na universidade chega até a comunidade de forma mais orgânica (Santana *et al.*, 2021).

Um estudo de Cardoso *et al.* (2015) que buscou levantar as contribuições de um projeto de extensão para a formação multiprofissional, os alunos participantes assinalaram alguns pontos relevantes a formação:

Algumas aprendizagens durante a permanência no projeto, conforme afirmado pela equipe, foram a interdisciplinaridade; a melhora no comportamento interprofissional; a interação com outras áreas de conhecimento; a educação popular; e, acima de tudo, a experiência que só pode ser percebida pelo contato com as famílias, proporcionado pela extensão (Cardoso *et al.*, 2015, p. 15).

Outro estudo buscou investigar a contribuição de um projeto de extensão para a formação discente, por meio de questionário direcionado a 43 estudantes envolvidos no projeto, realizado no interior da Bahia. A humanização é um dos pontos que, segundo os estudantes, é mais desenvolvido na formação profissional durante a participação em um projeto de extensão. Outro ponto bastante mencionado pelos estudantes foi conhecer a realidade brasileira, além do trabalho em equipe multiprofissional (Silva *et al.*, 2019).

A extensão contribui de maneira muito positiva, especialmente nos cursos da área da saúde, para a visualização pelos alunos, dos pacientes de maneira integral, com toda a complexidade de envolve o processo de saúde-doença (Pizzolatto; Dutra; Corralo, 2021). As DCNs do curso de Fisioterapia, Odontologia e Psicologia explicitam de maneira clara a importância do aproveitamento dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso em práticas como a extensão universitária.

O desenvolvimento de projetos de extensão com o público idoso especificamente, pode ser a ponte de construção e aprendizagem entre do público-alvo do projeto e os estudantes, quebrando barreiras, diminuindo o conflito de gerações e gerando empatia, como bem ressalta um relato de experiência de um projeto de extensão voltado para idosos:

[...] o trabalho em grupo com idosos é um excelente meio de realizar ações de educação em saúde e promoção da mesma para um determinado grupo, muitas vezes vulnerável, carente de intervenções produtivas, evidenciando-se, assim, a necessidade da contribuição de acadêmicos de múltiplos cursos de formação, como uma forma de incentivar os idosos à interação social e trazendo atividades lúdicas, visando a promover a saúde na velhice. Cada encontro constituiu um momento de lazer,

descontração e interação entre os idosos, o que colaborou para a melhoria de sua qualidade de vida [...] (Damasceno *et al.*, 2018, p. 329).

Um estudo de Santana et al. (2021) levantou por meio de revisão de literatura os principais desafios para o desenvolvimento de atividades extensionistas e apontou que a pouca adesão voluntária do discente aos projetos existentes ocorreu por falta de conhecimento, motivação em participar ou ainda em detrimento às atividades com remuneração como monitorias e bolsas de pesquisa (Santana *et al.*, 2024, p. 13). Nesse contexto investigar as percepções dos alunos sobre os projetos de extensão desenvolvidos, expõe de maneira sistemática as fragilidades que precisam ser aprimoradas durante o desenvolvimento desse tipo de ação, de maneira que se possa melhorar as propostas, delineamento e metodologias utilizadas, garantindo a adesão de cada vez maior estudantes.

## **METODOLOGIA**

Esse trabalho consiste em um relato de experiência, de abordagem crítico-reflexiva, desenvolvido a partir da descrição das vivências de um grupo de estudantes que participaram de um projeto de extensão, no primeiro semestre de 2023.

Acolher: visão humanizada do envelhecimento é um projeto desenvolvido junto a uma população definida, pessoas idosas e pessoas com deficiência intelectual em processo de envelhecimento, com caráter inclusivo, que visa unificar ações de pesquisa, extensão e ensino.

O referido projeto está vinculado ao curso de Fisioterapia e envolveu estudantes dos cursos de graduação em fisioterapia, psicologia e odontologia do *campus* de Poços de Caldas. Os estudantes extensionistas atuaram junto à população adulta com deficiência intelectual e idosa em três locais distintos, a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), Grupo de idosos da Unimed e uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) tendo como objetivo promover a qualidade de vida, promover a inclusão, possibilitar a troca de saberes e a convivência entre diferentes gerações, com o propósito de promover saúde, cuidados com o corpo e integração social.

As atividades do projeto junto ao público-alvo seguiram um cronograma previamente definido, com frequência semanal em cada local de prática. As ações foram discutidas e planejadas pelos estudantes e professores extensionistas dos cursos envolvidos (Fisioterapia, Psicologia e Odontologia) e envolveram: práticas corporais em grupo, rodas de conversa, oficinas e jogos, bem como orientações para cuidadores



As práticas corporais foram compostas por exercícios funcionais visando ganho de força, flexibilidade e equilíbrio, também foram realizadas atividades lúdicas associadas a estímulo cognitivo e dupla-tarefa além de exercícios de relaxamento associados à respiração,

Os extensionistas da odontologia também participaram dessas atividades, quinzenalmente, pois, tanto na APAE quanto na ILPI, haviam demandas específicas para serem trabalhadas com relação à saúde bucal.

As orientações junto a equipe de cuidadores envolveram as seguintes temáticas: posicionamento adequado dos adultos e idosos, orientação quanto à higiene bucal, higiene e acondicionamento de próteses dentárias.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

De acordo com Daltro e Faria (2019) um relato de experiência consiste em um tipo de estudo cujo objeto é a própria experiência descrita, a qual constitui uma fonte de sentidos e possibilidades passíveis de interpretações e análises dos sujeitos envolvidos.

O projeto Acolher: uma visão humanizada do envelhecimento, no primeiro semestre do ano de 2023, contou pela primeira vez, com a participação de três cursos de graduação da Universidade XXXX do *campus* de XXXXX, Fisioterapia, Odontologia e Psicologia.

A seguir serão descritas as percepções dos estudantes participantes do projeto de extensão que foram organizadas a partir das informações coletadas de um questionário estruturado de onze perguntas, com questões relacionadas as dificuldades e facilidades enfrentadas no planejamento e na execução das atividades, o significado e a importância de exercitar a extensão na vida acadêmica, esse questionário foi elaborado por Biondi e Alves (2011).

Todos os estudantes que participaram do projeto no primeiro semestre de 2023 responderam ao questionário totalizando 22 alunos extensionistas, sendo 90,9% do sexo feminino e 9,1% do sexo masculino. Do total de extensionistas, 50% eram do curso de Fisioterapia, 27,3% do curso de Odontologia e 22,7% do curso de Psicologia.

A faixa etária de 20 aos 24 anos de idade, representou 82% dos extensionistas e apenas 9% eram estudantes com idade entre 25 aos 30 anos. O percentual restante eram alunos com idades abaixo de 20 e acima de 45 anos.

Dos 22 alunos participantes, 21 consideram que essa vivência e os conhecimentos adquiridos durante o projeto poderão ser aplicados na prática profissional, a maioria desses

qualificou o projeto como excelente e o restante como ótimo, afirmando que recomendariam que outros estudantes participassem do projeto de extensão.

Todos os estudantes relataram que a participação permitiu estabelecer a relação entre o ensino e a extensão. Vale ressaltar que esse projeto significou a primeira experiência em um projeto de extensão para 17 estudantes (77%).

A temática do projeto ser voltada para idosos e adultos com deficiência intelectual, a busca por ampliar conhecimento e colocar os conhecimentos adquiridos em sala de aula em prática, apareceram para 77,3% dos estudantes extensionistas, como principais fatores que os motivaram a participar do projeto, porém ajudar e acolher o próximo também foram apontados como fatores motivacionais.

No contexto atual brasileiro, o envelhecimento torna-se um processo histórico costurado às desigualdades econômicas, raciais e de gênero. Há idosos que cuidam e que são cuidados, que dão suporte financeiro, que precisam de insumos para sua sobrevivência, que vivem sozinhos, vivem nas ruas, vivem em instituições de longa permanência. (Mazuchelli *et al*, 2021). No mundo mais envelhecido e com os novos desafios, torna-se essencial estudar este fenômeno na população com deficiência intelectual. Questões sobre o envelhecimento e a deficiência têm avançado no cenário nacional, e a reflexão sobre a temática faz-se urgente, figurando como um desafio para a sociedade.

A interação com os idosos, foi relatada por 27% dos extensionistas dos três cursos, como maior facilidade do projeto, 23% relatou a atividade em grupo e o mesmo percentual aponta a comunicação e o relacionamento entre os envolvidos como facilidades encontradas durante a execução do projeto.

A interação entre diferentes gerações estimula as funções cognitivas e psicossociais em idosos, além de reforçar seu senso de pertencimento e importância na comunidade, promove a inclusão e cooperação, sendo relevante, por priorizar o valor social da igualdade (UNESCO, 2002). Enquanto que para os jovens, além do aprendizado com pessoas mais experientes, essa convivência aumenta a sua resiliência, empatia, seus relacionamentos sociais e melhora sua percepção sobre o processo de envelhecimento. Portanto, esse tipo de convivência traz benefícios mútuos para as gerações envolvidas.

As práticas intergeracionais, como as que ocorreram no projeto de extensão, procuram unir pessoas com um propósito definido, por meio de atividades que sejam benéficas para ambos e que promovam um melhor entendimento e respeito entre gerações, pois, mais do que

juntar pessoas jovens e idosas, importa ver a comunidade como um contexto ampliado, onde interagem diferentes gerações (Pinto; Hatton-YEO; Marreel, 2009).

Os extensionistas durante o projeto enfrentaram algumas dificuldades, 22,7% relataram que a maior dificuldade foi em relação ao planejamento das atividades (considerando criação, execução de ações conjuntas com extensionistas de outros cursos e o tempo disponível para intervenção), 9% enfrentou dificuldade em adaptar as atividades para que todos os idosos e pessoas com deficiência intelectual fossem incluídas. Quase 14% dos extensionistas do curso de Odontologia, relataram dificuldade específica na atividade de higiene bucal junto as idosas. Outras dificuldades foram relatadas em menor percentual pelos extensionistas, e apenas 9% dos extensionistas, sendo esses do curso da Fisioterapia não apontaram nenhuma dificuldade com relação ao desenvolvimento do projeto.

A experiência vivenciada pelos estudantes em um projeto de extensão impulsiona o aprendizado e incentiva à busca de novas possibilidades. Para o desenvolvimento das ações do projeto os estudantes utilizaram conhecimentos de diferentes áreas buscando relacionar esses conceitos para elaborar atividades adequadas para a população idosa e adultos com deficiência intelectual. Neste processo de interação e elaboração a interdisciplinaridade ocorreu, essa experiência tornou a aprendizagem mais significativa. Além disso, os estudantes tiveram a oportunidade de intervir de forma positiva no sentido de orientar atividades visando promover uma melhora na qualidade de vida para esse público. Outro aspecto importante que deve ser destacado foi o desafio de propor atividades para idosos institucionalizados e pessoas com deficiência intelectual, que apresentam maior vulnerabilidade, sendo muitas vezes limitados fisicamente e com alterações cognitivas, diferindo sobremaneira do idoso não institucionalizado, o que proporcionou ao estudante a oportunidade de vivenciar demandas mais complexas, promovendo o desenvolvimento de práticas colaborativas junto aos demais membros da equipe de saúde das instituições parceiras.

Também é importante mencionar que todos os extensionistas conseguiram superar as dificuldades apontadas. A ajuda de outros extensionistas aparece como forma mais utilizada para superação das dificuldades sendo representada por 45% dos alunos, 14% relataram que além da ajuda de outros extensionistas também superaram com ajuda dos professores envolvidos, 23% conseguiu superar praticando as atividades propostas e 9% com observação e buscado conhecimento em paralelo.

Todos os extensionistas participantes apontaram que para o bom desempenho das práticas propostas pelo projeto é necessário: planejamento prévio das atividades,

comprometimento dos extensionistas envolvidos, e boa comunicação entre os membros da equipe.

De acordo com Biondi e Alves (2011), as dificuldades encontradas em um projeto de extensão impulsionam o aprendizado e incentivam à busca de novas possibilidades. Acreditamos que foi exatamente isso que ocorreu com esses estudantes, pois, tiveram a oportunidade de intervir de forma positiva no sentido de orientar atividades visando promover uma melhora na qualidade de vida dos idosos e adultos com deficiência intelectual.

Os extensionistas relataram que a participação no projeto proporcionou um melhor desenvolvimento acadêmico. Mais de 70% dos alunos mencionaram que tiveram a oportunidade de realizar atividades que não eram contempladas na grade curricular curso, bem como, colocaram em prática atividades aprendidas em disciplinas em sala de aula e essa experiência foi importante para formação profissional. Além disso, ter mais segurança e iniciativa, foram relatadas como competências pessoais desenvolvidas devido a participação no projeto, de acordo com 64% dos estudantes extensionistas, outras competências pessoais citadas foram ser mais comunicativo, vencer a timidez, falar em público, trabalhar em equipe e ter mais criatividade.

De acordo com a Política Nacional de Extensão Universitária (2012):

“ as atividades de Extensão Universitária constituem aportes decisivos à formação do estudante, seja pela ampliação do universo de referência que ensejam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas que possibilitam. Esses resultados permitem o enriquecimento da experiência discente em termos teóricos e metodológicos.”

Os resultados levantados pelo questionário aplicado demonstraram que os estudantes participantes do projeto Acolher uma visão humanizada do envelhecimento reconhecem a importância da prática extensionista e o desenvolvimento de competências importantes para a formação profissional.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De acordo com as percepções relatadas pelos extensionistas do projeto de extensão Acolher: uma visão humanizada do envelhecimento, o projeto contribuiu para uma formação profissional mais completa dos estudantes de fisioterapia, psicologia e odontologia favoreceu o desenvolvimento acadêmico e pessoal, promoveu a intervenção social na tentativa de compreender os problemas que afetam a sociedade e a busca por transformações.

## REFERÊNCIAS

ALVES, T. S. Extensão universitária e formação profissional ampliada. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, n.3, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES nº 334/2019 de 8 de maio de 2019. **Orientação às Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos Superiores**. Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Superior, Brasília, 2019. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=119811-pces334-19&category\\_slug=agosto-2019-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=119811-pces334-19&category_slug=agosto-2019-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 14 de abr. de 2024.

CARDOSO, A. C. et al. O estímulo à prática da interdisciplinaridade e do multiprofissionalismo: a Extensão Universitária como uma estratégia para a educação interprofissional. **Revista da ABENO**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 12–19, 2015. Disponível em: <https://revabeno.emnuvens.com.br/revabeno/article/view/93>. Acesso em: 14 abr. 2024.

DAMASCENO, A. J. S. *et al.* A Extensão Universitária como estratégia para a Educação em Saúde com um grupo de idosos. **Revista Kairós-Gerontologia**, [S. l.], v. 21, n. 4, p. 317–333, 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/45194>. Acesso em: 14 abr. 2024.

FRANCISCO, T. H. A.; CUNHA, L. S.; VEIGA, I. M. B. Uma narrativa sobre a extensão universitária no contexto da quarta revolução industrial: as oportunidades para o desenvolvimento de competências socioemocionais. **Revista de Extensão da UNESC**, v. 5, n. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/revistaextensao/article/view/6335>. Acesso em: 13 do abr. de 2024

PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. **Fórum de Pró-Reitores de extensão das Universidades Públicas Brasileiras**. Ilhéus, 2001.

PIZZOLATTO, G.; DUTRA, M. J.; CORRALO, D. J. A extensão universitária na formação do cirurgião-dentista. **Revista da ABENO**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 974, 2021. Disponível em: <https://revabeno.emnuvens.com.br/revabeno/article/view/974>. Acesso em: 14 abr. 2024.

POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. Fórum de Pró-Reitores de extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Amazonas, 2012.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS: **Plano de Desenvolvimento Institucional 2022-2026**, Belo Horizonte, 2022.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS: **Política de Extensão Universitária da PUC Minas**, Belo Horizonte, 2006.

SANTANA, R. R. et al.. Extensão Universitária como Prática Educativa na Promoção da Saúde. **Educação & Realidade**, v. 46, n. 2, p. e98702, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/qX3KBJghtJpHQRdZzG4b8XB/?lang=pt#>. Acesso em: 14 de abr. de 2024.

SILVA, A. L. B.; SOUSA, S. C.; CHAVES, A. C. F.; SOUSA, S. G. C.; ROCHA FILHO, D. R. Importância da extensão universitária na formação profissional: Projeto Canudos. **Revista de Enfermagem UFPE on line**. v. 13, e242189, 2019. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/242189/33601>. Acesso em: 14 de abr. de 2024.

UNESCO. Aprender a viver juntos: educação para a integração da diversidade / tradução de José Ferreira – Brasília: UNESCO, IBE, SESI, UnB, 2002. 148p.

.

# **TEATRO COMO FORMA DE ENSINO SOBRE GUARDA RESPONSÁVEL PARA CRIANÇAS DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE BETIM<sup>1</sup>**

**Kalled Nasser Hachem  
Vitória Carolina Pinto Amaral  
Diogo Joffily**

## **RESUMO**

O abandono de cães e gatos está presente na realidade brasileira e é necessário que sejam difundidos conhecimentos e informações sobre as consequências desse problema. As universidades, com suas atividades de extensão, são uma forma de levar conhecimentos para a sociedade. Desta forma, este relato de experiência tem como objetivo apresentar a experiência de extensão universitária e educacional através do fazer teatral por parte dos alunos do grupo de estudos GEPEA (Grupo de Estudos de Pequenos Animais) da Universidade XXXXX, sede XXXX, como forma de ensino aos alunos da rede pública de educação. Essa atividade ocorreu nas escolas da região norte de Betim, visto que se trata de uma região satélite para abandono de animais de companhia e o tema abordado foi “Guarda Responsável”.

**Palavras-chave:** teatro; guarda responsável; crianças; grupo de estudos.

## **THEATER AS A FORM OF TEACHING RESPONSIBLE GUARDIANSHIP FOR CHILDREN IN PUBLIC SCHOOLS IN BETIM**

### **ABSTRACT**

The abandonment of dogs and cats is present in the Brazilian reality and it is necessary to disseminate knowledge and information about the consequences of this problem. Universities, with their extension activities, are a way of bringing knowledge to society. Thus, this experience report aims to present the experience of university and educational extension through theater by students from the GEPEA study group (Small Animal Studies Group) at the XXXXX University, XXXX headquarters, as a way of teaching students in the public education network. This activity took place in schools in the northern region of Betim, as it is a satellite region for the abandonment of pet animals and the theme covered was “Responsible Custody”.

**Keyword:** theater; responsible guard; children; study group.

## **INTRODUÇÃO**

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

A realidade de cães e gatos em situação de abandono é muito forte em todo o país, assim como a necessidade de expandir o conhecimento sobre guarda responsável e saúde pública para a população. O abandono de animais é crime e gera impactos negativos na vida dos animais e para a sociedade, como acidentes e disseminação de zoonoses. As principais causas de abandono tem relação com problemas comportamentais de cães e gatos, falta de espaço nas moradias, estilo de vida dos tutores, falta de informação sobre os deveres e responsabilidades envolvendo a tutela de um animal e seus custos. As universidades, através de programas de extensão, carregam a responsabilidade de promover a interação entre a comunidade e o meio acadêmico, difundindo conhecimentos importantes e de interesse social, incluindo a problemática que envolve os animais errantes. A aprendizagem deve ser estimulada desde o início da vida e durante a primeira infância a aprendizagem é influenciada pelo meio onde a criança se encontra e com o qual interage (Núcleo Científico Pela Infância, 2014). Sabe-se que atividades lúdicas como o teatro permitem aprimoramento do aprendizado, sendo uma forma alternativa e concreta de proporcionar educação infantil além de despertar interesse para o conhecimento (Santos; Santos, 2012). Assim, os alunos do Grupo de Estudos de Pequenos Animais da Universidade XXXXX - XXXX, juntamente com a SEPA (Superintendência de Proteção Animal), realizaram um projeto de extensão visando levar através do teatro conhecimentos e aprendizados importantes sobre animais errantes e guarda responsável para crianças das escolas públicas de Betim.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Estamos inseridos em uma sociedade que reproduz um modelo de transmissão de conhecimento, o qual as autoridades de ensino detém o conhecimento e o transmite de maneira unilateral, majoritariamente em sala, com o objetivo de que o aluno internalize os conteúdos através de repetições (Gonçalves *et al.*, 2020). Porém, uma educação voltada para o questionamento, transcende o método de repetição dos saberes e passa a ser uma forma de transmitir o conhecimento para a sociedade (Costa, 2012). À vista disso, a melhor forma de dar significado para o aprendizado é tornar palpável aquilo que se estuda, por exemplo, aumentando a interação entre o que se ensina e quem é ensinado, pois uma maior interação melhora cada vez mais a forma de aprender (Gonçalves *et al.*, 2020).

O fazer teatral é uma opção lúdica, a qual proporciona maior interação entre quem ensina e quem está sendo ensinado, assim a escola torna-se um espaço sujeito ao exercício das práticas cotidianas, levando toda a bagagem de rotinas de uma comunidade para um único local (Silva,



2021). Segundo Lyra (2015) o teatro é uma forma de enfrentar a dificuldade no processo de ensino e aprendizagem, sendo a interdisciplinaridade intrínseca à educação. É uma experiência artística, que permite a troca de experiência entre os alunos, o aprimoramento da percepção estética, a imaginação, intuição, memória, reflexão e emoção (Peixoto *et al.*, 2023). Voltar a prática pedagógica para a ludicidade é uma forma de mudar a didática rotineira em sala e utilizar o teatro como método pedagógico diversifica as ações em sala de aula, o que auxilia a despertar no aluno o interesse no tema abordado (Santos; Santos, 2012). Segundo Tabile e Jacometo (2017) o grau de aprendizado depende da motivação dos professores, ambiente escolar e dinâmicas em sala de aula, o que torna a transmissão de conhecimento através do fazer teatral ainda mais interessante.

Sabendo que a aprendizagem se inicia desde o início da vida e durante a primeira infância a aprendizagem é influenciada pelo meio onde a criança se encontra e com o qual interage (Núcleo Científico Pela Infância, 2014), o ensino infantil por meio de teatros é uma opção concreta e que deve ser utilizada. Dito isto entende-se a importância da escolha do teatro como forma educativa para as crianças participantes do projeto de extensão, sendo uma forma de levar conhecimento de maneira lúdica e aumentar o nível de aprendizado sobre o tema abordado.

Com relação à escolha do tema “Guarda Responsável”, este foi pensado devido a superpopulação de animais errantes ser uma preocupação para a saúde pública em vários países, estando relacionada a transmissão de zoonoses e acidentes como mordeduras. E para diminuir o número de animais que são abandonados é necessário que a população se conscientize sobre o que é guarda responsável, zoonoses e bem-estar animal (Araújo *et al.*, 2016).

Segundo Alves *et al.* (2013), as principais causas de abandono envolvem problemas comportamentais de cães e gatos, falta de espaço nas residências, estilo de vida dos tutores, falta de informações sobre as responsabilidades envolvendo a guarda de um animal e os custos gerados para mantê-lo. Pode-se dizer que guarda responsável é quando o tutor oferece tudo o que for necessário para suprir as necessidades físicas, ambientais e psicológicas do animal, assim como evitar que ele provoque acidentes, transmita doenças e provoque qualquer tipo de dano ao ambiente (Barwaldt *et al.*, 2019). A Organização Mundial de Saúde Animal orienta que para atingir o bem-estar do animal deve-se promover suas cinco liberdades: livre de fome, desnutrição e sede, livre de medo e angústia, livre de estresse térmico ou desconforto físico, livre de dor, lesões e doenças e livre para expressar padrões normais de comportamento de acordo com sua espécie. Percebe-se então que animais errantes e abandonados, ou aqueles que

não tem um tutor que exerce “guarda responsável” não podem ser classificados como animais com seu bem-estar garantido.

Esta atividade de extensão tem grande relevância para o grupo de estudos no contexto acadêmico, visando a tríade ensino-pesquisa-extensão. Atividades de extensão universitária são caracterizadas por serem um processo interdisciplinar, que articula a comunicação entre a universidade e a sociedade e desde a década de 60 buscam resolver diversos problemas da realidade econômica, política e cultural do país (Carbonari; Pereira, 2015 *apud* Pinheiro e Narciso, 2022). Além de terem grande importância para o desenvolvimento acadêmico e profissional dos alunos participantes, permitindo conhecer a comunidade em que estão inseridos, desenvolver habilidades de fala, comunicação, senso crítico e percepções de mudanças necessárias no meio em que estão inseridos.

Dito tudo isso, o relato de experiência dos alunos de medicina veterinária está baseado na atividade extensionista realizada na região de Betim com o objetivo de conscientizar jovens estudantes da comunidade sobre guarda responsável de animais domésticos através de apresentações teatrais.

## **METODOLOGIA**

É de conhecimento notório dos alunos de medicina veterinária que Betim tem um número muito grande de cães e gatos abandonados. Esses casos foram computados pela Superintendência de Proteção Animal (SEPA), a qual mapeou os locais mais intensivos da prática ilegal (Lei Federal 9.605/98). Sendo assim foi percebido que a região norte foi o local mais afetado por essa atividade. Com esses dados, foi feita uma reunião entre o grupo de estudos de pequenos animais (GEPEA) da Universidade XXXXX - XXXX juntamente com a SEPA para planejar e criar alternativas com o objetivo de conscientização sobre o problema dos animais errantes em Betim. Dentro do projeto criado pela SEPA, o grupo de estudos escolheu participar através do meio teatral, que foi considerado como o mais adaptável ao ensino infantil. Foram contempladas escolas e creches da rede pública de ensino da região Norte de Betim, sendo seis no total. Além disso, o GEPEA também produziu dois e-books correlacionados com o projeto, com os temas “Guarda responsável” e “Raiva”, que foram disponibilizados para ajudar no estudo dos professores das escolas participantes.

Os teatros foram realizados no fim do projeto, para alunos desde muito jovens até alunos do ensino fundamental, adaptando a linguagem e as expressões corporais para cada faixa etária. O cronograma seguido foi criado e planejado pela SEPA. Assim o teatro contava a história de

um de um cão chamado Pirata, que depois de alguns anos de vida foi abandonado por seu tutor e precisou enfrentar os desafios de um animal errante. O teatro foi narrado por um dos alunos, enquanto outro aluno fazia o papel de cão vestido com uma fantasia (Figura 1) e os outros integrantes atuavam como figurantes. A fantasia foi emprestada pela empresa Quatree, parceira do grupo de estudos em palestras e simpósios. Para que fosse uma surpresa para as crianças presentes, o aluno fantasiado ficava escondido até o início do teatro e somente aparecia depois de chamado pela narradora.

Durante a jornada do Pirata eram abordados temas como fome, sede, riscos de acidentes, violência e doenças. Para os alunos de idades mais avançadas o tema “zoonoses” também foi abordado, e a doença usada como exemplo foi a Raiva, que é o tema de um dos e-books produzidos pelo grupo de estudos. Ao longo da performance, a narradora fazia perguntas aos alunos, motivando sua atenção e participação. As perguntas eram simples, como “Quem já viu um cãozinho abandonado?” ou “Vocês sabiam que os animais também ficam doentes?”, para que todos pudessem contribuir para a melhor fluidez do teatro.

Além disso, o teatro possuía cenário, produzido pelos próprios alunos do grupo de estudos, que permitia dividir o local das apresentações em cenas. A primeira cena sempre era realizada em um ambiente mais restrito do local de apresentação, para representar que o animal vivia sem espaço e em más condições antes mesmo de ser abandonado. Para representar sua vida nas ruas, o cenário contava com sacos de lixo, poças de água e barulho de buzinas e carros. Desta forma era possível demonstrar a dificuldade e precariedade de alimentação e hidratação além dos riscos de atropelamento. Depois de adotado, a cena contava com uma casinha personalizada com o nome do animal e vasilhas de água e ração, representando a realidade na qual os cães devem viver para ter bem-estar e saúde. Por fim, a cena do médico veterinário contava com mesa, estetoscópio, jaleco, termômetro e seringa, simulando uma consulta ao veterinário e incentivando a vacinação.

O final do teatro consistia em relatar que o animal foi adotado, bem cuidado e levado ao veterinário, demonstrando a importância do profissional veterinário para a qualidade de vida dos animais e da sociedade.

Após o teatro eram feitas novas perguntas, relacionadas ao teatro e a história, para observar o quanto os alunos tinham prestado atenção e assimilado sobre o assunto. Em algumas escolas a quantidade de alunos era muito grande, então como forma de tornar a atividade de perguntas mais dinâmica e organizada o aluno vestido de cão escolhia os alunos que iriam responder as perguntas e para deixá-los mais animados abraçava e fazia brincadeiras com aqueles que iam até ele responder no microfone.

A produção dos e-books foi realizada pelos alunos do GEPEA, desde a parte teórica, até a arte, com o objetivo de criar um material de fácil compreensão e fluidez de leitura. A produção foi coordenada pelos professores responsáveis pelo grupo e supervisionados pela médica veterinária responsável pelo projeto da SEPA.

## **DISCUSSÃO E/OU RESULTADOS**

Os alunos das escolas participantes se mostraram efetivamente atentos a todos os momentos do teatro, de forma que era visível as expressões de insatisfação ao visualizarem as cenas de abandono e maus tratos ao cão teatral. Isso corrobora para o objetivo desse projeto extensionista, haja vista que a educação infantil modula a percepção da sociedade local, uma vez que eles como discentes e detentores de novos conhecimentos, podem contribuir com as futuras gerações.

Ao decorrer do teatro foram ouvidas expressões como “ Não faz isso!”, “Moça malvada!” e “Ele merece um lar”. Como identificado por Jaff (1986), o aprendizado ativo muda a percepção da área do conhecimento e é transformador, irreversível e integrativo. Ou seja, esse ensinar palpável e visível como é o do teatro tem função modificadora no meio acadêmico infantil.

O tema zoonose foi reforçado na peça teatral com a finalidade de mostrar os perigos que animais errantes podem ocasionar aos seres humanos. Os alunos não tinham conhecimento sobre essas doenças.

Ao final das atividades teatrais foi perguntado aos alunos sobre questões abordadas no teatro e muitos se lembraram inclusive do conceito de zoonose, o que mostra que o teatro foi uma forma efetiva de transmissão de conhecimento lúdico. Ao final das atividades os alunos foram orientados a fazerem desenhos (Figura 2 e 3) que demonstrassem o que haviam entendido da peça teatral e esses desenhos foram examinados pelos alunos do GEPEA junto aos responsáveis da SEPA.

Para os participantes desse projeto extensionista a comunicação infantil foi um desafio visto a falta de experiência em levar o meio acadêmico para a realidade infantil. Contudo, foi de extrema satisfação e concluído com êxito em razão de ter sido alcançado o objetivo de transmitir para o meio infantil a importância de se ter uma guarda responsável dos animais de companhia com a visão crítica de bem estar animal e evitar doenças zoonóticas.

**Figura 1 – Integrante do GEPEA fantasiado de cão.**



**Fonte: Acervo pessoal**

**Figura 2 – Desenho feito por uma das crianças após o teatro**



Fonte: Acervo pessoal

Figura 3 – Desenhos feitos pelas crianças após o teatro.



Fonte: Acervo pessoal

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho foi fundamental para o aprendizado infantil nas escolas da região Norte, de maneira que foi possível abordar temas presentes na sociedade local e que causam transtornos para o meio urbano, pensando em toda a problemática relacionada aos animais errantes. Os alunos da Universidade XXXXX tiveram total participação na execução das peças, montagem de cenário e na avaliação das crianças que participaram.

É importante estimular os discentes infantis a participarem de atividades lúdicas que também permitam o conhecimento de questões sociais e que possam ser aplicadas no seu cotidiano na comunidade. O projeto de extensão tem essa finalidade, a qual é levar o conhecimento acadêmico para diferentes áreas da sociedade, com a finalidade de tornar os indivíduos da comunidade e os universitários mais ativos socialmente.

A experiência com os teatros teve sucesso em passar as informações desejadas e a expectativa é que esse conhecimento se dissemine entre as famílias das crianças participantes. Espera-se por meio desse relato contribuir para que cada vez mais os projetos extensionistas de caráter infantil sejam realizados, visto que têm efeitos positivos na disseminação da informação e contribuem para o conhecimento das futuras gerações.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Ana Júlia Silva *et al.* Abandono de cães na América Latina: revisão de literatura. **Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP**, São Paulo, v. 11, p. 34-41, 2013.

ARAÚJO, Adriana Ribeiro de *et al.* **Bem Estar Animal, Guarda Responsável e Zoonoses: Uma abordagem para crianças/adolescentes e professores do ensino fundamental na educação em saúde pública.** Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, Ouro Preto, 2016.

BARWALDT, Eugênia Tavares *et al.* **Conscientização da Guarda Responsável de Animais de Estimação Para Crianças de Escolas Municipais de Educação Infantil e Fundamental do Município de Pelotas**, RS, Brasil. Congresso de Extensão e Cultura, Pelotas, ano VI, 2019. Disponível em: [https://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2019/XS\\_02956.pdf?ver=1568560737](https://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2019/XS_02956.pdf?ver=1568560737). Acesso em: 13 abr. 2024.

BRASIL. **Lei Federal N° 9.605**, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras

providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm). Acesso em: 13 abr. 2024

COMITÊ CIENTÍFICO NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA *et al.* **O Impacto do Desenvolvimento na Primeira Infância Sobre Aprendizagem**. Núcleo Ciência Pela Infância, São Paulo, 2014. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/crianca\\_feliz/Treinamento\\_Multiplicadores\\_Coordenadores/IMPACTO\\_DESENVOLVIMENTO\\_PRIMEIRA%20INFANCIA\\_SOBRE\\_APRENDIZAGEM.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/crianca_feliz/Treinamento_Multiplicadores_Coordenadores/IMPACTO_DESENVOLVIMENTO_PRIMEIRA%20INFANCIA_SOBRE_APRENDIZAGEM.pdf). Acesso em: 13 abr. 2024.

COSTA, Bruno Botelho *et al.* **Paulo Freire: educador- pensador da libertação**. Pró-Posições, [s. l.], 5 dez. 2012.

GONÇALVES, Fernanda Cristina Nanci Izidro *et al.* **Aprendizado ativo nas relações internacionais: um estudo empírico sobre o papel do lúdico no processo de aprendizagem**. OASIS, [s. l.], 10 dez. 2020.

LYRA, Glaciene Januario Hottis *et al.* O Teatro, a Aprendizagem e a Educação Infantil. *Revista Científica Semana Acadêmica*, Fortaleza, v. 1, 2015. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/o-teatro-aprendizagem-e-educacao-infantil>. Acesso em: 13 abr. 2024.

PEIXOTO, Cleibiane Susi; PEIXOTO, Cleiliane Sisi; LOUREIRO, Luciana Costa. Prática teatral para a educação das crianças – algumas contribuições pedagógicas. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, nº 34, 5 de setembro de 2023.

PINHEIRO, Jonison Vieira; NARCISO, Christian Silva. A Importância da Inserção de Atividades de Extensão Universitária para o Desenvolvimento Profissional. **Revista Extensão & Sociedade, Pelotas**, v. 14, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/extensaoesociedade/article/view/28993>. Acesso em: 13 abr. 2024.

SANTOS, Alinne Neyane dos; SANTOS, Alice Nayara dos. **O Teatro e Suas Contribuições Para Educação Infantil na Escola Pública**. Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino, Campinas, 2012.

SILVA, Renata Patrícia da *et al.* **O fazer teatral na educação infantil: percurso pelo norte tocantinense**. Ouvirouver, [s. l.], 7 mar. 2021.

TABILE, Ariete Fröhlich *et al.* Fatores influenciadores no processo de aprendizagem: um estudo de caso. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 34, p. 75-86, 2017.

WORLD ORGANISATION FOR ANIMAL HEALTH *et al.* **Bem Estar Animal**. In: Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Disponível em: <https://www.woah.org/en/what-we-do/animal-health-and-welfare/animal-welfare/>. Acesso em: 13 abr. 2024.



# **UNIVERSIDADE ABERTA: não é o projeto de extensão que deve escolher o beneficiário. É o beneficiário que deve escolher o projeto de extensão<sup>1</sup>**

**Patrick Lacerda Rodrigues**

**Aurora Costa Silva**

**Julia Pires Antonieto**

**Pedro Pires Peixoto**

**Rafael Chiari Cáspar**

## **RESUMO**

A presente pesquisa retrata a experiência do “Aprendendo Direito” durante os seus quase cinco anos de existência. O objetivo aqui é o de discutir erros e acertos no que concerne às ações extensionistas do projeto, sendo a definição (e redefinição) dos beneficiários o foco deste artigo. O Aprendendo Direito foi criado com a pretensão de aproximar a população em geral dos direitos e garantias previstos na legislação. A linguagem hermética com que as leis são criadas provocam distanciamento e desconhecimento, pelos seus destinatários, dos direitos ali assegurados. E a forma escolhida pelo projeto para cumprir o seu propósito foi com a criação de conteúdo em áudio (distribuído em diferentes emissoras de rádio e também em plataformas de streaming) que explicita os direitos e garantias previstos na legislação de maneira simples e acessível. Em pouco tempo, os extensionistas envolvidos notaram que os programas também aproximavam a população da própria universidade, permitindo que, a partir do contato feito pelos ouvintes, a equipe do projeto passasse a atuar em demandas jurídicas específicas, como aconteceu com os requerimentos previdenciários de mulheres grávidas residentes em zonas rurais. A experiência com o projeto fortalece a ideia de que o melhor jeito de se guiar uma ação extensionista é a partir do interesse dos próprios beneficiários, devendo a extensão universitária abandonar a pretensão de que, a priori, é capaz de definir quem mais precisa de suas ações e de seus projetos.

**Palavras-chave:** extensão universitária; curso de direito; definição de beneficiários; aproximação da universidade da comunidade.

**OPEN UNIVERSITY: it's not the extension project that should choose the beneficiary. It's the beneficiary who should choose the extension project**

## **ABSTRACT**

This research portrays the experience of "Learning Law" during its almost five years of existence. The objective here is to discuss successes and failures concerning the extension actions of the project, with the definition (and redefinition) of beneficiaries being the focus of this article. "Learning Law" was created with the intention of bringing the general population closer to the rights and guarantees provided by legislation. The hermetic language in which laws are created causes distance and lack of knowledge, by their recipients, of the rights

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

guaranteed therein. And the way chosen by the project to fulfill its purpose was through the creation of audio content (distributed on different radio stations and also on streaming platforms) that explains the rights and guarantees provided by legislation in a simple and accessible manner. In a short time, the students involved noticed that the programs also brought the population closer to the university itself, allowing the project team to act on specific legal demands, as happened with the pension requests of pregnant women living in rural areas. The experience with the project strengthens the idea that the best way to guide an extension action is based on the interest of the beneficiaries themselves, with university extension needing to abandon the pretense that it is capable of defining a priori who needs its actions and projects the most.

**Key-words:** university extension; law course; definition of beneficiaries; university-community engagement.

## INTRODUÇÃO

O ponto de partida de uma pesquisa ou de um projeto de extensão deve ser o mesmo, qual seja, perceber uma questão incômoda (ou injusta) que exige reflexão, mas, principalmente, mudança.

O Direito é uma ciência social aplicada e, como tal, somente atinge a sua máxima expressão se for aplicado e utilizado para melhorar a vida da sociedade.

Assim como o Direito, a extensão universitária demanda intervenção. Intervenção e interação com quem pode ser beneficiado com a ação extensionista.

Não obstante, definir os beneficiários de uma ação extensionista nem sempre é tarefa fácil.

A proposta deste artigo é compartilhar o percurso de projeto iniciado em 2020 e que segue evoluindo e se transformando sempre com o objetivo de definir (e de redefinir) os beneficiários que mais precisam da intervenção extensionista.

Por se tratar de projeto ligado ao curso de Direito, o ponto de partida do projeto é a divulgação de pontos pouco conhecidos dentro do ordenamento jurídico, a fim de que a população em geral possa “se equipar” da proteção criada pela lei.

Afinal de contas, a coisa mais triste dentro do Direito é perceber que a legislação é simbólica, ou seja, que é um escrito que não possui efeito prático qualquer. E que, em alguns casos, ela foi criada com esse propósito. Com o propósito “de não pegar”.

A linguagem rebuscada dentro do Direito é uma maneira de dificultar que a maior parte da população possa utilizar as leis em seu benefício.

Assim, o Aprendendo Direito tem como propósito aproximar as garantias e proteções existentes na legislação de quem mais precisa delas.

Nesse sentido, o Aprendendo Direito, quando divulga material em áudio para diversos tocadores (sejam as rádios parceiras ou o aplicativo de streaming chamado “Spotify”) faz isso como uma proposta. Como um convite.

Explica-se: não é o extensionista ou o coordenador do projeto que tem que querer mudar alguma coisa. É sim a pessoa inserida na situação entendida como precária ou vulnerável. A título de exemplo, cita-se o direito à moradia. Há, na lei, a previsão do direito à moradia. Igualmente, existem abrigos oferecidos pelo Poder Público para atender pessoas que não tem casa. Não obstante, caso o cidadão queria continuar vivendo em situação de rua não há o que fazer. Nesse sentido que o Aprendendo Direito, alertando sobre a existência de um direito específico e de alternativas, apenas faz um convite.

E embora o citado convite (ou proposta) não seja aceito por todos, haverá quem precisa da ajuda (e que quer a ajuda). Um dos objetivos do projeto é alcançar essas pessoas que querem.

Por conseguinte, os programas em áudio criados pelo projeto espalham conteúdo jurídico de forma acessível, pretendendo atingir pessoas que, por vezes, nem sabiam que a lei já prevê a ajuda que elas estavam buscando.

Além de distribuir e expandir o conhecimento sobre direitos e garantias previstos na legislação, o Aprendendo Direito ambiciona também divulgar serviços que podem ser prestados pela própria equipe extensionista, ou ainda pela universidade como um todo, sempre com o propósito de melhorar a vida das pessoas.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A educação superior no Brasil obedece ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, estabelecido na Constituição Federal, art. 207. (Brasil, 1988)

O ensino consiste na reprodução do conhecimento válido e já sedimentado, que tem lugar nas salas de aula e cujo objetivo é transmitir ao educando um arcabouço teórico sólido para situá-lo no campo do conhecimento que escolheu.

A pesquisa é a atividade de investigar para além do que já se sabe, procurar inovar de forma criativa, propor problemas e buscar soluções, apesar do risco de não encontrá-las, amparando-se no conhecimento já produzido e abalizado pela comunidade científica.

Já a extensão pode ser resumida na “[...] interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade.” (Resolução CNE/CES 7/2018)

De forma simplificada, a extensão universitária pode ser compreendida como a necessidade de levar o conhecimento produzido (seja com o ensino, seja com a pesquisa) para além dos muros da universidade. É um esforço necessário para que o conhecimento científico com todo o seu potencial de transformação deixe de ser apenas uma promessa, realizando o citado potencial em benefício de quem mais precisa.

Ensino e pesquisa são atividades intrinsecamente complementares e historicamente associadas. Na obra *Pedagogia da Autonomia*, Paulo Freire assim discorre sobre a relação entre pesquisa e ensino:

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram no corpo um do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago, pesquiso para constatar, constatando intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. (Freire, 1998, p. 29)

Tanto ensino como pesquisa são funções desenvolvidas quase exclusivamente dentro dos muros das universidades, em ambientes de abstração teórica nos quais se utiliza linguagem eminentemente técnica e científica. A forma tradicional de produzir e transmitir ciência conduz à elitização dessa atividade e impossibilita o intercâmbio entre a universidade e os demais setores da sociedade (impossibilita principalmente que o conhecimento científico alcance as camadas mais pobres).

Nesse sentido, a extensão cumpre o papel de estimular o acesso ao conhecimento produzido nas instituições de ensino superior, democratizando-o. A extensão deve ser capaz de levar os debates científicos para a população em geral, conformando os parâmetros teóricos e abstratos às expectativas, aos anseios e às necessidades da sociedade.

Ademais, a pesquisa realizada através da extensão, aproxima o pesquisador do seu objeto de estudo, tornando-a muito mais rica. Embora não se esteja a reduzir a importância de pesquisas exclusivamente teóricas, na opinião dos autores deste artigo, muito mais valiosa é a pesquisa que se presta ao papel de transformar (para melhor) a sociedade em que se situa.

Se antes pesquisa e ensino bastavam para guiar as atividades acadêmicas, felizmente, hoje o que se tem é a inclusão da extensão nessa relação, como terceiro elemento sem o qual o circuito da educação superior não se completa. Assim, pode-se dizer que

O conceito de indissociabilidade remete a algo que não existe sem a presença do outro, ou seja, o todo deixa de ser todo quando se dissocia. Alteram-se, portanto, os fundamentos do ensino, da pesquisa e da extensão, por isso trata-se de um princípio paradigmático e epistemologicamente complexo. (Tauchen, 2009, p. 93).

Pautado nesse entendimento é que surge o projeto de extensão Aprendendo Direito, com a missão de transpor o conhecimento jurídico para além do círculo restrito dos acadêmicos do curso de Direito, bem como estabelecer diálogo com pessoas provenientes dos mais diversos setores e camadas da sociedade.

O mote do projeto é efetivar o direito à informação de forma dialógica. Num primeiro momento, o projeto consiste em produzir arquivos de áudio a serem consumidos como programas de rádio ou *podcasts* versando sobre temas jurídicos. A escolha das emissoras de rádio parceiras que transmitem os episódios foi feita, considerando a região mais pobre do Estado de Minas Gerais, qual seja, o Alto do Jequitinhonha. É importante assinalar que, em sua origem, o projeto também nasceu no Alto do Jequitinhonha, uma vez que existe, na Universidade XXXXXX, unidade localizada no município de Serro/MG.

Acontece que apenas chegar até a população mais carente não é o bastante. O projeto sempre teve a intenção de utilizar as emissoras de rádio como canais de diálogo com os ouvintes, buscando sugestões de temas para programas futuros e abrindo a possibilidade que os ouvintes esclarecessem as suas dúvidas (inclusive com programas gravados ao vivo).

O projeto Aprendendo Direito se fundamenta em grande parte na busca pela efetivação do direito à informação como meio para despertar, no ouvinte, uma consciência cidadã, levando-o a enxergar a si mesmo como sujeito titular de direitos e também de deveres.

É essa ambição de ouvir os beneficiários que faz do Aprendendo Direito um projeto de extensão na essência da palavra, pois além de servir de instrumento para levar conhecimento para fora da universidade, o Aprendendo Direito também traz, para dentro dela, novas perspectivas, criando a possibilidade de troca entre os conhecimentos científicos produzidos intramuros e os conhecimentos produzidos além muros (que são igualmente valorosos).

O conceito desenvolvido para o projeto é de um programa de áudio que, independentemente da forma como seja veiculado, entregue informação a quem o escute, mas não para mera contemplação ou divertimento. A meta é sempre a de levar informação que amplie o horizonte do ouvinte e que tenha algum grau de utilidade prática em termos jurídicos. O que se busca de imediato é tornar conhecidos os direitos que as pessoas não sabem que possuem ou desconhecem os meios para efetivá-los.

Para demonstrar como esse processo se dá na prática cumpre relatar um caso específico envolvendo o projeto. Durante a pandemia da COVID-19, ocorreu a concessão dos

auxílios emergenciais pelo Governo Federal, e a equipe do Aprendendo Direito começou a observar o perfil das pessoas que mais tinham dificuldade para obter o auxílio na região onde se concentra a atuação do projeto. O elevado grau de dificuldade era devido à escassez de informação e à falta de assistência por parte do Governo no sentido de instruir a população a lidar com a burocracia exigida.

À época, notou-se também que profissionais da área do Direito se aproveitavam da situação em benefício próprio, cobrando honorários para realizar o procedimento administrativo que condicionava a percepção do benefício. Vale frisar que o auxílio-emergencial foi criado com o propósito de ajudar pessoas que estavam passando necessidade durante a pandemia de COVID-19, ou seja, os destinatários desse benefício eram pessoas realmente muito carentes.

Ao se deparar com esse quadro, o Aprendendo Direito, imbuído de sua principal função, que é promover o acesso à informação como forma de garantir à população a efetividade dos seus direitos, elaborou um informativo sobre o auxílio emergencial, abordando os principais pontos, quais sejam: do que se tratava o auxílio, quem poderia recebê-lo, como se habilitar e como ter acesso ao dinheiro concedido pelo Governo Federal. Também foi dada ênfase ao caráter gratuito do processo para requerer o auxílio-emergencial, além de ter sido divulgado, entre os ouvintes, que a Universidade XXXXXX *campus* XXXXXX o estava pronta para ajudar quem enfrentasse dificuldades na obtenção do auxílio.

É assim que o projeto atua, promovendo cidadania na forma de pequenas ações que mostrem para as pessoas que as leis e as instituições do Estado podem ser colocadas à disposição dos cidadãos. A palavra cidadania é plurissignificativa, de forma que seu significado só pode ser precisado com base na sua inserção em um dado contexto (Wittgenstein, 2014), que, nesse caso, seria o de possibilitar a fruição e o exercício dos direitos fundamentais estabelecidos no ordenamento jurídico pátrio.

Ao longo dos anos de sua execução, o projeto foi capaz de captar outras demandas sociais. E se transformou. Se antes a ideia era apenas a de transmitir conteúdo que pudesse “equipar” a população com os direitos definidos em lei. Mais tarde, o projeto começou a se valer do canal aberto de comunicação criado através das rádios para identificar demandas reais da sociedade que poderiam ser supridas pela atuação da própria equipe de extensão do projeto, ou pelos alunos da universidade matriculados em disciplinas extensionistas (curricularização da extensão universitária).

É correto afirmar que, enquanto antes os episódios do Aprendendo Direito assumiam caráter de protagonismo no projeto, hoje, esses episódios, embora sigam muito relevantes no

modo como o projeto se realiza, tornaram-se, em boa medida, meio para se atingir um fim maior, qual seja: providenciar ações transformadoras através do Direito com a participação dos beneficiários (que inclusive são quem escolhem as demandas) juntamente com os alunos e professores do curso de Direito da Universidade XXXXXX.

Por se tratar de projeto que se liga ao curso de Direito, trata-se de objetivo muito caro para a equipe do Aprendendo Direito tentar reduzir o abismo muitas vezes existente entre as promessas descritas na legislação e a realidade. É triste identificar que muitos direitos e garantias já previstas na lei não se concretizam. Em outros termos, a intenção é a de materializar o que está anunciado na legislação, reduzindo, assim, o seu caráter simbólico. (Neves, 2007, p. 31)

Dessa forma, os episódios do Aprendendo Direito se tornaram chamarizes de demandas sociais, permitindo que os extensionistas atuem em variadas frentes, conforme os interesses e necessidades dos ouvintes.

A lei segue sendo uma das balizes do projeto. Ocorre que, quem escolherá a iniciativa capaz de realizar um direito previsto na legislação (mas descumprido), não é o professor coordenador do projeto e muito menos os estudantes que do projeto participam. As violações a direitos que justificam ações em campo são inteiramente selecionadas pelo público que escuta o produto em áudio produzido semanalmente pela equipe do Aprendendo Direito, conforme será melhor explicitado adiante.

## **METODOLOGIA**

De plano, convém enfatizar que o projeto em destaque está vinculado ao curso de Direito. Assim, provavelmente influenciados pela formação que possuem, os extensionistas buscam usar o que existe na lei (direitos e garantias) para atingir a transformação social.

A metodologia adotada poderia ser resumida com a frase “agir sob demanda”, ou seja, embora o ponto de partida seja a lei (e os direitos previstos na legislação que possam estar sendo violados), os próprios beneficiários do projeto que definirão quais são as suas necessidades e os seus interesses para que, a partir daí, a equipe de extensionistas atue em campo.

Os episódios de rádio lançados semanalmente se prestam exatamente a captar quais são essas necessidades e esses interesses dos beneficiários, a fim de que, havendo viabilidade, a equipe de extensão vá a campo atuar.

Assim, conforme tratado anteriormente, no ano de 2020, quando o projeto foi criado, o lançamento de programa sobre o auxílio-emergencial em que foi noticiado que a Universidade XXXXXX atenderia pessoas que estivessem com dificuldades no requerimento desse benefício fez com que a extensão fosse procurada, tendo sido possível assegurar o pagamento a mais de quarenta pessoas.

Dessarte, embora tenham assumido um caráter mais instrumental, os episódios seguem sendo etapa importante para a execução do projeto e para a seleção das ações em campo.

Neste tópico, o objetivo principal é o de detalhar os tipos de programa que são criados semanalmente pelo Aprendendo Direito.

Sempre se busca, nos ouvintes, a inspiração para a criação dos episódios. Afinal estes são criados para eles. De acordo com os interesses e necessidades deles. Ainda assim, para a captação desse interesse, o projeto desenvolveu três modalidades de episódio, todas inspiradas no que se convencionou chamar, dentro do Direito, de acesso à justiça.

Para Maria Tereza Aina Sadek: “Acesso à justiça é um direito primordial. Sem ele nenhum dos demais direitos se realiza. Assim, qualquer ameaça ao acesso à justiça impõe sérios danos aos preceitos da igualdade e à prevalência da lei.” (Sadek, 2014, p. 57)

Para a referida autora, o acesso à justiça implica na possibilidade de que todos os cidadãos, sem distinção, tenham a possibilidade de recorrer à justiça, de modo que se alcance, consequentemente, uma sociedade mais igualitária e republicana. (Sadek, 2014)

Já segundo os autores William L.F. Felstiner, Richard L. Abel e Austin Sarat, a fim de que o cidadão alcance as portas oferecidas pelo Estado para a solução dos litígios, necessariamente, deverá ele percorrer caminho formado por três etapas, sendo elas: a etapa da nomeação; a etapa da responsabilização e a etapa da reivindicação:

O surgimento e a transformação de disputas, especialmente antes de entrarem nas instituições jurídicas formais, é um tópico negligenciado pela sociologia do direito. Fornecemos uma estrutura para estudar os processos pelos quais experiências prejudiciais não percebidas são ou não são percebidas (nomeação), tornam-se ou não reclamações (responsabilização) e, em última análise, disputas (reivindicações), bem como transformações subsequentes. (Felstiner, *et.al*, 1981, p. 631, tradução livre)

O Aprendendo Direito leva a sério tais “etapas de trajetória do conflito” (nomeação, responsabilização e reivindicação) e se inspira nelas para a criação dos episódios lançados semanalmente.



O termo “nomear” tem o sentido conhecer o direito violado. Se o cidadão nem sabe que o direito existe, ele não terá condições de cobrar pelo seu cumprimento. Dessarte, a nomeação se trata do primeiro passo para o acesso à justiça.

Assim, quando o Aprendendo Direito lança um programa sobre um direito específico, a exemplo do episódio sobre o FGTS (Podcast aprendendo direito, 2023), ou ainda o episódio sobre a usucapião (Podcast aprendendo direito, 2021), o objetivo é o de fazer com que a população em geral conheça os seus direitos, tornando-os mais palpáveis.

Os episódios em que a equipe do Aprendendo Direito explica um direito específico previsto na legislação se tratam do modelo mais tradicional de programa produzido.

Mais recentemente, há cerca de um ano, foram criados dois outros modelos (ou tipos) de programa que melhor se acomodam nas etapas do conflito chamadas de responsabilização e reivindicação.

Por responsabilização, entende-se a capacidade de o cidadão identificar a pessoa que ofendeu o seu direito.

Assim, uma vez conhecido o direito e percebida a sua lesão, dá-se início a um processo de transformação da disputa para a construção da reclamação, de modo que o indivíduo passa a atribuir a lesão do direito à falha de outrem (responsabilização do culpado pela lesão). (Felstiner, Abel, Sarat, 1980-1981, tradução livre)

A partir da identificação da lesão e da imputação da responsabilidade, os indivíduos se tornam capazes de verbalizar a reclamação, dirigindo-a aos órgãos incumbidos de efetivar a reparação ao direito que foi violado. Logo, a partir da nomeação e da imputação de culpa, o indivíduo se vê capaz de reclamar o seu direito perante o suposto ofensor, visando à reparação do dano sofrido: “A terceira transformação ocorre quando alguém com uma queixa a expressa para a pessoa ou entidade considerada responsável e pede algum remédio. Chamamos essa comunicação de reivindicação.” (Felstiner, Abel, Sarat, 1980-1981, p. 635, tradução livre)

Chama-se a atenção de que a trajetória do conflito é ordenada. Em primeiro lugar, é necessário que o titular conheça que o direito existe (etapa conhecida como “nomeação”). Somente a partir daí que o titular do direito violado terá condições de identificar a pessoa responsável pela lesão sofrida (etapa apelidada de “responsabilização” ou “culpabilização”). Por último, com a consciência de que o direito existe mas que foi violado por culpa de alguém, o seu titular será capaz de cobrar pelo cumprimento do direito violado ou, ao menos, será capaz de exigir a reparação pelo direito violado (etapa referida como “reivindicação”).

Com o propósito de divulgar possíveis responsáveis pela ofensa a direitos, bem como os modos oferecidos pelo Estado para exigí-los, o Aprendendo Direito criou o quadro “Histórias reais”.

Nesse quadro, a equipe do projeto conta uma situação real enviada pelos ouvintes por e-mail ou pelo aplicativo de conversas “WhatsApp”. O programa vai ao ar com algumas adaptações, sendo sempre alterado o nome dos envolvidos e a cidade onde o caso aconteceu, por exemplo, a fim de preservar a intimidade das partes.

Acredita-se que a situação experimentada por uma pessoa pode se repetir na vida de várias outras. E, talvez, ao escutar um caso que realmente aconteceu, o ouvinte que se identificar com a história perceberá a possibilidade de responsabilizar o seu agressor e ainda poderá criar coragem para reivindicar o seu direito.

Além do quadro “Histórias reais”, no primeiro semestre de 2024, a equipe do projeto criou o quadro “Biografias jurídicas”, quando o programa explora acontecimentos verídicos que aconteceram com personalidades famosas (a exemplo do julgamento do assassinato da Ângela Diniz, ou ainda a exemplo do caso do ex-jogador de futebol Robinho).

Também no quadro “Biografias jurídicas”, a intenção é que o ouvinte note alguma semelhança entre o caso contado e a sua vida, criando forças para reivindicar o direito violado.

No que tange à etapa chamada como reivindicação, vale pontuar que, além dos quadros “Histórias reais” e “Biografias jurídicas”, a equipe do projeto também tem se valido do modelo tradicional do programa (quando se aprofunda na discussão sobre um tema específico). E esta experiência (tratar de temas relacionados à reivindicação) tem se mostrado muito exitosa. Basta dizer que os episódios que trataram sobre o tema “juizados especiais” (Podcast aprendendo Direito, 2021), bem como sobre o tema “*jus postulandi*” (podcasta aprendendo direito, 2021) são os mais ouvidos.

Segundo as estatísticas do Spotify, no momento da submissão deste artigo, o episódio sobre os juizados possui quatrocentos e oitenta e três reproduções, ao passo que o episódio sobre o *jus postulandi*, duzentos e cinquenta – lembrando que a plataforma de streaming “Spotify” é apenas um dos tocadores do Aprendendo Direito que é hoje transmitido em treze diferentes rádios.

Outros exemplos de episódios do tipo mais tradicional do Aprendendo Direito inspirados na etapa do conflito chamada de “reivindicação”: os episódios de número 28 e 29 tratam sobre a mediação e a conciliação de conflitos (Podcast aprendendo Direito, 2021); o

episódio de número 30 apresenta o tema da arbitragem (Podcast aprendendo DIREITO, 2021).

A propósito, é importante que se explicita que, nos juizados especiais, o cidadão pode apresentar a sua ação judicial ainda que não esteja acompanhado de um advogado. Essa possibilidade de demandar sem a necessidade de contratação de um advogado se estende a outros ramos do Judiciário, a exemplo do que acontece na Justiça do Trabalho, o que foi suficientemente detalhado no programa sobre o “jus postulandi” (expressão latina que pode ser entendida como o direito de postular em juízo sem o apoio de um advogado). (Podcast aprendendo Direito, 2021)

Torna-se importante ressaltar que William L.F. Felstiner, Richard L. Abel e Austin Sarat indicam que apenas uma pequena parcela dos conflitos sociais chega às instituições jurídicas formais, o que falsamente pode induzir à conclusão de que “[...] muito pouco conflito surge em nossa sociedade, que muito poucos erros são percebidos, perseguidos e remediados.” (Felstiner, Abel, Sarat, 1980-1981, p. 632, tradução nossa).

A hipótese traçada é de que o conflito existe e existe em grande número. E que a demanda relativamente reduzida de conflitos que chega até as estruturas estatais de resolução de controvérsias é um sintoma de que há diversos obstáculos ao acesso à justiça que impedem que as pessoas nomeiem, imputem responsabilidades e reivindiquem os seus direitos.

Logo, sendo a dificuldade de acesso à informação e ao conhecimento obstáculos à efetivação de direitos básicos, torna-se de extrema importância que sejam pensados mecanismos eficazes de disseminação de informações, de modo que as pessoas sejam conscientizadas de seus direitos e possam, com isso, reivindicar o seu acesso à justiça.

Visando romper com a lógica que represa o conhecimento para poucos privilegiados e intencionando expandir o conhecimento para qualquer cidadão que esteja ao alcance das ondas sonoras do rádio, o Aprendendo Direito foi criado, almejando, em suma, fazer com que as pessoas conheçam os seus direitos e, a partir disso, se tornem capazes de efetivá-los, inclusive, por meio do ajuizamento de uma ação judicial, caso assim se faça necessário.

Por compreender que “abrir os olhos” sobre as lesões a direitos seria insuficiente, a equipe do Aprendendo Direito, sempre que nota uma oportunidade, disponibiliza os seus serviços e/ou divulga os serviços oferecidos pela universidade (a exemplo do Serviço de Assistência Judiciária), a fim de que os beneficiários tenham maior facilidade para reivindicar os seus direitos.

Adiante, cuidar-se-á de explicitar os resultados obtidos em uma das mais recentes ações da equipe do Aprendendo Direito. Assim como no passado, os responsáveis pelo

projeto atuaram na defesa dos interesses dos titulares do direito ao auxílio-emergencial (conforme explicitado em outras passagens deste artigo), atualmente, a equipe se dedica ao atendimento de mulheres grávidas de populações rurais que buscaram ajuda com o propósito de acessar benefício previdenciário conhecido como “salário-maternidade”.

## **DISCUSSÕES E/OU RESULTADOS**

Os episódios de número 129 e de número 130 – que foram ao ar nos dias 20 de julho de 2023 e 09 de agosto de 2023 – talvez tenham sido os episódios que mais repercutiram em ações concretas da equipe em campo.

O episódio 129 do Aprendendo Direito se enquadra na modalidade mais tradicional de programa, quando a equipe explorou o tema dos segurados especiais. (Podcast aprendendo Direito, 2023) Já o episódio 130 conta a história de um segurado especial que, depois de muita luta, felizmente conseguiu conquistar o direito de se aposentar. (Aprendendo Direito, 2023)

A previsão de categoria diferenciada de segurados da previdência chamada de “segurados especiais” é feita pela própria Constituição Federal de 1988, em seu art. 195, §8º. (BRASIL, 1988) Trabalhadores rurais, garimpeiros e pescadores artesanais que desenvolvam suas atividades em regime de economia familiar são os principais exemplos de segurados especiais.

E o que há de peculiar em relação aos segurados especiais é que eles, diferentemente da regra geral, não precisam contribuir financeiramente para a Previdência, a fim de acessar benefícios previdenciários.

Embora o pagamento das contribuições previdenciárias não se trate de pré-requisito para a percepção de benefícios, a jurisprudência estabelece, como condição para pagamento de benefícios previdenciários, que os segurados especiais demonstrem, por meio de provas documentais, que eles vivem prioritariamente do trabalho no campo, ou seja, que a atividade rural é, de fato, a principal fonte de subsistência do segurado especial.

A súmula 149 do STJ é patente ao exigir mais do que a prova testemunhal para a comprovação da condição de segurado especial: “A prova exclusivamente testemunhal não basta a comprovação da atividade rurícola, para efeito da obtenção de benefício previdenciário.” (Brasil, 1995)

Contudo, apesar da importância de o segurado especial preservar algum tipo de documentação que ateste a sua condição de pequeno camponês, não há, na lei, previsão de

relação taxativa de documentos que podem ser aceitos. Assim, o comprovante de matrícula dos filhos em escola municipal ou estadual em que haja o detalhamento da profissão dos pais (como agricultores ou lavradores, por exemplo); o prontuário médico do segurado especial com o detalhamento de profissão ligada ao meio rural; ou ainda a certidão de casamento em que conste a profissão dos cônjuges são exemplos de documentos que podem ser utilizados com o propósito de demonstrar o exercício de atividade rural perante o Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

Acontece que, além da exigência da prova documental que, por desconhecimento, vários segurados especiais acabam não cuidando de preservar, há a obrigatoriedade de o segurado especial realizar o seu requerimento eletrônico.

E, a impossibilidade de atendimento presencial, causa obstáculos quase intransponíveis para parcela relevante de segurados especiais. O requerimento eletrônico é feito através do site ou do aplicativo “Meu INSS” e demanda acesso à internet estável.

Segundo dados do Comitê Gestor da Internet, 70 milhões de pessoas de baixa renda possuem acesso restrito à internet. Na zona rural, a situação é ainda mais alarmante, uma vez que cerca de dez milhões de pessoas nela residentes nunca acessaram a internet (Podcast café da manhã, 2020).

É relevante observar que a maioria dos requerimentos que receberam assistência dos extensionistas nos anos de 2023 e 2024 se referiam a moradoras da zona rural do distrito de Milho Verde, situado no município de Serro/MG, no Vale do Jequitinhonha, considerada a região mais pobre do estado de Minas Gerais. Provavelmente, o acesso à internet nessa região é ainda mais limitado.

Portanto, a alternativa escolhida pelo INSS de realizar os requerimentos de forma completamente virtual, esbarra na dificuldade do acesso a tais ferramentas pela população beneficiária:

O apressado processo de digitalização dos procedimentos administrativos para concessão de benefícios previdenciários pelo INSS trouxe efeitos nocivos que apontam para um reforço da seletividade do sistema de justiça brasileiro e para a concentração de litigância judicial na Autarquia Previdenciária. A substituição do atendimento físico nas agências pela plataforma “Meu INSS” afetou desproporcionalmente os usuários sem acesso à internet ou pouco familiarizados com recursos on-line, revelando a face mais perversa do acesso à justiça digital no Brasil: a exclusão digital. (Paolinelli, 2024, p. 119)

Destaca-se que a maioria das beneficiárias procuradas pelo Aprendendo Direito para o requerimento do salário-maternidade, corresponde a mulheres jovens, pobres, pretas e com

baixa escolaridade. Diante desse cenário, além do acesso a internet na zona rural ser limitado, a baixa escolaridade traz uma dificuldade ainda maior no que se refere ao entendimento das perguntas feitas pelo INSS em sua plataforma eletrônica.

Por tudo isso, pouco tempo depois dos programas 129 e 130 irem ao ar, a equipe do Aprendendo Direito passou a ser contatada (algumas vezes o contato foi intermediado pelo proprietário de uma das rádios que transmite o programa, outras vezes o contato foi feito através do aplicativo de conversas WhatsApp), a fim de auxiliar seguradas especiais no ato de requerer o benefício do salário-maternidade.

O portal “gov.br” reúne todos os serviços relacionados ao Governo Federal, sendo este, portanto, cadastro imprescindível ao segurado especial que busca seu benefício perante o INSS. A atuação do extensionista responsável começa por auxiliar este cadastro, que é feito por meio do CPF de cada beneficiário.

Após o cadastro da conta “gov.br”, os usuários podem acessar o portal do “Meu INSS” para iniciar o requerimento do benefício. O primeiro passo é anexar um documento denominado “autodeclaração do segurado especial”, conforme estabelecido pela Autarquia Previdenciária. O preenchimento dessas informações conta com a orientação do aluno extensionista, que auxilia o beneficiário. Tal orientação se mostra imprescindível, pois a linguagem utilizada pelo INSS não se mostra inclusiva e facilitada aos requerentes.

Além da autodeclaração, o beneficiário deve anexar os documentos probatórios que justifiquem o pedido. Na maioria dos requerimentos orientados pela equipe de Extensão para a concessão do salário maternidade, não havia muitos documentos comprobatórios por parte das requerentes. Geralmente, as beneficiárias possuíam certidões de casamento ou de nascimento do filho, contendo observações relacionadas ao trabalho no campo. Contudo, a ausência de muitos documentos probatórios não deveria ser um obstáculo para o requerimento do benefício, uma vez que a lei menciona tão somente a necessidade de “início de prova documental”. Frisa-se ainda que a legislação deixa muito claro que o que foi preenchido na autodeclaração admite, para sua comprovação, todo tipo de documento e não apenas os que estão citados no art. 106 da Lei 8.213/91. (Brasil, 1991)

O sucesso de um dos requerimentos que foram feitos com a intervenção da extensão universitária fez com que mais seguradas procurassem o Aprendendo Direito, passando a integrar a rotina do projeto a ação de orientação e auxílio no preenchimento dos requerimentos previdenciários eletrônicos das seguradas especiais.

Mesmo com a dificuldade em relação à produção de provas e apesar da análise, muitas vezes, pouco criteriosa do INSS, a equipe de extensionistas responsáveis pelos requerimentos

obteve sucesso em quatro requerimentos. Em um universo de dezessete requerimentos realizados, o sucesso da ação poderia ser considerado muito questionável.

Ocorre que, conforme relatório produzido pela Controladoria Geral da União que avaliou a qualidade dos julgamentos administrativos feitos pelos servidores do INSS no ano de 2020, o insucesso quanto à maioria dos requerimentos previdenciários em que houve a intervenção do projeto provavelmente possa ser explicado pela “[...] instrução inadequada dos processos administrativos e exames superficiais, deficientes e inadequados, tendo como decorrência, como já enfatizado, a penalização do cidadão e ônus para diversas instituições da Administração pública.” (Brasil, 2020)

Em outras palavras: os requerimentos formulados com a participação da extensão foram feitos de forma cuidadosa e técnica, sendo certo que há estudos que apontam que é a avaliação feita pelo INSS que, injustamente, vem inviabilizando o acesso dos segurados especiais aos benefícios que fazem jus.

A ideia deste artigo não é a de se alongar sobre possíveis malfeitos do INSS no ato de análise dos requerimentos administrativos.

Importa aqui tão somente informar que a universidade, através do Aprendendo Direito, foi capaz de identificar intervenção em prol de cidadãos que, até então, estavam absolutamente abandonados e sem perspectivas de fazer valer os seus direitos previdenciários.

O Aprendendo Direito não se limitou a deixar desacompanhadas as trezes seguradas que tiveram os seus benefícios indeferidos administrativamente. Certa de que a análise da Autarquia Previdenciária havia sido injusta, a equipe extensionista repassou o caso para o Serviço de Assistência Judiciária (SAJ) intervisse, corrigindo a injustiça praticada contra as seguradas beneficiárias do projeto através da propositura de ações judiciais.

A atuação conjunta da extensão e do SAJ, apesar de recente, amplia as possibilidades dos beneficiários de conquistar seus direitos previdenciários. Em relação às ações judiciais propostas, pontua-se que os processos judiciais possuem vagaroso tempo de tramitação. Sendo certo que, até a presente data, somente um processo foi finalizado com sentença favorável à segurada especial.

Conclui-se que o projeto segue cumprindo seu propósito inicial de interagir com aqueles que ainda não estão familiarizados com seus direitos, utilizando uma linguagem simples e eficaz. Igualmente, quando, a partir dos programas, a equipe extensionista é procurada, como aconteceu no exemplo ora detalhado (atendimento de seguradas especiais), abre-se caminho para ação em campo, sempre com o viés de assegurar direitos previstos na

lei. O projeto também auxilia na divulgação e na aproximação da população em relação a serviços oferecidos gratuitamente pela universidade, a exemplo do SAJ, permitindo que cada vez mais pessoas possam conhecer e usufruir plenamente de seus direitos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O ser humano tem mania de classificar. De separar as coisas em categorias ou conjuntos.

Assim, existe o melhor amigo e os “outros amigos”. Existem as coisas secundárias (ou menos importantes) e as coisas primárias (ou mais relevantes). O objetivo principal (aquilo que a pessoa acha que é a coisa mais importante para a sua vida) e os objetivos que, inicialmente nem faziam parte das aspirações da pessoa, mas que a vida se trata de mostrar o tanto que eles são importantes (às vezes, até mais importantes do que o objetivo que a pessoa achava que era o principal).

Os programas de rádio criados pelo Aprendendo Direito flutuaram entre a parte mais importante do projeto e a condição de mero instrumento para realização de algo maior (ações em campo).

A verdade é que, assim como na vida, essa história de classificar, ou seja, de separar tudo em categorias, muitas vezes, tem como única serventia a nossa organização mental interna. As classificações costumam ser artificiais, pois as partes separadas serão sempre insuficientes para que o todo se expresse e cumpra o seu papel.

Assim, secundários ou não em ordem de importância, os episódios do Aprendendo Direito auxiliam que o projeto seja encontrado pelas pessoas que dele realmente precisam (os beneficiários diretos).

O projeto ser encontrado e não ter a pretensão de encontrar parece ser a melhor maneira de contribuir para a transformação social (papel caríssimo para a extensão universitária). Afinal de contas, quem achamos que somos preconcebendo que mudanças precisam ser adotadas quando não somos nós que estamos vivendo a situação?

Os episódios do Aprendendo Direito espalham, aos sete ventos, todo o potencial que o Direito pode oferecer para promover mudanças. Mas é só quem vive. Quem está “no olho do furacão” que pode optar pela transformação.

Os extensionistas do Aprendendo Direito são pequenos operários dispostos a promover todo tipo de mudança para melhor (ou, pelo menos, para o que achamos que pode ser melhor) sempre amparados pelo comando da lei. Mas, assim como o Judiciário que só



intervém em um conflito quando provocado, aqui, no projeto, nós também agimos “sob demanda”, acreditando que não faz sentido termos a pretensão de alterar o estado das coisas se quem está vivendo a coisa não quiser a alteração.

Ser escolhido, ao invés de escolher. Esse é o jeito que o Aprendendo Direito acredita que a ação extensionista deve se pautar.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Disponível em: <[planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 18 mai. 2021.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os planos de benefícios da previdência social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 jul. 1991. Disponível em <[https://www.planalto.gov.br/CCIVil\\_03/Leis/L8213cons.htm](https://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/Leis/L8213cons.htm)>. Acesso em: 13 abr. 2024

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Súmula n. 149. **Diário da Justiça**, Brasília, 18 dez. 1995. Disponível em <[https://www.stj.jus.br/docs\\_internet/revista/electronica/stj-revista-sumulas-2010\\_10\\_capSumula149.pdf](https://www.stj.jus.br/docs_internet/revista/electronica/stj-revista-sumulas-2010_10_capSumula149.pdf)>. Acesso em 13 abr. 2024.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 dez. 2018. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category\\_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em 13 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 abr. 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/L13982.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L13982.htm). Acesso em: 10 abr. 2024.

BRASIL. **Controladoria Geral da União**. Relatório de avaliação exercício 2020. Disponível em: <[file:///C:/Users/Rafael%20Chiari/Desktop/Rel\\_INSS%20BMOB\\_Final\\_20\\_4\\_2021\\_recomenda%C3%A7%C3%B5es\\_.pdf](file:///C:/Users/Rafael%20Chiari/Desktop/Rel_INSS%20BMOB_Final_20_4_2021_recomenda%C3%A7%C3%B5es_.pdf)>. Acesso em: 18 jun. 2021.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 24ª ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DIDIER JUNIOR, Fredie; FERNANDEZ, Leandro. O SISTEMA BRASILEIRO DE JUSTIÇA MULTIPORTAS COMO UM SISTEMA AUTO-ORGANIZADO: INTERAÇÃO,

INTEGRAÇÃO E SEUS INSTITUTOS CATALISADORES. **Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 88, p. 165-192, jun. 2023.

DWORKIN, Ronald. **A Raposa e o Porco-Espinho: Justiça e Valor**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

DWORKIN, Ronald. **O direito da liberdade: a leitura noral da constituição norte-americana**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

NEVES, Marcelo. **A constituição simbólica**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

OMMATI, José Emílio Medauar. **Uma teoria dos direitos fundamentais**. 6ª edição, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

PAOLINELLI, Camilla. **ACESSO À JUSTIÇA, TECNOLOGIA E DESIGN BOTTOM-UP: uma proposta modelo para o redesenho do acesso à justiça digital do segurado especial**. 2023. 498 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

PODCAST APRENDENDO DIREITO. **Episódio 1 - jus postulandi**. Locução de: Cláudio Nascimento e Maximina Ávila. 10 mai. 2021. Podcast. Disponível em: <<https://open.spotify.com/episode/6bcuMfQrHDNJt9BGoYfjFp?si=d245b8da58ba4723>>. Acesso em 14 de abr. 2024.

PODCAST APRENDENDO DIREITO. **Episódio 28 - mediação e conciliação (parte 1)**. Locução de Rafael Chiari. 28 jul. 2021. Podcast. Disponível em: <<https://open.spotify.com/episode/4d4KyYW6rXS77efsEI2YII?si=7dd018ba6b034252>>. Acesso em 14 abr. 2024.

PODCAST APRENDENDO DIREITO. **Episódio 29 - mediação e conciliação (parte 2)**. Locução de Rafael Chiari. 28 jul. 2021. Podcast. Disponível em: <<https://open.spotify.com/episode/6fMq6lF4eHjMYC8VdBt9c9?si=2318b8cb35cb4524>>. Acesso em 14 abr. 2024.

PODCAST APRENDENDO DIREITO. **Episódio 30 - arbitragem**. Locução de Maximina Ávila. 2 ago. 2021. Podcast. Disponível em: <<https://open.spotify.com/episode/34lEnSfjwdA0Riggeqpq8N?si=8afba83a28a64fb7>>. Acesso em 14 abr. 2024.

PODCAST APRENDENDO DIREITO. **Episódio 46 - juizado especial cível**. Locução de: Dominick Barroso e Aline Quadros. 4 nov. 2021. Podcast. Disponível em: <<https://open.spotify.com/episode/4UuRCic9MeRRbrCiuEAqL6?si=b5e0afe408544a63>>. Acesso em 14 abr. 2024.

PODCAST APRENDENDO DIREITO. **Episódio 50 - usucapião**. Locução de: Dominick Barroso e Joyce Ziumar. 1 dez. 2021. Podcast. Disponível em: <

<https://open.spotify.com/episode/0nfhbTQmVRANZHMYrS1n1B?si=fa642ea410e24e54>. Acesso em 14 abr. 2024.

PODCAST APRENDENDO DIREITO. **Episódio 129 - os segurados especiais**. Locução de: Rafael Chiari e Échilley Teixeira. 20 jul. 2023. Podcast. Disponível em: <<https://open.spotify.com/episode/2gF6jty73X284UcYBbQF0?si=d2799d84d9394dc0>>. Acesso em 13 abr. 2024.

PODCAST APRENDENDO DIREITO. **Episódio 130 (quadro “histórias reais”): a aposentadoria rural do Sr. Rocha**. Locução de: Davi Morais e Júlia Antonieto. 9 ago. 2023. Podcast. Disponível em: <<https://open.spotify.com/episode/001qRljeWUAaVSYsTNZXwr?si=bb53be10e95045de>>. Acesso em 13 abr. 2024.

PODCAST APRENDENDO DIREITO. **Episódio 147 - O direito ao FGTS**. Locução de: Júlia Antonieto e Amaranta Pimenta. 6 dez. 2023. Podcast. Disponível em: <<https://open.spotify.com/episode/6WenrZlgDj9FmgMvesb61W?si=59e0dcac38694446>>. Acesso em 13 abr. 2024.

PODCAST CAFÉ DA MANHÃ. **Brasil**: A pandemia expõe a desigualdade da internet brasileira. Locução de: Rodrigo Vizeu e MagêFlores. [S.I.]: Folha de S. Paulo & Spotify Studios, 19 de maio de 2020. Podcast. Disponível em: <<https://open.spotify.com/episode/409o1YbXfbpbXvNfl7mcmU?si=3EMfFAFNR9e95ynB AVvixg>>. Acesso em: 10 abr. 2024.

SADEK, Maria Tereza Aina. **Acesso à justiça**: um direito e seus obstáculos. Revista USP, São Paulo, nº 101, p. 55-66, março/abril/maio 2014.

TAUCHEN, Gionara. **O princípio da indissociabilidade universitária**: um olhar transdisciplinar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. 2009. 147 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

WILLIAM L.F. Felstiner; RICHARD L. Abel; AUSTIN Sarat. The Emergence and Transformation of Disputes: Naming, Blaming, Claiming... **Journal of the law and Society association**, v.15, p. 631-654, 1980 – 1981.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. 9ª ed., Petrópolis: Vozes, 2014.

# Universidade do sentido: HUB PROEX como espaço de inovação<sup>1</sup>

**Sara Cristina de Souza**

**Januza Caroline Gonçalves Correia**

**Tulio Nogueira de Sá**

**Oswaldo Maurício de Oliveira**

## RESUMO

O presente relato de experiência apresenta vivências da imersão no "Encontro de Formação de Multiplicadores da Metodologia Proposta pelo Papa Francisco", no âmbito da Cátedra *Scholas* para instituir a Universidade do Sentido. A atividade foi realizada na Universidade XXXXX por meio da Pró-reitoria de Extensão, entre os dias 11 a 16 de março de 2024, com atividades interativas e reflexivas sobre a cultura da paz, a necessidade do respeito à dignidade da pessoa humana e a sua importância no processo educativo. O encontro teve como metodologia dinâmicas, reflexões, criações artísticas e jogos. Ao final, observamos - se que o respeito à singularidade de cada indivíduo é a mola propulsora para a construção de uma sociedade mais fraterna, co-criativa e que busca a promoção da paz.

**Palavras-chave:** universidade do sentido; respeito; colaboração; juventude.

## UNIVERSITY OF MEANING: HUB PROEX AS A SPACE FOR

## INNOVATION

## ABSTRACT

This experience report presents experiences of immersion in the "Training Meeting of Multipliers of the Methodology Proposed by Pope Francis", within the scope of the Scholas Chair to establish the University of Sense. The activity was carried out at the University XXXXX, through the Dean of Extension, between March 11th and 16th, 2024, with interactive and reflective activities on the culture of peace, the need to respect the dignity of the human person and its importance in the educational process. The meeting's methodology was dynamics, reflections, artistic creations and games. In the end, we observed that respect for the uniqueness of each individual is the driving force for the construction of a more fraternal, co-creative society that seeks to promote peace.

**Keywords:** university of meaning; respect; collaboration; youth.

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

## INTRODUÇÃO

A Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, por meio da Pró-reitoria de Extensão, durante o período de 11 a 16 de março de 2024, realizou o evento "Encontro de Formação de Multiplicadores da Metodologia Proposta pelo Papa Francisco", no âmbito da Cátedra *Scholae*, na perspectiva do projeto Universidade do Sentido, idealizado pelo pontífice.

O *Scholae*, surgido em meio a uma crise política e econômica profunda na Argentina em 2001, foi um reflexo direto das circunstâncias desafiadoras que o país enfrentava naquele momento. Com uma parcela significativa da população vivendo abaixo da linha da pobreza e um aumento alarmante da violência e instabilidade social, a necessidade de uma mudança radical e uma abordagem inovadora na educação se tornou ainda mais premente.

Durante esse período tumultuado, que testemunhou a rápida sucessão de cinco presidentes em menos de um ano, o povo argentino ansiava por liderança estável e soluções eficazes para superar as adversidades. A crise chegou ao ápice em 2002, quando os cidadãos tiveram a oportunidade de eleger um novo presidente na esperança de iniciar um novo capítulo na história do país.

Enquanto isso, o então Arcebispo de Buenos Aires, o futuro Papa Francisco, estava profundamente envolvido com as questões sociais e políticas que afligiam sua cidade e seu país. Reconhecendo a importância da educação como uma ferramenta vital para a transformação social e o desenvolvimento humano, ele reuniu dois educadores em quem confiava profundamente para conceber uma iniciativa que pudesse oferecer esperança e oportunidade às gerações futuras.

Nesse contexto sócio-histórico desafiador, o *Scholae* emergiu como uma resposta visionária às necessidades urgentes de uma sociedade em crise. Inspirado por uma visão de educação inclusiva e transformadora, o projeto buscava transcender as barreiras socioeconômicas e promover a união, a compreensão mútua e a colaboração entre jovens de diferentes origens e culturas. Ao oferecer um espaço de encontro e diálogo onde as diferenças são celebradas e os laços de solidariedade são fortalecidos, o *Scholae* se tornou um farol de esperança em tempos de incerteza e turbulência.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O projeto *Scholas Occurrentes* surgiu em meio a uma crise política, econômica e social vivida pela Argentina no início dos anos 2000. Com uma situação social de extrema pobreza e necessidade de uma mudança radical, uma abordagem inovadora na educação se tornou necessária. Os principais atores que pensariam essa mudança seriam os jovens, por meio de uma cultura baseada na escuta, na ressignificação, isto é, pela Cultura do Encontro.

O chamado do Papa Francisco buscou a criação da Cultura do Encontro, que prevê a educação a partir da escuta, do abrir-se para um novo modelo de vida, do respeito ao próximo, da construção de novos sentidos para um mundo fragmentado, principalmente considerando a realidade econômica e social vivida pela Argentina no início dos anos 2000.

Conforme mensagem virtual do Papa Francisco, publicada em artigo veiculado pelo *Vatican News*, o movimento Scholas é um modelo para a criação a Universidade do Sentido:

Nesta nova crise que a humanidade está enfrentando hoje, onde a cultura mostrou que perdeu sua vitalidade, quero celebrar o fato de que a Scholas, como uma comunidade que educa, como uma intuição que cresce, abre as portas da Universidade do Sentido. Porque educar é buscar o sentido das coisas. (Vatican News, 2023)

Nesse sentido, o *Scholas* tem como missão “responder ao apelo de criar a Cultura do Encontro, reunindo os jovens numa educação geradora de sentido”. Isso é, um movimento de mudanças por meio das artes, que valoriza o ser humano em sua singularidade. O *Scholas* busca “transformar o sistema educativo atual, adaptando-o às necessidades e desafios do século XXI.” Uma das atividades propostas é abrir os muros da Universidade para novas criações, para novas formas de ensino e de aprendizagem.

A partir do ano de 2015, o *Scholas* iniciou parceria com uma rede de Universidades públicas e privadas, para criar o conceito de Cátedra *Scholas*, que busca o desenvolvimento de atividades considerando o trabalho em conjunto com a Pesquisa e o Ensino, e não apenas na área da Extensão. No ano de 2020, o Papa Francisco convidou o *Scholas* para a promoção dessa cultura no âmbito universitário.

No dia 15 de agosto de 2023, o Santo Padre instituiu a Universidade do Sentido como pessoa jurídica civil, com sede no Estado da Cidade do Vaticano. O objetivo é a construção de uma cultura baseada na paz, do resgate à singularidade de cada indivíduo e dos jovens serem os principais mobilizadores para essas mudanças.

A Universidade XXXXX tem como missão:

Promover o desenvolvimento socioambiental, por meio da excelência da formação humanista, científica e tecnológica de profissionais engajados, observando os valores da ética, da solidariedade e do bem comum, mediante a produção e disseminação das ciências, artes e cultura, e a integração entre a Universidade e a Sociedade. (PUC Minas)

Considerando a missão da Universidade e os seus princípios: igualdade, pluralidade, liberdade e solidariedade, fazer parte do projeto Universidade do Sentido significa contribuir para a construção da cultura pela paz e para o futuro do Planeta, tendo como referência os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, como uma agenda global, a fim de acabar com a pobreza, proteger o planeta e promover a paz e a prosperidade até o ano de 2030. Os objetivos 4, educação de qualidade e 17, parcerias e meios de implementação, são os mais próximos ao propósito da Universidade do Sentido. O objetivo 4 está embasado aos novos formatos de formação, relacionados à educação colaborativa, inclusiva e solidária. Já o objetivo 17, será vivenciado por meio das parcerias fortes que contribuirão para a efetividade e para a disseminação dos objetivos da Universidade do Sentido.

Nesse sentido, o tripé Ensino, Pesquisa e Extensão se articula em projetos inovadores, pautados na ética, na dignidade da pessoa humana e que promova o respeito às diferenças entre pessoas em suas singularidades. A Extensão Universitária é a atividade-fim que, integrada ao Ensino e à Pesquisa, é *locus* do protagonismo estudantil, onde se aprende a grandeza da justiça social e a pertinência da ecologia integral, contribuindo para a dignidade da pessoa humana.

O programa de extensão HUB PROEX é um espaço de inovação dentro da Pró-reitoria de Extensão, uma vez que tem como propósito incubar metodologias extensionistas de impacto social. O setor atua com a elaboração de propostas inovadoras, com modelagem de projetos, desenvolve ações de articulação, capacitação, eventos e parcerias internas e externas.

## **METODOLOGIA**

Durante os seis (6) dias de encontro, 55 participantes convidados, entre alunos, professores, funcionários e parceiros externos participaram das atividades divididas em três eixos: Arte, Jogos e Pensamento Reflexivo.

No primeiro dia, as formalidades e as apresentações acadêmicas conduzidas pelo Reitor, pela Pró-reitoria de Extensão e os representantes do *Scholas* no Brasil, deram lugar a um momento de interação espontânea entre os facilitadores. A atmosfera descontraída, marcada pela música e interação, estabeleceu um ambiente propício para a troca de experiências e risos entre os participantes.

Durante esse período, tivemos a oportunidade de explorar narrativas, compartilhar experiências e até mesmo entoar canções, como a música "Travessia" de Milton Nascimento, cuja história se entrelaça com a temática do encontro naquele dia. O momento musical gerou uma gama de emoções, conectando os presentes de maneira singular.

Ao longo dos dias seguintes, fomos desafiados a participar ativamente das dinâmicas propostas pelo método *Scholas*. Desde a brincadeira do pião até atividades mais reflexivas, como a criação artística baseada em sentimentos, cada momento ofereceu uma oportunidade única de autoexploração e conexão com os demais participantes. Ao compartilharmos nossas criações e reflexões, percebemos a riqueza das jornadas individuais e a unidade nas descobertas compartilhadas.

Nos últimos dias de imersão do *Scholas Ocurrentes*, compreendemos a importância da escuta atenta e da abertura aos pensamentos divergentes por meio da arte.

## **DISCUSSÃO E/OU RESULTADOS**

O *Scholas Occurrentes*, por meio de ações de nível internacional, tem buscado criar uma rede global de escolas que juntas dão voz aos jovens, tornando assim agentes ativos de transformação comunitária. Os programas e as iniciativas que incluem a criação de salas de aulas sem muros, por meio da formação de novos agentes, como professores, promovendo intercâmbios interculturais e recursos educacionais *on-line*. Com isso, o *Scholas* gera uma educação inclusiva, intercultural, que preza pela promoção e a construção da paz.

O "Encontro de Formação de Multiplicadores da Metodologia Proposta pelo Papa Francisco" avivou entre os participantes o desejo de transformação educacional e social. Após uma imersão de criação por meio dos sentidos, concluímos que é possível criar novos modelos de construção individual e coletiva, que contribuirão para novas formas de ensino e de aprendizagem.

Ao final do encontro, foi criado um grupo entre os participantes, com o objetivo de dar sequência aos diálogos e às construções realizadas durante a imersão. A expectativa é que sejam apresentados projetos no âmbito da Universidade, nas diversas áreas de conhecimento, que contribuam para a difusão da Universidade do Sentido.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Universidade dos Sentidos se manifesta de maneira diversa através das nossas emoções e sentimentos. O *Scholas Ocurrentes* tem como missão a cultura do encontro, no qual tenta aproximar os jovens de uma educação que gera sentido.

A jornada do *Scholas* foi muito mais do que uma mera busca por conhecimento acadêmico, mas uma jornada de autodescoberta, de conexão com os outros e de crescimento pessoal, e da valorização humana por meio da arte, da criatividade e da escuta, dando voz aos jovens

A transformação do sistema educacional atual, que tem como desafio adaptar às necessidades e aos desafios do século 21, busca derrubar muros das salas de aula, oportunizando contato com a vida e com o mundo em seus vários sentidos. A experiência no *Scholas* não apenas enriquece o nosso repertório acadêmico e profissional, mas também deixa um legado de aprendizado pessoal e interpessoal, redefinindo a compreensão do saber e da sua expressão no mundo.

No âmbito da Universidade XXXXX, várias ações estão sendo pensadas por meio da Pró-reitoria de Extensão, como no setor HUB PROEX, que é um espaço de inovação, de elaboração de novas propostas e de articulação com as comunidades interna e externa.

## REFERÊNCIAS

AGENDA 2030. (2015). ODS – **Objetivos de desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <<http://www.agenda2030.com.br/>>. Acesso em: 06 de abr de 2024.

ANEC. **Universidade do Sentido no Brasil: ANEC dialoga com Vaticano para ampliar o projeto do Papa Francisco**. Disponível em: <https://anec.org.br/noticias/universidade-do-sentido-no-brasil-anec-dialoga-com-representantes-do-vaticano-para-ampliar-o-projeto-do-papa-francisco/>. Acesso em: 11 de abr. 2024.

CNN BRASIL. **No aniversário de 20 anos do corralito, crise econômica ainda castiga argentinos**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/no-aniversario-de-20-anos-do-corrallito-crise-economica-ainda-castiga-argentinos/>. Acesso em: 09 abr. 2024.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Missão e valores**. Belo Horizonte. 2023. Disponível em: <https://www.pucminas.br/institucional/Paginas/missao-e-valores.aspx>. Acesso em: 08 abr. 2024.

SANTOS, Marcos Ferreira. ALMEIDA, Rogério de. (2019). **Antropológicas da educação**. 3ª ed. São Paulo: FEUSP.

SANTORO. Maurício. A crise de 2001 e a política externa argentina. **Revista Estudos Políticos**. v. 1

SCHOLAS. Rumo a uma educação sem fronteiras. Disponível em: <https://scholasoccurrentes.org/pt/#>. Acesso em: 10 abr. 2024.

VATICAN NEWS. **O Papa institui no Vaticano a "Universidade do Sentido", gerida por Scholas Occurrentes**. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2023-09/papa-scholas-occurrentes-universidade-do-sentido-vaticano.html>. Acesso em: 10 de abr. 2024.

# **EXPERIÊNCIAS DOS EXTENSIONISTAS DO CURSO DE MEDICINA NO PROJETO PROMOÇÃO DA SAÚDE NA APAC DE SANTA LUZIA<sup>1</sup>**

**Julio Cesar Batista Santana**

**Amanda Saori Fukushima**

**Gilmar Pascoal Ribeiro Filho**

**Lara Ramos Faria**

**Vitória Mourão Araújo Pena**

## **RESUMO**

Os programas de extensão nas faculdades têm um papel importante tanto na formação profissional quanto ética dos estudantes, ao oferecer oportunidades de aplicação prática dos conhecimentos adquiridos e desenvolver competências sociais. Além disso, esses programas promovem o compartilhamento do saber acadêmico com a sociedade, por meio de iniciativas que atendem às necessidades locais e promovem o desenvolvimento social, econômico e cultural. Este estudo tem como objetivos apresentar as ações extensionistas de promoção da saúde desenvolvidas na APAC de Santa Luzia no 2º semestre de 2023 e identificar as implicações dessas ações extensionistas na formação acadêmica. Trata-se de um relato de experiência dos alunos de Medicina da Universidade XXXXX, Campus XXXXX e Campus XXXXX, referente ao projeto de extensão "Promoção da Saúde na APAC". Essas ações abordaram temas relevantes para a saúde do homem, visando à promoção da saúde e à prevenção de doenças. Foram realizadas atividades como Rodas de Conversa sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), avaliação da pressão arterial e glicemia capilar, orientações sobre saúde, discussões sobre automedicação e espiritualidade, oficina de Primeiros Socorros, e debates sobre saúde do homem. Conclui-se que este projeto de extensão não apenas beneficia os recuperandos, ao proporcionar apoio à saúde, mas também contribui para a formação dos extensionistas na área da saúde. Assim, a extensão Promoção em Saúde na APAC Santa Luzia fortalece os laços entre a universidade e a comunidade local, contribuindo para uma educação mais inclusiva e voltada para o bem comum.

**Palavras-chave:** extensão; projeto de extensão; APAC; método APAC; educação em saúde.

## **MEDICAL STUDENTS' EXPERIENCES IN HEALTH PROMOTION AT APAC IN SANTA LUZIA**

### **ABSTRACT**

Extension programs in universities play an essential role in both the professional and ethical formation of students by offering opportunities for practical application of acquired knowledge and the development of social competencies. Additionally, these programs facilitate the sharing of academic knowledge with society through initiatives that address local needs and promote social, economic, and cultural development. This study aims to present the extension health promotion activities carried out at APAC in Santa Luzia during the second half of 2023 and to identify the implications of these extension activities on academic formation. It is an account of the experiences of medical students from Universidade XXXXX, Campus XXXXX e Campus XXXXX, in relation to the extension project "Health Promotion at APAC." These activities addressed important men's health topics,

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

aiming to promote health and prevent diseases. Activities included discussion groups on sexually transmitted infections (STIs), blood pressure and capillary blood glucose assessment, health orientation and information, discussions on self-medication and spirituality, a first aid workshop, and debates on men's health. The study concludes that this extension project not only benefits the recovering individuals by providing health support but also contributes to the extensionists' education in the health field. Therefore, the Health Promotion extension at APAC Santa Luzia strengthens the ties between the university and the local community, contributing to a more inclusive and community-oriented education.

**Keywords:** extension; extension project; APAC (Association for the Protection and Assistance of Convicts); APAC method; health education.

## INTRODUÇÃO

A implementação de métodos inovadores no sistema carcerário é uma busca constante por parte das autoridades e da sociedade civil, visando não apenas o cumprimento da pena, mas também a reintegração efetiva dos indivíduos na sociedade.

Nesse contexto, a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) se destaca como uma alternativa promissora, baseada na corresponsabilidade dos detentos, denominados recuperandos, por sua própria recuperação (HERNANDES, 2019).

Destaca-se que o método APAC, que não apenas atende às normas da Lei de Execução Penal, mas também promove a integração social do condenado e do internado. Por meio de uma abordagem que combina assistência espiritual, médica, psicológica e jurídica, prestada pelas comunidades locais, o método "apaqueano" visa não apenas punir, mas ressocializar, oferecendo um ambiente de respeito aos direitos humanos.

Com um número crescente de unidades em funcionamento e uma taxa de reincidência excepcionalmente baixa, as APACs representam não apenas uma solução viável, mas também um exemplo de como a sociedade civil pode se envolver na busca por uma execução penal mais digna e eficaz. (MINISTÉRIO PÚBLICO, 2023).

O Sistema Único de Saúde (SUS) é essencial para promover a qualidade de vida de toda a população brasileira e garantir o acesso equitativo a uma assistência integral à saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004). No entanto, no contexto penitenciário, a situação das pessoas privadas de liberdade é alarmante devido a práticas de violência, condições de vida precárias e falta de atendimento médico adequado. Destaca-se que os quadros clínicos mais comuns entre os detentos incluem infecções, doenças sexualmente transmissíveis, lesões decorrentes de conflitos e problemas psicológicos devido à solidão e ao abandono familiar.

A educação em saúde é crucial para os detentos, pois promove a prevenção de doenças e conscientiza sobre práticas saudáveis, contribuindo para a reintegração social e a redução de reincidência criminal (SANTOS, 2023). Neste contexto, o projeto de extensão "Promoção da Saúde na APAC", desenvolvido pelo Curso de Medicina em parceria com outros cursos da

instituição, visa contribuir para a saúde da população carcerária. Com base em fundamentos teóricos que destacam a importância da interdisciplinaridade, integração teoria-prática e compromisso social na formação acadêmica, o projeto busca atender às demandas de saúde dos indivíduos privados de liberdade, promovendo sua reintegração social e contribuindo para a formação profissional dos acadêmicos.

A iniciativa reflete não apenas a preocupação com a assistência à saúde dentro do sistema prisional, mas também o compromisso da universidade em promover uma educação voltada para a transformação social e o bem-estar da comunidade (DUARTE et al., 2013).

O estudo tem como objetivos apresentar as ações extensionistas de promoção da saúde desenvolvidas na APAC de Santa Luzia no 2º semestre de 2023 e identificar as implicações dessas ações extensionistas na formação acadêmica.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Observando-se a comunidade acadêmica da Universidade, é possível avaliar a qualificação para a elaboração de ações extensionistas capazes de promover a formação acadêmica, nesta conjuntura, as instituições de ensino superior, em especial nos cursos na área da saúde, têm buscado aderir em suas propostas curriculares, a versatilidade, a interdisciplinaridade e a interlocução da relação teórico-prática no processo de formação integral em consonância com a convenção social e os valores éticos e humanistas na confecção do conhecimento (SANTANA et al. 2017). A adversidade para a elaboração moral do profissional é associar propostas de integração do ensino ao serviço que encontram-se incorporados no paradigma da complexidade, que argumente a respeito da globalização e assimile a elaboração da subjetividade do vindouro especialista, em associação aos interesses da sociedade assistida, e ainda, as intervenções extensionistas que proporcionem melhor qualidade de vida aos indivíduos (SCHERER et al. 2012).

O projeto de extensão Promoção da Saúde na Associação de Proteção e Amparo ao Condenado (APAC) surgiu da necessidade da realização do cuidado em saúde aos indivíduos privados de liberdade. A extensão universitária permite que a universidade dissemine o conhecimento com os membros da comunidade, ocasionando assim, a descentralização do conhecimento dos grupos socioeconômicos mais favorecidos, como também, incorpora em suas diretrizes o avanço da pesquisa, ensino e extensão. (INCROCCI et al. 2018).

Associado aos princípios de ações educativas extensionistas articuladas ao ensino e à pesquisa, prestando-se pela defesa da justiça, pelo respeito às diferenças, do crescimento humano e profissional, pela autonomia, pela interdisciplinaridade e da liberdade entre as

peças iluminadas pela Universidade XXXXX (PUC MINAS, 2006), esse projeto de extensão busca garantir os princípios da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), no qual os indivíduos privados de liberdade devem ser assegurados em cuidados com a saúde de forma integral e intersetorial no sistema único de saúde, envolvendo diferentes agentes da equipe multiprofissional de saúde, e também, de diferentes setores da sociedade (PNAISP, 2014).

A elaboração da extensão Promoção da Saúde na APAC também está associada a Política Nacional de Saúde Integral à Saúde do Homem que amplia a necessidade de promoção de ações de saúde que corroboram para o entendimento da realidade única masculina em seus diferentes contextos socioculturais e político-econômicos (PNAISH, 2009), em destaque para a gravidade da circunstância epidemiológica da população masculina brasileira, a qual apresenta maior vulnerabilidade a mortes precoces e doenças graves e crônicas quando comparado a mulheres e crianças (CHAKORA, 2014).

Toda população carcerária brasileira é assistida por lei a garantia de assistência em saúde básica, contudo, devido a precariedade estrutural e de materiais dos presídios, é necessário realçar a discrepância vivenciada pela população privada de liberdade (BARTOS, 2022), e ainda, atrelado a condições de superlotação e insalubridade de determinados presídios brasileiros é favorecido a contaminação e disseminação de doenças transmissíveis entre os presidiários, e assim, agudizando condições crônicas (BRASIL, 2019).

Assim, a produção desse projeto para a formação profissional está voltada para os fundamentos da formação acadêmica de ensino, pesquisa e extensão, favorecendo as premissas do perfil profissional de forma crítica, humanista, reflexiva, ética e empreendedora, desta forma, cumprindo às necessidades em seu contexto social (SANTANA et al. 2017).

Compreende-se que a educação em saúde constitui uma coleção de conhecimentos e práticas orientadas para a prevenção de doenças, para o autocuidado, e também, para a promoção da saúde, além disso, por ser um recurso comumente intermediado por profissionais da saúde o qual atinge a vida cotidiana dos indivíduos assistidos, pois a compreensão dos condicionantes do processo saúde doença auxiliam para a construção de novos hábitos de vida, condutas de prevenção de doenças e na redução de agravos e melhorias nas condições de saúde (CANUTO et al. 2017).

É por meio da universidade que se tem a possibilidade de compartilhar o conhecimento com os demais membros da comunidade, podendo ainda, adquirir respostas e demandas dos indivíduos abordados, assim, incentivando novos estudos e permitindo uma complementação

acadêmica dos formandos universitários, sendo este ambiente desenvolvido por meio de práticas extensionistas em consonância com a realidade (DUARTE et al. 2013).

Nestas circunstâncias, a APAC sobrevém como relevante possibilidade de efetivar a extensão como um instrumento de formação de profissionais tecnicamente competentes e eticamente comprometidos com uma sociedade mais justa, humana, ética e fraterna, recomendada pela Política de Extensão Universitária da PUC Minas (PUC MINAS, 2006).

## **METODOLOGIA**

Trata-se de um relato de experiência dos alunos de Medicina da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Campus Contagem, referente ao projeto de extensão "Promoção da Saúde na APAC", iniciado em setembro de 2023 na APAC de Santa Luzia.

O Relato de experiência é um tipo de produção de conhecimento, cujo texto trata de uma vivência acadêmica e/ou profissional em um dos pilares da formação universitária (ensino, pesquisa e extensão), cuja característica principal é a descrição da intervenção (MUSSI et al. 2021)

O projeto teve como público-alvo 22 profissionais, aproximadamente 190 pessoas privadas de liberdade e suas famílias, todos pertencentes ao Sistema Prisional da APAC Masculina de Santa Luzia. A extensão teve como propósito o desenvolvimento das habilidades e competências dos extensionistas do curso de Medicina, bem como a promoção da educação em saúde dos recuperandos por meio de práticas educativas extensionistas.

As atividades foram planejadas e executadas de acordo com o cronograma estabelecido pelo docente responsável, abrangendo uma variedade de temas, muitos relacionados à saúde masculina: automedicação, prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), prevenção do câncer de próstata, oficina de primeiros socorros, oficina de prevenção de acidentes no trabalho, tabagismo, dependência química, hábitos saudáveis de vida, saúde mental, avaliação clínica, calendário de vacinação, avaliação dos sinais vitais e glicemia capilar, atividade física, obesidade e sedentarismo, hipertensão e diabetes, avaliação clínica dos recuperandos, avaliação do calendário vacinal dos recuperandos e profissionais da APAC e orientações de medidas de promoção da saúde.

A realização das atividades contou com o apoio e participação ativa de docentes e acadêmicos do curso de Medicina, seguindo os critérios de seleção determinados pela coordenação do projeto. As práticas extensionistas foram conduzidas por meio de diferentes metodologias, incluindo rodas de conversa, palestras e oficinas com o uso de manequins

específicos para simulações realísticas, sempre priorizando o diálogo e a troca de experiências com a comunidade atendida.

## **DISCUSSÃO E/OU RESULTADOS**

O projeto de extensão "Promoção da Saúde na APAC", realizado pelos alunos de Medicina da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Campus Contagem, representa uma importante iniciativa acadêmica em resposta à carência de cuidados de saúde enfrentados pela população carcerária.

A APAC de Santa Luzia serve como cenário para a implementação deste projeto, iniciado em setembro de 2023. O desenvolvimento deste projeto está fundamentado na compreensão da extensão universitária como uma ferramenta essencial para a formação integral dos estudantes, permitindo a junção da teoria e da prática, e na premissa de uma formação que englobe ensino, pesquisa e extensão, conforme preconizado pelas diretrizes educacionais. Além disso, o projeto busca atender ao que é preconizado pela Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP).

A PNAISP é baseada no princípio universal da saúde como um direito humano, previsto pela Constituição brasileira, e reflete o compromisso do país em promover o acesso equitativo aos serviços de saúde para todos os seus cidadãos, incluindo aqueles que estão privados de sua liberdade (CNMP, 2023)

Ao considerar a importância da saúde masculina, o projeto busca atender às demandas dessa população, alinhando-se com a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH), esta abordagem reconhece as particularidades das condições de saúde enfrentadas pelos homens e busca promover ações de saúde que atendam a essas necessidades. As ações contemplam a realização de palestras educativas sobre prevenção de doenças, promoção de hábitos saudáveis e cuidados preventivos, que permitiram a disseminação de informações importantes para os recuperandos, tornando esses indivíduos protagonistas do cuidado da sua própria saúde.

Além disso, as oficinas práticas têm proporcionado oportunidades para os recuperandos adquirirem habilidades específicas, como primeiros socorros e prevenção de acidentes no trabalho. Essas atividades não apenas promovem a saúde física, como promovem uma melhoria da saúde mental e desenvolvimento de competências práticas e autocuidado. Também foram realizadas avaliações de saúde, com intuito de fornecer cuidados básicos, que têm desempenhado um papel crucial na identificação de necessidades de saúde específicas da população abrangida, permitindo a elaboração de intervenções personalizadas e direcionadas.



A realização dessas práticas educativas no projeto tem contribuído significativamente para sua eficácia e impacto na comunidade atendida.

Enfatiza-se que como processo educativo, a extensão universitária proporciona o intercâmbio entre o saber e o fazer, por meio da aplicação prática dos conhecimentos adquiridos no ambiente da sala de aula, articulando o processo de ensino por meio da ação em cenários reais (SANTANA, 2021).

No âmbito da medicina, o projeto proporciona, portanto, uma oportunidade única para os estudantes de Medicina de realizar a troca de conhecimentos e viver experiências nas quais aprimoram sua prática médica.

Concebe-se que as ações de extensão universitária propiciam a otimização da interrelação entre ensino, pesquisa e extensão, pois promovem a interação entre universidade e a sociedade, além de prestar serviços assistenciais pelos estudantes, que têm a oportunidade de desenvolver competências técnicas e socioemocionais (DOURADO, 2023).

Ademais, a limitação das condições de vida e saúde nos sistemas prisionais brasileiros é uma realidade, nesse contexto, a APAC emerge como uma alternativa promissora, buscando oferecer um ambiente mais humano e uma execução penal mais digna para os indivíduos privados de liberdade. Uma das principais diferenças entre a APAC e o sistema prisional comum é que, na APAC, os próprios presos - denominados recuperandos - são corresponsáveis por sua recuperação. (FERREIRA, 2016). Aliado a isso, o projeto busca auxiliar na promoção do cuidado dos indivíduos presentes nesse sistema e torná-los corresponsáveis, também, nessa esfera de cuidado.

Em suma, o projeto "Promoção da Saúde na APAC" representa não apenas uma iniciativa de extensão universitária, mas também um compromisso com a promoção da saúde e a formação acadêmica. Considerou-se que a vivência da extensão universitária propicia a interação sociocultural à comunidade acadêmica, fator que parece contribuir para o aprendizado e favorecer a percepção do processo saúde-doença (SANTANA, 2021). Por fim, ao atender às necessidades específicas da população carcerária, com uma abordagem centrada no indivíduo, o projeto "Promoção da Saúde na APAC" demonstra como as práticas educativas podem ser eficazes, mesmo em contextos desafiadores como o sistema prisional, demonstrando o potencial transformador da educação em saúde.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O projeto extensionista busca promover a saúde de diferentes formas em uma população marginalizada, o público carcerário masculino. Dessa forma, por meio da orientação em saúde

e rastreio de algumas doenças, foi possível difundir explicação e conhecimento para o público em questão. Assim, diversas dúvidas e crenças sociais foram solucionadas durante as rodas de conversa, juntamente à análise de parâmetros referentes às mais prevalentes doenças do país, como diabetes e hipertensão.

Outrossim, é relevante ressaltar o impacto da escuta ativa no acolhimento e orientação garantidos pelo profissional de saúde. Sob tal ótica, a abertura para participação dos recuperandos da APAC de Santa Luzia, em seu próprio cuidado com a saúde, teve excelente repercussão; com demonstração de grande interesse e compreensão dos mesmos.

Ademais, a implicação na formação profissional dos graduandos, é tamanha. Nesse contexto, é necessário ressaltar o aprendizado extracurricular proporcionado pelo projeto, exemplo disso: preparo de conteúdos e materiais envolvendo temas de saúde pública e saúde do homem (exigindo estudo e atualização por parte dos acadêmicos), resolução de dúvidas dos recuperandos (trabalhando a comunicação clara e em linguagem acessível para população leiga em termos médicos), aferição de pressão arterial e glicemia capilar (demandando capacidades técnicas) e acolhimento psicológico. Da mesma forma, foi garantido que a repercussão na vida dos reclusos fosse da mesma forma significativa. Assim, a difusão do conhecimento sobre os diferentes temas (hiperplasia benigna de próstata, diabetes, hipertensão, infecções sexualmente transmissíveis) foi certificada.

Portanto, por meio de diferentes abordagens: palestras, análise e coleta de glicemia, aferição de pressão arterial, rodas ativas de conversa e discussões; foi visível um grande alcance da população penitencial. Nesse contexto, o impacto na formação dos extensionistas, é, da mesma forma, tamanho; agregando em conhecimento e experiência global, por envolver diversas áreas (psicologia, jornalismo, teologia, medicina e enfermagem).

## REFERÊNCIAS

BARTOS. Mariana Scaff Haddad. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional: uma reflexão sob a ótica da intersetorialidade.

**Ciênc. saúde coletiva** 28 (4). Abr 2023. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/hvz7ZLGjrnB8LgrfdbLXsbc/?lang=pt>. Acesso em: 18. jun.2023

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Infopen. Brasília: julho a dezembro de 2019 [Internet]. Disponível em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMmU4ODAwNTAtY2IyMS00OWJiLWE3ZTgtZGNjY2ZhNTYzZDliIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTQiOGRhNmJmZThlMSJ9>.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional**. Brasília: MS; 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem**. Brasília: MS; 2009.

CHAKORA, Eduardo Schwarz. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. **Escola Anna Nery** [online]. 2014, v. 18, n. 4, pp. 559-561. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/1414-8145.20140079>. ISSN 2177-9465.

DOURADO ABM; Guandalini CCV; Lima RFS; Teixeira JCD; Souza MCA; Almeida Junior EHR. Contribuições de um projeto de extensão à formação médica: percepções de estudantes de graduação em medicina de uma universidade particular. Dados preliminares. **Rev Fluminense de Extensão Universitária**. 2023;13(1);06-10.

DUARTE, Emeide Nóbrega et al. Comportamento e competência em informação: uma experiência de extensão universitária. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis v.18, n.1, p. 553-575, jan-jun. 2013. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/859/pdf>. Acesso em: 5 abr. 2024

HERNANDES, Matheus. **O sistema prisional em foco: o método APAC como sua humanização**. JusBrasil, [S. l.], p. xx, 12 jan. 2019. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-sistema-prisional-em-foco-o-metodo-apac-como-sua-humanizacao/934205711>. Acesso em: 10 abr. 2024.

INCROCCI, Lígia Maria de Mendonça Chaves; ANDRADE, Thales Haddad Novaes de. O fortalecimento da extensão no campo científico: uma análise dos editais ProExt/MEC. **Revista Sociedade e Estado – Volume 33, Número 1, janeiro/abril 2018**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/cTFtTm9x69kYxZYnPMqDSZJ/?lang=pt&format=pdf>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). Secretaria de Atenção à Saúde. **plano nacional de saúde no sistema penitenciário**. XXX, [S. l.], p. XXXX, 1 jan. 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/pnaisp/publicacoes/cartilha-plano-nacional-de-saude-no-sistema-penitenciario-pnssp/view>. Acesso em: 10 abr. 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO (Brasil). Conselho Nacional do Ministério Público. **Difusão do Método APAC: O papel do Ministério Público brasileiro na implementação das APACs**. Brasília: [s. n.], 2023. 50 p. ISBN 978-65-89260-29-5. Disponível em: [https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewieydyRprCFaxXalpUCHRsbDgIQFnoECCUQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.cnmp.mp.br%2Fportal%2Fimages%2FPublicacoes%2Fdocumentos%2F2023%2FDifusao\\_do\\_Metodo\\_APAC.pdf&usg=AOvVaw2WMXukYIFdc4PP8PtPQegm&opi=89978449](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewieydyRprCFaxXalpUCHRsbDgIQFnoECCUQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.cnmp.mp.br%2Fportal%2Fimages%2FPublicacoes%2Fdocumentos%2F2023%2FDifusao_do_Metodo_APAC.pdf&usg=AOvVaw2WMXukYIFdc4PP8PtPQegm&opi=89978449). Acesso em: 5 abr. 2024

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas et al. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Revista Práxis Educacional**, v.17, n 48, p. 60-77, OUT./DEZ, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17>

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. **Política de Extensão - PUC Minas**. Belo Horizonte: (s,n), 2006. Disponível em: [http://www.pucminas.br/documentos/politica\\_de\\_extensao.pdf](http://www.pucminas.br/documentos/politica_de_extensao.pdf) .

SANTANA, Júlio César Batista et al. Atividades extensionistas Desenvolvidas na Associação de Proteção e Amparo ao Condenado (APAC) pelo curso de Enfermagem da PUC MINAS In: RODRIGUES et al. (Orgs). Práticas de extensão da PUC Minas na APAC: **Histórias que transformam**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2017. p.165.

SANTOS, D. V. dos; CLAUDINO, W. O. .; GONÇALVES, R. L. .; PUERARI, R. .; POLA, P. dos S. . Importance of the basic health unit in prisional establishments. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 12, n. 4, p. e16712441057, 2023. DOI: 10.33448/rsd-v12i4.41057. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/41057>. Acesso em: 11 apr. 2024.

SCHERER, Zeyne Alves Pires; SCHERER, Edson Arthur. Identificação dos Pilares da Educação na Disciplina Integralidade no Cuidado à Saúde. **Revista Escola Enfermagem**. USP 2012. 46(4):985-93 Disponível em:

**Georreferenciamento dos Quilombos Escadinha de Cima, RANCHO NOVO E  
ROCINHA: instrumentalização de tecnologias da ciência de dados na luta pelo  
reconhecimento dos direitos fundamentais das comunidades remanescentes de quilombo  
no serro - Minas Gerais.<sup>1</sup>**

**André Luiz Santos Moreira da Silva**  
**Carla Luiza de Oliveira**  
**Daniel Rocha Franca**  
**Ligia Ferreira de Carvalho Gonçalves**  
**Viviane Cristina Dias**

## **INTRODUÇÃO**

O conflito entre as comunidades quilombolas e as mineradoras em Minas Gerais é um tema de grande relevância e complexidade, marcado por interesses divergentes entre a preservação dos territórios tradicionais e a exploração mineral. Este trabalho visa analisar e contribuir para a compreensão desse conflito, especialmente no contexto das comunidades de Escadinha de Cima, Rancho Novo e Rocinha, situadas na divisa dos municípios do Serro e Alvorada de Minas.

Atuando na área tecnológica, buscamos contribuir com o projeto de extensão coordenado pelo professor XXXXX XXXXXX por meio da coleta de dados dessas comunidades e da utilização desses dados, juntamente com informações provenientes de outras fontes, para a construção de um documento técnico que localize e caracterize a população residente nessas comunidades.

Os resultados obtidos durante essa parceria têm o objetivo de contribuir de forma significativa para a defesa dos direitos das Comunidades Escadinha de Cima, Rocinha e Rancho Novo, sob orientação do professor XXXXX XXXXX e da professora XXXXX XXXXX, assim como para futuros projetos e indivíduos interessados no estudo dos temas abordados em nosso trabalho.

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

O Mapa dos Conflitos da Mineração no Brasil, elaborado anualmente pelo Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, é uma fonte de referência essencial. De acordo com o Relatório e Mapeamento dos Conflitos da Mineração de 2022, foram identificados 792 casos de conflitos em todo o país, com Minas Gerais liderando em número de ocorrências, representando 38,3% do total. Destes, cerca de 20% envolveram comunidades quilombolas, predominantemente relacionados à disputa pela terra.

Além disso, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), particularmente um estudo realizado em 2019, oferecem insights valiosos sobre a distribuição e a dimensão das comunidades quilombolas no Brasil. Estima-se que existam aproximadamente 5.972 localidades quilombolas, porém apenas 404 são oficialmente reconhecidas. A inclusão tardia dessas comunidades no censo realizado pelo IBGE em 2022 destaca a invisibilidade enfrentada por elas, a qual intensifica os desafios em sua luta por direitos fundamentais.

Essas fontes constituem a base teórica deste estudo, fornecendo um contexto abrangente e detalhado para a compreensão dos conflitos em questão e subsidiando a análise empírica posterior. A análise desses dados e estudos contribui significativamente para o embasamento teórico deste trabalho, enriquecendo a discussão e a defesa dos direitos das comunidades quilombolas afetadas pela mineração.

## **METODOLOGIA**

A metodologia adotada neste estudo emprega ferramentas de ciência de dados para realizar o georreferenciamento e a caracterização das comunidades remanescentes de quilombo. Abaixo, descreve-se detalhadamente os procedimentos planejados:

### **1. Coleta de Dados:**

Foi realizada uma coleta abrangente de dados sobre as comunidades quilombolas alvo do estudo, incluindo informações demográficas, geográficas, socioeconômicas e culturais relevantes para a caracterização das comunidades.

### **2. Georreferenciamento:**

Será realizado o georreferenciamento dos dados geográficos que serão coletados, a fim de mapear a localização exata das comunidades quilombolas em relação às áreas de interesse para a mineração.

### **3. Análise de Dados:**

Os dados serão analisados para identificar padrões espaciais, relações de proximidade com áreas de mineração e outros aspectos relevantes para a compreensão da interação entre as comunidades quilombolas e as atividades mineradoras.

#### 4. Caracterização das Comunidades:

Com base em todo o processo realizado com os dados, as comunidades quilombolas serão caracterizadas em termos de tamanho da população, estrutura familiar, atividades econômicas, acesso a serviços básicos, infraestrutura, entre outros aspectos.

#### 5. Visualização de Dados:

Os resultados da análise serão apresentados por meio de visualizações de dados claras e informativas, como mapas, gráficos e tabelas, facilitando a compreensão e interpretação dos resultados.

#### 6. Validação:

Os resultados serão validados em conjunto com as comunidades quilombolas envolvidas no estudo, garantindo sua participação ativa no processo e promovendo uma abordagem participativa e colaborativa.

#### 7. Documentação Técnica:

Todos os procedimentos, resultados e conclusões serão documentados em um relatório técnico, servindo como registro das atividades realizadas e como subsídio para futuras pesquisas e intervenções relacionadas ao tema.

## **DISCUSSÃO E/OU RESULTADOS**

A ação extensionista desenvolvida está alinhada com o arcabouço teórico apresentado, que destaca os conflitos entre as comunidades quilombolas e as atividades de mineração em Minas Gerais. A partir da revisão da literatura, foi possível compreender a complexidade desses conflitos, evidenciando a luta das comunidades por seus direitos fundamentais diante da pressão exercida pelo setor minerador.

Ainda não tendo resultados concretos, as etapas iniciais do trabalho, como a coleta de dados e o planejamento do georreferenciamento, são fundamentais para a condução da pesquisa. A coleta de dados permite uma compreensão mais detalhada das características das comunidades quilombolas envolvidas, enquanto o georreferenciamento possibilitará a visualização espacial das mesmas em relação às áreas de interesse para a mineração.

A utilização de recursos ilustrativos, como figuras e tabelas, será crucial para apresentar de forma clara e objetiva os resultados obtidos nas etapas posteriores da pesquisa. Esses recursos ajudarão a destacar padrões espaciais, relações de proximidade com áreas de

mineração e outras informações relevantes para a análise dos conflitos e a defesa dos direitos das comunidades quilombolas.

Embora ainda não tenha resultados concretos para análise, é importante ressaltar a relevância e o potencial impacto deste trabalho na promoção da justiça social e na defesa dos direitos das comunidades quilombolas afetadas pela mineração em Minas Gerais. A continuidade das etapas de pesquisa e a análise dos dados serão essenciais para alcançar os objetivos propostos e contribuir de forma significativa para a causa em questão.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho tem como objetivo principal contribuir para a defesa dos direitos das comunidades quilombolas de Escadinha de Cima, Rocinha e Rancho Novo, situadas na divisa dos municípios do Serro e Alvorada de Minas, em Minas Gerais, frente aos conflitos gerados pelas atividades de mineração na região. Para alcançar esse objetivo, foram delineadas diversas etapas de pesquisa e ação extensionista, conforme descritas ao longo deste relatório.

Apesar de ainda não termos resultados concretos para análise nesta etapa do trabalho, as etapas preliminares de coleta de dados e planejamento do georreferenciamento forneceram uma base sólida para a condução da pesquisa. A partir de agora, seguiremos com as etapas subsequentes, incluindo o georreferenciamento dos dados coletados, a análise dos resultados e a validação junto às comunidades quilombolas envolvidas.

É importante ressaltar que este trabalho não se limita apenas à produção de conhecimento acadêmico, mas também busca promover a conscientização sobre os direitos das comunidades quilombolas e contribuir para ações concretas de defesa e preservação de seus territórios e modos de vida.

Em resumo, o presente trabalho reafirma o compromisso com a justiça social, a equidade e a defesa dos direitos humanos, especialmente das comunidades historicamente marginalizadas, como as comunidades quilombolas. A continuidade deste projeto representa um passo importante na luta pela garantia de direitos e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

### **REFERÊNCIAS**

GEISLER, Tiago. **A Comunidade de Queimadas Frente à Expansão Minerária no Alto Jequitinhonha**: A defesa de um território. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável), área de concentração em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais, da prof. de Brasília, Brasília, 2017.

LAGÔA, Tatiana. **Mina em Serro ameaça abastecimento hídrico e quilombolas**. Jornal O Tempo, 17 jan. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2FE9Rrl>. Acessado em: 22 mar. 2019.



LEITE, Matheus de M. G. Territórios Quilombolas e Mineração: reflexões críticas sobre o direito à consulta e ao consentimento prévio das comunidades quilombolas nos processos de licenciamento ambiental. **Revista de Direito da Cidade**, vol. 10, nº 4, 2016.

# GESTÃO CONTÁBIL PARA A SUSTENTABILIDADE DE CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS<sup>1</sup>

**Josmária Lima Ribeiro de Oliveira**

**Sergio Ribeiro da Silva**

**Carlos Alberto Gama**

**Camila Achilles Alves Pereira**

**Gabriella Sherine Rahmat Bucek**

## RESUMO

Viver em sociedade, em comunidades horizontais ou verticais é um desafio para a sociedade brasileira que vivencia indicadores expressivos de aprimoramento da educação financeira. A estrutura das cidades, que considera a acessibilidade e a gestão de recursos comuns para favorecer um ambiente favorável ao bem-estar, por vezes confronta com as decisões individuais e coletivas, as medidas menos agressivas entre as relações sociais e mais sustentáveis para o meio ambiente. Conceber a estrutura do condomínio e implantar a gestão contábil para a sustentabilidade de condomínios residenciais é uma medida de cidadania para garantir o alinhamento de perspectivas, o apoio comum, e a construção de perspectivas ecoeficientes. O objetivo do artigo consistiu em identificar a prática da gestão contábil em condomínios residenciais para promover a sustentabilidade. Pela metodologia de estudo de caso com abordagem intervencionista, a descrição dos resultados permite estruturar um processo contínuo de abordagem para garantir a condição objetiva ao bem comum, diante do controle efetivo dos valores envolvidos e da busca transparência das informações, com assessoria profissional para as comunidades consideradas. Entre os resultados obtidos contempla-se a mudança de cenário para os moradores, os participantes do projeto e para a vivência universitária. Como perspectivas de novos direcionamentos, a estrutura conclusiva lança luz sobre oportunidade de ampliação das práticas extensionistas de maneira multidisciplinar, favorecendo o programa de educação financeira na Universidade.

**Palavras-chave:** condomínio; sustentabilidade; inadimplência; extensão.

## ACCOUNTING MANAGEMENT FOR SUSTAINABILITY OF RESIDENTIAL CONDOMINIUMS

### ABSTRACT

Living in society, in horizontal or vertical communities, is a challenge for Brazilian society, which is experiencing significant indicators of improvement in financial education. A structure that considers the accessibility and management of common resources to favor an environment favorable to well-being, sometimes faced with individual and collective decisions, the least aggressive measures between social relations and more sustainable for the environment environment. Designing a condominium structure and implementing accounting management for the sustainability of residential condominiums is a citizenship measure to ensure the alignment of perspectives, common support, and the construction of eco-efficient perspectives. The objective of the article is to identify the practice of accounting management in residential condominiums to promote sustainability. Using the case study methodology with an interventionist approach, the description of the results allows structuring a continuous process of approach to guarantee the objective condition for the common good, given the effective control of the values involved and the search for transparency of information, with professional advice for the communities considering. Among the results obtained include a change of scenery for residents, project participants and the university experience. As perspectives for new directions, the conclusive structure sheds light on the opportunity to expand extension practices in a multidisciplinary way, favoring the financial education program at the University.

**Keywords:** condominium, sustainability, order to cash, extension.

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

## INTRODUÇÃO

Uma unidade curricular característica da PUC Minas é a disciplina de Cultura Religiosa: Pessoa e Sociedade. A descrição do plano de ensino da unidade, compreende a vida em sociedade, acompanhada pela reflexão das disciplinas de Sociologia e Filosofia. A abordagem humanista é uma identidade da Universidade transmitida em sua missão, pela busca por “promover o desenvolvimento socioambiental, por meio da excelência da formação humanista, científica e tecnológica de profissionais engajados, observando os valores da ética, da solidariedade e do bem comum, mediante a produção e disseminação das ciências, artes e cultura, e a integração entre a Universidade e a Sociedade” (PUC Minas, 2023).

A essência pela busca de uma vida amparada para a sustentabilidade é convergente com os cuidados com a casa comum. Uma medida de impacto relevante para a preservação de espaços favoráveis ao desenvolvimento humano, garantindo sustentabilidade nas perspectivas ESG (*Environmental, Social and Governance*). A gestão tem um papel fundamental na capacidade de conceber ações efetivas para zelar pela tratativa dos recursos financeiros com os devidos impactos sociais e ambientais. Em âmbito mundial, a contabilidade é a responsável por expressar diante dos relatos integrados e das análises dos relatórios de sustentabilidade a efetividade dos registros obtidos (IFRS, 2024).

Contudo, no contexto do dia a dia, na vivência entre moradores de um condomínio, a eficiência corporativa pode vir a perder efetividade diante de conflitos que fragilizam a boa convivência, o cuidado com a segurança e a manutenção das boas condições de funcionamento, bem como a adaptação do uso do espaço com o decorrer da experiência de moradia. Neste contexto, a profissionalização da gestão é um atrativo para muitas comunidades de condomínios. Mas, a simples contratação de uma empresa não isenta a responsabilidade de cada morador e a necessidade de existir um líder articulador que represente a comunidade, como ponderado por Almeida *et al.* (2016) e Alves (2021).

A inadimplência nos condomínios é um desafio que impacta significativamente a gestão financeira dessas instituições (Argenton, 2020). O não pagamento das parcelas condominiais pelos condôminos inadimplentes compromete a arrecadação de recursos necessários para cobrir as despesas comuns, como manutenção, segurança, limpeza e outros serviços essenciais. Para combater a inadimplência, é fundamental que a gestão do condomínio adote medidas eficazes, como aprimorar a comunicação com os condôminos, oferecer opções de pagamento mais acessíveis, investir em tecnologia para facilitar a cobrança e buscar soluções amigáveis antes de recorrer a medidas legais mais onerosas.

Contudo, para além da perspectiva financeira, os condomínios também podem desenvolver ações que contribuam para o desenvolvimento da cidadania diante da conscientização para a adoção de boas práticas vinculadas à sustentabilidade ambiental e social (Zanella *et al*, 2017). Portanto, a proposta extensionista desenvolvida na disciplina de Projeto Aplicativo, no curso a distância em Ciências Contábeis da Universidade Virtual promoveu um ambiente de reflexão sobre o auxílio aos condomínios, diminuindo o nível de inadimplência, melhorando a gestão financeira e aumentando a disponibilidade de recursos para investimentos em infraestrutura, considerando impactos favoráveis ao alcance da sustentabilidade. O processo de curricularização das práticas de extensão na Universidade XXXX pode ser conhecido pelo relato das autoras Colamarco *et. al* (2017).

Como método de análise, a abordagem documental considerou os balancetes e os razões das contas do condomínio, bem como as notificações enviadas aos condôminos inadimplentes, informando sobre o atraso no pagamento das parcelas condominiais. Com as informações detalhadas sobre a situação financeira do condomínio, foi possível identificar os condôminos inadimplentes, acompanhar as despesas e receitas, considerar as variações no consumo de água e luz, ponderar sobre os contratos de manutenção, e sugerir a adoção de medidas para favorecer a sustentabilidade de maneira integral, no contexto da comunidade.

O objetivo do artigo consistiu em identificar a prática da gestão contábil em condomínios residenciais para promover a sustentabilidade. O presente trabalho descreve as experiências vivenciadas, sustentadas pela metodologia de pesquisa qualitativa e intervencionista, ao fomentar o mapeamento, a caracterização do cenário e a projeção de ações que representem estratégias eficientes para a redução da inadimplência nos condomínios, potencializando a gestão financeira dessas instituições e o aumento da disponibilidade de recursos para investimentos em infraestrutura, no intuito de potencializar alvos de sustentabilidade social e ambiental para a comunidade considerada. Os resultados tratados foram obtidos diante das práticas extensionistas desenvolvidas com condomínios residenciais, sendo, portanto, uma abordagem intervencionista cumprindo com o protocolo de pesquisa para estudo de caso. A estruturação dos fatos e composição das categorias de análise resultou da análise comparada pelos cenários observados, possível pela estruturação das fontes de informação, que favoreceram a reflexão crítica do grupo de vivência.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

A sustentabilidade abordada pela sigla ESG, considera três dimensões: a ambiental, a econômica e a social. Garantir uma condição de serviços que favoreçam a vida em comunidade

por meio de recursos compartilhados é uma solução necessária, especialmente para as estruturas de condomínio residencial vertical. Mina Falsarella *et. al* (2023) aborda tal contexto, ao ponderar o impacto ao meio ambiente e a qualidade de vida das pessoas, e identificar que os condomínios residenciais analisados colocam ênfase maior para a dimensão econômica e menor para as dimensões social e ambiental.

Philippe (2022) ao analisar o contexto de condomínio ponderou que existe uma necessidade de Condomínios sustentáveis e construções verdes. A estrutura desenvolvida pela modelagem de pesquisa, permitiu identificar indicadores esperados para o desenvolvimento de estruturas, superando as expectativas de atenção a legislação, disponibilidade de capital e gestão de recursos humanos para alcançar a busca de uma perspectiva mais ampliada. A medida de observação sobre os resíduos sólidos e a busca pelo desenvolvimento de estruturas sociais voltadas para a valorização da Economia Circular (Santos, 2023) são desafios práticos que tem recebido a atenção da comunidade científica.

O controle da inadimplência é tratado no âmbito da administração condominial, regulamentado pela legislação civil e pelo Regimento Interno do condomínio. Essas normas podem estabelecer regras para a cobrança de taxas condominiais atrasadas e medidas a serem tomadas em caso de inadimplência prolongada. A legislação brasileira que trata sobre o controle de inadimplência nos condomínios é principalmente regida pelo Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002) e pela Lei dos Condomínios (Lei nº 4.591/1964). Essas leis estabelecem os direitos e obrigações dos condôminos, bem como as regras de administração e cobrança das taxas condominiais.

De acordo com a legislação, o não pagamento das taxas condominiais por parte de um condômino constitui uma dívida e o condomínio tem o direito de adotar medidas para cobrá-la. Observa-se que é dever do condômino contribuir para as despesas do condomínio, na proporção de sua fração ideal, salvo disposição em contrário na convenção condominial. O Código Civil determina que o condômino, ou possuidor, que não cumpre reiteradamente com os seus deveres perante o condomínio poderá, por deliberação de três quartos dos condôminos restantes, ser constrangido a pagar multa correspondente até ao quántuplo do valor atribuído à contribuição para as despesas condominiais, conforme a gravidade das faltas e a reiteração, independentemente das perdas e danos que se apurem. Pelo artigo 1.348, inciso VIII do Código Civil constata-se que confere ao síndico o poder de representar o condomínio em juízo ou fora dele, em todos os atos relacionados à cobrança de dívidas condominiais (Brasil, 2023).

Silva (2018) explica que “a inadimplência é resultado, especialmente, de consumismo e do desemprego. Segundo os dados apontados por uma pesquisa realizada pelo Serviço de

Proteção ao Crédito (SPC Brasil), aponta que quase metade dos consumidores tem média impulsividade, seguido por 28% com alta e 26% com baixa impulsividade na hora da compra, sendo estimulado não por uma real, mas sim por dimensão afetiva, tais como a urgência da compra, as emoções e o humor.” A administração de condomínios possui um aspecto essencial que se concentra na supervisão das operações diárias e na manutenção de um condomínio, em especial, na parte financeira. O envolvimento de uma variedade de responsabilidades exige habilidades de comunicação, atenção aos detalhes e conhecimento das leis e regulamentos relevantes. Farber e Segreti (2019) ressaltam que “para se administrar um condomínio deve ser estabelecido um corpo diretivo que é representado pelos próprios condôminos, composto pelo síndico, conselho fiscal e pela assembleia geral dos condôminos, conforme prevê a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. As empresas de serviços dedicadas a administrar condomínios, devem zelar pela gestão eficaz, instrumentalizando os síndicos para que possam desenvolver habilidades necessárias ao exercício social.

Nas palavras de Vale *et al* (2019) “sendo os condomínios espécies de organização social, cabe à gestão do mesmo um olhar sustentável que vai desde a contratação e aquisição adequadas de produtos e serviços, criação de regras que salvaguardem o bom uso dos espaços comuns, consumo adequado de materiais naturais, bem como aplicação adequada dos recursos financeiros e recursos humanos”. Para os autores, a modelagem para nível de sustentabilidade é avaliado por ofertar: 1) legitimidade documental (formalização do condomínio e existência de regras de convivência adequadas ao equilíbrio ambiental); 2) fornecedores de produtos e serviços contratados (opção por fornecedores e produtos engajados às questões ambientais); 3) serviços essenciais (consumo de energia, água, geração e destinação de resíduos, esgoto, entre outros); 4) administração do condomínio (capacitação e disponibilidade financeira para investimentos em gestão ambiental); 5) responsabilidade social (relação da instituição com a sociedade, sustentabilidade financeira); e 6) recursos humanos (valorização da legislação trabalhista e dos funcionários e aplicação das normas de segurança e medicina do trabalho).

Habilidades de comunicação também são essenciais para os administradores de condomínios. Eles devem ser capazes de se comunicar de forma eficaz com residentes, fornecedores e outras partes interessadas. Isso inclui fornecer instruções claras e concisas, abordar preocupações e reclamações em tempo hábil e manter linhas de comunicação abertas com todas as partes envolvidas. Nas palavras de Zanella *et al* (2017) “o síndico possui diversas funções, este por sua vez, deve fazer a prestação a partir da contabilidade condominial, visto que, o síndico é um gestor do condomínio eleito por seus condomínios a fim de não somente

administrar as finanças, mas estabelecer a ordem do local e o bem-estar dos mesmos, ficando sob sua responsabilidade a prestação de contas perante assembleia.”

A administração eficaz de um condomínio requer conhecimento das leis e regulamentos relevantes. Os administradores devem estar familiarizados com as leis locais e estaduais relativas à gestão de propriedades, moradia justa e outros regulamentos relevantes. Eles também devem se manter atualizados com as mudanças nas leis e regulamentos que podem afetar a operação do complexo. Com atenção aos detalhes, os administradores de condomínios devem ser capazes de identificar problemas potenciais e resolvê-los antes que se tornem questões importantes; além de gerenciarem tarefas simultâneas, elencando as prioridades, e garantindo que todos os aspectos do complexo estejam funcionando. Um condomínio bem administrado pode proporcionar aos residentes um ambiente de vida seguro, confortável e agradável. Também pode aumentar os valores das propriedades e atrair novos moradores. Por outro lado, condomínios mal administrados podem levar à insatisfação dos moradores, desvalorização dos imóveis e problemas legais, como aludido por Almeida *et. al* (2016). A título de exemplificação o caso abordado por Alves (2021) demonstra que a falta de controle e fiscalização pela diretoria e conselho fiscal sobre a administração do condomínio, trouxeram prejuízos devido ao aumento de despesas, e referente a inadimplência não cobrada devido a ausência de providências por parte da administradora do condomínio.

As responsabilidades de um administrador de condomínio incluem administrar finanças, coordenar reparos e manutenção, aplicar regras e regulamentos e atender às preocupações dos moradores. Como representante legal do condomínio, o síndico responde civil e criminalmente pelos seus atos à frente do condomínio. Tal responsabilidade toma maior seriedade e considerarmos que o alcance da lei não restringe somente ao previsto na Lei do Condomínio, mas ainda em outras leis, a exemplo da nº 8.137 de 27 de dezembro de 1990, que trata dos crimes de ordem tributária, econômica e contra relações de consumo e o Código de Defesa do Consumidor, regulamentado pela Lei nº 8.08 de 11 de setembro de 1990 (Farber e Segreti 2019). O gerenciamento eficaz requer habilidades de comunicação, atenção aos detalhes e conhecimento das leis e regulamentos relevantes. Ao garantir que esses aspectos da administração sejam bem executados, os administradores de condomínios podem oferecer aos moradores um ambiente de vida seguro, confortável e agradável, aumentar o valor da propriedade e evitar problemas legais.

Uma boa assessoria contábil é determinante para qualificar a sustentabilidade do condomínio. O desenvolvimento da cultura gerencial potencializa a boa convivência e a manutenção do patrimônio. Argenton (2020) observou evidências com 40 síndicos vinculados

a uma organização contábil, e constatou que eles utilizam e adotam as informações contábeis gerencial, principalmente na tomada de decisão, na prestação de conta anual para Assembleia geral e no controle de fluxo de caixa. Para a execução dos processos informacionais da gestão do condomínio, os síndicos utilizam como principais relatórios: controle de contas a pagar (gasto de energia, água e gás), controle de pagamento a fornecedores, controle de recebimento (entrada e saída de recursos) e relatório de inadimplentes. Os registros confirmaram que a opinião dos síndicos é de que a assessoria e administração condominial é de extrema importância por serem relevantes e atenderem as necessidades do processo de gestão do condomínio, dando mais segurança e confiabilidade na gestão como síndico, tanto na parte legal, contábil e administrativa.

## **METODOLOGIA**

No presente trabalho, a abordagem qualitativa com a proposta intervencionista caracterizada pelos objetivos propostos, foi estruturante para selecionar os meios para coleta de dados, trabalho de campo e acompanhamento da intervenção (Thiollent, 2002). A abordagem qualitativa permitirá descrever a complexidade do problema investigado, analisando a interação de certas variáveis, para que seja possível compreender e classificar processos dinâmicos vivenciados no ambiente investigado (Ricardson, 1999).

O preparo do grupo de trabalho, considerou o estudo prévio e a definição dos métodos de abordagem com o público-alvo. O arcabouço teórico considerou o marco legal, as estratégias eficientes para reduzir a inadimplência nos condomínios, e a melhoria da gestão financeira das instituições, bem como o mapeamento das práticas de sustentabilidade e de sua convergência para o bem comum. Do estudo das normas contábeis e da legislação brasileira à compreensão das melhores práticas e diretrizes para lidar com a inadimplência e alcançar ecoeficiência, foram desenvolvidos estudos bibliográficos.

Da análise bibliográfica, identificou-se que a metodologia de estudo de caso seria a mais favorável para a identificação dos atos desenvolvidos na ação do condomínio, permitindo identificar as falas do síndico, dos moradores, da administradora, e os relatos dos moradores. A perspectiva descritiva, com obtenção de informações por visita de campo favoreceu a realização do estudo de casos múltiplos, pela observação do contexto de cinco condomínios residenciais adotando a abordagem intervencionista.

O percurso de observação permitiu identificar a estrutura presente e os principais desafios identificados diante de um protocolo de pesquisa estruturado para o desenvolvimento das coletas de dados que contemplaram os dados documentais, a observação não participante,



e as entrevistas semiestruturadas. Um dos condomínios estudado possui 8 torres, 435 apartamentos, aproximadamente 1.100 moradores, área de festa, brinquedoteca, piscina, academia e cerca de 20 funcionários, entre terceirizados e próprios. Outras três estruturas acompanhadas consistiram em três condomínios com 35 funcionários. O condomínio com menor estrutura continha 75 moradores com uma crítica situação de viabilidade financeira devido ao alto volume de inadimplência.

As etapas de intervenção com as organizações investigadas consideraram um protocolo de pesquisa (YIN, 2001), recomendando uma sequência de abordagens que direcionasse às fontes documentais favorecendo uma abordagem qualitativa com sustentação documental e validação por distintas fontes de informação. A estruturação do protocolo considerou as recomendações de pesquisas futuras, indicadas por Almeida *et. al* (2016), Zanella *et al* (2017), Silva (2018), Vale *et al* (2019), Argenton (2020), Alves (2021) e Philipe (2022). Para tanto, iniciou-se com o mapeamento da situação cadastral, contábil e financeira do condomínio, relacionando as questões tributárias e de pessoal, bem como os desafios estruturais e de relacionamento para a sustentabilidade da comunidade, associada ao cuidado com o bem comum.

A segunda etapa consistiu em diagnosticar a situação do condomínio e identificar os normativos internos, legais e técnicos que subsidiem as medidas cabíveis, estabelecendo um plano de ação para a abordagem extensionista, com vistas a alcançar o objetivo da sustentabilidade para a comunidade atendida. A etapa seguinte considerou a análise do contexto e sugestão de ações gerenciais para a melhoria de processo, diante das demandas financeiras, fiscais, de pessoal e patrimoniais. Estruturar materiais que expressem a viabilidade da estruturação de um processo adequado ao alcance dos objetivos traçados, diante das necessidades observadas, suportado por planos de adequação, investimento e financiamento, diante das condições de gestão da informação para a análise de custos. Para apoiar a transformação do contexto local, as abordagens consideraram a construção de um projeto de intervenção para o aprimoramento da perspectiva de sustentabilidade do condomínio, favorecendo uma continuidade do processo de melhoria, diante da conscientização dos pares.

Como dados documentais foram considerados os acessos a balancetes e razões das contas do condomínio, bem como as notificações enviadas aos condôminos inadimplentes. Tais documentos forneceram informações fundamentais sobre a situação financeira do condomínio, permitindo identificar os condôminos em atraso e compreender a gravidade da inadimplência, bem como o montante final. Como parte do processo de coleta de dados, foram realizadas entrevistas com o membro do conselho fiscal do condomínio para compreender as práticas

adotadas no condomínio quando ocorre alguma inadimplência por parte dos condôminos. Com base no processo metodológico, foi possível reunir informações relevantes, embasadas em teorias, práticas e experiências reais, a fim de propor estratégias eficientes no combate à inadimplência e na gestão financeira dos condomínios.

As ações para o desenvolvimento da prática extensionistas consistiram no diagnóstico, na caracterização da situação do condomínio, na elaboração de uma estrutura processual para as melhorias a serem implantadas. Destaca-se ainda, a orientação prática realizada pelos docentes sobre os projetos realizados, considerando o apoio a compreensão e implantação das medidas pelo síndico, condôminos e parceiros, favorecendo o alcance dos objetivos para a garantia da sustentabilidade à comunidade assistida, diante da perspectiva de conscientização do espaço coletivo para o bem comum.

A análise de conteúdo categorial foi possível pela integração estabelecida diante do protocolo de pesquisa adotado. O relato dos resultados expressa as perspectivas gerais dos casos observados, oportunizando elencar pontos em destaque para algumas circunstâncias identificadas. A perspectiva faça ou explique foi adotada pela expectativa de caracterizar a abordagem descritiva, sem a intencionalidade de tratar caso a caso, mas favorecer a associação de um roteiro de práticas para a sustentabilidade diante do olhar das distintas realidades observadas. Pelo feito, optou-se pela representação textual, sendo oportuno para futuras pesquisas a estruturação de uma modelagem visual, alinhada às novas normativas contábeis S1 e S2, elaboradas pelo IFRS e em adoção no cenário brasileiro.

## **RESULTADOS**

Diante da análise de cinco casos realizados foi possível compor um relato das realidades observadas e identificar os desafios mapeados para o alcance da sustentabilidade no ambiente da coletividade, retratado pela constituição dos condomínios residenciais. Os resultados descritos nesta seção de estudos evidenciam a convergência das perspectivas de observação. As abordagens de intervenção com cada condomínio, bem como a proposição dos projetos de intervenção foi apresentada para o corpo diretivo dos condomínios observados. Para a descrição dos resultados optou-se pelo relato das evidências convergentes, demonstrando a abordagem dos casos em estudo, pela tratativa de múltiplos casos.

O administrador de condomínio supervisiona as operações diárias e oferta a manutenção do complexo. Isso inclui administrar finanças, coordenar reparos e manutenção, aplicar regras e regulamentos e atender às preocupações dos residentes. A gestão financeira é um aspecto

crucial da administração do condomínio, pois os administradores são responsáveis por cobrar taxas e garantir que os recursos sejam usados para manter o imóvel. Eles também devem coordenar reparos e manutenção para garantir que a propriedade esteja bem conservada e segura para os residentes. Fazer cumprir as regras e regulamentos do condomínio também é uma responsabilidade crítica do administrador. garantir que os residentes cumpram as regras e regulamentos descritos nos documentos que regem é um desafio complexo e cotidiano. Os gestores são responsáveis por abordar as preocupações dos moradores e resolver disputas entre eles.

Com base nas informações obtidas a partir dos balancetes, razões das contas e notificações, foram sugeridas diversas medidas para reduzir a inadimplência dos condôminos. A comunicação efetiva é uma dessas estratégias, conscientizando-os sobre a importância do pagamento das taxas condominiais e as consequências da inadimplência. A utilização de sistemas de cobrança automatizados simplifica e agiliza o processo de emissão de boletos e acompanhamento dos pagamentos. Essa automatização reduz erros e atrasos, proporcionando uma cobrança mais eficiente e transparente, o que facilita a gestão financeira do condomínio.

Um dos condomínios identificados registrou um elevado valor de inadimplência para dois apartamentos, sendo recomendada a negociação e o parcelamento das dívidas em casos de inadimplência, bem como oferecer incentivos para os condôminos adimplentes, como descontos nas taxas condominiais, brindes ou outras recompensas simbólicas. Caso tais práticas sejam abordadas de maneira disciplinar, torna mais efetiva a motivação para os moradores manterem os pagamentos em dia. Pelo presente, na intenção de se adotar medidas práticas, recomenda-se que o tratado esteja presente na assembleia de condomínio e conste em ata. Posteriormente, deve ser feita a notificação do condômino informando sobre a dívida devidamente atualizada até a data da cobrança.

Na perspectiva do não alcance do êxito pela negociação e acordo, evidencia-se a necessidade de recorrer às medidas legais disponíveis, possível pela cobrança judicial. Neste aspecto, conhecer e seguir as diretrizes legais é essencial para evitar possíveis problemas futuros e garantir a regularização dos débitos. Nesse caso, considera-se relevante ter a assessoria advocatícia para prestar conselhos jurídicos e auxiliar nos processos, como recomendado por Argenton (2020).

No caso observado, após a implementação das medidas de redução da inadimplência, os resultados financeiros no condomínio foram significativos. O ajuste também promoveu um aumento na arrecadação das cotas condominiais, resultando em uma maior disponibilidade de recursos financeiros, o que permitiu a realização de investimentos em melhorias nas áreas

comuns, como: reparos estruturais, paisagismo, instalação de equipamentos de segurança e outras demandas identificadas previamente. Além disso, a regularização dos pagamentos e a redução da inadimplência contribuíram para a melhoria da capacidade de planejamento financeiro do condomínio, possibilitando a formação de reservas para situações emergenciais e a realização de obras de maior porte, como a reforma de fachadas ou a implementação de sistemas de eficiência energética, em conformidade com as ponderações de Philipe (2022).

A redução da inadimplência teve um impacto positivo nas relações sociais dentro do condomínio. A melhoria da gestão financeira, com manutenção adequada das áreas comuns, resultou em espaços mais agradáveis e seguros para os moradores, ampliando o senso de comunidade e bem-estar, uma vez que todos puderam desfrutar de espaços em boas condições. Além disso, a comunicação mais eficiente com os condôminos, incluindo o esclarecimento sobre a destinação dos recursos arrecadados, ajudou a estabelecer uma maior transparência e confiança entre a administração e os moradores. Essa transparência fortaleceu a participação e o engajamento dos condôminos nas assembleias e nas tomadas de decisão relacionadas ao condomínio. Uma ação contundente para congregar esforços dos moradores e evitar o exposto por Silva (2018), favorecendo assim a educação financeira do coletivo habitacional.

A gestão adequada dos recursos financeiros proporciona uma maior eficiência operacional no condomínio. Com uma arrecadação mais estável, nos casos observados, a administração pôde planejar melhor as despesas e investimentos, evitando surpresas orçamentárias e desequilíbrios financeiros. Além disso, a regularização jurídica e os acordos estabelecidos com os inadimplentes contribuíram para a diminuição dos processos judiciais de cobrança, agilizando as operações administrativas do condomínio e evitando gastos excessivos com honorários advocatícios. Os moradores passaram a compreender a relação direta entre a adimplência e a qualidade de vida no condomínio, desenvolvendo uma maior responsabilidade em relação aos pagamentos. A redução da inadimplência também contribuiu para a diminuição de conflitos e tensões entre os moradores, uma vez que a falta de pagamento das cotas condominiais muitas vezes é motivo de discórdia e desentendimentos. O ambiente mais harmônico oferta oportunidades para galgar a valorização de outros aspectos convergentes à sustentabilidade, como a Economia Circular, apoiada por Santos (2023).

Manter a contabilidade transparente e acessível aos condôminos, disponibilizando relatórios financeiros periódicos, demonstrando a destinação dos recursos arrecadados e os gastos realizados pelo condomínio ajuda a criar confiança e demonstrar a importância do pagamento das taxas condominiais. A pensar na perspectiva da sustentabilidade para a promoção de um ambiente favorável ao desenvolvimento coletivo, seria positivo realizar

palestras, workshops ou materiais educativos que abordem temas relacionados à educação financeira (Silva, 2018) e administração condominial para que todos tenha consciência do impacto da inadimplência para o caixa do condomínio.

Ao considerar as propostas de ações para favorecer a qualidade de vida dos moradores, foram elencadas as oportunidades de melhoria para a comunicação com os condôminos, a fim de evitar que bens de uso coletivo sejam danificados, especialmente nas áreas coletivas do salão de festas e das churrasqueiras, favorecendo a consciência coletiva e diminuindo o impacto das penalidades a serem executadas pelo síndico (Farber e Segreti, 2019). O uso de checklist dos itens antes e depois das festas pode vir a ser uma prática efetiva para diminuir os danos ou responsabilizar o condômino. As proposições de aprimoramento podem considerar os informativos na TV dos elevadores, além de criar grupos de WhatsApp para divulgar as tratativas. A dinâmica da sustentabilidade pela abordagem social consiste na oferta de condições equânimes para todos os moradores.

Pela perspectiva ambiental foi possível identificar oportunidades de desenvolvimento pela auditoria energética, no intuito de identificar possíveis desperdícios de energia. No intuito de buscar a eficiência energética e a redução de custos, as estruturas de condomínio podem realizar ações voltadas para a troca de lâmpadas convencionais por lâmpada de LED, e instalar temporizador nos locais onde há risco de deixar a luz do recinto acesa. Observa-se também a oportunidade de avanço para abordar a energia solar como opção sustentável e econômica para reduzir os custos de eletricidade em condomínios. Neste sentido, a análise de viabilidade para instalação de painéis solares no telhado do prédio pode favorecer decisões convergentes à geração de energia limpa e reduzir a dependência da rede elétrica convencional. Um dos condomínios chegou a desenvolver um estudo sobre o uso da cobertura do estacionamento dos carros para tal fim.

Outro ponto importante para a ponderação sobre os objetivos sustentáveis (ODS, 2023) consiste no tratamento da água. Para tanto, os condomínios podem aprimorar suas práticas com a aplicação de campanhas para conscientização entre os moradores, incentivando o uso responsável desse recurso. Entre as medidas previstas, considerou-se a instalação de dispositivos para economizar os pontos de consumo, como torneiras com arejadores e descargas com sistemas de duplo acionamento. Nesta perspectiva, considerou-se relevante verificar constantemente a existência de vazamentos e realização de reparos.

Nas estruturas identificadas ponderou-se a negociação de contratos e fornecedores, observando a contratação de trabalhador terceirizado, fato que ensejou a análise dos contratos de prestação de serviços e fornecedores do condomínio. Para tal abordagem, as ponderações de

Vale *et al* (2019), ao pensar na modelagem para um bom nível de sustentabilidade permitiu também salientar ponderações referente ao terceirizado, quanto à contratação de trabalhador não terceirizado diante dos riscos que podem recair sobre a responsabilidade do condomínio (reclamações trabalhistas, encargos previdenciários, responsabilidade civil).

Para um dos condomínios identificados observou-se a recente contratação de funcionários, fato que instiga a possibilidade de futuramente distribuir em ação judicial para evitar o recolhimento de contribuição previdenciária sobre verbas indenizatórias, como por exemplo, salário-maternidade, salário-paternidade, aviso prévio indenizado entre outras, tendo em vista que há diversas decisões das Cortes Superiores nesse sentido (STJ. Resp. 1.230.957/RS). O objetivo é diminuir legalmente o recolhimento de contribuição previdenciária, cota patronal, que é de responsabilidade do condomínio. Além das ponderações, recomenda-se ações efetivas para evitar possíveis passivos de ordem trabalhista e previdenciária.

Mediante a abordagem do impacto ambiental, foram mapeadas as ações do condomínio para favorecer o estímulo a reciclagem. Entre os condomínios observados foi possível identificar que ainda não existe um sistema de coleta seletiva, intencionado à prática da sustentabilidade tanto quanto para a redução dos custos do condomínio. A realidade de cada contexto urbano oferta oportunidades sinérgicas de adequação, entretanto mesmo em estruturas limitadas é possível desenvolver a coleta de itens que podem contaminar o meio ambiente, como pilhas, óleo de cozinha e afins. Em uma das abordagens realizadas, foi possível instalar o coletor para pilhas, após sugestão dada ao síndico. Outro aspecto em consideração neste mesmo condomínio é a coleta do óleo de cozinha que está em tratativas implantação.

Na perspectiva da sustentabilidade, direcionado ao alcance de menores impactos sociais e ambientais, observou-se uma política distinta para a realização de manutenções preventivas. Condomínios que possuem uma política de gestão do patrimônio demonstraram investir em manutenções preventivas é uma estratégia inteligente para evitar gastos excessivos com reparos emergenciais. Para a gestão efetiva, observa-se a necessidade de incentivar a criação de um cronograma de manutenção regular para verificar a condição dos sistemas elétricos, hidráulicos e de climatização. Como observado por Mina Falsarella *et. al* (2023), a preocupação primária está voltada para mitigar riscos quanto ao desembolso financeiro, contudo, o direcionamento aplicado para a ecoeficiência pode ser uma jornada exitosa para as dimensões social e ambiental, evitando conflitos, evitando a geração de resíduos e aplicando técnicas para redução do desperdício.

Ao considerar os aspectos sociais e o desenvolvimento da abordagem cidadã, foram sugeridas ações de envolvimento para a realização de eventos colaborativos, com a intenção de compartilhar recursos. Tais medidas poderão ser potencializadas com a realização de feiras de troca, em que os moradores podem doar ou trocar itens que não utilizam mais. Além disso, promover eventos de economia compartilhada, como bazares de roupas usadas, em que os moradores possam vender ou doar peças que estejam em bom estado. Essas atividades incentivam a sustentabilidade e a redução do consumo excessivo e traz mais engajamentos entre os vizinhos. É possível que o senso de coletividade, favoreça o melhor convívio, uma vez que moradores que se sentem acolhidos, tendem a cuidar melhor do condomínio. Um alinhamento percebido com as pesquisas de Santos (2023).

Estimular o envolvimento dos moradores nos processos decisórios é uma prática social importante na gestão condominial, como destacado por Farber e Segreti (2019). Ao envolver os moradores nos processos de tomada de decisão, a administração do condomínio pode garantir que suas preocupações e perspectivas sejam levadas em consideração. Uma significativa melhoria obtida por criar um senso de propriedade e investimento entre os residentes, o que pode levar a uma maior participação e engajamento nas atividades e eventos da comunidade. Além disso, envolver os residentes nos processos de tomada de decisão pode ajudar a promover o senso de responsabilidade, essencial para manter um ambiente comunitário positivo e harmonioso.

Entre os relatos dos casos, foi registrado que a prática aproximou a gestão dos condôminos, e pela primeira vez ocorreu uma reunião sem brigas. A tratativa de abordagem foi importante na gestão condominial e estabeleceu canais de comunicação eficazes para os moradores. A comunicação é fundamental para garantir que os moradores estejam informados e cientes de questões importantes, compreendendo o desenvolvimento relacionado ao seu condomínio. Canais de comunicação eficazes podem incluir boletins informativos, atualizações por e-mail, plataformas de mídia social e outras formas de comunicação digital. Ao estabelecer canais de comunicação claros e eficazes, a administração do condomínio pode promover um sentimento de transparência e confiança entre os moradores, o que é essencial para manter um ambiente comunitário positivo.

Um dos membros do Conselho Fiscal do condomínio, satisfeito com as mudanças projetadas e ocorridas expressou os resultados positivos que ele trouxe para a gestão financeira e para a convivência no ambiente condominial. Uma das principais conquistas foi a melhoria significativa na saúde financeira do condomínio. Por meio da análise dos balancetes e da implementação de medidas estratégicas, foi possível reduzir consideravelmente a taxa de

inadimplência, aumentando a arrecadação das cotas condominiais. Esse resultado permitiu a existência de recursos financeiros, disponíveis para investimentos em melhorias estruturais e manutenção adequada das áreas comuns.

Além dos resultados financeiros, a implementação de ações de conscientização e educação financeira contribuiu para que todos compreendessem a importância de cumprir com suas obrigações e os benefícios diretos que isso traz para cada um de nós. A transparência na comunicação e a disseminação de informações sobre a destinação dos recursos arrecadados fortaleceu a confiança entre a administração e os moradores, resultando em um ambiente mais harmonioso e colaborativo. A redução da inadimplência não apenas beneficia o condomínio como um todo, mas também fortalece o sentimento de comunidade e o bem-estar de cada um de nós. Na fala do membro do Conselho Fiscal, registra-se: “juntos, somos capazes de construir um ambiente harmonioso e próspero para todos os moradores”.

Para os pesquisadores que promoveram a abordagem intervencionista, especialmente os universitários envolvidos, os registros de depoimento expressam o aprendizado propiciado e as evidências das habilidades e competências desenvolvidas. As evidências obtidas pelo registro de campo e os registros de consolidação permitiram identificar as consciências obtidas diante do desafio prático da abordagem intervencionista, favorecendo aprendizagem e desenvolvimento de habilidades e atitudes; uma composição que evidencia o desenvolvimento de competências profissionais significativas. A seguir, é transcrito o relato de uma universitária que participou do projeto, e procedeu o registro em seu caderno de campo:

Participar dessa atividade extensionista como aluno foi uma experiência enriquecedora e transformadora para o meu desenvolvimento pessoal e profissional. Ao longo do projeto de redução da inadimplência, pude adquirir conhecimentos e habilidades valiosas, além de vivenciar na prática a aplicação dos conceitos teóricos aprendidos em sala de aula. Uma das principais lições que aprendi foi a importância da gestão financeira adequada em condomínios e sua influência direta no bem-estar dos moradores. Compreendi a relevância de analisar os balancetes, identificar problemas e buscar soluções eficazes para lidar com a inadimplência. Esse aprendizado me mostrou como uma administração responsável e transparente pode impactar positivamente a qualidade de vida dos condôminos. Além disso, a atividade extensionista me proporcionou uma compreensão mais profunda sobre a legislação brasileira e as normas contábeis aplicáveis à gestão de condomínios. Aprendi a importância de conhecer e seguir essas diretrizes para garantir uma atuação dentro dos limites legais e promover uma gestão financeira sólida e transparente. Outro ponto de destaque foi a habilidade de lidar com desafios e adversidades ao longo do projeto. Enfrentamos resistência, dificuldades financeiras e obstáculos operacionais, o que exigiu criatividade, paciência e resiliência para superá-los. Aprendi a importância de ouvir diferentes perspectivas e buscar soluções conjuntas para os problemas enfrentados. Além do conhecimento técnico, a atividade extensionista me proporcionou um aprendizado significativo em termos de habilidades sociais e de comunicação. A interação com os condôminos e a necessidade de transmitir informações de forma clara e persuasiva me ajudaram a desenvolver habilidades de negociação, empatia e liderança. Por fim, essa experiência ampliou minha visão sobre o impacto positivo que a extensão universitária pode ter na sociedade. Através do engajamento e do compartilhamento de conhecimento, é possível



promover mudanças reais e melhorar a qualidade de vida das pessoas. Agradeço à oportunidade de participar desse projeto e a todos os envolvidos que me guiaram e compartilharam seus conhecimentos. Sem dúvida, essa atividade extensionista foi fundamental para o meu crescimento como aluno e como cidadão consciente de seu papel na sociedade.

Ao considerar as fontes de informação e os relatos de campo dos extensionistas que realizaram a intervenção, percebeu-se que a prática extensionista fomentou o desenvolvimento de competências e habilidades alinhadas ao perfil do egresso no curso de Ciências Contábeis, como recomendado por Colamarco *et. al* (2017). O relato apresentado nos resultados revela a exequibilidade da proposta para o desenvolvimento continuado da prática extensionista, com o devido registro para o avanço, até estruturar a dimensão de projeto e contemplar a associação ao programa de educação financeira da Universidade, assumindo uma dimensão multidisciplinar que permita integrar também os cursos de direito, arquitetura, engenharia, serviço social, teologia e comunicação. A figura a seguir, ilustra a conexão delineada pela experiência da pesquisa para relacionar as competências e habilidades previstas nas Diretrizes Curriculares Nacional do Curso de Ciências Contábeis (MEC, 2024), com os princípios da extensão (PUC Minas, 2006) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS, 2023)

Quadro 1: Conectivos da gestão contábil para a sustentabilidade de condomínio residenciais

Etapas	Competências Egresso	Diretrizes PROEX	ODS
Gestão contábil	I - aplicar o pensamento científico no desenvolvimento de suas atividades; IX - agir com ética, considerando o código de ética e demais normas de conduta do Contador; XI - fazer uso das tecnologias da informação e comunicação para coleta, armazenamento e análise de dados e disponibilização de informações à tomada de decisão.	- instrumento para problematizar e buscar respostas às questões sociais, objetivando a qualidade de vida da população, em especial local e regional. - instrumento de formação de profissionais tecnicamente competentes e eticamente comprometidos com uma sociedade mais justa e fraterna.	9 – Cidades e comunidades sustentáveis 8 – Trabalho decente e crescimento econômico
Divulgação das informações	I - aplicar o pensamento científico no desenvolvimento de suas atividades; II - atender às necessidades informacionais, financeiras e não financeiras, das partes interessadas; VII - ter visão sistêmica, holística e humanista; XI - fazer uso das tecnologias da informação e comunicação para coleta, armazenamento e análise de dados e disponibilização de informações à tomada de decisão.	- prática acadêmica dialógica entre a universidade e a sociedade, que se realiza na relação com o ensino e a pesquisa. - produtora e disseminadora de conhecimentos advindos da comunidade acadêmica.	16 – Paz, justiça e instituições eficazes 17 – Parcerias e meios de implementação

Conscientização	<p>III - prover meios e estratégias contundentes para a tomada de decisão das diversas organizações, culminando, pois, na realização dos fins contábeis enquanto ciência;</p> <p>IX - agir com ética, considerando o código de ética e demais normas de conduta do Contador;</p> <p>XI - fazer uso das tecnologias da informação e comunicação para coleta, armazenamento e análise de dados e disponibilização de informações à tomada de decisão.</p>	<p>- instrumento de formação de profissionais tecnicamente competentes e eticamente comprometidos com uma sociedade mais justa e fraterna.</p> <p>- produtora e disseminadora de conhecimentos advindos da comunidade acadêmica.</p>	<p>8 – Trabalho decente e crescimento econômico</p> <p>9 – Cidades e comunidades sustentáveis</p> <p>17 – Parcerias e meios de implementação</p>
Intervenção social e ambiental	<p>IV - desenvolver concepção multidisciplinar e transdisciplinar em sua prática;</p> <p>VI - reconhecer a importância das diversidades e de questões no âmbito social, ambiental e governança nos ambientes das entidades;</p> <p>VIII - ser cooperativo, criativo, crítico, reflexivo, proativo, inovador e adaptável a mudança de cenários;</p>	<p>- prática acadêmica dialógica entre a universidade e a sociedade, que se realiza na relação com o ensino e a pesquisa.</p> <p>- ação interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar, que contribui para o processo de inclusão social e efetivação dos direitos humanos.</p>	<p>4 – Saúde e bem estar</p> <p>6 – Água potável e saneamento</p> <p>7 – Energia limpa e acessível</p> <p>9 – Cidades e comunidades sustentáveis</p> <p>13 – Ação contra a mudança global do clima</p>
Ações de monitoramento	<p>I - aplicar o pensamento científico no desenvolvimento de suas atividades;</p> <p>II - atender às necessidades informacionais, financeiras e não financeiras, das partes interessadas;</p> <p>V - atuar com isenção, com comprometimento e com ceticismo profissional;</p> <p>XI - fazer uso das tecnologias da informação e comunicação para coleta, armazenamento e análise de dados e disponibilização de informações à tomada de decisão.</p>	<p>- ação que deve ser desenvolvida de modo a tornar as comunidades autônomas, evitando-se dependência ou assistencialismo.</p>	<p>13 – Ação contra a mudança global do clima</p> <p>17 – Parcerias e meios de implementação</p>
Sustentabilidade econômica, social e ambiental	<p>IX - agir com ética, considerando o código de ética e demais normas de conduta do Contador;</p> <p>VIII - ser cooperativo, criativo, crítico, reflexivo, proativo, inovador e adaptável a mudança de cenários;</p>	<p>- produtora e disseminadora de conhecimentos advindos da comunidade acadêmica.</p> <p>- prática acadêmica dialógica entre a universidade e a sociedade, que se realiza na relação com o ensino e a pesquisa.</p>	<p>9 – Cidades e comunidades sustentáveis</p> <p>16 – Paz, justiça e instituições eficazes</p> <p>4 – Saúde e bem estar</p>

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

## CONCLUSÃO

Para alcançar a discussão sobre a sustentabilidade nos condomínios é preciso solucionar os desafios financeiros apresentados. O objetivo do artigo consistiu em identificar a prática da gestão contábil em condomínios residenciais para promover a sustentabilidade. A inadimplência nos condomínios compromete a gestão financeira e a qualidade de vida dos condôminos. A falta de conscientização sobre o pagamento em dia das taxas condominiais é

um dos principais obstáculos. A gestão eficiente dos processos de cobrança, com prazos bem definidos e ações efetivas, e a aplicação de medidas disciplinares adequadas, com regras claras e punições aos condôminos inadimplentes favorece a efetividade da saúde financeira. As questões econômicas individuais também contribuem para a inadimplência, exigindo opções de negociação e orientação financeira. Para reduzir a inadimplência, é necessário melhorar a comunicação, oferecer opções de pagamento acessíveis, investir em tecnologia para facilitar a cobrança e buscar soluções amigáveis antes de medidas legais mais onerosas.

A comunicação efetiva, a cobrança automatizada, a negociação, o uso de recursos tecnológicos e, quando necessário, as medidas legais são elementos-chave para alcançar esses objetivos. Ao adotar essas práticas, os condomínios podem aumentar a disponibilidade de recursos financeiros, possibilitando investimentos em infraestrutura e melhorias que beneficiarão toda a comunidade condominial. Outro sim, observa-se que a prática coletiva orientada à sustentabilidade favorece o desempenho profissional dos moradores ao fomentar o desenvolvimento humano e conseqüentemente, o desenvolvimento social.

A evidência dos fatos e o registro da necessidade de ampliação da conscientização social e do desenvolvimento acadêmicos dos universitários da Escola de Negócios para a proposição, considerando a busca de uma abordagem coletiva para o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável instiga a necessidade de manter uma abordagem continuada por meio de uma prática extensionista curricular. Ao abordar a gestão de condomínios, na perspectiva da governança, em prol da economicidade, as instituições de ensino poderão apoiar os universitários em formação a assessorar síndicos e condôminos para o alcance de uma gestão efetiva dos recursos, provendo relatórios com qualidade informacional. Uma parte relevante do projeto poderá ser direcionada a conscientização da relevância ao tema diante da compreensão das obrigações legais, para estruturar o processo da tomada de decisão colegiada para o bem comum, tendo em o desenvolvimento individual da cidadania financeira e fiscal para o alcance da prática coletiva.

Diante do contexto urbano, a necessidade de buscar soluções de moradia que promovam o bom convívio e adotem medidas de eficiência no uso dos recursos de impacto coletivo nos condomínios. Para o aluno, como interlocutor será possível desenvolver o aperfeiçoamento das soft skills com o emprego das hard skills. Entre as competências previstas para o egresso, constata-se que o projeto permitirá utilizar raciocínio lógico, crítico e analítico, estabelecendo relações causais e formais entre os fenômenos, na solução de questões em diferentes cenários. Outra competência observada para o desenvolvimento consiste em gerenciar dados e informações encontradas no mundo do trabalho e na vida cotidiana, visando o desenvolvimento

organizacional. Por consequência, tal projeto integrará o universitário em um ambiente decisório o permitindo atuar no planejamento e acompanhamento estratégico, operacional e financeiro, auxiliando a organização no alcance de seus objetivos.

Tendo em vista a busca pela economicidade, a tratativa do projeto demandará aos envolvidos quantificar informações financeiras, patrimoniais e governamentais, que viabilizem o gerenciamento, os controles e a prestação de contas da gestão organizacional e operar com valores presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos, contábeis e de controle. De fato, uma oportunidade relacional para exercer atividades de consultoria, auditoria e perícia específicas da prática contábil com visão sistêmica e interdisciplinar. Uma medida efetiva que durante o processo permitirá desenvolver visão humanística e global que habilite a compreensão do meio social, político, econômico e cultural inserido e sua interface com o mercado e aplicar tal perspectiva ao introduzir modificações no processo de trabalho, atuar preventivamente, definir novos procedimentos. A abordagem diante de distintos papéis sociais, pelos agentes interlocutores instigará aos universitários demonstrar boa articulação ao comunicar ideias por escrito e verbalmente com pessoas ou grupos.

Para a área contábil, observa-se que a continuidade de trabalhos neste direcionamento pode ser efetivamente apoiada pelo Conselho Federal de Contabilidade pelo vínculo com os subprogramas, especificamente em ações locais de voluntariado. Um direcionamento à classe contábil que tem como objetivo organizar, acompanhar e mensurar as ações de voluntariado realizadas pelos profissionais da Contabilidade, abrangendo possibilidades de voluntariado, desde ações realizadas por profissionais individualmente, como ações coordenadas regionalmente. Considerando o contexto da cidade e a necessidade do convívio em condomínios, o projeto também se relaciona com o subprograma de educação financeira, focado no bem comum.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Andreza Richartz; BORTOLI, Daniela; SOUZA, Juliane Vieira. A contabilidade e a auditoria na gestão dos condomínios como forma de auxiliar a transparência e a prevenção de fraudes: estudo de caso em condomínios de Florianópolis. **Revista Empreendedorismo e Sustentabilidade**. V. 1, N. 1 (2015). Disponível em: <<https://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/empreendedorismo/article/view/32>>.
- ALVES, Monaisa de Souza. Informação contábil gerencial como ferramenta de gestão nos condomínios. Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis). **Curso de Ciências Contábeis**. Universidade da PUC Goiás, GO, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/1798>>. Acesso em 15 Abr.2023.
- ARGENTON, Andressa Razzera. A utilização da contabilidade gerencial e suas informações na gestão de condomínios no município de Carazinho - RS. 2020. 49 f. **Monografia**

(Bacharel em Ciências Contábeis). Curso de Ciências Contábeis. Universidade de Passo Fundo, Sarandi, RS, 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406compilada.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm). Acesso em: 12 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964**. Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/14591.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14591.htm). Acesso em: 12 jun. 2023.

CFC. Trabalho Voluntário da Classe Contábil. **Conselho Federal de Contabilidade**. Disponível em: <[www.cfc.org.br](http://www.cfc.org.br)>. Acesso em 24 abril 2023.

COLAMARCO, M; ALBUQUERQUE, L; MOREIRA, Tatiane; BORGES, Brenda. A curricularização das práticas de extensão na PUC Minas. **Conecte-se! Revista Interdisciplinar de Extensão**. v. 1, n. 2, 2017.

FARBER. João Carlos; SEGRETI, João Bosco. Contribuição da Contabilidade para Eficácia da Gestão e Controle de Condomínios. Congresso USP Fipecafi. Disponível em: <https://congress USP.fipecafi.org/anais/artigos42004/219.pdf> Acesso em: 04 set 2023.

IFRS. IFRS SUSTAINABILITY STANDARDS. Disponível em: <<https://www.ifrs.org/issued-standards/ifrs-sustainability-standards-navigator/ifrs-s2-climate-related-disclosures.html/content/dam/ifrs/publications/html-standards-issb/english/2023/issued/issbs2/>>. Acesso em 14 abril 2024.

MEC. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Ciências Contábeis. Resolução CNE/CES, 27 de março de 2024. Institui das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado. Disponível em: <[www.portal.mec.gov.br](http://www.portal.mec.gov.br)>. Acessado em: 13 abril 2024.

MINA FALSARELLA, O.; SILVA DE OLIVEIRA, R.; ANGELA BRANCHI, B.; FERREIRA MARIOSA, D. Sustentabilidade em condomínios residenciais verticais: Um estudo na região metropolitana de Campinas : A STUDY IN THE METROPOLITAN REGION OF CAMPINAS. **Gestão & Regionalidade**, [S. l.], v. 39, p. e20237634, 2023. DOI: 10.13037/gr.vol39.e20237634. Disponível em: [https://www.seer.uscs.edu.br/index.php/revista\\_gestao/article/view/7634](https://www.seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/7634). Acesso em: 12 jun. 2023.

ONU. Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <<https://odsbrasil.gov.br/>>. Acesso em: 12 jun. 2023.

PHILIPPE, Flávia. Sustentabilidade ambiental e social: estudo em Condomínio Catarinense. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Ciências Contábeis, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/243510>>. Acessado em: 25 março 2023.

PUC Minas. Missão Institucional. Disponível em: <<https://www.pucminas.br/institucional/Paginas/missao-e-valores>>. Acessado em 09 set. 2023.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA. Plano de boas práticas para o gerenciamento de resíduos sólidos em um condomínio residencial em Natal – RN. Anais... 6º CONRESOL, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.55449/conresol.5.22.IV-023>.

SANTOS. Economia circular e a responsabilidade compartilhada: políticas públicas, mercado e a comunidade – programa bela cidade e o projeto piloto ed acqua marine. Anais... 6º CONRESOL, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.55449/conresol.6.23.IV-005>.

SILVA. Rafael Francisco Gomes da. Inadimplência no Programa Minha Casa, Minha Vida: O caso do condomínio habitacional Ruy Pereira I em São Gonçalo do Amarante – RN. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: [https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/35651/1/InadimplencianoPrograma\\_Silva\\_2018.pdf](https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/35651/1/InadimplencianoPrograma_Silva_2018.pdf) Acessado em: 04 set. 2023.

THIOLLENT, Michel. Construção do conhecimento e metodologia da extensão. Texto apresentado em mesa-redonda, coordenada pelo Prof. José Willington Germano (Pró-reitor de Extensão da UFRN), no I CBEU – Congresso Brasileiro de Extensão Universitária - João Pessoa – PB, em 10 nov. 2002.

VALE. Lorena Simões do; RÊGO. Juliana Freitas Guedes; ASSUNÇÃO. Zoraia da Silva; OLIVEIRA. Karina Lima. O método SICOGEA como cálculo de sustentabilidade para condomínios. X Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental. Disponível em: <https://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2019/VII-048.pdf>. Acesso em 09 set. 2023.

ZANELLA, Caroline Pereira; LEME, Helen Larissa Nunes; CAMARGO, Gilmar José. Contabilidade Gerencial: Um instrumento de auxílio para a administração de um condomínio. 13º ENCITEC. Disponível em: [https://www2.fag.edu.br/coopex/inscricao/arquivos/encitec/20171025-122809\\_arquivo.pdf](https://www2.fag.edu.br/coopex/inscricao/arquivos/encitec/20171025-122809_arquivo.pdf). Acesso em 04 set. 2023.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Tradução Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 205 p. 2001

# **CONHECIMENTO SOBRE ESPOROTRICOSE EM ESCOLA ESTADUAL DE BELO HORIZONTE - 2024<sup>1</sup>**

## **KNOWLEDGE ABOUT SPOROTRICHOSIS IN A STATE SCHOOL IN BELO HORIZONTE – 2024**

**Julia Gobbo de Oliveira**

**Carolina Borges Pinto**

**Thays Evelyn de Souza Silva**

### **INTRODUÇÃO**

A Esporotricose é uma micose cutânea causada pelo fungo *Sporothrix*, que está presente no solo, palha, vegetais e madeira. O gato é o principal reservatório urbano deste fungo e possui uma maior importância no potencial zoonótico em relação às outras espécies devido a capacidade de excretar os microrganismos em seus dejetos, exsudatos e armazená-los em suas unhas (Nelson; Couto, 2015). Essa doença possui uma grande relevância para a saúde pública por ser uma zoonose e, nos últimos anos, com a crescente popularidade de gatos como animais domésticos, vem sendo observado um aumento do número de casos de Esporotricose humana. Assim, o principal objetivo deste trabalho é promover a discussão e o conhecimento das principais formas de transmissão e prevenção da Esporotricose para alunos do ensino fundamental de uma escola estadual de Belo Horizonte. Ademais, foi realizado um levantamento do nível de conhecimento de alunos de ensino fundamental sobre essa zoonose, análise das causas de desconhecimento sobre Esporotricose nesse nicho e conscientização dos jovens sobre a importância desta zoonose na saúde pública. A relevância e a justificativa deste trabalho residem na necessidade de conscientizar as pessoas sobre a importância desta doença, suas formas de transmissão e prevenção.

### **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

Em 1990 a Esporotricose de caráter zoonótico ganhou ênfase no Brasil por afetar grande número de animais e pessoas, chegando ao ponto de causar uma epidemia. De 1990 até 2012, mais de 4.000 gatos, 200 cães e mais de 2.200 humanos foram diagnosticados com Esporotricose. (Fiocruz, 2012). Paiva *et al.* (2020), em um estudo em uma região de Belo Horizonte (MG), sugerem que a proximidade de casos de Esporotricose felina, assim como sua quantidade, são fatores de risco para a disseminação da doença tanto em gatos quanto em humanos. Os autores concluíram que medidas de controle e prevenção da Esporotricose felina são essenciais para controlar a doença em humanos.

## **METODOLOGIA**

O levantamento foi realizado em março de 2024 em uma Escola Estadual situada em Belo Horizonte. Foram incluídos no estudo, alunos do oitavo e nono ano do ensino fundamental. Durante o período da pesquisa, foram convidados a participar cerca de 200 alunos e entregue o Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento (TCLE) assinado pelo responsável legal, havendo recusa em aproximadamente 125 casos, totalizando 80 respondentes que foram incluídos no estudo. Os dados foram coletados a partir de um questionário com perguntas referentes ao conhecimento em geral sobre a doença Esporotricose, abordando agente causador, principal reservatório urbano, forma de transmissão, principal sinal clínico em humanos e prevenção.

## **DISCUSSÃO E RESULTADOS**

A partir do resultado da pesquisa, observa-se que o perfil dos respondentes era predominantemente de homens (51,25%) em relação às mulheres (48,75%). Do total dos respondentes, a maioria, contemplando 39 pessoas, tinham 13 anos (48,75%), 10 pessoas tinham 12 anos (12,5%), 27 tinham 14 anos (33,75%), e 4 tinham 15 anos (5%). Em relação a distribuição geográfica, o bairro predominante foi Serra (11,25%), seguido do Santa Lúcia (5%). Analisando as questões respondidas sobre a doença Esporotricose, 15 alunos responderam que sabiam o que é a Esporotricose (18,75%), 63 responderam que não conheciam a doença (78,75%) e 2 (2,5%) não responderam à pergunta, o que se considera um percentual baixo de conhecimento em relação à doença, tendo em vista que o contato das pessoas com os animais, principalmente cães e gatos vem aumentando cada vez mais. Enfatiza-se a importância de investimentos em políticas públicas em relação às zoonoses, já que o número de gatos



semidomiciliados é considerado elevado (Duarte *et al.*, 2020). Analisando os níveis de acerto, a questão sobre o agente causador da Esporotricose obteve apenas 26,25% de respostas corretas. Em relação ao reservatório urbano, 27,5% acertaram a questão. Já em relação à forma de transmissão da doença, 35% responderam corretamente. Apenas 12,5% acertaram sobre qual é a apresentação dos sinais clínicos, e esse percentual é baixo, considerando a importância de se procurar uma unidade de saúde assim que identificar tais sinais clínicos, visto que a doença é uma zoonose e traz risco para todos. Por fim, 71,25% responderam corretamente sobre a prevenção da Esporotricose, sendo a questão com maior percentual de acerto. Entretanto, sabe-se que boa parte da população não tem condições financeiras de levar os animais a uma consulta veterinária ou de realizar procedimentos de castração como forma de prevenção. Dessa forma, cabe ao poder público, promover e intensificar campanhas de controle populacional, e investir nos centros de controle de zoonoses (Souza, 2020).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Dentre os objetivos propostos para esse trabalho, consta um levantamento de dados sobre o conhecimento de Esporotricose em alunos de escola pública entre 12 a 15 anos, para avaliar se essa amostra sabia sobre as principais formas de transmissão e profilaxia dessa zoonose que tem relevante importância para a saúde pública. A pesquisa conclui que a maioria dos alunos que responderam o formulário não sabem o que é Esporotricose. O projeto possui como um dos seus objetivos promover a discussão e o conhecimento sobre a Esporotricose, uma vez que essa zoonose possui grande impacto na saúde pública, causando mais de 700 hospitalizações e mais de 60 óbitos no Brasil entre os anos de 1992 a 2015 em pacientes atendidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O foco da pesquisa é voltado para alunos do ensino fundamental, pois este grupo dialoga com a aproximação dos animais domésticos, além de já haver relatos de casos de Esporotricose infantil, acometendo crianças na faixa etária de 11 anos.

**Palavras-chave:** zoonose; saúde pública; prevenção.

**Key-words:** zoonosis; public health care; prevention.

## **REFERÊNCIAS**

DUARTE, Carla dos Santos *et al.* **Abandono de animais no Brasil: consequências geradas à sociedade.** Revista Ensino, Saúde e Biotecnologia da Amazônia, v. 2, n. esp., p. 56–59, 2020.

FERREIRA, VCD **Distribuição espacial e temporal da esporotricose humana e animal na região metropolitana do Rio de Janeiro, 2013 a 2020.** p. 2020, 2022.

GUERRA, Priscila. Esporotricose infantil: Relato de caso. **Journal of Medical Residency Review**, 2022. Disponível em:<https://revistamedicalreview.org/revista/article/download/29/33/36>>.

MASTRANGELO FALCÃO, Eduardo. Hospitalização e óbitos relacionados à esporotricose no Brasil. **Scielo Brasil**, p. 1992-2015, 2019.

MELO, Nav *et al.* A importância da esporotricose felina no contexto da saúde única: revisão. **Revista Brasileira de Pesquisa Animal e Ambiental**, v. 6, n. 2, p. 1458–1479, 2023.

NELSON, R. W.; COUTO, C. G. **Medicina interna de pequenos animais.** 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

SOUZA, Mary'Anny. **Clínica Médica de Pequenos Animais.** 1. ed. Salvador: Sanar, 2020.

# **Prática de Escalda Pé na APAC Feminina de Belo Horizonte<sup>1</sup>**

## **Foot climbing practice at APAC Feminina in Belo Horizonte**

**Yasmin Silva**

**Yara Mendes Sundermann**

**Esther Oliveira Correa**

**Maria Clara Machado Carvalho**

**Giovanna Aquino Diamantino**

### **INTRODUÇÃO**

Embora os homens constituam a maioria no sistema prisional, segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – SENAPPEN, o encarceramento feminino está aumentando no Brasil. Em 2023, foram contabilizadas 27,375 mil mulheres presas. Segundo o SENAPPEN em Minas Gerais, 1.346 mulheres estavam no sistema prisional até junho de 2023. O número de mulheres nas penitenciárias representa uma questão de saúde pública em termos de economia, educação, prevenção e controle de doenças (Brasil, 2024).

A Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (APAC) de Belo Horizonte é exclusivamente para mulheres. O método APAC visa preparar as pessoas que cumprem uma condenação penal para o reingresso no seio da sociedade após o cumprimento da pena. No método APAC, os presos passam a ser identificados como recuperandos. Essa mudança é consequência de uma abordagem e um tratamento mais profundamente humano, isto é, através da consciência que a pessoa adquire da responsabilidade de seus atos e a necessidade de assumir essa responsabilidade. A APAC se configura em uma alternativa do modelo prisional tradicional, promovendo a valorização humana.

As condições de encarceramento podem agravar problemas de saúde mental pré-existentes e até mesmo desencadear novos transtornos devido ao estresse, isolamento e falta de acesso a cuidados adequados (Constantino, 2016).

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

As Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) são métodos terapêuticos utilizados junto com tratamentos convencionais, seja sozinho ou como parte de sistemas médicos mais abrangentes. As PICs procuram estimular os mecanismos naturais para prevenção, promoção e recuperação da saúde, estimulando a escuta acolhedora, o desenvolvimento do vínculo terapêutico e a integração do ser humano com o meio ambiente e a sociedade (Brasil, 2006).

A aromaterapia é uma prática terapêutica secular que utiliza as propriedades dos óleos essenciais, concentrados voláteis extraídos de vegetais, para recuperar o equilíbrio e a harmonia do organismo visando à promoção do bem-estar físico e mental, ao bem-estar e à higiene. Utilizado em grande número de ações terapêuticas, como inalações, massagens, aromatização ambiental, escalda-pés, colares aromáticos, banhos de assento, e compressas, entre outras. O escalda pés é um método relaxante que envolve um procedimento onde há imersão dos pés em água quente, geralmente com sais ou óleos essenciais, para aliviar a tensão muscular e promover a circulação sanguínea (Brasil, 2018).

Este estudo tem como objetivo apresentar as ações extensionistas de promoção da saúde desenvolvidas no Programa Cuidando da Saúde na APAC, pelos acadêmicos de Enfermagem na Associação de Proteção e Amparo ao Condenado (APAC) do município de Belo Horizonte no ano de 2023 e identificar os benefícios da aromaterapia como ação extensionista.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A experiência na extensão universitária promove o encontro entre os saberes acadêmicos que embasam as ações práticas, na atuação em prol da comunidade. Dessa forma, a realização das atividades extensionistas reafirma o compromisso da universidade em promover ações extensionistas que atendam a população, assegurando acessibilidade aos direitos individuais e coletivos.

A APAC é uma organização não governamental que surgiu no Brasil na década de 1970, fundada pelo advogado Mário Ottoboni e tendo sua primeira unidade criada na cidade de São José dos Campos, no estado de São Paulo. A APAC Feminina surgiu primeiro em Itaúna/MG no ano de 2004. Teve sua criação, após mulheres queixarem sobre as prisões mistas da cadeia de Itaúna. Atualmente são 9 unidades de APACs Femininas, que atendem cerca de 700 recuperandas, que corresponde a 1,6% da população total. Além disso, tem como objetivo promover a reintegração social das detentas por meio de um modelo de gestão baseado em princípios como o trabalho, estudo, espiritualidade, apoio familiar e comunitário, além de uma

abordagem humanizada e restaurativa do sistema prisional. O modelo da APAC tem como pilares fundamentais a disciplina, a transparência, a valorização da vida e a busca pelo perdão e pela reconciliação.

Os motivos para o aumento na utilização das PIC's: o aumento da demanda causado pelas doenças crônicas; o aumento dos custos dos serviços de saúde, levando à procura de outras formas de cuidado; a insatisfação com os serviços de saúde existentes; o ressurgimento do interesse por um cuidado holístico e preventivo às doenças; e os tratamentos que ofereçam qualidade de vida quando não é possível a cura (COREN-SP, 2023).

A aromaterapia proporciona o equilíbrio das emoções, tranquilidade, clareza mental, reduz o estresse, a ansiedade e eleva o padrão vibracional do ambiente, beneficiando todos que por ele circulam (DAMIAN, 2018). Produz uma atmosfera de acolhimento para os profissionais de saúde e pacientes, podendo ser utilizada nos domicílios, nos postos de trabalho, nas enfermarias, UTI, entre outros espaços (MAURY, 2017).

No escalda-pés, é fundamental manter os pés aquecidos, para revitalizar o organismo e equilibrar a distribuição de calor no corpo, melhorando o metabolismo. Fortalece a nutrição, atrai e circula os elementos de defesa do sangue. Aumenta o fluxo sanguíneo no metabolismo e músculos, reduzindo, portanto, a atividade cerebral, a congestão de pensamentos que dificultam o descanso e o sono reparador após o trabalho exaustivo.

No escalda-pé, podemos nos beneficiar com substâncias, ervas aromáticas e temperos de uso doméstico. O óleo de lavanda francesa apresentou excelentes resultados para a ansiedade (COREN-SP, 2023), os benefícios psicoterapêuticos são melhor aproveitados pela inalação, a administração pela pele e mucosas sofre interferência da temperatura da pele.

## **METODOLOGIA**

As ações do projeto criam uma integração entre os cursos e os aspectos que se vinculam à formação dos estudantes no contexto social, conforme previstos nos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDIs) e nos Projetos Políticos Institucionais (PPIs) das entidades educacionais, de acordo com o perfil do egresso, estabelecido nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e a Resolução nº 7/ 2018, que determina as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamentam as atividades acadêmicas de extensão dos cursos de graduação (Brasil, 2018).

A atuação das extensionistas no âmbito do Projeto Cuidando da Saúde na APAC de Belo Horizonte, aconteceu entre os meses de maio a dezembro de 2023, com as recuperandas do regime fechado. Todas as atividades extensionistas foram planejadas e orientadas pela docente, em diálogo com os acadêmicos, e as premissas das práticas curriculares de extensão no âmbito da formação acadêmica. As práticas implementadas foram registradas, bem como houve o registro do público atendido, com a finalidade de avaliação e continuidade, com apresentação de um relatório com as atividades desenvolvidas a cada semestre.

Esse projeto busca desenvolver ações voltadas à promoção da saúde no ambiente prisional, durante as consultas de enfermagem e no contato com as recuperandas, viu-se a necessidade de oferecer momentos de cuidado, para contribuir na redução dos impactos da privação de liberdade na saúde mental. Diante disso, a estratégia escolhida foi a aromaterapia usada através do “escalda pés”, como prática de autocuidado.

Primeiro foi apresentado às recuperandas a proposta da atividade, em seguida a recuperanda que quisesse receber a prática de escalda pé, deveria dar o nome à Enfermeira da APAC, durante os atendimentos e a profissional também fazia o encaminhamento das mulheres quando identificava o benefício da prática.

Nos dias do projeto, aconteciam a prática de escalda pés com uso de óleo essencial de lavanda, para as mulheres que solicitavam e que foram encaminhadas pela Enfermeira, o ambiente utilizado foi a sala de atendimento.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A Aromaterapia pode ser definida como uma técnica natural que faz uso dos aromas e as partículas liberadas por diferentes óleos essenciais. Utilizada como terapia alternativa ou complementar para estimular diferentes partes do cérebro, contribui para aliviar diversos sintomas, promover o bem-estar, fortalecer as defesas do corpo auxiliando na saúde física, mental e emocional (Pacheco, 2021). O Óleo Essencial de Lavanda (*Lavandula angustifolia*) não apresenta contraindicações e com inúmeros benefícios. (Coren-SP,2023)

A APAC de Belo Horizonte, atende atualmente 71 recuperandas nos regimes fechado e semiaberto. A APAC se localiza no bairro da Gameleira, região oeste, se encontra na área de abrangência da UBS Padre Eustáquio. A APAC conta com o atendimento de dois profissionais médicos, uma enfermeira e uma técnica de enfermagem, que atendem as demandas espontâneas, os casos agudos e cuidam dos agendamentos de exames, consultas especializadas e retirada de medicamentos receitados na Unidade Básica de Saúde. A Enfermeira é responsável

pelo gerenciamento das agendas de atendimentos médicos, administração de medicamentos, consultas eletivas, orientação em saúde e curativos.

O escalda-pés é uma técnica de relaxamento que consiste em repousar os pés em um recipiente com água morna contendo ervas e/ou óleos essenciais. Possui diversos benefícios, entre eles, ofertar o relaxamento, além de contribuir para o sistema circulatório, tendo em vista que a infusão dos pés na água com as plantas é uma das maneiras de regular a circulação sanguínea. Além disso, é importante destacar que os pés possuem mais de 70 mil terminações nervosas, que são associadas aos outros órgãos do corpo, e o aquecimento e a pressão nesses pontos têm reflexo imediato no equilíbrio energético do corpo (Brasil, 2012).

O escalda-pés é uma prática de fácil realização, o que facilitava o atendimento das recuperandas em um pequeno corredor, onde poderiam participar um grupo de até 03 recuperandas por sessão, a duração é de quinze minutos, com intervalos para reorganização dos materiais para a próxima mulher.

O quantitativo de aplicações de escalda pés, realizadas nos meses de maio a dezembro de 2023, foram de 21 mulheres, a partir da prática oferecida, às recuperandas demonstraram interesse e o desejo de recebê-las em outros encontros. Além disso, perceberam-se momentos de interação entre as recuperandas e as extensionistas, o que tornou o ambiente mais leve e uma atmosfera humanizadora e saudável, apesar do ambiente de privação de liberdade. Ao conhecer e realizar a prática, as recuperandas relataram seus sentimentos após o término do escalda-pés, relataram: “adorei”, “me sinto mais relaxada”, “agradecida”, “me faz sentir bem”, “estou mais tranquila”. Foram questionadas se pretendiam continuar a prática e todas responderam que sim.

## **CONCLUSÃO**

A aromaterapia é uma das vinte e nove práticas integrativas que são reconhecidas pelo Ministério da Saúde e que integram o Sistema Único de Saúde (SUS). Essas práticas integrativas são necessárias e importantes, pois contam com a garantia de prevenção, promoção e recuperação da saúde, de uma forma humanizada, não complexa e eficiente. O Escalda pés pode proporcionar uma experiência relaxante e revigorante.

O projeto de extensão contribui para as recuperandas e também contribui para a formação de profissionais humanos e na capacidade crítica e reflexiva nas questões que atingem a população privada de liberdade e comprometidos de forma colaborativa para o direcionamento de intervenções que possam melhorar a condição de saúde e de bem-estar das recuperandas.

**Palavras-chave:** enfermagem; terapia; complementar”, saúde mental; aromaterapia;cuidados de enfermagem; doença crônica; promoção da saúde.

## REFERÊNCIAS

Brasil. Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN). **Dados Estatísticos do Sistema Penitenciário**. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/assuntos/noticias/senappen-lanca-levantamento-de-informacoes-penitenciarias-referentes-ao-primeiro-semester-de-2023/relipen>. Acesso em: 12 abr. 2024.

Brasil. Ministério da Saúde. **Secretaria de Atenção à Saúde**. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/pics/pnpic>. Acesso em: 10 abr. 2024.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Atenção Básica**. Práticas integrativas e complementares: plantas medicinais e fitoterapia na Atenção Básica. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 156 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica; n. 31). Disponível em: [file:///C:/Users/Jorge/Downloads/praticas\\_integrativas\\_complementares\\_plantas\\_medicinais\\_cab31%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Jorge/Downloads/praticas_integrativas_complementares_plantas_medicinais_cab31%20(1).pdf). Acesso em: 10 abr. 2024.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Atenção à Saúde. **Glossário temático: práticas integrativas e complementares em saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 180 p. Disponível em: [https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/glossario\\_tematico\\_praticas\\_integrativas\\_complementares.pdf](https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/glossario_tematico_praticas_integrativas_complementares.pdf). Acesso em: 10 abr. 2024.

CONSTANTINO, Patricia; ASSIS, Simone Gonçalves de; PINTO, Liana Wernersbach. O impacto da prisão na saúde mental dos presos do estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 7, p. 2089–2100, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/Ndb37V3vPt5wWBKPsVvfb7k/#>. Acesso em: 08 abr. 2024.

COREN-SP. Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo. **Manual de práticas integrativas e complementares**. São Paulo: COREN-SP, 2023. Disponível em: [https://portal.coren-sp.gov.br/wp-content/uploads/2023/12/Manual\\_de\\_praticas\\_integrativas\\_e\\_complementares.pdf](https://portal.coren-sp.gov.br/wp-content/uploads/2023/12/Manual_de_praticas_integrativas_e_complementares.pdf). Acesso em: 29 mar. 2024.

DAMIAN, P. **Aromaterapia & psiquê: o uso dos óleos essenciais para o bem-estar psicológico e físico**. Belo Horizonte: Laszlo, 2018. 318 p.

MAURY, M. Marguerite Maury: Alquimia dos aromas para a juventude. Belo Horizonte: Ed Laszlo, 2017. 197 p.



PACHECO, Vera Aparecida Pinto; MORAES, Francine Campolim. **AROMATERAPIA E SAÚDE INTEGRAL**. 2021.

Práticas Integrativas e Complementares em Saúde: evidências científicas e experiências de implementação / organizadores: Tereza Setsuko Toma, Marcio Sussumu Hirayama, Jorge Otávio Maia Barreto, Laura Boeira, Daniel Miele Amado, Paulo Roberto Sousa Rocha. São Paulo: Instituto de Saúde, 2021. 362 p. (**Temas em saúde coletiva**; 29). Disponível em: <https://www.saude.sp.gov.br/resources/instituto-de-saude/homepage/temas-saude-coletiva/pdfs/temas29okweb.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2024.

# **A ESCRAVIDÃO MODERNA: atuação da Clínica de Combate ao Trabalho Escravo Contemporâneo da PUC Minas ante à agenda 2030<sup>12</sup>**

**Carolina de Souza Novaes Gomes Teixeira<sup>3</sup>**

**Marilene Gomes Durães<sup>4</sup>**

**Adryan Papp<sup>5</sup>**

**Heloisa Rodrigues Carvalho<sup>6</sup>**

**Natália Pereira Nonato<sup>7</sup>**

## **RESUMO**

O estágio de desenvolvimento dos Direitos Humanos e Fundamentais; bem como a consciência ética da humanidade, faz crer que reduzir alguém a condição análoga à de escravo é uma conduta inimaginável. No entanto, a sua persistência nos dias atuais assola milhares de pessoas em todos os continentes. O lucro advindo com a exploração da força de trabalho de outrem é superior às consequências impostas pela lei para coibir a conduta do agente que, aliada à ausência ou ineficaz fiscalização por parte do Estado, propicia que essa conduta continue sendo uma realidade nos dias atuais; realidade que fez com que a Organização das Nações Unidas adotasse, dentre os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, o trabalho decente e o crescimento econômico. Em sintonia com a Agenda 2030, a PUC Minas aprovou o projeto de extensão Clínica de Combate ao Trabalho Escravo Contemporâneo e Tráfico de Pessoas na qual os cursos de Direito e Psicologia atuam para prestar assistência a pessoas resgatadas da escravidão moderna para prestar-lhes assistência jurídica e Psicológica. O objetivo da presente pesquisa consiste em descrever a atuação da Clínica para posteriormente confrontá-la com as ODS analisando como é possível, através da extensão universitária contribuir para a Agenda Global, concluindo que o trabalho desenvolvido pelo Projeto vai além da defesa do trabalho decente.

**Palavras-chave:** condição análoga à de escravo; objetivo de desenvolvimento sustentável; dignidade humana.

## **ABSTRACT**

The stage of development of Human and Fundamental Rights, as well as the ethical awareness of humanity, leads to the belief that reducing someone to a condition similar to slavery is an unimaginable conduct. However,

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

<sup>2</sup> Projeto de extensão executado com fomento da Pró-Reitoria de Extensão da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

<sup>3</sup> Graduada em Direito pela Universidade Federal de Ouro Preto. Mestre e doutora em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Advogada. Professora Adjunto I da graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. [carolinasnovaes@pucminas.br](mailto:carolinasnovaes@pucminas.br)

<sup>4</sup> Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Mestre e doutora em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Advogada. Professora da graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. [marileneduraes@pucminas.br](mailto:marileneduraes@pucminas.br)

<sup>5</sup> Aluno do 3º período do curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e extensionista bolsista do projeto de extensão Clínica de Combate ao Trabalho Escravo Contemporâneo e Tráfico de Pessoas da PUC Minas.

<sup>6</sup> Aluna do 9º período do curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e extensionista bolsista do projeto de extensão Clínica de Combate ao Trabalho Escravo Contemporâneo e Tráfico de Pessoas da PUC Minas.

<sup>7</sup> Aluna do 6º período do curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e extensionista bolsista do projeto de extensão Clínica de Combate ao Trabalho Escravo Contemporâneo e Tráfico de Pessoas da PUC Minas.

its persistence in today's world afflicts thousands of people on all continents. The profit derived from the exploitation of someone else's labor force outweighs the consequences imposed by the law to suppress the agent's conduct, which, combined with the absence or ineffective supervision by the State, allows this conduct to continue as a reality today; a reality that led the United Nations to adopt, among the 17 Sustainable Development Goals, decent work and economic growth. In line with Agenda 2030, PUC Minas has approved the extension project "Clinic to Combat Contemporary Slave Labor and Human Trafficking" in which the Law and Psychology courses work together to provide assistance to people rescued from modern slavery, offering them legal and psychological support. The objective of this research is to describe the clinic's activities and then compare it to the SDGs, analyzing how it is possible, through university extension, to contribute to the Global Agenda, concluding that the work developed by the Project goes beyond the defense of decent work.

**Keywords:** condition analogous to slavery; sustainable development goal; human dignity.

## INTRODUÇÃO

A história da humanidade é marcada pela exploração do homem pelo homem. Exploração essa que, durante séculos, recorreu à uma modalidade de exploração que foi capaz de reduzir o ser humano à mero objeto sujeito à vontade do senhor ou patrão.

A história do surgimento e desenvolvimento dos Direitos Humanos e Fundamentais cuidou de rechaçar a prática da escravidão. No entanto, apesar de ser abominável e proibida em tratados internacionais de âmbito global e regional, e mesmo no plano interno dos modernos estados nacionais, a escravidão continua sendo uma prática muito presente nos tempos atuais.

A exploração do homem pelo homem é uma atividade lucrativa que não reconhece nos textos normativos limites capazes de evitar a sua prática. Está presente em todos os continentes deixando marcas indeléveis na vida das pessoas que tiveram sua autonomia e condição de sujeito de direitos sequestrados por uma das formas mais vis de exploração: a redução de alguém à condição análoga a de escravidão.

Essa constatação que muitas vezes não se consegue dimensionar devido à evolução da proteção do ser humano e responsabilização dos Estados; bem como do mínimo ético que norteia a conduta humana, produz vítimas em todo o mundo, assumindo no Brasil uma dimensão que encontra origens no passado escravocrata e na maneira pela qual o País enfrentou o reconhecimento expresso da proibição da escravidão sem o estabelecimento de políticas públicas para amparar os recém libertos e oportuniza-los o desenvolvimento de suas potencialidades em condições de igualdade com a população branca detentora dos privilégios à época.

Essa modalidade de exploração é real, atual e demanda a intervenção do Estado, das instituições, da sociedade civil e de cada indivíduo isoladamente para combatê-la; mormente quando a Organização das Nações Unidas, através dos Objetivos de Desenvolvimento

Sustentável - ODS, conclama a sociedade global à adoção de um pacto para combater desigualdades, corrigir injustiças e tornar viável e sustentável a vida na terra.

O projeto de extensão intitulado “Clínica de Combate ao Trabalho Escravo Contemporâneo e ao Tráfico de Pessoas: parceria entre a PUC Minas e a UFMG é um projeto desenvolvido com fomento da Pró-Reitoria de Extensão, que presta apoio jurídico e psicossocial para vítimas que foram resgatadas dessa forma de exploração; dando uma resposta aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O objetivo da presente pesquisa é investigar como a Clínica de Combate ao Trabalho Escravo Contemporâneo e ao Tráfico de Pessoas da PUC Minas responde ao chamado global para implementar a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). O problema consiste em submeter a atuação da Clínica ao chamamento da Agenda 2030 para verificar se e em que aspecto é possível responder positivamente aos ODS.

A metodologia utilizada consiste em revisão bibliográfica e análise de casos submetidos à atuação da Clínica de Combate ao Trabalho Escravo Contemporâneo e ao Tráfico de Pessoas da PUC Minas.

Conclui-se que a atuação da Clínica produz mudanças significativas na formação discente, docente, dos assistidos pela Clínica e da sociedade de maneira geral, contribuindo para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos pela ONU.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

O trabalho escravo contemporâneo é uma prática ilícita utilizada para maximizar o lucro em detrimento dos direitos do indivíduo. Está presente em todas as sociedades e continentes. A Organização Internacional do Trabalho – OIT, agência da Organização das Nações Unidas, possui como missão “promover oportunidades para que homens e mulheres possam ter acesso a um trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade”. Trata-se de uma agência de extrema importância para promover o trabalho digno cujo impacto no Brasil pode ser constatado pelas inúmeras recomendações e convenções ratificadas pelo Brasil. Essa agência afirma que:

O trabalho forçado é um **fenômeno global e dinâmico**, que pode assumir diversas formas, incluindo a servidão por dívidas, o tráfico de pessoas e outras formas de escravidão moderna. Ele está presente em todas as regiões do mundo e em todos os tipos de economia, até mesmo nas de países desenvolvidos e em cadeias produtivas de grandes e modernas empresas atuantes no mercado internacional. Acabar com o problema exige não só o comprometimento das autoridades dos governos, como também um engajamento multifacetado de trabalhadores, empregadores, organismos internacionais e sociedade civil. (OIT BRASIL).

Outro dado importante apontado pela OIT em seu relatório *Profits and Poverty: the economics of forced labour* (lucros e pobreza: a economia do trabalho forçado) de 2024 diz respeito ao lucro proporcionado pelo trabalho escravo contemporâneo. “O trabalho forçado na economia privada gera 236 bilhões de dólares em lucros ilegais por ano”. Esses dados demonstram que o enfrentamento do problema vai muito além da criação de textos legais reconhecendo a ilicitude da conduta.

No Brasil, a escravidão moderna também produz dados assustadores. Desde quando foi criado, no ano de 1995, o Grupo Especial de Fiscalização Móvel – GEFM, vinculado à Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) “foram mais de 56 mil trabalhadores e trabalhadoras resgatadas dessa condição e mais de 112 milhões de reais pagos aos trabalhadores e às trabalhadoras a títulos de verbas salariais e rescisórias durante as operações” de acordo com balanço divulgado pela Secretaria de Inspeção do Trabalho vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego.

Em reportagem veiculada na página da Agência Brasil na rede mundial de computadores e datada de 03/01/24, o repórter Welton Máximo relata que:

O Brasil resgatou, em 2023, 3.151 trabalhadores em condições análogas à escravidão. O número é o maior desde 2009, quando 3.765 pessoas foram resgatadas. Apesar dessa alta, o dado mostra como o país regrediu no período recente porque o número de auditores fiscais do trabalho está no menor nível em 30 anos. Com esses dados, subiu para 63.4 mil o número de trabalhadores flagrados em situação análoga à escravidão desde que foram criados os grupos de fiscalização móvel em 1995. (Máximo, 2024)

Os altos números de pessoas resgatadas da escravidão moderna, apontam para causas que possam explica-los. Além do fato do Brasil carregar em sua história o gene da escravidão e contribuir para a continuidade da exploração ao ignorar políticas públicas para inserir os recém libertos, outros fatores contribuem para que, nos dias atuais, grande número de pessoas sejam submetidas a condições análogas à escravidão.

Nesse sentido Costa (2018), ensina que “a escravidão moderna apoia-se, sobretudo na fragilidade socioeconômica de indivíduos que se deslocam de seu domicílio com a esperança de alcançar melhores condições de vida e proporcionar algum conforto aos seus.” Continua, firmando que: “Ao chegar ao destino, deparam com rotinas exaustivas, dívidas que se avolumam e instalações precárias, onde permanecerão até integral “ressarcimento” daquele que lhe *oportunizou* o emprego”.

Ainda de acordo com o balanço divulgado em 2020 pela Secretaria de Inspeção do trabalho o perfil das vítimas cooptadas para o trabalho escravo contemporâneo é o seguinte:

Historicamente, homens jovens, negros e pardos, com baixa escolaridade ou analfabetos são as principais vítimas do trabalho escravo contemporâneo no Brasil. Conforme extração dos dados das guias de Seguro Desemprego do Trabalhador Resgatado emitidas pelos auditores-fiscais do trabalho no período de 2004 a 2020, 94% dos trabalhadores resgatados são homens, 28% possuíam idade entre 18 e 24 anos, 37% cursaram até o 5º ano de forma incompleta e 30% eram analfabetos. Quanto à origem, historicamente, o Maranhão é o estado com maior naturalidade e residência de trabalhadores no momento do resgate, com 22% nascidos no Maranhão e 17% residentes nesse estado quando resgatados (Brasil, 2020)

Os dados acima demonstram que no Brasil contemporâneo, o gene da escravidão deixa marcas indeléveis na sociedade brasileira favorecendo a implantação da pauta neoliberal.

Não vivemos apenas uma crise de efetividade. O constante ataque à legislação social, realizado pelo Neoliberalismo, tem levado a uma precarização e a uma espoliação de direitos sem precedentes na história. A diminuição e a retirada de direitos sociais através da desregulamentação, já se apresentam como tendência mundial desde o fim do Estado de Bem-estar social, porém, na última década, as “reformas” que buscam a “modernização” dos direitos vigentes têm ocorrido de forma mais incisiva.

Com a desculpa da crise econômica uma das saídas encontradas pelo governo e pelas elites para a diminuição da sobrecarga do sistema é a flexibilização de direitos, consistente no desmonte da legislação trabalhista levada à efeito com a reforma trabalhista de 2017, que, dentre outras ações ditas de “modernização” consentiu com a terceirização do trabalho, ao tempo em que ocasionou o enfraquecimento dos sindicatos e contribuiu para que trabalhadores sejam aliciados para o trabalho escravo contemporâneo. A justificação da Lei 13.467/2017 se dá em suma, sob o discurso de que legislação trabalhista brasileira é demasiadamente rígida e obsoleta, de modo a onerar excessivamente os custos da produção o que inviabiliza a concorrência, o emprego e, por vias de consequência, o crescimento econômico e a derrocada da crise. Tudo isso contribui para o aumento dos casos de trabalho escravo contemporâneo.

Visando coibir essa conduta, o Código Penal brasileiro instituiu no artigo 149 o crime de redução a condição análoga à de escravo, nos seguintes termos:

Art 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto:

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I - cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

II - mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

§ 2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido:

I - contra criança ou adolescente;

II - por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem

Para Miraglia (2011, p.135) “o trabalho escravo contemporâneo é aquele que se realiza mediante a redução do trabalhador a simples objeto de lucro do empregador. O obreiro é subjugado, humilhado e submetido a condições degradantes de trabalho e, em regra, embora não seja elemento essencial do tipo, sem o direito de rescindir o contrato ou de deixar o local de labor a qualquer tempo”.

O aviltamento da dignidade humana com a sua submissão à escravidão moderna pode acontecer recorrendo o agente ao tráfico de pessoas, pois inúmeros são os casos em que pessoas são traficadas para serem exploradas em sua força de trabalho. Atenta a essa realidade e visando combater o crime organizado na esfera transnacional, a Organização das Nações Unidas aprovou a Convenção de Palermo. Essa Convenção conta com um protocolo adicional exclusivo para o combate ao tráfico de pessoas, trata-se do Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças, ratificada pelo Brasil no ano de 2004.

O tráfico de pessoas e o trabalho análogo à escravidão estão dentre as condutas criminosas mais lucrativas do mundo moderno afetando 2,5 milhões de pessoas e movimentando aproximadamente 32 bilhões de dólares por ano, de acordo com informações da ONU, divulgadas pelo site Agência Senado, que vai além ao afirmar que:

No Brasil, entre 2012 a 2019, foram registradas 5.125 denúncias de tráfico humano no Disque Direitos Humanos (Disque 100) e 776 denúncias na Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180), ambos canais de atendimento do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). Entre os anos de 2010 e 2022 foram contabilizadas 1.901 notificações no Sistema de Informação de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde (SINAN). Além disso, 60.251 trabalhadores foram encontrados em condições análogas à escravidão entre 1995 e 2022, segundo dados do Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas. (Brasil, 2023)

Para adequar a legislação brasileira ao Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças, em 2016, foi sancionada a Lei 13.344 dispondo sobre a prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas, alterando o Código Penal brasileiro para inserir nova redação ao crime de tráfico de pessoas; revogando os artigos 231 e 231-A do Código Penal.

A legislação pátria, passou a criminalizar a conduta de tráfico de pessoas no artigo 149-A do Código Penal ao dispor expressamente que :

**Tráfico de Pessoas -149-A.** Agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, com a finalidade de:

I - remover-lhe órgãos, tecidos ou partes do corpo;

II - submetê-la a trabalho em condições análogas à de escravo

III - submetê-la a qualquer tipo de servidão;

IV - adoção ilegal; ou

V - exploração sexual.

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

§ 1º A pena é aumentada de um terço até a metade se:

I - o crime for cometido por funcionário público no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las;

II - o crime for cometido contra criança, adolescente ou pessoa idosa ou com deficiência;

III - o agente se prevalecer de relações de parentesco, domésticas, de coabitação, de hospitalidade, de dependência econômica, de autoridade ou de superioridade hierárquica inerente ao exercício de emprego, cargo ou função; ou

IV - a vítima do tráfico de pessoas for retirada do território nacional.

§ 2º A pena é reduzida de um a dois terços se o agente for primário e não integrar organização criminosa.

Reduzir alguém a condição análoga a de escravo e/ou a traficar com a finalidade de submetê-la ao trabalho em condições análogas a de escravidão é, portanto, uma conduta que exigem esforços do plano internacional e interno para combatê-las. No entanto, o lucro que tais condutas proporcionam para quem as praticam é superior ao temor causado pelas penalidades previstas na lei, principalmente quando se sabe que o Estado é falho no dever de fiscalização.

Quando o crime produz um retorno financeiro maior que a sanção ou a possibilidade desta, prevista na legislação, o agente não se importa em assumir o risco da sua execução. O Brasil é um país de dimensão continental que, submetido às forças neoliberais presentes nas três esferas de poder flexibilizou direitos trabalhistas e desmontou o aparelhamento de fiscalização do Estado. A junção dessas ações potencializam a prática das condutas supracitadas.

A escravidão contemporânea no Brasil já foi objeto de análise perante o Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH). O Brasil é membro da Organização dos Estados Americanos e signatário da Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969; documento comumente conhecido como Pacto São José da Costa Rica. Ao ratificar esse documento regional o País assumiu o compromisso de coibir todas as formas de escravidão, nos termos seguintes:

#### ARTIGO 6 - Proibição da Escravidão e da Servidão

1. Ninguém pode ser submetido à escravidão ou a servidão, e tanto estas como o tráfico de escravos e o tráfico de mulheres são proibidos em todas as formas.

2. Ninguém deve ser constrangido a executar trabalho forçado ou obrigatório. Nos países em que se prescreve, para certos delitos, pena privativa da liberdade acompanhada de trabalhos forçados, esta disposição não pode ser interpretada no



sentido de que proíbe o cumprimento da dita pena, imposta por juiz ou tribunal competente. O trabalho forçado não deve afetar a dignidade nem a capacidade física e intelectual do recluso. (Organização dos Estados Americanos)

Apesar de figurar como membro da OEA e ter ratificado a Convenção Americana de Direitos Humanos, o Brasil foi omissivo no caso denunciado perante o Sistema Interamericano de Direitos Humanos sendo condenado através de sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em outubro de 2016 justamente por ter falhado na fiscalização e punição dos responsáveis por submeter 60 trabalhadores em condições à trabalho análogo à escravidão no caso que ficou conhecido como “Caso dos Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde vs. Brasil”.

Esse caso submetido à Corte foi muito importante para aprimorar a legislação interna do País por considerar a imprescritibilidade do crime de submissão de trabalhadores a condição análoga à de escravo, estabelecendo a obrigatoriedade de adoção de medidas legislativas internas para evitar que a pessoa se exima da responsabilidade penal através do instituto da prescrição.

A sentença da Corte foi paradigmática ao estabelecer que “o Estado deve, dentro de um prazo razoável a partir da notificação da presente Sentença, adotar as medidas necessárias para garantir que a prescrição não seja aplicada ao delito de Direito Internacional de escravidão e suas formas análogas, no sentido disposto nos parágrafos 454 e 455 da presente Sentença” (Organização dos Estados Americanos).

Considerando a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos e exercendo o chamado controle de convencionalidade os tribunais nacionais, mesmo diante da ausência de texto legislativo, vem aplicando o entendimento da Corte para considerar o crime de submissão de alguém a trabalho análogo à escravidão, imprescritível. Nesse sentido o ensinamento de Parise (2023?)

A decisão em comento trouxe importantes definições e considerações, chamando a atenção, em especial, para o fato de que a Corte reafirmou o caráter imprescritível do delito de escravidão e de suas formas análogas no âmbito do Direito Internacional e, como consequência, determinou ao Estado brasileiro que adotasse as providências necessárias para garantir que a aplicação da imprescritibilidade do delito também no âmbito do ordenamento jurídico interno. (Parise, 2023, p. 14).

A mudança na legislação brasileira é muito importante para que os responsáveis passem a sofrer o temor das consequências da lei, sabendo que não poderão contar com a morosidade do Estado na apuração dos fatos como medida que favorece a impunidade dado o instituto da prescrição.

É preciso que a República Federativa do Brasil assuma um compromisso claro com a responsabilização dos agentes que submetem pessoas à escravidão moderna. Para além da legislação, é preciso que impere o reconhecimento da imprescritibilidade e que sejam adotadas medidas de fiscalização mais ostensiva e com poderes para atuarem imediatamente no sentido de proteger a vítima e elidir no autor da condução a reincidência; fato que é corriqueiro no país.

No momento em que a equipe de fiscalização do trabalho se depara com trabalhadores reduzidos à condição análoga a de escravo, passa-se a buscar a reparação para a vítima e a consequente responsabilização do agente nas esferas penais, cíveis e trabalhistas. É nesse momento que a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais contribui para a assistência à vítima, realizando, através da extensão universitária, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

A Política de Extensão Universitária da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais estabelece que

A extensão universitária integrada ao ensino e à pesquisa é, portanto, parte do fazer acadêmico e um dos lugares do exercício da função social das IES. Nessa dupla dimensão, uma ação pedagógica extensionista favorece a universidade intensifique a convergência entre sua vocação técnico-científica, a vocação humanizadora e seu compromisso social. (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais).

A extensão propicia o alcance da sala de aula para além dos muros da Universidade ampliando oportunidades de ensino e pesquisa em uma relação dialógica com a sociedade em um processo constante de desenvolvimento dos sujeitos envolvidos em sua prática.

Quanto aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas, trata-se de um pacto global assumido pelos Estados Partes da ONU e construído sobre três dimensões: a econômica, social e ambiental. Estabelece 17 objetivos e 169 metas a serem alcançados coletivamente. Essa agenda traça um panorama do mundo atual que remete à importância desse pacto para viabilizar a vida digna na terra:

Encontramo-nos num momento de enormes desafios para o desenvolvimento sustentável. Bilhões de cidadãos continuam a viver na pobreza e a eles é negada uma vida digna. Há crescentes desigualdades dentro dos e entre os países. Há enormes disparidades de oportunidades, riqueza e poder. A desigualdade de gênero continua a ser um desafio fundamental. O desemprego, particularmente entre os jovens, é uma grande preocupação. Ameaças globais de saúde, desastres naturais mais frequentes e intensos, conflitos em ascensão, o extremismo violento, o terrorismo e as crises humanitárias relacionadas e o deslocamento forçado de pessoas ameaçam reverter grande parte do progresso do desenvolvimento feito nas últimas décadas. O esgotamento dos recursos naturais e os impactos negativos da degradação ambiental, incluindo a desertificação, secas, a degradação dos solos, a escassez de água doce e a perda de biodiversidade acrescentam e exacerbam a lista de desafios que a humanidade enfrenta. A mudança climática é um dos maiores desafios do nosso tempo e seus efeitos negativos minam a capacidade de todos os países de alcançar o desenvolvimento sustentável. Os aumentos na temperatura global, o aumento do nível do mar, a acidificação dos oceanos e outros impactos das mudanças climáticas estão

afetando seriamente as zonas costeiras e os países costeiros de baixa altitude, incluindo muitos países menos desenvolvidos e os pequenos Estados insulares em desenvolvimento. A sobrevivência de muitas sociedades, bem como dos sistemas biológicos do planeta, está em risco. (Organização das Nações Unidas, 2015).

Para intervir nessa realidade e adotar ações sustentáveis, a ONU elencou os 17 ODS. São eles: 1) erradicação da pobreza; 2) fome zero e agricultura sustentável; 3) saúde e bem-estar; 4) educação de qualidade; 5) igualdade de gênero; 6) água potável e saneamento; 7) energia acessível e limpa; 8) trabalho decente e crescimento econômico; 9) indústria, inovação e infraestrutura; 10) redução das desigualdades; 11) cidades e comunidades sustentáveis; 12) consumo e produção responsáveis; 13) ação contra a mudança global do clima; 14) vida na água; 15) vida terrestre; 16) paz, justiça e instituições eficazes; 17) parcerias e meios de implementação (ONU, 2015).

A Agenda 2030 é um pacto universal que se aplica a todos os Estados soberanos, instituições públicas e privadas implicando toda a sociedade no alcance dos objetivos propostos com foco no alcance de um modo de vida sustentável para todos. É com esse propósito de corresponsabilidade que se pretende demonstrar como a Clínica de Combate ao Trabalho Escravo Contemporâneo da PUC Minas implementa os ODS.

## **METODOLOGIA**

A metodologia utilizada para a realização da presente pesquisa consiste em revisão bibliográfica, pesquisa em sites oficiais de organizações internacionais e órgãos internos do poder executivo brasileiro responsável pelo acompanhamento, fiscalização e divulgação de dados referentes ao trabalho escravo contemporâneo e ao tráfico de pessoas, bem como estudo de caso referente à atuação da Clínica de Combate ao Trabalho Escravo Contemporâneo e Tráfico de Pessoas da PUC Minas para, através da Política de Extensão da PUC Minas, confrontá-la com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos pela Organização das Nações Unidas.

## **DISCUSSÃO E/OU RESULTADOS**

A Clínica de Combate ao Trabalho Escravo Contemporâneo e Tráfico de Pessoas da PUC Minas resulta de uma parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais. é um projeto de extensão que atua com fomento da Pró-Reitoria de Extensão. Foi implementado no segundo semestre de 2023 no *campus* de Betim.

A iniciativa de implantar clínicas para atuar no combate ao trabalho escravo contemporâneo surge na Universidade de Michigan, nos Estados Unidos da América do Norte no ano de 2011. Em 2015, a Universidade de Michigan (University of Michigan) realizou um workshop internacional em Ann Arbor, contando com a participação de instituições de ensino da Argentina, Brasil, Etiópia, México e Países Baixos. Essa iniciativa foi fundamental para socializar a experiência daquela instituição no combate ao trabalho escravo contemporâneo e tráfico de pessoas. Ela instituiu o Clinnect HTS visando criar uma rede global de clínicas de Direito especializadas em prestar assistência jurídica às vítimas de tráfico de pessoas e trabalho escravo, com vistas ao intercâmbio das melhores práticas.

A UFMG foi a instituição que representou o Brasil e vem conclamando as instituições de ensino superior da rede pública e privada para se unir ao ideal de Michigan e expandir, através da extensão universitária, a prática de combate ao trabalho escravo contemporâneo no Brasil. Em 2015 a PUC Minas passou a integrar essa iniciativa implantando uma clínica no *campus* de Betim.

A Clínica implantada em Betim surgiu com um diferencial ao propor ações conjuntas dos cursos de Direito e Psicologia. Assim, além de representar os assistidos judicial e extrajudicialmente na busca pela reparação pelos danos materiais e imateriais decorrentes do processo de escravidão moderna a que foram submetidos, presta-lhes, sempre que o caso concreto demandar, o atendimento e acompanhamento psicossocial com a finalidade de levar o sujeito a superar os traumas decorrentes da exploração vivenciada.

Com poucos meses de atuação, a Clínica de Combate ao Trabalho Escravo Contemporâneo e Tráfico de Pessoas de Betim, já foi acionada para o atendimento jurídico e psicossocial para pessoas resgatadas do trabalho análogo à escravidão no Estado de Minas Gerais. Com a finalidade de demonstrar como esse projeto de extensão da PUC Minas contempla os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, far-se-á, a seguir a exposição de um dos casos atendidos pela equipe de docentes e discentes da área jurídica da Clínica.

### **Análise de Caso**

Em 2023, ano de inauguração do projeto de extensão, foi realizado o atendimento do assistido J.M.S.S., natural de Jacobina (BA), que havia sido submetido a condições laborais e habitacionais adversas desde março de 2019, quando aceitou uma oferta de emprego em uma chácara localizada em Passos, Minas Gerais. O resgate ocorreu em 2022, após uma denúncia

formalizada por uma funcionária do IBGE, que ao comparecer à chácara para realizar o Censo, observou a situação degradante em que se encontrava J.M.S.S.

Conforme apurado pela Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo (DETRAE) e pela Secretaria de Fiscalização do Trabalho, J.M.S.S. foi submetido a condições de trabalho análogas à escravidão, conforme estabelecido pela Instrução Normativa nº 02, art. 33, da Secretaria de Inspeção do Trabalho, de 08 de novembro de 2021. As condições de trabalho eram caracterizadas pela falta de equipamentos de proteção, exceto botas, e a moradia oferecida assemelhava-se a uma estrutura cavernosa, desprovida de condições mínimas de salubridade, como geladeira e colchão. A água destinada ao consumo vinha de um poço sem processo de filtragem e estava sujeita a inundações causadas pelas cheias do rio, além da presença de escorpiões na habitação.

J.M.S.S. realizava atividades rurais em jornadas extenuantes que duravam 14 horas diárias, começando às 4h30min e incluindo alimentação de animais, tratamento de porcos, cuidados com gado, cavalos e cachorros, além de outras tarefas agrícolas e de manutenção da fazenda, sem intervalos.

O atendimento jurídico foi realizado por um grupo de trabalho composto por extensionistas bolsistas e voluntários do 2º ao 8º período do curso de Direito. Essa equipe empenhou-se para analisar o caso à luz do ordenamento jurídico vigente e buscar a restauração da dignidade do trabalhador por meio judicial. Decidiu-se propor uma reclamação trabalhista contra o empregador, visando não apenas o reconhecimento e formalização do vínculo laboral do assistido, mas também a reparação por danos morais decorrentes das condições laborais enfrentadas.

A reclamação trabalhista foi redigida, distribuída e encontra-se, atualmente, em trâmite perante a Justiça do Trabalho. Este caso exemplifica um dos atendimentos realizados pela Clínica, visando coibir práticas de trabalho análogo à escravidão, destacando a importância da intervenção legal para garantir os direitos e a dignidade dos trabalhadores.

### **Dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável Alcançados pela atuação da Clínica de Combate ao Trabalho Escravo Contemporâneo e Tráfico de Pessoas**

A Clínica de Combate ao Trabalho Escravo Contemporâneo e Tráfico de Pessoas da PUC Minas realiza, através da extensão universitária, vários dos ODS.

Ao acolher trabalhadores resgatados do trabalho escravo contemporâneo representando-os judicial ou extrajudicialmente, com a finalidade de reparar as inúmeras violações de Direitos

Humanos a que foram submetidos e, prestando-lhe o atendimento e acompanhamento psicossocial, a Universidade contribui para a **erradicação da pobreza** (ODS nº 1). Erradicar a pobreza em todas as suas formas. “significa garantir que ninguém passe fome, todos tenham acesso a uma educação de qualidade e ninguém seja abandonado”.

Outro ODS contemplado pela ação da Clínica é o **Trabalho Decente e Crescimento Econômico** (ODS nº 8). Esse objetivo visa “promover o crescimento econômico sustentável, o emprego pleno e produtivo, e o trabalho decente para todos”.

Buscar a reparação para o assistido que foi explorado em sua força de trabalho é uma forma de realizar, para este diretamente e para o grupo social ao qual faz parte indiretamente, o alcance da **Paz, Justiça e Instituições Eficazes** (ODS 16) que propõe “a promoção de sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, garantindo o acesso à justiça para todos”.

Como a extensão universitária é um espaço em que se correlacionam o ensino e a pesquisa, a Universidade cumpre para o corpo discente e docente envolvido a **Educação de Qualidade** (ODS nº 04) que “defende a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizado ao longo da vida”.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O trabalho escravo contemporâneo e o tráfico de pessoas, são práticas mais comuns do que se possa imaginar. Encontra-se presente em todos os 5 continentes impactando milhões de pessoas que tem sua dignidade subtraída para potencializar o lucro daqueles que as exploram. Combatê-las exige esforços dos poderes públicos, de instituições públicas e privadas e da sociedade de maneira geral, principalmente quando se sabe das causas que levam as pessoas a se tornarem vítimas em potencial dessas condutas.

A ausência de oportunidades ocasionadas pelas inúmeras violações de direitos humanos e fundamentais tais como a pobreza, a ausência de acesso à educação e outras tantas privações acabam empurrando pessoas para a exploração laboral, tema da presente pesquisa.

O trabalho decente tem sido objeto de preocupação de organizações internacionais como a ONU, a OIT, a Corte Interamericana de Direitos Humanos. Sua prática é coibida em diversos textos internacionais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto São José da Costa Rica bem como na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. No entanto, apesar de mecanismos criados para promover e proteger o trabalho decente, evitando a exploração da força laboral, números demonstram que a prática de submeter pessoas a condição

análoga à de escravo é atual, rentável e não encontra barreiras quer na lei, quer nas medidas concretas de responsabilização.

A PUC Minas, através de parceria firmada com a Universidade Federal de Minas Gerais, aprovou um projeto de extensão denominado Clínica de Combate ao Trabalho Escravo Contemporâneo e Tráfico de Pessoas com a finalidade de prestar atendimento jurídico e psicossocial a vítimas resgatadas do trabalho escravo contemporâneo.

Em pouco tempo de atuação da clínica, já foram prestados atendimentos por alunos e professores dos cursos de Direito e Psicologia do campus de Betim para pessoas que foram aliciadas para o trabalho em condições análogas à escravidão.

A experiência extensionista proporcionada pela atuação dos discentes voluntários e extensionistas do projeto, vem causando impactos extremamente positivos que podem ser sentidos em âmbito acadêmico impulsionando toda a equipe a pesquisar, debater, e ensinar sobre o trabalho escravo contemporâneo e tráfico de pessoas para que, cientes da dimensão do problema, mais denúncias de práticas abusivas na relação de emprego possam chegar ao conhecimento das instituições responsáveis pela fiscalização. Ressalte-se ainda que o sujeito tangenciado pela extensão universitária é um agente transformador de si mesmo e da realidade local cujas vicissitudes lhes são reveladas pela imersão na realidade local.

O impacto do projeto resvala nos poderes públicos que, cada vez mais, buscam parcerias com instituições de ensino superior para, através da extensão, firmar parcerias para o combate ao trabalho escravo contemporâneo e tráfico de pessoas.

Sobretudo, o impacto do projeto pode ser sentido na vida dos assistidos pela clínica que, no auge na situação de vulnerabilidade ocasionado pela violação dos mais básicos direitos humanos e fundamentais, encontram na atuação dos discentes e docentes da clínica um amparo capaz de restaurar direitos lesados e recuperar autoestima.

Por fim, a atuação da Clínica responde aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis constantes da Agenda 2030, proposta pela ONU ao atuar como suporte contra as desigualdades sociais e o combate à pobreza (ODS 1); ao combater o trabalho análogo à escravidão efetiva o trabalho decente impactando o crescimento econômico(ODS 8) ao tempo em que garante para as vítimas do trabalho análogo à escravidão o acesso à justiça contribuindo para restaurar a paz violada e contribuindo para dar visibilidade ao problema para que as instituições possam atuar de forma mais eficaz (ODS 16).

Tudo isso apenas corrobora que a extensão universitária, com toda a riqueza de possibilidades de vivência da academia, contribui para a formação de qualidade que impacta

discentes, docentes e pessoal da equipe administrativa do projeto que possui contato com a atuação da Clínica (ODS 4).

Conclui-se que a atuação da Clínica de Combate ao Trabalho Escravo Contemporâneo e Tráfico de Pessoas da PUC Minas é mais uma experiência extensionista que propõe a intervenção no contexto social realizando o tripé da Universidade consistente no ensino, pesquisa e extensão, já que é um *locus* privilegiado de vivência dos princípios, diretrizes e valores da universidade que norteiam a Política de Extensão Universitária da PUC Minas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério do Trabalho e Emprego**. Secretaria de Inspeção do Trabalho. Atuação da inspeção do trabalho para a erradicação do trabalho escravo no Brasil: balanço 2020.

BRASIL. Código penal brasileiro.

BRASIL. **Lei Nº 13.344, de 6 de outubro de 2016**. Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas; altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

COSTA, Rosa Juliana Cavalcante da. Cidadania para além do *status libertatis*. Trabalho escravo contemporâneo: conceituação, desafios e perspectivas.

MÁXIMO, Welinton. Brasil resgatou 3.1 mil trabalhadores escravizados em 2023. Agência Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-01/brasil-resgatou-31-mil-trabalhadores-escravizados-em-2023>

MIRAGLIA, Livia Mendes Moreira. TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO: conceituação à luz do princípio da dignidade da pessoa humana. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Disponível em [https://bib.pucminas.br/teses/Direito\\_MiragliaLM\\_1.pdf](https://bib.pucminas.br/teses/Direito_MiragliaLM_1.pdf)

PARISE, Claudia Paciulli Azevedo. A condenação do Brasil perante a corte interamericana de direitos humanos no caso “fazenda Brasil Verde vs. Brasil”: breve análise sistêmica da prática do trabalho escravo e da proteção jurídico-penal no país. Disponível em [https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/BibliotecaDigital/artigos\\_juridicos/A-CONDENACAO-DO-BRASIL-PERANTE-A-CORTE-INTERAMERICANA-DE-DIREITOS-HUMANOS.pdf](https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/artigos_juridicos/A-CONDENACAO-DO-BRASIL-PERANTE-A-CORTE-INTERAMERICANA-DE-DIREITOS-HUMANOS.pdf).

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969.



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Política de extensão universitária. Belo Horizonte, 2006

# **A importância da inserção dos acadêmicos de medicina como extensionistas nos serviços de saúde terciário: um relato de experiência sobre o “projeto backaus: acadêmicos em campo”<sup>1</sup>**

**Danyelle Maria Silva**  
**Mariana Ribeiro Silva**  
**Soleane Franciele Da Silva**  
**Eduardo Frois Temponi**

## **RESUMO**

Este relato de experiência aborda a inserção de acadêmicos de medicina como extensionistas em um serviço de saúde terciário, destacando o impacto na formação acadêmica e nos serviços hospitalares. Com base na experiência prática, descreve-se o desenvolvimento de competências técnicas, éticas e humanísticas e o papel dos estudantes na promoção da saúde e no fortalecimento do sistema de saúde. A extensão universitária é parte fundamental da tríade acadêmica, que inclui ensino e pesquisa, conectando universidade e comunidade. No campo da medicina, a participação de estudantes em ambientes terciários, como hospitais, é benéfica tanto para a formação acadêmica quanto para a comunidade hospitalar. A prática permite o desenvolvimento de habilidades clínicas, comunicativas e éticas. Este relato de experiência visa apresentar as vivências de estudantes de medicina em um hospital de nível terciário, destacando como essa prática influencia a formação profissional dos acadêmicos e contribui para a qualidade do atendimento prestado. Este artigo relata a experiência do “Projeto Backaus: Acadêmicos em Campo”, desenvolvido por estudantes de medicina da PUC Minas, no Hospital Público Regional de Betim (HPRB). Desde 2023, o projeto envolve 26 extensionistas, que atuam no bloco cirúrgico e ambulatório, com o objetivo de aplicar o protocolo de cirurgia segura da OMS. A vivência inclui todas as fases do cuidado cirúrgico: pré, intra e pós-operatório, garantindo a segurança dos pacientes e a melhoria da qualidade do atendimento. Os resultados indicam que o uso do Checklist de Cirurgia Segura promoveu a padronização de processos e redução de erros, resultando em uma assistência mais qualificada e segura. Esse

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

instrumento, recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), auxilia as equipes cirúrgicas na verificação de itens essenciais antes, durante e após as cirurgias. Além disso, essa fiscalização realizada por acadêmicos em campo, não apenas contribui para a segurança e economia, mas também oferece aos discentes uma visão global dos processos do bloco cirúrgico. A experiência extensionista demonstrou ser crucial para o desenvolvimento técnico e humanístico dos futuros médicos, evidenciando a importância da integração entre a universidade e os serviços de saúde. O projeto também se alinha com iniciativas como ERAS e ACERTO, que visam acelerar a recuperação dos pacientes e reduzir complicações pós-operatórias. Assim, o “Projeto Backaus” destaca-se como uma prática exemplar de como a extensão universitária pode contribuir para uma formação médica abrangente e humanizada, beneficiando tanto os estudantes quanto a comunidade hospitalar.

**Palavras-chave:** atenção terciária à saúde; extensão universitária; educação médica; pesquisa em saúde; interdisciplinaridade; cirurgia segura.

# **A INTEGRAÇÃO ENTRE PRÁTICA E TEORIA: COMO A LIGA ACADÊMICA DE ORTOPEDIA E MEDICINA DO ESPORTE TRANSFORMA A FORMAÇÃO ACADÊMICA E PROMOVE A SAÚDE COLETIVA<sup>1</sup>**

Rodrigo Safe Fiuza  
Vitor Hugo Carvalho Soares  
Eduardo Frois Temponi

## **RESUMO**

Os benefícios de uma saúde óssea e muscular adequada são fundamentais para garantir a qualidade de vida e o bem-estar em todas as idades. Em um cenário de envelhecimento populacional e aumento do sedentarismo, a ortopedia e a medicina esportiva desempenham um papel essencial na prevenção de lesões e na manutenção da mobilidade e funcionalidade do corpo. Dessa forma, a adoção de práticas preventivas e orientadas desde a juventude, assim como o cuidado contínuo em adultos e idosos, é imprescindível para assegurar uma vida ativa e sem limitações. Nesse contexto, a Liga Acadêmica de Ortopedia e Medicina do Esporte (LAOMESP) emerge como uma importante iniciativa para complementar a formação dos acadêmicos, proporcionando atividades teóricas e práticas que aproximam os estudantes da realidade da profissão e incentivam a promoção de hábitos saudáveis na comunidade. O objetivo deste estudo é destacar a relevância da participação de acadêmicos nas atividades oferecidas pela LAOMESP, como aulas especializadas, estágios em ambientes esportivos, envolvimento nas reuniões de residência de ortopedia do Hospital Madre Teresa e participação em pesquisas para publicação em diferentes congressos. Além disso, busca-se explorar a importância de intervenções comunitárias, como palestras e atividades em escolas, para a promoção da saúde preventiva e estimular a realização de atividades físicas. Para a realização deste estudo, foram analisadas as atividades oferecidas pela LAOMESP e seus benefícios para os acadêmicos de medicina. Foram considerados dados obtidos por meio de observações de campo durante o estágio em um clube de futebol (Betim Futebol). Por se tratar de uma novidade para a liga, às atividades de intervenção em escolas e outras ações comunitárias promovidas pela LAOMESP foram avaliadas quanto à sua eficácia na disseminação de informações sobre saúde músculo-esquelética e prevenção de lesões. Enquanto as reuniões e aulas da residência

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

do Hospital Madre Teresa foram avaliadas quanto a sua eficácia para o aprendizado, com aprofundamento teórico na área ortopédica e o networking entre os acadêmicos, residentes e preceptores e as oportunidades acadêmicas geradas a partir disso. A participação dos acadêmicos nas atividades da LAOMESP contribui significativamente para o desenvolvimento profissional e pessoal, proporcionando experiências práticas, teóricas e científicas que complementam a formação em ortopedia e medicina esportiva. As reuniões de residência no Hospital Madre Teresa, assim como o estágio em clubes esportivos, oferecem uma visão real da rotina e dos desafios da área, aproximando os estudantes dos aspectos clínicos e de tomada de decisão. Além disso, as ações comunitárias, como palestras em escolas, desempenham um papel crucial na promoção da saúde preventiva, formando uma geração mais consciente e comprometida com o bem-estar físico. Assim, a LAOMESP se consolida como uma iniciativa essencial para a capacitação de novos profissionais, incentivando a aplicação de conhecimentos acadêmicos em benefício da comunidade e da saúde pública.

**Palavras-chave:** ortopedia; medicina do esporte; atividade física; qualidade de vida.

## **A Terapia Comunitária Integrativa como caminho para a promoção da saúde de pessoas privadas de liberdade<sup>1</sup>**

**Sara Cristina Zam  
Carla Wernecke Padovani Gonzaga**

### **RESUMO**

O Projeto de Extensão do Curso de Medicina da PUC Betim na Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) é uma iniciativa inovadora que aborda a promoção da saúde mental dos recuperandos através da realização de rodas de Terapia Comunitária Integrativa. Esta abordagem cria um espaço seguro para a expressão de sentimentos e troca de saberes e experiências de vida. Essa dinâmica permite a partilha de vivências e a construção de laços para o apoio mútuo. O objetivo da Terapia Comunitária Integrativa é a promoção da saúde pela criação de vínculos, fornecendo ferramentas para o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais fundamentais para a convivência em sociedade. O Projeto de Extensão também tem um componente educacional significativo, visando sensibilizar os acadêmicos para a complexidade da realidade prisional. Desafiando preconceitos e estigmas, o projeto promove uma visão humanizada dos recuperandos, essencial para a construção de uma sociedade mais inclusiva. A condução das rodas segue um roteiro estruturado, passando pelas seguintes etapas: boas-vindas, “quebra-gelo”, proposição de temas ou inquietações para a conversa, votação em um só tema, partilha de vivências relacionadas à superação do tema em questão. Nas rodas de Terapia Comunitária Integrativa, fala-se em primeira pessoa do singular, a partir da própria vivência; não há aconselhamentos ou expressão de julgamentos; quando alguém está com a palavra, os demais participantes escutam com atenção e respeito. O método proposto permite que os recuperandos abordem inquietações cotidianas de forma reflexiva e colaborativa, incentivando a verbalização de emoções e a troca de experiências pessoais de superação e enfrentamento das dificuldades. A estrutura das rodas proporciona um ambiente acolhedor e seguro, onde cada voz é ouvida e valorizada. A escuta ativa é uma das habilidades treinadas pelos estudantes que acompanham as rodas conduzidas pela professora responsável pelo Projeto. Os resultados do projeto são notáveis tanto para os recuperandos quanto para os acadêmicos. Os recuperandos, ao participarem das rodas, não apenas fortalecem sua autonomia, mas também aumentam a autoconfiança, que lhes serão fundamentais para a

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

reintegração social. Para os acadêmicos, a experiência é igualmente enriquecedora, pois eles aprendem com as histórias de vida dos recuperandos, ampliando sua empatia e compaixão, além do conhecimento adquirido sobre as especificidades da atenção à saúde de pessoas privadas de liberdade. Como uma prática integrativa e complementar do SUS, a Terapia Comunitária Integrativa, foi o eixo estruturante do Projeto de Extensão do Curso de Medicina na APAC. O impacto positivo na promoção da saúde, se deve ao estímulo do autoconhecimento, construção e fortalecimento de vínculos de solidariedade e desconstrução de estigmas sociais associados ao sistema prisional. Ao incentivar o respeito e a empatia, a Terapia Comunitária Integrativa transformou a percepção dos extensionistas sobre as pessoas privadas de liberdade e contribuiu para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, reforçando o papel fundamental da educação e do serviço comunitário na formação de futuros profissionais de saúde.

**Palavras-chave:** terapia comunitária integrativa; empatia; habilidade atitudinal; reintegração social; vínculos.

## **AÇÕES DE SAÚDE NA COMUNIDADE: aferição e conscientização sobre hipertensão arterial<sup>1</sup>**

**Ana Luisa de Paulo Caldeira**

**Diêgo Rodrigues Almeida**

**Leonora Alvarenga Sanábio**

**Nicole Campos de Souza**

**Victor Elias Torres da Cruz**

**Nadia David Peres**

### **RESUMO**

A Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) é assim denominada quando a pressão arterial é elevada de forma persistente acima de Pressão Arterial (PA) sistólica 140 mmHg e/ou PA diastólica maior ou igual a 90 mmHg, medida utilizado técnica correta, por duas vezes em ocasiões diferentes, sem o uso da medicação anti-hipertensiva. Os estudos apontam que mesmo um aumento moderado da PA, resulta na diminuição da expectativa de vida consideravelmente. O objetivo deste trabalho foi desenvolver habilidades práticas dos alunos do curso de medicina, dentro da disciplina Práticas na Comunidade III: Adulto (PCIII), através da aferição da PA ocasional da população geral, e orientar sobre o diagnóstico, sinais e sintomas, tratamento e prevenção da HAS à comunidade. Assim, na manhã do dia 22 de outubro de 2024 os alunos do grupo 1 da disciplina PCIII se reuniram no estacionamento do pátio de um supermercado de grande porte, próximo à uma Unidade Básica de Saúde (UBS) de Betim para aferir a PA dos clientes que passassem ali de forma ocasional. Participaram seis alunos e uma professora. Foi confeccionado um folder contendo informações precisas e simples sobre a doença, e foi ofertado uma banana como incentivo à alimentação saudável. Ao total foram atendidas 70 pessoas, sendo estas, 35 do sexo feminino, 35 do sexo masculino, de idade de 11 a 84 anos. Desse total, 40% tinham HAS e Diabetes Mellitus. O valor da PA que mais se repetiu foi 120 x 80 mmHg, o extremo superior foi 200 x 140 mmHg e o extremo inferior foi 90 x 60 mmHg. A média da PA da população foi 127 x 82,7 mmHg. Diante deste contexto, é de consenso unânime dos autores que os dados apresentados na intervenção necessitam de estratificação

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.



mais ampla, embora apresentaram significância estatística. Um fato interessante é o de reconhecimento da HAS, já que todos os indivíduos hipertensos reconheciam sua condição, pois a HAS se caracteriza por ser uma doença silenciosa. Uma observação alarmante foi o relapso de controle efetivo como a má adesão medicamentosa, representando um desafio a ser enfrentado pelo sistema de saúde. A implementação de intervenções no âmbito da Atenção Básica pode evitar o agravamento e o surgimento de complicações cardiovasculares, com o reforço da adesão ao tratamento e controle. Portanto, constatou-se que a ação contou com grande adesão do público o que permitiu desenvolver habilidades práticas da PC III como aferição de PA, inclusive em ambiente de muito ruído e temperatura elevada, comunicação com o paciente adulto e alcançou o propósito da promoção de saúde na comunidade, o que o grupo considerou como um sucesso, já que um número considerável das aferições resultaram em uma PA alterada (maior que 140/90 mmHg), foi possível orientar os indivíduos acerca da necessidade de um acompanhamento contínuo da pressão com profissional de saúde na UBS, o qual muitas dessas pessoas demonstraram interesse em realizá-lo.

**Palavras - chave:** hipertensão arterial; medicina; educação em saúde.

**ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL INFANTIL: Projeto de extensão elaborado na UBS  
Vila Universal<sup>1</sup>**

**Camila Maria Oliveira De Melo**

**Elisangele Maria Froes Boncompagni**

**Fernanda Cristina De Souza Santos**

**Isabela Ferreira Santos**

**Nicolly Medeiros Pongeluppi**

**Stela Cristina De Lima Nogueira**

**Simone Sandra de Araújo Silva**

**RESUMO**

O tema abordado na intervenção abrangeu alimentação saudável, com ênfase no público infantil. Nesse viés, a intervenção, criada na disciplina de Práticas da Comunidade II: Infância e Adolescência, foi realizada com crianças do Projeto Casa da região e enfatizou a importância de um estilo de vida alimentar mais saudável para esse público. O objetivo foi realizar uma ação de promoção à saúde, de forma divertida e lúdica, através da conscientização das crianças da comunidade da abrangência da UBS Universal em Betim em relação à alimentação saudável, e da importância dos nutrientes, sobre os malefícios dos alimentos ultraprocessados e dos ingredientes artificiais e conservantes. Além disso, mostrar para as famílias e cuidadores, através de material educativo, como pequenas mudanças diárias nos hábitos alimentares faz diferença na vida da criança, no seu crescimento e desenvolvimento físico e mental. A metodologia das Práticas da Comunidade II foi realizada de forma dinâmica em uma quadra disponibilizada pelo Projeto Casa - Polo 20. A execução do projeto envolveu uma exposição lúdica sobre a temática, seguida de um jogo com perguntas e respostas sobre as escolhas dos alimentos. Ao final da intervenção, foram distribuídas saladas de frutas para as crianças proporcionando uma experiência positiva e contribuindo para a abordagem da alimentação saudável. Ocorreu uma grande adesão das crianças durante a realização do projeto, bem como os responsáveis deles que estavam presentes. Houve participação ativa nas atividades. O sucesso do projeto se deve ao

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

interesse e participação das crianças, além da participação do projeto Casa Polo 20, com o apoio da coordenadora. A continuidade dessa ação de educação em saúde é fundamental para a promoção da saúde da comunidade. A alimentação adequada é um tema atual e importante e deve ser sempre abordado, com adultos e crianças, pois é um fator primordial para a manutenção do crescimento e desenvolvimento adequado das crianças, assim como é capaz de reduzir os riscos de doenças crônicas nos adultos. Essas ações podem ser realizadas em diversos espaços, como as unidades de saúde, escolas e praças. Também é importante que as ações sejam desenvolvidas de forma participativa, envolvente e com linguagem simples, para que todos possam se apropriar do conhecimento e aplicar na sua vida cotidiana.

**Palavras-chave:** UBS; crianças; educação; alimentação saudável.

**Keywords:** basic health Unit; children; education; healthy eating.

**ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL INFANTOJUVENIL: Projeto de intervenção  
elaborado na UBS Vila Universal<sup>1</sup>**

**Bruno Andrade Mendes Coelho**

**César Rodrigues de Melo**

**Gabriella Peixoto Lourenço**

**Geronimo Maia da Silva**

**Glaucio Alves dos Santos**

**João Gabriel de Araujo Savini**

**Prof.Simone Sandra de Araújo Silva**

Diante do crescimento de doenças crônicas, tanto em crianças quanto em adultos, a alimentação saudável torna-se um fator crucial para evitar essas complicações. Nesse contexto, a intervenção realizada na disciplina Práticas da Comunidade II: Infância e Adolescência, do segundo período do curso de medicina da PUC-Minas, trabalhou com crianças e adolescentes residentes na região de moradores usuários da UBS Vila Universal, destacando a importância de um estilo de vida alimentar mais saudável. O principal objetivo desse projeto foi difundir informações para crianças e adolescentes sobre a necessidade de adotar uma alimentação saudável. A intenção era desmistificar conceitos errôneos sobre alimentos e demonstrar que uma alimentação saudável pode ser prazerosa. Para alcançar esses objetivos, foram estabelecidas parcerias com o Projeto Casa – Polo 20, que disponibilizou uma quadra para a realização do evento. A execução do projeto envolveu jogos com as crianças, seguidos de explicações e sessões de perguntas e respostas sobre diversos alimentos. Além disso, foram distribuídos chup-chups feitos com frutas naturais e sem adição de açúcar, bem como pipoca sem sal e óleo vegetal. Ao final, foram realizadas partidas de futsal com todos os participantes, incluindo os alunos do curso de medicina. A intervenção na UBS Universal atingiu os resultados esperados, com alta adesão e participação entusiasmada das crianças e adolescentes. As crianças e adolescentes mostraram um aumento notável no conhecimento sobre

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

alimentação saudável, como evidenciado pelas interações durante as sessões de perguntas e respostas. Houve uma aceitação positiva dos alimentos saudáveis oferecidos, com muitos participantes expressando surpresa ao descobrir que alimentos nutritivos também podem ser saborosos. Os jogos e atividades práticas facilitaram a compreensão dos conceitos discutidos, promovendo

uma aprendizagem ativa e divertida. A participação nas partidas de futsal também destacou a importância da atividade física como parte de um estilo de vida saudável, reforçando a mensagem central do projeto. **CONCLUSÃO:** O projeto demonstrou que a educação nutricional, quando realizada de maneira lúdica e interativa, pode ser efetiva na promoção de hábitos alimentares saudáveis entre crianças e adolescentes. A alta participação e o envolvimento dos jovens mostram que, com a abordagem correta, é possível mudar percepções e comportamentos em relação à alimentação. Assim, iniciativas como essa são essenciais para combater o crescimento das doenças crônicas e promover um estilo de vida mais saudável desde a infância.

**PALAVRAS-CHAVE:** doenças crônicas; alimentação saudável; projeto; estilo de vida saudável;

**KEYWORDS:** chronic diseases; healthy eating; project; healthy lifestyle;

**COMPLEMENTAÇÃO DA CARGA HORÁRIA PARA O ESTUDO DE  
ORTOPEDIA E MEDICINA DO ESPORTE ATRAVÉS DA PARTICIPAÇÃO  
NA “LIGA ACADÊMICA DE ORTOPEDIA E MEDICINA DO ESPORTE –  
LAOMESP”<sup>1</sup>**

Augusto Roscoe de Assumpção

Rafael Stephan Faion

Igor Sinclair Taveira Rodríguez

Eduardo Frois Temponi

**RESUMO**

Na maioria das grades curriculares dos cursos de medicina em todo o território nacional, é notória a baixa carga horária dedicada ao estudo e conhecimento da ortopedia e menor ainda à medicina do esporte. Com base no interesse crescente dos alunos em aprender e se aperfeiçoar nessas áreas, surgiu a Liga Acadêmica de Ortopedia e Medicina do Esporte, a LAOMESP. Alunos do curso de medicina da PUC Minas, do 4º ao 11º períodos, têm a oportunidade de integrar o corpo de ligantes da LAOMESP, composto por até 20 alunos, durante o período de 12 meses. Ao longo do ano letivo, a liga promove encontros semanais com professores convidados para que sejam abordados temas cotidianos e específicos das áreas de interesse do grupo. Além disso, há diversas oportunidades de vivências práticas, como estágio extracurricular em clubes profissionais de futebol, composição da equipe de apoio à saúde em competições nacionais e internacionais de modalidades olímpicas, e participação na elaboração de artigos científicos. Essas oportunidades não apenas satisfazem o interesse do acadêmico de medicina em aprofundar seus conhecimentos nas áreas de interesse, mas também o introduzem ao cotidiano do profissional da área e estimulam seu potencial científico, um ponto fundamental para o desenvolvimento dos alunos. O aumento do conhecimento nas áreas de medicina do esporte e, principalmente, da ortopedia, auxilia tanto os alunos que desejam se especializar nessas áreas quanto os que seguirão como generalistas, considerando que queixas ortopédicas compõem uma parcela significativa das demandas em pronto-atendimentos e em

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

estabelecimentos de atenção primária à saúde, trazendo para a sociedade o benefício de um tratamento mais adequado.

**Palavras-chave:** ortopedia; medicina do esporte; liga acadêmica



# **CONHECIMENTO SOBRE ESPOROTRICOSE EM ESCOLA ESTADUAL DE BELO HORIZONTE<sup>1</sup>**

**Carolina Borges Pinto  
Júlia Gobbo de Oliveira  
Thays Evelyn de Souza Silva  
Maria Consolação Magalhães Cunha**

## **INTRODUÇÃO**

A Esporotricose é uma micose cutânea causada pelo fungo *Sporothrix*, que está presente no solo, palha, vegetais e madeira. O gato é o principal reservatório urbano deste fungo e possui uma maior importância no potencial zoonótico em relação às outras espécies devido a capacidade de excretar os microrganismos em seus dejetos, exsudatos e armazená-los em suas unhas (Nelson; Couto, 2015). Essa doença possui uma grande relevância para a saúde pública por ser uma zoonose e, nos últimos anos, com a crescente popularidade de gatos como animais domésticos, vem sendo observado um aumento do número de casos de esporotricose humana. Assim, o principal objetivo deste trabalho é promover a discussão e o conhecimento das principais formas de transmissão e prevenção da Esporotricose para alunos do ensino fundamental de uma escola estadual de Belo Horizonte. Ademais, foi realizado um levantamento do nível de conhecimento de alunos de ensino fundamental sobre essa zoonose, análise das causas de desconhecimento sobre Esporotricose nesse nicho e conscientização dos jovens sobre a importância desta zoonose na saúde pública. A relevância e a justificativa deste trabalho residem na necessidade de conscientizar as pessoas sobre a importância desta doença, suas formas de transmissão e prevenção.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Em 1990 a esporotricose de caráter zoonótico ganhou ênfase no Brasil por afetar grande número de animais e pessoas, chegando ao ponto de causar uma epidemia. De 1990 até 2012, mais de 4.000 gatos, 200 cães e mais de 2.200 humanos foram diagnosticados com

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

esporotricose. (Fiocruz, 2012). Paiva *et al.* (2020), em um estudo em uma região de Belo Horizonte (MG), sugerem que a proximidade de casos de esporotricose felina, assim como sua quantidade, são fatores de risco para a disseminação da doença tanto em gatos quanto em humanos. Os autores concluíram que medidas de controle e prevenção da esporotricose felina são essenciais para controlar a doença em humanos.

## **METODOLOGIA**

O levantamento foi realizado em março de 2024 em uma Escola Estadual situada em Belo Horizonte. Foram incluídos no estudo, alunos do oitavo e nono ano do ensino fundamental. Durante o período da pesquisa, foram convidados a participar cerca de 200 alunos e entregue o Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento (TCLE) assinado pelo responsável legal, havendo recusa em aproximadamente 125 casos, totalizando 80 respondentes que foram incluídos no estudo. Os dados foram coletados a partir de um questionário com perguntas referentes ao conhecimento em geral sobre a doença esporotricose, abordando agente causador, principal reservatório urbano, forma de transmissão, principal sinal clínico em humanos e prevenção.

## **DISCUSSÃO E RESULTADOS**

A partir do resultado da pesquisa, observa-se que o perfil dos respondentes era predominantemente de homens (51,25%) em relação às mulheres (48,75%). Do total dos respondentes, a maioria, contemplando 39 pessoas, tinham 13 anos (48,75%), 10 pessoas tinham 12 anos (12,5%), 27 tinham 14 anos (33,75%), e 4 tinham 15 anos (5%). Em relação a distribuição geográfica, o bairro predominante foi Serra (11,25%), seguido do Santa Lúcia (5%). Analisando as questões respondidas sobre a doença Esporotricose, 15 alunos responderam que sabiam o que é a Esporotricose (18,75%), 63 responderam que não conheciam a doença (78,75%) e 2 (2,5%) não responderam a pergunta, o que considera-se um percentual baixo de conhecimento em relação à doença, tendo em vista que o contato das pessoas com os animais, principalmente cães e gatos vem aumentando cada vez mais. Enfatiza-se a importância de investimentos em políticas públicas em relação às zoonoses, já que o número de gatos semidomiciliados é considerado elevado (Duarte *et al.*, 2020). Analisando os níveis de acerto, a questão sobre o agente causador da Esporotricose obteve

apenas 26,25% de respostas corretas. Em relação ao reservatório urbano, 27,5% acertaram a questão. Já em relação à forma de transmissão da doença, 35% responderam corretamente. Apenas 12,5% acertaram sobre qual é a apresentação dos sinais clínicos, e esse percentual é baixo, considerando a importância de se procurar uma unidade de saúde assim que identificar tais sinais clínicos, visto que a doença é uma zoonose e traz risco para todos. Por fim, 71,25% responderam corretamente sobre a prevenção da Esporotricose, sendo a questão com maior percentual de acerto. Entretanto, sabe-se que boa parte da população não tem condições financeiras de levar os animais a uma consulta veterinária ou de realizar procedimentos de castração como forma de prevenção. Dessa forma, cabe ao poder público, promover e intensificar campanhas de controle populacional, e investir nos centros de controle de zoonoses (Souza, 2020).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre os objetivos propostos para esse trabalho, consta um levantamento de dados sobre o conhecimento de esporotricose em alunos de escola pública entre as idades de 12 a 15 anos, para avaliar se essa amostra sabia sobre as principais formas de transmissão e profilaxia dessa zoonose que tem relevante importância para a saúde pública.

CONTAGEM de Tra Transmissão						
Sexo	Água/alimento	Arranhadura/Mo	Material biológico	Não sei	Vetor mecânico	Total geral
F	3,85%	19,23%	3,85%	12,82%	10,26%	50,00%
M	5,13%	16,67%	3,85%	10,26%	14,10%	50,00%
<b>Total geral</b>	<b>8,97%</b>	<b>35,90%</b>	<b>7,69%</b>	<b>23,08%</b>	<b>24,36%</b>	<b>100,00%</b>

CONTAGEM de Sinais clínicos						
Sexo	Alterações no Tt	Caroço na pele	Febre/Dor articular	Icterícia	Não sei	Total geral
F	7,59%	5,06%	6,33%	8,86%	20,25%	48,10%
M	8,86%	7,59%	10,13%	7,59%	17,72%	51,90%
<b>Total geral</b>	<b>16,46%</b>	<b>12,66%</b>	<b>16,46%</b>	<b>16,46%</b>	<b>37,97%</b>	<b>100,00%</b>

CONTAGEM de Pre Prevenção						
Sexo	Cozinhar o alim	Exame de sang	Levar no veterin	Não sei	Tela nas janelas	Total geral
F	1,27%	2,53%	41,77%	3,80%		49,37%
M	2,53%	5,06%	30,38%	11,39%	1,27%	50,63%
<b>Total geral</b>	<b>3,80%</b>	<b>7,59%</b>	<b>72,15%</b>	<b>15,19%</b>	<b>1,27%</b>	<b>100,00%</b>

CONTAGEM de Resposta correta						
Sexo	Cão	Gato	Não sei	Pombó	Rato	Total geral
F	3,80%	12,66%	11,39%	15,19%	5,06%	48,10%
M	3,80%	15,19%	15,19%	11,39%	6,33%	51,90%
<b>Total geral</b>	<b>7,59%</b>	<b>27,85%</b>	<b>26,58%</b>	<b>26,58%</b>	<b>11,39%</b>	<b>100,00%</b>

**Palavras-chave:** zoonose; saúde pública.

## **REFERÊNCIAS**

DUARTE, Carla dos Santos; QUEIROZ, Francisca Karolina do Nascimento; RODRIGUES; Khaila dos Santos; SOUZA; Orlando Silva de; MINGUINS, Werdeson Guimarães; Yamagichi, Hudinilson Kendy de Lima. Abandono de animais no Brasil: consequências geradas à sociedade. **Revista Ensino**, Saúde e Biotecnologia da Amazônia, v. 2, n. esp., p. 56–59, 2020.

FERREIRA, VCD **Distribuição espacial e temporal da esporotricose humana e animal na região metropolitana do Rio de Janeiro de 2013 a 2020**. p. 2020. 2022, 2022.

MELO, NAV et al. A importância da esporotricose felina no contexto da saúde única: Revisão. **Revista Brasileira de Pesquisa Animal e Ambiental**, v. 6, n. 2, pág. 1458–1479, 2023.

NELSON, R. W.; COUTO, C. G. **Medicina interna de pequenos animais**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

SOUZA, Mary'Anny. **Clínica Médica de Pequenos Animais**. 1. ed. Salvador: Sanar, 2020

## **Cuidando do cuidador<sup>1</sup>**

Ciro Santos Soares Geovana Fernanda de Oliveira  
Guilherme Teixeira Nunes Luis Antonio Gomes Santos  
Melyna Elisa Soares de Faria Vitor Emanuel Souto  
Flaviane Araujo Pinheiro Gonçalves

### **RESUMO**

O presente relatório descreve a intervenção realizada por alunos do 4º período do curso de medicina da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – campus Betim (PUC MINAS), durante um período de seis meses, na Unidade Básica de Saúde (UBS) Nossa Senhora de Fátima, na disciplina de práticas na comunidade IV: Saúde do Idoso. O foco da intervenção foi abordar a importância do cuidado com o cuidador, destacando a necessidade de apoio e reconhecimento para aqueles que desempenham esse papel crucial na sociedade. A pesquisa visa lançar luz sobre os desafios enfrentados pelos cuidadores, especialmente aqueles que cuidam de idosos com comorbidades crônicas, e ressaltar a urgência de apoiá-los. O objetivo geral da intervenção é dar atenção à questão da invisibilidade do cuidado aos cuidadores, enfatizando a necessidade de autocuidado. Além disso, a intervenção teve como objetivo a busca por orientar a população e os profissionais de saúde sobre a importância do cuidado ao cuidador, promover a troca de experiências, educação em saúde e permitir o alívio dos sentimentos através da fala. A pesquisa bibliográfica foi realizada para embasar o projeto de intervenção, utilizando descritores como "*Caregivers*", "*Aged*" e "*Self Care*" em bases de dados como Pubmed, Scielo e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Com base nas bibliografias selecionadas, foram elaborados materiais informativos, como cartazes e folhetos, além de perguntas para reforçar o tema proposto. A intervenção foi realizada na sala de espera da UBS, com apresentação oral e distribuição de perguntas para promover a participação dos ouvintes e o debate desse tema, que muitas vezes pode ser sensível para os

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

participantes. A intervenção foi bem recebida pela população ouvinte, com relatos e experiências compartilhadas, agregando mais reflexões sobre o autocuidado. Como conclusão observamos que é necessário o diálogo contínuo entre a academia e as políticas públicas para que as recomendações acadêmicas possam ser efetivamente aplicadas, beneficiando os cuidadores e contribuindo para uma sociedade mais justa e empática. Foi sugerido a continuidade do cuidado físico, emocional, mental, espiritual, profissional e social do cuidador, com a realização de encontros mensais para troca de experiências e orientações de profissionais qualificados.

# **DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES ATITUDINAIS EM ESTUDANTES EXTENSIONISTAS NA APAC BETIM<sup>1</sup>**

**Bruna Taynara Alves da Silva**

**Gabrielle Silva Gondim**

**Carla Wernecke Padovane Gonzaga**

## **RESUMO**

A Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) constitui-se como um método de execução penal no Brasil que protege a dignidade humana e viabiliza a recuperação e reintegração social efetiva das pessoas privadas de liberdade. A APAC Betim alberga 167 recuperandos masculinos e está em funcionamento há 2 anos. O Projeto de Extensão do Curso de Medicina da PUC Betim na APAC, compreendido, atualmente, como um componente curricular, visa promover a Saúde Mental dos recuperandos e proporcionar a aquisição de habilidades cognitivas, procedimentais e atitudinais pelos estudantes extensionistas. O objetivo deste trabalho é evidenciar as habilidades atitudinais que foram desenvolvidas pelos estudantes de Medicina durante a execução desse projeto, segundo a percepção dos próprios extensionistas. Ao longo do 2º semestre de 2024, os estudantes do 4º período da graduação de Medicina da PUC Betim tiveram a oportunidade de fazer visitas mensais à APAC Betim. A primeira visita à instituição foi guiada por recuperandos, que lhes apresentaram as estações de trabalho e os ofícios desempenhados com o propósito de reinserção e reintegração social. Foram compartilhadas informações sobre a rotina semanal, estruturada por horários definidos, regras claras, direitos e deveres. Os estudantes compreenderam como a rotina disciplinar dentro do cárcere pode ser vivida com respeito, facilitando a convivência harmoniosa e o senso de coletividade, a partir do desenvolvimento da empatia e da colaboração. Ao longo do semestre, os extensionistas acompanharam a condução de Rodas de Terapia Comunitária Integrativa com os recuperandos. Durante as rodas, quem se sentiu à vontade, teve a oportunidade de compartilhar experiências, sentimentos e aprendizados em um ambiente seguro e respeitoso. O

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

espaço de diálogo permitiu a conexão humanizada entre recuperandos e acadêmicos, destacando-se a escuta ativa e empática. Nesse contexto, os discentes puderam desenvolver percepções importantes como a de que, nas práticas de promoção da saúde, é desejável ir além da simples execução técnica de tarefas. O conhecimento e a técnica são fundamentais no profissionalismo, mas a conexão humana e a vivência compartilhada são essenciais para garantir o fortalecimento do vínculo nas relações em saúde. A experiência na APAC demonstrou ser um caminho seguro para a incorporação de habilidades atitudinais que compõem as competências dos profissionais da saúde. Ao vivenciarem a rotina dos recuperandos e compartilharem reflexões enriquecedoras, os estudantes perceberam que, para além da técnica e da cognição, a conexão humana é capaz de criar um ambiente acolhedor para um cuidado em saúde que valorize o ser humano em sua totalidade. Atitudes de respeito, empatia, escuta ativa, solidariedade e compromisso social são a base da confiança nas práticas em saúde.

**Palavras-chave:** APAC; habilidades atitudinais; competências; humanização



## **Divulgação sobre Dengue e Descentralização de Tratamento da Sífilis<sup>1</sup>**

Túlio Zulato

José Ventura

### **RESUMO**

No Internato de Saúde Coletiva e Medicina de Família e Comunidade (ISC/MFC) que ocorre no 9º Período do Curso de Medicina d PUCMINAS os acadêmicos são alocados Unidades Básicas de Saúde em alguns municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte onde estarão em atividades práticas no atendimento individual aos usuários juntamente com os Preceptores e demais atividades desenvolvidas pela Equipe da Unidade. O ISC propicia ao aluno conhecer a funcionalidade da Gestão dos Serviços de Saúde do Município através de Oficinas de Trabalho, reuniões com as equipes das áreas da Secretaria de Saúde. São Joaquim de Bicas é um município da região metropolitana de Belo Horizonte emancipado relativamente recente de Igarapé, sendo as referências para ações de saúde os municípios Betim e Igarapé. São Joaquim de Bicas tem uma população pequena e ocupa uma extensão territorial considerável. Estão instaladas 3 unidades do sistema prisional sendo uma para a população LGBTQI+. Também possui duas aldeias indígenas e uma ocupação do MST. O município conta com uma UPA e com 7 UBS, sendo que algumas possuem uma equipe multidisciplinar incompleta, principalmente devido à rotatividade de profissionais médicos no município. O Projeto de Intervenção Local (PIL) consistiu em fortalecer a educação em saúde tanto da população quanto dos profissionais de saúde da UBS sobre a Dengue. Elaborado um banner explicativo que informava sobre os sintomas da doença, os sinais de alarme, as medicações que possam ser utilizadas e meios de prevenir a doença. Esse banner exposto na entrada da UBS Tereza Cristina. Posteriormente foi realizada uma capacitação sobre a dengue para os profissionais de saúde da Equipe e conversas na sala de espera da UBS com os pacientes. Essas atividades possibilitaram um aumento do conhecimento sobre a dengue e principalmente reforçando a necessidade de melhorar cada vez mais os cuidados com o ambiente onde as larvas do Aedes podem ser depositadas.

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

Foi realizado também uma atividade de capacitação dos profissionais de saúde do município para descentralização do tratamento da sífilis a ser realizado em todas as UBS devido à alta prevalência detectada. O tratamento era realizado apenas na UPA e os moradores dos bairros periféricos tinham dificuldade em realizar o tratamento devido a locomoção. A insegurança na aplicação da penicilina G benzatina era uma realidade a ser discutida de forma efetiva. Nesse processo foi implementado o Comitê de Combate a Sífilis, levantamento de dados para indicar a segurança da aplicação da Penicilina Benzatina, o preconizado pelo Ministério da Saúde e de um fluxograma para as UBS para o manejo das reações adversas da aplicação da medicação. Além disso foi realizada uma reunião com os profissionais de saúde do município em conjunto com a secretária de saúde para ser iniciado o processo de descentralização, solucionando os problemas levantados e disponibilizado uma maleta de primeiros socorros para as UBS.

**Palavras-chave:** dengue; sífilis; penicilina benzatina; descentralização de tratamento.

# **EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA UBS: POTENCIALIZANDO A AUTONOMIA E FORTALECENDO VÍNCULOS NO CONTEXTO DO SUS<sup>1</sup>**

**Ana Luisa de Paulo Caldeira**

**Diêgo Rodrigues Almeida**

**Leonora Alvarenga Sanábio**

**Nicole Campos de Souza**

**Victor Elias Torres da Cruz**

**Nadia David Peres**

## **RESUMO**

Educação em saúde é um termo utilizado para descrever a construção do saber em saúde tendo a população como centro do processo, com intuito de fomentar a autonomia dos sujeitos no seu cuidado. Ela deve incentivar o controle social para que as políticas públicas e serviços produzam estratégias às necessidades da comunidade, bem como deve subsidiar o planejamento gestor em saúde. O objetivo deste trabalho é relatar a experiência dos alunos do curso de medicina com uma abordagem de educação em saúde, na forma de sala de espera, dentro da disciplina Práticas na Comunidade III: adulto, numa Unidade Básica de Saúde de Betim/MG. Assim, seis alunos do grupo 1 da disciplina PCIII, de forma expositiva e dialógica, explanaram três temas no período da manhã na sala de espera da UBS, no período de setembro e outubro de 2024. Os temas abordados foram setembro verde, doação de órgãos, setembro amarelo, prevenção ao suicídio e outubro rosa, conscientização e prevenção do câncer de colo de útero e mama. Ao final, foram em média 40 pacientes que aguardavam atendimento na sala de espera da UBS. As intervenções se basearam principalmente em significado do tema, sinais, sintomas ou apresentação da doença, tratamento e prevenção. Os usuários tiveram a oportunidade de tirar dúvidas e relatar experiências, contribuindo para o maior esclarecimento do tema. Dessa forma, a educação em saúde na sala de espera fomentou o contato dos acadêmicos com os usuários, potencializando saberes e discussões para a construção de uma sala de espera mais dinâmica, pois os temas, as experiências e o público se modificam. A

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

promoção de questionamentos e a quebra de tabus, reforçou a manutenção do autocuidado e estimulou a participação ativa do usuário, favorecendo a desverticalização e aumento do vínculo entre acadêmicos e usuários. Portanto, a educação em saúde é fundamental para a execução dos temas abordados em sala de aula, pois proporciona o contato direto com o paciente, habilita o aluno em áreas não técnicas e leva a academia a população, que é o principal objetivo dos cursos superiores. Além disso, para a comunidade é de grande valia ter um contato horizontal com os profissionais de saúde, porque proporciona o empoderamento do sujeito, fortalece a sua autodeterminação e incentiva o controle social, marco fundamental do SUS no Brasil. Desse modo, a prática extensionista proporciona crescimento diferenciado ao aluno, tornando-o mais apto para a realidade clínica.

**Palavras - chave:** educação em saúde; medicina; sala de espera.

# **EMPODERAMENTO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA GESTANTES: PROMOVENDO CUIDADOS E DIREITOS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA<sup>1</sup>**

**Ana Luisa de Paulo Caldeira**

**Davi Alves Costa**

**Elisângela Maria Froes Boncompagni**

**Estela Pereira Diniz**

**Fernanda Cristina De Souza Santos**

**Gláucio Alves do Santos**

**Matheus Pereira da Silva**

**Professora / Orientadora: Natália Tudeschini**

## **RESUMO**

A Pontifícia Universidade Católica (PUC), por meio da disciplina Práticas na Comunidade I: Gestação, Parto e Nascimento (PCI) do curso de medicina, incentiva os alunos a realizarem um projeto de intervenção com a comunidade. Essa prática permite que os acadêmicos estabeleçam interação direta com a população, fortalecendo a relação entre ensino, saúde e cidadania. O objetivo é Orientar gestantes sobre as mudanças físicas e emocionais durante a gravidez; orientar sobre a alimentação saudável e a prática de atividade física; conscientizar da importância de realizar o pré-natal; informar sobre o plano de parto e como realizá-lo, sobre a licença maternidade e o benefício social do bolsa-família; esclarecer dúvidas comuns e favorecer o empoderamento das gestantes através do conhecimento. A metodologia para a intervenção foi a roda de conversa visando promover proximidade e confiança. Durante a atividade, foram abordados diversos temas, como forma de orientar, conscientizar e atender às suas necessidades. Foi utilizado material lúdico e uma linguagem acessível para garantir o entendimento das participantes, e ao final um jogo de “mito ou verdade” para compartilhar conhecimento e esclarecer as dúvidas de forma descontraída. A realização da intervenção indica benefícios amplos, tanto para as gestantes como para os alunos. As gestantes

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

demonstraram maior entendimento e confiança para a tomada de decisões. Os acadêmicos tiveram a oportunidade de desenvolverem habilidades práticas, reforçando a formação de médicos mais conscientes, preparados e comprometidos com a saúde pública e o bem estar social. Através da metodologia da roda de conversa, houve um intercâmbio entre os saberes das gestantes e o conhecimento científico dos alunos, de maneira descontraída e natural. Esse formato permitiu uma proximidade entre os participantes, fortalecendo a relação médico-paciente e promovendo um ambiente de confiança e empatia. O uso de uma linguagem simples e clara, aliado aos recursos visuais, facilitou a compreensão de temas como as mudanças físicas e emocionais na gravidez, a importância do pré-natal, os direitos maternos e o planejamento do parto, promovendo maior autonomia para as gestantes. Além disso, o projeto reforçou a importância de ter uma rede de apoio e esclareceu dúvidas comuns, abordando mitos e verdades sobre a gestação. Para os alunos, a experiência trouxe uma vivência prática das habilidades comunicativas e da escuta ativa, fundamentais para a formação de um médico mais humano e preparado para lidar com as necessidades dos pacientes. Visto que o cuidado com a gestação é um tema complexo, multidisciplinar e frequentemente atualizado, a continuidade do projeto é fundamental para a promoção da saúde. Além disso, permite que os alunos possam exercitar habilidades interpessoais como a forma de comunicar, humanização do atendimento e trabalho em equipe - competências indispensáveis para uma formação profissional completa.

**Palavras-chave:** educação em saúde; gestantes; empoderamento, direitos da mulher.

## **Estimulando a cognição no paciente institucionalizado**

**Bruna Reis Dornas Ferreira**

**Carolina Abreu Neiva**

**Diego Caldeira Marques**

**Gabriela Pacheco de Alcântara**

**Giovana Nahass Querubino Guimarães Fonseca**

**Juliana Campos Pena**

**Luana Lagares Stahlberg**

**Luísa Carolina de Freitas Lara Isaac**

**Maria Luísa Araújo dos Santos**

**Paula Nascimento Martins Torres**

**Sofia Barbosa Leal**

**Flaviane AraujoPinheiro Gonçalves**

### **RESUMO**

As ILPIs são residências destinadas ao domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar e em condições de liberdade, dignidade e cidadania. Pensando nisso, o grupo propôs juntamente com a preceptora, uma ação no asilo Antônio Pereira Gonçalves, com o intuito de proporcionar momentos de leveza e alegria para os idosos residentes do local. Realizamos um café da manhã, objetivando a interação entre os alunos e os idosos. Além disso, confeccionamos calendários, que foram fixados na porta dos 17 quartos, contribuindo para a orientação temporal dos idosos, além de estimulá-los de forma cognitiva, uma vez que os mesmos precisariam atualizá-lo ao decorrer dos dias. Por fim, elaboramos um cartaz que foi instalado na sala principal da residência, com a frase *“Qual conselho você daria para os mais jovens”*, questionamento feito para cada um dos idosos com o objetivo de promover reflexão e aconselhar os demais. Dessa forma, os métodos utilizados para a realização do projeto foram os calendários, o cartaz com a frase e conselhos dos idosos e o momento de confraternização no café da manhã. Os materiais utilizados para que fosse possível a intervenção foram papéis E.V.A., tubos de cola quente, pistola de cola quente, velcro, cartolinas e canetas

permanentes. Os resultados do projeto de intervenção foram atingidos com êxito, sendo alcançados todas as metas e objetivos idealizados inicialmente. A equipe do asilo nos acolheu e proporcionou todas as informações necessárias para que a ação fosse realizada. Além disso, os funcionários e gestores se mostraram muito satisfeitos e contentes com a realização do projeto, demonstrando interesse em dar continuidade, à medida que vão estimulando os idosos a atualizar seus calendários. Por fim, é válido citar que não houve intercorrências e tudo ocorreu como planejado, conseguimos fixar os calendários em cada quarto e explicar para idosos o funcionamento. Conclui-se, a importância do nosso projeto para a estimulação cognitiva dos idosos e de momentos de reflexão e lazer. Além disso, nos proporcionou um vasto crescimento pessoal e didático, em busca de uma prática médica mais humana.



**Higiene e Saúde: Projeto de extensão elaborado na UBS Vila Diniz e Escola  
Municipal Professora Ligia Magalhães<sup>1</sup>**

**Danila Duarte Moura**

**Everton Costa Souza**

**Joana de Carvalho Souza**

**Helena Iochpe**

**Laura de Carvalho Girardi**

**Luis Henrique de Castro Santos**

**Lilian da Silva Ramos**

**Ricardo dos Santos Soares**

**Rosangela Luci Brandão de Barros**

**Valéria Pereira dos Santos**

**Simone Sandra de Araújo Silva**

**RESUMO**

Objetivando-se a promoção da melhoria da qualidade de vida das crianças e adolescentes através da educação para o auto cuidado foi realizada pelos alunos da Medicina da PUCMINAS, na disciplina Práticas da Comunidade II: Infância e Adolescência, uma intervenção que trabalhou com alunos da Escola Municipal Professora Ligia Magalhães, de 4 a 14 anos, na área de abrangência da UBS Vila Diniz, em Contagem, MG. O objetivo é conscientizar os alunos para o direito à saúde e sensibilizá-los sobre a importância em se adquirir bons hábitos de higiene, orientando quanto à maneira correta para se cortar as unhas, tomar banho, lavar os cabelos, identificar doenças causadas pela higiene inadequada, dentre elas a pediculose, que causava infestação entre os alunos dessa escola na época. A execução do projeto envolveu a confecção de banners auto-explicativos, seguidos de palestra. Os alunos foram divididos em dois grupos para uma gincana de perguntas e respostas e placas de Certo e Errado sobre os temas: hábitos de higiene, a necessidade de cuidados com o corpo,

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

com as mãos, cabelos, dentes entre outros, além, de informar as consequências e doenças que a falta de higiene pode trazer para a pessoa. No final da gincana, como teve empate, foi entregue a todos alunos uma “nécessaire” contendo: uma escova de dente, um creme dental, um xampu, um condicionador, pente fino e um sabonete, produtos importantes no auxílio de uma boa higiene pessoal. A intervenção atingiu os resultados esperados, com alta adesão e participação das crianças e adolescentes. Eles mostraram um aumento na qualidade do conhecimento sobre auto cuidado e higiene diante do observado na gincana do Certo e Errado. A intervenção demonstrou que a educação em saúde é efetiva na promoção de hábitos saudáveis e mudanças de comportamento para a vida. Quando realizada de forma lúdica e interativa, pode promover mudanças nesses hábitos. As crianças devem ser constantemente estimuladas à adoção de bons hábitos de higiene, pois estas estão na fase de construção do conhecimento e podem ser agentes disseminadores das boas práticas.

# **Incentivo à atividade física no desenvolvimento neuropsicomotor juvenil e prevenção da obesidade infantil: intervenção na vila universal<sup>1</sup>**

**Davi Alves Costa**

**Isabelly Lima Braga**

**Laila Miguel Said Carvalho**

**Malu Viana da Silva**

**Matheus Pereira da Silva**

**Mayssa Emanuely de Jesus Silva**

**Simone Sandra de Araújo Silva**

## **RESUMO**

Diante do aumento de casos de obesidade entre crianças e jovens no Brasil, o projeto realizado pelos estudantes de Medicina da PUC Minas baseou-se em promover atividade com crianças entre 6 e 14 anos de idade dentro da área de abrangência da UBS Universal de Betim, e, de modo lúdico e didático, demonstrara importância da atividade física e todos os seus benefícios, juntamente com o Projeto CASA polo 20 que disponibilizou o local para que as crianças inscritas participassem do trabalho. Este trabalho teve como objetivo estimular o desenvolvimento físico, social e neurológico das crianças de forma lúdica, por meio de brincadeiras e atividades físicas que promovem interação e aprendizado. Além disso, a ação buscou envolver as famílias, incentivando mudanças nos hábitos de vida e práticas saudáveis no cotidiano. Inicialmente, falou-se sobre os benefícios da atividade física com o grupo de crianças do projeto CASA, logo após, realizou-se a gincana com circuito de obstáculos, bambolê infinito, colocar os cones dentro do bambolê em menor tempo, perguntas e respostas, e, por fim, dança das cadeiras. Ao final, foram sorteados bolas, copos e bambolês, e ainda cartilhas informativas sobre atividade física foram distribuídas na UBS e para os pais que acompanharam os filhos na gincana. Os resultados do projeto de intervenção foram altamente positivos, pois as crianças participaram ativamente, elas colaboraram em grupo e também se envolveram plenamente nas atividades propostas, além disso, os sorteios dos prêmios estimulou ainda mais o engajamento, tornando a experiência mais atrativa e significativa para todos os participantes. O projeto destacou a relevância do desenvolvimento psicomotor por meio de atividades lúdicas, que não só aprimoraram a coordenação motora, mas também estimularam a sociabilidade entre as crianças. As brincadeiras criaram um ambiente

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

dinâmico e interativo, essencial para o aprendizado. Além disso, a colaboração em instituições não governamentais abrange ainda mais o público da área adstrita da UBS ampliando o alcance e impacto na comunidade. O comportamento sedentário é cada vez mais comum na sociedade, tornando fundamental o cuidado com a saúde infantil. Nesse sentido, o projeto de intervenção possibilitou contato direto com as crianças e a abordagem de um tema essencial: atividades recreativas para o desenvolvimento psicomotor. A interação com a comunidade e o apoio do Projeto CASA foram cruciais para seu sucesso.

**Palavras-chave:** projeto; desenvolvimento da criança; obesidade infantil.

# **LEPTOSPIROSE E SAÚDE ÚNICA: percepção da população sobre o tema e atribuição do médico veterinário no controle de zoonoses<sup>1</sup>**

**Aline Motta Paculdino  
Gabriela Diniz  
Gil de Freitas  
Joana Gontijo  
Maria Fernanda Salim  
Stéphanie de Paula  
Maria da Consolação Magalhães Cunha**

## **RESUMO**

Alunos da disciplina Saúde Única, do Curso de Medicina Veterinária da PUC Minas, discutiram problemas comuns aos centros urbanos, passíveis de intervenção pelo médico veterinário. Identificou-se a infestação por roedores e a leptospirose responsáveis por danos à saúde da população, em especial dos mais vulneráveis (MARTINS E SPINK, 2018), a infestação trás prejuízos aos comerciantes e onera o setor público (RAHMAN MT, et al. 2020). A Leptospirose é causada pela *leptospira spp*, bactéria capaz de infectar diversos animais. Os roedores são portadores sadios e transmissores da doença urbana, de notificação obrigatória (BRASIL, 2022). Médicos veterinários são agentes de interação na adoção de estratégias de saúde única para o diagnóstico ambiental e planejamento do controle. (RAHMAN MT, et al. 2020). O objetivo desse trabalho foi analisar o conhecimento do tema em amostra de alunos, familiares e amigos. Um formulário do *Google forms* obteve 51 respondentes: 31 (60,8%) mulheres; 37 (72,5%) jovens; 25 (49%) graduandos e 16 (31,4%) com ensino médio completo. Afirmaram saber sobre a leptospirose, 48 (94,1%) entrevistados, sobre a transmissão 46 (90%), parte das pessoas não relacionou condições ambientais como determinantes da doença. Medidas ambientais preventivas obtiveram 162 registros, múltiplas respostas por entrevistados, 100 (62%) respostas relacionaram a necessidade de manter limpo o ambiente peri e intradomiciliar e 19 (31%) consideraram a correta disposição do lixo para coleta e a eliminação da fonte de água. Sobre o controle de roedores pelo setor público, 45 (88,2%) dos entrevistados o desconheciam. Dentre os conhecedores, 32 (62,5%) avaliaram como regular; 31(25%) como ruim e seis (12.5%) como bom. Perguntado se o médico

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

veterinário seria “responsável pela prevenção e controle” 25(49%) respondentes disseram sim e 20(39,2%) disseram não saber. Os resultados apontam para a necessidade de divulgar as estratégias de controle de roedores e da leptospirose como ação de política pública, informar à população sobre medidas de prevenção e promover as diretrizes da saúde única na grade curricular dos cursos da área da saúde.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Lista Nacional de Notificação Compulsória de Doenças, Agravos e Eventos de Saúde Pública** 2022. Disponível em:[https://www.gov.br / saude/ pt-br/composicao/svsa/notificacao-compulsoria/lista-nacional-denotificacao-compulsoria-de-doencas-agrivos-e-eventos-de-saude-publica](https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/notificacao-compulsoria/lista-nacional-denotificacao-compulsoria-de-doencas-agrivos-e-eventos-de-saude-publica). Acessado em: 20 out. 2023

Martins MH da M, Spink MJP. A leptospirose humana como doença duplamente negligenciada no Brasil. **Ciênc saúde coletiva**. 2020 Mar;25(3):919–28. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020253.16442018>. Acessado em: 20 out. 2023

RAHMAN MT, et al. **Zoonotic Diseases**: Etiology, Impact, and Control. *Microorganisms*. 2020 Sep 12;8(9):1405. doi: 10.3390/microorganisms8091405. PMID: 32932606; PMCID: PMC75637945.

**INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO-COMUNIDADE: A EXPERIÊNCIA PET-SAÚDE DA PUC MG BETIM NA ELABORAÇÃO DO PROTOCOLO: PRÉ-NATAL E PUERPÉRIO DO MUNICÍPIO DE BETIM, MG<sup>1</sup>**

**Eduardo Siqueira Fernandes**

**Yara Mendes Sündermann**

**Marco Aurélio Santos Pereira**

**Elisa de Moura Dias**

**Jesiane de Fátima Aguiar Medeiros**

**Felipe Leite Neto**

**Livia Hastenreiter e Melo Batalha**

**Wilson Marcus Alves Aleixo**

**Elizângela Gonçalves de Souza**

**RESUMO**

A ação de extensão aqui relatada foi desenvolvida entre os anos de 2022 e 2023, com publicação do seu produto final em 2024 e descreve a experiência gerada durante o processo de criação e implementação do *Protocolo: Pré-Natal e Puerpério* do Município de Betim, Minas Gerais. A gestação, enquanto fenômeno biopsicossocial, exige atenção integral para garantir segurança e bem-estar tanto para a pessoa gestante quanto para o recém-nascido. A iniciativa de elaboração deste Protocolo iniciou-se pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Betim em parceria com a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, *campus* Betim (PUC-Betim), através do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde: Gestão e Assistência-2022/2023), um projeto dos Ministérios da Saúde e da Educação, que promove a educação pelo trabalho, voltado para o fortalecimento das ações de integração ensino-serviço-comunidade, por meio de atividades que envolvam ensino, pesquisa, extensão universitária e participação social. A proposta da SMS-Betim e PUC-Betim retomou a construção do Protocolo que foi interrompida pela pandemia da Covid-19. O PET-Saúde Betim (2022-2023) contou com três eixos de trabalho, sendo o de Promoção do Cuidado Integral à Gestante e Puérpera responsável por, de forma colaborativo e multidisciplinar, continuar a

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

escrita. O objetivo, portanto, foi consolidar em um documento de fácil acesso e leitura diretrizes clínicas baseadas em evidências para orientar práticas de cuidado humanizadas no pré-natal e puerpério na APS. O grupo de trabalho envolveu professores da PUC-Betim e acadêmicos dos cursos de medicina, enfermagem, biomedicina, fisioterapia e psicologia, além de profissionais da rede municipal de saúde. O grupo executou suas ações em três etapas: 1. reuniões semanais, *online* ou presencial, para discussão e síntese das diretrizes clínicas mais atualizadas; 2. realização de oficinas nos centros de saúde, com médicos, enfermeiros e agentes comunitários, para apresentação e aplicação dos termos do Protocolo, e 3. publicação de produto final após consulta pública no Município. Após esse processo, o produto final *Protocolo: Pré-Natal e Puerpério* foi publicado no Diário Oficial do Município e disponibilizado à sociedade sob a forma de *e-book* em 2024. O produto guia o profissional desde o diagnóstico da gestação, passando pela avaliação inicial do estado de saúde da pessoa gestante até o seguimento pós-parto, incluindo a identificação de riscos na gravidez, o acompanhamento das principais intercorrências clínicas e obstétricas e a garantia de acesso ao parto em ambiente seguro. Ao promover a atenção integral e interdisciplinar, o Protocolo reforça o papel da APS como porta de entrada e espaço estratégico para a formação de vínculos de cuidado. Esta iniciativa visa impactar positivamente a saúde materna e neonatal no Município ao garantir assistência longitudinal e personalizada, além de promover um ambiente acolhedor para a pessoa gestante, suas parcerias e familiares. A experiência reforça o potencial de colaboração ensino-serviço e a importância de Protocolos dinâmicos que atendam às particularidades da APS. Com uma abordagem humanista e técnica, este Protocolo é um marco no compromisso de reduzir a morbimortalidade materna e neonatal, promovendo uma atenção à saúde que respeita a singularidade de cada gestante.

**Palavras-chave:** pré-natal; puerpério; atenção primária à saúde; protocolo; extensão



**PROMOÇÃO DA AUTONOMIA DA HIGIENE PESSOAL DE CRIANÇAS COM PRÁTICAS EDUCATIVAS REALIZADAS EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA INFANTIL: um relato de experiência<sup>1</sup>**

**Rafaela Duarte Coelho Bessas**

**Leonardo Massao Clareth de Melo**

**Sandra Aparecida Cipriano Gabolli**

**Sophia Silva Coxir**

**Thamiris Francielle Henriques de Oliveira**

**Márcia Borges Machado**

**RESUMO**

A higiene pessoal (HP) é um hábito simples e eficaz na prevenção das doenças transmissíveis e de origem endógena. Nesse sentido, educar e orientar crianças sobre HP, visando à promoção, à manutenção e à recuperação da saúde, por meio de atividades lúdicas, pode ser capaz de estimular a conscientização, uma vez que, na idade pré-escolar há um potencial maior de assimilação de informações e de desenvolvimento no processo de aprendizagem. O objetivo deste trabalho foi incentivar as crianças em idade pré-escolar a ter uma boa higiene pessoal, através de teatro lúdico e material informativo, conscientizando assim os pais a colaborarem com esse hábito. Com o intuito de promover a educação em saúde, a partir de uma entrevista com as pedagogas da creche, foram elaboradas atividades de metodologia ativa, que contavam com uma peça teatral educativa, na qual os estudantes de Medicina, se caracterizaram, para a interpretação dos papéis, de: senhor micróbio, fada da limpeza, Pedrinho (personagem principal), narradora e auxiliar de efeitos visuais. Junto disso, foram distribuídos às crianças desenhos de hábitos de HP para colorir e folhetos aos responsáveis, para que a ação pudesse ter continuidade em casa. Assim, para que grande parte participasse, foram realizadas ações nos períodos matutino e vespertino, com aproximadamente, 150 crianças. A HP abordada na teatralização incluía hábitos de lavar as mãos, tomar banho e escovação dos dentes como propostas para serem feitas na rotina das

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

crianças. Dessa forma, tais hábitos contribuem para a prevenção de muitos agravos como micoses cutâneas, cáries dentárias, gengivites, estomatites, além de doenças diarréicas. Sob essa perspectiva, foi observado que algumas crianças mantinham esses cuidados apenas na instituição e, ao retornarem para suas respectivas casas aos finais de semana, voltavam para a creche da mesma maneira que haviam saído. Por esse motivo, a presente intervenção educativa visou o desenvolvimento da autonomia de HP das crianças, de forma que pudessem reforçar a necessidade de reproduzir tais hábitos em suas residências com o menor nível de auxílio de responsáveis. Nessa conjuntura, por meio da experiência na intervenção, foi possível avaliar a situação da HP das crianças participantes de forma mais abrangente, viabilizando identificar as respectivas demandas da população abordada. Sob esse prisma, cabe citar, também, a percepção de uma carência afetiva, de atenção e de carinho nas crianças, evidenciada pela interação com os intervencionistas ao longo da apresentação e ao final dela. Além disso, notou-se a fascinação, o interesse e a curiosidade para aprender sobre HP. Diante do exposto, foi possível perceber a contribuição positiva da intervenção para proporcionar a promoção, a educação e a conscientização dessas habilidades, tanto das crianças, quanto da comunidade que participou da ação.

**Palavras-Chave:** higiene pessoal infantil; intervenção em saúde; educação em saúde.

## **Orientação Nutricional para Diabéticos e Obesos<sup>1</sup>**

**Túlio Zulato**

**Aluno: Felipe Menezes Andrade**

### **RESUMO**

A taxa de prevalência de comorbidades como diabetes mellitus e obesidade na área de abrangência da Unidade Básica de Saúde Vale das Amendoeiras em Contagem é alta, sendo a primeira em torno de 6,2%, segundo dados da equipe de saúde. Um dos motivos pelos quais isso acontece é a falta de Educação Nutricional por parte desses usuários. Tal informação pode ser evidenciada a partir da vivência nas consultas médicas com esse perfil de paciente. Nesse sentido foi proposto um projeto de intervenção individual local com o objetivo de auxiliar a Educação Nutricional. Considerando que a dieta do diabético e do obeso é um dos fatores fundamentais para manter os níveis glicêmicos dentro de limites desejáveis e para reduzir a quantidade e a proporção de gordura corporal, o planejamento alimentar deve ser cuidadosamente elaborado, com ênfase na individualização. Para ser bem-sucedida, a dieta deve ser orientada de acordo com o estilo de vida, rotina de trabalho, hábitos alimentares, nível socioeconômico, e a medicação prescrita. Os profissionais de Nutrição estão capacitados para conduzir a orientação dietética e os demais profissionais da equipe também deverão estar familiarizados com as noções básicas da dietoterapia do diabetes mellitus e do obeso. A atividade consiste em atendimentos médicos com ênfase em nutrição com estes usuários. Nessa consulta serão abordadas os micros e macronutrientes, onde encontrará-los, como equilibrá-los em uma refeição, tudo isso com base no Guia Alimentar para a População Brasileira do Ministério da Saúde e executado de forma lúdica e interativa exemplificando a quantidade de diferentes nutrientes em cada alimento com figuras do cotidiano. Para tanto os pacientes foram captados por meio dos encaminhamentos para a profissional da nutrição da equipe multiprofissional da UBS e alocados num dia de atendimentos individuais. As intervenções realizadas e os conhecimentos e informações discutidos trouxeram reflexões nos pacientes a respeito de seus hábitos, não só alimentares, como de vida também. A exemplo disso pode ser citado o quanto quadros de ansiedade e questões pessoais se relacionam com a forma e o

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

conteúdo alimentar dos indivíduos. Muito foi relatado sobre comer por compulsão, descontar na comida problemas vividos e compensar o ócio ou fadiga na comida. A partir do exposto conclui-se que o resultado que se pretendia alcançar ao final da execução do projeto, ou seja o auxílio na formação da Educação Nutricional do Usuário da Unidade Básica de Saúde Amendoeiras com comorbidades como diabetes mellitus e obesidade foi alcançado. Por isso é muito importante e necessário que questões relacionadas à nutrição sejam abordadas em consultas médicas, não sendo apenas responsabilidade do nutricionista que isso seja feito, ainda mais se for considerado o contingente de casos e de profissionais no Sistema Único de Saúde e a importância desse conhecimento.

**Palavras-chave:** atenção primária à saúde; ciências da nutrição; diabéticos, obesos.

## **Orientação para Hipertensos<sup>1</sup>**

**Túlio Zulato**

**Diuly Ane Faria Rezende**

### **RESUMO**

O município de São Joaquim de Bicas tem uma variedade grandiosa de população assistida, contendo 2 presídios, 1 penitenciária, 1 acampamento sem-terra, 1 tribo indígena. A atividade foi desenvolvida na UBS Vila Rica em uma localização um pouco mais distante do centro da cidade, com uma população referida muito vulnerável. O perfil produtivo do presente território é formado majoritariamente por pequenos agricultores, indivíduos que dependem exclusivamente de programas de auxílio do governo e muitos se deslocam para trabalhar na microárea de Betim. Existem pouco comércio na região, o que inviabiliza a oportunidade de ter perto de casa uma farmácia, uma padaria, um restaurante. Muitos indivíduos vivem o mês apenas com Auxílio do Governo (cerca de 600\$). Foram realizados diversos encontros com a Gestão sobre a Análise de Situação em Saúde que mais tarde seria discutido na Unidade Básica de Saúde. Os indicadores bem como os inúmeros benefícios que os Programas existentes dentro de cada meta é fundamental para o recebimento de recursos financeiros destinados à Atenção Primária. Além disso aconteceram reuniões de matriciamento com as equipes de saúde e com os membros do Conselho Municipal de Saúde. A falta de informação da população usuária da UBS portadora de hipertensão arterial e diabetes sobre alimentação adequada faziam parte da maior demanda de cuidado. A proposta foi apresentada para que pudesse minimizar os erros na alimentação entre estes usuários e contribuir para promoção e prevenção em saúde. Foram realizadas pequenas reuniões com o grupo HIPERDIA que existe na UBS. Esses encontros aconteceram na Escola Municipal no bairro Belo Vale, onde a população consegue ir com mais facilidade e participam de uma maneira mais

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

efetiva. Diante disso, foi elaborado e estruturado um Jogo de Cartas onde os participantes recebiam cartas com as figuras de alimentos saudáveis e não saudáveis nos quais cada um compartilhava a familiaridade, gosto, desejo, apreço, ou não por cada alimento. Foram encontros com muita diversão, educação em saúde, informação adequada e promoção de saúde. Os pacientes ficaram muito empolgados e felizes com a ação e pediram para que o projeto tenha continuidade nos próximos semestres. Esse Projeto tem um objetivo importante na contribuição para melhorar a saúde da população usuária de Unidade Básica de Saúde do Sistema Único de Saúde prevenindo complicações tardias como nos casos de diabetes e hipertensão arterial que aumentarão significativamente a piora da qualidade de vida destes pacientes.

**Palavras-chave:** diabetes; hipertensão arterial; HIPERDIA; Conselho Municipal de Saúde.



# PERCEPÇÕES ACERCA DO DIREITO À SAÚDE DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE NA APAC DE BETIM<sup>1</sup>

**Letícia Paulino Pereira Moreira**

**Fernando Ferreira Pena Lopes Junior**

**Professora Carla Wernecke Padovani Gonzaga**

## RESUMO

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade, reafirma o direito à saúde de pessoas que estão no Sistema Prisional, promovendo a equidade no acesso e no cuidado integral. O direito à saúde é universal e deve ser garantido pelo Estado Brasileiro a qualquer pessoa, estando ela, ou não, privada da liberdade de ir e vir. Nas APACs do Brasil, a pessoa encarcerada é denominada *recuperando(a)*, e deve ser chamada pelo próprio nome e vestir-se com as próprias roupas, resgatando-lhe a individualidade. Os recuperandos da APAC de Betim fazem a gestão coletiva das atividades da vida diária: preparação do alimento grupal, limpeza das celas e espaços de convivência, jardinagem, horta e manutenção do prédio em geral. Essas atividades, feitas coletivamente, promovem responsabilidade, solidariedade e senso de comunidade. O trabalho manual, envolvendo habilidades de marcenaria, tapeçaria, costura, desenho e pintura, promove-lhes a autonomia, a disciplina, a organização e a autoconfiança. A APAC oferece atividades de educação de adultos e inclusão digital, conta com uma pequena biblioteca, bastante organizada e gerida pelos próprios recuperandos, e alguns computadores. Vários recuperandos estão matriculados em cursos de educação à distância, o que lhes garante uma qualificação profissional para quando chegar o momento da reintegração social. O grupo que está no regime semiaberto pode ter um trabalho remunerado, executado dentro da APAC em parceria com empresas locais. Durante a execução do Projeto de Extensão do Curso de Medicina da PUC Betim na APAC, os estudantes observaram que o direito à saúde das pessoas privadas de liberdade, ainda que assegurado por políticas públicas de equidade, nem sempre se traduz em experiência concreta para população carcerária. As vagas municipais para profissionais da saúde no sistema prisional local permanecem ociosas por longos períodos, deixando um grande vazio assistencial e perdendo-se os princípios da Atenção Primária à Saúde: o acesso aos serviços, a integralidade, a longitudinalidade e a

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.



coordenação do cuidado. As demandas de saúde ficam fortemente reprimidas e qualquer atendimento clínico pontual é centrado na doença e não na pessoa. Quando há uma necessidade urgente de saúde, a pessoa é levada, sob a vigilância de uma escolta, para a Unidade de Pronto Atendimento mais próxima, o que requer uma logística complexa e alto investimento. O Projeto de Extensão do Curso de Medicina na APAC oportunizou aos estudantes uma formação profissional ancorada na realidade, com as melhores evidências para o cuidado efetivo, visando a superação de iniquidades em saúde. Entretanto, as atividades desenvolvidas pelos alunos extensionistas junto aos recuperandos da APAC ganham maior sentido, robustez e permanência quando estão articuladas com as equipes de saúde que prestam assistência *in loco* à população carcerária, como preconizado na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional.

**Palavras - chaves:** Recuperando; direito à saúde; saúde prisional.

# **TRABALHO INTERDISCIPLINAR: PRÁTICA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS PARA MELHORAR A CAPACIDADE FUNCIONAL EM ADOLESCENTE<sup>1</sup>**

**Arielle Santos Teixeira**

**Bárbara Marcela Cândido Amaral**

**Cléia Luiza Jesus dos Santos**

**Dayanne Fernandes Silva Martins**

**Gabriel Jose Lopes de Lima**

**Karen Larissa Junca Ferreira**

**Lorena de Paula Santana**

**Tatiana Teixeira Barral de Lacerda**

## **RESUMO**

Os benefícios da atividade física e dos bons hábitos para a saúde em geral são amplamente reconhecidos. Contudo, estamos enfrentando uma geração que passa mais tempo em frente às telas e adota um estilo de vida negativo, desenvolvendo assim um comportamento sedentário e prejudicial. A capacidade funcional, que reflete diretamente na saúde, é frequentemente baixa na adolescência, destacando a necessidade de intervenções para melhorar tanto a capacidade funcional quanto a atividade física nessa fase da vida. Dessa forma, a adoção de hábitos saudáveis e a prática regular de atividades físicas devem ser promovidas desde a adolescência, a fim de evitar comorbidades precoces e garantir uma boa capacidade funcional para o bem-estar dos indivíduos. O objetivo deste trabalho foi conscientizar os jovens sobre a importância de adquirir hábitos saudáveis durante a adolescência, promovendo bem-estar e uma boa capacidade funcional, além de atuar de forma preventiva contra doenças crônicas. Com o intuito de promover a educação em saúde, realizamos uma oficina durante o evento "Saúde em Foco na Escola" com os alunos do Colégio Batista de Betim/MG. O objetivo foi expor de maneira lúdica o nível de sedentarismo dos adolescentes e mostrar que existem maneiras

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

de se exercitarem em casa por meio de jogos de videogame. Foi destacada a importância da prática de atividades físicas associadas a bons hábitos para a saúde geral e o estado físico dos adolescentes. Os acadêmicos do 6º período propuseram duas dinâmicas. A primeira, denominada "circuito", consistia em um percurso que os alunos do colégio deveriam percorrer o maior número de vezes possível. As tarefas realizadas eram contabilizadas em um quadro, permitindo aos competidores acumular pontuações, e ao final do circuito, avaliar o condicionamento físico dos participantes. Foram distribuídas medalhas de primeiro e segundo lugar como forma de incentivo. A segunda dinâmica foi intitulada "jogos de movimento com o Wii", em que foram propostos jogos virtuais que envolviam equilíbrio, coordenação motora e interação. Essa atividade se propõe a melhorar a saúde e o bem-estar dos adolescentes de forma divertida. Adesivos de participação e brindes foram utilizados como premiação. As atividades propostas tiveram um envolvimento significativo dos alunos, proporcionando uma conscientização sobre a capacidade funcional de cada um através dos esforços aplicados de forma divertida e dinâmica. Ao final, um questionário aplicado a 35 alunos revelou que 97% consideraram as dinâmicas relevantes. Este trabalho evidenciou a importância da conscientização sobre a prática de atividades físicas e dos bons hábitos para a capacidade funcional dos adolescentes. O comportamento sedentário está cada vez mais comum na sociedade, aumentando a presença de diversos fatores de risco para o desenvolvimento de doenças crônicas. Portanto, é fundamental intensificar o cuidado com a saúde dos adolescentes, promovendo projetos, estratégias e políticas que incentivem mudanças comportamentais ao longo da vida. Isso é essencial para a prevenção de comorbidades e para garantir uma vida saudável e ativa.

**Palavras- chave:** adolescente; atividade física; capacidade funcional.

# PROPOSTA DE INTERVENÇÃO INDIVIDUAL: AVALIAÇÃO DO RISCO DE VULNERABILIDADE CLÍNICO FUNCIONAL DA PESSOA IDOSA

Anna Luiza Ribeiro Flores

Adriana Diniz de Deus

## RESUMO

Diante do envelhecimento populacional mundial, sobretudo em decorrência do aumento da expectativa de vida, em 2020, a Organização das Nações Unidas (ONU), declarou o período de 2021 e 2030 como a “Década do Envelhecimento Saudável”. Entretanto, estar vivendo mais, não significa, necessariamente, estar envelhecendo com saúde. Dessa forma, é necessário olhar para o processo de envelhecer, refletir sobre a realidade encontrada, procurando qualificar o conhecimento e promover ações que propiciem o cuidado integral à pessoa idosa e manutenção de sua funcionalidade. A Unidade Básica de Saúde (UBS) Nova Baden possui uma população idosa de 771 pessoas, o que corresponde a cerca de 9,8% da sua população total, ainda este é um grupo frequente na UBS, que corresponde a maior parte dos atendimentos, porém faltam ações voltadas à promoção da saúde. O objetivo deste trabalho foi estratificar as pessoas idosas utilizando o Índice de Vulnerabilidade Clínico Funcional do Idoso (IVCF-20) e a partir de então propor cuidado diferenciado ao idoso, conforme sua classificação, ademais de criar um grupo de atividade física com foco no idoso vulnerável. A escolha deste instrumento se deu pelo fato de este ser validado como um dos melhores instrumentos que avaliam a fragilidade na pessoa idosa, por ser de simples preenchimento e poder ser aplicado por qualquer profissional da saúde. O IVCF-20 avalia oito domínios: idade, autopercepção da saúde, atividades de vida diária, cognição, humor, mobilidade, comunicação e comorbidades múltiplas. Foram estratificadas 68 pessoas, sendo 57 (83,2%) mulheres e 11 (16,7%) homens. 28 pessoas (41,2%) pontuaram como baixo risco, 33 (48,5%) como risco moderado e 7 (10,3%) como alto risco. Os dados foram analisados com auxílio da ferramenta Microsoft Excel. As pessoas estratificadas como alto risco foram agendadas para a uma consulta médica individual na unidade com posterior encaminhamento para avaliação geriátrica, além de serem convidadas a participarem do grupo de atividade física com foco no idoso vulnerável. As pessoas que pontuaram como baixo ou moderado risco foram avaliadas quanto ao domínio da mobilidade. Aquelas que apresentaram grau importante de comprometimento neste domínio também foram convidadas a participarem do grupo de atividade física. Para os idosos atendidos na unidade de saúde foi implementado o uso da Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa durante as consultas, um

instrumento de avaliação e acompanhamento multidimensional pouco utilizado, apesar de ser de fácil acesso e preenchimento. Foi realizada, ainda, uma roda de conversa com o tema: “Envelhecer com Saúde” com a participação de cerca de 30 pessoas, quando foi possível refletir sobre como estamos envelhecendo e quais ações podemos realizar para envelhecer com saúde. Além da troca de experiências, este encontro possibilitou que a devolutiva para a população sobre os resultados desta intervenção fosse realizada. Portanto, é fundamental que a Atenção Primária à Saúde, cuja função é a coordenação do cuidado integral, se organize para conhecer e acolher o idoso em suas necessidades de saúde. É imprescindível promover um envelhecimento saudável, com manutenção da autonomia e independência da pessoa idosa.

**Palavras-chave:** saúde do idoso; cuidado integral; capacidade funcional.

# **Prováveis causas de quedas e o estabelecimento de um plano de cuidados para o paciente idoso: um relato de caso<sup>1</sup>**

Fernanda Cristina de Souza Ferreira

Fernando Andrade Donzeli

Flaviane Araújo

## **RESUMO**

Quedas têm sido referidas como importante fator de risco para redução da capacidade funcional em indivíduos idosos. Por sua alta prevalência nesta população, um dos objetivos desse relato de caso foi delinear a queda sob seus aspectos multifatoriais e direcionar medidas para evitá-las. O objetivo é propor uma visão ampliada, capaz de divulgar os aspectos ligados à queda que são de interesse comum a todos os profissionais de saúde que lidam com essa população. Trata-se de um estudo descritivo, exploratório, quantitativo, prospectivo, na modalidade relato de caso com embasamento de 11 artigos para o relato e 01 livro, discussão e elaboração de um plano de cuidados sobre a paciente. Com base nos estudos utilizados nesse artigo, é possível apontar perspectivas para a atuação em diversas áreas da vida da idosa em questão e auxiliar uma atuação otimizada dos cuidados com ela. Dentro da lógica citada, este trabalho traz algumas das principais considerações e consensos da atualidade sobre queda, a partir da análise de pesquisas recentes. Em resumo, o suporte multiprofissional e o alinhamento entre ambiente físico e familiar estão alicerçados nos cuidados preventivos da queda em idosos.

**Palavras chaves:** idoso; quedas; fragilidade; polifarmácia; cuidados domiciliares; hipotensão ortostática.

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

# QUALIFICAÇÃO DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE EM SUPORTE BÁSICO DE VIDA NA APAC BETIM<sup>1</sup>

**Maria Clara Lobato Freitas**

**Sofia Vilas Boas Marinho**

**Carla Wernecke Padovani Gonzaga**

## RESUMO

Os recuperandos da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, APAC Betim, desfrutam da oportunidade de estudar e de se profissionalizar por meio de projetos de educação à distância. Porém, o ensino na área de saúde não é abordado no ambiente carcerário. Intercorrências que expõem a vida a riscos acontecem frequentemente e é de extrema importância ter conhecimento da devida postura que se deve assumir perante essas situações. Por isso, em conjunto com os alunos do projeto Mãos que Salvam, da PUC Contagem - que visa a promoção e disseminação de conhecimentos sobre Suporte Básico de Vida - os extensionistas do Curso de Medicina de Betim realizaram um treinamento com os recuperandos. No início do 2º semestre de 2024 a instituição contava com a presença de uma médica do SUS dois dias na semana, mas atualmente o cargo está vago e os recuperandos estão sem assistência médica *in loco*. A intervenção realizada pelos extensionistas objetivou capacitar os recuperandos para lidarem com situações de emergência, como síncope, obstrução de vias aéreas por corpo estranho, parada cardiorrespiratória e crise epiléptica, até a chegada do suporte avançado. Com a finalidade de promover conhecimento acerca de episódios do cotidiano que colocam a vida em risco, os acadêmicos propuseram uma atividade prática, em que os recuperandos pudessem participar de forma interativa. Antes da intervenção, foi realizado um treinamento com os estudantes extensionistas no Centro de Simulação da PUC Betim sobre primeiros socorros para que esses se qualificassem para conduzir a intervenção. Foram feitas simulações com os recuperandos utilizando kits de ressuscitação cardiopulmonar que contavam com manequins adultos e infantis e desfibrilador externo automático. Durante as simulações, foi relatado pelos recuperandos que essas situações já ocorreram na APAC e eles não souberam o que fazer. Todos envolveram-se na atividade e fizeram diversos

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

questionamentos interessantes que foram prontamente esclarecidos pelos extensionistas. Ao término das explicações e simulações, os recuperandos executaram as manobras de primeiros socorros de forma correta e aqueles que apresentavam erros foram, gentilmente, corrigidos pelos estudantes. Após o encerramento do treinamento, os recuperandos fizeram um agradecimento na forma de uma oração cantada. Em suma, ficou evidente a relevância da realização de ações que visam o letramento em saúde, especialmente no suporte básico de vida, visto que intercorrências que põem em risco a vida estão presentes em qualquer ambiente. Ademais, ficou claro que é importante realizar novas ações voltadas para a promoção da saúde das pessoas privadas de liberdade, uma vez que a saúde é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988 e, ao contrário do que muitos pensam, os recuperandos são pessoas portadoras de direitos e merecedoras de uma saúde de qualidade.

**Palavras-chaves:** APAC; primeiros socorros; pessoas privadas de liberdade



## **RISCO DE QUEDA<sup>1</sup>**

**Layssa A. Prates Caldeira**

**Lucas Oliveira Reis**

**Maria Eduarda Gonçalves Melo**

**Marina de Almeida Coelho**

**Saemi M. Dias do Carmo Arizono**

**Sarah Helena Pio Moraes**

**Flaviane Araújo Pinheiro Gonçalves**

### **RESUMO**

Foi proposto na UBS Nossa Senhora de Fátima intervenção sobre risco de queda, a fim de contribuir com conhecimentos básicos para a população. Os objetivos da ação perpassam por conscientizar a comunidade, explicando os perigos e problemas que podem adquirir. A nossa mobilização não foi direcionada apenas aos idosos, mas também aqueles que conhecem e cuidam, uma vez que os funcionários também participaram. Para isso, utilizamos panfletos convidativos, conversamos com a população esclarecendo dúvidas e informando a respeito do risco de quedas. A partir dessa intervenção também nos foi proposto o nosso desenvolvimento acadêmico, visto que tivemos a oportunidade de melhorar nossa oratória, didática e diálogo com a população, e ainda realizamos uma mobilização da promoção à saúde objetivando uma redução da incidência de quedas entre a população idosa e alertamos sobre objetos e medicamentos que podem contribuir para tal risco. A intervenção foi realizada na sala de espera. Foram abordados pacientes que aguardavam atendimento e os profissionais da UBS. Foram confeccionados 30 panfletos A4, que foram entregues aos indivíduos abordados, os mesmos foram produzidos pelos alunos juntamente com a professora, utilizando o aplicativo “Canva” para a confecção do design do material. Os panfletos A4 possuíam tópicos para chamar os idosos, acompanhantes e profissionais de saúde a participar da roda de conversa. O material possuía linguagem simples, para promover um maior entendimento das questões

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

relacionadas ao risco de quedas, foram utilizadas imagens delicadas e cores neutras para tornar o design mais atrativo. A referência utilizada foi do Tratado de Geriatria e Gerontologia 4º edição. Ademais, fizemos um cenário com elementos da UBS e objetos pessoais dos alunos, como tapetes, chinelos e luminária, simulando um quarto propício à queda. Os resultados da intervenção foram proveitosos, tanto nos aspectos pedagógicos quanto no aspecto mais efetivo de promoção da saúde. Foi interessante perceber o entusiasmo e a participação ativa dos idosos e dos trabalhadores da UBS em relação ao tema apresentado.

## **Saúde bucal e pediculose: Projeto de Intervenção de Práticas na Comunidade II: Infância e Adolescência<sup>1</sup>**

Ana Luísa De Paulo Caldeira  
Diego Rodrigues Almeida  
Eric Fiorini Prado  
Luisa Vital Pozzobon  
Vitor Teodoro Resende  
Simone Sandra de Araújo Silva

### **RESUMO**

O projeto desenvolvido pelos acadêmicos do 2º período do curso de medicina da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMINAS) visa fornecer informações e orientações gerais para alunos do Centro Municipal de Educação Infantil Sementes do Amanhã, abordando cuidados com a saúde bucal e pediculose. Dentro desses temas, apontamentos como sinais e sintomas das doenças, tratamento e prevenção foram abordados. O objetivo é promover a educação em saúde de forma lúdica, acessível e compreensível para pais e alunos de 4 a 6 anos, na instituição supracitada, a fim de minimizar os impactos negativos da desinformação, além de cumprir com requisitos avaliativos da disciplina Práticas na Comunidade II. No primeiro momento, os acadêmicos abordaram os pais dos alunos na entrada à instituição pela manhã e a tarde, conversando e disponibilizando um panfleto informativo sobre os assuntos. Já no período vespertino, em sala de aula, os temas foram abordados com em média 20 crianças entre 4 e 6 anos, utilizando modelos de piolho, prótese bucal, fio dental e pasta de dente, para que a compreensão do tema fosse mais adequada e fácil para os escolares. De forma qualitativa, observamos o resultado com a boa interação dos alunos, disponibilidade dos pais em ouvir e tirar dúvidas e elogios advindo dos profissionais/professores, visto que o tema pediculose foi sugerido por eles, e no encontro, estava em incidência no local. Essa dupla abordagem foi essencial para desmistificar inverdades, principalmente com os pais; para fortalecer o diálogo no domicílio sobre temas pertencentes a vida diária das crianças, bem como para aproximar a academia da população. Dessa forma, incentivar nas universidades o contato com educação em saúde na prática, e encorajar ações lúdicas, formará profissionais mais sensatos quanto as peculiaridades e condicionantes de saúde das famílias. Acredita-se que

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

informar e empoderar os pais ou responsável é imprescindível para uma experiência saudável e consciente nesse período de muitas vulnerabilidades. A contribuição do projeto se estende a diversos aspectos. Para os profissionais da saúde, fortalecer o vínculo com a comunidade e a possibilidade de trabalhar com usuários dos serviços mais envolvidos e orientados sobre as dinâmicas saudáveis, seus direitos, deveres e aprendizados. Em relação aos alunos, a oportunidade de aplicação de práticas de conhecimentos teóricos, ao mesmo tempo que possibilita o intercâmbio de saberes entre a faculdade e sociedade. Por último, para os professores, a capacidade de explorar métodos de ensino inovadores (metodologias ativas de ensino), contribuindo para a formação de profissionais mais sensíveis às necessidades reais das pacientes.

# SAÚDE DO TRABALHADOR<sup>1</sup>

Túlio Zulato

## RESUMO

A Disciplina de Saúde do Trabalhador ministrada no oitavo período da Faculdade de Medicina da PUCMINAS apresenta aos alunos as doenças relacionadas ao trabalho, as causas de adoecimento e morte dos trabalhadores, as legislações trabalhistas e previdenciárias pertinentes à área, as notificações compulsórias, a inserção da saúde do trabalhador no Sistema Único de Saúde e a vigilância aos ambientes de trabalho como instrumento de prevenção aos riscos presentes nestes e suas possibilidades de causar adoecimento e acidentes de trabalho. Sendo uma Disciplina de caráter estritamente teórica sem o conhecimento da prática de um ambiente de trabalho é possibilitado pelo professor buscar uma forma de minimizar tal situação solicitando a algumas Empresas da região a permissão para que os alunos realizem uma Prática Extensionista através de uma visita técnica onde estes observarão a realidade do trabalhador inserido em algum processo de trabalho.

Verificar o local de trabalho, organização, iluminação, ventilação, distribuição de maquinários, sinalização, extintores de incêndio, mapas de risco; o trabalhador, como realiza suas atividades, postura sentada ou de pé, manuseio de máquinas, movimentos intensos com membros superiores, repetitividade, uso de força física; a presença de quais riscos existentes nesse ambiente (ruído, produtos químicos, riscos de acidentes). Esta visita técnica permite ao aluno vivenciar o que se passa dentro de uma indústria e o faz acreditar que a possibilidade de um adoecimento ocasionado pelas condições de trabalho e o risco de acontecer um acidente de trabalho é muito viável devido às condições dos maquinários manuseados pelos trabalhadores.

Esta atividade tem sido bem avaliada pelos acadêmicos de medicina que se surpreendem com a prática de um ambiente de trabalho e comparam com o que é apresentado em sala de aula, Sair do ambiente de unidades de saúde, a prática realizada desde os primeiros semestres do curso é uma sensação de enxergar a realidade de um usuário do SUS

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

atendido em uma UBS ser portador de uma doença relacionada ao trabalho enfatizando a famosa pergunta feita por Ramazzini, "Qual é a sua ocupação? Como é o seu trabalho?".

Após a realização desta Visita Técnica os alunos são divididos em Grupos e apresentam um Relatório em uma Atividade Avaliativa que pontua a descrição do que foi observado no ambiente de trabalho.

Essas Apresentações são devolvidas para as Empresas com o objetivo de contribuir para a melhoria das condições de seus ambientes de trabalho minimizando assim a possibilidade de ocorrer um adoecimento ou acidente de trabalho, o que também tem sido muito bem aceito por estas.

O objetivo de favorecer aos alunos uma oportunidade, mesmo que única durante o semestre, de conhecer uma realidade de atividade de trabalho diferente das que estão acostumados na sua jornada acadêmica tem sido bem avaliado pelas turmas, conscientizando-os o quão é importante entender sobre o adoecimento relacionado ao trabalho.

**Palavras-chave:** trabalhador, saúde do trabalhador.

# **SAÚDE DO TRABALHADOR: COLETA DE DADOS, SINAIS VITAIS E PROMOÇÃO À SAÚDE<sup>1</sup>**

**Fabiano Rodrigues de Castro**

**Ian Gualberto Fernandes**

**João Gabriel Correa Faria**

**João Pedro fernandes Costa**

**Renan de Castro Gonçalves**

**Thiago Andrade Panasiewicz**

**Nadia David Peres**

## **RESUMO**

O ambiente de trabalho desempenha um papel crucial na saúde física e mental dos indivíduos. As doenças crônicas não transmissíveis são responsáveis por grande parte das causas de mortes no Brasil. A hipertensão arterial (HA), o diabetes (DM), a doença crônica de coluna, o colesterol (principal fator de risco para as cardiovasculares) e a depressão são as que apresentam maior prevalência no país. Muitas vezes a desinformação dos fatores de risco, genéticos e ambientais agravam o desfecho da doença, assim como a detecção tardia. As altas cargas de trabalho e jornadas extensas, transporte público ineficaz (fazendo que o trabalhador fique boa parte das horas não trabalhadas em trânsito), impossibilitam o acesso à saúde preventiva fazendo que busquem auxílio médico já com a patologia instalada e avançada. Nesse sentido, a implementação de ações preventivas é essencial para a detecção precoce de condições de risco e para a promoção da saúde no ambiente ocupacional. Com o intuito de promover a educação em saúde do trabalhador, realizamos uma ação na fábrica de ração da Cooperativa Central dos Produtores Rurais (CCPR) na grande Belo Horizonte durante a semana do trabalhador. O projeto realizado na CCPR teve como objetivo promover a saúde e o bem-estar dos trabalhadores, por meio da conscientização sobre a importância de adotar hábitos saudáveis e realizar o acompanhamento periódico de indicadores de saúde. Um dos principais focos da ação foi identificar possíveis fatores de risco para doenças cardiovasculares, como hipertensão e diabetes, além de coletar dados sobre o estilo de vida dos colaboradores, como horas de sono, prática de atividades físicas, uso de álcool e cigarro. Os alunos de

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.

Medicina do 3º período da PUC Betim criaram três estações no corredor de entrada da fábrica, uma para aferição de pressão arterial (PA), uma para medir glicemia capilar e outra para medir a altura, o peso e informações básicas dos trabalhadores. O grupo foi muito bem recebido por todos que passaram pelo local. Foram atendidos 90 funcionários que transitavam pelo local, de diferentes funções (porteiro, motorista, coordenador, financeiro, carregador de caminhão, recursos humanos). A intervenção permitiu coletar valores de PA, Glicemia (ao acaso), IMC, e outros parâmetros, proporcionando o esclarecimento e diversas orientações para a educação em saúde e a promoção dela. Dos participantes encontramos 12 hipertensos, 3 diabéticos e outros 4 com demais doenças crônicas. Todos foram orientados individualmente sobre a importância do uso correto da medicação, atividade física, alimentação e aferição de PA. Com a atividade buscamos orientar para que cada colaborador compreendesse a importância de cuidar de sua saúde e adotasse medidas preventivas para evitar complicações futuras. Com isso, buscamos não apenas melhorar a qualidade de vida dos indivíduos, mas também reduzir os índices de doenças crônicas dentro da empresa, criando um impacto positivo também em toda a organização.

**Palavras-chave:** prevenção; saúde do trabalhador; educação em saúde; estratégias educativas.



# **Síntese e Análise de Experiências e Intervenção na UBS pela disciplina de Práticas da comunidade II<sup>1</sup>**

**Alice Brito da Silva**

**Ana Carolina Queiroz Aguiar Mourão**

**Cynara Gomes Viggiano**

**Daniel Veloso Soares**

**Luana Carelli Reis**

**Raquel Motta de Oliveira**

## **RESUMO**

O trabalho acadêmico em questão trata-se da análise das vivências e experiências do estágio de Práticas na comunidade III realizadas na Unidade Básica de saúde Duval de Barros no município de Ibitaré, no período de março a junho/2023, de 15 em 15 dias, com a preceptoria da Doutora Flaviane Araujo. É descrito nossas impressões diante da disciplina, e a realização do projeto de intervenção focado no controle do tabagismo, que foi feito após a análise do grupo sobre a realidade da comunidade. Em relação ao projeto de intervenção, foi realizado um levantamento completo onde abordamos os objetivos, a metodologia, sendo realizado uma discussão sobre assunto e expomos nossas sugestões sobre a temática escolhida para a atividade. A proposta do documento é resumir toda a atuação dos seis alunos nesse período coletivamente onde associamos os conhecimentos das aulas de Treinamento de Habilidades III e Iniciação ao Raciocínio Clínico e Epidemiológico III a qual colocamos em prática todo o aprendizado.

**Palavras-chave:** unidade de atenção básica, tabagismo, práticas na comunidade

---

<sup>1</sup> Os temas, as perspectivas e os entendimentos sobre os textos, sua revisão e formatação, apresentados por membros da Comunidade Acadêmica, Administrativa e/ou convidados, nesta publicação, são de responsabilidade do(s) autor(es), nem sempre expressando os valores e orientação filosófica e teológica da PUC Minas e da Reitoria.